

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ALESSANDRA GASPAROTTO

“Companheiros Ruralistas!”

Mobilização patronal e atuação política da Federação das
Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964)

PORTO ALEGRE, AGOSTO DE 2016.

ALESSANDRA GASPAROTTO

“Companheiros Ruralistas!”

Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações
Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, como requisição parcial para
obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós (orientador) - UFRGS

Prof.^a Dr.^a Regina Ângela Landim Bruno – UFRRJ

Prof.^a Dr.^a Marluza Marques Harres - UNISINOS

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt - UFRGS

Prof. Dr. Helder Gordim da Silveira - PUCRS

PORTO ALEGRE, AGOSTO DE 2016.

CIP - Catalogação na Publicação

Gasparotto, Alessandra

"Companheiros Ruralistas!" Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964) / Alessandra Gasparotto. -- 2016.

330 f.

Orientador: Enrique Serra Padrós.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul. 2. patronato rural. 3. reforma agrária. 4. golpe de 1964. I. Serra Padrós, Enrique, orient. II. Título.

Por onde passei,
plantei
a cerca farpada,
plantei a queimada.

Por onde passei,
plantei
a morte matada.

Por onde passei,
matei
a tribo calada,
a roça suada,
a terra esperada...

Por onde passei,
tendo tudo em lei,
eu plantei o nada.

Confissões do Latifúndio
Dom Pedro Casaldáliga, 1970

AGRADECIMENTOS

A entrega desta tese encerra um momento importante na minha trajetória. Demorei muito pra chegar até aqui. Os tempos da tese e da vida são outros, mas são os mesmos. A tese estava ali, como estavam também tantas outras demandas profissionais, políticas e afetivas. Nos caminhos por onde andei para dar conta das coisas da vida e da tese, pude contar com a generosidade de muita gente. São a estas pessoas queridas que passo a agradecer:

Agradeço ao Enrique por trilhar comigo estes caminhos da tese, ainda que o tema que escolhi estivesse tão longe de seu campo de estudos. Seu auxílio, confiança e orientação foram essenciais para o desenvolvimento do trabalho. Agradeço, sobretudo, pelos anos de empreitadas, de carinho, de amizade e de aprendizado.

Benito foi fundamental em toda a minha trajetória acadêmica. Da nossa convivência durante o mestrado, restaram laços de muito afeto. Sou muito grata pela sua generosidade e por todo o apoio ao longo do processo de escrita da tese.

À ele, agradeço ainda pela participação em minha Banca de Qualificação, juntamente com a professora Marluza, cujas contribuições e críticas foram fundamentais para o prosseguimento do trabalho.

Sou muito grata a Regina, que me acolheu no CPDA/UFRRJ com todo o carinho para um período de doutorado sanduíche. Sua orientação cuidadosa e os diálogos com seu grupo de pesquisa foram fundamentais para que eu pudesse amadurecer as discussões acerca do patronato rural no Brasil.

Agradeço de forma especial a Professora Sônia Regina de Mendonça, pelo auxílio, pelo diálogo e pela generosidade com que tem acompanhado meu mergulho pelos estudos acerca do patronato rural. Nossa convivência durante uma disciplina por ela ministrada na UNIOESTE, em 2007, inspiraram a escolha de meu tema de pesquisa.

Do CPDA, sou também muito grata à professora Leonilde Medeiros, cujas sugestões e discussões contribuíram muito para o desenvolvimento deste estudo. Agradeço, ainda, aos colegas de CPDA Iby, Fabrício, Ellis e Marco, pela parceria e pelo carinho.

No Rio, fui acolhida com todo o amor por Graciela, que, juntamente com Tupac, Boris e Nico, me brindou com muitas risadas e momentos felizes. Destes tempos na *corte*, agradeço também a Thaís, Ellen, Ana, Janaína e Flaviano.

Agradeço às/aos professoras/es e servidores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - em especial ao Gabriel, assim como do Departamento de História, pela contribuição na minha formação profissional.

Sou também muito grata aos/às servidores/as dos arquivos, museus, centros de documentação e associações rurais nos quais foram realizadas atividades de pesquisa ao longo deste trabalho; de forma especial à arquivista e à secretária da Farsul.

Agradeço aos colegas do Departamento de História da UFPel, especialmente à Paulo Pezat, Sebastião, Fernando Camargo e Lisiane. À Lisi, agradeço ainda pela amizade e por partilhar comigo tantas alegrias e projetos.

Agradeço Davi e Liana, que auxiliaram muito na pesquisa em Porto Alegre. Agradeço também à Liana, Jéssica, Juliana, Darlan e Maiara pelo auxílio na transcrição e sistematização das fontes.

Agradeço ao professor Marcelo Rosa, pela generosidade em compartilhar fontes para a investigação; à Katani pelo auxílio nas pesquisas sobre Caxias, a Thiago Moraes pelas trocas de ideias e indicações de fontes; à Ângela Flack, pelo acesso a documentos de Cruz Alta. Ao Mário, pela pesquisa em bibliotecas. Também sou grata aos/às companheiros/as da Comissão Camponesa da Verdade, cujos diálogos foram fundamentais para compreender melhor as nuances da repressão às/aos camponeses no pré-1964 e na ditadura. ,

Agradeço aos/às colegas e amigos/as do GT de Ensino de História e Educação da ANPUH/RS, por todos os anos de carinho e trabalho coletivo. Ao pessoal do Instituto Mário Alves, pelas empreitadas e energias boas de luta. Aos colegas da CAPE, Lori, Georgina e Rogério, que, juntamente com André, Lili e Sassá, partilharam comigo muito sonho e muito aprendizado no processo de construção de uma política de ações afirmativas na UFPel.

Alguns amigos, além de tudo, me auxiliaram em diferentes momentos da escrita da tese, através da indicação de fontes e bibliografia, da leitura de partes do texto, da ajuda com a formatação, com referências, com traduções, com livros, etc. Assim, devo o maior agradecimento a Clarice, Daniela, Jonas, Lili, Carla Silva, Graciela, Nauber, Natasha, Marcelo, Débora, Grazielle, Lisiane, Carol Bauer, Mauro, Ananda e Luciana. À Clá, devo um agradecimento especial, pela amizade e por todo o incentivo no momento de maior crise com a tese.

Agradeço à Miriam e Lígia pelas “hospedagens” em Porto Alegre e por, juntamente com Desirée e Guilherme, nos receberem sempre com tanto carinho.

Em Pelotas conheci muita gente querida, que esteve ao meu lado neste processo e com quem compartilho tantos momentos felizes aqui no *sul do sul*. Agradeço a Patrícia, Alex, Raíssa, Andréia, Felipe, Fernando, Mana, Renato, Paula, Márcia, Aristeu, Ricardo, Lauro, Caiuá, Dani, Natiele, Débora e Fabiano. De forma especial, à Mana e Natasha, pela querideza e atenção na fase final da escrita. Maia me ajudou com a pesquisa e me divertiu muito, o que é

fundamental.

Levo comigo amigos/as de muito tempo, com quem convivi em diferentes momentos e que continuam perto. Sou grata ao carinho e a amizade de Samir, Vinícius, Cassiane, Kelli, Angélica, Marcelo, Camila, Carol, Carla Silva, Gilberto, Antônio, Fernando, Juliane, Gabriel, Nauber, Weimer, Carla Conradi, Márcio, Sandra, Ivonete, Selma, Juliane e Blankl. Agradeço também a minhas tias e primas, em especial Saio e Ivete. Uly continua sendo, sempre, tão especial.

Agradeço a Mariluci, sempre próxima e espalhando sorrisos e boas energias. Obrigada, Mari, por todo o afeto e pela torcida.

Grazielle partilhou comigo momentos muito felizes no Rio e tem sido uma grande e linda amiga.

Lu, no meio de tantas conversas regadas a café e afeto, sempre me chamava “de volta pra tese”, e estive ao meu lado nas situações mais complicadas e mais divertidas. Muito obrigada amiga!

Sou grata a Rafael, Daniela e Graciela, com quem partilho tantos momentos: os voos, os tombos, a euforia... Por todo o cuidado, por toda a torcida, por todo o amor do mundo, obrigada.

À Glá, minha irmã, minha revisora, minha maior companheira desde a infância, obrigada.

Agradeço a meus pais, que compreenderam minhas ausências e me esperavam sempre com abraços e comidinhas gostosas, perguntando sobre “o trabalho” e me ajudando de todas as maneiras. Da mesma forma, agradeço a minhas irmãs, Glá e Margot, e às minhas sobrinhas Maiara e Laura. Tive essa sorte de crescer em uma família feita de muito amor. No fim das contas, isso é o que mais importa.

Ao Guinter, sou grata por toda a paciência, o incentivo e a ajuda com as “coisas da tese”. Mas agradeço, sobretudo, pelos risos e beijos, pelo gato, pelo colo, pelo *chimas* no fim de tarde... pelas coisas mais simples e mais bonitas da vida que estamos construindo. Te amo.

A todas e todos vocês, obrigada.

RESUMO

Esta tese tem como objeto central a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul) no período que compreende os anos finais da década de 1950 e o início dos anos 1960. A análise focaliza as práticas de atuação e mobilização dos ruralistas gaúchos agremiados em torno da Farsul naquele contexto, marcado pela emergência de inúmeros projetos de reforma agrária no estado e no país e pelo vigor dos movimentos de luta pela terra. As ações da Federação e de seus representados foram pautadas, em grande medida, pelo surgimento, em 1960, do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul e pela política agrária proposta pelo então governador Leonel Brizola (PTB). Neste sentido, examino a atuação da entidade diante deste cenário, partindo de dados sobre a formação histórica da entidade, sua estrutura organizativa e o perfil de seus quadros dirigentes – mais especificamente aqueles que assumiram cargos de presidentes e vice-presidentes no período. A partir da análise de documentos produzidos pela própria Federação, notícias e notas públicas divulgadas em jornais da *grande* imprensa e discursos reproduzidos nos anais da Assembleia Legislativa do estado, busco delinear os contornos do debate ruralista, as estratégias utilizadas para mobilizar e dar coesão aos seus membros, bem como as nuances e divergências em seu interior. Por fim, busco analisar as posições assumidas pela entidade diante dos projetos de reforma agrária patrocinados pelo governo *Jango* e as mobilizações e articulações da Farsul no processo que culminou com o Golpe de 1964.

Palavras-chaves: Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul – patronato rural - reforma agrária – golpe de 1964

ABSTRACT

This thesis examines the Federation of Rural Associations of Rio Grande do Sul (Farsul) in the period comprising the final years of the 1950's and the early 1960's. The analysis focuses on the practices of action and mobilization of the ruralists represented by Farsul in that context marked by the emergence of many land reform projects in the state and in the country and by the force of the land movements. The actions of the Federation and its represented were guided largely by the appearance in 1960 of the Movement of Landless Farmers of Rio Grande do Sul and the agrarian policy proposed by the governor Brizola (PTB). In this sense, I examine the entity activities on this scenario, from data on the historical formation of the entity, its organizational structure and the profile of its managers - specifically those who have assumed positions of presidents and vice-presidents in the period. From the analysis of documents produced by the Federation, public news and notes published in newspapers of the mainstream press and speeches reproduced in the annals of the State Legislative Assembly, I seek to outline the contours of the ruralist debate, the strategies used to mobilize and give cohesion to their members as well as the nuances and differences within. Finally, I intend to analyze the positions taken by the entity towards the land reform projects sponsored by the Jango government and Farsul mobilizations and articulations in the process that culminated in the 1964 coup d'état.

Keywords: Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul - rural patronage - land reform - 1964 Coup

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| LISTA DE QUADROS E TABELAS | 1 |
| LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS | 2 |
| INTRODUÇÃO | 5 |
| CAPÍTULO I - A “entidade-mater” do ruralismo rio-grandense: formação histórica e trajetória da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul | 36 |
| 1.1 A união dos “ <i>ruralistas de todos os quadrantes do estado</i> ”: a criação da Farsul, sua organização e estrutura interna | 36 |
| 1.2 Os “ <i>ilustres companheiros de diretoria</i> ”: perfil e representatividade dos dirigentes da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964) | 61 |
| CAPÍTULO II - 2 “Unidos e em alerta”: a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul no início dos anos 1960 | 109 |
| 2.1 O “ <i>momento decisivo</i> ”: a questão agrária no Rio Grande do Sul no início dos anos 1960..... | 111 |
| 2.2 – “ <i>O despertar da posição contemplativa</i> ”: a mobilização do patronato rural e a proposta da Farsul em relação à reforma agrária | 131 |
| 2.3 “ <i>Agitação e subversão</i> ” no meio rural: ocupações, acampamentos e desapropriações de terra | 143 |
| 2.4 “ <i>Os ruralistas numa frente de defesa e poder</i> ”: aproximações, alianças e redes | 177 |
| CAPÍTULO III - “Chegado é o tempo de guerra”: a Farsul, os “barões da terra” gaúchos e as práticas de mobilização patronal no pré-golpe de 1964 | 198 |
| 3.1 A Farsul e as transformações na política agrária no início dos anos 1960 | 200 |
| 3.1.2 “ <i>Nova fase de trabalhos e realizações</i> ”: a posse de Meneghetti no governo do estado e as perspectivas da Federação | 209 |
| 3.2 A “ <i>classe ruralista</i> ” em disputa: a Farsul “ <i>em face da momentosa e controvertida questão da Emenda constitucional</i> ” | 222 |
| 3.3 A reforma agrária: “ <i>tema da agitação que ia levando o país ao caos</i> ” | 240 |
| 3.3.1 A “ <i>Farsul toma posição</i> ”: o “ <i>decreto desapropriador</i> ” e a mobilização dos ruralistas gaúchos | 251 |
| 3.3.2 “ <i>Em defesa dos princípios democráticos e cristãos desbaratando a ofensiva comunista</i> ”: a Farsul e o Golpe de 1964 | 276 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 295 |
| LISTA DE FONTES | 301 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 309 |
| ANEXO I - Lista das Associações Rurais do Rio Grande Do Sul (1960-1964) | 319 |
| ANEXO II – “Concentração Rural de Santa Maria – Discurso pelo Presidente da FARSUL” | 323 |

LISTA DE QUADROS E TABELAS

| | |
|--|-----|
| Organograma dos Serviços Administrativos e Técnicos da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul | 54 |
| Tabela 1. Quadros Dirigentes e Membros do Conselho Deliberativo da Farsul (1959-1965) | 58 |
| Tabela 2. Lista de Secretários, Tesoureiros e Membros do Conselho Técnico e Comissão Fiscal (1959-1965)..... | 59 |
| Tabela 3. Dados relativos aos Presidentes e Vice-Presidentes da Farsul (1959-1965) | 63 |
| Quadro I – Mobilizações por terra no Rio Grande do Sul (1962-1964) | 147 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Abag - Associação Brasileira do Agronegócio
Abcar - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
Abcoop - Associação Brasileira de Cooperativas
Abcs - Associação Brasileira dos Criadores de Suínos
Ascar - Associação de Crédito e Assistência Rural
ADP - Ação Democrática Popular
AIA- Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico
Alpro – Aliança para o Progresso
Arco - Associação Rio-Grandense de Criadores de Ovinos
Ascar - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
BM – Brigada Militar
Cepal - Comissão Econômica para a América Latina
CETH – Comissão Estadual de Terras e Habitação
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CIA - *Central Intelligence Agency* / Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CNA - Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil
Cnbb - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
Cnra - Conselho Nacional de Reforma Agrária
Conclap – Conselho Superior das Classes Produtoras
Cotrin - Comissão da Organização da Triticultura Nacional
Cotrirosa - Cooperativa Triticola Santa Rosa Ltda
Contag – Confederação dos Trabalhadores Agrícolas
CRB – Confederação Rural Brasileira
Dops – Departamento de Ordem Política e Social
DSN - Doutrina de Segurança Nacional
Emfa - Estado-Maior das Forças Armadas
ESG – Escola Superior de Guerra
ETA - Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos
EUA – Estados Unidos da América
FAB – Força Aérea Brasileira

Facur – Fraternal Amizade Cristã e Rural
FAG – Frente Agrária Gaúcha
Faresp - Federações das Associações Rurais de São Paulo
Farem - Federações das Associações Rurais de Minas Gerais
Farsul – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
Fecotrigo - Federação das Cooperativas Triticolas do Rio Grande do Sul
Fecolã - Federação das Cooperativas de Lãs do Rio Grande do Sul
Federasul - Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul
Fiergs - Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FPN – Frente Parlamentar Nacionalista
GT 14 – Grupo de Trabalho 14
Gtra - Grupo de Trabalho sobre Reforma Agrária
Ibad - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
Ibge – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibope – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
Igra – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária
INA – Indústria Nacional de Armas
Inic - Instituto Nacional de Imigração e Colonização
Ipes – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
Ipesul – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais do Rio Grande do Sul
IPMs – Inquéritos Polícias-Militares
Irga - Instituto Rio-Grandense do Arroz
Iseb – Instituto de Estudos Brasileiros
ITR – Imposto Territorial Rural
Master – Movimento dos Agricultores Sem Terra
Montab - Montepio da Família Aeronáutica Brasileira
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTG – Movimento Tradicionalista Gaúcho
MTR – Movimento Trabalhista Renovador
OCB - Organização de Cooperativas Brasileiras
Ocergs - Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul

PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDC – Partido Democrata Cristão
PF – Partido Federalista
PL – Partido Libertador
PN – Partido Nacionalista
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
Prade - Projetos de reforma agrária e desenvolvimento econômico-social
PRR – Partido Republicano Rio-Grandense
PRP – Partido da Representação Popular
PSD – Partido Social Democrático
PSP – Partido Social Progressista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
Pucrs – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
QG – Quartel General
Sfici - Serviço Federal de Informações e Contra-Informações
SNA – Sociedade Nacional Brasileira
SRB - Sociedade Rural Brasileira
SSR – Serviço Social Rural
SSR-CR - Conselho Regional do Serviço Social Rural - Rio Grande do Sul
STM - Superior Tribunal Militar
Supra – Superintendência de Política e Reforma Agrária
UDN – União Democrática Nacional
UDR - União Democrática Ruralista
Unasco – União Nacional de Cooperativas
UNE – União Nacional dos Estudantes
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Ultab – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

Introdução

“Pelas quebradas e rincões distantes das sesmarias de campos nas estâncias da Província de São Pedro soaram, e estão ressoando neste momento, vozes de campeiros gaúchos, madrugando nas barras de uma alvorada nascente para o reponte de um rodeio grande das tradições farroupilhas do Rio Grande do Sul. [...] E Santa Maria da Boca do Monte revive, nesta hora de predestinação, as evocações dos acampamentos cívicos, de campanhas pacíficas ou de cruentos entreveros, em que a gente do Rio Grande do Sul foi marcando, em fatos memoráveis, a história de um povo, que nasceu e há de morrer com a mística heróica do amor à liberdade.”¹

Com estas palavras, o então presidente da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul) iniciou seu discurso na “maior e mais produtiva reunião que possa haver realizado a classe ruralista no Rio Grande do Sul”² – a Concentração Rural de Santa Maria, ocorrida entre os dias 5 e 6 de janeiro de 1962. Naqueles dias, reuniram-se centenas de integrantes das associações rurais gaúchas, com o objetivo de discutir questões como crédito agrícola, associativismo rural e, especialmente, reforma agrária. O presidente da entidade, Antônio Saint Pastous de Freitas, dando continuidade a sua fala, apelava aos seus correligionários:

Companheiros ruralistas!

Permiti, meus caros confrades de classe, que eu mereça de vossa indulgência e compreensão o direito, ou, quem sabe, o dever, de vos dirigir uma exortação à realidade do momento decisivo que estamos vivendo. Não basta despertar da atitude contemplativa como quem acorda de um sonho de ilusões para um mundo de irrealidades. [...] Despertar da atitude contemplativa, consistirá em contrair novos e maiores compromissos. Despertar da atitude contemplativa, é partir do princípio da força pela união; é mobilizar, para os postos de comando, os autênticos líderes da classe; é reestruturar, em bases de revitalização, as Associações Rurais e integrar a classe no próprio exercício e direção de sua entidade máxima – A Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul.³

A Farsul, criada em 1927,⁴ representava naquele momento 124 entidades federadas espalhadas pelo Rio Grande do Sul e experimentava um crescimento significativo em seus quadros, o que pode ser evidenciado pelo aumento do número de agremiações agrupadas em

¹ FARSUL. Concentração Rural de Santa Maria. Discurso pelo Presidente da FARSUL. Janeiro – 1962. p. 3. Acervo da Farsul. Em todas as citações de documentos e jornais foi preservada a grafia da época. Grifos da autora.

² *Correio do Povo*, 9 de janeiro de 1962. Contracapa.

³ FARSUL. Concentração Rural de Santa Maria. Discurso pelo Presidente da FARSUL. Janeiro – 1962. p. 9-10. Acervo da Farsul.

⁴ A entidade foi criada em 24 de maio de 1927, durante o I Congresso de Criadores do Estado do Rio Grande do Sul. A agremiação nasceu com o nome de Federação das Associações do Rio Grande do Sul e em 1965 se transformou em Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, nome que preserva até os dias atuais.

seu entorno, que passou de 108, em 1957, para 124, em 1962.⁵

O “momento decisivo” ao qual se referia o presidente da Federação em seu discurso caracterizava-se por profundas transformações nas lutas políticas em relação ao acesso à terra. Autores como Palmeira⁶ Gorender⁷ e Dreifuss⁸ apontam o período compreendido entre o final da década de 1950 e meados de 1960 como o ápice das pressões agrárias. De acordo com Starling,

O final da década de 50 introduziu uma realidade nova no já tradicionalmente inquieto cenário rural do país: a organização política dos trabalhadores rurais iniciada no Nordeste na década de 1940 pelo PCB, e que ressurgiu com excepcional vigor ao final dos anos 50 com as Ligas Camponesas de Francisco Julião.⁹

Neste contexto, a bandeira da reforma agrária emergiu com grande intensidade. Sua defesa não era reivindicada apenas pelos trabalhadores rurais e camponeses sem terra e por setores da esquerda; estudiosos e organismos como a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal¹⁰) e o Instituto de Estudos Brasileiros (Iseb¹¹) passaram a defendê-la, com o argumento de que a estrutura agrária vigente representava um obstáculo ao desenvolvimento da economia brasileira. Conforme afirma Moacir Palmeira,

Antes de 64, sobretudo no final do período, em 62/63, nem os grandes proprietários, e nem aqueles que militavam efetivamente contra a reforma agrária ousavam se manifestar publicamente contra ela. A expressão *reforma agrária* ganhou, na época, um tal peso que até as entidades patronais diziam defendê-la.¹²

⁵ SCHERER, Ilse. *Associativismo e sindicalismo rural no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado). Cursos de Pós-Graduação em Economia Rural e Sociologia Rural. UFRGS. Porto Alegre, 1972. p. 93.

⁶ PALMEIRA, Moacir. Significado da reforma agrária. IN: CARVALHO, Abdias V. & D'INCÃO, Maria da Conceição. *Reforma agrária, significado e viabilidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

⁷ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1999.

⁸ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

⁹ STARLING, Heloisa. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986. As Ligas Camponesas “foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964.” LIGAS CAMPONESAS. IN: ABREU, Alzira Alves et.al. (coord.). *Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. Vol. III, p. 3122.

¹⁰ A Cepal foi criada no final dos anos 1940, com o objetivo de estudar o atraso econômico dos países da América Latina, propondo formas de superá-lo. Para mais informações ver: MANTEGA, Guido. *A Economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1984.

¹¹ “O ISEB foi criado pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura. O grupo de intelectuais que o criou tinha como objetivos o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e deveriam permitir o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional.” IN: CPDOC – Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB> Acesso em: 12 de maio de 2016.

¹² PALMEIRA, op. cit., p. 17.

Uma vez que a reforma agrária apresentava-se como um tema urgente na vida nacional, a batalha passou a se dar em função dos diferentes projetos existentes. Muitas entidades patronais e movimentos sociais passaram a discutir e a propor alternativas, assim como inúmeras propostas foram gestadas no âmbito de governos estaduais, do executivo federal e do parlamento.¹³

A Farsul foi uma destas entidades patronais que desenvolveu uma proposta relativa à reforma agrária. Conforme Eckert, diante das incontornáveis pressões sociais, a entidade, “com o intuito de manter certo controle sobre a sua execução, dispunha-se a assumir a liderança nesse processo, a fim de absorvê-la conforme suas conveniências.”¹⁴ Neste sentido, elaborou uma proposta de reforma que atendesse a seus interesses.

A Federação encontrava-se diante de uma conjuntura bastante delicada. Tal como no restante do país, no Rio Grande do Sul as tensões em torno da questão agrária também aumentaram no período, principalmente a partir da formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul (Master), que se consolidou e ganhou visibilidade entre os anos 1960 a 1964.

De acordo com Eckert, o movimento se estruturou por ocasião da tentativa de retomada de uma área de 1.800 hectares localizada em Faxinal, no interior do município de Encruzilhada do Sul, que há 50 anos estava em poder de 300 famílias de posseiros. Durante 36 anos não houve reclamação em relação à propriedade da área, “até que Euclides Lança, dizendo-se dono, passou a exigir dinheiro pelo uso da terra” e pressionou os agricultores a comprá-la, sob pena de serem despejados. Estes passaram a se organizar, com o apoio do então prefeito Milton Serres Rodrigues, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que intermediou junto ao governo do estado a emissão de títulos de posse aos posseiros.¹⁵

Tal mobilização levou à fundação da primeira associação, em junho de 1960, cujas bases se ampliaram até dar origem a um movimento mais organizado, que forjou o surgimento

¹³ Como exemplo, podemos citar as discussões e propostas de alteração da política agrária desenvolvidas nos governos dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Minas Gerais; no Parlamento, vários projetos ou emendas foram debatidos entre 1960 e 1964, entre os quais se destacam o “Anteprojeto de Reforma Agrária, Aumento da Produção e Humanização do Campo” (1962), apresentado pelo então Ministro da Agricultura Armando Monteiro (PSD) e aqueles elaborados pelo senador Milton Campos, do PSD (Projeto nº 93 A, de 1963) e pelos deputados Anis Badra (PDC) e Herbert Levy (UDN), datados de 1963. O projeto do Executivo foi apresentado em 1964, conforme discutiremos adiante. Para informações acerca destes projetos e sua apreciação no Congresso Nacional, ver: NATIVIDADE, Melissa de Miranda. *A Questão agrária no Brasil (1961-1964): uma arena da luta de classes e intraclasse*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

¹⁴ ECKERT, Córdula. *Movimentos dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul – 1960-1964*. Dissertação (Mestrado), Curso de Pós-Graduação em Ciências de Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984. p. 279.

¹⁵ Idem, 67-68.

de mais de uma centena de entidades de trabalhadores sem terra.¹⁶ Neste processo de formação do Master, se destacaram algumas lideranças do PTB, como o prefeito Rodrigues, o deputado federal Ruy Ramos e o assessor do governo gaúcho, Paulo Schilling. Além disso, o movimento contou com um apoio significativo do então governador Leonel Brizola.

Concomitante à mobilização dos trabalhadores rurais e ao suporte de Brizola à mesma, a política agrária implementada pelo seu governo também contribuiu para o acirramento das disputas e das tensões, especialmente após 1961. De acordo com Harres, naquele momento houve uma mudança significativa na política agrária do governo, que passou a enfatizar a reforma agrária, evidenciada com a nomeação de uma comissão responsável por propor alternativas viáveis para a reforma no estado.¹⁷

Neste ano, 1961, foi criado o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (Igra), “órgão encarregado de administrar, com o auxílio das secretarias, um ‘programa especial e permanente de difusão da propriedade”, que seria desenvolvido a partir do planejamento e da organização de “granjas cooperativadas” e “comunidades de pequenos e médios agricultores.”¹⁸ Tal ênfase da política agrária do governo potencializou as desavenças entre a Farsul e o governo de Leonel Brizola, que permaneceram até o fim de seu mandato.

Em 1962, nas eleições estaduais, o candidato de Brizola foi derrotado pelo ex-prefeito de Porto Alegre e ex-governador Ildo Meneghetti, do Partido Social Democrático (PSD).¹⁹ Se o fim do mandato de Brizola e a posse de político mais alinhado aos interesses da Farsul agradara parte significativa dos ruralistas, a conjuntura nacional, por outro lado, encontrava-se bastante conturbada.

A partir da posse de João Goulart, em 1961, as tensões no campo foram

¹⁶ Quem eram estes sem terra? Eckert afirma que os indivíduos aglutinados pelo Master englobavam “os assalariados permanentes e temporários, que, pela pouca geração de empregos no campo e pelas más condições de trabalho oferecidas, ansiavam pela posse da terra como forma de garantir a sua sobrevivência e da família; os posseiros, parceiros, arrendatários e agregados, que apesar de terem acesso à terra, tinham-no de forma instável, os pequenos proprietários que, por terem parcelas de terras muito reduzidas, pretendiam aumentar a sua propriedade; e os filhos de pequenos proprietários que, ao casar, pretendiam permanecer como agricultores e para quem nem sempre a terra do pai era suficiente para atender suas necessidades.” Em relação ao seu contingente no período, a autora indica que, de acordo com os dados do Censo Agrícola “pode-se estimar que existiam, em 1960, 297.814 agricultores sem terra” no estado. *Idem*, p. 56. Para fins deste trabalho, adotaremos essa expressão na acepção da autora.

¹⁷ HARRES, Marluzá Marques. Movimentos sociais rurais. IN: *República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Coordenação Geral: Tau Golin, Nelson Boeira. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). p. 247.

¹⁸ *Idem*.

¹⁹ No início dos anos 1960, formou-se no estado a Ação Democrática Popular, que reunia as bancadas do PSD, PL, PDC, PRP e UDN, partidos de oposição ao governo Goulart. Esta frente objetivava disputar as eleições no estado, se opondo ao grupo formado pelo PTB, MTR e ARS. IN: HEINZ, Flávio M. *O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados – 1947 – 1982*. Porto Alegre: CORAG, 2005. p. 47.

potencializadas, não apenas em função da proposta de reforma agrária que estava no bojo das *reformas de base*, mas também porque o governo garantiu ao setor rural o direito à sindicalização, dando novas feições para as relações de trabalho no campo. Em 1963, o presidente sancionou o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214/63), estendendo ao mundo rural a estrutura sindical e os direitos trabalhistas regulamentados para os trabalhadores urbanos a partir da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada em 1943. O Estatuto “instituiu normas gerais de proteção ao trabalhador rural referentes à duração de trabalho, remuneração e salário mínimo, repouso e férias, higiene, segurança e moradia.”²⁰

Este processo levou ao surgimento de centenas de sindicatos de trabalhadores rurais no período: em número ínfimo em 1962, em 1963 já somavam 270 e mais de 500 estavam em fase de organização em todo o país. No mesmo ano, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), representante oficial dos trabalhadores rurais junto ao estado.

Conforme Starling, apesar de grande parte do setor ruralista fazer oposição à proposta de reforma agrária de Jango, que, em sua essência, não representava uma ameaça à propriedade, o que mais assustava os grandes proprietários de terra era o fato dos trabalhadores rurais principiarem, através da sindicalização, a romper com o indiscutível controle até então exercido por estes proprietários.²¹ Com a perspectiva da sindicalização, houve uma ampliação das demandas dos trabalhadores rurais, que incluíam melhores condições de vida para a população camponesa, campanhas em favor do voto do analfabeto e reforma agrária.

Na gestão de Goulart houve uma reorganização das agências responsáveis pela questão agrária no interior do aparelho de estado. Em 1963, o governo criou a Superintendência de Política Agrária (Supra), que incorporou diversos órgãos como o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o Serviço Social Rural e o Conselho Nacional de Reforma Agrária, passando os mesmos a responder diretamente à Presidência da República. A criação da autarquia objetivava preparar “o terreno” para a implementação de projetos de reforma agrária, criando condições políticas e institucionais para a sua aplicação.²²

De acordo com Jorge Ferreira, em sua biografia sobre o ex-presidente Goulart, em 1963 ele “voltou-se para o seu programa histórico: as reformas de base, a agrária em

²⁰ FRÖLICH, Egon Roque. O papel das organizações rurais e a reforma agrária no Rio Grande do Sul. *Revista Ciências Sociais*, Porto Alegre, 2(1), p. 59-72, 1988. p. 61.

²¹ STARLING, op. cit. p. 245.

²² CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise do poder e reformas de base (1930-1964) In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano, Tomo III. São Paulo: Difel, 1986. p. 204.

particular.”²³ Assim, o governo passou a desenvolver uma série de medidas e elaborar projetos para a implantação de uma reforma agrária no país, que culminaram com a emissão de um decreto presidencial, para efeito de desapropriação, assinado pelo presidente no *Comício da Central do Brasil*, em 13 de março de 1964.²⁴ De acordo com Camargo, com a assinatura do mesmo, o presidente “definitivamente, unifica contra si e contra o regime a heterogênea mas organizada classe dos proprietários.”²⁵

Para alívio dos ruralistas, as desapropriações previstas nunca chegaram a ser efetivadas: o desenrolar dos acontecimentos levaram à deposição de João Goulart no dia 31 de março de 1964. Para compreender este processo que culminou com o Golpe de 1964 - marcado por tantos embates em torno da questão agrária - é fundamental investigar as práticas de atuação, os posicionamentos e as articulações destes ruralistas e de suas entidades representativas. Conforme aponta Bruno

Em diferentes períodos da história deste país, sobretudo nos momentos de fortalecimento dos movimentos sociais de luta pela terra e por uma reforma agrária e nas situações em que as liberdades democráticas são reivindicadas, quase sempre esteve presente, como fundamento ou fiapos de nossos desejos e projetos, a certeza, para uns, ou a esperança, para outros, de que, “finalmente” e “desta vez” o Brasil conseguiria acabar com o latifúndio, pondo fim se não ao monopólio privado pelo menos à alta concentração de terras. Contudo, o que se viu a cada momento foi a renovação do poder e a reafirmação da força dos grandes proprietários de terras, expressas na garantia da manutenção da concentração fundiária e, conseqüentemente, na realimentação de seus privilégios de classe e na redefinição de seus poderes econômicos, políticos, sociais e simbólicos. Considero mais adequada a noção de renovação em oposição à permanência do poder da propriedade porque permite que nos distanciemos da ideia de algo imutável. Houve e há mudanças importantes, tanto decorrentes das transformações da sociedade brasileira como da própria natureza dos processos sociais que cimentaram as relações de propriedade e de poder patronal.²⁶

Na perspectiva da autora, em diferentes momentos históricos assistimos a renovação do poder e a reafirmação da força dos grandes proprietários de terra. O início dos anos de 1960, conforme buscamos evidenciar, se configurou em um destes “momentos decisivos”, no qual as intervenções e articulações dos ruralistas e de suas entidades representativas foram

²³ FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011. p. 341.

²⁴ Os projetos desenvolvidos pelo governo Jango em torno da reforma agrária serão discutidos de forma detalhada no terceiro capítulo. Vale chamar a atenção para o fato de que o princípio de desapropriação por “interesse social” já estava previsto na Constituição de 1946; o governo Goulart vai tentar por em prática esta prerrogativa constitucional.

²⁵ CAMARGO, op. cit. p. 204.

²⁶ BRUNO, Regina et al. O *ethos* da propriedade da terra no Brasil. IN: BRUNO, Regina. *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 209-230. p. 210.

fundamentais para garantir a manutenção de tal poder.

Neste sentido, esta tese analisa a trajetória de uma destas entidades patronais rurais: a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul. Meu propósito é examinar a atuação da Farsul no período que compreende os últimos anos da década de 1950 até 1964, buscando investigar suas práticas de atuação, estratégias de mobilização patronal, alianças políticas e interlocução junto a agências do Estado.

Alguns dos objetivos traçados para esta investigação são: a) analisar os modos de organização e mobilização da Farsul e como esta atuou no sentido de se contrapor aos movimentos dos trabalhadores sem terra e às suas reivindicações; b) discutir sobre as disputas em torno do significado da reforma agrária e qual a proposta de reforma defendida pelos ruralistas do Rio Grande do Sul associados à Farsul; c) identificar como a Federação se posicionou frente às políticas públicas direcionadas à questão agrária ao longo deste período, tanto em âmbito federal quanto estadual, e analisar como buscou intervir na elaboração e na aplicação de tais políticas; d) examinar como a entidade se articulou internamente e com outras agremiações/grupos políticos na oposição às propostas de reforma agrária dos governos de Leonel Brizola e João Goulart no início da década de 1960.

O recorte temporal selecionado para analisar a trajetória da Farsul abrange os anos de 1959 a 1964. Este marco está relacionado à posse de Leonel Brizola no governo do estado, que marca o início de um período caracterizado por intensas disputas em torno do uso e da posse da terra, bem como pela intensificação da mobilização do patronato rural gaúcho. A data final – 1964 - remete à deposição de Goulart e ao início da ditadura civil-militar brasileira. A escolha deste recorte se justifica em função das possibilidades de análise que tal conjuntura suscita.

A partir da apresentação do objeto central desta tese - as práticas de atuação política e de mobilização da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul - passo a discorrer sobre alguns conceitos e discussões teóricas que orientaram a sua elaboração.

A Farsul é aqui entendida enquanto uma entidade de organização e representação dos ruralistas gaúchos. Bruno, Sevá e Carneiro, ao tratar da representação da atual geração patronal rural e agroindustrial no Brasil, compreendem a representação como um

[...] processo social que busca agregar diferentes dimensões e tanto incorpora as entidades formais (associações, sindicatos, grupos de pressão, etc), como os seus porta-vozes, as lideranças e “quadros” políticos como os representantes corporativistas e classistas. Representação também entendida

como prática social e como construção de uma retórica de identidade e de legitimidade de classes e grupos sociais, um em relação aos outros.²⁷

Neste sentido, as entidades de representação se constituem em “um espaço privilegiado de intensificação dos laços sociais que unem reciprocamente as classes e grupos patronais rurais” e de “reafirmação de valores, de construção de projetos de vida, da defesa de interesses os mais variados, da identificação dos adversários e dos aliados e, ainda, da renovação e atualização de suas práticas sociais, culturais e políticas.”²⁸ De acordo com Bourdieu, a classe passa a existir quando há representantes que falam e se manifestam em nome dela, que a instituem: “A classe existe na medida em que – e só na medida em que – os mandatários donos de *plena potentia agendi* podem ser e sentir-se autorizados a falar em nome dela [...] e a fazê-la existir como força real no seio do campo político”. Em sua acepção, a classe não é algo concreto, ela “existe na crença de sua existência”.²⁹

Para fins desta investigação, analiso a atuação da Farsul e dos ruralistas a ela vinculados em diálogo com uma perspectiva de *classe*, conceituada a partir das formulações elaboradas pelo historiador inglês Edward Palmer Thompson. Embora ele construa seu referencial teórico e metodológico fundamentado no estudo da história dos trabalhadores e excluídos, acredito que sua acepção acerca do conceito de classe enquanto um *acontecimento* histórico também pode ser utilizada para pensar os “grupos dominantes” e compreender como estes grupos se constroem enquanto tal.

Em relação à compreensão da classe enquanto um *acontecimento*, o autor afirma que

Classe é uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do *tempo*, isto é, ação, reação, mudança e conflito. Quando falamos de *uma* classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando a mesma categoria de interesses, experiências sociais, tradição e sistemas de valores, que tem *disposição* para se *comportar* como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento.³⁰

²⁷ BRUNO, Regina; SEVÁ, Janaína Tude; CARNEIRO, Olavo Brandão. Agronegócio e representação de interesses. IN: BRUNO, Regina. *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 131-158. p. 131.

²⁸ Idem, p. 132.

²⁹ Embora o autor se refira à classe operária, este entendimento pode ser, por analogia, utilizado para compreender os grupos dominantes. BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese de classes. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 159-160.

³⁰ THOMPSON, Edward Palmer. As peculiaridades dos ingleses. In: NEGRO, Antonio Luigi & SILVA,

Tratando-se do objeto em questão, no qual a identificação de interesses em comum se constrói a partir da oposição em relação a interesses de outros grupos sociais, a já clássica definição elaborada pelo autor é adequada, principalmente pelo seu caráter *relacional*: “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”.³¹ Contudo, a classe, exatamente por ser fenômeno histórico, não automático, depende das circunstâncias que condicionam sua emergência. Para Thompson, associada à ideia de *relação* está a noção de *experiência*.

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo [experiência] – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.³²

Assim, homens e mulheres vivenciam situações compartilhadas, que logo são traduzidas por sua “consciência e cultura”, dotando-as de um sentido constitutivo de uma identidade.³³ De acordo com Medeiros

A consciência aparece como consciência de si em relação ao outro, o que significa uma profunda transformação nos padrões herdados de comportamento e de relação não só entre a classe em formação e o que ela define como seus oponentes de classe, mas também no interior da própria classe, criando novas formas de solidariedade e organização.³⁴

No caso do objeto desta pesquisa, “as vivências contidas nas trajetórias dos agentes [que] servem para que eles se reconheçam enquanto coletividade”³⁵ se acumularam sob a

Sergio. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 169.

³¹ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 1. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 10.

³² Id.. *A Miséria da Teoria, ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 182. Grifos do original.

³³ Ellen Wood igualmente ressalta a importância da experiência para os processos que constituem as classes. WOOD, Ellen M. Classe como processo e como relação. In: *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003. pp. 73-98.

³⁴ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Algumas considerações sobre o conceito de classe social*. Texto apresentado como requisito de exame de qualificação ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais do IFCH/Unicamp, novembro de 1992. p. 24.

³⁵ RAMOS, Marília Patta. *O “novo” e o “velho” ruralismo no Rio Grande do Sul: um estudo sobre os*

experiência de defesa de seus valores e interesses (entre eles a manutenção da propriedade da terra) diante da ameaça representada pelas mobilizações organizadas por movimentos sociais do campo e pelo programa de reforma agrária dos governos Brizola e Goulart. Em grande medida, a “experiência proprietária” de que falo aqui também é o fator identificado por Ramos para dar coesão aos membros da União Democrática Ruralista (UDR):

Identificou-se a questão de ‘ser dono’, ‘ser proprietário’ (mesmo que arrendem alguns hectares) como condição que aproxima aqueles agentes, historicamente ligados à terra, daqueles que mais ‘recentemente’ se engajaram nessa atividade, pelo investimento de capitais oriundos de outros ramos. Apesar de não terem o mesmo tipo de vivência passada que os demais, ligados aos valores familiares, acabam se identificando no processo de construção da Burguesia Agrária, como uma classe social, pelo reconhecimento de interesses, objetivos e opositores comuns.³⁶

A questão suscitada por Ramos é muito importante, na medida em que aponta a necessidade de melhor caracterizar a base social das agremiações patronais. Indicar que se tratam de entidades formadas por grandes proprietários é insuficiente, uma vez que não dá conta da heterogeneidade de sua composição. A Farsul agrupava centenas de associações rurais cuja base social era muito diversa; naquele período, em muitos municípios ainda não existiam sindicatos rurais, o que fazia com que as associações reunissem tanto grandes quanto pequenos e médios proprietários, trabalhadores rurais, arrendatários, etc.³⁷ Ainda que a base social representada pela Farsul fosse bastante variada, os estudos acadêmicos produzidos apontam que, historicamente, a entidade se constituiu como porta-voz dos interesses dos grandes proprietários ou produtores do estado.³⁸ Segundo Heinz,

[...] tanto a constituição da FARSUL como entidade de representação estadual dos grandes proprietários fundiários, nos anos 20, quanto o posicionamento público da entidade acerca do problema fundiário da Reforma Agrária, nos anos 60, constituem-se em momentos privilegiados de produção de experiências sociais e políticas de grandes proprietários

integrantes da UDR. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1995, p. 199.

³⁶ *Idem*, p. 200.

³⁷ Infelizmente, não foi possível acessar o organograma de associados de uma das entidades que compunham a Farsul na época, a fim de analisar sua composição, tampouco foram localizados estudos acadêmicos que tratem desta questão.

³⁸ Ver, por exemplo; DA ROS, César Augusto. *As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.; HEINZ, Flávio Madureira. *Representação Política e Formação de Classe: As organizações da Burguesia Agrária Gaúcha na Oposição à Reforma Agrária, 1985-1988*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991.

fundiários no Rio Grande do Sul.³⁹

Destaco que no caso específico desta investigação, não se trata de analisar a formação “original” de uma classe: Thompson indica que “ningún modelo puede proporcionarnos lo que debe ser la ‘verdadera’ formación de clase en una determinada ‘etapa’ del proceso. Ninguna formación de clase propiamente dicha de la historia es más verdadera o más real que otra, y clase se define a si misma en su efectivo acontecer”.⁴⁰ Medeiros, ao interpelar seus estudos, afirma:

[...] há que se indagar se o procedimento de Thompson permite que se possa falar de um momento em que a classe está "feita". Embora ele indique esse tipo de abordagem na *Formação da Classe Operária Inglesa*, sem dúvida todo o seu percurso metodológico nos conduz a pensar classe como processo, o que, se nos permite pensar um momento em que ela se "constitui" como tal, não nos autoriza a imaginar que ela não deixe de se transformar. Rigorosamente com as propostas de Thompson, as classes se fazem e se refazem continuamente.⁴¹

Vale destacar que as transformações teóricas e metodológicas experimentadas nas últimas décadas no campo das humanidades suscitaram alguns questionamentos em relação ao uso do conceito de *classe*, que nos levam a pensar em seus limites e nos cuidados necessários para que sua utilização não seja redutora da experiência – e da análise – dos agentes sociais em questão. Segundo Medeiros,

Essas questões têm rebatido no interior da análise de classe através do questionamento de seu estatuto de categoria universalmente explicativa e/ou pela valoração de outros elementos, para além dos que na teoria marxista se constituíram como paradigmáticos. Na literatura recente, a classe tem deixado de ser analisada como estrutura, lugar na produção; também tem sido redimensionados os lugares e as formas como essa teoria considerou como sendo por excelência a expressão da ‘consciência de classe’: o sindicato, o partido. Passam a ser ressaltados outros elementos, em especial a cultura, as tradições, a racionalidade que preside a lógica das ações individuais como elementos centrais para entender a ação dos grupos e a própria constituição de uma identidade de classe, na medida em que elas configuram formas de luta, concepções, demandas.⁴²

Entre os historiadores, mais especificamente no âmbito da chamada *história social*,

³⁹ HEINZ, op. cit, 1991, p. 49-50.

⁴⁰ THOMPSON, Edward Palmer. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1984. p. 38-39.

⁴¹ MEDEIROS, op. cit, 1992, p. 25.

⁴² Idem, p. 7.

tais discussões pautaram-se tanto nas críticas surgidas pelo impacto do “*linguistic turn*”⁴³, que se desdobraram em um questionamento ao uso de certas categorias, como “classe” e “social”, quanto nas problemáticas internas à história social - como as relações entre “sujeito”, “experiência” e “estrutura” e as questões de escala macro e micro.

As proposições de Thompson também têm sido criticadas, especialmente no que se refere ao conceito de experiência. A historiadora Joan Scott questiona seu uso na obra do autor, uma vez que este funcionaria enquanto uma categoria não problemática, cujo significado é previsível e o “ponto de explicação originário”. Em artigo intitulado *A invisibilidade da experiência*, Scott critica o aspecto unificador da experiência em sua abordagem, resultado de uma perspectiva na qual esta seria moldada, em última instância, pelas relações de produção e que estas emergiriam como um elemento “mais saliente da ‘experiência do que qualquer outra coisa.’”⁴⁴ Este aspecto unificador exclui, segundo a autora, “amplos domínios da atividade humana ao simplesmente não considerá-los como experiência, isto é, não traz nenhuma consequência para a política ou a organização social.” Assim, ao considerar a classe enquanto uma identidade “proeminente”, as outras posições dos sujeito tornam-se subordinadas a ela.⁴⁵

Sobre a questão da escala, saliento a importância das reflexões explicitadas no texto de Simonna Cerutti, a partir de seu trabalho sobre a formação de grupos profissionais numa cidade italiana do Antigo Regime⁴⁶. A autora, utilizando-se da microanálise, buscou acompanhar os percursos individuais dos protagonistas “a fim de reconstituir a variedade de sua experiência nos diferentes campos da vida social”. Neste sentido, a autora afirma que se diferencia de Thompson, pois se propõe a definir os interesses daqueles sujeitos a “partir das possibilidades e das imposições que se podiam apresentar a eles ou influir sobre eles, mais do que a partir da posição que ocupavam formalmente na hierarquia social”.⁴⁷

⁴³ Patrick Joyce, um dos autores identificados com o “linguistic turn”, aborda os debates introduzidos pela pós-modernidade no campo do conhecimento histórico e defende a importância de problematizar “a história de poder e dos regimes de conhecimento que tem produzido formas de pensar o mundo.” Esta história nos ajudaria a compreender e a desnaturalizar categorias de pensamento que tem servido de base para o nosso conhecimento, duas delas fundamentais para a *história social* (e identificadas com o Marxismo): o “material e o social”, e com elas a ideia correlata de *classe*. JOYCE, Patrick. The end of social history? [O fim da história social?] *Social History*, v. 20, n. 1, Janeiro 1995. p. 73-91. p. 73.

⁴⁴ SCOTT, W. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, PUC-SP, n. 16, 1988. p. 297-326. p. 310.

⁴⁵ Sobre o entendimento de experiência em Thompson e algumas diferenciações entre a obra deste autor e a de Michel Foucault, ver: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Experiência: uma fissura no silêncio. In: *História. A arte de inventar o passado*. Bauru: EDUSC, 2007. p. 133-147.

⁴⁶ CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁴⁷ Idem, p. 174.

Cerutti chama a atenção para os perigos de uma classificação e formalização “completamente estranha à experiência dos atores sociais”⁴⁸. Ou seja, o uso prévio de conceitos que precedem uma análise dos diferentes aspectos da vida social dos atores, das relações que estabelecem, e que nos leva, muitas vezes, a enxergar a experiência individual enquanto a “tradução subjetiva da condição objetivamente vivida e compartilhada pelos membros do mesmo grupo.”⁴⁹ Ela revela algumas críticas que são feitas ao trabalho de Thompson neste sentido; embora o autor enfatize a experiência enquanto um aspecto importante de sua análise, “é a concepção daquilo que faz a experiência que parece redutora”. A autora cita o trabalho de Sewell, que afirma que a análise de Thompson permanece muito baseada no determinismo econômico, uma vez que a experiência, para o autor, “é única e é ditada pelas relações de produção que eles inevitavelmente conheceram”; ou seja, ela já está pré-determinada. Para evitar tal armadilha, a autora afirma que

em lugar de considerar evidente o pertencimento dos indivíduos a grupos sociais definidos (e de analisar as relações entre sujeitos definidos a priori), é preciso inverter a perspectiva de análise e se interrogar sobre o modo pelo qual as relações criam laços de solidariedades e alianças, criam, afinal, grupos sociais.⁵⁰

Para isso, ela propõe reconstituir os grupos sociais a partir das relações que ligam os indivíduos, considerando estas relações como instrumentos de análise.

A análise relacional, do tipo que Cerutti realiza, é importante na medida em que ilumina os modos pelos quais os indivíduos constituem laços entre si, e que laços são estes. No entanto, fica ainda pendente a questão de porque algumas relações são estabelecidas (ou ativadas) em detrimento de outras. Isto é, os indivíduos não nascem “soltos” dentro de um ambiente social, não podem estabelecer uma gama infinita de relações, ainda que possam estabelecer muitas delas. Elementos como a “posição na hierarquia social” não esgotam as possibilidades dos agentes históricos, mas certamente condicionam, em alguma medida, suas ações.

Ao pensar algumas das proposições de Cerutti a partir de meu objeto de pesquisa, evidenciam-se vários elementos que podem contribuir para a análise. O presente estudo trata de uma entidade específica, constituída por sujeitos que desenvolveram “*laços de solidariedade e aliança*” baseados, em grande medida, na defesa de seus interesses e da

⁴⁸ Ibidem, p. 178.

⁴⁹ Idem Ibidem, p. 185.

⁵⁰ Idem Ibidem, p. 183.

propriedade da terra. Neste sentido, a experiência destes atores a partir da sua posição social e das relações de produção que estabelecem são fundamentais para compreender a sua história.⁵¹ Mas isso não significa que suas experiências se reduzem a sua posição social nas relações de produção; Thompson também não partia deste princípio, de pensar a experiência como “única”, apesar de dar um peso maior a este aspecto. O autor, ao se referir às relações entre estrutura e experiência, matiza a importância da primeira na “determinação” da segunda, ao afirmar que “as maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer ‘agora’, ‘manipula’ a experiência desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita da determinação.”⁵²

Ao longo da pesquisa, analiso dados das trajetórias de alguns dirigentes da entidade nos mais diferentes espaços, visando conhecer sua inserção em variadas redes de relações sociais. Assim, além de aproximar-se de múltiplos aspectos da vida destes atores - como aponta Cerutti, foi possível identificar as articulações entre estes, a Federação e outros grupos políticos, instituições e associações representativas do ruralismo ou de outros grupos/classes. Mas tal investigação apontou também que, em alguns casos, a experiência dos atores estava vinculada a outros aspectos e interesses, que não aquele “condicionado” pelo fato de serem ruralistas.

Outro fator importante diz respeito ao uso do termo *classe* pelos próprios atores sociais que visou investigar: o chamamento à “classe” – às vezes adjetivada como “ruralista”, outras como “produtora”, o que também pode ser problematizado –, à sua mobilização, à sua união em torno de interesses concretos, é explicitado a todo o momento, como se pode visualizar no discurso do presidente da Federação. Cerutti também aborda esta questão, que diz respeito ao uso do vocabulário dos atores sociais; a autora cita, como exemplo, os trabalhos da antropologia cultural que fazem de sua palavra de ordem os modos de designação e as categorias usadas pelos atores sociais. Para a autora, não basta adotar tal linguagem, pois tal exercício não permite que nos aproximemos da realidade estudada; é preciso questionar como tal imagem foi produzida, sobre as relações “com o espaço ou com os indivíduos que a informaram”. Segundo Cerutti, as categorias são o “resultado de uma interpretação do mundo

⁵¹ Vale chamar a atenção para as reflexões de Viotti, que indica as dificuldades em se definir o que é experiência, quais seus componentes relevantes, se podemos reconhecer qualquer forma de hierarquia nas muitas e diversificadas experiências vividas e sobre o fato de que “cada um tem uma maneira diferente de selecionar o que parece ser significativo para caracterizar a experiência [...]”. COSTA, Emilia Viotti da. Experiências versus estruturas: novas tendências na história do trabalho e da classe trabalhadora na América Latina O que ganhamos? O que perdemos? In: *Revista de História da UNISINOS*. Número especial, 2001, p. 17-51. p. 28-29.

⁵² THOMPSON, op. cit., p. 189.

ao redor que prevaleceu, num determinado momento, sobre outras leituras, provavelmente diferentes.”⁵³

Em relação a esta pesquisa, a utilização do termo “classe” pelos contemporâneos deve ser objeto de problematização, pois certamente revela um sentido de ativação de identidade de interesses entre aqueles em cujo nome se falava e os seus porta-vozes – os que apelavam à “classe”.

Há também que relativizar a questão do espaço em que estes atores atuam; Ivaldo Gehlen salienta que o estudo dos grupos e das classes sociais na perspectiva particular do meio rural configura-se enquanto uma tarefa teórica que demanda observação sistemática específica desta realidade complexa:

A diversidade de concepções, a rigidez do campo analítico – demarcado por matrizes construídas com base em experiências históricas já distanciadas no tempo e no espaço – e as contradições inerentes aos interesses em si das classes e grupos sociais, se expressam por formas específicas no meio rural e nesse, através de relações particulares com a terra, que se apresenta como um espaço de relação, portanto, de poder.⁵⁴

Segundo o autor, o debate a respeito “da estrutura, composição, lugar e dinâmica das classes, dos grupos e dos atores sociais do meio rural” vem sendo ampliado e redefinido no Brasil, em função de vários fatores, como as “transformações estruturais que alteram a composição e as relações pela decomposição, (re)afirmação e/ou emergência de ‘forças sociais’” no meio rural, e o resgate das lutas sociais agrárias como objeto de estudo, que oportunizou a análise de atores sociais até então excluídos destas abordagens.

Para fins desta investigação, também são fundamentais as discussões acerca do conceito de ruralismo, na acepção construída por Sônia Mendonça. A autora defende que este “deve ser tomado, sobretudo, como um movimento político, constituído a partir de uma rede de posições, agentes e agências”:

Falar em ruralismo(s) significa identificar os grupos que, nos inúmeros contextos históricos, constituíram-se concretamente como os principais responsáveis pela defesa dos interesses desta ou daquela fração da classe dominante agrária, organizados por intermédio desta ou daquela instituição da sociedade civil ou da sociedade política.⁵⁵

⁵³ CERUTTI, op cit., p. 181 – 182.

⁵⁴ GEHLEN, Ivaldo. Estrutura, dinâmica social e concepção sobre terra no meio rural do sul. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 6, p. 154-176, 1994. p. 154-155.

⁵⁵ MENDONÇA, Sônia. Ruralismo. IN: MOTTA, Márcia (organizadora). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro:

O ruralismo passa então a ser “entendido como a construção de espaços de poder alternativos ao jogo político-partidário republicano”, enfatizando-se seu caráter de movimento político organizado, em detrimento de sua acepção enquanto “mera ideologia referida a grupos agrários mencionados tradicionais.”⁵⁶

Mendonça entende o *ruralismo brasileiro*, “ratificado e especificamente definido ao longo da Primeira República, em primeiro lugar como um movimento político integrado por agências e agentes dotados de uma inserção determinada na estrutura social agrária e sustentado por canais específicos de organização, expressão e difusão de demandas”.⁵⁷ Este movimento teria se desenvolvido em um contexto marcado pela “diferenciação dos interesses agrários no Brasil, ocorrido entre o fim da escravidão e as duas primeiras décadas do século atual, unificado pelo fim último de restaurar a *vocação agrícola do país*, mediante a *diversificação da agricultura nacional*.”⁵⁸ Este representaria uma reação dos segmentos que procuravam abrir maior espaço para a acumulação interna, e que passaram a se organizar em torno de agências institucionalizadoras dos interesses agrários, entre as quais a Sociedade Nacional Brasileira (SNA).⁵⁹

A SNA foi fundada em 1897 e passou a representar os interesses dos grupos de proprietários não hegemônicos do período em foco (1888-1930). A historiadora investigou a origem da entidade, os grupos nela representados, as formas de atuação e atividades realizadas, com o objetivo de trabalhar com três processos simultâneos: a criação de canais extrapartidários de articulação dos segmentos agrários da classe dominante; a estruturação de organismos inseridos no aparelho de Estado, sensíveis aos anseios destes segmentos e passíveis de ampliar seu poder; e, por fim, a afirmação de determinados discursos identificados ao ruralismo.

A formulação de Mendonça é baseada no referencial *gramsciano*, cuja visão de Estado⁶⁰ engloba tanto a sociedade civil quanto a sociedade política, redefinindo assim o

Civilização Brasileira, 2005. p. 410 – 414. p. 412.

⁵⁶ MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 38-39.

⁵⁷ Idem, p. 13.

⁵⁸ Ibidem, p. 27.

⁵⁹ Idem Ibidem, p. 45. Ressalta-se que ao longo deste período a criação de entidades representativas dos proprietários rurais tornou-se um fenômeno de abrangência nacional: enquanto em 1889 sete, dos vinte e um estados da federação, não contavam com a presença de sociedades agrícolas ou associações rurais, em 1908 todos contavam, totalizando cento e oitenta e oito agremiações em todo o país, com ênfase no eixo Norte/Nordeste e no Rio Grande do Sul. p. 53.

⁶⁰ Para Gramsci, há três níveis de percepção da sociedade e do Estado: “a) a infra-estrutura – que tal como Marx, consiste no espaço das relações de produção e de trabalho, na economia, simplificada falando; b) a sociedade civil – conjunto de indivíduos organizados nos chamados aparelho privados de hegemonia e cerne da ação/pressão política consciente, dirigida a obter certos objetivos e, finalmente, c) a sociedade política – ou

conceito de Estado, que é comumente chamado de “Estado ampliado”. Vale ressaltar que para Gramsci este é entendido enquanto uma relação social, ou seja, é “a condensação das relações sociais presentes numa dada sociedade. Nesta nova ótica, o Estado é atravessado pelo conjunto das relações sociais existentes numa formação social determinada, incorporando, em si mesmo, os conflitos vigentes na formação social.”⁶¹

A partir da apropriação destes conceitos, a investigação sobre a atuação dos ruralistas agrupados em torno da Farsul no contexto histórico específico do fim dos anos 1950 ao golpe de 1964 se estrutura a partir de dois eixos analíticos que se inter-relacionam:

O primeiro eixo se debruça sobre a trajetória de alguns dirigentes da Federação – mais especificamente aqueles que assumiram cargos de presidentes e vice-presidentes da entidade nas gestões 1957-1959, 1959-1961, 1961-1963 e 1963-1965. Assim, ao traçar o perfil destes indivíduos, busco identificar quais grupos e setores estavam representados na diretoria da entidade e que tipo de representação se constituiu a partir dos mesmos. Além disso, examino a sua inserção em diferentes redes de relações sociais e a vinculação entre estes quadros da Farsul e as agências do Estado (no âmbito estadual e federal). Em relação à presença destes agentes no interior do aparelho do Estado, interessa problematizar como (e se) conseguiram institucionalizar seus interesses e como garantiram sua presença, em detrimento de outros grupos e projetos.

O segundo eixo trata das práticas de atuação e de mobilização da Federação. Neste sentido, busco analisar como se dava este chamamento “à classe” e quais as estratégias utilizadas pela entidade para garantir a coesão de seus representados. Importa também identificar em que momentos essa mobilização se torna mais incisiva, quais os aliados da Farsul e como era a sua atuação nos mais diferentes espaços, visando mapear as articulações entre a Federação e outras agremiações políticas, instituições e associações representativas do ruralismo ou de outros grupos/classes. Para tanto, analiso os diferentes canais de interlocução da entidade com seus associados e com a sociedade e as mensagens que esta buscava veicular, tanto internamente quanto para o público externo.⁶² Desta forma, examino como a Farsul, a partir de diferentes meios, expressou as demandas dos seus representados e como estas ideias-

‘Estado em sentido restrito’, identificado ao que mais comumente designamos como Estado, isto é, o conjunto de aparelhos e agências do poder público propriamente dito.” GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984. Apud MENDONÇA, Sônia. Estado e Sociedade. IN: MATTOS, Marcelo Badaró. *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998. p. 20.

⁶¹ Idem, p. 19-20.

⁶² Mendonça chama a atenção para a peculiaridade do *ruralismo*, que se constitui em “recorte privilegiado para o estudo da integração simbiótica entre ação e discurso.” MENDONÇA, op. cit., 1997. p. 13.

forças se configuraram na conjuntura que se estende do final dos anos 1950 até o Golpe de 1964, no que tange às suas rupturas e continuidades.

A problemática acima apresentada foi formulada a partir das contribuições de diferentes trabalhos que se constituem em referência ao estudo das entidades representativas do patronato rural no Brasil. Uma das pesquisadoras que mais têm se destacado nesse campo de estudos é Regina Bruno. Em sua tese de doutoramento, a autora buscou analisar a reação dos grandes proprietários e empresários rurais em torno do debate sobre a reforma agrária a partir de 1985.⁶³ Segundo ela, naquele contexto marcado pela emergência de novos movimentos no campo e pela pressão de diferentes grupos sociais em favor da democratização do acesso a terra, houve uma mobilização patronal rural sem precedentes na história brasileira.

Seu estudo, baseado em fontes da grande imprensa, objetivou discutir sobre a nova identidade e os novos discursos emitidos por estes segmentos. Esta identidade, constituída a partir da mobilização, seria a junção de novas e velhas formas de agir e pensar, situadas em uma conjuntura marcada por “uma agricultura modernizada e integrada, que instituiu a grande empresa capitalista rural e agroindustrial e estabeleceu um novo patamar produtivo e tecnológico no campo.” Tais transformações teriam configurado uma nova maneira “de pensar um conjunto de questões relativas à problemática fundiária e à auto-identificação dos grandes proprietários de terra e empresários rurais no Brasil”.⁶⁴

Nesse sentido, a reforma agrária, por exemplo, passava a ser considerada como um “velho assunto ideológico”, porque no contexto de modernização da agricultura, representaria “uma ameaça à atividade produtiva e ao imenso esforço dos empresários e produtores rurais em montar uma estrutura de abastecimento, gerar divisas para o país e criar milhões de empregos”.⁶⁵

A autora chama atenção para o fato de que essa retórica significou também uma tentativa de “redefinição das classes e grupos dominantes no campo em si, com o Estado e a busca por novos espaços na sociedade”. Em relação a essas classes e grupos sociais, estes situavam-se em uma conjuntura de modificação nas estruturas de classe no campo, exemplificada pela emergência de novas elites agrárias, mas também “pela existência, no Brasil, de uma burguesia agrária moderna, consolidada e estabelecida – base e símbolo de um

⁶³ BRUNO, Regina Ângela Landim. *O ovo da serpente*. Monopólio da Terra e Violência na Nova República. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

⁶⁴ Idem, p. 20.

⁶⁵ Idem Ibidem, p. 21.

modelo de modernização concentrador e excludente.”⁶⁶

Ao longo do trabalho, Bruno enfatiza os argumentos apresentados pelos representantes do patronato rural em função da proposta do I Plano Nacional de Reforma Agrária (1985) e a ampliação da mobilização e da base de apoio destas elites agrárias. A partir daí, abrem-se também uma série de fissuras no interior desses grupos e se instalam disputas pela representação patronal, que podem ser exemplificadas pela ofensiva de novas lideranças que “falam pela classe” (líderes de associações de defesa da propriedade, que ocupam o lugar dos representantes das entidades tradicionais) e pela emergência da União Democrática Ruralista (UDR).⁶⁷

Neste campo de pesquisa, também são relevantes os trabalhos desenvolvidos por Sônia Mendonça, especialmente suas contribuição para a ressignificação do conceito de ruralismo, apresentada anteriormente. Recentemente, a autora publicou outro estudo intitulado “*A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento – 1964-1990*”, no qual enfatiza as transformações na agricultura brasileira no pós-1964 - que trouxeram mudanças nas bases técnicas da produção e no perfil do campo brasileiro (implicando no surgimento de novas categorias sociais de trabalhadores) -, bem como busca problematizar como se deu a intervenção do Estado neste processo “modernizador” e a atuação da Sociedade Nacional de Agricultura e da Sociedade Rural Brasileira ao longo do período.

A partir daí, é abordada a crise de representação vivida pelas entidades patronais rurais na conjuntura da transição política no Brasil, especialmente no contexto da formulação do Plano Nacional de Reforma Agrária. Mendonça buscou refletir sobre como as diferentes associações (e suas respectivas lideranças) se opuseram ao Plano, bem como dedicou uma atenção especial a emergência e a atuação da UDR.⁶⁸

Segundo a autora, a UDR conseguiu mobilizar um grande número de associados, realizando uma série de atividades e apresentando-se enquanto uma entidade “de base” e não

⁶⁶ Idem Ibidem, p. 22 23.

⁶⁷ A autora realizou alguns estudos acerca da emergência e das características da União Democrática Ruralista. Ver, por exemplo: *UDR: os “sem-terra” dos patrões*. Anais do 12º Encontro do Pipsa. Botucatu, 1988, vol. IV: pp.1598-1651.

⁶⁸ Segundo Mendonça, a UDR nasceu em Goiás, em 1985, a partir da articulação de destacados pecuaristas do estado que se sentiam à parte do processo de modernização da agricultura e que passaram a se mobilizar de forma mais efetiva a partir da proposta do I Plano Nacional de Reforma Agrária (Pnra), promovendo reuniões e coletando recursos para assessorar proprietários no sentido de evitar que suas propriedades fossem caracterizadas como passíveis de desapropriação. Entre estes pecuaristas, destacava-se a atuação de Ronaldo Caiado, que se tornou um dos principais porta-vozes da entidade no período. Vale ressaltar que em 1987, apenas dois anos após a sua fundação, a entidade já contava com mais de 60 mil associados em todo o país. MENDONÇA, Sônia Regina de. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento – 1964-1990*. IN: STEDILE, J.P. (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 124-127.

“de cúpula.”⁶⁹ Assim, se pronunciava a favor de uma reforma agrária que aumentasse a produção e a produtividade, “beneficiando os que tivessem ‘vocaçãõ’ ou mesmo ‘tradiçãõ’”⁷⁰. Além disso, esta deveria abranger primeiramente as terras do Estado, da Igreja e das transnacionais, relegando-se às terras improdutivas de brasileiros a um segundo momento, mediante indenizações em dinheiro e pelo valor de mercado. A partir das mobilizações e do apoio que conseguiu agregar, a UDR se tornou a entidade mais representativa e atuante na discussão e na definição dos rumos da questão (e da reforma) agrária na Assembleia Constituinte.⁷¹

Em relação à discussão sobre o patronato rural no Rio Grande do Sul, muitos trabalhos foram produzidos no campo da Sociologia. Uma das pesquisas mais significativas que tratam desta temática é a dissertação de Flávio Madureira Heinz, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural da UFRGS, em 1991. Intitulado *Representação política e formação de classe: as organizações da burguesia agrária gaúcha, 1985-1988*, seu estudo investiga a representação política dos grandes proprietários fundiários gaúchos no contexto de início da chamada Nova República, com o objetivo de compreender “os processos sociais de produção de uma classe social, a Burguesia Agrária, a classe dos grandes proprietários fundiários e empresários agrícolas”:

[...] Definimos burguesia agrária como o segmento da classe dominante, a classe burguesa, detentor da propriedade de terras exploradas, total ou parcialmente, em produção agropecuária, e que demandam exploração de mão-de-obra ou apropriação de renda da terra, tais como arrendamento e parceria, que possibilitem a acumulação de capital através da auferição de lucro e da renda da terra. Consideremos aqui, numa definição hipotético-operacional, que a classe Burguesia Agrária se compõe das frações de classe dos grandes proprietários fundiários, proprietários-arrendatários e grandes empresários agrícolas.⁷²

Heinz buscou demonstrar que “estes estabeleceram laços e relacionamentos, internos à classe e com outras classes e agentes sociais”, no sentido de intervir nos debates travados em torno do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (1985-1986) e da Reforma Agrária na

⁶⁹ Idem, p. 143.

⁷⁰ Ibidem, p. 145-146.

⁷¹ Saliento que, em trabalhos mais recentes, a autora também tem se dedicado a analisar as práticas de outra entidade importante, a Organização das Cooperativas Brasileiras. Ver: MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil *História e Perspectivas*, Uberlândia (32/33): 91-132, Jan.Jul./Ago.Dez.2005; *A construção de uma nova hegemonia patronal rural: o caso da Organização das Cooperativas Brasileiras*. Disponível em: www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=56

⁷² HEINZ, op cit, 1991, p. 20-21.

Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988).⁷³

Naquele momento, marcado pela intensificação das lutas pela terra, emergiram novas formas de representação dos grandes proprietários, como foi o caso da UDR. No Rio Grande do Sul, a trajetória da entidade foi marcada pelas disputas travadas com a Farsul pela representação do ruralismo gaúcho no período. Heinz afirma que a entidade era “mantenedora de uma interlocução influente junto aos organismos do Estado regionais e nacionais, responsáveis pela criação e execução de políticas específicas para o campo”, mas que, naquele momento, as formas de representação agenciadas pela entidade passaram por um impasse, produzido pela “incapacidade desta representação em responder a novas situações, oriundas da ampliação dos espaços de discussão/disputa acerca do problema fundiário”.⁷⁴

A presença da UDR no cenário gaúcho também foi tema da investigação de Marília Patta Ramos, que desenvolveu uma análise sobre a origem social dos membros da entidade a partir de um estudo de caso realizado em Cachoeira do Sul.⁷⁵ A partir de 1986, o município foi palco de uma significativa mobilização da UDR, origem do primeiro presidente da entidade no estado e obteve posição “privilegiada na esfera dos contatos e articulações com as demais UDRs do RS e do país”.⁷⁶ A autora realizou uma série de entrevistas com integrantes da UDR, na tentativa de investigar questões como a origem de suas propriedades e seu perfil sócio-cultural, bem como informações sobre a organização interna da entidade e suas articulações com os partidos políticos locais.

No segundo capítulo, a autora discute a prática política dos agentes da “classe dominante no campo no RS”, a partir de uma retrospectiva histórica sobre as disputas de poder no mundo agrário desde o período Imperial. Neste item, Ramos analisa o surgimento da UDR e os conflitos gerados em função da “divisão” que esta geraria na representação da burguesia agrária. A partir de alguns depoimentos, foi possível auferir que, na ótica de muitos destes ruralistas, as antigas entidades existentes não estariam conseguindo estimular a

⁷³ O autor busca investigar a atuação destas entidades em oposição a Reforma e nas disputas intraclasse, a partir de entrevistas realizadas com dirigentes e representantes destas organizações, fontes da imprensa regional, bem como no material institucional e de comunicação produzido pelas entidades, como o jornal *Sul Rural*, publicado pela Farsul a partir de 1985.

⁷⁴ Idem, p. 27-28.

⁷⁵ RAMOS, op cit. Originalmente, trata-se da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1993, sob o título *Burguesia agrária: estratégias de reprodução social e organização política* (estudo sobre a UDR: União Democrática Ruralista, no Rio Grande do Sul). Importa destacar que a autora também se utiliza do conceito de burguesia agrária, embora com algumas diferenças em relação a Heinz. Para Ramos, “a Burguesia Agrária seria uma fração das classes dominantes cuja especificidade é dada pelo investimento de capital no trabalho agropecuário e/ou pela apropriação material e simbólica da terra, sendo que esta fração vive da exploração do sobretrabalho camponês e/ou mais-valia de assalariados rurais.” p. 43.

⁷⁶ Idem, p.44.

participação ativa dos seus associados, tampouco cobrando do governo ações mais específicas em favor da classe. Assim, abriram-se brechas para a emergência de um novo tipo de representação que, segundo a autora, embora seja produtor de modificações nas práticas dos agentes, “não significam necessariamente alterações nas posições e na identidade dos mesmos, mas muito mais a manutenção das posições sociais.”⁷⁷

Recentemente, foi defendida a dissertação de mestrado de Flavio Correia Nardy, cujo objeto central é a atuação da Farsul no início dos anos 1960, com ênfase na questão da luta pela reforma agrária. O autor analisa os posicionamentos da entidade diante das mobilizações dos agricultores sem terra e trata das práticas de violência patronal verificadas naquele momento. Conforme Nardy, os ruralistas

[...] procuraram por todos os meios possíveis desgastar as ações e as mobilizações destes movimentos: através de apelos ao governador para que cessassem os acampamentos, mobilização dos deputados da Assembleia Legislativa que os apoiavam, assinatura de manifestos com outras organizações condenando essas ações e publicação de notícias nos principais jornais da grande mídia gaúcha desconstruindo a luta dos agricultores sem-terra e os criminalizando. Desse modo, tentaram por todos os modos se blindar dos perigos que advinham do processo de mobilização em torno da questão agrária.⁷⁸

O estudo de Nardy apresenta informações e análises bastante significativas, com as quais busco dialogar ao longo dos próximos capítulos.

Além dos estudos citados, há outros que, embora de forma tangencial, fazem referência às agremiações de grandes proprietários, especialmente a Farsul, e nos auxiliam a pensar a atuação da entidade em função do recorte temporal analisado pelas autoras.

Em seu trabalho *Movimentos dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul – 1960-1964*, Córdula Eckert dedica uma reflexão a atuação da entidade diante do movimento e do contexto de tensões que marca o início da década de 1960. Em subcapítulo intitulado “Reações da FARSUL ao MASTER e à luta pela terra”, a autora busca “lançar luz sobre alguns fatos que qualificam a posição da entidade sobre a luta pela Reforma Agrária e, em especial, sobre os acampamentos”, baseada, especialmente, em material coletado na imprensa da época e em alguns documentos expedidos pela Federação.⁷⁹ Segundo a autora, a entidade se opôs sistematicamente aos acampamentos surgidos no Rio Grande do Sul, bem como

⁷⁷ Idem Ibidem, p. 225.

⁷⁸ NARDY, Flavio Correia. *A Farsul e a luta por reforma agrária: violência de classe e marginalização dos movimentos sociais do campo no Rio Grande do Sul (1962)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. UFSM. Santa Maria, 2014. p. 86.

⁷⁹ ECKERT, op cit, p. 278.

passou a se manifestar contrariamente a atuação do Governador Leonel Brizola, acusando-o de patrocinar os movimentos dos trabalhadores sem terra. Além disso, formulou uma proposta de reforma agrária: “Pois, se a entidade, forçada pela conjuntura, era obrigada a concordar com sua necessidade, de forma alguma admitia que fosse tocada a propriedade privada.”⁸⁰

Segundo Eckert, entre 1963 e 1964, já sob o governo de Ildo Meneghetti, a entidade passou a radicalizar suas posições, o que se evidencia a partir de sua reação diante do decreto da Supra, que previa a desapropriação de áreas localizadas nas beiras de rodovias, ferrovias e rios. Além de opor-se ao decreto, a Farsul deixou clara sua disposição de resistir à força contra o movimento sem terra e ao que considerava um atentado a propriedade privada.

Em obra mais recente, a historiadora Marluza Marques Harres deteve-se sobre o episódio conhecido como “a reforma agrária do Banhado do Colégio”, em Camaquã, cuja origem está relacionada ao programa elaborado pelo Governo Brizola, em 1961. Ao longo de seu trabalho, Harres desenvolve uma exaustiva análise sobre a questão agrária nos anos 1950-1960, discorrendo sobre as mobilizações rurais no Rio Grande do Sul, a centralidade da reforma agrária ao longo do governo de Leonel Brizola e a política agrária por este desenvolvida, bem como suas repercussões.

Em relação à Farsul, a autora aproxima-se do tema na medida em que analisa as tentativas de aproximação de Brizola com a entidade. Segundo a autora, o governador, “para implementar sua ofensiva reformista, tentou conseguir o apoio e o assentimento da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul.”⁸¹ Isto se traduziu em uma tentativa de encaminhar uma proposta conjunta para a solução do problema agrário no país, proposta por Brizola em 1962, que foi inicialmente aceita pela Federação.

As ideias lançadas pela historiadora sobre as tentativas de aproximação entre o governo estadual e a Farsul introduzem novas questões no sentido de compreender a política da entidade (e do governo) no período. A autora, nas considerações finais de sua tese, indica alguns pontos que carecem de uma pesquisa mais aprofundada, entre as quais estão o papel da entidade naquele momento histórico:

A hipótese de que o PTB gaúcho procurou, através do seu programa de reforma agrária, redefinir a aliança com o ruralismo, criando, desse modo, condições viáveis para a realização das reformas pregadas pelo partido, ainda precisa ser trabalhada. Pesquisas sobre o papel da FARSUL nesse

⁸⁰ Idem, p. 279.

⁸¹ HARRES, Marluza Marques. *Conflito e conciliação no processo de reforma agrária do banhado do colégio. Camaquã, RS*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. p. 48.

momento, suas divergências internas e articulações com as associações ruralistas nacionais podem auxiliar na compreensão das negociações intentadas pela equipe do Governo Leonel Brizola nessa conjuntura. A posição do Governo Federal, em especial da Presidência da República, sobre os acontecimentos no Rio Grande do Sul e o grau de interferência que lhe coube para que a FARSUL aceitasse as negociações, é outro aspecto a ser considerado para esclarecer as possibilidades visualizadas pelo PTB na época.⁸²

Outro trabalho que merece destaque é a dissertação produzida por Bernard José Pereira Alves, “A Política Agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo, Legislação e Mobilização.”⁸³ Alves analisa tal política enfatizando o papel das mobilizações sociais por reforma agrária enquanto um mecanismo que garantia legitimidade às ações governamentais, tornando-as possíveis. O autor busca dialogar com diferentes perspectivas acerca de tais movimentos, buscando problematizar ideias cristalizadas acerca de uma suposta tutela exercida por Brizola sobre os mesmos, bem como historiciza o processo de criação de diferentes órgãos governamentais voltados à política agrária e as ações por eles desenvolvidas. No terceiro capítulo, o autor discute sobre as reações à reforma agrária, abordando os posicionamentos da Farsul diante das medidas tomadas pelo governo Brizola.

Ao observar a produção acadêmica sobre a questão agrária, é possível identificar uma desproporção entre os trabalhos que tratam dos movimentos sociais e àqueles que têm como objeto o patronato rural e as entidades que o representam. Geralmente, nas pesquisas relacionadas à luta pela terra, são privilegiadas abordagens que partem do ponto de vista dos movimentos sociais. Salientando a importância destas pesquisas, cabe destacar, no entanto, que por vezes estas abordagens descartam as estratégias, alianças e táticas da mobilização patronal, cuja dinâmica influencia a própria ação destes movimentos. Nesse sentido, é essencial investigar a atuação destes segmentos. Como afirma Bruno: “Se não procurarmos conhecer quais as estratégias do patronato rural, dificilmente conseguiremos visualizar a ordem do poder e da dominação na sua totalidade.”⁸⁴

No caso específico da Farsul, a partir da breve revisão bibliográfica aqui apresentada, revela-se que há poucos trabalhos acadêmicos, especialmente no campo da História, que tomam a entidade como objeto de análise, apesar de seu protagonismo político no Rio Grande

⁸² Idem, p. 389.

⁸³ ALVES, Bernard José Pereira. *A Política Agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo, Legislação e Mobilização*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

⁸⁴ BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1997. p. 16.

do Sul.⁸⁵ Esta lacuna é ainda mais expressiva em relação ao período em questão – décadas de 1950 – 1960 – quando o debate e as disputas em torno da questão agrária são bastante significativos. Nesse sentido, o tema e as problemáticas de pesquisa propostas visam contribuir para dar conta de tais lacunas.

A partir dos eixos apresentados, o trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, são apresentados alguns elementos sobre a formação histórica da Farsul, seu desenvolvimento e a estrutura organizativa da entidade. Além disso, busco traçar um perfil geral dos quadros dirigentes da Federação – mais especificamente daqueles que assumiram cargos de presidentes e vice-presidentes no período, a partir de dados sobre a suas origens, trajetórias, atividades econômicas, formação e atuação profissional, vinculações com associações rurais, ocupação de cargos em agências do estado, vínculos político-partidários e participação em outras entidades ou associações.

No segundo capítulo, são abordados e problematizados aspectos relativos à conjuntura dos anos finais da década de 1950 e início dos anos 1960. Neste cenário, será analisada a atuação e as características da Farsul e as estratégias de mobilização do patronato rural gaúcho, especialmente no que diz respeito às relações estabelecidas com o governo de Leonel Brizola e a posição da entidade diante do movimento dos trabalhadores sem terra no estado. Busco também discutir sobre as disputas em torno do significado da reforma agrária e a concepção de reforma dos ruralistas agrupados na Federação.

No terceiro capítulo, será abordada de forma específica a atuação da Federação no contexto que culminou com o Golpe de 1964. Na primeira parte do capítulo, discuto sobre os posicionamentos da entidade diante dos projetos de reforma agrária apresentados em âmbito nacional, buscando atentar para os elementos de consenso em relação a tais propostas e para as divergências do seio da Federação. A análise também aborda as relações da Federação com o governo Meneghetti, especialmente no que diz respeito à repressão dos agricultores sem terra no estado. A partir daí, a análise foca a ação política e as articulações da Farsul no movimento de oposição ao governo Goulart, evidenciando o processo de radicalização que marcou a atuação da entidade e de muitos de seus representados no contexto do imediato pré-golpe de 1964.

Para dar conta das questões propostas em cada capítulo, foram utilizadas e cotejadas

⁸⁵Vale ressaltar que há alguns estudos nas áreas de Antropologia e Sociologia Rural que abordam a atuação da entidade no período mais contemporâneo, especialmente durante a gestão de Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores, no Governo do Estado (1999-2002). Alguns exemplos: DA ROS, op. cit.; MENASCHE, Renata. Os grãos da discórdia e o trabalho da mídia. *Opinião Pública*, v. 11, n.1, Campinas, mar. 2005.

diferentes fontes de pesquisa. Um dos fundos mais importantes trata da documentação oficial da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul.⁸⁶ Os documentos incluem relatórios de atividades e de convênios firmados, publicações de textos e discursos proferidos por ocasião da abertura de eventos, planos de trabalho e alguns exemplares do jornal produzido pela entidade na época – o *Informativo Farsul*.⁸⁷ Também tive acesso a algumas atas de reuniões do Conselho Deliberativo da Farsul realizadas entre 1962 e 1964⁸⁸ e ao Livro de Presenças, no qual constam as assinaturas dos participantes de reuniões ocorridas entre agosto de 1961 e julho de 1962.⁸⁹

Tendo em vista as dificuldades de localizar documentos oficiais da Farsul, busquei acessar informações junto a quatro associações rurais do interior do estado, que eram destinatárias de informes, jornais e correspondências emitidas pela Federação. Além disso, os documentos destas associações permitiriam aproximar-se de forma mais efetiva das relações que se estabeleciam entre a Farsul e suas filiadas, bem como compreender como reverberavam nestes locais as ações da Diretoria e os debates acerca da questão agrária. No entanto, tais entidades guardam poucos documentos sobre o período. Inicialmente, estabeleci contatos com a Associação Rural de Pelotas, que afirmou não ter materiais relativos à década de 1960. Na Associação Rural de Bagé, foi consultado o Livro de Atas da entidade referente

⁸⁶ A documentação pode ser consultada na *Biblioteca Paulo Annes Gonçalves*, localizada na *Casa Rural*, órgão integrante do *Sistema FARSUL*, com sede em Porto Alegre. As consultas devem ser agendadas previamente, e há muitas lacunas na documentação disponibilizada. Infelizmente, a Biblioteca encontra-se fechada há vários meses, o que impossibilitou a continuidade da pesquisa. No último contato com a secretária da Casa Rural, realizado em março de 2016, recebi a informação de que a biblioteca permanece fechada e não há previsão de reabertura para breve. Bruno indica a necessidade de pensar o significado desta incompletude nas fontes oriundas das organizações patronais; talvez isto seja um indicio de que não se quer ou não há uma cultura de registrar ou manter sua memória.

⁸⁷ Segundo foi possível averiguar, a publicação do *Informativo*, iniciada em 23 de fevereiro de 1953, teria sido interrompida em 1956 (número 56), sendo retomada em abril de 1958 (há uma nota no exemplar de número 57, sob o título “Reaparecendo”, tratando da interrupção do informativo); em 1958 parece haver nova interrupção (a partir do número 60, produzido em julho de 1958, ou 61, que não localizei). O número 62 data de novembro de 1963. O último exemplar que consegui acessar é o de número 65, de fevereiro de 1964.

⁸⁸ Destaco que tais atas encontram-se dispersas: em um livro constam aquelas relativas aos meses de abril a junho de 1962; outro livro apresenta algumas atas que compreendem o período de setembro de 1962 a fevereiro de 1963 e em uma pasta há uma ata de fins de 1963 e uma de março de 1964. A maior parte delas está datilografada (apenas uma é escrita em letra cursiva), mas nem sempre apresentam ou seguem uma numeração. Neste sentido, é difícil acompanhar a sequência de reuniões realizadas. No caso da última pasta citada, por vezes as informações estão riscadas ou rasuradas, o que dificulta a leitura. Por vezes, os registros das discussões e das falas são muito sucintos, prejudicando o entendimento acerca das questões em pauta.

⁸⁹ Saliento que o Livro de Presenças apresenta algumas imprecisões. As listas de assinaturas nem sempre seguem uma ordem; por exemplo, a reunião do dia 13 de dezembro consta antes daquela do dia 11 do mesmo mês. Além disso, muitas vezes não há referência no enunciado sobre o tema e qual categoria de reunião se trata (reunião do Conselho Deliberativo, de uma comissão específica ou do Conselho Fiscal, por exemplo). Em poucos casos, após a lista de presenças, há um relato sobre o que foi discutido. Consta, entre as assinaturas, uma ata de uma reunião do Conselho Técnico realizada no dia 19 de dezembro de 1961. Além disso, trata-se de textos manuscritos e muitos fragmentos e assinaturas são ilegíveis.

aos meses de maio e junho de 1963 (momento em que aquela associação entrou em atrito com a direção da Federação, conforme veremos adiante) e janeiro a abril de 1964. A Associação Rural de Lajeado disponibilizou seu “Livro de atas das Assembleias Gerais e outras reuniões da diretoria”, no qual pesquisei as atas referentes ao período de 1961 a 1964. No Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Estrela – que herdou documentos da antiga Associação Rural de Estrela, localizei documentos datados a partir do ano de 1963, que, no entanto, não faziam referência à Farsul.⁹⁰

Além de fontes produzidas pelas entidades patronais, também foram mapeados os Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.⁹¹ Os discursos reproduzidos nestes Anais permitem acompanhar os debates em torno da questão agrária, os desdobramentos das ações governamentais e o posicionamento dos parlamentares, bem como encontrar manifestações da Federação reproduzidas nas falas de deputados com ela identificados. Ressalto que tais fontes foram utilizadas de forma secundária, objetivando apenas reunir o maior número de dados e registros possíveis sobre a entidade.

Outra fonte importante para a investigação são os jornais da chamada *grande imprensa* do Rio Grande do Sul. Em relação às possibilidades do uso de jornais em investigações sobre estas temáticas, são interessantes as reflexões de Regina Bruno, ao relatar suas percepções a partir de uma pesquisa sobre a UDR:

Foi possível perceber, por exemplo, a importância da imprensa como palco privilegiado dos grandes proprietários de terra e de seus porta-vozes, para tornar públicas suas posições. As lideranças da UDR recorreram, sistematicamente, à mídia para a produção de símbolos de classe e socialização de informações, decisões e orientação de como agir em determinadas circunstâncias.⁹²

Foram pesquisados os exemplares veiculados diariamente pelo jornal *Correio do Povo* entre os anos de 1959 e 1964. Através das páginas do jornal, foi possível acompanhar a atuação da entidade, suas reivindicações, as atividades e encontros promovidos pelos ruralistas, bem como as campanhas realizadas em conjunto com outras associações de classe ou entidades gaúchas. O jornal também possibilita perceber a repercussão das ações da Farsul e seus desdobramentos em outros espaços de poder, como a Assembleia Legislativa. Outra

⁹⁰ SINDICATO dos Trabalhadores Rurais de Estrela. Pasta: “Documentos do STR – 1963 a 1969”.

⁹¹ Os Anais encontram-se sob a guarda do Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Foram mapeados e fotografados os discursos que envolvem a questão agrária presentes nos Anais referentes aos anos 1959-1964.

⁹² BRUNO, op. cit., 2002. p. 35-36.

possibilidade do uso desta fonte está relacionada à publicação de notas oficiais emitidas pela Federação, bem como de manifestos públicos assinados por ela juntamente com outras federações (indústria, comércio, bancos), o que permite investigar as articulações e os interesses em comum entre estas agremiações.

Além do *Correio do Povo*, foram consultadas as edições do *Diário de Notícias* publicadas nos meses de janeiro e fevereiro de 1962 e de janeiro a dezembro de 1964 e os exemplares do jornal *Última Hora* referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 1962 e de janeiro a março de 1964.⁹³ Tal escolha está relacionada ao fato de que nestes períodos há uma série de episódios significativos envolvendo a Farsul, conforme ficará evidenciado ao longo do texto.

Vale ressaltar que são imprescindíveis alguns cuidados teóricos e metodológicos, no sentido de evitar simplificações ou analisar tais fontes sem uma crítica adequada.⁹⁴ É necessário levar em consideração o contexto no qual estes periódicos eram produzidos, para qual público se destinavam, quais significados e sentidos se propunham a criar, do que falavam e sobre o que silenciavam. No caso específico desta análise, revela-se igualmente importante refletir sobre o posicionamento político e ideológico dos periódicos analisados e quais as relações e mediações estabelecidas entre estes e a Farsul.

O *Correio do Povo*, fundado em 1895 pelo sergipano Francisco Vieira Caldas Junior, figurava como um dos jornais de maior circulação e tradição no Rio Grande do Sul naquele período. O *Correio* pertencia a Breno Alcaraz Caldas, então dono do Grupo Caldas Junior e grande proprietário de terras. Além de detentor de uma área de 2.808,37 hectares no município de Viamão⁹⁵, Caldas era acionista da *Arrozeira Brasileira S.A.*, que detinha vastas extensões de terra em Guaíba - 4.161 hectares – e Tapes - 4.039, totalizando 8.200 hectares.⁹⁶ Sua condição de grande proprietário auxilia na compreensão da abordagem de seu jornal no que diz respeito às mobilizações dos sem terra e às propostas de reforma agrária, que serão

⁹³ Também foram pesquisados alguns exemplares esparsos que tratavam de episódios específicos envolvendo a Farsul ou temáticas afins, cuja indicação encontrei nas bibliografias consultadas. Tais exemplares estarão referenciados ao longo do texto.

⁹⁴ Sobre os cuidados metodológicos no trabalho com fontes de imprensa, ver: ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUCRS, v. 24, n. 2, p. 269-289, dezembro de 1998.

⁹⁵ COMISSÃO ESTADUAL DE TERRAS E HABITAÇÃO. Relação dos proprietários rurais com áreas superiores a 2.500 hectares. Diretor Executivo: Arquiteto Paulo Alberto Schmidt. 1961. Acervo: Paulo Alberto Schmidt. p. 17.

⁹⁶ Idem, p. 7 e 16. De acordo com os registros encontrados, a empresa tinha sede em Porto Alegre, foi fundada em 1908 e transformada em “Sociedade Anônima” em 1946. Sobre os acionistas da empresa, ver: JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL. nº 6029. Documento de Companhias. Ata Assembleia Geral Ordinária. 15/04/61. 003/0089. Arrozeira Brasileira S.A. Porto Alegre.

fonte de análise nos próximos capítulos.

Caldas apoiou abertamente o Golpe de 1964. Em entrevista ao jornalista José Antônio Pinheiro Machado, Caldas afirmou que “A Revolução de 1964, de um certo modo, contou com a nossa participação, ou pelo menos com a nossa simpatia. O pessoal que foi ao poder em 1964... não é que fosse ligado a nós – nós não tínhamos ligações políticas com ninguém -, mas eram pessoas afinadas conosco, estávamos no mesmo caminho. (...)”⁹⁷ Segundo o jornalista Walter Galvani

A empresa definiu-se, logo no primeiro momento, e uma vez mais pondo de lado uma suposta imparcialidade, o *Correio do Povo* (e seus afluentes) apoiou a então batizada ‘Revolução Redentora’. O apoio foi tão ostensivo que o jornal se deu ao trabalho de explicar em editoriais por que os militares estavam certos e aquele era o único caminho para ‘salvar o Brasil.’⁹⁸

Assim, são necessárias mediações ao utilizar as reportagens, textos e editoriais publicados por este periódico, tendo em vista seus interesses econômicos e o seu posicionamento diante do governo Goulart.

O *Diário de Notícias* foi fundado em Porto Alegre, em 1925, por um grupo de ex-redatores do *Correio do Povo*. Circulava de terça-feira a domingo e manteve uma postura de permitir uma linha editorial politicamente aberta, aceitando diferentes posições, desde que assinadas pelos articulistas. Enfrentando uma crise financeira, o jornal foi adquirido em 1930 pelo empresário Assis Chateaubriand, passando a pertencer ao grupo *Diários Associados*. Embora bastante crítico à Vargas, o jornal manteria uma relação contraditória com os seus governos, expressando a própria ambiguidade de seu novo dono para com o presidente.⁹⁹

Comparando a cobertura jornalística em relação a conflitos da Guerra Fria no início da década de 1960, Nogueira diz que o *Diário de Notícias* apresentava aos seus leitores posições explicitamente anticomunistas, qualificando o comunismo como algo vinculado ao mal e oposto aos valores da família e da tradição.¹⁰⁰ Tal ênfase anticomunista também se reflete na abordagem do *Diário* acerca das mobilizações dos agricultores sem terra e à luta pela reforma

⁹⁷ CALDAS, Breno. *Meio século de Correio do Povo*. Glória e agonia de um grande jornal. Depoimento a José Antônio Pinheiro Machado. Porto Alegre: L&PM, 1987. p. 78-79.

⁹⁸ GALVANI, Walter. *Um século de poder – Os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 410 – 411.

⁹⁹ OLIVEIRA, Lisandre Medianeira de. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas “páginas” do Diário de Notícias*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. p. 16-25.

¹⁰⁰ NOGUEIRA, Maristel Pereira. *O anticomunismo nos jornais: Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. p. 284.

agrária, geralmente identificadas com o comunismo, conforme evidenciaremos ao longo do texto.

Ainda em relação à imprensa, apresento algumas considerações acerca do *Última Hora*. Este foi fundado em 1951 por Samuel Wainer, um jornalista cuja trajetória era identificada com posições à esquerda. A criação do periódico recebeu o apoio do então presidente Getúlio Vargas e sua linha editorial respaldava, em grande medida, as políticas de sua gestão. Conforme Hohlfeldt e Buckup: “Reflexo, contudo, da mesma política pendular que caracterizara o populismo getulista, *Última Hora*, inclusive em suas diferentes ramificações regionais, oscilaria entre o nacionalismo, o populismo e o sensacionalismo.”¹⁰¹

O *Última Hora* gaúcho surgiu em 1960 e sua orientação era similar, conforme apontam os autores:

No Rio Grande do Sul, *Última Hora* buscava apoiar Brizola naquilo que se identificasse com o projeto original do jornal, devidamente adaptado à região. Mas se Wainer nutria por Vargas verdadeira admiração, a ponto de perdoá-lo por eventuais traições, a equipe da *Última Hora* gaúcha tinha comportamento diverso. Distribuída entre militantes do Partido Comunista e do Partido Trabalhista Brasileiro, dividia-se igualmente em seu comportamento, dando apoio a todas as iniciativas governamentais que o conduzissem na meta populista, mas criticando-o sempre que ocorressem o que o jornal considerasse desvios.¹⁰²

Neste sentido, o espaço dado pelo periódico às ações do governo de Leonel Brizola era bastante significativo, assim como o apoio conferido às mobilizações dos sem terra. Sua abordagem diferia de forma marcante dos outros dois jornais analisados, conforme ficará explícito ao longo do texto. Em alguns momentos, as notícias se contrapõem ou apresentam ênfases distintas, o que permite ao pesquisador acessar um quadro mais amplo acerca dos debates e das representações que circulavam na imprensa na época.

Além das fontes citadas, foi consultado o acervo do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, especialmente os conjuntos documentais “Organizações Patronais” e “Pré-1964”. No primeiro conjunto, foram localizados materiais produzidos por algumas entidades patronais do período, como o livreto

¹⁰¹ HOHLFELDT, Antônio; BUCHUP, Carolina. *Última Hora, populismo nacionalista nas páginas de um jornal*. Porto Alegre: Sulina, 2002. p. 14.

¹⁰² Idem, p. 19.

"Contribuições da Farsul sobre a questão da reforma agrária", publicado em 1962. No caso da documentação relativa ao Pré-64, foram selecionados alguns jornais produzidos por organizações e partidos de esquerda, especialmente o PCB, nos quais há relatos das lutas pela terra e da reação dos ruralistas no Rio Grande do Sul.

Faço uso também de fontes que compõe a base de dados “Acervos dos Órgãos de Informação do Regime Militar”, que se encontram sob a guarda do Arquivo Nacional. Tal acervo dispõe de grande quantidade de documentos oriundos de diferentes fundos e arquivos, que estão digitalizados e disponíveis para a consulta no local.¹⁰³ Infelizmente, não foi possível encontrar muitos documentos sobre a Federação no período estudado (pré-1964), embora chame atenção a quantidade de informações referentes às décadas de 1970 e, especialmente, 1980 e 1990. Tal dado é interessante no sentido de problematizar o fato de que os órgãos de informação da ditadura também desenvolviam atividades de monitoramento junto às entidades patronais e que tal prática teve continuidade mesmo após a redemocratização.¹⁰⁴

Assim, apresentadas as problemáticas, as discussões teórico-metodológicas e as fontes que conduziram a investigação e a escrita da tese, passo a discorrer sobre a história da Farsul e sua diligente atuação no contexto do final da década de 1950 e início dos anos 1960.

¹⁰³ A pesquisa foi realizada com o uso de ferramentas de busca automatizada, como a Sala de Leitura Virtual e o repositório digital DSpace, a partir do nome da entidade e de alguns de seus quadros dirigentes. Também pesquisei em algumas pastas de fundos/séries específicos, como as do Serviço Nacional de Informação / Agência Porto Alegre e da Assessoria de Segurança e Informação (ASI) da Superintendência Federal da Agricultura do Rio Grande do Sul.

¹⁰⁴ Saliento que também procurei fontes referentes à Farsul no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, no Arquivo Público do Rio Grande do Sul e no Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mas não encontrei documentos ou materiais específicos sobre a entidade.

Capítulo I - A “entidade-mater” do ruralismo rio-grandense: formação histórica e trajetória da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul

O presente capítulo objetiva situar a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul historicamente e analisar alguns elementos acerca da sua fundação e das transformações que marcaram a trajetória da entidade. Num primeiro momento, busco apresentar dados sobre a gênese da Farsul, discorrendo sobre como esta se constituiu e a partir de quais grupos e articulações se estruturou. Além disso, discuto questões referentes às formas de representação no meio rural, abordando a legislação que regia as associações rurais e suas federações e quais os embates presentes no processo de formulação destas leis. A partir daí, examino aspectos relativos ao desenvolvimento da Federação, sua composição e organização interna.

Na segunda parte do texto, apresento alguns elementos sobre o perfil dos dirigentes da entidade, mais especificamente aqueles que assumiram cargos de presidentes e vice-presidentes no período, partindo de dados sobre a sua origem social, trajetórias e redes de relações. Desta forma, busco caracterizar o conjunto de lideranças da Federação, na tentativa de qualificar a análise sobre as práticas de atuação da mesma no período em tela.

1.1 – A união dos “ruralistas de todos os quadrantes do estado”: a criação da Farsul, sua organização e estrutura interna

A Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul foi criada oficialmente em 24 de maio de 1927, tornando-se a principal entidade de representação política do patronato rural gaúcho. Conforme Heinz, as origens mais antigas da Federação remontam aos primeiros ensaios de agrupamentos corporativos dos agricultores do início do século XX.¹⁰⁵ Seu nascimento esteve vinculado à necessidade de congregar os pecuaristas para defender seus interesses e as primeiras articulações ocorreram durante a realização de feiras, congressos e exposições de produtos agropecuários, como a Exposição Provincial Agrícola e Industrial,

¹⁰⁵ Segundo o autor, esses processos de emergência das organizações de defesa dos interesses rurais e terras situam-se nas mudanças econômicas, sociais e políticas ocorridas a partir da metade do século XIX e estão inscritos no movimento contemporâneo mais vasto de expansão do número de associações e sociedades de defesa dos interesses econômicos ou profissionais, no nível internacional e local. HEINZ, Flavio Madureira. *Les Fazendeiros à l'heure syndicale; représentation professionnelle, interets agraires et politique au Bresil (1945-1967)*. Paris: Septentrion, 1996. p. 106. Fragmentos traduzidos do original em francês.

ocorrida em Porto Alegre em 1886.

Um marco deste processo foi a criação da Sociedade Agrícola e Pastoril do Rio Grande do Sul em 1898, na cidade de Pelotas, que visava “estimular o processo de modernização da pecuária para fazer frente à concorrência da Argentina e do Uruguai.¹⁰⁶ A partir de então, teve início um grande debate, tratando de temas como raças de gado, doenças, frigoríficos e charqueadas.”¹⁰⁷

A proposta de criar uma agremiação foi difundida através da *Revista Agrícola Pastoril do Rio Grande do Sul*, produzida pelo Liceu Rio-Grandense de Agronomia a partir de 1897. Em sua edição de número 2, datada de agosto de 1898, esta publicou um artigo intitulado “Sociedade Rio-Grandense de Agricultura”, que exaltava o “espírito do associativismo” e

[...] comunicava que a redação da Revista ‘lembrou-se de levantar entre os assinantes da mesma e, em geral, entre o público interessado na produção agrícola, a idéia da fundação de uma ‘sociedade rio-grandense de agricultura’, com sede em Pelotas e dedicada exclusivamente aos interesses dos agricultores e dos criadores.¹⁰⁸

Foi planejada ainda a realização de uma reunião entre os interessados para o dia 12 de outubro do corrente ano, quando foi oficialmente constituída a entidade.¹⁰⁹ De acordo com Pesavento, o surgimento da Sociedade Agrícola e Pastoril coincidiu com a crise da pecuária gaúcha registrada após a guerra civil de 1893-1895, que atingiu as atividades de criação e as charqueadas. Tal conjuntura uniu representantes das diferentes facções políticas envolvidas no conflito, com o objetivo de defender os interesses da pecuária.¹¹⁰ A Sociedade Agrícola e Pastoril – que contava, em seus quadros, com representantes “de uma e outra fração de classe dos pecuaristas” – criadores e charqueadores - recomendava a difusão dos processos de refinamento e seleção do rebanho e a agremiação dos latifundiários.¹¹¹

¹⁰⁶ Em 1922, a Sociedade Agrícola e Pastoril do Rio Grande do Sul passou a denominar-se Sociedade Agrícola de Pelotas; em 1967, esta última foi rebatizada como Associação Rural de Pelotas.

¹⁰⁷ DA ROS, op. cit., p. 143.

¹⁰⁸ MAGALHÃES, Mário Osório. *Pelotas Agrícola e Pastoril*. História da Associação Rural. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1998. p. 45.

¹⁰⁹ Idem, p. 43. A primeira diretoria da entidade era formada por José Cipriano Nunes Vieira (presidente), Antunes Maciel (vice-presidente) e Soares de Paiva (1º secretário), pecuaristas de bastante prestígio na região.

¹¹⁰ Segundo Pesavento, “deve-se ter em vista que a distinção política no sul não obedecia a um critério de classes: ou seja, tanto o PRR quanto o Partido Federalista (PF) abrigavam latifundiários da pecuária. Elementos integrantes da mesma classe tendem a apresentar interesses econômicos comuns. Configurada uma situação de crise, a tentativa de superação da mesma uniu-os na mesma agremiação que buscava defender os interesses da pecuária, embora no plano político permanecesse a distinção básica: os republicanos eram os *de dentro*, os maragatos os *de fora*.” PESAVENTO, op. cit., p. 53.

¹¹¹ Idem. A autora indica: “Não possuímos elementos conclusivos que permitam afirmar que a agremiação defendia os interesses específicos de charqueadores ou de criadores. Um fato, contudo, foi constatado no

A partir de sua instalação, a Sociedade passou a realizar eventos e exposições agropecuárias, voltadas ao processo de melhoramento do rebanho gaúcho. Uma das consequências da campanha realizada pela entidade foi a disseminação de outros núcleos agremiativos no estado: em 1903 surgiu a Sociedade Pastoril e Industrial de Jaguarão, em 1904, a Associação Rural de Bagé e a Associação Rural Gabrielense, em 1905, a Sociedade Agrícola Pastoril de Uruguaiana e, em seguida, surgiu a Sociedade Pastoril de Dom Pedrito, a de Arroio Grande e a de Santa Vitória do Palmar, entre outras.¹¹²

Em 1908, durante o 1º Congresso Agrícola realizado em Pelotas, o presidente da entidade local sustentou uma “tese sobre as vantagens da institucionalização, no sentido de regularizar a atividade das associações locais, encorajar seu funcionamento, elevar seu prestígio e sua ação”.¹¹³ Propunha-se, assim, a criação de uma instituição que representasse as agremiações locais, nascendo então, em uma assembleia de criadores realizada em Porto Alegre em 20 de setembro de 1909, a primeira Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, contando com 23 filiadas.

A formação da entidade acompanhava um processo mais amplo, pois seu nascimento se deu em uma conjuntura em que a Sociedade Nacional de Agricultura estimulou o surgimento de sindicatos e associações de proprietários rurais em diversas regiões do país, vinculados a diferentes ramos produtivos, como forma de impulsionar a criação do Ministério da Agricultura, uma das principais demandas da entidade naquele momento.¹¹⁴

Mendonça afirma que para atingir esta meta, a SNA promoveu, em 1902, “um *lobby* junto à Câmara dos Deputados pelo restabelecimento da Comissão de Agricultura da Casa, a qual, uma vez reinstalada, aprovaria projeto de lei regulamentando a organização de sindicatos e cooperativas agrícolas no país (Decreto n. 797 de 6/1/1903).” De acordo com a autora,

Sob a tutela da SNA o movimento associativo de proprietários rurais tornava-se fenômeno de abrangência nacional, espalhando-se por todas as unidades da federação: ao passo que em 1899, sete dos vinte e um estados brasileiros não acusavam a presença de sociedades agrícolas ou congêneres, em 1908 todos o faziam, passando o total nacional de oitenta e um para cento

decorrer da pesquisa: na medida em que um elemento apresentou-se como criador e charqueador, ao mesmo tempo tendeu, na maior parte das vezes, a defender os interesses da fração majoritária, ou seja, aquela ligada à criação.”

¹¹² Idem, p. 55.

¹¹³ HEINZ, op. cit., 1996, p. 136.

¹¹⁴ RAMOS, Carolina. *Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2011. p. 33. Além da Farsul, foram criadas naquele contexto a Sociedade Agrícola Fluminense, a Sociedade Mineira de Agricultura e a Sociedade Agrícola de Pernambuco.

e oitenta e oito, com ênfase para o crescimento do número de agremiações fundadas no eixo Norte/Nordeste (sobretudo Pernambuco) e Sul (basicamente Rio Grande do Sul).¹¹⁵

Heinz também salienta que a ação da entidade objetivava o desenvolvimento das organizações regionais de proprietários de terra, bem como sua união a nível nacional. Na sua vontade de fazer valer as vantagens de sua estrutura profissional e política, a SNA tomou como referência o processo que estava ocorrendo no Rio Grande do Sul a partir dos primeiros anos do século XX, mais especificamente o estabelecimento de uma federação das associações rurais, a qual propunha como modelo aos diferentes representantes locais de grande exploração do país ao longo do primeiro quarto do século.¹¹⁶

A Federação gaúcha foi sediada inicialmente em Pelotas e sua direção ficara a cargo da presidência da Sociedade Agrícola e Pastoril.¹¹⁷ A partir de sua criação, a “ideia cooperativista e associativista tomou um incremento cada vez maior no meio dos latifundiários.”¹¹⁸ No ano seguinte, em 1910, foi realizado o primeiro Congresso das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, que contou com o apoio do governo do estado, durante o qual foram debatidos temas relativos às demandas da pecuária gaúcha e ao mundo rural, como “o emprego de cercas e dos tapumes nos campos, a necessidade da generalização do ensino agrícola, a criação de postos zootécnicos, a importação de reprodutores de raças superiores e a premência da redução dos fretes ferroviários que oneravam a produção.”¹¹⁹

A atuação desta primeira Federação, no entanto, foi breve. Em 1912 foi fundada em Porto Alegre a União dos Criadores, que reunia criadores¹²⁰ de diversas associações locais, o que levava a um problema de dupla representação. Em 1921, a fusão das duas entidades deu origem à Federação Rural do Rio Grande do Sul. De acordo com Pesavento, a fundação da entidade se deu no sentido de solucionar os problemas criados pela intensa crise da pecuária gaúcha, que se devia a diferentes fatores, como a falta de mercado e crédito e a baixa do preço do gado, aliados a um período de inverno rigoroso, de uma seca prolongada e de uma

¹¹⁵ MENDONÇA, op. cit., 1997, p. 53.

¹¹⁶ HEINZ, op. cit., 1996, p. 124. Os esforços implantados pela SNA para criar um vasto organismo que reunia todas as organizações existentes, locais e regionais, representando a agricultura brasileira levou, em dezembro de 1928, ao nascimento da Confederação Rural Brasileira.

¹¹⁷ De acordo com Magalhães, “nos doze anos em que esteve instalada em Pelotas, uma das ocupações permanentes da Federação foi o incentivo ao aprimoramento das raças, pela importação de gado selecionado. Neste aspecto, desde janeiro de 1915 ficou responsável, perante o Ministério da Agricultura, pelo serviço genealógico do Rio Grande do Sul [...]” MAGALHÃES, op. cit., p. 68.

¹¹⁸ PESAVENTO, op. cit., p. 55.

¹¹⁹ Idem, p. 56.

¹²⁰ Pesavento salienta que a entidade foi criada “para defender os interesses específicos dos criadores”, que em muitos casos diferia dos interesses dos charqueadores ou “industriais da carne”. Ibidem, p. 62.

epidemia de aftosa que marcaram os anos de 1921-1922.¹²¹ Tal crise estaria “levando os criadores a questionar o próprio sistema”¹²², gerando divergências entre os mesmos e o governo do estado. Naquele contexto, “as queixas se avolumavam e antes que as frustrações se transformassem em conflito aberto com o poder estabelecido”, muitos ruralistas propugnavam pelo cooperativismo e pela “união da classe”:

A recriação da Federação Rural era, pois, uma forma de dar encaminhamento ao problema sem recorrer às armas e sem a contestação clara ao poder político instaurado. Seria o que, se poderia dizer, uma solução não política ao problema econômico. O Estado, compreendendo a importância da medida e o seu alcance como saída conciliatória apressou-se em dar o seu aval ao empreendimento da classe rural. Até então, vigorava no estado uma dualidade de instituições de defesa dos interesses rurais, sem, contudo, solucionarem a contento o problema da pecuária.¹²³

A entidade, criada oficialmente na nona exposição-feira de Bagé, em novembro de 1921, recebeu o nome de Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, mas teve uma vida breve em função dos conflitos políticos que eclodiram na região, em 1923.¹²⁴ A conjuntura da Revolução de 1923¹²⁵, aliada ao falecimento de uma das principais lideranças da entidade, Coronel Alfredo Gonçalves Moreira, dificultaram a manutenção das suas ações.

Em 1926, foi criada a Associação dos Criadores do Rio Grande do Sul, ainda em um contexto de crise da pecuária que atingiu a indústria frigorífica, as charqueadas e os criadores gaúchos.¹²⁶ A agremiação promoveu uma série de encontros estaduais e regionais, mapeando os principais problemas que afligiam os criadores, como a questão da necessidade de crédito – que levou à reivindicações pela criação de um banco rural -, e do contrabando de gado e charque.

Diante daquele contexto, “na perspectiva da fração de classe dos criadores [...] uma medida apresentava-se como fundamental para a sua afirmação: o desenvolvimento do

¹²¹ Idem Ibidem, p. 208.

¹²² Idem Ibidem, p. 210.

¹²³ Idem Ibidem, p. 211-212.

¹²⁴ HEINZ, op. cit., 1996, p. 137.

¹²⁵ Conforme Kühn, esta foi um revolta intra-elites que “teve como suas principais causas a política borgista de desenvolvimento global da economia gaúcha, que afetou os interesses do setor pecuarista, além da grande incidência de fraude eleitoral nas eleições de 1922. Em função disso, a parcela oposicionista da elite gaúcha foi às armas pra tirar Borges do poder.” Assim, articularam-se três grupos oposicionistas: os federalistas, os democratas – liderados por Assis Brasil e Fernando Abott, e os dissidentes republicanos. Após uma série de confrontos armados, foi firmado um acordo sacramentado no chamado Pacto de Pedras Altas, “pelo qual ficou estabelecido que seria revisada a Constituição positivista e que Borges, completado seu quinto mandato, não mais se reelegeria.” KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002. p. 120-121.

¹²⁶ PESAVENTO, op. cit., p. 238.

cooperativismo e a necessidade de ressurgimento da Farsul.”¹²⁷ Pesavento salienta que a recriação da entidade representava uma “ideia de conagração, que tendia a unir, pela defesa de interesses econômicos comuns, os dois setores da classe dominante que tinham representação política diferente.”¹²⁸

No ano seguinte, em 1927, a Associação convocou um Congresso de Criadores, alertando “para a crise ‘sem igual’ por que passava a pecuária, devido ao contrabando de gado e charque, à carência de recursos financeiros, ao excesso de gado e, agravando a todas essas causas, ‘a falta de união dos criadores.’”¹²⁹ Heinz afirma que a convocatória de tal Congresso buscou focar sobre a relação privilegiada dos proprietários com a elite política:

A Associação, após muitas reuniões as quais participaram criadores de diferentes regiões do Estado, senadores, deputados e outras pessoas importantes, e com a aprovação de outras associações e de diversos *fazendeiros*, e sabendo que ao governo do Estado lhe significava seu apoio, decidiu convidar os criadores a se reunir em Porto Alegre (...) para estabelecer as bases da defesa da categoria, ou seja a criação, que a própria riqueza do Rio Grande.¹³⁰

De acordo com o autor, as conexões entre os grandes proprietários de terra e os representantes do governo do estado estavam ali evidenciadas, pois uma grande parte dos homens políticos do Rio Grande do Sul eram, de fato, pertencentes ao meio rural de grande criação.¹³¹ Naquele Congresso - presidido em sua sessão inaugural pelo então presidente do Estado Antônio Borges de Medeiros, que conclamou pelo fim dos antagonismos entre criadores e charqueadores e pelo reconhecimento de sua interdependência - foi selada uma proposta de unidade: os delegados das 27 associações rurais presentes no II Congresso decidiram-se favoravelmente pela (re)fundação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul.”¹³²

¹²⁷ Idem, p. 251.

¹²⁸ Ibidem, p. 252. Havia, segundo a autora, um ponto de discordância bastante crucial entre as duas facções, que dizia respeito ao imposto territorial. “A oposição gaúcha apresentava-se contra o imposto territorial. Considerando-se que a agremiação política era nucleada em fazendeiros, latifundiários da pecuária, estes teriam, naturalmente, de pagar um imposto relativamente elevado, proporcional às suas terras.” p. 252.

¹²⁹ HEINZ, op. cit., 1991, p. 37.

¹³⁰ Convocação do Congresso de Criadores. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 de maio de 1977, p.11. APUD HEINZ, op. cit., 1996, p. 139.

¹³¹ Idem, p. 139.

¹³² FARSUL. *70 anos: 1927-1997*. Porto Alegre: Gráfica Pallotti, 1997. Snp. De acordo com Heinz, 26 associações rurais participaram da fundação da Farsul, representando os municípios de Itaqui, Bagé, São Vicente do Sul, São Borja, Lavras, Pelotas, São Gabriel, Livramento, São Jerônimo, Dom Pedrito, Piratini, Arroio Grande, São Francisco de Paula, Cruz Alta, Jaguarão, Uruguaiana, Júlio de Castilhos, Porto Alegre, Santa Maria, Rosário do Sul, Herval, Santiago, Rio Pardo, Santa Vitória do Palmar, São Sepé e Alegrete. HEINZ, op. cit., 1991, p. 31.

Segundo seus estatutos, a Federação era o “órgão de representação e defesa da classe rural, bem como o técnico e consultivo do Governo do Estado e federal” e tinha como finalidades:

[...] Estimular e promover a articulação dos elementos da classe rural, com o fim de organizar, pela associação, uma força moral e materialmente capaz de realizar as justas aspirações do Rio Grande rural, defendendo integralmente seus direitos e interesses; unir e solidarizar a classe sob a forma de associações rurais e cooperativas; congregar as “Associações Rurais do Estado”, sob o patrocínio exclusivo da entidade máxima, mantendo entre elas a mais perfeita coesão e cooperação, visando não apenas a defesa da classe, como também, o estudo de todos os problemas que, em particular, interessarem a cada uma das zonas agropastoris do Rio Grande do Sul, em harmonia com aqueles que se relacionarem com a comunhão rural do Estado; promover a realização de congressos ou reuniões gerais, regionais e locais, para o estudo de questões e problemas que interessem à classe, no sentido de sugerir à administração pública as soluções adequadas; empenhar-se pela completa efetivação de todos os objetivos colimados pela classe e pelo Rio Grande do Sul; organizar um centro de informações a respeito das atividades pecuárias do estado; dirimir e resolver as questões que se suscitarem entre as “Associações Rurais”; cooperar para a efetivação dos planos econômicos indicados pela “Confederação Rural Brasileira”.¹³³

Um ano após sua fundação, teve início a construção da sede da entidade, em Porto Alegre, que veio a ser chamada de “Casa Rural” e foi inaugurada, em 1928, pelo então presidente do estado Getúlio Vargas. Em 1929 a Federação foi declarada, através do Decreto 4.306/29, “de utilidade pública por representar ‘a classe rural, um dos fatores preponderantes da vida econômica do estado.’”¹³⁴

A partir daí, a Farsul ampliou sua presença no território gaúcho, reunindo e articulando ao seu redor dezenas de associações rurais, promovendo feiras, exposições e conclaves e intervindo nos debates pertinentes ao mundo rural. Na literatura acadêmica, raras são as pesquisas que se debruçaram sobre a história da entidade nas décadas que se seguiram à sua criação, conforme evidenciamos na Introdução. Um das exceções é o estudo de Ilse Scherer, *Associativismo e sindicalismo rural no Rio Grande do Sul*, datado de 1972. Embora seu foco central não seja a Federação em si, a autora apresenta diversos elementos sobre sua composição, características e objetivos.

De acordo com Scherer, o segmento social que prevaleceu no interior da Federação era formado pelos pecuaristas, portanto originalmente a atuação da entidade centrou-se na salvaguarda dos seus interesses. Ela afirma que apenas posteriormente, “com o

¹³³ FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL. Estatutos. Porto Alegre: Kannen, 1927 APUD PESAVENTO, op. cit., p. 257.

¹³⁴ FARSUL, *70 anos*, op. cit., snp.

desenvolvimento crescente da agricultura, a defesa desta tornou-se objeto da Federação das Associações Rurais”¹³⁵ e foram criadas algumas associações na zona colonial:

Entretanto, em nível estadual, os colonos não tiveram força na Federação como segmento social. Mesmo nos momentos em que pretenderam participar mais ativamente, foram impulsionados a se retirar. Isso se deu, por um lado, porque como representação eram minoria e sem qualquer prestígio ou força junto ao governo, para que suas reivindicações fossem consideradas de importância.¹³⁶

Por outro lado, segundo a autora, seu nível cultural seria inferior se comparado ao “erudito nível das discussões dos pecuaristas.”¹³⁷ Acompanhando as discussões do XVI Congresso Rural realizado pela entidade em fins da década de 1940, ela identificou que os temas predominantes neste encontro diziam respeito à questões relevantes para os mesmos. Entre as teses discutidas, por exemplo, a maioria tratava de “legislação rural, taxas e impostos, garantias da propriedade privada e outras de interesse direto dos pecuaristas” e foram “apresentadas por pecuaristas graduados.”¹³⁸

A autora salienta o apoio que a Federação e o associativismo receberam do governo, bem como a importância dada pela Farsul às alianças com o poder público “para a defesa de causas econômicas.”¹³⁹ Nesse sentido, Da Ros aponta que

Desde os primeiros anos de existência a FARSUL revelou uma presença política dominante, sobretudo ao posicionar-se imediatamente próxima ao poder do Estado, constituindo-se na sua característica indissociável. Por um lado, a entidade é oficialmente a representante política e sindical dos grandes proprietários e por outro, atua como interlocutor do Estado nas políticas agrícolas e agrárias estaduais, fornecendo quadros especializados para atuar junto ao setor agrícola.¹⁴⁰

Além dessa aproximação com o estado, Scherer também aponta que a linha de ação e as realizações do movimento associativista “eram traçadas a partir da cúpula. Nesse processo, as bases (produtores em geral) agiam mais como receptores do que como agentes de ação.”¹⁴¹ Ainda que se concorde que em, certa medida, havia um controle exercido pela “cúpula” de

¹³⁵ SCHERER, op. cit., p. 58.

¹³⁶ Idem, p. 59.

¹³⁷ Ibidem.

¹³⁸ Idem Ibidem.

¹³⁹ Idem Ibidem, p. 60.

¹⁴⁰ DA ROS, op. cit., p. 143.

¹⁴¹ SCHERER, op. cit., p. 63.

tais entidades, a ausência de estudos mais específicos sobre as suas bases sociais e seus agentes dificulta uma reflexão mais aprofundada acerca desta afirmação. Tal questão precisa ser matizada, tendo em vista a complexidade da dinâmica interna e a diversidade de sujeitos e posições no interior das mesmas. Provavelmente, existiam diferenças entre as associações no que se refere à participação (ou não) dos associados nos processos decisórios, assim como é preciso considerar que as práticas de articulação e mobilização se modificavam de acordo com as contingências de cada conjuntura.

Há ainda um elemento importante: ao tratar da organização associativista no Rio Grande do Sul, Scherer indica que esta

foi criada tendo como principal meta a defesa dos interesses econômicos dos produtores rurais. Os problemas ligados diretamente à produção foram os que centralizaram mais esforços da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, principalmente em sua fase inicial. Seguem-se em importância os problemas relativos ao comércio (externo e interno), e à legislação rural. Objetivos estes que estiveram presentes desde a criação da Federação e em todo o seu desenvolvimento.¹⁴²

Assim, evidencia-se que o foco central de atuação da Farsul, em seu período inicial, dizia respeito ao amparo e assistência para a produção agropecuária e sua organização econômica. Para isso, a entidade desenvolveu propostas que visavam encaminhar soluções para o melhoramento da produção e comercialização dos produtos, crédito rural, abigeato, transporte, industrialização da carne, entre outros. Conforme a autora, preocupações relativas ao uso e à posse da terra tornaram-se centrais para a entidade apenas em um momento posterior, bem como as questões voltadas à assistência social rural.¹⁴³

Para compreender melhor a atuação e a constituição da Federação naquele período é necessário pontuar algumas questões relativas aos seus aspectos legais e ao sistema representativo no meio rural brasileiro. Tanto as federações quanto as associações foram regulamentadas e ordenadas a partir do Decreto-lei nº 8.127, de 24 de outubro de 1945, que dispunha sobre a organização da vida rural. De acordo com o decreto, as pessoas “naturais ou jurídicas que se dedicam às atividades rurais” contariam, para sua organização, com as seguintes instituições: a) Associações Rurais; b) Federação das Associações Rurais e as entidades investidas de suas funções e prerrogativas; c) Confederação Rural Brasileira.¹⁴⁴

¹⁴² Idem, p. 64.

¹⁴³ Ibidem.

¹⁴⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8127.htm Acesso em 10 de julho de 2015.

Em relação às associações rurais, o decreto determinava que

Art. 1º. Cada Município terá uma Associação Rural, de que poderão fazer parte as pessoas naturais ou jurídicas que exercerem profissionalmente atividades rurais, em qualquer de suas formas, agrícola, extrativa, pastoril ou industrial, e também técnicas ligados a essas atividades.

§ 1º Para os efeitos dêste Decreto-lei, é considerado no exercício da profissão rural todo aquêle que fôr proprietário, arrendatário ou parceiro de estabelecimento rural.¹⁴⁵

As associações poderiam reunir, assim, qualquer pessoa vinculada ao exercício profissional de atividades rurais, tanto grandes quanto pequenos e médios proprietários e produtores ou arrendatários e parceiros, constituindo-se de uma base social bastante variada. Não havia divisão entre patrões e empregados, como era comum no meio urbano.

É importante mencionar que este decreto teve origem a partir dos debates sobre a legislação trabalhista e a forma de representação no meio rural que surgiram no contexto de criação da CLT, em 1943. Segundo Carolina Ramos,

O fato do setor agrícola não ter se estruturado nos moldes do sindicalismo corporativista nos anos de 1930 e 1940, tal como ocorreu com o setor industrial, deve-se muito a pressões de frações da classe dominante agrária junto às agências da sociedade política responsáveis pela formulação da legislação sindical, bem como a existência de variadas propostas de organização para o meio rural brasileiro, emanadas por distintas entidades representativas da classe patronal agrícola.¹⁴⁶

A Farsul, por exemplo, se envolveu nessa discussão manifestando-se “contra o enquadramento do trabalhador rural na legislação social. A defesa dessa posição baseava-se no argumento de que a natureza do trabalho rural não permitia uma adequação aos horários propostos pela lei.”¹⁴⁷

De acordo com a autora, foram realizadas várias tentativas de regular as relações de trabalho no meio rural ao longo do governo Vargas, mas as frações da classe dominante agrária representadas pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) “sob a alegação de que a natureza das atividades agrícolas dificultava sua organização em sindicatos, obtiveram êxito

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ RAMOS, Carolina. A construção do sindicalismo rural brasileiro. *Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura*. Universidade Federal de Sergipe, outubro 2010. p. 2. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT1/GT1-CAROLINA.pdf>

¹⁴⁷ GROS, Denise. Associações de classe patronais e ação política. IN: *República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Coordenação Geral: Tau Golin, Nelson Boeira; Diretor do volume René Ernani Gertz. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). p. 257-272. p. 264.

em determinar que as normas para a sindicalização do meio rural fossem regidas a partir de uma legislação específica.”¹⁴⁸

Assim, foi criada em 1939 a “Comissão Sindical da Agricultura Brasileira”, responsável por formular tal legislação. A proposta da SNA, que desfrutava de forte influência na Comissão

[...] tinha como argumento que a agricultura constituía uma ‘profissão’, não podendo ser representada em termos classistas. Não existia, segundo a Comissão, grandes embates entre proprietários e empregados rurais, visto que conviviam com base em ‘relações familiares’ e se uniam contra as adversidades climáticas (ESTEVEZ, 1991). Desta forma, a Comissão pregava uma organização de tipo ‘misto’, que englobava proprietários rurais, parceiros e arrendatários. Além disso, esta organização estaria vinculada ao Ministério da Agricultura e não ao Ministério do Trabalho (criado, segundo membros da Comissão, para regular conflitos urbanos).¹⁴⁹

Os trabalhos da Comissão resultaram no Decreto-Lei nº 7.038, de 10 de novembro de 1944, que estabeleceu que o sistema representativo da agricultura abrangeria um sindicato patronal e outro de trabalhadores rurais, organizados a partir de normas semelhantes às estabelecidas para o meio urbano.¹⁵⁰ No entanto, o Decreto foi contestado por alguns dos membros da própria Comissão; de acordo com Heinz

A aceitação inicial do decreto n. 7038 pela Comissão deveu-se à forte pressão exercida pelo governo (em regime ditatorial), bem como à ideia de que, frente à prioridade dada às políticas industriais e ao avanço do corporativismo no meio urbano, frações da classe dominante agrária consideraram mais prudente compactuar com a criação dos sindicatos para não serem alijadas dessa esfera de representação, podendo exercer alguma forma de controle sobre os sindicatos rurais, tanto patronais quanto de trabalhadores. Com o desgaste do governo Vargas, foi defendida outra forma de representação para o campo.¹⁵¹

Tal contestação levou a formulação de uma nova legislação, o Decreto-Lei nº 8.127, de 24 de outubro de 1945, que dispôs sobre a organização da vida rural e no qual prevaleceu o argumento da “especificidade” do meio rural.¹⁵² Conforme Heinz, esse processo de regulamentação profissional no campo se constituiria enquanto uma exceção no seio do

¹⁴⁸ RAMOS, op. cit., 2010, p. 2.

¹⁴⁹ RAMOS, op. cit., 2011, p. 33.

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ HEINZ APUD RAMOS, op. cit., 2011, p. 33.

¹⁵² Idem.

aparelho sindical do país, ao divergir do que ocorria nas cidades, onde empresários e trabalhadores “se relacionavam em dois sistemas paralelos de representação de interesses.” O autor afirma que

Pressionados pela ameaça de extensão pura e simples das leis sindicais urbanas às áreas rurais e de seus possíveis efeitos em termos de mobilização social dos trabalhadores rurais, os fazendeiros delineiam um sistema de representação sindical a meio caminho entre o sindicato e a associação civil, com notável ausência de pequenos agricultores e trabalhadores rurais. A fórmula encontrada irá ignorar a ideia de uma representação “de classe”, defendendo uma hipotética unidade do corpo social rural. Por ela, os fazendeiros atribuem a suas “associações rurais” o papel “sindical” de interlocutor do Estado nas questões relacionadas à “profissão agrícola” e assumem essa nova função de maneira exclusiva, sem abdicar de seu poder tradicional sobre as áreas rurais, poder reforçado pela impossibilidade legal de constituição de sindicatos de trabalhadores rurais.¹⁵³

A partir desta regulamentação, a criação de associações rurais foi incrementada; de acordo com os dados de Queda, nos primeiros anos da década de 1950 já existiam mais de quinhentas entidades no Brasil e em “30 de agosto de 1958, estavam registradas no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, 1.500 Associações Rurais”, a maior parte delas concentrando-se em Minas Gerais (221), São Paulo (173), Ceará (105) e Rio Grande do Sul (100).”¹⁵⁴

Ilse Scherer traça algumas considerações sobre as Associações Rurais criadas neste período, afirmando que seus objetivos centravam-se na promoção de assistência técnica e amparo à produção agropecuária. Partindo de uma pesquisa empírica e de campo realizada em Candelária, ela afirma, em relação à associação rural local, que suas ações consistiam em serviços de revenda de sementes selecionadas, medicamentos veterinários, agrotóxicos e fertilizantes; aquisição de um trator e uma colheitadeira; “contatos com autoridades responsáveis pelo desenvolvimento rural, reivindicando melhores preços para a produção agrícola” e isenção de impostos; “designação de agrônomo, inseminador e veterinário”.¹⁵⁵ Através de tais ações, a entidade buscava gerar um “aumento de produtividade e da produção”:

¹⁵³ HEINZ, Flávio M. Elites rurais entre representação e política: exercício prosopográfico. IN: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011. p. 124-142. p. 126.

¹⁵⁴ QUEDA APUD PEIXOTO, Marcus. *Extensão Rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação*. Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008. Disponível em: http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm Acesso em 12 de setembro de 2015. p. 17.

¹⁵⁵ SCHERER, op. cit., p. 113.

Via, assim, no amparo e desenvolvimento da organização produtiva o caminho para o desenvolvimento. Os valores orientadores da ação eram, portanto, os mesmos seguidos pela Farsul. O agricultor era atraído para a Associação Rural, pela sua parte comercial, porque essa lhe dava vantagens nas compras de insumos e medicamentos. Acreditamos que, de um modo geral, o associado não tinha consciência de que a Associação Rural poderia representar uma força, na defesa e representação de seus interesses classistas. A associação desempenhava o papel de organização paternalista para o agricultor.¹⁵⁶

De acordo com a autora, o associativismo rural no Rio Grande do Sul caracterizou-se “como um movimento de elite em direção às bases.” A autora, ao tratar da Associação Rural de Candelária, criada em 1951, indica que seu número de participantes ativos era reduzido e que:

As deliberações eram tomadas praticamente apenas pela diretoria, pois os associados em geral não compareciam às assembleias. Essas diretorias eram compostas pelos próprios líderes urbanos, ou residentes nas proximidades da cidade, tais como, agricultores e pecuaristas que haviam ocupado postos políticos importantes, comerciantes, funcionários públicos, professor rural, agrônomos e alguns agricultores mais esclarecidos ou com tino comercial. Além disso, não havia praticamente renovação de elementos nas diretorias. O que havia era uma troca de cargos entre si, com a entrada eventual de um novo membro, permanecendo, assim, a mesma liderança.¹⁵⁷

Ainda que tais considerações acerca de uma suposta falta de consciência dos associados e sobre as relações entre a direção e a base tenham que ser matizadas, a análise de Scherer indica elementos importantes para pensar o perfil das associações rurais e de suas lideranças, como as características dos dirigentes, a pequena participação nas assembleias e a permanência dos mesmos indivíduos nos cargos diretivos. Infelizmente, não foram localizados outros estudos sobre associações rurais do Rio Grande do Sul no período, que permitissem aprofundar a reflexão acerca de suas bases sociais, sua atuação e as relações de poder que permeavam sua dinâmica interna.

Retornando às reflexões acerca do Decreto-Lei nº 8.127, cabem apresentar algumas de suas premissas em relação às federações rurais, na medida em que estas nos ajudam a compreender a estrutura e a organização da Farsul. Este decreto estabelecia que “As Federações das Associações Rurais terão área territorial correspondente à dos Estados ou dos Territórios Federais respectivos” (Artigo 8º). Em seu artigo 12º, indicava que a Federação seria “constituída pelas associações de sua área respectiva” e deveria ter quatro órgãos:

¹⁵⁶ Idem, p. 114.

¹⁵⁷ Ibidem, p. 113.

- a) Assembléia Geral, constituída pelos presidentes das associações rurais;
- b) Conselho Deliberativo, eleito pela Assembléia Geral, dentre os sócios das associações rurais;
- c) Diretoria, eleita pela Assembléia Geral, dentre os sócios das associações rurais;
- d) Comissão Fiscal, eleita pela Assembléia Geral.¹⁵⁸

O tempo dos mandatos da diretoria, da comissão fiscal e dos conselhos das Associações Rurais, das Federações das Associações Rurais e da Confederação Rural Brasileira não poderia exceder três anos (Artigo 16º) e os conselheiros deveriam ser renovados anualmente, pelo terço.

Sobre as finalidades das Federações, o decreto estabelecia que

Art. 18. As Federações das Associações Rurais, reconhecidas nos termos dêste Decreto-lei, órgãos de defesa, representação e técnico consultivo do Govêrno do Estado, Território, do Distrito Federal ou do Govêrno Federal, terão as atribuições, seguintes:

- a) colaborar no estudo e solução dos problemas atinentes à vida rural;
- b) articular as associações rurais do Estado ou do território Federal respectivo promovendo entre elas entendimento e efetiva colaboração.
- c) orientar as atividades das associações rurais dentro das diretrizes estabelecidas de conformidade com os interêsses econômicos gerais da unidade federativa;
- d) cooperar para a efetivação no Estado, no Território Federal ou em determinada região, dos planos econômicos indicados pela Confederação Rural Brasileira;
- e) pleitear os direitos e interêsses da classe rural;
- f) estudar e sugerir aos governos locais e, por intermédio da Confederação Brasileira, ao Govêrno Federal as medidas consideradas necessárias ao desenvolvimento agro-pecuário do Estado ou do Território;
- g) organizar um centro de informações sôbre a vida agro-pecuária do Estado ou do Território;
- h) instalar e manter, sempre que possível, em edifício próprio a "Casa Rural de" (segue-se o nome do Estado ou do Território), para sede social;
- i) orientar e promover a organização de associações rurais;
- j) dirimir e resolver as questões que se suscitarem entre as associações rurais; e
- l) promover a realização de congressos e exposições agro-pecuárias.¹⁵⁹

A partir deste decreto, percebe-se que a estas entidades eram atribuídas uma série de funções, como a articulação e orientação das associações rurais, a defesa dos interesses da “classe rural” e a colaboração para a solução de seus problemas. Além disso, evidencia-se sua responsabilidade em assessorar o poder público - uma vez que estas se constituíam em órgãos

¹⁵⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8127.htm Acesso em 10 de julho de 2015.

¹⁵⁹ Idem.

“técnico-consultivos” dos governos do estado e da União - através do estudo e da sugestão de medidas pertinentes ao desenvolvimento agropecuário. Às federações também cabiam cooperar com as ações e planos econômicos desenvolvidos pela Confederação Rural Brasileira.

Em relação à CRB, esta teria entre suas atribuições, colaborar no estudo e solução dos problemas atinentes à vida rural do país, promover entendimento entre as federações e pleitear os direitos e interesses da classe rural. De acordo com Ramos, a Confederação não se constituía enquanto uma agremiação sindical, ligada ao Ministério do Trabalho, mas gozaria de um caráter associativo e seria vinculada ao Ministério da Agricultura. A entidade não dependeria financeiramente do imposto sindical, mas da contribuição de seus associados e de subvenções governamentais.

Assim, “os trabalhadores rurais assalariados, por não poderem contribuir financeiramente para o novo órgão, estavam excluídos desse sistema de representação, devendo apenas receber serviços assistenciais.”¹⁶⁰ Para se filiarem à entidade, as associações deveriam contribuir com cotas, estar organizadas de acordo com o padrão da Confederação e obedecer às normas fixadas, “como o de que as associações só poderiam se dirigir aos poderes públicos dando conhecimento prévio a CRB sobre o assunto.” Em troca, receberiam, através da entidade, subsídios do governo.¹⁶¹ Desta forma,

A CRB seria dotada de duas importantes prerrogativas: contribuir junto a órgãos do Governo Federal na formulação de políticas agrícolas; e representar oficialmente o conjunto da agricultura do país. Através da consagração da agricultura como profissão (destituída de classes sociais antagônicas), frações de proprietários rurais – organizados em torno, sobretudo, da SNA – obtiveram êxito em formular uma específica forma de organização para o meio rural: o associativismo. Com a legislação em vigor, foi possível que segmentos da classe dominante agrária – através da CRB – contassem com amplo espaço nas agências estatais e, ao mesmo tempo, que trabalhadores rurais encontrassem dificuldades de se organizar em sindicatos oficiais próprios.¹⁶²

Enquanto não fosse criada a Confederação, o que só ocorreu em 1951, caberia a uma Comissão nomeada em abril do mesmo ano promover a fundação das entidades rurais às quais o decreto se referia.¹⁶³

¹⁶⁰ RAMOS, op. cit., 2011, p. 34.

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² Ibidem.

¹⁶³ Sobre o processo de formação da CRB e as disputas no interior da classe proprietária agrária em função de

* * *

A Farsul, no início da década de 1960, mais especificamente em 1962, contava com cento e vinte e três associadas, “entre associações rurais, cooperativas e entidades especializadas.”¹⁶⁴ Na documentação oficial da Federação não há uma listagem com todas estas entidades federadas, tampouco consta o número exato de associações rurais filiadas. Em uma reportagem sobre a eleição para a presidência da Farsul, realizada em 1963, afirmava-se que esta agremiava 114 associações rurais. Tendo em vista que até o final do ano de 1962 existiam cento e cinquenta e sete municípios no Rio Grande do Sul¹⁶⁵, evidencia-se que a penetração do associativismo – e da própria Federação - era bastante significativa. A partir dos documentos e de notícias veiculadas na imprensa entre os anos de 1960 e 1964, identifiquei o nome de 112 municípios nos quais havia associações rurais (Anexo I).¹⁶⁶

Naquele período, a estrutura organizacional da Farsul era dividida em quatro órgãos, seguindo as normativas previstas na legislação: Diretoria, composta pelo presidente, por dois vice-presidentes, 1º e 2º secretários e 1º e 2º tesoureiros; Conselho Deliberativo, composto por 15 ruralistas; Conselho Técnico e Comissão Fiscal. À Diretoria cabia coordenar o funcionamento da entidade e representá-la em diferentes instâncias, atribuições nas quais era assessorada pelo Conselho Deliberativo, cujos membros eram eleitos entre os sócios das associações rurais. De acordo com o Relatório da Diretoria referente ao período compreendido entre julho de 1961 e junho de 1962, “na forma estatutária, o Conselho Deliberativo assessorou a Diretoria, colaborando eficientemente na solução dos mais variados problemas que foram submetidos à sua deliberação.”¹⁶⁷ Não encontrei dados sobre a periodicidade das reuniões do Conselho, mas tudo indica que, além das reuniões ordinárias, previamente agendadas, este se encontrava de acordo com as necessidades e contingências que se apresentavam. No período compreendido pelo relatório acima citado, por exemplo, foram realizadas, além de três reuniões ordinárias, mais quatro extraordinárias, “para deliberar sobre assuntos urgentes e de imediato interesse da classe.”

sua criação, ver: RAMOS, *ibidem*. p. 33-36.

¹⁶⁴ FARSUL. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962*. Folheto 43. p. XXVIII. Acervo da Farsul. Scherer aponta que a entidade congregava, em 1962, 124 associações rurais, mas esta informação destoia dos dados apresentados pela diretoria da entidade.

¹⁶⁵ *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS: 1960-1980*. Porto Alegre: FEE, 1984, p. 13.

¹⁶⁶ Também foram pesquisadas publicações do Diário Oficial da União que listavam as subvenções recebidas pelas associações rurais. Ver, por exemplo: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2984629/pg-266-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-17-12-1960> Acesso em: 20 de maio de 2016.

¹⁶⁷ FARSUL. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962*. Folheto 43. p. XXVIII. Acervo da Farsul.

Em relação à Comissão Fiscal, esta deveria “apreciar e fiscalizar a execução do orçamento, emitindo parecer sobre as contas e o balanço da Farsul.”¹⁶⁸ Tais balanços eram apresentados e submetidos à Assembleia Geral da entidade uma vez ao ano. O Conselho Técnico era responsável por discutir e tratar de questões de natureza técnica do interesse da entidade e de seus associados, como àquelas referentes à aquisição de sementes, vacinas, insumos, pragas, etc.

A Farsul realizava periodicamente uma Assembleia Geral Ordinária, na qual os presidentes das entidades federadas reuniam-se

- a) – anualmente, para tomar conhecimento do relatório anual do Presidente, discutir e votar o parecer da Comissão Fiscal sobre o balanço geral da entidade máxima, discutir e resolver quaisquer assuntos de interesse social e eleger os cargos vagos do Conselho Deliberativo;
- b) – bianualmente, para o mesmo fim da letra a e preencher, em eleição, os integrantes dos órgãos da administração da Federação a [ilegível] cargos vagos.¹⁶⁹

Em relação à participação nas assembleias, estabelecia-se que “O presidente de uma federada que não puder comparecer, por motivos de força maior, poderá delegar poderes expressos e intransferíveis a um membro da diretoria da associação que preside.”¹⁷⁰

Em abril de 1962, a Diretoria encaminhou à apreciação do Conselho Deliberativo um “Ante-Projeto de Reforma do Estatuto Social e organograma de serviços técnicos e administrativos, considerados dentro de um plano de Reestruturação Orgânica e Funcional.” As principais alterações no estatuto foram o aumento do número de vice-presidentes, que passaria de dois para dez; a inclusão de um terceiro secretário e de um terceiro tesoureiro e o aumento do número de Conselheiros, que passaria de 15 para 21, entre efetivos e suplentes. Além disso, foi reduzido o prazo regulamentar para a convocação do Conselho Deliberativo e da Assembleia Geral em caso de reunião extraordinária. Segundo a Diretoria, tal reforma se deu em função da

[...] absoluta necessidade de capacitar a entidade máxima do ruralismo rio-grandense a atuar idealmente, segundo as exigências da atual conjuntura sócio-econômica do estado. Na exposição de motivos encaminhada ao Conselho Deliberativo apontaram-se os fatores mais diretamente

¹⁶⁸ Ibidem, p. XXIX.

¹⁶⁹ *Informativo Farsul*, Porto Alegre, n. 57, 30 de abril de 1958. p. 4. Constatei na documentação que a assembleia também elegia os representantes da Farsul para compor a diretoria de autarquias estaduais ou federais, como o Instituto de Carnes e o Conselho Regional do Serviço Social Rural. *Correio do Povo*, 19 de julho de 1961. p. 11.

¹⁷⁰ Idem.

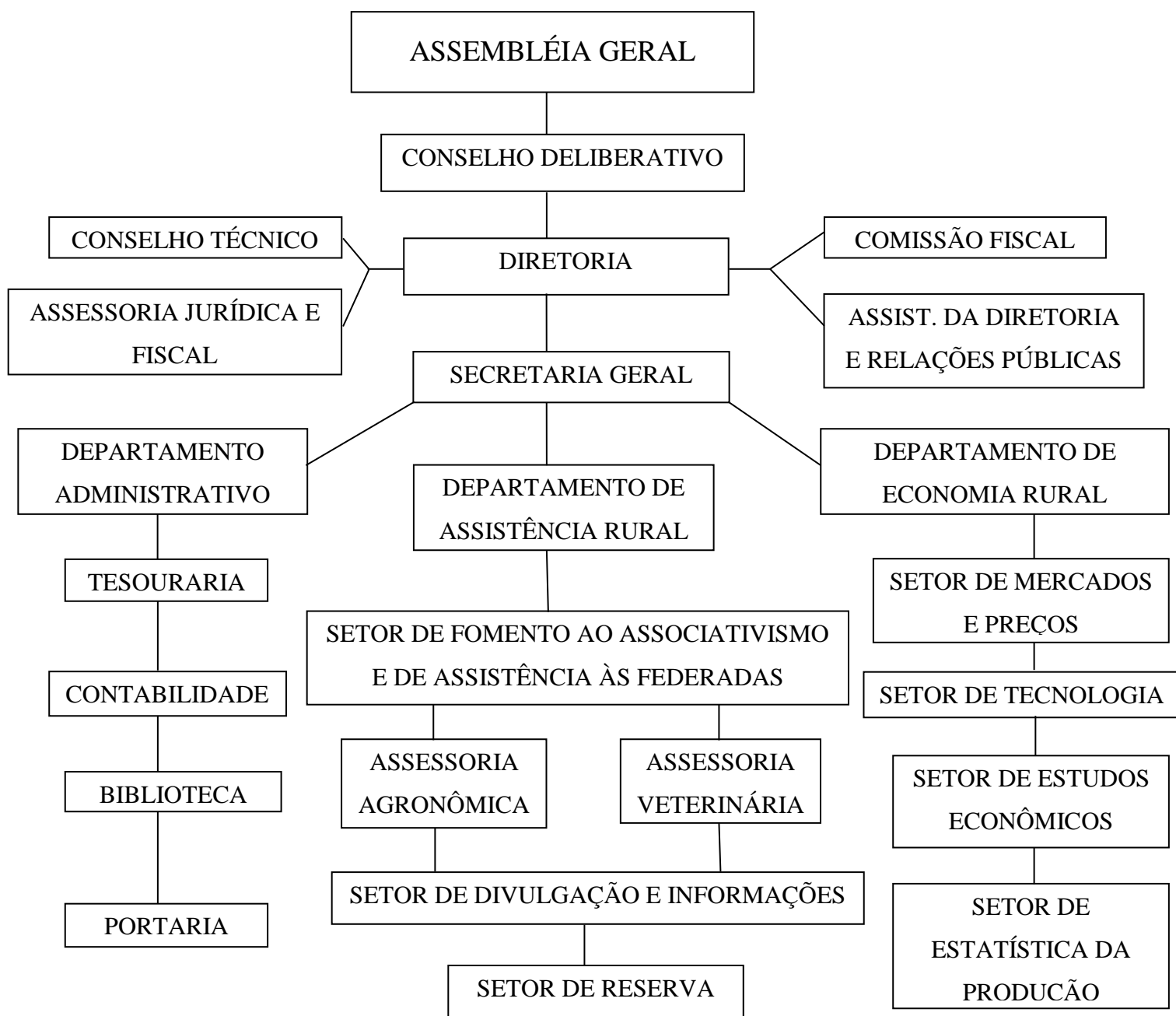
responsáveis pelo fraquíssimo teor de produtividade do nosso organismo agro industrial e a oportunidade da classe rural colaborar mais estreitamente com os Poderes Públicos para conjurar esses males, se devidamente dotada dos recursos suficientes.¹⁷¹

De acordo com o Relatório, a partir da aprovação das alterações, a presidência da entidade tomou uma série de providências, como a criação de uma biblioteca, a ampliação do quadro de funcionários, a contratação de “um diretor-administrativo, como elemento veiculador da grande massa de trabalhos internos” e a mecanização da contabilidade.¹⁷² Com as mudanças propostas pelo novo estatuto, o organograma da entidade foi assim constituído:

¹⁷¹ FARSUL. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962*. Folheto 43. p. XXXII.

¹⁷² *Idem*, p. XXXV.

ORGANOGRAMA DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E
TÉCNICOS DA FEDERAÇÃO DAS
ASSOCIAÇÕES RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL¹⁷³



¹⁷³ FARSUL. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962.* Folheto 43. p. XXXIV. Acervo da Farsul.

O Relatório no qual tal organograma é apresentado não discorre sobre cada departamento ou setor interno e suas finalidades, mas podemos traçar algumas das características destes órgãos e da ordenação da entidade. No topo da estrutura estava a Assembleia Geral, seguida pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria, o que indica que hierarquicamente a Assembleia era soberana nas decisões, sucedida pelo Conselho Deliberativo. Destaca-se que, de acordo com a legislação vigente, tanto o Conselho quanto a Diretoria eram eleitos pela Assembleia Geral.

À Diretoria estavam vinculados cinco órgãos: o Conselho Técnico, a Comissão Fiscal, a Assessoria Jurídica e Fiscal, a Assistência da Diretoria e Relações Públicas e a Secretaria Geral. Em relação aos dois primeiros, suas funções já foram descritas anteriormente. A Assessoria Jurídica e Fiscal era responsável por emitir “pareceres e informações” aos associados sobre temas relativos à questões legais e fiscais, como imposto territorial, sindical e sobre a renda, transferência de bens, elaboração de balanços, convênios, revenda de produtos pelas associações rurais, arrendamentos, remates, leilões, registro de marcas de gado, entre tantos outros.¹⁷⁴

No *Plano de Trabalho da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul para o biênio 1967/68*, datado de 1967, é apresentado o novo organograma da entidade, que ajuda a compreender a sua estrutura e a finalidade de seus órgãos no período imediatamente anterior.¹⁷⁵ Neste documento, figura um Departamento Jurídico, diretamente vinculado ao Diretor Geral, no qual estariam postos “os serviços de consultoria e contencioso, assistidos por um setor de legislação e jurisprudência que sistematiza a matéria de direito e jurídica atinentes aos fatos da vida rural. Deverá cuidar da elaboração e divulgação de estudos e práticas específicas alusivos à legislação aplicável nas relações da vida rural.”¹⁷⁶

Em relação à Assistência da Diretoria e Relações Públicas esta tinha por finalidade

¹⁷⁴ Idem, p. VII a XI. Tais informações foram apreendidas a partir da exposição dos trabalhos desenvolvidos por este órgão constante no referido Relatório.

¹⁷⁵ FARSUL. *Plano de Trabalho da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul para o biênio 1967/68, elaborado na Diretoria Geral*. Agosto, 1967. 23 páginas. [sn] Acervo Farsul. Ainda que se trate de um documento posterior, sua utilização é válida em função dos dados que apresenta e da proximidade temporal; além disso, a manutenção ou exclusão de alguns destes órgãos/setores no novo organograma datado de 1967 pode sinalizar para a sua relevância (ou não) na estrutura interna da Federação.

¹⁷⁶ Caberia ainda a este Departamento: “Coordenar a realização de conferências e cursos sobre direito agrário em ação interdisciplinar com outros serviços afins em atividade. Outro tipo de ação será o atendimento de consultas sobre assuntos especializados, segundo o interesse pessoal do associado, como rotina do cotidiano. Neste quadro figuram as questões concernentes à legislação trabalhista, quanto à relação do emprego; agrária corrente do Estatuto da Terra e sua complexa e vasta regulamentação; e, finalmente, da variada legislação fiscal, nos níveis federal, estadual e municipal, de feição inteiramente nova após a reforma tributária. Resolver questões, esclarecer, responder perguntas, orientar, sugerir a melhor inteligência da lei, segundo seus objetivos humanos e sociais, será a missão constante deste Departamento.” Idem, p. 12-13.

divulgar as atividades e propostas desenvolvidas pela Federação, tanto internamente – para as associadas – como para o público externo. Conforme evidencia o *Plano de Trabalho* referente ao biênio 1967/68, tal órgão foi mantido e continuou vinculado à presidência, pois este já estava “desempenhando o seu papel de informação com publicações na imprensa diária e periódica da capital. [...]”¹⁷⁷

A Secretaria Geral contava com três departamentos: Administrativo, de Assistência Rural e de Economia Rural. O primeiro reunia os órgãos responsáveis pelo funcionamento cotidiano da entidade, como Tesouraria, Contabilidade, Biblioteca e Portaria. O segundo tinha como eixo central o “Setor de Fomento ao Associativismo e de Assistência às Federadas”, que reunia sessões de assessoria agrônômica e veterinária e uma divisão de divulgação e informações voltada aos associados. Destaca-se que tanto o associativismo quanto à questão da assistência rural tiveram um papel decisivo na atuação da Farsul no início da década de 1960, conforme discutirei no próximo capítulo.¹⁷⁸

O Departamento de Economia Rural possuía quatro divisões: Setor de Mercados e Preços, de Tecnologia, de Estudos Econômicos e de Estatística da Produção. Supõe-se que uma das finalidades de tal setor era a realização de estudos e pesquisas que subsidiassem os projetos e ações da Federação e das entidades a ela associadas. Em relação à este último setor, Scherer destaca que “a inexistência de estatísticas que revelassem as reais condições da pecuária e da agricultura, para os técnicos da Federação e outros interessados, fez com que a própria Federação criasse um setor de estatística.”¹⁷⁹

No período estudado, que compreende os anos de 1959 a 1964, os principais postos da entidade – Presidente, Vice-Presidentes, membros do Conselho Deliberativo, Conselho Técnico e Comissão Fiscal, Secretários e Tesoureiros - foram ocupados pelos seguintes indivíduos:

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 21.

¹⁷⁸ Chama a atenção que tal Departamento foi substituído por um “Setor de Organização, Assistência e Orientação Sindical”, vinculado ao “Departamento de Estudos Rurais”.

¹⁷⁹ SCHERER, *op. cit.*, p. 78. Conforme o organograma datado de 1967, este se torna “Serviço de Estatística e Informações”, e passa a ser vinculado ao “Departamento de Estudos Rurais”, pois o “Departamento de Economia Rural” deixa de existir.

Tabela 1. Quadros Dirigentes e Membros do Conselho Deliberativo da Farsul (1959-1965)

| Período | Presidente | Vice-Presidentes | Membros do Conselho Deliberativo | Membros do Conselho Deliberativo (Suplentes) |
|-----------|----------------------------------|--|---|---|
| 1957-1959 | Dácio Assis Brasil | Tasso Castilhos Lopes Eurico Oliveira Santos Filho | <u>Até 1959</u> Antônio Fredo Leal de Macedo Fernando C. Riet João Farinha José Saldanha Ferreira Nelson de Souza Piegas | <u>Até 1959</u> João Antônio Tessari João Ignácio Lecuona José Salgado Martins Oscar Daudt Filho Samuel Guazzelli Filho |
| 1959-1961 | Pedro Olympio Pires | Eurico de Oliveira Santos Filho Henrique Geisel | <u>Até 1960</u> Dario Azambuja Januário Chagas Franco Pe. João Sehnem Moacir Dias Major Pedro Olympio Pires <u>Até 1961</u> Rube Canabarro Lucas Henrique Geisel Edmar Kruehl José Inácio Silveira de Campo João Theobaldo Moesch | <u>Até 1960</u> Antonino Fornari Davenir Peixoto Gomes Ivo Citrini Pereira Florindo Daniel Lino Grings <u>Até 1961</u> Alberto Severo Balbino de Souza Mascarenhas Érico Lourenço de Lima Raymundo Guilherme Kloeckner Jaime Tavares |
| 1961-1963 | Antônio Saint Pastous de Freitas | Kurt Weissheimer (1º vice) Clóvis Kroeff (2º vice) <u>A partir de julho de 1962</u> Antônio Chaves Barcelos (4º vice) Eugênio Giordani (6º vice) Fernando Machado Vieira (8º vice) Florisvaldo Schmorantz (10º vice) Hélio Miguel de Rose (5º vice) João Alves Osório (7º vice) Paulo Simões Lopes (3º vice) Ulrich Hermann Hoschele (9º vice) | <u>Até 1962:</u> Dácio Assis Brasil João Antônio Tessari João Ignácio Lecuona Oscar Daudt Filho Samuel Guazzelli Filho <u>Até 1963:</u> Arnaldo Goellner Davenir Peixoto Gomes Florindo Daniel João Batista Luzardo Oscar Carneiro da Fontoura <u>Até 1964:</u> | <u>Até 1962</u> Antônio Fredo Leal de Macedo Gentil Félix da Silva Nelson de Souza Piegas <u>Até 1963:</u> Dário Azambuja Ivo Citrini Pereira Laydes Silveira Borges Moacyr Dias Oswaldo de Freitas Rodrigues <u>Até 1964</u> |

| | | | | |
|-----------|----------------------------|---|--|--|
| | | | <p>Alberto Severo Antônio David Farina Érico Lourenço de Lima Raymundo Guilherme Kloeckner Sidney de Almeida Santos</p> <p><u>Novos membros (julho de 1962):</u> Com mandato de 3 anos: Walter Só Jobim Osmar Paixão Cortes Antonio Fredo Leal de Macedo Gentil Felix da Silva Nelson de Souza Piegas Roberto Magalhães Suñe Pedro Olympio Pires</p> <p>Com mandato de 2 anos: Nestor de Moura Jardim Leopoldo Morsh Gregório Beheregaray Filho Vicente Gomes de Campos</p> <p>Com mandato de 1 ano: Tomaz Vares Albornoz Irineu Riet Correa Vitório Dinardo Balbino de Souza Mascarenhas.</p> | <p>Edgar Rodrigues Barbosa Flor Amaral Fredolino Sommer João Theobaldo Moech Pedro Carpenedo</p> <p><u>Suplentes:</u> Dácio Assis Brasil João Antonio Tessari Joao Inacio Lecuona Oscar Daudt Filho Samuel Guazzelli Filho Ozy Teixeira Augusto Costa Lopes</p> |
| 1963-1965 | Oscar Carneiro da Fontoura | <p>Alberto Severo Arnaldo Goellner Balbino de Souza Mascarenhas (1º vice) Fredolino Sommer João Alves Osório João Antônio Tessari João Luiz Roth Paulo Simões Lopes Raymundo Guilherme Kloeckner Ulrich Hermann Hoschele</p> | | |

Tabela 2. Lista de Secretários, Tesoureiros e membros do Conselho Técnico e Comissão Fiscal (1959-1965)

| Período | Secretários | Tesoureiros | Conselho Técnico | Comissão Fiscal |
|----------------|---|---|---|--|
| 1957-1959 | 1º Secretário: Carlos Reverbel 2º Secretário: Antônio S. Moura | 1º Tesoureiro: Carlos Annes Gonçalves 2º Tesoureiro: João Modesto de Souza | Dr. Acimar Noronha Marchant Dr. Aureo M. Elias Dr. Manoel Corrêa Soares | Efetivos: Arnaldo Carlos Porto Dr. Gentil Coelho Leal Dr. Cyro Mariante da Silveira Suplentes: Bento Pires Dias Florianio Bittenco Octacilio Xavier da Rocha |
| 1959-1961 | 1º Secretário: Luiz Fernando Cirne Lima | | | |
| 1961-1963 | 1º Secretário: Paulo Luiz de Oliveira de Boer 2º Secretário: Décio Henrique Zago 3º secretário: Cláudio Dario Lopes de Almeida ** | 1º Tesoureiro: Carlos Annes Gonçalves 2º Tesoureiro: Fernando Py Sarmiento 3º tesoureiro: Nilton Heller Fichtner | Aureo M. Elias Bento Pires Dias Geraldo Velloso Nunes Vieira | Efetivos: Dr. Gentil Coelho Leal Jayme Menna Barreto Fichtner Osmar Pedrollo Suplentes: Arthur Schenk Francisco Pedroso de Souza Waldemiro Brandelli <u>A partir de julho de 1962:</u> Efetivo: Leo Aragon Suplente: Davenir Peixoto Gomes |
| 1963-1965 | 1º Secretário: Sinval Saldanha Filho* | 1º Tesoureiro: Paulo de Souza Jardim * | | |

* Conforme reportagem do *Correio do Povo*, 17 de julho de 1963. p. 5.

** Nas atas da Farsul referentes aos anos de 1961, 1962 e 1963 consta como Secretário Geral da entidade Remy Menezes Gorga.

Conforme aponta a Tabela I, devido ao novo estatuto da Farsul, em julho de 1962 foram eleitos mais oito vice-presidentes para a entidade, que tradicionalmente possuía dois vices.¹⁸⁰ De acordo com o *Correio do Povo*, o Conselho Deliberativo apresentou uma nominata: “Conferido o número de sobrecartas com a assinatura dos livros de presença, verificou-se que quarenta e um presidentes de associações rurais ou seus representantes credenciados, votaram a favor da nominata sugerida pelo Conselho Deliberativo à assembleia”.¹⁸¹ Na mesma ocasião, foram eleitos novos integrantes para compor o Conselho Deliberativo e indicados como diretores Carlos Annes Gonçalves¹⁸² e Jayme Menna Barreto Fichtner¹⁸³: o primeiro ocupava o cargo de 1º tesoureiro e o segundo era integrante da Comissão Fiscal, conforme aponto na tabela abaixo. Os diretores suplentes passaram a ser Aristides Milano e Hugo Bube dos Santos.¹⁸⁴ Note-se que a composição da entidade era exclusivamente masculina.

Em 1962 também foi composto um Conselho Consultivo para a entidade, cujos membros efetivos eram: Alberto Severo, Alfredo Bento Pereira¹⁸⁵, José Saldanha Ferreira, João Theobaldo Moesch¹⁸⁶ e José Cesar Tettamanzi. Suplentes: Paulo Simões Lopes, Alcides Teixeira da Costa, Rubens Gonçalves Marques¹⁸⁷, Cel. Serafim Vargas¹⁸⁸, Cel. Aristides de

¹⁸⁰ Os dados referentes aos cargos assumidos na Federação foram extraídos do livro comemorativo aos 70 anos da entidade, que elenca as gestões entre 1927 e 1997. Neste livro, as gestões são apresentadas citando o “Presidente” e os “Diretores” de cada período. No entanto, utilizei na tabela a nomenclatura “Vice-presidentes”, de acordo com a documentação oficial da entidade e dos jornais no período, embora em alguns outros documentos, como atas, eles sejam por vezes chamados de diretores.

¹⁸¹ *Correio do Povo*, 18 de julho de 1962. p. 16.

¹⁸² Carlos Annes Gonçalves nasceu em Passo Fundo, em 2 de fevereiro de 1908. Dirigiu o Frigorífico Sul-Riograndense e foi um dos diretores do Instituto Riograndense de Carnes, conforme veremos adiante. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/sebodigital/obras/GenealogiaLucasAnnes.pdf> Acesso em: 21 de janeiro de 2016.

¹⁸³ Não encontrei dados biográficos sobre Jayme Menna Barreto Fichtner. Em 1962, ele presidia a *Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul*.

¹⁸⁴ Milano era vinculado à Associação Rural de Bagé. Hugo Bube dos Santos era formado em Medicina e proprietário da Estância Paraíso do Piquiri, em Encruzilhada do Sul. Adquirida em 1951, a estância tinha 1.056 hectares e sua principal atividade produtiva era a ovinocultura. Disponível em: <http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/entrevistas/nunca-desista-faca-pecuaria-com-amor-e-paixao-raul-ritter-premio-beefpoint-sul/> Acesso em: 16 de julho de 2016.

¹⁸⁵ Alfredo Bento Pereira Filho era filho de Alfredo Bento Pereira, estancieiro, Intendente Municipal (1929) e Prefeito Municipal de São Gabriel entre 1932 a 1935. Bento Pereira Filho “nasceu em 1920, formou-se em engenharia civil e constituiu matrimônio com Lovely Garcia, filha de um estancieiro e médico do município de Cachoeira do Sul, José Felix Garcia.” No final da década de 1960, tornou-se prefeito de São Gabriel, cargo que exerceu até 1973. PICCIN, Marcos Botton. Acesso a posições de poder pela elite estancieira gaúcha: Trajetórias Sociais e investimentos escolares. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 27, n. 2. p. 305-328. p. 321.

¹⁸⁶ Natural de Arroio do Meio, Moesch nasceu em 1891. Foi funcionário público municipal e federal, prefeito nomeado de Arroio do Meio (1940-1942), fundador e membro da Associação Rural de Encantado e membro do PSD. IN: ENCICLOPÉDIA *Políticos Sul Rio-Grandenses*. Volume III. Porto Alegre: Editora Clássica Jumar, 1977. Verbete: João Theobaldo Moesch. p. 41.

¹⁸⁷ Agropecuarista, presidente da Associação Rural e ex-prefeito do município do Jaguarão, eleito em 1964. Disponível em: http://srv-net.diariopopular.com.br/08_10_08/p1604.html Acesso em 10 de julho de 2016.

Morais Gomes¹⁸⁹, João Alves Gomes de Campos, Ângelo Antônio Minotto¹⁹⁰ e Theodoro Sales.

Não há indicação, na reportagem, sobre quais seriam as atribuições do referido Conselho. Não encontrei dados sobre todos os seus membros, mas destaca-se a presença de prefeitos ou ex-prefeitos em sua composição, o que pode indicar a intenção de captar capital político para a entidade.¹⁹¹

A partir das informações sobre a ocupação de cargos na estrutura da Federação, dispostas nestas Tabelas, apresento, no próximo subcapítulo, uma breve análise sobre a origem social e a trajetória de alguns destes indivíduos que construíram a história da Federação no período em tela.

1.2 – Os “*ilustres companheiros de diretoria*”: perfil e representatividade dos dirigentes da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul

Quem eram os principais dirigentes da Farsul entre fins da década de 1950 e início dos anos 1960? Neste subcapítulo, busco delinear um perfil destes sujeitos, apresentando alguns dados que permitam refletir sobre traços comuns entre eles e lançar questões sobre suas trajetórias, interesses e redes de relações. Não se trata de uma biografia coletiva dos membros da entidade, mas de uma tentativa de reunir informações que possam apontar as características gerais das diretorias e quais grupos e setores estavam representados em seu interior. Tal escolha metodológica fundamenta-se na perspectiva de Bourdieu, que indica “não ser possível apreender os espaços sociais de outra forma que não seja a de distribuições de propriedades entre indivíduos. É assim, porque a informação acessível está associada a indivíduos.”¹⁹² Neste sentido, interrogando estes dirigentes, seus atributos e posições sociais, procuro apreender elementos que permitam proceder uma análise relacional sobre a Federação e sua

¹⁸⁸ Serafim Dornelles Vargas foi general da arma da Cavalaria e prefeito de São Borja (1964-1966). Era sobrinho do ex-presidente Getúlio Vargas e filho de Viriato Vargas, fazendeiro e líder político de São Borja, cidade da qual foi prefeito entre 1911 e 1915. Mais informações em: ABREU, Alzira Alves et.al. (coord.). *Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós 1930*. Volume V. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. p. 5970.

¹⁸⁹ Pecuarista e ex-Prefeito Municipal de Cruz Alta, eleito em 1947. ROCHA, Prudêncio. *A história de Cruz Alta*. Cruz Alta: Empresa Gráfica Mercúrio, 1980. p. 148. Por vezes, a grafia de seu primeiro sobrenome é apresentada com a letra “i” – Moraes.

¹⁹⁰ Membro da Associação Rural e da Cooperativa Industrial de Carnes e Derivados Ltda. de Bagé.

¹⁹¹ Entre os nomes citados, estavam Alberto Severo e Paulo Simões Lopes, dirigentes da Farsul cujas trajetórias serão abordadas ao longo do capítulo.

¹⁹² BOURDIEU, *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 29.

atuação naquele contexto.¹⁹³

Em função do grande número de indivíduos que ocuparam postos na Presidência, Conselho Técnico, Comissão Fiscal, Conselho Deliberativo ou atuaram como diretores, secretários ou tesoureiros da entidade, optei por priorizar a investigação sobre os presidentes e vice-presidentes, que equivalem a vinte e quatro indivíduos em um universo total de noventa nomes.¹⁹⁴ Trata-se de um limite desta pesquisa, que aponta para as inúmeras possibilidades de investigação e análise a ser desenvolvidas em estudos posteriores.

A partir deste recorte, foram coletadas informações referentes à origem, perfil sócio-econômico, formação e atuação profissional, vinculações com associações rurais, atuação anterior na Farsul, ocupação de cargos em agências do estado, vínculos político-partidários e participação em outras entidades ou associações. Os eixos de investigação foram inspirados no estudo de Sônia Regina de Mendonça, intitulado *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*.¹⁹⁵

Destaca-se a dificuldade em encontrar dados sobre grande parte destes indivíduos e o fato de que a quantidade e a qualidade das informações consultadas variaram de forma significativa, portanto em relação a alguns membros foi possível acessar dados muito mais completos do que em relação a outros, menos conhecidos.¹⁹⁶ De forma geral, sobre aqueles que exerceram mandatos eletivos ou ocuparam cargos públicos há uma maior quantidade de referências disponível. As informações encontradas originaram a tabela que segue abaixo:

¹⁹³ Também me inspirei em alguns trabalhos que utilizam o método prosopográfico, tendo em vista que o propósito da prosopografia “é dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social e descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos em seu interior.” STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, junho 2011. p. 115.

¹⁹⁴ Do total de noventa indivíduos que ocuparam funções na entidade entre 1959 e 1965, identifiquei vinte e quatro nomes de presidentes e vice-presidentes; cinquenta e cinco membros do Conselho Deliberativo, entre efetivos e suplentes (incluindo nove que também ocuparam a presidência ou vice-presidência no período); vinte nomes no âmbito dos que ocuparam cargos na Diretoria, Conselho Técnico, Comissão Fiscal, secretaria e tesouraria (incluindo um suplente na Comissão Fiscal e membro efetivo do Conselho Deliberativo).

¹⁹⁵ MENDONÇA, Sônia Regina de. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012.

¹⁹⁶ As informações foram extraídas em sites da internet, blogs de genealogias familiares, dicionários histórico-biográficos, livros e periódicos. Entre os dicionários utilizados, destacam-se: MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Editora da UFRGS, Instituto Estadual do Livro, 1978; ABREU, Alzira Alves et.al. (coord.). *Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós 1930*. Volumes I, II, III, IV e V. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. Também foi realizada uma pesquisa no banco de dados de jornais e revistas da Biblioteca Nacional – *Biblioteca Nacional Digital* – no qual foram encontradas várias reportagens de época nas quais seus nomes foram citados; tais reportagens serão referenciadas ao longo do texto.

Tabela 3. Dados relativos aos Presidentes e Vice-Presidentes da Farsul (1959-1965)

| Nome do Dirigente | Data e local de nascimento | Perfil socioeconômico /extração social | Formação profissional e/ou atuação | Vinculação com Associações Rurais e atuação na Farsul | Ocupação de cargos em agências do Estado | Vínculos partidários e/ou mandatos eletivos | Participação em quadros de outras entidades/ associações |
|----------------------------------|--------------------------------------|--|--|---|--|---|--|
| Alberto Severo | 15 de março de 1906, em Quaraí | Pecuarista | Direito Funcionário do <i>Instituto Rio-Grandense de Carnes</i> | Secretário Geral da (1936, 1937) Presidente da Associação Rural de Caçapava do Sul (década de 1950) Membro do Conselho Deliberativo da Farsul (1958-1961/ ? – 1964) e Vice-presidente (1963-1965) | Diretor do Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes (1964-1976) | Membro do Diretório Municipal do PL e candidato à vereador em Caçapava do Sul (1947) Concorreu à deputado estadual (1947, 1950 e 1954) | Presidente do Conselho Regional do <i>Serviço Social Rural / RS</i> (1962) |
| Antônio Chaves Barcellos | Agosto de 1911 | Empresário | | Vice-presidente da Farsul (1961-1963) | | | Presidente do Country Club (1955-1956) Sócio-fundador do IPESUL |
| Antônio Saint Pastous de Freitas | 11 de fevereiro de 1892, em Alegrete | Pecuarista | Medicina | Presidente da Farsul (1961 e 1963) | Diretor do <i>Serviço de Câncer do Rio Grande do Sul</i> Reitor da URGS (1943-1944) | Candidato a deputado estadual pelo PSD nas eleições de 1947 (suplente) | Membro da <i>Academia Nacional de Medicina e da Sociedade de Medicina e Cirurgia</i> Sócio-fundador do IPESUL Membro da <i>Assoc. Brasileira de Criadores de Ideal</i> |
| Arnaldo Goellner | Estrela | Diretor Comercial da “Cooperativa dos Plantadores de Tungue Ltda. - Indústria de óleos vegetais” | | Secretário Geral (na década de 1940) e Presidente da Associação Rural de Estrela (1961; 1964) Membro do Conselho Deliberativo da Farsul (?-1963) e Vice-presidente (1963-1965) | | Candidato a vereador em Estrela pelo PSD (1963) | Presidente da <i>Sociedade Evangélica Educacional de Estrela</i> Membro do Rotary Club / Estrela |

| | | | | | | | |
|---------------------------------|---|------------------------|----------|--|--|---|--|
| Balbino de Souza Mascarenhas | Ano de nascimento: 1899 Pelotas | Pecuarista | | Presidente da Sociedade Agrícola de Pelotas (1937 a 1939) e Sócio Benemérito da Associação Rural de Bagé Presidente da Farsul (1941 – 1943 / 1943-1945 / 1955-1957) e vice-presidente (1963-1965) Membro do Conselho Deliberativo (?–1956/1958-1961/1962-1963) | Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul (1947-1951) | Candidato a deputado estadual pelo PSD (1947) | Presidente da <i>Associação do Registro Genealógico Sul-rio-grandense</i> |
| [Luiz] Clóvis Kroeff | 1º de novembro de 1904, em São Sebastião do Caí | Pecuarista e arroteiro | | Presidente da Associação Comercial e Rural do Caí (1942) Membro do Conselho Deliberativo da Farsul (? - 1955) e Vice-presidente (1961-1963) | | Integrante do Diretório Municipal do PSD de São Sebastião do Caí Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí (1944) | Membro do Conselho Técnico da <i>Associação dos Criadores de Gado Guernsei do Brasil</i> |
| Dácio Assis Brasil | Nascimento: 1º de novembro de 1904 São Gabriel | Pecuarista | Medicina | Diretor da Farsul (1949 a 1951); Membro da Comissão Fiscal (1955) e Membro do Conselho Deliberativo (? – 1962) Presidente da Farsul nas gestões 1957 a 1959 e 1965 a 1968 | | Integrante do Partido Libertador e candidato a deputado federal em 1945 | Presidente da <i>Cooperativa Rural Gabrielense Ltda.</i> (1944 - 1945 / 1954-1960) Fundador e presidente da <i>Cooperativa de Lã Tejupá Ltda.</i> (1953 a 1959) |
| Eugênio Giordani | 09 de julho de 1910, em Encantado | | Padre | Presidente da Associação Rural de Caxias do Sul (década de 1940) Vice-presidente da Farsul (1961-1963) | | Vereador pelo Partido Democrata Cristão (1956-1959 e 1960-1963) | Criador e construtor da Igreja São Pelegrino |
| Eurico de Oliveira Santos Filho | Rio Pardo | Fazendeiro | | Vice-presidente da Farsul (1957- 1959 e 1959-196) | | | Diretor–secretário da <i>Federação das Cooperativas de Lãs do Rio Grande do Sul</i> (1960) |

| | | | | | | | |
|-------------------------|--|---|---|---|---|--|--|
| Fernando Machado Vieira | 28 de janeiro de 1929, em Porto Alegre | Pecuarista | | Presidente da Associação Rural de Cruz Alta (1962) Vice-presidente da Farsul (1961-1963) | | Foi vice-prefeito de Cruz Alta. Concorreu a Prefeitura em 1976, pela Arena | É considerado um dos fundadores do MTG – <i>Movimento Tradicionalista Gaúcho</i> Fundador da <i>Cooperativa Agro-Pastoril de Cruz Alta</i> |
| Florisvaldo Schmorantz | | | | Presidente da Associação Rural de Santa Rosa (1962) Vice-presidente da Farsul (1961-1963) | | | |
| Fredolino Sommer | | Pecuarista | | Presidente da Associação Rural de São Luís Gonzaga (1950 a 1954) Vice-presidente da Farsul (1963-1965) | | | |
| Hélio Miguel de Rose | 1917, em Porto Alegre | | Agronomia Professor da Faculdade de Agronomia da UFRGS | Vice-presidente da Farsul (1961-1963) | | | Foi Diretor Técnico (1959-1961) e presidente da <i>Associação Brasileira dos Criadores de Suínos</i> (1965-1982) |
| Henrique Geisel | 6 de abril de 1904, em Estrela | Triticulor | Militar | Membro do Conselho Deliberativo (1958-1961) Vice-presidente da Farsul (1959-1961) | | | Presidente da <i>Associação Triticola de Passo Fundo</i> 1º Presidente da <i>Federação das Cooperativas Triticolas do Rio Grande do Sul</i> (1958-1959) Membro do grupo <i>Vigilantes da Liberdade</i> |
| João Alves Osório | | Pecuarista Proprietário da <i>Agropecuária João Alves Osório</i> | Agronomia | Presidente da Associação Rural de Rosário do Sul (1960-1964) Vice-presidente da Farsul (1961-1963 / 1963-1965) | Membro do GT encarregado de reorganizar a produção pecuária, (1963) | Prefeito de Rosário do Sul (1967-1968) Deputado Estadual (Arena, 1970) | Sócio-fundador do IPESUL |

| | | | | | | | |
|----------------------------|--|------------|---|---|--|--|--|
| João Antônio Tessari | 20 de setembro de 1902, em Caxias do Sul | | | Presidente da Associação Rural de Caxias do Sul (1952; 1965; 1968) Membro do Conselho Deliberativo da Farsul (? - 1956) e Vice-presidente (1963-1965) | | Vereador em Caxias do Sul (1952 a 1955) – PRP / Suplente de (1956-1959 e 1960-1963) | Memorialista |
| João Luiz Roth | | | | Presidente da Associação Rural de Cruz Alta Vice-presidente da Farsul (1963-1965) | | | Membro da <i>União dos Homens Livres do Brasil</i> |
| Kurt Weissheimer | 2 de maio de 1910, em Ijuí | Pecuarista | Diretor-Superintendente do Banco Agrícola Mercantil | Vice-presidente da Farsul (1961-1963) 1º presidente do Sindicato Rural de Viamão (1972) | | Membro do Diretório Estadual do PSD | 1º presidente da <i>Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural do RS</i> (1955) Vice-presidente da <i>Assoc. Brasileira de Crédito e Assistência Rural</i> (1956-1957 / 1959-1962) Membro suplente do <i>Sindicato dos Bancos do Rio Grande do Sul</i> Sócio-fundador do IPESUL |
| Oscar Carneiro da Fontoura | 20 de janeiro de 1900 (provavelmente em Dom Pedrito; era de uma tradicional família da cidade) | Pecuarista | Medicina | Membro da Comissão Fiscal da Farsul (1955) Membro do Conselho Deliberativo (? – 1963) Presidente substituto (1960) e Presidente da Farsul (1963 a 1965) | Secretário de Estado da Fazenda (1937 a 1947 / 1951-1955); Secretário de Estado do Interior e Justiça (1949) Diretor da Caixa Ec. Federal e assessor da Caixa Ec. Estadual | Prefeito Municipal de Dom Pedrito (PL – 1928) Deputado Federal (PL - 1935-1936) Deputado Estadual (PSD –1947 a 1951) | Presidente do PSD no Rio Grande do Sul |

| | | | | | | | |
|---|------------------------------------|--|--|---|--|--|---|
| Paulo Simões Lopes | 22 de dezembro de 1906, em Pelotas | Pecuarista e arroteiro Presidiu a Cooperativa Rizícola Litoral (1955) | | Presidente da Sociedade Agrícola de Pelotas (1943-1945) Vice-presidente da Farsul (1961-1963 / 1963-1965) | Presidente do Instituto Rio-Grandense do Arroz – Irga (1955-1959; 1967-1969) | | Presidente da <i>Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Criolos</i> (1951-1953 / 1953-1955) Membro do Conselho Superior da SNA (1959 - 1962 / 1966-1969) Sócio-fundador IPESUL |
| Pedro Olympio Pires | Alegrete | Pecuarista (criador raças Hereford e Normanda) | | Presidente da Associação Rural de Alegrete (1936-1940 / 1941-1942 / 1946-1949 / 1952-1954) Vice-presidente da Farsul (1949-1951 / 1955-1957) / Membro do Conselho Deliberativo (? – 1962 / 1962-1965) Presidente da Farsul (1954-1955 / 1959-1961) | | | Fundador da <i>Cooperativa Rural de Alegrete</i> |
| Raymundo Guilherme Kloeckner | Carazinho | Triticultor | | Presidente da Associação Rural de Carazinho (1953 e 1960); Vice-presidente (1962-1964); Presidente em 1965 Membro do Conselho Deliberativo (1958-1961) e Vice-presidente (1963-1965) | | | Presidente da <i>Companhia Triticula de Carazinho</i> (1958) Segundo tesoureiro da <i>Associação Comercial de Carazinho</i> (1937; 1939) |
| Tasso Castilhos Lopes | | Triticultor | | Vice-presidente da Farsul (1957-1959) | | | Sócio-fundador da <i>Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos</i> (1950) |
| Ulrich Hermann Hoschele [Germano Hoshele] | Cruz Alta | | | Presidente da Associação Rural de Campinas do Sul (1961-1962) Vice-presidente da Farsul (1961-1963 / 1963-1965) | | Vereador em Campinas do Sul (PSD - 1959) | |

Os dados apresentados na Tabela III permitem identificar algumas características acerca do perfil dos presidentes e vice-presidentes da Farsul no período analisado. No que se refere ao ano de nascimento, entre os quatorze indivíduos sobre os quais encontramos tal informação, dois nasceram ainda no século XIX: Antônio Saint Pastous de Freitas, em 1892 e Balbino de Souza Mascarenhas, em 1899. Dez nasceram na primeira década do século XX, entre 1900 e 1911, portanto não havia entre eles uma grande diferença em relação à faixa etária; os mais novos entre os que assumiram cargos na presidência foram Fernando Machado Vieira, nascido em 1929 e Hélio Miguel de Rose, em 1917.¹⁹⁷

Em relação à representatividade por região, verifica-se que distintas áreas do estado estavam contempladas. Dos vinte e quatro presidentes e vice-presidentes, cinco eram naturais da região da Campanha: dois de Alegrete, um de Dom Pedrito, um de Rosário do Sul e um de São Gabriel; dois eram oriundos de Caxias do Sul, na Serra gaúcha; seis da área do Planalto: dois de Cruz Alta, um de Campinas do Sul, um de Júlio de Castilhos, um de Carazinho e um de Passo Fundo; um era oriundo de São Luiz Gonzaga, nas Missões; um de Santa Rosa, no noroeste rio-grandense; dois naturais da região dos Vales: um de Estrela e um de São Sebastião do Caí; dois da zona Centro-Oriental: um de Caçapava do Sul e um de Rio Pardo; dois da zona sul, naturais de Pelotas; três de Porto Alegre. Evidencia-se uma predominância de representantes das áreas do Planalto e da Campanha - os quatro presidentes da Farsul, no período, eram oriundos desta última região, ainda que se perceba alguma rotatividade, em termos de origens regionais, entre seus dirigentes.¹⁹⁸

Parte significativa destes presidentes e vice-presidentes ocuparam outros cargos na Federação nas gestões anteriores: doze deles, em um universo de 24, foram membros do Conselho Deliberativo antes de assumirem postos na presidência.¹⁹⁹ Entre estes nomes, quatro

¹⁹⁷ Não identifiquei diferenças na composição das gestões da entidade em relação à faixa etária, no sentido de haver predominância de indivíduos mais jovens ou mais velhos em determinada gestão, por exemplo. Ressalto que não foi possível traçar um perfil geracional destes dirigentes, pois para isso seriam necessários mais dados sobre suas trajetórias, bem como caracterizar os marcos geracionais por eles partilhados. Há elementos interessantes para traçar tal perfil, se pensarmos que a maioria deles viveu acontecimentos como as Revoluções de 1923 e 1930, mas tal questão precisaria ser melhor explorada.

¹⁹⁸ Para pensar a representatividade por região, considere, em alguns casos, a cidade de atuação do indivíduo e não sua naturalidade, uma vez que muitos nasceram em um município, mas construíram suas trajetórias de vida em outros. É o caso, por exemplo, do Padre Eugênio Giordani, natural de Encantado, mas que exerceu o sacerdócio e atuou por várias décadas em Caxias do Sul; Henrique Geisel, nascido em Estrela, que seguiu a carreira militar e desenvolveu atividades agrícolas em Passo Fundo; Kurt Weissheimer, natural de Ijuí, mas residente em Porto Alegre; Fernando Machado Vieira, nascido em Porto Alegre, mas residente em Cruz Alta. Ressalta-se que, em alguns casos, havia ruralistas que residiam em Porto Alegre mas suas atividades econômicas eram desenvolvidas no interior do estado.

¹⁹⁹ Sobre os dados relativos à composição do Conselho em meados da década de 1950, além de consultar documentos da Farsul, utilizei um anúncio publicado pela entidade em 1955, no qual constavam todos os órgãos

deles, além de terem composto a nominata do Conselho em períodos anteriores, já haviam presidido a Farsul: Pedro Olympio Pires foi vice-presidente de 1949 a 1951, presidente entre 1954 e 1955 e vice-presidente novamente de 1955 a 1957; Balbino de Souza Mascarenhas presidiu a entidade nas gestões 1941–1943, 1943-1945 e 1955-1957; Dácio Assis Brasil foi diretor (1949 a 1951), membro da Comissão Fiscal (1955) e presidente de 1957 a 1959²⁰⁰ e Oscar Carneiro da Fontoura assumiu a presidência interinamente em 1960. Tais dados demonstram como determinados agentes se enraizavam na estrutura da entidade, o que pode indicar um traço de continuidade nas linhas de atuação e nas posições políticas por ela assumidas.

Ressalta-se que a maioria destes dirigentes havia ocupado - ou ocupava naquele momento, a presidência das Associações Rurais de suas cidades²⁰¹: dos vinte e quatro investigados, quinze presidiram tais entidades em seus municípios²⁰²: Alberto Severo foi secretário (1936; 1937) e presidente da Associação Rural de Caçapava do Sul (década de 1950); Arnaldo Goellner atuou como Secretário Geral (na década de 1940) e Presidente da Associação Rural de Estrela (1961; 1964); Mascarenhas presidiu a Sociedade Agrícola de Pelotas (1937 a 1939) e era Sócio Benemérito da Associação Rural de Bagé; Clóvis Kroeff dirigiu a Associação Comercial e Rural do Caí (1942); Eugênio Giordani e João Antônio Tessari presidiram a Associação Rural de Caxias do Sul, o primeiro na década de 1940 e o segundo entre os anos 1950 e 1960²⁰³; Fernando Machado Vieira (1962) e João Luiz Roth foram presidentes da Associação Rural de Cruz Alta; Fredolino Sommer foi presidente da Associação Rural de São Luís Gonzaga de 1950 a 1954; João Alves Osório dirigiu a Associação Rural de Rosário do Sul entre 1960 e 1964; Paulo Simões Lopes presidiu a

dirigentes e seus respectivos membros: *O Observador*, ano XIX, fevereiro de 1955, n. 228, p. 58. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> Acesso em: 16 de maio de 2016.

²⁰⁰ Ele voltou a ser eleito em 1965, ocupando a presidência da entidade até 1968.

²⁰¹ Os dados referentes à sua vinculação com as Associações Rurais foram encontrados na internet, especialmente em sites de associações ou sindicatos rurais; também foram estabelecidos contatos telefônicos e via *e-mail* com os Sindicatos Rurais de Vacaria, Cruz Alta, Caxias do Sul, Alegrete, Rosário do Sul, Caçapava do Sul e Campinas do Sul no mês de junho de 2016. Os sindicatos de Vacaria e Alegrete enviaram a lista dos ex-presidentes por mensagem eletrônica; o de Campinas do Sul remeteu alguns dados sobre a história da entidade e seus fundadores; o Sindicato Rural de Cruz Alta indicou o nome dos ex-presidentes, mas sem informar acerca do período em que presidiram à associação, pois não dispõe destes dados de forma detalhada.

²⁰² Além destes quinze nomes, Kurt Weisseimer tornou-se o 1º presidente do Sindicato Rural de Viamão, na década de 1970. Esta tendência também se verifica entre os membros do Conselho Deliberativo, conforme veremos adiante.

²⁰³ As principais referências sobre Tessari foram acessadas através do site e de contatos por e-mail com a equipe do *Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul*. Não foi possível localizar com precisão o período em que ele presidiu a Associação. Mais informações, ver: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/>

Sociedade Agrícola de Pelotas entre 1943 e 1945²⁰⁴; Pedro Olympio Pires esteve à frente da Associação Rural de Alegrete por quatro gestões; Raymundo Guilherme Kloeckner presidiu a Associação Rural de Carazinho entre 1953 e 1960, atuou como vice-presidente de 1962 a 1964 e foi eleito novamente em 1965²⁰⁵; Ulrich Hermann Hoschele [Germano Hoshele] foi um dos fundadores e primeiro presidente da Associação Rural de Campinas do Sul (1961-1962)²⁰⁶; Florisvaldo Schmorantz presidiu a Associação Rural de Santa Rosa.²⁰⁷ Isso evidencia que tais indivíduos, ao ocuparem cargos de liderança na Federação, traziam consigo um capital político significativo de seus locais de origem. Os dados também demonstram a organicidade da entidade e a profundidade de sua penetração no interior do estado.

Chama a atenção a inserção dos presidentes e vice-presidentes da Farsul na criação e na direção de cooperativas²⁰⁸ em suas cidades, conforme aponta a Tabela 3: Pedro Olympio Pires foi um dos fundadores da *Cooperativa Rural de Alegrete*; Dácio Assis Brasil presidiu a *Cooperativa Rural Gabrielense Ltda.* (1944 -1945 / 1954-1960) e foi um dos membros criadores da *Cooperativa de Lã Tejupá Ltda.*, presidindo-a entre os anos de 1953 a 1959; Arnaldo Goellner atuou como Diretor Comercial da “Cooperativa dos Plantadores de Tungue Ltda.”, sediada em Estrela; Fernando Machado Vieira fundou a *Cooperativa Agro-Pastoril de Cruz Alta*; Henrique Geisel presidiu a *Associação Tritícola de Passo Fundo*²⁰⁹ (1958); Raymundo Guilherme Kloeckner foi presidente da *Companhia Tritícola de Carazinho* (1958) e Tasso Castilhos Lopes foi sócio-fundador da *Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos*.²¹⁰

²⁰⁴ OTERO, Darcy Trilho. *Associação Rural de Pelotas: Memórias*. Pelotas: 2003. “Presidentes da Sociedade Agrícola de Pelotas” [snp].

²⁰⁵ Sobre o histórico da Associação e seus ex-presidentes ver: <http://www.sindicatroruralczo.org.br/?menu=historico> Acesso em 24 de junho de 2016.

²⁰⁶ Informação acessada através de contato telefônico com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campinas do Sul [antiga Associação Rural] no dia 23 de junho de 2016.

²⁰⁷ FARSUL. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962*. Folheto 43. p. 114.

²⁰⁸ Geralmente em torno deste termo há um imaginário que remete à formação das primeiras cooperativas, no século XIX, cujos princípios, de acordo com seus fundadores, seriam os da igualdade, liberdade, ética e justiça. No entanto, tal concepção sofreu uma série de reformulações ao longo do tempo. De acordo com Mendonça, o cooperativismo no Brasil foi marcado por profundas divergências entre duas vertentes: “uma, voltada para a quebra do ‘círculo de ferro’ da intermediação comercial e financeira, com vistas ao lucro individual, e que deixa evidente seu cunho empresarial e estritamente privado; outra, de características mais doutrinárias, surgiria da ação organizada de um grupo de agrônomos-funcionários do Ministério da Agricultura, visando incentivar o potencial transformador imputado à cooperativa enquanto instrumento de superação das desigualdades e injustiças sociais vigentes na agricultura [...]” A autora enfatiza a vitória da primeira vertente, consubstanciada na legislação brasileira em 1944, segundo a qual “a cooperativa passaria a ser encarada como entidade capaz de adotar qualquer atividade com fins econômico-sociais.” MENDONÇA, op. cit., 2010, p. 181-182.

²⁰⁹ *Jornal do Brasil*, 14 de fevereiro de 1958. p. 8.

²¹⁰ A autora argumenta que a fundação dessas cooperativas de produção foi incentivada pela Farsul. SCHERER, op. cit., p. 80. Muitas destas cooperativas tornaram-se entidades federadas da Farsul, tal qual as associações

Há um elemento significativo para pensar sobre a representatividade dos quadros dirigentes da Farsul: muitos de seus membros eram filiados a outras entidades que atuavam na defesa dos interesses específicos de cada ramo produtivo, como no caso de federações de cooperativas por produto ou multiproduto ou associações que reuniam criadores de cada tipo de bovino, caprino ou equino, por exemplo. Entre os vice-presidentes da entidade no período, Henrique Geisel foi o primeiro presidente da *Federação das Cooperativas Triticolas do Rio Grande do Sul* (Fecotrigo)²¹¹, entre os anos de 1958 e 1959²¹² e Eurico Santos Filho foi eleito diretor-secretário da *Federação das Cooperativas de Lãs do Rio Grande do Sul* (Fecolã) em 1960.²¹³ Aureo M. Elias, membro do Conselho Deliberativo da Farsul, também atuava junto à Fecotrigo.²¹⁴ Em relação à Fecolã, os integrantes do Conselho Deliberativo da Farsul Fernando Chagas Riet e Rube Canabarro Lucas foram respectivamente o primeiro e o segundo presidentes desta entidade, criada em 1952.²¹⁵ De acordo com uma reportagem do *Correio do Povo* de julho de 1960, Riet, além de presidente da Fecolã, era também presidente da Ascooper²¹⁶ e vice-presidente da *União Nacional de Cooperativas* (Unasco)²¹⁷ - entidade que deu origem, ao fundir-se com a *Associação Brasileira de Cooperativas* (Abcoop), à *Organização de Cooperativas Brasileiras* (OCB), em 1969.²¹⁸ Além dos nomes citados, o Diretor da Farsul Jayme Menna Barreto Fichtner presidia a *Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul* em 1962.²¹⁹

rurais.

²¹¹ Fundada em outubro de 1958, a Federação integrou 32 cooperativas do estado do Rio Grande do Sul; em 1968 a Fecotrigo incorporou mais de duas dezenas de cooperativas do Paraná e Santa Catarina e em 1973 passou a se chamar Federação das Cooperativas Brasileiras de Trigo e Soja. *Jornal do Brasil*, 12 de abril de 1974. p. 16. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1974_00004.pdf Acesso em: 11 de maio de 2016.

²¹² BENETTI, Maria Domingues. *Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul: uma análise do desenvolvimento da Cotrijuí, Cotrisa e Fecotrigo – 1957-1980*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1992. p. 154. Disponível em: http://cdn.fee.tche.br/teses/digitalizacao/teses_5.pdf Acesso em: 23 de junho de 2016. Em uma reportagem de 1960, Canabarro Lucas é apresentado como presidente da entidade.

²¹³ *Correio do Povo*, 21 de julho de 1960. p. 18.

²¹⁴ Ver, por exemplo: *Jornal do Brasil*, 18 de setembro de 1964. p. 13. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> Acesso em: 25 de junho de 2016.

²¹⁵ Disponível em: <http://www.ocergs.coop.br/comunicacao/noticias/1356-fecola-presta-homenagem-a-ex-presidentes> Acesso em 25 de junho de 2016.

²¹⁶ Não encontrei referências sobre a Ascooper, mas pelo que foi possível constatar, tratava-se de uma associação das cooperativas do estado do Rio Grande do Sul, que deu origem à Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (Ocergs).

²¹⁷ *Correio do Povo*, 21 de julho de 1960. p. 18.

²¹⁸ MENDONÇA, op. cit., 2010, p. 184.

²¹⁹ *Jornal do Brasil*, 10 e 11 de junho de 1962, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> Acesso em: 12 de junho de 2016. Destaca-se que no período, além da Federação das Cooperativas de Arroz, havia também a Federação das Associações Orizícolas do Rio Grande do Sul, cujos dirigentes apoiaram a proposta de reforma agrária do governo Brizola apresentada em 1962. Sobre Fichtner, ele tornou-se também um dos diretores do *Instituto de Carnes do Rio Grande do Sul*, em 1967.

Em relação aos criadores, também há exemplos de membros da presidência da entidade que atuavam em instâncias específicas: Antônio Saint Pastous de Freitas foi um dos fundadores da *Associação Brasileira de Criadores de Ideal*, surgida em Alegrete nos fins dos anos 1950; embora esta não tenha adquirido personalidade jurídica, é considerada o embrião de sua sucessora, que seguiu com o mesmo nome e trata da defesa dos interesses dos criadores desta raça de ovinos.²²⁰ Clóvis Kroeff era membro do Conselho Técnico da *Associação dos Criadores de Gado Guernsey do Brasil* (1943)²²¹; Helio Miguel De Rose foi Diretor Técnico (1959-1961) e presidente da *Associação Brasileira dos Criadores de Suínos* por dezessete anos (1965-1982)²²²; Paulo Simões Lopes presidiu a *Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos* (1951-1953; 1953-1955).²²³ Os membros do Conselho Deliberativo da entidade Geraldo Velloso Nunes Vieira e João Farinha foram fundadores da *Associação Rio-Grandense de Criadores de Ovinos* (Arco), em Santana do Livramento, em janeiro de 1942.²²⁴

A presença destes quadros dirigentes da Farsul em outras instâncias de representação vinculadas ao setor agrário e agrícola remete a um dos traços que, conforme Bruno, Lacerda e Carneiro, marcam a identidade de classe e a organização política do patronato rural no Brasil: a multiorganização. Os autores afirmam que “frequentemente uma mesma fração de classe, setor produtivo ou porta voz participa, concomitantemente, de várias instâncias de representação.”²²⁵ Ao tratar do contexto atual, argumentam que

²²⁰ Disponível em: <http://www.abcideal.com.br/> Acesso em: 12 de setembro de 2015.

²²¹ Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2139558/pg-73-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-16-01-1943> Acesso em: 14 de novembro de 2015. Seu pai, Nicolau Kroeff, proprietário da Fazenda Paquete, em São Sebastião do Caí, foi um dos fundadores e primeiro vice-presidente da *Associação dos Criadores de Holandês do Rio Grande do Sul*, criada em 1936. Disponível em: <http://gadoholandes.com.br/os-80-anos-da-gadolando/> Acesso em 10 de julho de 2010.

²²² Disponível em: <http://www.abcs.org.br/quem-somos/a-historia-da-abcs> Acesso em 12 de janeiro de 2016.

²²³ Disponível em: <http://www.cavalocrioulo.org.br/institucional/presidentes/3> Acesso em 3 de julho de 2016. Destaco que Roberto Magalhães Suñe, membro do Conselho Deliberativo da Farsul, era considerado o “magnata gaúcho dos cavalos crioulos”. Neto do Visconde Ribeiro de Magalhães, que foi vice-cônsul de Portugal em Bagé, Suñe herdou do pai – “rico pecuarista de Bagé” - a Cabanha Peñarol, situada em Aceguá, na fronteira com o Uruguai. Lá, se tornou criador de cavalos crioulos, bovinos e ovinos e acumulou fortuna. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3108200808.htm> Acesso em 3 de julho de 2016.

²²⁴ *Arco Jornal*, ano I, n. 2, dez. 2007/jan.2008. p. 4. Disponível em: http://www.arcoovinos.com.br/sitene/jornais/jornal_dez07.pdf Acesso em: 3 de julho de 2016. Ressalto também que o irmão de Balbino de Souza Mascarenhas, Francisco, foi presidente da *Associação Brasileira de Criadores de Charolês*, entre 1964 e 1968. Disponível em: <http://www.charoles.org.br/expresidentes/> Acesso em: 10 de julho de 2016. A cunhada de Dácio de Assis Brasil, Joaquina de Assis Brasil, foi a primeira presidente da *Associação de Criadores de Gado Jersey do Rio Grande do Sul*, entre os anos de 1948 e 1950. Fonte: informação repassada pelo ex-presidente da entidade Carlos Guilherme Rheigantz, autor de um blog sobre a raça Jersey, através de mensagem eletrônica datada de 11 de julho de 2016.

²²⁵ BRUNO, Regina; LACERDA, Elaine; CARNEIRO, Olavo. Organizações da classe dominante no campo. Verbete. IN: CALDART, Roseli Salete et al. [org.] *Dicionário da Educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 519.

Essas frações de classe integram a estrutura sindical patronal oficial, representada pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). São membros da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e da tradicional Sociedade Rural Brasileira (SRB). Participam da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e integram as inúmeras associações por produto e multiproduto criadas nas últimas décadas, juntamente com a consolidação das cadeias produtivas. E os representantes patronais de maior poder econômico e político têm assento nos conselhos das Federações das Indústrias e do Comércio ligada à agricultura. [...] A prática da multiorganização em muito contribui para neutralizar a segmentação de interesses e para a construção do consenso.²²⁶

Ainda que se considere que tais entidades atuem de forma autônoma, é possível perceber que esta prática de multifiliação, além de potencializar os canais de interlocução destes ruralistas com múltiplas redes de proprietários, criadores, produtores e agroempresários, garantia a possibilidade de planejar e executar ações conjuntas em defesa de determinados interesses, ampliando o espectro de alianças políticas da Federação.

Em relação à esta prática, também chama atenção a ligação de membros da Farsul com entidades vinculadas ao setor de crédito rural, que desempenhavam uma função estratégica na agricultura: Kurt Weissheimer foi o primeiro presidente da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural do Estado do Rio Grande do Sul (Ascar)²²⁷ e vice-presidente da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar) nas gestões 1956-1957 / 1959-1962.²²⁸ Tais associações surgem inseridas em um processo de desenvolvimento da extensão rural no Brasil:

A institucionalização efetiva de um serviço de assistência técnica e extensão rural no país se deu ao longo das décadas de 50 e 60, a partir da criação nos estados das associações de crédito e assistência rural (ACAR), coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criada em 21/06/1956. As Acar eram entidades civis, sem fins lucrativos, que prestavam serviços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros. No contexto da polarização política, econômica e militar da Guerra Fria, a criação das associações deveu-se, sobretudo, a incentivos da Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico (AIA) entidade filantrópica ligada à família Rockefeller, então muito próxima do governo americano.²²⁹

²²⁶ Idem, p. 519-520.

²²⁷ Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/ Acesso em: 12 de junho de 2016. Encontrei referências de sua atuação como presidente nos anos de 1955 a 1958, 1961 e 1962.

²²⁸ Weissheimer também foi eleito, em 1960, membro suplente do Sindicato dos Bancos do Rio Grande do Sul. *Correio da Manhã*, 11 de junho de 1960. p. 4.

²²⁹ PEIXOTO, op. cit., p. 17-18. O autor afirma ainda que o “Decreto nº 50.622, de 18 de maio de 1961, declarou como sendo de utilidade pública, além da Abcar, as Acar do RS, ES, RJ, SC, GO e PR. Paralelamente, o Decreto nº 50.632, de 19 de maio de 1961, disciplinou a assistência financeira da União à Abcar, e reconheceu a Abcar (e suas filiadas) como coordenadora do Sistema de Extensão e Crédito Supervisionado no País e determinou a

De acordo com Oliveira, a trajetória da Abcar estava diretamente vinculada aos interesses estadunidenses e das agremiações do patronato rural brasileiro.²³⁰ No caso da filial gaúcha, criada em 1955, o presidente da Farsul tinha assento no Conselho da associação, bem como os presidentes das demais federações patronais do comércio, da indústria e do setor bancário gaúchos.²³¹ Além de Weissheimer, outros dois membros da entidade eram vinculados à associação: Geraldo Veloso Nunes Vieira e Bento Pires Dias. Vieira foi “um dos impulsionadores e membro da diretoria da Ascar.”²³² Dias foi diretor da associação em fins da década de 1950; de acordo com uma palestra proferida por ele no *Seminário de Información de Extención Agrícola e Economía Domestica para los países sudamericanos*, promovido pelo Instituto Internacional de Ciências Agrícolas da Organização dos Estados Americanos no ano de 1957, no Peru, a Ascar era uma entidade privada e contava naquele momento com mais de 450 associados, entre pessoas físicas e jurídicas.²³³

Cabe destacar também que um dos membros do Conselho Deliberativo da Farsul, o padre João Sehnem, era assessor eclesiástico da *União Popular*, entidade que teve sua origem na “Sociedade União Popular para Alemães Católicos no Rio Grande do Sul”, ou *Volkverein*, criada em 1912.²³⁴ De acordo com Werle,

participação do orçamento da União na oferta de 60 % dos Cr\$ 2.692 bilhões, necessários à execução do Plano Diretor Quinquenal nos anos de 1961 e 1962. Em valores de setembro de 2008, esse orçamento do Plano corresponde a R\$ 250,134 milhões.” Idem, p. 20. Este dado é importante porque revela que tais entidades recebiam recursos estatais e protagonizavam parte significativa da política oficial relacionada à questão do crédito e da extensão rural.

²³⁰ O autor afirma: “De uma maneira geral, podemos dizer que a política de extensão rural no Brasil foi permeada pelas articulações entre interesses patronais agroindustriais e internacionais, cujo projeto se baseava no desenvolvimento rural via aumento da produtividade pela introdução maciça de tecnologia. Os interesses das agremiações patronais eram visíveis tanto na criação da própria ABCAR, quanto em relação a sua hegemonia durante tanto tempo.” OLIVEIRA, *Pedro Cassiano Farias de. Extensão rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR (1948-1974)*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. p. 22

²³¹ O Conselho da entidade era integrado pelos presidentes da Federação das Associações Rurais, da Federação das Associações Comerciais, da Federação da Indústria, do Sindicato dos Bancos e do Centro Cívico-Social da Produção do estado do Rio Grande do Sul, além de representantes do Ministério da Agricultura, da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (ETA) e do presidente da Ascar. IN: INSTITUTO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Seminário de Información de Extención Agrícola e Economía Domestica para los países sudamericanos*. Lima, Peru, Agosto 19-29, 1957. p. 103. Disponível em: <https://books.google.com.br/books> Acesso em: 12 de junho de 2016. A presença hegemônica das entidades patronais no Conselho da entidade dão indícios de sua linha programática.

²³² *Sul Rural*, n. 298, ano 22, julho de 2008. Disponível em: <http://www.sulrural.com.br/pdf/2008-07-11.pdf> Encontrei referências de sua atuação como vice-presidente em exercício da entidade em 1958 e 1960. Ver, por exemplo: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/ Acesso em 10 de julho de 2016.

²³³ Idem. Encontrei referências de sua atuação na diretoria nos anos de 1956 e 1957, mas não foi possível confirmar a duração de sua gestão na entidade.

²³⁴ Na década de 1960, Sehnem era chefe provincial da Ordem dos Jesuítas no Rio Grande do Sul. PEARSON, Neale John. *Small farmer and rural worker pressure groups in Brazil*. Dissertation. Degree of Doctor of Philosophy. University of Florida, 1967. p. 376. Ele foi também um dos sócios-fundadores da faculdade de

A Volksverein apresentava-se como uma associação de alemães católicos e seus descendentes, que tinha como objetivos ‘assumir os interesses materiais, espirituais e culturais’ dos associados. Suas atividades eram diversas: publicação de periódicos (jornais e almanaques); fundação de hospitais e asilos, escolas e seminários; realização dos Katholikentage (Congressos Católicos), cujos temas estavam relacionados com a situação e problemas econômicos, sociais, espirituais e culturais dos colonos; a organização do Sparkass (o Sistema de Crédito "Caixa Rural União Popular"), além de outras atividades [...].²³⁵

Conforme Corazza, o desenvolvimento dessas Caixas Rurais, “algumas das quais possuíam ligações com as cooperativas de produção e comercialização de grãos, ensejou a criação da Central de Caixas Rurais, com a função de reunir os serviços para permuta de valores e a uniformização de suas contabilidades.”²³⁶ Esta organização, denominada *Central das Caixas Rurais da União Popular do Estado do Rio Grande do Sul*, reuniu, em sua fundação, 18 cooperativas de crédito; até 1964, originaram-se 66 cooperativas do tipo *Raiffeisen* no Rio Grande do Sul.²³⁷ Estas experiências das Caixas Rurais se espalharam por vários estados e são indicadas por diversos autores como o embrião do movimento cooperativo no Brasil, juntamente com a criação da primeira cooperativa de crédito rural, fundada em Nova Petrópolis em 1902.²³⁸ Conforme Mendonça

Porém, os analistas sinalizam a debilidade desse processo, destacando que as instituições autodenominadas “cooperativas” constituíam-se, em grande parte, em organizações mais tipicamente “capitalistas” do que, propriamente, “cooperativistas”, posto que “na prática, os elementos que compunham a diretoria dessas organizações desviaram-lhes os objetivos para seus interesses particulares, mantendo-se a maioria dos sócios indiferentes aos destinos das mesmas, e as que vingavam, acabavam se transformando em sociedades anônimas. (Andrade, 1950, p. 110)²³⁹

Corazza indica que “foi a partir de uma dessas instituições, a Caixa Santa Cruzense,

Filosofia, Ciências e Letras Cristo Rei (1958), dirigida pela sua Ordem no Vale do Rio dos Sinos.

²³⁵ WERLE, André Carlos. *Religião e Etnia na Formação da Colônia Porto Novo* (Extremo Oeste Catarinense). *Esboços*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, v. 8, n. 8, 2000. p. 18-19. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/viewFile/611/20095>. Acesso em: 10 de junho de 2016.

²³⁶ CORAZA, Gentil. *Sistema Financeiro (e desenvolvimento) do Rio Grande do Sul*. Disponível em: http://cdn.fee.tche.br/eeg/1/01/mesa_1_corazza.pdf. Acesso em 12 de janeiro de 2016. p. 10. De acordo com Corazza, “foi a partir de uma dessas instituições, a Caixa Santa Cruzense, que se formou, em 1938, o Banco Agrícola Mercantil Ltda, voltado ao financiamento da produção e comercialização do fumo.” Idem, p. 10. Kurt Weisseimer, um dos dirigentes da Farsul, era sócio e diretor do referido banco, conforme apontei anteriormente.

²³⁷ PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. *Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil*. Brasília: BCB, 2008. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_cooperativas_credito.pdf. Acesso em 14 de junho de 2016. p. 28.

²³⁸ MENDONÇA, op. cit., 2010, p. 181.

²³⁹ Idem.

que se formou, em 1938, o Banco Agrícola Mercantil Ltda, voltado ao financiamento da produção e comercialização do fumo.²⁴⁰ Weissheimer, vice-presidente da Farsul e presidente da Ascar e da Abcar, era sócio e diretor-superintendente do referido banco, conforme apontei anteriormente. Ressalto que o dirigente da *Caixa Rural União Popular* em Santa Cruz do Sul, Leopoldo Morsh, foi eleito membro do Conselho Deliberativo da Farsul em julho de 1962.²⁴¹ Neste sentido, se evidencia que a Federação contemplava, entre seus quadros, diversos elementos vinculados ao setor de crédito rural.

Outra questão importante diz respeito à participação de membros da Federação em entidades representativas do patronato rural em nível nacional. A partir dos dados de Mendonça,²⁴² Heinz²⁴³ e Ramos²⁴⁴ foi possível identificar alguns destes ruralistas entre os quadros dirigentes e os conselhos superiores da Sociedade Nacional de Agricultura e da Confederação Rural Brasileira, por exemplo. Em relação à SNA, cito a presença de Paulo Simões Lopes, membro do Conselho Superior da entidade de 1959 a 1962 e de 1966 a 1969.²⁴⁵ No caso da Confederação Rural Brasileira – que em 1964 passou a se chamar Confederação Nacional da Agricultura, Antônio Saint Pastous e Paulo Simões Lopes foram eleitos em 1963 membros do seu Conselho Superior.²⁴⁶ Constatei ainda a participação de conselheiros da Farsul na CRB: Oscar Daudt Filho era assessor técnico da entidade e João Batista Luzardo tornou-se vice-presidente em 1964, permanecendo no cargo até 1966.²⁴⁷ Luzardo também integrou o Conselho Superior da SNA entre 1966 e 1980.²⁴⁸

A partir dos dados apresentados, demonstra-se que a Farsul contava com um profundo nível de penetração entre as associações rurais de grande parte do estado. Seus dirigentes

²⁴⁰ CORAZA, op. cit., p. 10.

²⁴¹ TELÓ, Fabrício. *Dimensões não-institucionais da ação política: a relação entre fumicultores e organizações em Santa Cruz do Sul/RS*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. p. 81.

²⁴² MENDONÇA, op. cit., 2010, especialmente entre as páginas 253-262 / Anexos 1, 2 e 3.

²⁴³ HEINZ, op. cit, 1996, especialmente entre as páginas 486 e 583: “Os dirigentes da CRB”.

²⁴⁴ RAMOS, op. cit, 2010. Anexo 2: “Diretoria da CNA (1964 -)”, p. 249.

²⁴⁵ Cabe destacar que este era primo de Luiz Simões Lopes, vice-presidente da SNA entre 1955 e 1960, presidente da entidade de 1961 a 1979 e membro de seu Conselho Superior de 1959 a 1993. Ver: Mendonça, op. cit., 2010, p. 261. Ele também disputou a presidência da CRB em 1951, mas foi derrotado no pleito, passando a ser considerado o seu Presidente de Honra a partir daquele ano. Tornou-se integrante do Conselho Superior da entidade de 1954 a 1967.

²⁴⁶ *Correio da Manhã*, 21 de fevereiro de 1963. p. 12. Disponível em: memoria.bn.br/ Acesso em: 10 de junho de 2016.

²⁴⁷ Destaca-se também a presença de Marcial Gonçalves Terra, presidente da Farsul entre 1949 e 1951 e membro do Conselho Superior da CRB de 1951 a 1957 e de 1960 a 1967. Terra era um grande proprietário de terras e foi eleito deputado federal pelo PSD em 1962; no pleito anterior havia sido suplente por seu partido. Há uma referência de que o General Henrique Geisel também tenha participado da CRB.

²⁴⁸ O então Secretário da Farsul, Luiz Fernando Cirne Lima, tornou-se Membro do Conselho Superior da SNA entre 1976 e 1979 e de 1981 a 1993.

estavam presentes em outras entidades associativistas de ramos específicos da produção agrícola e pecuária e integravam entidades patronais de âmbito nacional, o que se configurava em fonte e expressão de sua representatividade. Assim, se revela que tais lideranças possuíam um grau de organização política bastante complexo, circulando em diversas redes de relações e articulando-se em diferentes instâncias, fator que potencializava a atuação da própria Federação, conforme evidenciaremos nos próximos capítulos.

* * *

Um elemento importante diz respeito ao perfil socioeconômico dos quadros dirigentes da Federação. Dentre os vinte e quatro que ocuparam a presidência ou a vice-presidência no período, foi possível identificar dados sobre as atividades desenvolvidas por dezoito membros. Quinze indivíduos dedicavam-se à criação e à lavoura: doze eram pecuaristas - dois deles, além da pecuária, dedicavam-se à rizicultura - e três eram tricultores. Ressalta-se que possivelmente estes pecuaristas também desenvolviam outras atividades produtivas, mas os dados encontrados não permitem explicitar quais eram, com exceção dos dois casos em que foi possível aferir que eram também arrozeiros. Neste sentido, é preciso levar em conta o caráter multiocupacional deste grupo, haja vista que suas ocupações se sobrepõem e que muitos deles atuavam em diferentes campos: eram criadores e profissionais liberais, políticos e pecuaristas, fazendeiros e agroempresários, por exemplo, o que torna difícil qualquer classificação mais rígida. Kurt Weissheimer, além de pecuarista, era diretor superintendente do *Banco Agrícola e Mercantil S.A.*²⁴⁹; João Alves Osório era criador e proprietário de uma agropecuária; Oscar Carneiro da Fontoura era pecuarista e ocupou vários cargos públicos.

Em relação aos demais vice-presidentes, um deles exercia atividades vinculadas ao setor agroindustrial: Arnaldo Goellner, diretor comercial da *Cooperativa dos Plantadores de Tungue Ltda. - Indústria de óleos vegetais*, sediada em Estrela; Helio Miguel de Rose atuou como professor da área de Zootecnia da Faculdade de Agronomia da UFRGS²⁵⁰; Eugênio Giordani era padre e Florisvaldo Schmorantz era jornalista e diretor do jornal *A Serra*, de Santa Rosa.²⁵¹ Destaca-se, na lista de dirigentes, o nome de Antônio Chaves Barcellos, um importante industrial que nos anos 1950 “comandava com seus irmãos um dos maiores e mais

²⁴⁹ *Jornal do Brasil*, 31 de julho de 1963. p. 10.

²⁵⁰ Embora ele tenha sido Diretor Técnico (1959-1961) e presidente da *Associação Brasileira dos Criadores de Suínos* (Abcs) por dezessete anos (1965-1982), não encontrei referências de que ele era um criador.

²⁵¹ Conforme *Correio do Povo*, 15 de julho de 1961. p. 3. Em relação à Schmorantz, praticamente não foram encontrados dados. As poucas referências existentes na internet indicam que ele e sua esposa, Gerda Meyer, pertenciam à Juventude Evangélica.

tradicionais impérios econômicos do Rio Grande do Sul.”²⁵² Seus negócios envolviam um lanifício e “a representação no Rio Grande do Sul de uma firma norte-americana de máquinas agrícolas e rodoviárias, a Alliz Chalmers.”²⁵³ Barcellos também era sócio da *Sularroz S.A.*, empresa voltada à exploração do comércio de arroz, e de uma agropecuária com sede em Alegrete. Não foi possível identificar as atividades desenvolvidas por três membros: João Antônio Tessari²⁵⁴, João Luiz Roth e Ulrich Hermann Hoschele. Sobre Eurico Santos Filho, encontrei apenas referências apresentando-o como “ruralista”, sem mais detalhes.

Em função da vinculação de parte significativa dos presidentes e vice-presidentes da Farsul com a atividade pastoril, cabem algumas considerações sobre o tema. Fontoura afirma que a pecuária gaúcha no período se encontrava tecnicamente atrasada, “incapaz de estabelecer vínculos com o complexo agroindustrial. Grande parte dos estancieiros não dominavam os instrumentos de crédito, tinham receio de investir na agricultura, desconheciam técnicas de melhoramento de rebanhos e das pastagens. A inseminação artificial, embora conhecida dos estancieiros na década de 1960, era pouquíssimo utilizada.”²⁵⁵ Neste sentido, é preciso considerar a existência de diferenciações entre os pecuaristas, especialmente entre àqueles que dedicavam-se à pecuária tradicional²⁵⁶ e àqueles que vinham desenvolvendo novos métodos de melhoramento das pastagens e rebanhos e de aprimoramento genético. Deste último grupo, um dos mais destacados foi Saint Pastous, que

²⁵² Ele era filho do Comendador Ismael Chaves Barcellos, cuja família “já era lendária em Porto Alegre desde o final do século XIX.” Seus negócios iniciaram com a firma *Casa Chaves e Almeida*, “uma grande importadora de tecidos e miudezas.” Em 1928, a família tornou-se a única proprietária da *Companhia Lanifício São Pedro*, uma das mais importantes indústrias têxteis de lã do Rio Grande do Sul, localizada em Galópolis, próxima de Caxias do Sul. Na década de 1940, criaram outro empreendimento, a *Companhia Industrial de Celulose e Papel Guaíba*. BISSÓN, Carlos Augusto. *Moinhos de Vento: histórias de um bairro de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura: IEL, 2009. p. 99-100.

²⁵³ Idem, p. 124. O autor afirma que ele era vinculado a vários empreendimentos comerciais, como a Imobiliária POA, a Araújo Pacheco Engenharia Ltda, a Proel Projetos de Engenharia e era sócio-fundador da Teleunião Indústria de Rádios e Televisão. p. 125.

²⁵⁴ Sobre Tessari, só foi possível descobrir que tinha quatro lotes de terra em São Remédio (Caxias do Sul).

²⁵⁵ FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. Agricultura: da associação à modernização. IN: *República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Coordenação Geral: Tau Golin, Nelson Boeira; Diretor do volume René Ernani Gertz. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). p. 117-136. p. 125. Destaca-se que no início de 1942, foi “implantado o primeiro posto particular de inseminação artificial em ovinos no Brasil, na Estância Camoatí, de Fernando Chagas Riet, localizada em Uruguaiana, RS.” Riet era membro do Conselho Deliberativo da Farsul, conforme apontado anteriormente. IN: SEVERO, Neimar Corrêa. História da inseminação artificial e das biotécnicas reprodutivas no Brasil. Disponível em: <http://revivah.com.br/site/wp-content/uploads/2016/04/Hist%C3%B3ria-da-Insemina%C3%A7%C3%A3o-Artificial-Cap%C3%ADtulo-Um.pdf> Acesso em 2 de julho de 2016.

²⁵⁶ Conforme Fontoura: “O sentido da palavra tradicional, na atividade pecuária, guarda a ideia de uma atividade que se desenvolveu do extrativismo, ou preia do gado chucro, e que, desde a sedentarização do gaúcho em sua estância, a experiência direta vem sendo transmitida de geração em geração, com poucas modificações, formando e mantendo hábitos e costumes que se tornaram tradicionais. Do ponto de vista da relação homem-natureza, a pecuária tradicional é caracterizada pela pouca capacidade de intervenção do homem sobre os agentes naturais que atuam no processo de produção.” Idem, p. 121.

“procurou introduzir novas técnicas à modernização na atividade pecuária na Fazenda Posto Velho, de sua propriedade, no município de Alegrete.” Ele escreveu dois livros: *O homem e a terra: caminho da evolução pecuária* (1953) e *A terra e o homem: viver melhor produzindo melhor* (1963), nos quais tratou de temas como pastoreio racional, conservação do solo e degradação das pastagens, aumento da produtividade e a introdução de novas técnicas na produção de carne.²⁵⁷

A sobrerrepresentação dos pecuaristas nos cargos dirigentes da Farsul enseja algumas reflexões; Da Ros afirma que “desde a sua origem, essa entidade apresentou uma estreita ligação com a atividade pastoril e a grande propriedade, tendo na região sul do estado o seu ponto de irradiação.”²⁵⁸ Com o passar dos anos, houve uma maior integração com o setor agrícola:

A FARSUL reagrupou 26 sindicatos ou associações rurais na sua fundação, e 82 sindicatos no começo dos anos sessenta. Se em sua origem ela não representava, por assim dizer só aos criadores, ela se torna com o tempo a expressão de numerosas transformações conhecidas da agricultura do sul do Brasil no curso dos últimos trinta ou quarenta anos e que gerou uma importante diversificação das categorias de produtores agrícolas. Assim, encontra-se a partir dos anos 60, no seio dos sindicatos rurais locais, próximo dos criadores, uma forte presença dos grandes plantadores de arroz e de soja das regiões de planície e do planalto noroeste do Rio Grande do Sul.²⁵⁹

Os dados encontrados não indicaram a presença de grandes plantadores de soja²⁶⁰ nos quadros diretivos da Federação, mas atestam a participação de arroteiros²⁶¹ e triticultores. Ao

²⁵⁷ Ibidem, p. 119-120.

²⁵⁸ DA ROS, op. cit., p. 143.

²⁵⁹ HEINZ, op. cit., 1996, p. 141.

²⁶⁰ Encontrei uma referência de que o General Henrique Geisel, vice-presidente da Farsul entre 1959 e 1961, teria sido “um dos pioneiros do plantio de soja” . A informação está em um comentário postado por Jorge Geisel [provavelmente trata-se do filho de Henrique Geisel] em 25 de agosto de 2015 em um site que apresenta dados biográficos do general. Disponível em: <http://aepan.blogspot.com.br/2015/07/bernardo-geisel-o-irmao-do-presidente.html> Acesso em 1º de junho de 2016. Geisel é geralmente apresentado como um dos precursores do trigo nacional, tendo instalado suas primeiras lavouras em Passo Fundo, em 1949. Sobre sua vinculação com a triticultura, ver: *Jornal do Brasil*, 12 de fevereiro de 1976. p. 24. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/> Acesso em 25 de junho de 2016. Além dele, o membro do Conselho Deliberativo da Farsul Pedro Carpenedo foi um dos fundadores e o segundo presidente da *Cooperativa Tritícola Santa Rosa Ltda. – Cotrirosa*, fundada no dia 29 de junho de 1968. Disponível em: <http://www.cotrirosa.com/diretores.php> Acesso em: 4 de julho de 2016. O ruralista também elegeu-se vereador em Santa Rosa em 1959, pelo PSD. Disponível em: http://www.tre-rs.gov.br/upload/15/Municipais_Santa_Rosa1959.PDF Acesso em: 1º de junho de 2016.

²⁶¹ De acordo com o livro comemorativo aos 70 anos da Farsul, foi na década de 1970 “que a Federação busca maior aproximação com os arroteiros, que passaram a fazer parte da entidade.” FARSUL, *70 anos*, op. cit., [snp]. Em relação à lavoura do arroz, desde o início do século XX esta se “desenvolveu a partir dos produtores de origem agrária, mas que adotaram a mecanização de suas lavouras como possibilidade de diversificar seus capitais acumulados em atividades urbanas. A gênese dessas lavouras se deu em campos de várzea nos arredores das cidades de Porto Alegre, Cachoeira do Sul, Pelotas e Rio Grande. Pouco depois, somou-se a cidade de

tratar da lavoura gaúcha, Fontoura afirma que dos anos 1930 a 1960, “o cultivo do trigo e do arroz se expandiu estimulado pelo incentivo estatal, mas ainda predominava uma agricultura diversificada nas demais áreas não ocupadas pela pecuária bovina de corte.”²⁶² Em relação ao trigo, sua produção foi incentivada pela abertura de linhas de crédito por parte do governo federal, “o que proporcionaria as bases de mecanização desta lavoura”.²⁶³ O autor complementa:

Em 57, foi criado o COTRIN (Comissão da Organização da Triticultura Nacional), cuja consequência imediata foi o zoneamento das regiões produtoras e suas cooperativas, por onde se realizavam a distribuição de crédito, o armazenamento e o comércio. [...] Nessas condições, somadas às condições ambientais favoráveis do Planalto gaúcho, a partir de 1946 começaram as primeiras lavouras mecanizadas em Passo Fundo e Carazinho, estendendo-se rapidamente da região de Ijuí e Santo Ângelo e, a seguir, aos demais municípios do Planalto. Os primeiros a se tecnificarem foram produtores que já dominavam a linguagem urbana dos negócios bancários e comerciais, como comerciantes, profissionais liberais, que tendo um passado próximo com a agricultura, viam nessa atividade uma oportunidade de diversificação de capitais. Essa classe de produtores ficou conhecida como os “granjeiros do Planalto”.²⁶⁴

Com esse estímulo criado pelo Cotrin, o cooperativismo agrícola passou por um processo de transformação, marcado pela criação de novas cooperativas com intuítos empresariais e pela absorção, por parte destas, “das pequenas cooperativas objetivando agregar o maior número possível de associados.”²⁶⁵ De acordo com Picolotto, “Com o apoio estatal, estas “cooperativas-empresas” (como as caracterizou Coradini, 1982, por contarem com grande número de associados, vultoso volume de negócios e gestão especializada) passaram a expressar, em grande medida, os interesses de um novo segmento explorador da agricultura de forma capitalista: os granjeiros.”²⁶⁶ O autor afirma que as “lavouras de trigo eram o centro da expansão das relações capitalistas no campo” e, em relação aos *granjeiros*,

Camaquã. As condições naturais favoráveis, disponibilidade de água para a irrigação das lavouras em terras inundáveis e a possibilidade de atores sociais capazes de gerenciar lavouras empresariais fizeram do Rio Grande do Sul ao longo da década de 70, o principal produtor deste cereal, com capacidade de abastecer os principais mercados do país.” FONTOURA, op. cit., p. 133.

²⁶² FONTOURA, op. cit., p. 128.

²⁶³ Idem, p. 117.

²⁶⁴ Ibidem, p. 130-131.

²⁶⁵ CORADINI APUD PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. p. 75. Disponível em: http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2012/07/Tese_Everton_-Picolotto_2011.pdf

²⁶⁶ Idem, p. 76.

indica que estes não eram proprietários²⁶⁷ e que sua atuação foi fundamental para a formação de importantes cooperativas tritícolas no Planalto Gaúcho.

Neste sentido, é importante destacar que entre os vice-presidentes da Farsul que se dedicavam à triticultura, todos eram oriundos da região do Planalto e vinculados às associações ou cooperativas de produtores em seus municípios ou regiões: Henrique Geisel presidiu a *Associação Tritícola de Passo Fundo*²⁶⁸ (1958) e foi o primeiro presidente da *Federação das Cooperativas Tritícolas do Rio Grande do Sul* (Fecotrigo), conforme apontei anteriormente²⁶⁹; Raymundo Guilherme Kloeckner foi presidente da *Companhia Tritícola de Carazinho* (1958)²⁷⁰ e Tasso Castilhos Lopes foi sócio-fundador da *Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos*, “fundada em 12 de março de 1950, por iniciativa de 24 produtores rurais, os quais buscavam alternativas para a comercialização da produção de trigo.”²⁷¹ Tais dados nos fornecem elementos importantes para identificar o perfil econômico e produtivo desses indivíduos.

Para compreender as bases sociais da Farsul, também é imprescindível conhecer os vínculos de seus dirigentes com a grande propriedade fundiária. Essas informações, para o período abordado, são de difícil acesso, pois embora os censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge) disponibilizem dados sobre a concentração de terras, não são listados os nomes dos proprietários. Durante a pesquisa, no entanto, encontrei um documento bastante revelador: em 1960, a *Comissão Estadual de Terras e Habitação* (CETH),²⁷² recém-criada pelo governo de Leonel Brizola, procedeu um levantamento acerca da situação fundiária do estado. O levantamento consistia em identificar todos os proprietários com área acima de 2.500 hectares no Rio Grande do Sul, bem como apontar a relação de

²⁶⁷ Picolotto afirma que estes granjeiros, “segundo Ohlweiler (1959) e Frantz (1982), foram buscar terras entre os pecuaristas dos campos do Planalto Gaúcho. Como nesse período os preços do gado estavam em baixa não teria sido difícil convencer alguns pecuaristas a arrendarem terras para o plantio de trigo, pois o arrendamento lhes propiciava maior rendimento financeiro do que a atividade pecuária. Como estes plantadores capitalistas teriam entrado na atividade tritícola para ampliar a sua seara de negócios, procuravam atuar de forma profissionalizada, com uso de modernas tecnologias, buscando boas escalas de produção e alta produtividade nas lavouras. Atuavam em áreas de terras médias ou grandes, normalmente acima de 100 hectares.” Idem, p. 76.

²⁶⁸ *Jornal do Brasil*, 14 de fevereiro de 1958. p. 8.

²⁶⁹ Paulo Schilling, histórico militante comunista e assessor do governo de Leonel Brizola, também fez parte da primeira gestão da Federação, como seu diretor-executivo. De acordo com o seu “Curriculum Vitae”: “Em junho de 1974, foi expulso do Uruguai, em razão de um pedido pessoal do ditador Ernesto Geisel a seu colega Juan Bordaberry. Quando na direção da mencionada ‘FECOTRIGO’, PRS denunciou a corrupção do presidente da central, general (reformado) Henrique Geisel. Uma década e meio depois, a família Geisel, pela mão do então ditador, conseguiu sua revanche...” CURRICULUM VITAE. Paulo R. Schilling. p. 4. Acervo Paulo Schilling. Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

²⁷⁰ Kloeckner também foi escolhido como presidente da Comissão de Triticultores gaúchos responsável por debater junto ao governo federal o preço mínimo do trigo para a safra de 1955.

²⁷¹ Disponível em: <https://www.cotrijuc.com.br/site/cotrijuc.php?mod=historico> Acesso em 25 de junho de 2016.

²⁷² A criação da Comissão, sua estrutura e atribuições serão discutidas no próximo capítulo.

proprietários que possuíam mais de uma gleba com área superior a tal extensão. Paulo Schmidt, que dirigia a CETH no período e disponibilizou o acesso a tal documento, afirma que o objetivo deste trabalho era traçar um quadro do latifúndio no estado:

A minha preocupação fundamental foi sobre o sistema fundiário, que resultou, entre outras coisas, nesse levantamento que tu tens aí... Esse levantamento aqui, eu fiz o seguinte. Para ter uma dimensão de latifúndio, em termos da época, hoje já seria muito menos, mas na época... Eu estabeleci, vendo a situação do estado e já tendo um levantamento prévio, queria ver quantas propriedades com mais de 2.500 hectares tinha no estado, latifúndio caracterizado. 2500 hectares pelo amor de deus, né? E localizei quais eram os municípios onde tinha mais concentração de latifúndios. E fizemos esse levantamento nos cartórios, nos registros civis, é que naquela época a gente tinha autoridade, sabe? O governador nos dava autoridade, a gente ia lá e conseguia.²⁷³

Assim, a partir da pesquisa realizada pelos técnicos da CETH nos cartórios municipais, foi possível ao governo traçar um perfil acerca da concentração de terras, com dados de setenta e um municípios, que representavam quase a metade dos existentes no período. Neste mapeamento, estão presentes alguns dirigentes da Farsul: entre os presidentes e vice-presidentes da entidade acham-se Pedro Olympio Pires (Alegrete – 6.026 hectares), João Alves Osório (Rosário do Sul – 4.629 hectares), Oscar Carneiro da Fontoura (Livramento – 3.004 hectares), Dácio Assis Brasil (São Gabriel - 3.008 hectares) e Balbino de Souza Mascarenhas (Bagé – 7.246 hectares).²⁷⁴ Chama a atenção que dos quatro presidentes da entidade no período, três eram citados no mapeamento; apenas Saint Pastous não é mencionado.

Ampliando a pesquisa, buscou-se localizar no documento da CETH os nomes dos membros do Conselho Deliberativo; dentre os cinquenta e cinco ruralistas que figuraram no Conselho entre 1959 e 1965 (incluindo os que exerceram cargos de presidente e vice-presidentes), onze eram listados como grandes proprietários: além de Pires, Assis Brasil, Carneiro da Fontoura, Osório e Mascarenhas, são referidos João Ignácio Lecuano [Lecuona] (Alegrete – 2.732 hectares); Nelson de Souza Piegas (Herval do Sul – 2.970 hectares); Samuel Guazzelli Filho (Vacaria – 3.438 hectares); João Batista Luzardo (Uruguaiana – 10.172,07 hectares); Tomaz Vares Alborno (Livramento – 9.826 hectares; Quaraí – 26.097,92

²⁷³ Entrevista com PAULO SCHMIDT realizada por ALESSANDRA GASPAROTTO no dia 03 de outubro de 2014, na cidade de Porto Alegre.

²⁷⁴ COMISSÃO ESTADUAL DE TERRAS E HABITAÇÃO, op. cit. Os referidos proprietários estão citados, respectivamente, nas páginas 2, 10, 19, 13 e 20.

hectares); Nestor de Moura Jardim (Camaquã – 4.207 hectares).²⁷⁵ Também são citados os membros do Conselho Fiscal da entidade Francisco Pedroso de Souza (Júlio de Castilhos - 2.663,65 hectares) e Leo Aragon (São Francisco de Assis - 2.884 hectares).²⁷⁶

Examinando os dados a respeito do número de estabelecimentos e a área ocupada de acordo com faixas de extensão, constantes no Censo Agrícola de 1960, podemos entender como os diretores e conselheiros da Farsul citados no mapeamento da CETH se inseriam nas estruturas fundiárias de seus municípios. Pedro Olympio Pires, por exemplo, possuía 6.026 hectares em Alegrete. Neste município, do total de 2.018 estabelecimentos recenseados, somente 4,2% possuía 2.000 ou mais hectares. Contudo, a área dessas unidades produtivas correspondia a cerca de 40% do total do território recenseado. Desta seleta minoria, em Alegrete, também fazia parte o conselheiro José Ignacio Lecuona, 2.732 hectares. João Alves Osório, que foi um dos vice-presidentes da Farsul entre 1961 e 1963, era dono de 4.629 hectares em Rosário do Sul. Unidades maiores do que 2.000 hectares neste município eram somente cerca de 4% do total, porém concentravam mais de 44% de toda a área.²⁷⁷

Ainda que haja diferenças entre os índices dos municípios da Campanha, cuja concentração fundiária era superior, e de outras regiões do estado, revela-se que estes ruralistas sempre figuravam neste grupo seletivo cuja extensão de terras correspondia a uma área significativa de seus municípios, o que é um indício importante pra pensarmos tanto sobre sua posição social quanto sobre seu poder e influência nestes locais.

Antes de proceder a análise dos dados revelados pelo documento da CETH, é necessário abordar a natureza de produção da fonte para, a partir disso, problematizar adequadamente a representação fundiária apresentada por ela. Em primeiro lugar, o levantamento não abarcou a totalidade de municípios do estado; foram escrutinadas as propriedades em setenta e um municípios, quase a metade dos existentes no período. Além

²⁷⁵ Idem. Os proprietários estão listados nas páginas 1, 7, 17, 22, 19 e 23, 4, respectivamente. Destaco que a grafia do nome de Luzardo é registrada geralmente com a letra “z”, mas por vezes aparece com a letra “s”, como no mapeamento da CETH.

²⁷⁶ Ibidem, p. 7 e 13.

²⁷⁷ Outros exemplos: Oscar Carneiro da Fontoura detinha 3.004 hectares em Santana do Livramento, integrando o ínfimo grupo que controlava 2,6% dos estabelecimentos com 36% da área recenseada para o município. Outro que integrava este restrito grupo no município fronteiriço era o conselheiro Tomaz Vares Albornoz, com 9.826 hectares. Balbino de Souza Mascarenhas, um dos vice-presidentes durante o mandato de Carneiro da Fontoura, foi listado no levantamento da CETH como detentor de 7.246 hectares em Bagé. Ali, ruralistas como Mascarenhas - possuidores de estabelecimentos de mais de 2.000 hectares – compunham apenas 3,7% do total, mas tinham sob seu domínio mais de 44% de toda a área municipal ocupada por estabelecimentos rurais. Fonte: *Censo agrícola de 1960*. Rio Grande do Sul. VII Recenseamento geral do Brasil. Série regional. Volume II, Tomo XIII, 1ª parte. IBGE, Serviço Nacional de Recenseamento, s.d. p. 36-47.

disso, o mapeamento é capaz de apreender somente a propriedade da terra, tal qual está registrada em cartório nos anos de 1960/61. Como a listagem da CETH é uma síntese da documentação cartorial, todas as áreas cujo acesso se dá através de arrendamentos, parceiras, ocupações e outros tipos de contratos de uso do solo, não puderam ser apreendidas. Este é um dos limites desta fonte. A listagem, dada sua natureza de produção, pode sub-representar o número de dirigentes da Farsul que detinham grandes áreas de terra, por exemplo: todos os casos de proprietários com menos de 2.500 hectares que, por ventura, complementassem a necessidade de uso da terra para suas atividades econômicas através de arrendamento, não foram incluídos na listagem.

Outro elemento a ser considerado é que as áreas cuja partilha legal ainda não fora efetivada, até aquele momento, permaneciam em nome de antigos proprietários, já falecidos. Nesses casos, os registros cartoriais não indicavam quem eram os herdeiros, o que aponta para a possibilidade de outros indivíduos - cujos legados não tivessem passado pela formalização legal - não constarem na listagem, apesar de possuidores e usufrutuários de áreas superiores a 2.500 hectares.

O mapeamento da CETH aponta algumas áreas ainda indivisas como propriedade de sucessores sem identificar os nomes destes herdeiros ou usufrutuários, bem como cita determinados nomes acrescidos de “e Outros” ou “e Irmãos” sem identificá-los.²⁷⁸ Há também casos de terras atribuídas a pessoas já falecidas, conforme ilustro a partir do seguinte exemplo: Cipriano de Souza Mascarenhas é citado como proprietário de uma área de 17.798 hectares em Júlio de Castilhos.²⁷⁹ No entanto, localizei dados que indicam que este faleceu em 1948.²⁸⁰ Cipriano era irmão de João de Souza Mascarenhas, que se destacou como um importante charqueador de Pelotas nas primeiras décadas do século XX e era pai de Balbino de Souza Mascarenhas. A coletânea *Genealogia Tropeira: Rio Grande do Sul – séculos XIX e XX*, ao citar as estâncias de Júlio de Castilhos, lhe atribui a propriedade da:

Estância do Coqueiro, de Juliana de Souza, e, posteriormente, de seu genro
Cypriano de Souza Mascarenhas, cidadão austero e progressista. Foi o

²⁷⁸ Alguns exemplos: “Suc Francisca de Almeida”; “Tereza Simões Dias da Costa Suc.”; “Roberto Bucci e Outros”; “Irmãos Lopes de Almeida”; “VVA. Leonidio G.S. Costa”. Há um caso, o de “Isaber Kruehl de Almeida e Tut.”, que provavelmente se refira a “tutores”. Em Júlio de Castilhos, há uma propriedade registrada em nome de “Aramis Castilhos Lopes e Irmãos”; talvez tenha parentesco com o dirigente da Farsul Tasso Castilhos Lopes, natural daquela localidade, mas não foi possível confirmar tal relação.

²⁷⁹ COMISSÃO ESTADUAL DE TERRAS E HABITAÇÃO, op. cit., p. 7.

²⁸⁰ PEREIRA, Cláudio Nunes [org.]. *Genealogia Tropeira: Rio Grande do Sul – séculos XIX e XX*. Volume II. Coletânea de Material Histórico e Genealógico. 2004. p. 168. Disponível em: <http://www.genealogiacorrea.com.br/GENTROP7.pdf>

primeiro importador de gado Charolês, da França, e o seu maior criador, em todo o mundo. Mudou o nome antigo de Coqueiro, para Santa Gertrudes, hoje de seus sobrinhos. Na sede, Balbino de S. Mascarenhas, na Estância Rodeio Bonito; Francisco S. Mascarenhas, com novo estabelecimento. Com a Estância Santa Gertrudes, Domingos José de Almeida Mascarenhas, todos criando Charolês PP e PC.²⁸¹

Tal informação indica que Balbino de Souza Mascarenhas, para além de suas terras em Pelotas, tinha a posse da estância que outrora pertenceu ao seu tio. Este exemplo, além de demonstrar os limites da fonte no sentido de não revelar, necessariamente, todos os proprietários de áreas superiores a 2.500 hectares de campo, sugere também, em decorrência disso, a possibilidade de sub-representação de dirigentes da Farsul entre estes. Para identificar com mais precisão, a partir do mapeamento da CETH, se eles eram grandes proprietários e qual a extensão de suas terras, seria necessário conhecer a sua filiação e outros vínculos de parentesco que poderiam ajudar a traçar a “genealogia” da propriedade, dados aos quais não tive acesso. Um exemplo: Fernando Machado Vieira, vice-presidente da entidade entre 1961 e 1963, não consta no mapeamento; no entanto, sua mãe, Maria de Lourdes Machado Vieira é apontada como proprietária de uma área de 5.374,11 hectares em Cruz Alta.²⁸² Provavelmente, não se trata de um caso único. Porém, sem conhecer a cadeia sucessória dessa família, não é possível afirmar, com exatidão, se este vice-presidente era proprietário e qual a sua área de campo no momento do levantamento dos dados realizado pela CETH.²⁸³

Há outro elemento importante: na listagem não constam apenas pessoas físicas, mas também jurídicas. Ao longo do documento, são mencionados os nomes de mais de trinta empresas proprietárias de terra. Buscou-se investigar dados sobre tais empresas, com o objetivo de identificar a presença de integrantes da Farsul enquanto acionistas e/ou dirigentes das mesmas.²⁸⁴ Destaca-se que esses dados são de difícil acesso e, em muitos casos, não foi

²⁸¹ Idem, 57. A grafia do nome do estancieiro se modifica; horas aparece como Cypriano, hora como Cipriano. Pelo que foi possível compreender, as informações relativas à sua fazenda presentes na coletânea *Genealogia Tropeira* foram compiladas a partir da obra: GOMES, Aristides Gomes de Moraes. *Fundação e Evolução das Estâncias Serranas*. Cruz Alta: Ed. Liderança, 1966.

²⁸² COMISSÃO ESTADUAL DE TERRAS E HABITAÇÃO, op. cit., p. 5.

²⁸³ No livro *Moinhos de Vento: histórias de um bairro de Porto Alegre*, o pai de Fernando Machado Vieira, João Delfino Gonçalves Vieira, é assim apresentado: “Ele era um próspero criador de gado na região de Salto do Jacuí, área então pertencente ao município de Cruz Alta. O pecuarista possuía 8.000 hectares de terra, extensão considerada grande naquela região do Estado.” O autor afirma que seus dois filhos, Fernando e João Machado Vieira, eram moradores do bairro. p. 103. Ele havia sido casado com Erotildes de Magalhães, filha do Visconde de Magalhães e ficara viúvo, casando-se com Maria de Lourdes Machado, com quem tivera sete filhos. p. 108-109.

²⁸⁴ Foram analisados documentos do acervo da Junta Comercial do Rio Grande do Sul, no qual foi possível acessar dados relativos a nove empresas listadas no mapeamento da CETH, com indicações dos associados, proprietários e/ou dirigentes: *Sularroz S.A, Engenho São José Ltda, Arroeira Brasileira S.A, Estância Três*

possível obter informações. Muitas destas empresas configuram-se enquanto “sociedade anônima”,²⁸⁵ o que dificulta a identificação de seus sócios.²⁸⁶

Uma das empresas em que figuravam, como acionistas ou dirigentes, membros da Farsul é a *Sularroz S.A.*, proprietária de uma área de 3.032,66 hectares em Camaquã.²⁸⁷ Segundo seus Estatutos, a empresa foi criada em 27 de março de 1944 na cidade de Porto Alegre para a “exploração do comércio de arroz e o que mais convier”²⁸⁸, com capital social total equivalente a 2000 ações assim divididas: Ismael Chaves Barcellos (500), Francisco Garcia de Garcia (400), Nestor de Moura Jardim (200), Francisco Berta (200), José Chaves Barcellos (200), João Chaves Barcellos (200), Antônio Chaves Barcellos (200) e José Maria Barcellos de Azevedo (100).²⁸⁹ Chama a atenção que a Assembleia Geral Ordinária realizada em abril de 1960 foi presidida pelo “senhor Nestor de Moura Jardim, representante da acionista Guaíbarroz S.A.” Ao final da ata, assinam os acionistas presentes: “Guaíbarroz S.A., Diretor Nestor de Moura Jardim - Elzo Jardim - Antenor E. Tavares - Moacyr Albuquerque de Souza – Paulo de Souza Jardim – João Salvador de Souza Jardim – Nestor de Moura Jardim

Figueiras S.A., Cia. Predial e Agrícola S.A. e Reynaldo Roesch e Cia. Ltda., Fetter e Cia., Cibils S/A Agrícola Industrial e comercial e Flodoardo Silva e Filhos LTDA.. Foi também realizada uma pesquisa na internet. Algumas empresas foram encontradas através da ferramenta “Consulta ao Contribuinte” no site da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, muitas das quais inativas; a maior parte dos registros, no entanto, não indica o nome dos sócios. Disponível em: <https://www.sefaz.rs.gov.br/sat/EMP-SEL-NOM.aspx> Acesso em: 1º de junho de 2016.

²⁸⁵ “A sociedade anônima, também chamada de companhia, é pessoa jurídica de direito privado composta por dois ou mais acionistas, de natureza eminentemente empresarial, independentemente da atividade econômica desenvolvida por ela (art. 13 da Lei n. 6.404/76), em que o capital social é dividido em ações de igual valor nominal, que são de livre negociabilidade, limitando-se a responsabilidade do acionista ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.” IN: PORTAL DE EMPREENDEDOR. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/outras-naturezas-juridicas/sociedade-anonima> Acesso em 07 de maio de 2016.

²⁸⁶ Geralmente estes dados constam nos documentos de constituição da empresa e/ou sociedade ou em atas de assembleias ordinárias e extraordinárias realizadas com a presença dos acionistas. Ainda que em alguns documentos estejam listados os sócios, conforme veremos a seguir, nem sempre é possível verificar qual o montante de ações de cada membro, quem são os sócios majoritários ou minoritários e quem exerce o controle da empresa. Outra dificuldade diz respeito às possíveis mudanças societárias, que nem sempre estão identificadas e registradas nos documentos disponíveis. De acordo com informações recebidas na Junta Comercial do Rio Grande do Sul, o procedimento mais comum no caso de alteração societária é registrar os dados em um “Livro de Acionistas”, mantido na sede das empresas.

²⁸⁷ COMISSÃO ESTADUAL DE TERRAS E HABITAÇÃO, op. cit., p. 4.

²⁸⁸ Em um documento datado do início da década de 2000, que tratava da liquidação da empresa, constava que a mesma dedicava-se, além do cultivo de arroz, à criação de bovinos.

²⁸⁹ JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL. nº 38572. Documentos de Companhias. Estatutos Sociaes. Firma ou denominação: Sularroz S.A. No interior da pasta consta a escritura de criação da empresa, conforme a referência que segue: “Mario Gilberto Mariath / Notário – Cidade de Porto Alegre Estado do Rio Grande do Sul - BRASIL; Livro nº 330, Esc. nº 2005, Folhas 72”. Provavelmente, houve alterações na sociedade: em uma ata da Assembleia Geral Ordinária da empresa realizada em abril de 1959 assinam como acionistas João Chaves Barcellos (que presidiu o encontro), José Maria Barcellos de Azevedo, Ermelinda Monteiro C. Barcellos, Heitor Massau Cirne Lima e Manoela Chaves Figueiredo; as demais assinaturas estão ilegíveis.

Filho – Ivo Lessa Silveira – Ary Barcellos Vieira”.²⁹⁰

De acordo com esta ata, um dos acionistas da *Sularroz S.A.* era a *Guaíbarroz S.A.* – registrada como proprietária de uma área de 3.524 hectares em Bagé²⁹¹ - e Nestor de Moura Jardim aparece citado nas atas das assembleias gerais de 1960 e 1961 como diretor-presidente desta última companhia.²⁹² Jardim também é apontado como diretor da *Agropecuária Estrêla S.A.*, proprietária de uma área de terras de 15.787 hectares em Alegrete.²⁹³ Em relação à *Agropecuária Estrêla S.A.*, uma reportagem publicada no jornal *Correio da Manhã* de maio de 1957 citava como diretores da empresa, além de Jardim, os senhores Antônio Chaves Barcellos –vice-presidente da Farsul entre 1961 e 1963 - e Francisco Berta²⁹⁴, que também constam como acionistas da *Sularroz S.A.*, conforme citado anteriormente.

Outro acionista e membro da diretoria da *Sularroz S.A.*, Paulo de Souza Jardim, 1º tesoureiro da Farsul na gestão 1961-1963, também era vinculado ao *Engenho São José Ltda.*, de acordo com uma Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em agosto de 1982.²⁹⁵ A empresa tinha sede em Porto Alegre e uma filial em Rosário do Sul, e dedicava-se à indústria, comércio, importação e exportação de cereais. Nesta ata, constam como acionistas e diretores Paulo de Souza Jardim, Luís Paulo Linck Jardim [seu filho] e Marino Cestari Filho. Não foi possível encontrar documentos anteriores, para confirmar se no início da década de 1960 os sócios eram os mesmos; o *Engenho* constava no mapeamento realizado pela CETH como proprietário de uma área de 2.614 hectares em Rosário do Sul.²⁹⁶

²⁹⁰ Ata da Assembleia Geral Ordinária da “SULARROZ S.A.” realizada no dia 22 de abril de 1960 (22-4-1960). JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL. nº 6468/60. 23 de maio de 1960. Nesta assembleia, “compareceram e se reuniram os acionistas [...] representando mais de um quarto do capital social” da empresa. Na Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 1961, novamente presidida por Jardim, representante da acionista *Guaíbarroz S.A.*, foram reeleitos os membros da Diretoria: Paulo de Souza Jardim, Nestor de Moura Jardim Filho, João Salvador de Moura Jardim, Moacyr Albuquerque de Souza e Ivo Lessa Silveira. SULARROZ S.A. ATA da Assembleia Geral ORDINÁRIA realizada em 28/abril/1961. JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL. Protocolo nº 6052. 230561. 126799. “Documentos de Companhias”. Ata Ass. Ger. Ord. 28/04/61. Sularroz S.A. Nesta ata, os acionistas que a subscrevem representavam “mais de dois terços do capital-social” da empresa.

²⁹¹ COMISSÃO ESTADUAL DE TERRAS E HABITAÇÃO, op. cit., p. 20.

²⁹² Na ferramenta de “Consulta ao Contribuinte” do site da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul foi possível localizar alguns registros sobre a *Guaíbarroz S.A.*; as informações não são conclusivas, porque a empresa aparece em meio a fusões e como tendo sido baixada várias vezes. Provavelmente tenha sido criada no ano de 1948. Não há informações sobre os acionistas da empresa.

²⁹³ COMISSÃO ESTADUAL DE TERRAS E HABITAÇÃO, op. cit., p. 1.

²⁹⁴ *Correio da Manhã*, 17 de maio de 1957. p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 6 de maio de 2016.

²⁹⁵ JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL. Engenho São José LTDA. Ata da Assembleia Geral Extraordinária, em 09/08/1982.

²⁹⁶ COMISSÃO ESTADUAL DE TERRAS E HABITAÇÃO, op. cit., p. 10. No site da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, a data da abertura do cadastro é 30 de junho de 1959, e sua atividade principal era o beneficiamento de arroz. Disponível em: www.sefaz.rs.gov.br Acesso em 12 de abril de 2016.

Portanto, embora alguns membros da entidade não estivessem citados diretamente no mapeamento da CETH, os empreendimentos aos quais eram vinculados constavam no documento. É o caso de Antônio Chaves Barcellos²⁹⁷ – vice-presidente da Farsul entre 1961 e 1963 - e de Paulo de Souza Jardim, acionistas de duas empresas listadas como proprietárias de terra. Já Nestor de Moura Jardim, membro do Conselho Deliberativo, embora citado no documento como dono de uma área em Camaquã, encontrava-se vinculado a outros três empreendimentos cujos domínios incluíam grandes extensões de terra.

Ainda em relação às empresas citadas no documento da CETH, chama a atenção a *Cia. Predial e Agrícola S.A.*, com sede em Porto Alegre, proprietária de duas áreas de terra: 11.203,10 hectares em Nonoai e 3.248,35 em Sobradinho.²⁹⁸ De acordo com as atas das assembleias gerais de 1958, 1959 e 1960, os diretores da *Companhia* eram Ernesto di Primio Beck e Annibal di Primio Beck, também acionistas da empresa.²⁹⁹ Este último foi presidente da Farsul de 1935 a 1937 e de 1937 a 1939.

Conforme busquei evidenciar, o mapeamento da CETH revela dados importantes para fins desta investigação, pois permite identificar os laços de parte dos dirigentes da Farsul com a grande propriedade. Entre os presidentes e vice-presidentes, cinco indivíduos são citados, além de Antônio Chaves Barcellos, acionista de empresas proprietárias, e de Fernando Machado Vieira, que não consta no mapeamento, mas é filho de uma grande proprietária ali aludida. Dada a natureza de produção da fonte, já abordada, os vínculos entre a Farsul e a grande propriedade da terra tende a ser mais estreita do que a diretamente representada. Além de não ter atingido a totalidade de municípios do estado, a existência de campos indivisos, partilhas não realizadas legalmente e outras formas de propriedade ainda não regulamentada em cartório possibilitam a não referência nominal de grandes proprietários de terra no período.

Tais laços são importantes tendo em vista a centralidade da propriedade fundiária nas práticas de representação do patronal rural. A posição social de proprietário de terra é “um elemento decisivo na construção da identidade e das instâncias de representação política dos

²⁹⁷ No documento da CETH, consta uma área de 5.426,10 hectares em Guaíba, pertencente a Ismael Chaves Barcellos. Provavelmente trata-se do pai de Antônio, falecido em 1956, que era proprietário de uma fazenda no município, chamada “Santa Rita”. Como um dos seus descendentes é um homônimo, não é possível confirmar se se trata do pai de Antônio. Idem, p. 7.

²⁹⁸ Ibidem, p. 28 e 16,

²⁹⁹ JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL. Companhia Predial Agrícola. Ata da Assembleia Geral extraordinária em 24/06/1958. Protocolo: [sn]. Ata da Assembleia Geral Ordinária de 28/04/1959. Protocolo: 4481. Ata da Assembleia Geral Ordinária de 27/04/1960. Protocolo: 5187.

produtores rurais e agroindustriais no país”³⁰⁰. Bruno salienta que

[...] a força dos grandes proprietários fundiários decorre, basicamente, do poder econômico que a propriedade outorga a seu detentor – propriedade concebida como fonte de riqueza, fundamento da dominação e garantia da exploração. E isso ocorre, diferenciadamente, é claro, seja nos tempos do Brasil essencialmente rural e agrícola, seja no Brasil predominantemente urbano e do tempo do agronegócio. Apesar de suas particularidades – a terra é um bem limitado, não se pode fabricá-la e seu monopólio privado implica existência de uma renda fundiária -, a propriedade da terra não deixa de ser um instrumento de riqueza. Quer aceitemos ou não, ela permanece (e continuamente se renova) como importante fonte de acumulação e como garantia de exploração e poder. Além disso, a propriedade da terra é fonte não desprezível de poder político, seja o poder do mando, aristocrático e patriarcal; seja o poder ‘moderno’ da representação, do *lobby*.³⁰¹

A autora complementa:

De uma outra perspectiva, diria que nossa formação brasileira, calcada na grande propriedade fundiária e na escravidão, e inserida em uma configuração cujo traço consistiu em um modo de colonização predador e concentrador – muito contribuiu para o florescimento de um *habitus* nacional em que a propriedade da terra assume inúmeros significados realimentados e complementares: desponta como sinônimo de prestígio e como expressão de poder; funciona como porta de acesso a mais e mais privilégios, é símbolo de reconhecimento e de hombridade, além, é claro, de meio de produção e de especulação.³⁰²

É preciso considerar, ainda, que o fato de muitos dirigentes não serem grandes proprietários pode sinalizar para a existência de diferenciações internas, gradações de poder e concepções distintas no interior da Farsul. Em relação a essa questão, há dois aspectos importantes. Grandes produtores e criadores poderiam não deter a propriedade das terras nas quais desenvolviam suas atividades, conservando apenas seu usufruto ou arrendamento. Neste sentido, mantinham sob sua posse grandes áreas de campo, o que pode indicar que experimentavam, em alguma medida, as mesmas preocupações e anseios dos grandes proprietários.

Por outro lado, a existência de diferenciações – de origens, condição social, orientação política, ser ou não grande proprietário, etc - e as correlações de força internas à Federação

³⁰⁰ BRUNO, Regina et al. Agronegócio e representação de interesses. IN: BRUNO, Regina. *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 131-158. p. 154.

³⁰¹ Idem. O ethos da propriedade da terra no Brasil. p. 209-230. p. 214.

³⁰² Idem, p. 216.

não significam a ausência de unidade. Aqueles indivíduos compartilhavam de uma rede de relações, se reconheciam em muitos interesses e constituíam uma identidade comum e uma determinada concepção de mundo que serão, em grande medida, definidoras de suas ações, especialmente nos momentos em que estes interesses estiverem ameaçados. Assim, percebe-se a feição do ruralismo enquanto uma identidade política.

* * *

Além das características socioeconômicas, outro aspecto fundamental diz respeito às conexões político-partidárias de parte significativa destes dirigentes: dos vinte e quatro investigados, foi possível identificar a vinculação de onze nomes a partidos políticos; a maior parte – sete integrantes - pertencia ao PSD, dois eram filiados ao Partido Libertador (PL), um ao Partido de Representação Popular (PRP) e um ao Partido Democrata Cristão (PDC), evidenciando-se, assim, sua ligação a partidos do campo conservador.³⁰³ Este também foi um dado encontrado por Heinz ao analisar o perfil dos dirigentes da Confederação Rural Brasileira entre 1951 e 1967; de acordo com o autor, com exceção de 4 representantes vinculados ao PTB, “os dirigentes da CRB pertenciam a formações que se situavam abertamente à direita ou à centro-direita no cenário político nacional [...]”³⁰⁴

Destes onze nomes, dez deles se candidataram ou exerceram cargos eletivos, seja em âmbito municipal, seja na esfera estadual e federal. Cumpriram mandatos como prefeitos Oscar Carneiro da Fontoura - em Dom Pedrito, na década de 1920, quando era filiado ao PL - e Clóvis Kroeff, nomeado prefeito de São Sebastião do Caí, em 1944.³⁰⁵ Em relação à atuação em Câmaras de Vereadores foi possível identificar os seguintes dados: Eugênio Giordani exerceu dois mandatos em Caxias do Sul pelo PDC - elegeu-se em 1952 com a maior votação

³⁰³ Fábio Kuhn, ao analisar os partidos formados no pós-1945, traça algumas considerações sobre sua situação e características no Rio Grande do Sul. De acordo com o autor, o PSD era “formado por políticos tradicionais, de tendência conservadora.” O PL apresentava uma tendência parlamentarista; seu líder no estado era Raul Pilla, e a agremiação era portadora “de uma longa tradição política, cultural e militar que remontava aos federalistas da década de 1890.” O PRP era um “partido de extrema-direita, formado principalmente por antigos integralistas. Tinha forte penetração nas regiões de colonização alemã e italiana, onde predominavam pequenas e médias propriedades.” Destaca-se que nas eleições de 1958, quando Brizola elegeu-se governador, o PTB coligou-se com o PRP, que ocupou vários cargos no novo governo. Kühn, op. cit., p. 132-133.

³⁰⁴ HEINZ, op. cit., 2011. p. 137. A partir dos dados pesquisados, encontrei apenas uma referência de um membro da entidade vinculado ao PTB; Érico Lourenço de Lima, vinculado a este partido em Lagoa Vermelha.

³⁰⁵ Além destes nomes, há alguns membros da diretoria que exerceram mandatos posteriormente, como João Alves Osório - prefeito de Rosário do Sul pela Arena na segunda metade da década de 1960 e eleito deputado estadual pela legenda em 1970 – e Fernando Machado Vieira, eleito vice-prefeito de Cruz Alta, em 1972, pela Arena. Candidatou-se à Prefeitura, em 1976, pelo mesmo partido; embora tenha sido o candidato mais votado, os votos para sua legenda foram inferiores do que os votos destinados ao MBD. Disponível em: http://www.tre-rs.gov.br/upload/6/Municipais_Cruz_Alta1972.pdf Acesso em 12 de junho de 2016.

da história da cidade e reelegeu-se novamente para exercer um mandato entre 1956 e 1959;³⁰⁶ João Antônio Tessari elegeu-se pelo PRP no mesmo município em 1952 e foi suplente pelo mesmo partido de 1966 a 1959 e de 1960 a 1963³⁰⁷; Arnando Goellner foi candidato a vereador pelo PSD em Estrela (1947 e 1963)³⁰⁸ e Ulrich Hermann Hoshele [Germano Hoshele]³⁰⁹ foi eleito vereador pelo PSD em 1959 em Campinas do Sul³¹⁰, município que havia se emancipado de Erechim neste mesmo ano.³¹¹ Seis foram candidatos ao Legislativo estadual: Alberto Severo candidatou-se a deputado estadual em 1947, 1950 e 1954 pelo PL, tornando-se suplente em todos os pleitos³¹²; Mascarenhas, Carneiro da Fontoura e Saint Pastous candidataram-se a uma vaga na Assembleia Legislativa pelo PSD em 1947, tendo o primeiro atingido a suplência e o segundo sido eleito como o segundo candidato mais votado do estado (o primeiro de seu partido)³¹³; Dácio Assis Brasil concorreu a uma vaga na Câmara Federal em 1945. Observando o período em que exerceram seus mandatos, é possível perceber que a maioria dos que ocuparam cargos no âmbito do Legislativo ou Executivo (municipais) o fizeram antes de atingirem postos de liderança na Farsul, evidenciando que

³⁰⁶ Disponível em: http://www.camaracaxias.rs.gov.br/palavra_e_poder/palavra_e_poder.pdf Acesso em: 10 de junho de 2016.

³⁰⁷ Disponível em: <http://memoria.camaracaxias.rs.gov.br/> Acesso em 12 de junho de 2016. Ele também exerceu o cargo de subprefeito do Primeiro Distrito de Caxias do Sul e era líder católico TESSARI, João Antônio. *Memórias*. Caxias do Sul, 1994. p. 7.

³⁰⁸ Mais informações disponíveis em: http://www.estrela.rs.gov.br/uploads/paginadinamica/12286/Dicionario_de_Estrela.pdf Acesso em 12 de junho de 2016.

³⁰⁹ Nas referências à Ulrich Hermann Hoshele, geralmente aparece a versão aporuguesada de seu nome: Germano. Seu último sobrenome também apareceu na pesquisa com uma grafia diferente: Hosheler. Ver, por exemplo, citação no site da Prefeitura de Cruzaltense, município cuja origem está vinculada a um loteamento criado por Hoshele. Disponível em: <http://www.cruzaltense.rs.gov.br/pagina/647/historia> Acesso em 21 de junho de 2016.

³¹⁰ Disponível em: http://www.tre-rs.gov.br/upload/18/Municipais_Campinas_do_Sul1959.PDF Acesso em 21 de junho de 2016.

³¹¹ Também localizei informações de que Tasso Castilhos de Araújo Lopes elegeu-se vereador em Júlio de Castilhos no ano de 1949; tendo em vista o período e o local, provavelmente trata-se do dirigente da Farsul “Tasso Castilhos Lopes”, mas não foi possível confirmar esta informação. Disponível em: <http://www.camarajc.rs.gov.br/camara/conteudo/183/Memorial/1> Acesso em 25 de junho de 2016. Outras referências ao mesmo sobrenome aparecem, por exemplo, nas citações sobre o ex-prefeito do município, que hora é tratado como “Ibis Castilhos de Araújo Lopes” [ou Ibes], ora como “Ibis Castilhos Lopes”.

³¹² Sobre Alberto Severo, encontrei referências de que teria sido nomeado Prefeito de Novo Hamburgo, exercendo o cargo entre 30 de março de 1944 e 2 de agosto 1946. Não foi possível confirmar esta informação, pois a maior parte dos dados encontrados remete para sua atuação em Caçapava do Sul. No obitúário publicado pelo *Jornal do Brasil* referente ao ruralista, por exemplo, não consta esta informação. *Jornal do Brasil*, 23 de junho de 1979, p. 20. No entanto, em uma monografia sobre Novo Hamburgo, os nomes do então prefeito Alberto Severo e de Corina Severo [sua esposa] são citados como membros da fundação assistencial “Maurício Cardoso”. Ver: PETRY, Leopoldo. *O município do Novo Hamburgo*: monografia. São Leopoldo: Casa Editora Rotermund & Co., 1959. Disponível em: https://archive.org/stream/omunicipiodenovo00petr/omunicipiodenovo00petr_djvu.txt

³¹³ Carneiro da Fontoura já havia sido eleito deputado federal pelo PL em 1935, exercendo seu mandato até 1936. Mais informações em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fontoura-oscar-carneiro-da> Acesso em 12 de junho de 2016.

portavam um capital simbólico e político, construído na sua relação com os eleitores locais, muitos deles, certamente, oriundos do mundo rural e/ou proprietários de terra.

Além de sua vinculação político-partidária, identifiquei a inserção de alguns dirigentes da Farsul no interior do aparelho de estado. Dos presidentes e vice-presidentes, dois foram secretários de governo: Balbino de Souza Mascarenhas foi Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio entre os anos de 1947 e 1951, durante a gestão de Walter Jobim (PSD), e Oscar Carneiro da Fontoura atuou como Secretário de Estado da Fazenda (1937 a 1947, período em que o estado foi governado por interventores federais), Secretário de Estado do Interior e Justiça (1949), na gestão de Jobim e Secretário de Estado da Fazenda (1951-1955) durante o governo de Ernesto Dornelles (PTB).³¹⁴ Outrossim, muitos deles haviam atuado ou atuavam naquele momento em órgãos e autarquias vinculados aos interesses dos ruralistas no âmbito estadual³¹⁵: Paulo Simões Lopes presidiu o Instituto Rio-Grandense do Arroz (Irga)³¹⁶ de 1955 a 1959, durante o primeiro governo Meneghetti, tendo sido nomeado novamente em 1967; Alberto Severo era funcionário do Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes³¹⁷, tornando-

³¹⁴ Idem. Carneiro da Fontoura atuou também como Diretor da Caixa Econômica Federal e assessor da Caixa Econômica Estadual; não foi possível averiguar a data em que esteve vinculado a tais bancos.

³¹⁵ Em algumas autarquias, como o Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes ou Instituto Sul-Rio-Grandense do Arroz, a Farsul tinha acento na Diretoria, portanto os nomes desses ruralistas eram indicados pelos próprios pares. A escolha do presidente destas autarquias, no entanto, cabia ao governador. A Federação tinha acento em vários órgãos estaduais; nas fontes que encontrei, além dos institutos citados, há menção ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais e a Companhia Estadual de Silos e Armazéns. Em um estudo de 1971, Brumer apresenta uma lista de órgãos colegiados nos quais a Farsul participava: Conselho Estadual de Agricultura; Conselho Hidroviário; Fundação Gaúcha do Trabalho; Conselho Rodoviário; Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais; Conselho Estadual de Turismo; Instituto Sul-Riograndense de Carnes; Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região; Conselho de Desenvolvimento da Suinocultura; Representação junto a Assessoria Regional do FUNRURAL; Representante junto ao Conselho Municipal de Turismo; Comitê de Exportação de Carnes-Sector Empresarial Brasileiro; Companhia Riograndense de Telecomunicações; Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Comissão Permanente – Art. 2º do Decreto – lei n. 789 (Delegacia Regional do Trabalho); Comissão Permanente de Exposições e Feiras; Conselho Regional de Desenvolvimento da Pecuária (CREDEPE). BRUMER, Anita. *Sindicalismo rural e participação dos agricultores em sindicato, em Candelária, Rio Grande do Sul, Brasil*. Tese de Conclusão dos Cursos de Pós-Graduação em Economia Rural e Sociologia Rural. n. 19. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1971. snp.

³¹⁶ As origens do Irga estão vinculadas a uma iniciativa do “Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul, que para dinamizar a cultura no Estado, resolveu transformar o sindicato no Instituto do Arroz do Rio Grande, no dia 31 de maio de 1930, sendo oficializado pelo Decreto nº 7.296. Seu principal objetivo era a defesa dos segmentos da orizicultura, o desenvolvimento de pesquisa e assistências técnicas aos lavoureiros.” Em 1948, o Irga foi institucionalizado através da Lei nº 533, que estabelecia que “O Instituto Rio Grandense do Arroz - IRGA, criado e oficializado pelo Decreto-Lei nº 20, de 20 de junho de 1940, é uma entidade pública, com autarquia administrativa, subordinada ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Agricultura.” Disponível em: <http://www3.irga.rs.gov.br/index.php> Acesso em: 1º de junho de 2016.

³¹⁷ O Instituto Sul-rio-grandense de Carnes foi criado em 1934 e instalado em 1937, durante o governo de Flores da Cunha. A criação do Instituto se deu juntamente com a adoção de uma série de outras medidas, como a pagamento “de uma taxa de cooperação para os criadores, cuja arrecadação tornou possível a construção do Entrepasto Frigorífero e do Matadouro Modelo, ambos em Porto Alegre”, que visavam tornar mais eficiente a comercialização de carnes no estado. Neste período foram também criados o Instituto do Vinho, o Instituto do

se seu dirigente de 1964 a 1976.³¹⁸ Antes dele, durante o segundo governo Meneghetti, o presidente da autarquia foi Eduardo Silveira Martins, também integrante da Farsul.³¹⁹ No interior da Secretaria de Agricultura, trabalhavam dois quadros do Conselho Deliberativo da Farsul: Geraldo Veloso Nunes Vieira e Luiz Fernando Cirne Lima. Vieira foi Chefe do Serviço de Ovinotecnia do Departamento de Produção Animal (1953) e Diretor deste Departamento (1956) na gestão de Ildo Meneghetti (PSD). Cirne Lima passou a atuar no Serviço de Seleção Bovina do referido Departamento a partir de 1955.³²⁰ Aureo M. Elias, do Conselho Técnico, atuou como “Chefe do Grupo Executivo de Terras” durante o governo de Leonel Brizola³²¹ e tornou-se dirigente do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária em abril de 1962.

Não encontrei dados sobre membros da Farsul que tenham ocupado cargos no Governo Federal naquele período, com exceção de Alberto Severo, presidente do Conselho Regional do Serviço Social Rural, sobre o qual discutiremos adiante, e da nomeação de João Alves Osório como membro do Grupo de Trabalho encarregado de reorganizar a produção pecuária, criado pelo governo Goulart, em 1963.

Destaca-se também, entre os integrantes do Conselho Deliberativo, personalidades notáveis da política gaúcha, como Walter Só Jobim - Secretário de Obras Públicas (1937-1939), Secretário do Interior e Justiça (1946-1947) e Governador do Estado do Rio Grande do

Mate, o Instituto do Pinho e o Instituto do Arroz. ABREU, Alzira Alves de [Coord. Geral]. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República* [Recurso Eletrônico] 1889-1930. CPDOC/FGV, 2015. Verbete: Flores da Cunha. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CUNHA,%20Flores%20da%20red.pdf> Acesso em 10 de julho de 2016.

³¹⁸ Edmar Krueel, membro do Conselho Deliberativo da Farsul, já havia dirigido o órgão em meados da década de 1940. Carlos Annes Gonçalves, que foi eleito como diretor da Farsul em 1962, era vinculado ao órgão em meados da década de 1950: de acordo com uma reportagem de julho de 1953, seriam empossados no dia 31 os novos diretores do Instituto, Aramy Silveira e Carlos Annes Gonçalves, “que foram escolhidos pela classe rural e nomeados pelo governo do Estado”. *Correio da Manhã*, 29 de julho de 1953. p. 6. Ressalta-se que seu irmão, Paulo Annes Gonçalves, foi Diretor Técnico Agrícola do Irga, instituto no qual trabalhou por mais de vinte anos. Ele foi nomeado em 1955, após ter sido escolhido pelo governador a partir da lista tríplice apresentada pelo Conselho Deliberativo da autarquia. Ele também atuou no jornal *Correio do Povo*, escrevendo nos suplementos destinados à questão rural. Para mais informações, consultar: ANNES, Alceu Oliveira. *Genealogia Lucas Annes*. Atualizado em 06/01/2012. p. 226. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/sebodigital/obras/GenealogiaLucasAnnes.pdf> Acesso em: 21 de janeiro de 2016.

³¹⁹ *Correio do Povo*, 14 de março de 1963. P. 18. Na reportagem, ele é apresentado como “integrante da Farsul” e presidente do instituto. Embora eu não tenha identificado sua posição formal no interior da entidade, em 1963 ele compôs um grupo de trabalho instituído pela Federação que visava a elaboração de “um plano de base para a recuperação da economia agro-pastoril do Rio Grande, assim como a análise de determinados aspectos relacionados com a produção e comercialização de carnes.” FARSUL. Ata da reunião do Conselho Deliberativo. 1º de fevereiro de 1963. p. 3. Acervo da Farsul.

³²⁰ WHO IS WHO IN BRAZIL? São Paulo: [s.n.], 1971. Volume III. Verbete: Luiz Fernando Cirne Lima. p. 474-475.

³²¹ FARSUL. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962*. Folheto 43. p. 70.

Sul (1947-1950) pelo PSD - e João Batista Luzardo. Este último era natural de Uruguaiana e, além de médico e fazendeiro, teve destacada atuação política, participando ativamente da Revolução de 1923 – na qual atuou ao lado dos “revoltosos” liderados por Joaquim Francisco de Assis Brasil - e da Revolução de 1930, lutando ao lado de Getúlio Vargas. Vinculado ao Partido Liberal, elegeu-se deputado federal para as seguintes legislaturas: 1924-1930, 1935-1937 e 1947-1951, bem como para a Assembleia Constituinte em 1946. Além disso, exerceu a Chefia de Polícia do então Distrito Federal (Rio de Janeiro) em 1931, foi Embaixador do Brasil no Uruguai (1937-1945) e na Argentina (1945; 1946-1947) e Presidente da Caixa Econômica Federal, nomeado em 1954.³²² Há outros exemplos, como Bento Pires Dias, que ocupou a pasta da Agricultura, em 1954³²³; Antonino Fornari, deputado estadual entre 1955 e 1959 (PSD)³²⁴, reeleito pelo mesmo partido em 1962; e José Salgado Martins, suplente de senador em 1954, pela UDN.³²⁵ Vários membros do Conselho concorreram à vagas no Legislativo estadual: em 1954, Moacyr Dias (PL), Gregório Beheregaray Filho (UDN) e Lino Grings (PRP) elegeram-se como suplentes³²⁶; em 1958 e 1962 Aristides Milano (PRP) também tornou-se suplente em ambas as eleições.³²⁷ Além deles, vale citar Samuel Guazelli Filho, pai do ex-prefeito de Vacaria (1955-1958) e deputado estadual Sinval Guazelli (UDN). Sinval foi membro do parlamento gaúcho nas legislaturas 1959-1963 e 1963-196 e Secretário de Obras Públicas do estado na gestão de Ildo Meneghetti, em 1964.

Para além da participação direta de alguns membros da Farsul na esfera político-eleitoral ou de sua inserção no interior do aparelho de estado, chama a atenção seus laços de parentesco com a elite política e militar do período. Alguns destes dirigentes ostentavam sobrenomes de famílias tradicionais na história rio-grandense, como os Assis Brasil e os Simões Lopes. É o caso de Dácio Assis Brasil, filho de Arlinda Castilhos e do General do Exército Ptolomeu de Assis Brasil, que combateu na Revolução de 1930 e tornou-se governador-interventor em Santa Catarina entre 1930 e 1932.³²⁸ Dácio era sobrinho de

³²² ABREU, op. cit., 2001, p. 3351-3358.

³²³ Disponível em: <http://www.rs.gov.br/conteudo/165561/secretaria-da-agricultura-completa-70-anos/> Acesso em 5 de julho de 2016.

³²⁴ Fornari também elegeu-se primeiro suplente para a legislatura de 1959-1963 pelo PSD, assumindo uma cadeira a partir de 1960. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/InformaesParlamentares/Legislativas/> Acesso em: 13 de janeiro de 2016.

³²⁵ Na época, a legislação vigente determinava que a escolha do suplente de senador ocorresse na forma de eleição direta.

³²⁶ SOARES, Débora Dornbach; ERPEN, Juliana [org.]. *O Parlamento Gaúcho: da Província de São Pedro ao Século XXI*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013. P. 158. Destaco que Beheregaray já havia sido eleito suplente pelo mesmo partido em 1947 e em 1950. Idem, p. 154-156.

³²⁷ Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/> Acesso em: 12 de novembro de 2015.

³²⁸ ABREU, op.cit., 2001, p. 797.

Joaquim Francisco de Assis Brasil, que se tornou seu sogro.³²⁹ Joaquim Francisco “foi um dos mais expressivos chefes políticos gaúchos”: embaixador do Brasil na Argentina e nos Estados Unidos, um dos líderes da Revolução de 1923³³⁰, deputado federal (1927-1928) e líder do Partido Libertador, partido ao qual seu sobrinho também era vinculado. Após tomar parte na Revolução de 1930, foi nomeado Ministro da Agricultura, cargo que exerceu até 1932.³³¹ Além da atuação política, destacou-se na promoção de uma “modernização agrícola”, que consubstanciou em sua propriedade, conhecida como “Castelo de Pedras Altas”. Conforme Mendonça, a partir de sua experiência diplomática, ele extraiu

os mais profícuos frutos para afirmar-se como uma das lideranças ruralistas do período, quer pelos conhecimentos adquiridos nos contatos com as modernas técnicas agrícolas norte-americanas, quer pelos movimentos de propaganda em prol da agricultura brasileira que sua experiência no exterior permitiu-lhe organizar”.³³²

Em 1894, foi o fundador “do primeiro grupo de interesses institucionalizado em prol da moderna agricultura brasileira”, a *Sociedade Brasileira para a Animação da Agricultura*, com sede em Paris.³³³

Já Paulo Simões Lopes era neto do *Visconde da Graça*, um coronel e estancieiro que se tornou presidente da província do Rio Grande do Sul, em 1871. Seu pai, Augusto Simões Lopes, foi deputado pelo Rio Grande do Sul na Constituinte de 1934 e senador da República entre 1935 e 1937.³³⁴ Seu tio, Ildefonso Simões Lopes, foi Ministro da Agricultura entre 1919 e 1922 e deputado federal entre 1913 e 1919 e de 1924 a 1930.³³⁵ Ele também participou ativamente da Revolução de 1930, ao lado de Getúlio Vargas. Foi eleito presidente da Sociedade Nacional da Agricultura em 1926³³⁶, cargo posteriormente ocupado por seu filho Luiz Simões Lopes, que também dirigiu a Fundação Getúlio Vargas (1944-1993).

Em relação às conexões com a elite militar, cito como exemplo Henrique Geisel, ele

³²⁹ O Sr. Dácio era casado com Lina de Assis Brasil, filha de Joaquim Francisco de Assis Brasil. Disponível em: <http://assisbrasil.org/penta.html> Acesso em 20 de outubro de 2014.

³³⁰ Destaca-se que inúmeras lideranças da Farsul tomaram parte neste conflito, como Batista Luzardo, Saint-Pastous e Samuel Guazzelli Filho, este último a favor de Borges de Medeiros.

³³¹ Idem, p. 794.

³³² MENDONÇA, op. cit., 1997, p. 29.

³³³ Idem, p. 31.

³³⁴ ABREU, op. cit., 2001, p. 3270. O irmão de Paulo Simões Lopes, Ruy Duarte Simões Lopes, presidiu a Sociedade Agrícola de Pelotas, entre 1960 e 1965. OTERO, Darcy Trilho. *Associação Rural de Pelotas: Memórias*. Pelotas: 2003. “Presidentes da Sociedade Agrícola de Pelotas” [snp].

³³⁵ Idem, p. 3271.

³³⁶ Idem, p. 3271-3272. Em 1928, ele foi um dos fundadores da Confederação Rural Brasileira. Após a Revolução de 1930, foi eleito diretor do Banco do Brasil, cargo que ocupou entre 1930 e 1943.

próprio General da Brigada e irmão dos também generais Ernesto e Orlando Geisel³³⁷, personalidades bastante conhecidas e poderosas no meio castrense. O primeiro cumpriu importante papel na conspiração anti-Goulart e nos sucessivos governos ditatoriais, tornando-se presidente da república em 1974.³³⁸

Há outros casos análogos, especialmente entre membros do Conselho Deliberativo da entidade: Edmar Krueel, pecuarista e membro do Conselho Deliberativo da Farsul, era irmão dos generais Riograndino e Amaury Krueel³³⁹, que estiveram diretamente vinculados aos acontecimentos que culminaram com o golpe de 1964. Ambos seguiram carreira militar e destacaram-se ocupando uma série de postos: o primeiro atuou no Departamento de Polícia do Exército e participou da repressão à Revolta Comunista de 1935, bem como serviu em diferentes regimentos, passando à reserva em 1944;³⁴⁰ o último foi Ministro da Guerra entre 1962 e 1963 e Comandante do II Exército entre 1963 e 1966. No comando do II Exército, sediado em São Paulo, aderiu à marcha golpista que depôs João Goulart.³⁴¹ Rube Canabarro Lucas era Coronel Aviador da Força Aérea Brasileira³⁴² e tornou-se fazendeiro em Mariana

³³⁷ Orlando Geisel foi Ministro do Exército entre 1969 e 1974, durante o governo do ditador Emílio Garrastazú Médici. Geisel teria condicionado, para aceitar o cargo, “ter nas mãos todas as responsabilidades pela segurança nacional. [...] No período, foi intensificado o papel do Exército no esquema de repressão política aos opositores do regime.” ABREU, op. cit., 2001, p. 2522-2523.

³³⁸ Sobre seu papel na conspiração, afirma-se que “Geisel e outros oficiais de alta patente ligados à ESG, conhecidos como integrantes do ‘grupo da Sorbonne’ – em alusão ao alto nível daquela unidade militar –, desempenharam importante papel na conspiração, na tomada de poder e na formulação do projeto de reorganização política, econômica e organizativa do país.” Idem, p. 2511. Após o golpe, Geisel assumiu o Gabinete Militar da Presidência, cargo no qual permaneceu até 1967.

³³⁹ As informações acerca da genealogia da família Krueel foi extraída do blog: http://familia-krueel.blogspot.com.br/2010_09_01_archive.html Acesso em 21 de janeiro de 2016. Os irmãos Edmar, Riograndino e Amaury eram filhos do fazendeiro José Carlos Krueel. O outro irmão, Nelson Krueel, figura no mapeamento da CETH como proprietário de uma área de 2.566 hectares no município de Júlio de Castilhos. Seu filho, Vinícius Krueel, era major do Exército e também participou da conspiração militar de 1964. ABREU, op. cit., 2001, p. 2950.

³⁴⁰ Riograndino Krueel afastou-se da vida militar em 1944 e passou a dedicar-se “à atividade privada, especialmente ao plantio de erva-mate e à sua fazenda na Argentina.” No entanto, “preocupado com os rumos tomados pelo governo do presidente João Goulart (1961-1964) por considerá-lo ‘comunizante’ e ‘nocivo aos interesses do país’, Riograndino propôs ao irmão, general Amaury Krueel, durante o período em que esse foi ministro da Guerra, que ‘desse o golpe naquele estado de coisas’. Residindo no Rio, manteve contatos com os generais Osvaldo Cordeiro de Farias, Artur da Costa e Silva e Humberto Castelo Branco, também envolvido nas articulações anti-Goulart.” Após o golpe, assumiu a direção geral do Departamento de Polícia Federal, a convite de Castelo Branco, permanecendo no exercício de suas funções até 1966. ABREU, op. cit., 2001, p. 2950-2951.

³⁴¹ A participação de Krueel no golpe de 1964 é objeto de uma série de divergências; há quem garanta que o militar já estava comprometido com as articulações golpistas, mas muitos defendem que ele aderiu ao Golpe apenas na véspera, quando este eclodiu em Minas Gerais. Ver: ABREU, op. cit., 2001, p. 2947-2950. Recentemente, foi divulgada na imprensa uma versão de que Krueel havia recebido dinheiro da CIA para trair Goulart, conforme informa o site: <http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2013/10/14/bomba-krueel-traiu-jango-por-6-malas-de-dolares> Acesso em: 2 de julho de 2016.

³⁴² De acordo com a Ficha Biográfica de Lucas no site *Sentando a Pua: a história da aviação militar brasileira na Segunda Guerra Mundial – 1943/1945*, ele passou para a reserva da Força Aérea Brasileira em 1955, no posto de Major-Brigadeiro. Disponível em: <http://www.sentandoapua.com.br/portal/> Acesso em: 12 de novembro de 2015.

Pimentel, criador de bovinos e ovinos.³⁴³ Seu irmão, Nemo Canabarro Lucas, exerceu o cargo de secretário geral da *Frente de Novembro*³⁴⁴; nacionalista, sua trajetória era vinculada a movimentos de esquerda, mas combatia os comunistas³⁴⁵ e fez oposição à João Goulart.³⁴⁶ Além dos já citados, Antônio Saint Pastous de Freitas era cunhado de Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Góis Monteiro casou-se com Conceição Saint Pastous e teve destacada carreira militar, tornando-se Ministro da Guerra em 1934 e chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa) em 1951, nomeado por Getúlio Vargas.³⁴⁷

Os exemplos acima constituem um mapeamento bastante parcial, mas permitem inferir que muitos dos dirigentes da Farsul estavam inseridos em inúmeras redes de relações, seja em função da ocupação de cargos públicos ou mandatos eletivos, seja por seus laços de parentesco. O capital político adquirido a partir destas experiências e vinculações os situava muito próximos à diferentes instâncias de poder. Isso nos permite supor que tais conexões também eram fundamentais para lhes garantir um *status* de liderança, uma vez que as relações que estabeleciam fora da Federação também interferiam na dinâmica interna da entidade, os favorecendo na disputa por tais posições.

Soma-se a isso o fato de que muitos deles eram aparentados ou compartilhavam empreendimentos ou sociedades entre si. Ao longo da pesquisa, constatei vínculos familiares entre alguns dirigentes da entidade: o irmão de Saint Pastous - Afonso Saint Pastous de Freitas, por exemplo, era casado com Manuela Francisca Pires, filha de Pedro Olympio Pires;³⁴⁸ Paulo de Souza Jardim, tesoureiro da Farsul entre 1963 e 1965, era filho de Nestor de

³⁴³ Além dessas atividades, foi fundador e Diretor Presidente do MONTAB - Montepio da Família Aeronáutica Brasileira.

³⁴⁴ Esta *Frente*, originária da antiga *Frente Nacionalista*, foi criada com o objetivo “de dar conteúdo político ao Movimento do 11 de Novembro de 1955, que fora liderado pelo general Henrique Lott para garantir a posse de Kubitschek.” VERBETE. LUCAS, Nemo Canabarro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lucas-nemo-canabarro> Acesso em 28 de junho de 2016.

³⁴⁵ Ver, por exemplo, a campanha de Nemo Canabarro Lucas contra os comunistas em meio à eleição presidencial de 1960. FALCÓN, Gustavo. *Um caminho brasileiro para o socialismo: a trajetória política de Mário Alves (1923 – 1970)*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. p. 145.146.

³⁴⁶ Conforme evidenciam suas declarações na época: “em 28 de dezembro de 1963 foi publicada no *Jornal do Brasil* uma nota do Partido Nacionalista (PN), assinada pelo coronel Nemo Canabarro Lucas, na qual este afirmava que seria iniciado no mês de janeiro de 1964 um movimento para combater ‘as falsas reformas de sentido comunizante’ do governo João Goulart.” VERBETE, LUCAS, Nemo Canabarro. Op. cit.

³⁴⁷ Góis Monteiro também foi senador pelo estado de Alagoas entre 1947 e 1951, representando o PSD e em 1952 foi nomeado ministro do Superior Tribunal Militar (STM), cargo que exerceu até sua morte, em 1956. Disponível em: <http://atlas.fgv.br/verbete/3588> Acesso em 21 de janeiro de 2016.

³⁴⁸ Disponível em: <http://mitoblogos.blogspot.com.br/2009/08/genealogia-435-familia-candiota.html> Acesso em 10 de janeiro de 2016.

Moura Jardim, membro do Conselho Deliberativo³⁴⁹; Luiz Fernando Cirne Lima era sobrinho de Heitor Cirne Lima, casado com Carmem Chaves Barcellos, parente próxima de Antônio Chaves Barcellos.³⁵⁰ Cláudio Dario Lopes de Almeida, 3º secretário da Farsul entre 1961 e 1963, era sobrinho de Regina Lopes de Almeida Daudt, esposa de Oscar Daudt Filho, ex-presidente, ex-diretor e membro do Conselho Deliberativo da Federação.³⁵¹ Há indícios que Fernando Machado Vieira, vice-presidente da Farsul, era primo de Maria Vieira, casada com Osmar Mendes Paixão Cortes, membro do Conselho Deliberativo³⁵², e que Oscar Carneiro da Fontoura estaria vinculado a Fernando Chagas Riet, primo em segundo grau da esposa de Fontoura, Alice Machado Carneiro da Fontoura [Alice Riet Machado].³⁵³ É preciso considerar que o fato de membros de uma mesma família ocuparem estes espaços institucionais se constitui em uma forma de perpetuação do poder simbólico e político desta elite.³⁵⁴ Conforme aponta Piccin,

O conjunto das estratégias de reprodução encontra seu princípio de

³⁴⁹ *Jornal de Santa Catarina*, 14 de fevereiro de 2014. Obituário. Disponível em: <http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/obituario/paulo-de-souza-jardim-76902.html>. Acesso em 19 de julho de 2016.

³⁵⁰ IN: BISSÓN, op. cit., [snp].

³⁵¹ O pai de Cláudio, Daly Lopes de Almeida, foi membro da diretoria da *Sociedade de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul* entre 1944-1945 e 1946-1947. Disponível em: <http://www.sovergs.com.br/site/presidentes.htm> Acesso em 10 de julho de 2016. Daly e Regina descendiam de Dario Lopes de Almeida, “um dos mais notáveis fazendeiros da região” de Rio Pardo, onde dedicou-se à pecuária. Suas estâncias eram consideradas modernas, caracterizadas pela seleção de raças de gado e introdução de novos animais. Ele foi também um dos pioneiros da cultura de arroz no Rio Grande do Sul. LAYTANO, Dante de. *Guia Histórico de Rio Pardo: Cidade Tradicional do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1979. p. 227-230.

³⁵² Maria Viera seria filha de Feliciano Gonçalves Vieira, grande proprietário na região da Campanha, irmão do pai de Fernando Machado Vieira. Dados retirados do site de genealogia <http://mitoblogos.blogspot.com.br/2009/08/genealogia-438-familia-goncalves-vieira.html> A filiação de Maria Vieira está registrada em um comentário e não encontrei outras fontes para confirmar esta informação. Acesso em: 21 de junho de 2016.

³⁵³ O parentesco foi identificado através de uma página da família Riet na rede social *Orkut*: disponível em: <http://orkut.google.com/c1423163-tdfbd9d77e520e055.html> Para confirmar tal informação, pesquisei em sites de genealogia, como <http://www.meusparentes.com.pt/>. A filiação de Fernando Chagas Riet foi identificada através de uma publicação do Diário Oficial da União de 0 de dezembro de 1953. p. 5. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2868974/pg-5-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-05-12-1953> Acesso em 4 de julho de 2016. Ressalto que tais informações podem conter equívocos.

³⁵⁴ Entre os membros da Federação, alguns eram descendentes de importantes líderes ruralistas: além de Simões Lopes e Assis Brasil, podemos citar, por exemplo, Balbino de Souza Mascarenhas, filho de João de Souza Mascarenhas, um dos fundadores da *Sociedade Agrícola e Pastoril do Rio Grande do Sul* ou Eurico Oliveira Santos, pai de Eurico de Oliveira Santos Filho, dirigente da antiga Federação Rural. É interessante pensar na continuidade deste tipo de vinculação. Em um estudo intitulado *Agronegócio e representação de interesses*, são apresentadas várias entrevistas com dirigentes de entidades patronais rurais realizadas em 2008. De acordo com os autores, os depoimentos retrataram “a importância dos laços sociais, das relações de parentesco e das redes de amizades no processo de representação”, mostrando o quão marcada é a presença da família na sua trajetória política. Eles identificaram também que “várias presidências de sindicatos, de federações e de associações patronais passaram de avô para pai e para filho”. BRUNO et al. *Agronegócio e representação de interesses*. IN: BRUNO, op. cit., 2009. p. 131-158. p. 138.

reprodução na necessidade imanente da posição que se trata de reproduzir. Em outras palavras, não somente nos estilos de vida, mas quanto aos princípios de visão e divisão que são ao mesmo tempo individuais e coletivos porque constituintes de um grupo que se reconhece entre iguais e que fundamenta o consenso sobre o mundo social. Nesse sentido, a família e as relações matrimoniais exitosas de seus integrantes possuem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social. Quer dizer, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais (Bourdieu, 1989, p. 386-427; 1996, p. 124-135).³⁵⁵

Em função da ausência de dados sobre grande parte dos presidentes e vice-presidentes da Farsul, não foi possível reconstituir sua genealogia. Uma investigação mais aprofundada acerca de suas famílias poderia indicar novos elementos para compreender as relações entre os mesmos, as redes nas quais circulavam e quais espaços de poder acessavam a partir destas vinculações.

Além destes laços, havia também negócios entre eles, conforme mencionado anteriormente. Antônio Chaves Barcellos e Nestor Moura Jardim, por exemplo, eram sócios em diferentes empreendimentos, como a *Sularroz S.A* e a *Agropecuária Estrela*. Luiz Fernando Cirne Lima participava “da direção de empresas agropastoris, entre as quais das integrantes do grupo Chaves Barcellos, composto, hoje, de fazendas nos municípios de Guaíba, Alegrete e Uruguaiana.”³⁵⁶ Encontrei, por acaso, uma notícia de jornal sobre a constituição de uma sociedade chamada *Frigorífero Sulriograndense S.A.* em 1956, para a qual tinham sido eleitos como diretor industrial Edmar Kruehl e enquanto membros do Conselho Consultivo Oscar Carneiro da Fontoura, Gentil Felix da Silva e Moacir Dias, entre outros.³⁵⁷

Neste sentido, os dados apresentados permitem afirmar que o quadro dos altos dirigentes da Farsul era composto por indivíduos que possuíam interesses e vínculos pessoais entre si para além da sua condição de proprietários de terra e/ou pecuaristas e produtores rurais. Estes vínculos certamente contribuíam para criar laços de solidariedade e reforçar a unidade e os interesses do grupo, especialmente em momentos de crise.

Ainda em relação ao perfil dos presidentes e vice-presidentes, há algumas questões relevantes. Dos vinte e quatro membros da presidência e vice-presidência da entidade, identifiquei a formação superior de apenas seis deles: três eram graduados em Medicina, um em Direito e dois em Agronomia. Eram médicos Oscar Carneiro da Fontoura, Dácio Assis

³⁵⁵ BOURDIEU APUD PICCIN, op. cit., p. 233.

³⁵⁶ WHO IS WHO IN BRAZIL? São Paulo: [s.n.], 1971. Volume III. p. 475.

³⁵⁷ *Correio da Manhã*, 8 de novembro de 1956. p. 4.

Brasil e Antônio Saint Pastous de Freitas, que exerceram a presidência da entidade. O último foi professor de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Universidade de Porto Alegre³⁵⁸, exerceu o cargo de Diretor do Serviço de Câncer do Rio Grande do Sul e foi Reitor da Universidade do Rio Grande do Sul no início da década de 1940 (1943-1944). Alberto Severo, por sua vez, formou-se em Direito e exerceu a profissão em Caçapava do Sul. Como apontado, dois membros eram formados em Agronomia: João Alves Osório, que além de criador de gado e cavalos era proprietário de uma agropecuária, e Helio Miguel de Rose, professor da área de Zootecnia da Faculdade de Agronomia da UFRGS. Ele dedicou-se aos estudos relativos à criação de suínos, “introduziu a inseminação artificial e as estações de provas zootécnicas e contribuiu de forma significativa para o melhoramento do rebanho nacional, especialmente no que se refere a sua transformação para a produção de mais carne e menos gordura.”³⁵⁹

É possível que mais dirigentes tivessem formação superior, embora tais dados não tenham sido encontrados. Tal ausência de informação também foi constatada por Mendonça, em seu estudo sobre o patronato rural, mais especificamente em relação à Sociedade Rural Brasileira. A autora afirma que entre os membros do Conselho Consultivo da SRB, raros eram aqueles sobre os quais havia menção sobre a formação escolar/profissional declarada, o que remete à “pouca importância atribuída ao diploma por parte daqueles que detinham de fato, o poder econômico.”³⁶⁰ Nesse sentido, em relação à identidade profissional, preponderava entre tais dirigentes “a atividade econômica exercida, e não a formação escolar, o que demonstra tratar-se de um grupo para o qual a ‘meritocracia’ ou o ‘diploma’ parece ter desempenhado papel secundário diante do capital portado, configurando os dirigentes dessa entidade o que Bourdieu (1978) denomina de ‘herdeiros.’”³⁶¹ Desta forma, tais membros da SBR se distinguiam das lideranças da Sociedade Nacional de Agricultura, entre os quais o capital escolar era predominante. Conforme Mendonça:

Tal oposição induziria a dois modos igualmente diversos de reprodução social dos grupos dominantes, preponderando, em um caso, a transmissão, mais ou menos plenamente controlada pela família, “de um direito de propriedade hereditário e, no outro, a transmissão, mais ou menos

³⁵⁸ A Universidade de Porto Alegre passou a se chamar Universidade do Rio Grande do Sul no ano de 1947 e foi integrada ao Sistema Federal de Ensino Superior em 1951. Para mais informações, consultar: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico> Acesso em 19 de junho de 2016.

³⁵⁹ Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS). Disponível em: <http://www.abcs.org.br/quem-somos/a-historia-da-abcs> Acesso em 29 de maio de 2016.

³⁶⁰ MENDONÇA, op. cit., 2010, p. 165.

³⁶¹ Idem, p. 155.

assegurada pela escola, de um poder vitalício, fundado sobre o título escolar e não sobre a hereditariedade.”³⁶²

Portanto, é factível que entre parte significativa dos dirigentes da Farsul o “capital escolar” fosse considerado menos importante, tendo em vista que sua posição social já estava assegurada em função dos bens e da tradição herdada de suas famílias. Ainda assim, chama a atenção que dos quatro indivíduos que exerceram a presidência, três fossem diplomados, o que permite supor que ter um curso superior era um elemento de diferenciação no interior da entidade. Tal diferenciação provavelmente advinha não apenas do *status* atribuído ao conhecimento acadêmico, mas da possibilidade de inserção em determinadas redes de sociabilidade e da aquisição de capital simbólico. Piccin, em seu estudo sobre a elite estancieira em São Gabriel, encontrou índices expressivos de estancieiros com diploma universitário no período. De acordo com o autor, dispor de um título acadêmico ou de oficial militar, ou ter um membro de sua família, como um filho ou genro, que desfrutasse de tal titulação representava

um dos principais recursos para a ampliação das relações sociais das famílias de elite. Esse título poderia ser investido na disputa política, no acesso a cargos públicos, na ampliação do capital simbólico e legitimação das posições hierarquicamente dominantes no espaço social, sobretudo numa sociedade em que não há ou é muita fraca a autonomização de diferentes campos com lógica e princípios de concorrência próprios.³⁶³

Piccin complementa:

Ou seja, trata-se de uma sociedade em que o principal princípio de hierarquização não é dado pela titulação escolar, mas sua posse e as possibilidades de inserção do possuidor nas redes de relações sociais privilegiadas garantem valor ao mesmo e, assim, a acumulação de diferentes espécies de capital, sobretudo econômico e simbólico. Portanto, não é apenas a atestação de determinado capital escolar que está em jogo, mas um elemento consagrador de uma posição social dominante já ocupada de antemão na sociedade. O que se torna elemento que atesta a validade de tal título é antes a rede de relações na qual ele se inscreve.³⁶⁴

Os dados sobre a titulação acadêmica dos presidentes e vice-presidentes da Farsul

³⁶² BOURDIEU e SAINT MARTIN APUD MENDONÇA, op. cit., 2010, p. 158.

³⁶³ PICCIN, Marcos Botton. *Os Senhores da Terra e da Guerra no Rio Grande do Sul: um estudo sobre as práticas de reprodução social do patronato rural estancieiro*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. p. 205.

³⁶⁴ Idem.

também remete a outro aspecto interessante, que diz respeito à presença de professores universitários nos quadros da entidade: além de Saint Pastous e Helio Miguel de Rose, cinco indivíduos dedicavam-se à docência no ensino superior. Oscar Daudt Filho, ex-presidente e membro do Conselho Deliberativo no período, foi Professor da Escola de Agronomia e Veterinária e Diretor da UFRGS. Publicou três obras: “Assuntos de economia rural” (1945), “Terra, adubação e saúde” (1952) e “Reforma Agrária” (1954).³⁶⁵ Gentil Coelho Leal, integrante do Conselho Fiscal, foi professor da Escola de Agronomia e Veterinária de Porto Alegre e um dos precursores do plantio experimental de soja no estado, na década de 1920.³⁶⁶ Geraldo Veloso Nunes Vieira, membro do Conselho Técnico entre 1961 e 1963, era agrônomo e professor da Faculdade de Agronomia e Veterinária da UFRGS, atuando na área de Zootecnia. Sua especialidade era ovinocultura, tema sobre o qual escreveu vários livros.³⁶⁷ José Salgado Martins, membro do Conselho Deliberativo, era professor da faculdade de Direito da UFRGS, tendo assumido por duas vezes a direção da referida faculdade entre meados dos anos 1950 e início dos anos 1960³⁶⁸. Além dos nomes citados vale destacar a trajetória de Luiz Fernando Cirne Lima, 1º Secretário da Farsul entre 1959 e 1961. Engenheiro agrônomo, Cirne Lima “realizou estágios de estudos e observações na Argentina e obteve bolsa de estudos, permanecendo 45 dias nos EUA, em programas de visitas e observações às mais importantes Universidades.”³⁶⁹ Em 1955, passou a atuar no Serviço de Seleção Bovina do referido Departamento de Produção Animal da Secretaria de Agricultura: “No ano seguinte, convidado pelo Professor Geraldo Veloso Nunes Vieira, ingressou no magistério superior, como assistente da 1ª cadeira de Zootecnia da Faculdade de Agronomia e Veterinário de Pôrto Alegre, realizando no mesmo ano, sucessivamente, os concursos de Instrutor de Ensino e Livre Docência.”³⁷⁰ Ressalto que posteriormente Cirne Lima se tornou Ministro da Agricultura do governo Médici (1969-1973). Os dados apresentados indicam que

³⁶⁵ MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Editora da UFRGS, Instituto Estadual do Livro, 1978. p. 178.

³⁶⁶ Para mais informações, ver: FEDERIZZI, Luiz Carlos. *A soja como fator de competitividade no Mercosul: histórico, produção e perspectivas futuras*. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/E13-10.pdf> p. 3. Acesso em: 19 de junho de 2016.

³⁶⁷ Sobre sua obra, ver: MARTINS, op. cit., p. 613-614.

³⁶⁸ ENGELMANN, Fabiano. *Diversificação do espaço jurídico e lutas pela definição do Direito no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. p. 383. Ele é identificado pelo autor como membro do chamado “grupo dos católicos” que ocuparam a direção da Faculdade de Direito, do qual também fazia parte Ruy Cirne Lima, próximo à Farsul.

³⁶⁹ *WHO IS WHO IN BRAZIL?* São Paulo: [s.n.], 1971. Volume III. p. 474-475.

³⁷⁰ Idem. Cirne Lima também escrevia artigos sobre pecuária para o jornal *Correio do Povo* e publicou o livro “*Contribuição ao estudo da raça devon no Rio Grande do Sul*”. (Porto Alegre: Ed. Santa Maria, 1958). IN: MARTINS, Ary, op. cit. p. 148.

a maioria destes dirigentes se dedicaram à diferentes áreas de estudos e pesquisas sobre temas relativos ao mundo rural, conforme evidencia sua produção literária, o que garantia à eles – e à própria Federação - um capital simbólico significativo, por estarem amparados em um repertório técnico advindo de sua atuação profissional.³⁷¹

Há, também, alguns elementos dissonantes na composição do núcleo dirigente da entidade, como é o caso do padre Eugênio Giordani. Ele atuou como sacerdote na paróquia de São Pelegrino e foi um dos idealizadores da construção da Igreja que leva o mesmo nome, localizada em Caxias do Sul. Giordani presidiu a Associação Rural local e foi vereador por dois mandatos, representando o Partido Democrata Cristão, cuja criação ajudou a consolidar em vários municípios do estado. Mincato destaca a importância do PDC local – que dirigiu a prefeitura entre 1955 e 1960 - e afirma que este partido “articulava alguns empresários com atuação na esfera sindical patronal” no período compreendido entre 1945 e 1965. De acordo com a autora, Giordani era quem “articulava a Igreja com os movimentos empresariais.”³⁷²

O padre Giordani também era conhecido por ser um fervoroso anticomunista. Em uma reportagem do jornal *Gazeta de Caxias* por conta do centenário de seu nascimento, afirma-se que “durante 43 anos (1942/1985) ele marcou de forma poderosa no comando da Paróquia de São Pelegrino e na cidade de Caxias do Sul, como um sacerdote atuante, polêmico, combativo, revolucionário, antimarxista, político católico, apostólico romano.”³⁷³ A reportagem aponta também que:

Além de ter sido um dos mais intransigentes defensores do catolicismo à antiga, Giordani se envolveu em muitas polêmicas ideológicas, especialmente no auge do regime comunista no mundo, quando ele foi um implacável crítico, quer como vereador nos anos 50 [...] quer no púlpito da Igreja de São Pelegrino, com duros sermões contra a chamada esquerda, combatendo ferozmente a ideologia marxista.³⁷⁴

Há alguns episódios registrados nos jornais de época que evidenciam tal postura: antes da campanha eleitoral de 1946, Giordani “comandou uma manifestação de repúdio ao então

³⁷¹ Destaco que, além daqueles professores universitários que ocupavam cargos na Federação, uma série de docentes orbitava em seu entorno, participando de grupos de estudos e comissões, conforme evidencio no decorrer das próximas páginas.

³⁷² MINCATO APUD GOMES, Fabricio Romani. *Sob a proteção da princesa e de São Benedito: Identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1988)*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008. p. 136.

³⁷³ *Gazeta de Caxias*, 19 de julho de 2010. Disponível em: <http://archive.is/sqXXN#selection-187.0-187.34>
Acesso em: 17 de junho de 2016.

³⁷⁴ Idem.

candidato do Partido Comunista à Presidência, Sr. Luiz Carlos Prestes.”³⁷⁵ Em 1945, o *Correio do Manhã* noticiou que o referido padre foi vítima de uma ducha hidráulica, por ocasião de uma manifestação anticomunista realizada na cidade.³⁷⁶

Depreende-se, assim, que embora Giordani não fosse proprietário, agricultor ou pecuarista, ocupava um lugar de destaque na vida religiosa e política local, o que lhe garantia os atributos necessários para estar entre as lideranças da Farsul. Neste sentido, são interessantes as reflexões de Heinz, que pontua ser possível afirmar, no que se refere à CRB “[...] que, se a nem todo fazendeiro eram dadas as condições para chegar a uma posição de representação profissional, alguns não fazendeiros possuíam as competências – o prestígio público, as relações, a cultura – necessárias para participar do ‘mercado’ da palavra e, portanto, para falar em nome dos fazendeiros.”³⁷⁷

* * *

Em relação ao Conselho Deliberativo, não foi possível nesta investigação coletar e analisar dados sobre todos os seus integrantes. Alguns deles foram citados ao longo deste subcapítulo, de forma a ilustrar o perfil destes agentes sociais e apontar alguns traços iniciais sobre a composição do Conselho. A partir das informações reunidas, foi possível perceber, no interior da Farsul, o fluxo contínuo entre presidentes, vice-presidentes e conselheiros, tanto efetivos quanto suplentes, que se sucederam na ocupação de diferentes postos. A incidência de ex-dirigentes da Federação na composição do Conselho, por exemplo, é significativa: Balbino de Souza Mascarenhas, membro do Conselho até 1961, foi presidente da entidade em várias gestões: 1941-1943 / 1943-1945 / 1955-1957³⁷⁸; José Salgado Martins foi presidente da

³⁷⁵ *Jornal do Brasil*, 3 de julho de 1974. p. 7. Disponível em: memoria.bn.br/ Acessado em: 10 de junho de 2016.

³⁷⁶ *Correio do Manhã*, 21 de outubro de 1945. p. 6. Disponível em: [Disponível em: memoria.bn.br/](http://memoria.bn.br/) Acessado em: 10 de junho de 2016. Giordani foi um entusiasta dos governos ditatoriais e é acusado de ter denunciado supostos “subversivos” aos órgãos de repressão do estado. De acordo com Valduga, “algumas personalidade se destacaram por sua influência pública e ficaram marcadas pela atuação política a favor do regime, denunciando ou informando aos comandos militares possíveis subversivos. Entre essas personalidades estavam os padres Eugênio Giordani em Caxias do Sul e Ernesto Mânica em Bento Gonçalves.” IN: VALDUGA, Gustavo. *Coturnos da Ordem: o regime militar de 1964 na região colonial italiana do Rio Grande do Sul* (5): Dramas pessoais e familiares, contradições internas e outras questões. 27 de abril de 2014. Disponível em: <http://pesquisadoresib.blogspot.com.br/2014/04/coturnos-da-ordem-o-regime-militar-de-27.html> Acesso em 12 de junho de 2106. Destaca-se que no Anexo I do livro *Brasil Sempre*, de autoria do ex-integrante do DOI-CODI Marco Pollo Giordani, há uma espécie de homenagem à Eugênio Giordani, apresentado como “o padre do olho por olho, dente por dente”. O livro, escrito como uma “resposta” às denúncias apresentadas na obra *Brasil Nunca Mais* (1985), reproduz um texto publicado pelo jornal *Zero Hora* em 1980, narrando alguns dados da trajetória do padre Giordani. Não foi possível identificar se havia algum grau de parentesco entre este e o autor do livro. GIORDANI, Marco Pollo. *Brasil sempre*. Porto Alegre: Tchê, 1986. p. 255-259.

³⁷⁷ HEINZ, op. cit., 1996, p. 140.

³⁷⁸ Os dados relativos às gestões de Balbino foram extraídos do livro “*Farsul 70 anos – 1927 – 1997*” e do site da entidade. Há algumas contradições em relação às datas: no livro, na “Galeria dos Presidentes”, consta a seguinte informação: “Duração dos mandatos”: “16/06/1941, julho de 1943, julho de 1945 e 16/07/55 a

Farsul entre 1951 e 1953; Oscar Daudt Filho foi diretor entre 1954 e 1955 e presidente da entidade de 1947 a 1949, tornando-se diretor novamente entre 1954 e 1955; Dácio Assis Brasil foi diretor entre 1949 a 1951 e presidente na gestão 1957-1959, retornando à diretoria de 1955 e 1957; Pedro Olympio Pires presidiu a Farsul de março de 1954 a julho de 1955 e de 1959 a 1961 e foi eleito membro do Conselho Deliberativo até 1960, elegendo-se novamente em 1962, após deixar a presidência.³⁷⁹ Isso evidencia que muitos dirigentes se mantinham atuantes na Federação, mesmo não ocupando cargos na presidência/diretoria.

A partir dos dados sobre os membros efetivos do Conselho Deliberativo da entidade no período, identifiquei a procedência regional de quarenta indivíduos, em um universo de quarenta e dois nomes.³⁸⁰ Destes, quatorze pertenciam a municípios da Campanha, oito eram oriundos da região Centro-oriental, quatro representavam a zona sul do estado, quatro eram da região do Planalto, quatro da Serra gaúcha, dois pertenciam à região dos Vales e quatro eram naturais da Capital ou das cidades em seu entorno.³⁸¹ A partir deste mapeamento, evidencia-se a predominância de indivíduos procedentes da Campanha na composição do Conselho Deliberativo da entidade, o que representa um indício importante sobre a força política das associações rurais desta região no interior da Federação, que se refletia nas eleições para a composição do Conselho e da presidência. Há também uma presença considerável de ruralistas da região centro-oriental, que abarca os municípios de Santa Maria, Caçapava do Sul, Sobradinho, Rio Pardo, Santa Cruz e Cachoeira do Sul. Os números referentes às demais regiões do estado são equilibrados.

Outro elemento que se destaca é a presença de dirigentes das Associações Rurais do interior do estado na composição do Conselho: embora a legislação indicasse que este deveria ser eleito pela Assembleia Geral e composto por qualquer associado, geralmente quem ocupava estes cargos eram os presidentes ou membros da diretoria destas

16/07/57” [snp]. Na descrição dos mandatos, ele consta como: 1941 a 1943, 1943 a 1945, de 1945 a 1947 e de 1955 a 1957 [snp]. No site, não consta o mandato que abarca o período de 1945 a 1947, não há informação sobre este período na listagem. Disponível em: http://www.farsul.org.br/pg_presidentes.php Acesso em junho de 2016.

³⁷⁹ Embora não conste na listagem disponibilizada pela Farsul, Fernando C. Riet, membro do Conselho Deliberativo, é citado em uma reportagem do *Correio da Manhã* de 18 de março de 1955, p. 2, como vice-presidente da Farsul, pronunciando-se sobre os problemas enfrentados pelos produtores de trigo.

³⁸⁰ Não foi possível localizar a procedência regional de Antônio David Farinha [provavelmente de Veranópolis] e Sidney de Almeida Santos.

³⁸¹ Em relação aos membros suplentes, que somavam trinta indivíduos, a maior parte deles também foi integrante efetivo do Conselho Deliberativo; apenas treze nomes não se repetiam: Antonino Fornari (Arroio do Meio), Augusto Costa Lopes (Rio Grande), Edgar Rodrigues Barbosa (Pinheiro Machado), Flor Amaral (Santa Vitória do Palmar), Fredolino Sommer (São Luiz Gonzaga), Ivo Citrini Pereira, Jaime Tavares (Bagé), José Salgado Martins (Santiago), Laydes Silveira Borges, Lino Grings, Oswaldo de Freitas Rodrigues (Lavras do Sul), Ozy Teixeira e Pedro Carpenedo (Santa Rosa).

associações: ³⁸²Davenir Peixoto Gomes foi presidente da Associação Rural de São Francisco de Paula (gestões 1946-1948/1950-1952/1954-1957/1959-1961); Samuel Guazelli Filho foi presidente da Associação Rural de Vacaria entre 1950 e 1962; Dario Azambuja, criador de gado e arroteiro, era vice-presidente da Associação Rural de Camaquã (1960); Fredolino Sommer, presidente da Associação Rural de São Luís Gonzaga de 1950 a 1954; Thomaz Vares Albornoz presidia a Associação Rural de Santana do Livramento (1962-1965)³⁸³, Gregório Beheregaray era 2º tesoureiro da Associação Rural de Uruguaiana (1963)³⁸⁴ e Fernando C. Riet havia composto a Diretoria da entidade em 1937, no cargo de segundo secretário; João Theobaldo Moesch foi fundador e presidente da Associação Rural de Encantado; João Ignácio Lecuona, presidente da Associação Rural de Alegrete (1944-1946); Roberto Magalhães Suñe (1958;1959) e Osmar Mendes Paixão Cortes presidiram a Associação Rural de Bagé³⁸⁵; Januário Chagas Franco foi presidente da Associação Rural de Santa Maria (1939-1942)³⁸⁶; Augusto Costa Lopes era presidente da Associação Rural de Rio Grande (1962).

Estou ciente de que os dados apresentados sobre os membros do Conselho Deliberativo não podem ser considerados conclusivos e que é necessário ampliar as investigações sobre a Farsul, de forma a delinear um perfil mais acurado sobre tal Conselho e sobre a atuação de seus membros no contexto histórico sobre o qual esta tese se debruça. Da mesma forma, é fundamental analisar as trajetórias daqueles que ocuparam cargos no Conselho Técnico, Comissão Fiscal ou foram diretores, secretários e tesoueiros da entidade. Ao longo dos próximos capítulos, por exemplo, ficará visível que alguns integrantes do Conselho Deliberativo tiveram atuação mais destacada do que a de alguns vice-presidentes. Ressalto o fato de que muitos ruralistas, embora não compusessem a nominata da presidência, da diretoria ou do Conselho Deliberativo, atuavam na entidade participando de grupos de trabalho e comissões específicas, compondo comitativas ou realizando tarefas pontuais, conforme será demonstrado adiante. Além disso, há aqueles que se destacaram enquanto

³⁸² Em alguns casos, foi possível identificar a gestão e o período exato em que o membro do Conselho foi dirigente ou integrante de uma Associação Rural; em outros casos, não há referência sobre o período de atuação ou há apenas a indicação de uma data específica em que foi possível verificar tal vínculo (no caso de reportagens de jornal em que eram citados enquanto tal, por exemplo).

³⁸³ Disponível em: <http://www.rurallivramento.com.br/historia.php> Acesso em: 4 de julho de 2016.

³⁸⁴ No site da Associação Rural de Uruguaiana, consta que em fins de 1964 ele assumiu a presidência, em função do falecimento do então presidente, José Câmara Guimarães. Disponível em: <http://www.sindicatroruraldeuruguaiana.com.br/#!/diretorias-antteriores/cein> Acesso em: 21 de janeiro de 2016.

³⁸⁵ Disponível em: <http://www.ruralbage.com.br/institucional/historico/> Acesso em 2 de julho de 2016.

³⁸⁶ Disponível em: <http://aruralsm.com.br/> Acesso em 4 de julho de 2016.

lideranças e porta-vozes dos interesses de grandes proprietários e/ou produtores gaúchos e que não integravam a Farsul, o que revela que a ocupação de cargos de gestão na entidade, por si só, não esgota as possibilidades de representação e o leque de experiências e inserções possíveis dos ruralistas no contexto em tela.

* * *

Ao longo deste capítulo, busquei analisar alguns elementos sobre a história da Farsul e sobre sua estrutura e funcionamento em fins da década de 1950 e início dos anos 1960, bem como traçar algumas características dos quadros dirigentes – presidentes e vice-presidentes - da entidade no período.

Fundada na década de 1920, a Federação se desenvolveu a partir da região sul do estado, onde predominavam, politicamente e economicamente, os pecuaristas. Neste sentido, a sua atuação, nos primeiros anos de existência, centrou-se na defesa dos interesses da atividade pecuária; apenas nas décadas posteriores esta incorporou de forma mais efetiva os produtores agrícolas e suas demandas.

A Farsul passou a reunir e fomentar a criação de associações rurais em todo o estado. Embora não tivessem prerrogativas sindicais, tais entidades eram responsáveis pela representação e defesa da “classe rural” – definição que compreendia qualquer pessoa vinculada ao exercício profissional de atividades rurais, conforme previa a legislação do período. Através do estímulo ao associativismo, ela se ramificou e penetrou no interior do estado do Rio Grande do Sul: a entidade contava, em 1962, com mais de cento e vinte entidades federadas, compreendendo em torno de cento e quatorze municípios gaúchos, de um total de cento e cinquenta e sete que existiam no período.

Em termos estruturais, a entidade era coordenada por uma Diretoria - composta pelo presidente, vice-presidentes, secretários e tesoureiros, que era assessorada, entre outros órgãos, pela Comissão Fiscal, pelos Conselhos Técnico e Deliberativo. A principal instância decisória da Federação era a Assembleia Geral, que se reunia ordinariamente uma vez ao ano e tinha a prerrogativa de eleger os membros da Diretoria e do Conselho Deliberativo.

Em relação aos indivíduos que ocuparam cargos na presidência e vice-presidência da entidade, apesar da diversidade e da complexidade de suas trajetórias, alguns elementos permitem traçar seu perfil. Ainda que diferentes regiões estivessem representadas, há uma predominância de membros da região da Campanha e do Planalto gaúchos. A maior parte deles era vinculada ao setor pecuário, mas também estavam contemplados arroteiros e triticultores, ainda que de forma secundária. Ressalto que todos os indivíduos que ocuparam a

presidência da Farsul, no período, eram pecuaristas oriundos da região da Campanha. Também é importante destacar a sua vinculação com a grande propriedade fundiária: todos os presidentes eram grandes proprietários, com exceção de Saint Pastous.

Mais da metade das lideranças investigadas havia presidido associações rurais. Estes dirigentes, além de uma trajetória consolidada no interior da Farsul, muitas vezes eram filiados a outras associações e federações por produto, multiproduto ou tipo de criação, o que indica que desfrutavam de uma representatividade significativa.

Parte considerável – onze dos vinte e quatro membros que ocuparam a presidência e a vice-presidência - tinha vinculações com partidos do campo conservador, em especial o PSD, e disputaram e/ou cumpriram mandatos eletivos ou ocuparam cargos em agências governamentais. Além disso, muitos deles eram de famílias tradicionais ou possuíam relações de parentesco com membros da elite política e militar do período, o que lhes conferia uma série de atributos e capital simbólico, tanto para atuar internamente no seio da Federação quanto para sua atuação externa. Desta forma, a Farsul granjeava, através dessas lideranças, um respaldo político significativo, ampliando suas possibilidades de se fazer ouvir nos centros decisórios onde reverberavam os projetos e as políticas agrícolas e agrárias do estado, e mesmo do país.

Neste sentido, os dados evidenciam que a Federação constituía-se enquanto uma entidade representativa bastante complexa, com alto grau de organicidade e cujos dirigentes partilhavam determinadas redes de relações e pertencimento e se reconheciam, em grande medida, nos mesmos interesses.

Apreende-se, assim, que as práticas de atuação da Farsul no período sob o qual nos debruçamos não foram aleatórias; estavam consubstanciadas nas origens, posições e interesses de seus representados. Isso ajuda a explicar as estratégias de articulação e as posições assumidas pela entidade em relação aos movimentos sociais de luta pela terra e às medidas que visavam alterar a estrutura fundiária dos governos Jango e Brizola, como ficará evidente nos próximos capítulos.

Capítulo II - “Unidos e em alerta”: a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul no início dos anos 1960

“O ruído de alto-falantes, irradiando discursos, chegava até o território do hotel, no centro de Pôrto Alegre. Mesmo sem conhecer a cidade, sai à rua. Anoitecia e os bondes passavam repletos. Algumas carroças puxadas a cavalo misturavam-se familiarmente com os automóveis.

Atravessei a rua e caminhei na direção de onde vinham mais nitidamente as vozes dos alto-falantes. Não andei muito. Uma pequena multidão concentrava-se num largo, que depois vim a saber ser a Praça da Prefeitura. Realizava-se um comício.

- Que comício é êste? perguntei ao primeiro que encontro, na periferia da multidão, atento ao orador, que pelo jeito era um estudante.

Comício pela reforma agrária. De apoio aos “acampamentos”. O jovem orador deixa o microfone, outro toma-lhe o lugar. É um homem de 40 anos, aproximadamente, gestos largos, voz clara vibrante, incisiva. Revela-se, de começo, um bom conhecedor da vida do homem do campo rio-grandense. Fala de seus conterrâneos de Encruzilhada do Sul, do exemplo que êles deram, ainda em julho de 1960, fundando o Movimento dos Agricultores Sem Terra, o MASTER – destinado a impulsionar a luta pela reforma agrária. Depois, cita algumas cifras comparativas da produção e da produtividade na zona da Colônia e na zona da Fronteira, argumenta, discute com um suposto interlocutor.

- O velho Flodoardo Silva lançou um apêlo as mulheres gaúchas, falando de supostas ameaças que pesariam sôbre seus lares com a atual luta pela reforma agrária. Velho Flodoardo, você sabe muito bem como vive a mulher gaúcha no campo!... O latifúndio não faz apenas espoliar o homem: desonra e humilha também a mulher. Veja, por exemplo, velho Flodoardo, que enquanto na zona da Colônia a estatística oficial registra um número de filhos ilegítimos de 2 a 3 por cento, na Fronteira, onde domina absoluto o latifúndio, esta porcentagem se eleva a mais de 20! Por que, velho Flodoardo Silva? Por causa da miséria a que o latifúndio reduz a família do peão, pois o latifundiário, seus filhos, seus apaniguados têm poder indiscutível sôbre a vida e a honra dos que lhe servem...

- É verdade! Muito bem! - gritam entre a multidão. Os aplausos e o foguetório não haviam deixado ouvir o nome do orador. Pergunto a alguém a meu lado.

- Êste é o prefeito de Encruzilhada do Sul, Milton Serres Rodrigues. É também presidente do Movimento dos Agricultores Sem Terra.

Milton Rodrigues termina seu discurso, estouram foguetes e ouve-se uma banda de música que se aproxima. [...]

Êste era um dos lados de Pôrto Alegre em começos de fevereiro. Naquela demonstração se via que a luta pela reforma agrária estava nos campos – e também nas ruas. Transformara-se em tema universal de discussão, formava opinião pública.

Ninguém ignorava que havia o reverso da medalha. Bem próximo à Praça da Prefeitura – disseram-me depois – estavam reunidos, em sessão permanente, há dias, os homens da FARSUL, sigla famosa de uma das fechadas e reacionárias organizações de ‘ruralistas’ do Brasil, a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul. Em sua sede, nas vizinhanças do local do comício, estavam reunidos, àquela mesma hora, o ‘velho’ Flodoardo Silva, Batista Luzardo, o antigo ‘centauro dos pampas’, Glicério Alves, Viriato Vargas e outros representantes dos mais conhecidos e categorizados do latifúndio pecuário gaúcho. São eles os remanescentes, em plena decadência, de uma estirpe de antigos caudilhos que teve seus dias de glória e que se findam melancolicamente. É em vão que hoje êles “lançam o grito”, ainda que tenham as sedes de suas estâncias famosas, na Fronteira, repletas de armas contrabandeadas. O grito se perde nas coxilhas. Os peões não os entendiam mais... Sabem

os velhos estancieiros que não podem mais confiar cegamente como no passado, em ‘seus peões’ - ‘os homens de Fulano’, ‘os homens de Beltrano’... Os peões se estão libertando do antigo avassalamento feudal dos estancieiros. [...]

Nenhum sintoma tão evidente da decadência dos velhos estancieiros gaúchos do que a existência mesma dos “acampamentos”, fenômeno, que se observa hoje por todo Rio Grande do Sul, na campanha como na colônia, junto às estâncias – às centenas, aos milhares, durante dias seguidos, deixando o estancieiro inquieto e nervoso, mas já impotente.

Viriato Vargas ameaçou à moda antiga: “Reagiremos de armas nas mãos!”

Eis o que resta da famosa bravata gaúcha.

Acrescentou o velho estancieiro ser “preferível a insurreição sangrenta”. Desejaria, com a ajuda de forças exteriores à fazenda – porque com as suas não conta mais – esmagar um levante extemporâneo dos sem-terra. Porque sabe que o ‘acampamento’ é um início de mobilização geral dos miseráveis do campo rio-grandense, e uma acumulação de forças, uma tomada de consciência, um despertar que se generaliza. E, mais do que tudo, um desafio aberto ao latifúndio, no Rio Grande e no Brasil.”³⁸⁷

A narrativa acima, produzida pelo jornalista comunista Rui Facó, retrata uma Porto Alegre dividida nos idos de fevereiro de 1962. Nas ruas e praças da capital gaúcha encontravam-se militantes e apoiadores do movimento sem terra e seus mais tenazes opositores: os representantes de um latifúndio em *decadência*, agrupados em torno de uma organização *fechada e reacionária* de “*ruralistas*” – assim mesmo, entre aspas - a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul. Nas palavras de Facó, o que mais assustava tais estancieiros³⁸⁸ era a percepção de que os acampamentos que surgiram e se espalharam pelo estado prenunciavam algo maior: um despertar dos homens do campo, dos *seus peões*, que se generalizaria por todo o país.

A reportagem do jornal *Novos Rumos*, impregnada de uma retórica militante, é ilustrativa do contexto histórico que abarca o final da década de 1950 e o início dos anos 1960, no qual as disputas em torno da questão agrária se acirraram de forma significativa no estado e no país. A Farsul foi uma das protagonistas dos conflitos que marcaram aqueles

³⁸⁷ *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 16 a 22 de março de 1962. p. 7. A matéria intitulada “Acampamentos Abalam a Estância: Os Latifundiários em Pânico Investem Contra Brizola”, foi a primeira de uma série de cinco reportagens produzidas pelo enviado especial do jornal, Rui Facó, e publicadas entre março e abril de 1962. (Edições de número 161, 162, 163, 164 e 165) O *Novos Rumos* era um periódico oficial do Partido Comunista Brasileiro que circulou entre os anos de 1959 e 1964.

³⁸⁸ O jornalista indicava em seu texto quatro representantes do latifúndio no Rio Grande do Sul: além do embaixador Batista Luzardo, apresentado anteriormente, ele mencionava Glicério Alves, diretor da Farsul entre 1953 e 1954 e proprietário de uma área de mais de 3 mil hectares em São Sepé, e Flodoardo da Silva, dono de mais de 10 mil hectares em duas áreas no município de Uruguaiana. Ele também se refere a Viriato Vargas, que teria ameaçado reagir “de armas nas mãos”. Imagino tratar-se de um engano, pois Viriato, fazendeiro e irmão do ex-presidente Getúlio Vargas, faleceu em 1953. Facó provavelmente se referia a seu filho, Serafim Vargas, que dias antes havia sido denunciado pelo Master por estar “ameaçando, ostensivamente, à mão armada, à sua organização.” *Última Hora*, 31 de janeiro de 1962. p. 12.

tempos. Muito além de representante de um *latifúndio decadente*, a composição e as características da Federação revelam uma entidade bastante complexa, marcada, ao mesmo tempo, por divergências internas e por laços sólidos de coesão e identidade.

Neste capítulo, trato de examinar as práticas de atuação da Farsul, tendo como eixo central as suas ações e a mobilização patronal frente àquele cenário marcado pela formação de movimentos de luta pela terra e pelas políticas agrárias implementadas durante o governo de Leonel Brizola (1959-1962).

Na primeira parte, apresento alguns elementos sobre a conjuntura do Rio Grande do Sul no período, partindo de dados sobre a situação econômica e política do estado e suas relações com o quadro de concentração fundiária que então se apresentava. A partir destas reflexões, examino quais as principais demandas da Farsul e como esta se articulou na defesa dos interesses dos ruralistas por ela representados, especialmente no que diz respeito à manutenção da propriedade da terra. Nesta sessão, também é discutido o significado da categoria reforma agrária para os ruralistas, que tipo de reforma eles defendiam e contra quais projetos se posicionavam.

Em um segundo momento, analiso de forma mais detalhada as atividades desenvolvidas pela Federação enquanto parte de uma estratégia para “chamar a classe”, promover o associativismo e mobilizar os ruralistas. Além disso, apresento alguns elementos que permitem apreender a atuação da entidade na esfera pública e problematizar as aproximações e alianças da Federação junto a outros grupos, instituições e entidades classistas.

2.1 – O “*momento decisivo*”: a questão agrária no Rio Grande do Sul no início dos anos 1960

No final da década de 1950, o cenário da economia gaúcha era de crise, evidenciada pelo baixo desempenho da lavoura e da pecuária. Um estudo desenvolvido em 1965 pelos economistas Cláudio Accurso, Arthur Candal e Arnaldo Veras indicava que o problema fundamental da economia do Rio Grande do Sul foi o baixo crescimento no período 1949-1963, em comparação com a totalidade da economia brasileira. A profunda dependência da economia gaúcha para com seu setor agropecuário faz com que os autores identifiquem neste setor os fatores fundamentais que explicam a sua estagnação.

De acordo com tal estudo: “As causas deste insatisfatório crescimento da produção

agropecuária gaúcha acham-se intimamente ligadas ao problema da propriedade da terra, isto é, revestem-se de características estruturais que tornam inócuos os instrumentos tradicionais de estímulo à produção, crédito, preço...”³⁸⁹ Os autores observam um processo intensivo de concentração de terras entre 1950 e 1960, com grande crescimento de propriedades com mais de 10 mil hectares e um pequeno acréscimo de estabelecimentos de até 10 hectares – os chamados minifúndios³⁹⁰, em detrimento de unidades produtivas entre 10 e 50 hectares.

Eles também apontavam que a hegemonia da pecuária declinava, no que tange ao volume e aos valores produzidos, em comparação aos produtos agrícolas, apesar de ainda ocupar cerca de dois terços da área total posta em produção no estado. O ramo de criação suína passava a ocupar a primazia da pecuária, em detrimento da bovina. Ainda que apresentasse índices de produtividade melhores do que os da pecuária, a lavoura gaúcha estava igualmente estagnada, altamente dependente da produção de poucos produtos, tais como arroz, trigo, mandioca, milho e batata.³⁹¹

Desse modo, os autores esboçavam um quadro pouco promissor para a economia gaúcha, profundamente associada ao seu setor agropecuário: por um lado, enfatizavam a baixa intensidade de tecnologia utilizada na pecuária, que dependia profundamente da incorporação de novas áreas para seu crescimento, situação agravada pelo quadro de restrição da fronteira agrária, uma vez que “as propriedades agrícolas abrangem 80% da área total” do território estadual.³⁹² Por outro lado, indicavam que a lavoura era dominada por poucos produtos com índices de produtividade melhores em comparação à pecuária, porém insuficientes para a retomada do crescimento. Além desses elementos, o estudo destacava a questão da distribuição fundiária, que apresentava altos índices de concentração de terra e número considerável de minifúndios: “O Rio Grande do Sul conta com uma distribuição e tamanho de propriedades muito pouco racionais, dificultando, ao extremo, romper com as tendências de hoje. Isso não só acarreta dificuldades de ordem econômica como gera um quadro social cheio de tensões.”³⁹³

³⁸⁹ ACCURSO, Cláudio; CANDAL, Arthur; VERAS, Arnaldo I. *Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Assembléia Legislativa, n. 16, 1965. (Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico). p. 4.

³⁹⁰ O Estatuto da Terra (Lei n. 4504, de 30 de novembro de 1964) classificava os minifúndios enquanto “propriedades com área inferior a um módulo rural e, portanto, incapazes, por definição, de prover a subsistência do produtor e de sua família.” MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Latifúndio. IN: CALDART, Roseli Salete et al. [org.] *Dicionário da Educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 447.

³⁹¹ ACCURSO et al, op. cit., p. 41-64.

³⁹² Idem, p. 31.

³⁹³ Ibidem, p. 33.

Diante deste quadro de crise econômica, que atingia diretamente os ruralistas, a Farsul adotava uma retórica em que enfatizava o “sofrimento” do homem do campo, que apesar de todas as dificuldades - as intempéries climáticas, o limitado acesso à tecnologia, os altos custos de produção e transporte, os impostos excessivos, etc - continuava produzindo de sol a sol. Se valendo destes argumentos, empreendia uma série de ações para defender os interesses de seus representados, especialmente no que diz respeito à pressão junto ao estado para a concessão de crédito e a flexibilização da carga tributária.³⁹⁴

Foi justamente em função da questão tributária que se deu o primeiro enfrentamento mais expressivo da Federação com a gestão de Leonel Brizola. No final do ano de 1959, o governo apresentou uma proposta de alteração do Imposto Territorial Rural (ITR), contra a qual a Farsul se opôs enfaticamente.

Tal proposta estava vinculada à necessidade de obtenção de recursos para o encaminhamento de projetos voltados à reestruturação fundiária e de planos de colonização. A perspectiva de revisão dos índices do imposto e sua aplicação para estes fins era partilhada por membros do executivo estadual, tais como Paulo Schilling. Assessor do governo e autor de estudos sobre economia rio-grandense e reforma agrária, Schilling apontava o ITR “como instrumento para alterar a estrutura agrária do estado” e defendia uma taxa progressiva da propriedade, que desestimularia a manutenção de grandes latifúndios.³⁹⁵

Em dezembro de 1959, quando a proposta ainda não havia sido apresentada formalmente pelo governo, a Federação divulgou uma nota pública, cujos fragmentos reproduzo abaixo:

Nota da FARSUL

O Projetado Aumento do Imposto Territorial

³⁹⁴ Em 1959, por exemplo, a entidade empreendeu uma intensa campanha para sensibilizar o parlamento e o governo do estado em relação à necessidade de ampliar os prazos para o pagamento do imposto territorial. Na tribuna da Assembleia, o deputado Ariosto Jaeger (PSD) leu um ofício enviado pela Farsul no dia 27 de julho com o seguinte teor: “Senhor deputado: A Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul realizou a 21 do mês em curso, a sua assembléia geral ordinária anual, à qual compareceram os presidentes de mais de meia centena de Associações Rurais. Como é natural, foram ventilados nessa oportunidade diversos problemas da classe rural, adotando-se, em consequência, providências várias. Entre outros assuntos debatidos, destacou-se a falta de numerário com que, no momento, lutam os que trabalham a terra. Colheitas e safras duramente prejudicadas pelas adversas condições climáticas, especialmente pelas excepcionais enchentes ocorridas, aumentaram, ainda mais, as dificuldades que assoberbam os criadores e agricultores. Por esse motivo, a referida assembleia. Em voto unânime, determinou que, a direção desta Casa solicitasse prorrogação do prazo para pagamento do imposto territorial, que está a findar. Nesse sentido, dirigimo-nos ao Exmo. Sr. Secretário da Fazenda e estamos agora solicitando o indispensável apoio de V. Exa., para a concretização do voto unânime da classe rural, manifestado na grande assembléia do dia 21 corrente. Antecipando os nossos agradecimentos e sem outro motivo, colhemos o ensejo para apresentar a V. Exa. os nossos cumprimentos cordiais. Pedro Olympio Pires – Presidente.” ANAIS da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 31 de julho de 1959. 116º Sessão. p. 563. Um projeto prorrogando o prazo foi apresentado pelo deputado Ary Delgado, também do PSD.

³⁹⁵ HARRES, op. cit., 2002, p. 137.

As atividades rurais do Rio Grande do Sul vêm se desenvolvendo sob constante pressão de tabelamentos que as desestimulam de forma alarmante, como se não bastassem as inconstâncias do clima, das pragas, as doenças e outros males que atacam e destroem as plantações e rebanhos. [...] A recente elevação do Imposto de Vendas e Consignações já atingiu duramente todos os produtos oriundos da terra, quer vegetais ou animais. Adicionar a esse aumento, concretizado há poucos dias, mais um pesado ônus sobre a produção de alimentos, é ferir de morte a atividade rural. Não há desejo de mais trabalhar e de melhor produzir que resista aos impiedosos impactos que esmagam o homem do campo. Sem que fosse auscultado o pensamento da classe rural, ou pelo menos solicitada a sua colaboração, planeja-se levar a efeito um desmesurado aumento do Imposto Territorial. A Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, que congrega a totalidade do ruralismo gaúcho, manifesta a sua inconformidade e formula o seu veemente protesto ante o projetado aumento daquele imposto e conclama os homens que lavram a terra e apascentam os rebanhos nas serras, nas coxilhas e nas planuras do Rio Grande a que, em voz uníssona, digam bem alto que querem produzir, mas que os deixem assim fazer sem a angustiante opressão de impostos insuportáveis. Este é o pronunciamento da Federação Rural. Porto Alegre, 16 de dezembro de 1959.³⁹⁶

Na nota, a ênfase nas mazelas que “esmagam o homem do campo” é reforçada, bem como a denúncia frente à “opressão de impostos insuportáveis.” Outra questão que chama atenção é a crítica ao fato de que a “classe rural” não teria sido consultada quanto ao aumento do imposto, não teria sido “solicitada a sua colaboração”, o que indica que havia uma expectativa de que o governo negociasse com os ruralistas tal proposta e que estes tivessem poder de ingerência em relação a ela.

A revisão do imposto territorial foi estabelecida pela Lei 3.886, de 28 de dezembro de 1959, que determinou que este incidiria sobre as áreas rurais progressivamente e seria cobrado “tendo-se em conta a destinação e a extensão das propriedades, assim como o seu valor e as condições de sua exploração [...]”.³⁹⁷ O ano de 1960 foi marcado pelos embates em torno de tal revisão. Nos primeiros dias de janeiro, o Conselho Deliberativo da Farsul realizou uma reunião para debater o tema³⁹⁸ e distribuiu uma nota na qual afirmava que:

³⁹⁶ *Correio do Povo*, 16 de dezembro de 1959. p. 18. O aumento do imposto sobre vendas e consignações, regulamentado pela Lei 3.859, de 5 de dezembro de 1959, passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1960, e sua alíquota passou de 3,6% para 4%.

³⁹⁷ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. *Finanças do Estado Gestão do Secretário da Fazenda Dr. Siegfried Emanuel Heuser 1950-1960*. Porto Alegre: Gráfica Polaco, 1960. P. 295-296. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000512/relatfaz1959vol10rgsul/relatfaz1959vol10rgsul.pdf> Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

³⁹⁸ Além da questão do imposto territorial, também foi tema da reunião uma controvérsia com o governo e o Instituto Sul-Rio-grandense de Carnes em função do controle do preço da carne.

O conselho deliberativo da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, em sessão hoje realizada, resolveu: a) manter-se em sessão permanente até ser encontrada uma solução satisfatória para a situação criada pelo aumento do Imposto Territorial. b) apresentar um memorial à S. Ex. Governador do Estado, explanando, com franqueza, o mal-estar da classe rural em virtude da majoração desse tributo e pelas suas graves consequências na produção agro-pastoril.³⁹⁹

Dias depois, o governador “manifestou ao presidente e conselheiros da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, a disposição de proceder a um reexame da recente revisão processada na taxaço do Imposto Territorial.”⁴⁰⁰ As discussões continuaram: em abril, nova reunião “de caráter privado” foi marcada, “com o fim de serem estudados os reflexos do novo Imposto Territorial na vida rural do Estado”.⁴⁰¹ A reportagem mencionava que tal reunião tinha “o fim principal de proporcionar novo contato entre os membros da Comissão encarregada pela FARSUL, quando da última assembléia geral da classe, para procurar harmonizar os interesses da Fazenda e dos ruralistas que consideram excessivo o tributo.”⁴⁰² Em entrevista ao *Correio do Povo*, Eurico Santos afirmou que “a classe rurícola do Estado continua confiante na palavra do governador”, uma vez que este “prometeu à uma Comissão de representantes da Federação das Associações Rurais que estudaria a possibilidade de tornar menos oneroso aquele imposto, que poderia vir, inclusive, encarecer a produção agropecuária do Rio Grande do Sul.”⁴⁰³

As discordâncias em torno do aumento do imposto levaram a uma cisão no interior da Federação. Embora não tenha sido possível identificar com detalhes as razões de tal cisão, alguns indícios podem ser vislumbrados pelas páginas dos jornais da época. Em julho de 1960, Pedro Olympio Pires e Eurico de Oliveira Santos Filho, respectivamente presidente e vice-presidente da Farsul, pediram demissão de seus cargos. De acordo com o *Correio*, com os pedidos de demissão

[...] entrou em crise, ontem, o órgão máximo dos ruralistas gaúchos. O motivo que deu origem ao pedido de demissão daqueles dois líderes rurais, apesar dos esforços da reportagem, não foi possível apurar, principalmente

³⁹⁹ *Correio do Povo*, 5 de janeiro de 1960. p. 14.

⁴⁰⁰ *Correio do Povo*, 9 de janeiro de 1960. p. 16.

⁴⁰¹ *Correio do Povo*, 13 de abril de 1960. p. 10.

⁴⁰² Segundo a reportagem, a reunião foi presidida pelo vice-presidente Eurico de Oliveira Santos Filho e compareceram “Oscar Carneiro da Fontoura, Léo Aragon, Mariano da Rocha, Rube Canabarro Lucas, Aristides Millano e Hélio Di Primo Beck, além de outros ruralistas.” Idem.

⁴⁰³ *Ibidem*.

por terem os demissionários se recusado a prestar esclarecimentos à imprensa. No entanto, segundo versão corrente nos meios chegados aquela entidade, a reformulação do Imposto Territorial nas bases fixadas pela Lei 3.886, de 28 de dezembro último, teria sido a causa do desentendimento. É que, segundo ainda as mesmas fontes, o ante-projeto que deu origem à mencionada lei, foi enviado em tempo hábil à FARSUL, para as emendas que fossem por ela julgadas necessárias, sendo, porém, o mesmo documento devolvido à Assembléia Legislativa sem qualquer apreciação e por intermédio de um deputado da bancada oposicionista.⁴⁰⁴

A partir da reportagem, pode-se supor que a presidência da entidade tenha sido acusada de omissão diante da proposta do governo de alterar o imposto territorial, que teria sido apreciada e devolvida ao parlamento sem contestações por parte da Federação. O então presidente Olympio Pires havia sido eleito para a presidência no ano anterior, em eleição com chapa única, e tinha uma longa trajetória na Federação, participando de várias gestões.

Em setembro, foi marcada uma reunião da diretoria para deliberar sobre a escolha dos membros que comporiam os cargos vagos na entidade, uma vez que o Conselho Deliberativo não aceitou os pedidos de demissão: “O conselho, ao indeferir a demissão solicitada pelo major Pedro Pires e conforme preceitua o estatuto da FARSUL, delegou poderes aos membros remanescentes da casa para preencher os cargos vagos nas mesmas.”⁴⁰⁵

Quem assumiu o cargo de presidente interino foi Oscar Carneiro da Fontoura. Ele compunha a Comissão encarregada pela Farsul para tratar sobre a questão do aumento do imposto e concedeu uma longa entrevista ao *Correio do Povo* em novembro, na qual afirmava que “um deputado comunista apresentou, na Assembleia Legislativa do Estado, um projeto de Lei, aumentando esse tributo de maneira absurda”; que este gerou um substitutivo, consubstanciado na Lei 3.886, despertando “a mais viva repulsa nos meios rurais que se alarmaram, não só pela faculdade que se atribuía ao fisco de estabelecer aumentos crescentes no montante do tributo, como também por certos dispositivos constantes do novo diploma legal, alguns deles inexecutáveis e outros profundamente injustos.” Fontoura afirmava ter sido elaborada uma nova proposta junto a órgãos da Secretaria da Fazenda, com a participação dos ruralistas, que “corrige as injustiças e suprime dispositivos que, pelo exagero das prerrogativas que concedia ao fisco, tratariam os contribuintes em constante e justificado sobressalto. [...]”⁴⁰⁶

⁴⁰⁴ *Correio do Povo*, 21 de julho de 1960, p. 18.

⁴⁰⁵ *Correio do Povo*, 13 de setembro de 1960, p. 6.

⁴⁰⁶ *Correio do Povo*, 8 de novembro de 1960, p. 26. Ao concluir suas declarações, Fontoura foi questionado se “o governo do Estado encaminharia o projeto de alteração do Imposto territorial ainda nesta sessão do Legislativo”, e respondeu: “Não posso deixar de ter a absoluta certeza de que S. Exc. o fará, pois esse é o seu compromisso

Apesar de todas as críticas e tratativas em torno do imposto, a situação foi definida com a aprovação da Emenda Constitucional nº 5, de 21 de novembro de 1961, que determinou que o Imposto Territorial passasse para os municípios a partir do exercício financeiro de 1962, frustrando as expectativas de líderes do governo que defendiam a sua utilização para fins de encaminhamento dos problemas agrários.

Em todo este processo, Fontoura⁴⁰⁷ destacou-se como um dos líderes mais aguerridos na defesa dos interesses dos ruralistas. Assumindo interinamente a presidência - que voltou a ser ocupada por Pires diante do indeferimento de sua renúncia⁴⁰⁸ - sua passagem pelo posto foi marcada pelo combate intransigente contra o aumento, que contou com significativa repercussão na imprensa. No ano seguinte, em julho de 1961, ele se lançou à presidência da entidade.⁴⁰⁹ No pleito, concorreram duas chapas: de um lado, o candidato à presidência era Antônio Saint Pastous de Freitas, do outro, Fontoura. O processo eleitoral foi bastante acirrado, conforme evidenciam as notas divulgadas na imprensa e o resultado final.

No dia 16 de julho, dezenas de associações rurais apoiadoras de Fontoura publicaram um texto intitulado “Eleições na Farsul”, no qual afirmavam que:

com a comissão da FARSUL e comigo pessoalmente. Não tenho motivos para duvidar da palavra do governador do Rio Grande.” Em dezembro de 1960, no entanto, tal projeto ainda não havia sido encaminhado pelo Executivo à Assembleia, conforme revelam os discursos dos deputados Gustavo Langsch (PSD) e Milton Dutra (PTB) na sessão de 5 de dezembro. ANAIS da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 05 de dezembro de 1960. 118º Sessão Ordinária. p. 364.

⁴⁰⁷ Destaca-se que a questão de impostos parece ter sido objeto de preocupação recorrente para Fontoura. Um informe classificado como “Confidencial” emitido pelo III Exército em 7 de junho de 1967, cuja origem era a Delegacia Regional do Imposto de Renda, tratava de um “documento cuja cópia segue em anexo” que versava sobre “Falsificação de Documentos e Sonegação de Impostos de Renda, por elementos de projeção no mundo político do RGS.” Na documentação constava como autores Oscar Carneiro da Fontoura e seu filho, Oscar Machado Carneiro da Fontoura, indicando como “Processos”: “Das infrações apuradas resultaram os seguintes processos instaurados pela Delegacia do Imposto de Renda: - Processo Fiscais - Cobranças executivas - Ação anulatória - Processo crime.- Não se tem conhecimento de processos instaurados no Ministério da Agricultura.” O documento apontava também, no item “Ação protelatória” que “Sob a orientação do advogado e com o intuito de impressionar e protelar a causa, apresentaram os réus, como testemunhas os: Então Min JUAREZ TÁVORA Então Min CORDEIRO DE FARIAS Dr CILON ROSA JOÃO LUIZ MOURA VALLE (consta exilado ao URUGUAI, cunhado e JOÃO GOULART e um dos beneficiados na falcatura) HEINRICH HOYOS (ligado a JUSCELINO KUBISTCHEK)”. O informe, além de relatar as supostas infrações perpetradas por Fontoura, indicava que ele havia se valido de suas relações com personalidades destacadas, como os ministros Cordeiro de Farias (Interior) e Juarez Távora (Transportes) para protelar a causa. Afirma ainda, no item “Comentários”, que se “esboça um sério movimento no sentido de afastar o Delegado Regional do Imposto de Renda, Dr. João Evangelhista Bevilaqua, pela sua atuação moralizadora a frente da referida delegacia” e que: “O principal envolvido, DR Oscar Carneiro da Fontoura, ex-líder do antigo PSD, é home de grande influência política no RGS.” Fonte: Serviço Nacional de Informações. Agência Porto Alegre. Porto Alegre, 7 de junho de 1967. Informação n. 464 E2/67. Referência: APA_ACE_6140_83.pdf 2 páginas. Acervo: Arquivo Nacional.

⁴⁰⁸ Não foi possível precisar o período em que Pires ficou afastado da presidência da entidade. A primeira notícia que encontrei em que ele é citado novamente como presidente data do dia 5 de março de 1961, mas certamente ele pode ter retomado seu posto bem antes desta data.

⁴⁰⁹ Foram eleitos, além dos dirigentes, dois secretários e dois tesoureiros, um terço do conselho deliberativo, membros do conselho fiscal, um representante da Farsul junto a Comissão Regional do Serviço Social Rural e um suplente de direção do Instituto Sul-Rio-grandense de Carnes.

As Associações rurais de Bagé, Bom Jesus, Cachoeira do Sul, Camaquã, Canela, Caxias do Sul, Cruz Alta, Dom Pedrito, Guaíba, Jaguarão, Livramento, Montenegro, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, São Lourenço do Sul, Gen. Câmara, Tapes, Uruguaiana, e representando mais trinta outras Associações, vem reafirmar seu apoio aos nomes de Oscar Carneiro da Fontoura, Kurt Weissheimer e Artur Rech para candidatos à Presidência e 1ª Vice-presidência e 2ª Vice-presidência da Federação das Associações Rurais no dia 18 do mês corrente. O Sr. Oscar Carneiro Fontoura é um ruralista que já exerceu altos cargos na vida política e administrativa deste Estado e que já prestou relevantes e efetivos serviços à agropecuária rio-grandense. O conhecimento que tem esse digno patricio dos problemas do campo, seu dinamismo e o ardor com que se tem empenhado nas últimas campanhas em defesa dos altos interesses do ruralismo, já o haviam credenciado, há muito tempo, para dirigir a Federação Rural. Sua candidatura já fora lançada desde o Congresso Rural de 1960 pelo consenso unânime dos homens que cultivam a terra e diversas Associações Rurais já haviam apontado seu nome para esse alto posto. Suas atitudes e seus pronunciamentos públicos pela totalidade da classe rural, são garantia segura da renovação que todos aspiram nas atividades da FARSUL. É generalizada a aspiração dos ruralistas gaúchos de colocar sua entidade de classe à altura desse grande setor da economia do Rio Grande e a par de suas dignas congêneres que tão merecido prestígio desfrutam no meio econômico social do Estado. O Sr. Kurt Weissheimer, candidato a 1º vice-presidente, é ruralista e banqueiro, tem acompanhado intimamente os problemas rurais de tal modo que já foi escolhido para a presidência da ASCAR neste Estado, órgão de grande relevância para o desenvolvimento sócio-econômico da vida rural. O Sr. Artur Rech, prestigioso líder cooperativista da zona colonial, conhecido pela combatividade da defesa dos legítimos interesses dos pequenos produtores é o candidato à 2ª vice-presidência. Conclamamos pois, as outras congêneres para que apoiem esses três nomes e renovação estatutária dos membros do Conselho Deliberativo, que se faz necessário, a Federação Rural tomará o lugar que lhe compete no ambiente social e econômico do Rio Grande do Sul e do Brasil.⁴¹⁰

A Nota, assinada formalmente por vinte associações rurais, referendava o nome de Fontoura por conta de sua experiência, seus pronunciamentos e o empenho “nas últimas campanhas em defesa dos altos interesses do ruralismo”, certamente referindo-se a sua atuação frente ao aumento tributário. Ao mesmo tempo, transparecem críticas aos rumos tomados pela direção da entidade, uma vez que a chapa se apresentava enquanto uma “garantia segura da renovação que todos aspiram nas atividades da FARSUL”. Ao reivindicar a renovação, também mencionavam a “generalizada aspiração dos ruralistas gaúchos de colocar sua entidade de classe à altura desse grande setor da economia do Rio Grande”, o que indica que para muitos membros da entidade esta não estava atuando da forma como poderia. Chama atenção que o candidato a segundo vice-presidente, natural de Caxias do Sul, era apresentado como “líder cooperativista da zona colonial” e defensor “dos legítimos interesses

⁴¹⁰ *Correio do Povo*, 16 de julho de 1961. p. 3. Nota: “Eleições na Farsul”.

dos pequenos produtores”, revelando o empenho da chapa em demonstrar que era representativa dos diferentes segmentos que compunham a vida rural e que contemplava em sua composição os pequenos produtores. Tal afirmação também é indicativa que havia um empenho maior da Federação naquele momento em disputar a representação dos pequenos e médios proprietários e produtores. No dia seguinte, nova nota foi publicada no *Correio do Povo* assinada por quarenta e oito associações rurais:⁴¹¹

Esclarecimento necessário

As Associações Rurais abaixo firmadas, com o apoio de outras entidades congêneres, sentem-se no dever de levar ao conhecimento dos ruralistas gaúchos o seguinte:

- 1- Que seu candidato, Dr. Oscar Carneiro da Fontoura, não foi lançado contra a candidatura do Dr. Antônio Saint Pastous, pois aquele ruralista que vamos eleger, desde a Exposição Estadual de 1960, era o candidato natural dos criadores e agricultores do Estado, por sua atitude decisiva, não só no discurso que pronunciou naquela ocasião em defesa da agropecuária, como quando se bateu denodadamente nas importantes questões do Imposto Territorial, das Multas do Imposto de Renda e mais tarde, na melhoria dos preços para o gado na presente safra;
- 2- Que, já na primavera passada, nas Exposições Rurais de Camaquã, Dom Pedrito e Livramento seu nome foi lançado por essas Associações para a Presidência da FARSUL;
- 3- Que, daí por diante, não só essas como outras entidades e diversos ruralistas iniciaram campanha para que o Dr. Oscar Fontoura aceitasse essa investidura;
- 4- Que esse ruralista, informado de que surgirá outro candidato, envidou todos os esforços para que não houvesse luta na eleição que se avizinhava, propondo-se, repetidas vezes, a afastar seu nome;
- 5- Que, apesar dessa atitude, não foi possível encontrar denominador comum para as duas correntes já agora formadas;
- 6- Que o Dr. Oscar Fontoura exigiu, como condição essencial para manter sua candidatura, que fossem incluídos como seus companheiros de chapa dois representantes da valorosa Zona Colonial que tanto orgulha o Rio Grande, o que mais recomendou ao nosso apreço;
- 7- E, finalmente, que vamos ao pleito animados do mais sincero pensamento de harmonia, na certeza de que a Federação Rural, sacudida por uma luta elevada, sairá mais engrandecida para o trabalho que deve realizar em prol dos agro- pecuaristas, grandes e pequenos de todas as regiões do Estado.

Conclamamos, pois as demais Associações Rurais, a sufragarem esta chapa [...]⁴¹²

⁴¹¹ Associações Rurais de Antônio Prado, Arroio Grande, Bagé, Bento Gonçalves, Bom Jesus, Cachoeira do Sul, Camaquã, Candelária, Canela, Caxias do Sul, Cerro Largo, Cruz Alta, Dom Pedrito, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, General Câmara, Gramado, Gravataí, Guaporé, Jaguarão, Jaguari, Júlio de Castilhos, Lagoa Vermelha, Lavras do Sul, Livramento, Montenegro, Nova Prata, Osório, Quaraí, Rolante, Rosário do Sul, Santa Cruz do Sul, Santo Antônio, São Francisco de Assis, São Francisco de Paula, São Jerônimo, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Soledade, Tapera, Tapes, Taquari, Tenente Portela, Triunfo, Uruguaiana, Viamão, Viadutos.

⁴¹² *Correio do Povo*, 18 de julho de 1961. p. 3. Nota: “Eleições na Federação Rural”.

A nota traz alguns elementos importantes: o apoio de parte significativa das associações rurais – ou ao menos de seus dirigentes - entre as quais estão entidades dos mais diversos pontos do estado, desde municípios da região da fronteira, quanto pequenos municípios da região serrana ou central. A nota reforça a trajetória de Fontoura e o fato de ele já ter sido apontado como candidato ainda no ano anterior, em reuniões e congressos rurais, portanto gozaria de legitimidade para almejar a presidência. Sua atuação no momento das discussões em torno do imposto territorial também é mencionada como uma credencial importante ao cargo, o que é indicativo da centralidade da questão tributária para os membros da entidade. Nesta nota, novamente era reforçada a importância deste segmento representado pelos integrantes da zona colonial, cuja presença na chapa teria sido uma exigência do próprio candidato para a manutenção do seu nome. Pode-se considerar que estas associações vinham aumentando sua esfera de poder no interior da federação; segundo notícias publicadas na imprensa, era “voz corrente que a região colonial decidirá a eleição.”⁴¹³

Há uma afirmação importante na nota, que diz respeito à proposta de Fontoura em abrir mão de concorrer ao posto, mas “apesar dessa atitude, não foi possível encontrar denominador comum para as duas correntes já agora formadas.” Quais as divergências e posicionamentos que impediram que fosse encontrado um denominador comum? Provavelmente, não se tratavam de divergências desprezíveis. Pode-se pressupor que as discussões em torno do aumento do ITR tenham deixado sequelas, mas é provável que outras questões de fundo, como as posições em torno da questão agrária ou a postura frente ao governo Brizola, tenham sido determinantes para a impossibilidade de um nome de consenso.

A eleição transcorreu em uma Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 18 de julho, em votação secreta. O procedimento se daria da seguinte forma: “as entidades filiadas, em número de cento e dezenove, deverão enviar seus representantes, isto é, seus presidentes, membros de sua diretoria devidamente credenciados. Estima-se, porém, que o comparecimento de eleitores não deverá ultrapassar a casa dos oitenta.”⁴¹⁴

O pleito consagrou a vitória de Pastous por uma diferença de 19 votos: sua chapa recebeu 51 e a chapa de Fontoura 32 votos.⁴¹⁵ Destaco que o candidato a vice, Kurt

⁴¹³ *Correio do Povo*, 18 de julho de 1961. p. 22.

⁴¹⁴ *Idem*.

⁴¹⁵ A soma total contabiliza 83 votantes. A reportagem, no entanto, cita 81 associações rurais que teriam votado, além “dos representantes de Herval, Cacequi e Agudo, que não se muniram das necessárias identificações” e foram excluídos do processo. Chama atenção que a soma de votos de Fontoura é inferior ao número de associações que apoiaram publicamente a sua chapa em notas publicadas na imprensa.

Weissheimer, contava “com o apoio de ambas as correntes”.⁴¹⁶

Em discurso pronunciado após o anúncio do resultado, o novo presidente ressaltou que “O resultado nada significa. O que há de relevância é que a classe está unida e o demonstrou pela maneira com que foram conduzidos os trabalhos.” Pastous também disse:

Essas minhas primeiras palavras são no sentido de agradecer menos à honra do que a responsabilidade que me é confiada. Destinam-se, igualmente, a concitar que todos cerrem fileiras em torno da nova diretoria, para que a classe possa parecer atuante e prestigiada, onde se tratarem de assuntos de interesse coletivo da economia rural do Rio Grande do Sul. Esta a minha invocação, o meu desejo, mesmo porque hoje, nas organizações mais simples, perde valor o conceito de outrora de que se administrava com direções de cúpula. Desceremos e iremos ao encontro dos setores onde houver qualquer parcela de trabalho. Nosso pensamento é o de constituir, desde logo, grupos de trabalho compostos de elementos capazes e a eles deferir as mais importantes tarefas.⁴¹⁷

Assim, Saint Pastous conclamava os ruralistas a cerrar fileiras junto à Federação e prometia descentralizar as ações e decisões da entidade. Ao tomar posse, em fins de julho de 1961, ele deparou-se com um contexto marcado pela crise da economia gaúcha e pelo crescimento das mobilizações dos agricultores sem terra, cujas associações já alcançavam parte significativa dos municípios do estado. Além destes elementos, a política agrária adotada por Leonel Brizola também preocupava os ruralistas. Segundo Alves,

As primeiras ações do governo do estado que apresentavam alguma intenção de promover mudanças na situação fundiária do Rio Grande do Sul se deram a partir do dia 29 de fevereiro de 1960, quando o governador Leonel Brizola criou a Comissão Estadual de Terras e Habitação (CETH). De acordo com o decreto de criação desta, a CETH teria como função promover ‘a aquisição de terras para agricultores e suas organizações e de áreas destinadas a construção da casa própria, incumbindo-lhe ainda, fazer estudos, propor medidas, organizar e realizar projetos relacionados com seus objetivos.’⁴¹⁸

A Comissão era ligada às Secretarias de Obras Públicas, a quem coube a presidência, na figura do secretário estadual João Caruso Scuderi (PTB), de Agricultura e Trabalho e Habitação. Em relação à questão fundiária, a CETH competia: “1º. Elaboração de planos gerais de colonização; 2º. Determinação, pesquisa e aquisição de áreas destinadas à colonização; 3º. Desapropriação e recebimento de glebas; 4º. Entrega à Secretaria de

⁴¹⁶ *Correio do Povo*, 18 de julho de 1961. p. 22.

⁴¹⁷ *Idem*.

⁴¹⁸ ALVES, op. cit., p. 16.

Agricultura de áreas a colonizar.”⁴¹⁹

A partir de um levantamento da situação fundiária do estado realizado pela CETH, que consistiu no mapeamento das áreas com extensão superior à 2.500 hectares e seus respectivos proprietários, já mencionado no capítulo anterior, foi planejada a criação de um órgão governamental específico para tratar de projetos de reforma agrária, que teria se materializado através de um Grupo de Trabalho, o GT 14.⁴²⁰ De acordo com Harres, este Grupo elaborou um documento com algumas considerações sobre a questão agrária no estado, que é definida como uma “questão de justiça social e desenvolvimento econômico.” A reforma agrária “deveria assumir a forma da difusão da pequena propriedade e, embora reconheçam a problemática inerente ao minifúndio, não fazem alusão à qualquer solução coletivista.”⁴²¹ Neste documento estava explícita a ideia da “democratização da propriedade”, e tal expressão “passou a ser largamente empregada como um meio de afirmar o caráter não subversivo do projeto.” Sua proposta estaria vinculada a uma avaliação do momento político, que exigiria uma “intervenção mediadora” por parte do estado, que teria condições de “paralisar um processo em curso tendente à radicalização.”⁴²²

Durante tais discussões, houve uma mudança na Secretaria de Agricultura, em função do pedido de exoneração do secretário Alberto Hoffmann, em outubro de 1961. Ele era uma liderança expressiva do PRP, partido que apoiou a candidatura de Brizola e desde o início reivindicou o comando da pasta. Conforme Harres, através desta coligação, o governo havia aberto espaço na administração pública para correntes contrárias a uma política reformista que estivesse apoiada na distribuição da propriedade fundiária.⁴²³ Ela afirma que na gestão de Hoffmann ganharam “preponderância os serviços de discriminação e legitimação de terras”, e há indícios de “forte resistência à qualquer ideia de distribuição de terras.”⁴²⁴

Há relatos de que ele vinha se manifestando descontente com o rumo das ações de Brizola em relação à reforma agrária e a uma suposta infiltração dos comunistas no governo. No início de outubro, o arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, concedeu uma entrevista na qual afirmou:

⁴¹⁹ Idem, p. 17.

⁴²⁰ O GT era formado pelos seguintes membros: Paulo Schmidt, Paulo Schilling, Cibilis da Rocha Viana, José Castelano Rodrigues, Walter Tschiedel e Áureo Elias, que era vinculado à Farsul.

⁴²¹ HARRES, op. cit., 2002, p. 108.

⁴²² Idem, p. 108-109.

⁴²³ Ibidem, p. 106.

⁴²⁴ HARRES, Marlusa Marques. *Rio Grande do Sul: governo Leonel Brizola e a Questão Agrária no início da década de 1960. Anos 90*, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 99-127, jul. 2011. p. 110.

Não compreendo por que elementos do govêrno, ao menos aparentemente, favorecem estes movimentos de agitação que cada vez mais assumem a forma de uma verdadeira mobilização subversiva de caráter comunista, a exemplo do que ocorreu na China e em outros lugares, para a conquista do poder. Só se ilude quem quer.⁴²⁵

Hoffmann, através da imprensa, ratificou as declarações do arcebispo, confirmando tal denúncia. Ele se comprometeu “a levar os seus subsídios a respeito do problema à Comissão designada pelo sr. Governador” e foi convocado para comparecer à Assembleia Legislativa “a fim de prestar esclarecimentos sobre a atual atuação dos comunistas no Estado.”⁴²⁶ Esta situação foi o ápice dos conflitos entre o então secretário e o governo do estado; dias depois, deixou o cargo. Sua exoneração estava inserida em um contexto de fissuras entre o PRP e o governo, causada, entre outros fatores, por pressões “para que o partido definisse uma posição frente à sucessão do governo estadual, aparecendo noticiado na imprensa que o acordo PTB/PRP não contava mais com o apoio da maioria dos perrepistas.”⁴²⁷

Com a exoneração, Hoffmann foi substituído por João Caruso. Logo após a posse do novo secretário, foi criado o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, conforme mencionamos na introdução. Instituído a partir do Decreto nº 12.812 em 14 de novembro de 1961, o Igra tinha por função, de acordo com seu segundo artigo:

2. Estudar e sugerir ao Governo projetos, iniciativas, bases e diretrizes de uma política agrária para o Estado do Rio Grande do Sul, objetivando a melhoria das condições sócio-econômicas da população rural, o estabelecimento de um ambiente de justiça social no interior rural e, especialmente, quanto ao uso e propriedade da terra;
3. Promover o acesso à terra e à propriedade dos agricultores sem terra – parceiros, arrendatários e assalariados rurais – e das populações marginais egressas do campo;
4. Promover a legalização das terras ocupadas pelos pequenos agricultores, evitando-se, no entanto, a formação do minifúndio;
5. Promover a organização de núcleos coloniais e comunidades agrícolas dentro das modernas técnicas de colonização e produção;
6. Fomentar a organização de cooperativas e incentivar o espírito associativo de Cooperativista entre as populações rurais, articulando-se para este fim com os órgãos competentes e específicos da Administração do Estado.⁴²⁸

A criação da CETH e do Igra evidenciavam os esforços empreendidos pelo governo no sentido de reorganizar o aparato administrativo do estado responsável pela questão

⁴²⁵ *Correio do Povo*, 14 de outubro de 1961. p. 6.

⁴²⁶ *Idem*.

⁴²⁷ HARRES, op. cit., 2002, p. 102.

⁴²⁸ DIÁRIO Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. Decreto nº 12.812 em 14 de novembro de 1961.

fundiária.⁴²⁹ Vale ressaltar que a inflexão na condução da política agrária do governo Brizola - que a partir de 1961 passou a enfatizar a reforma agrária -, deve ser entendida dentro de um quadro de maior radicalização de seu governo, especialmente após o episódio da Campanha da Legalidade⁴³⁰, o que gerou uma série de rupturas e tensões.

Como atuou a Farsul diante de tal conjuntura? Logo após a posse de Saint Pastous a entidade criou comissões e grupos de trabalho, “um dos quais com a tarefa de apreciar os vários aspectos da reforma agrária.”⁴³¹ Estes seriam responsáveis por elaborar estudos e subsidiar as discussões da Federação em torno dos seguintes temas: Reforma Agrária, Produção e Exportação, Criação do Departamento Comercial e Departamento de Assessoria Técnica.⁴³²

O Grupo de Trabalho sobre Reforma Agrária (Gtra) era formado pelos seguintes membros: Antônio Saint Pastous de Freitas (Presidente); Manoel Luzardo de Almeida, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS e presidente do Conselho Regional de Economia⁴³³, com atuação junto à Farsul; Remy Menezes Gorga, também professor da Faculdade de Ciências Econômicas e secretário da entidade; José Salgado Martins, ex-presidente da Farsul, diretor da Faculdade de Direito da UFRGS e dirigente da UDN; Alberto Severo, membro da Federação e presidente do SSR/CR; Bento Pires Dias, do Conselho Técnico da Farsul e representante da Ascar; Antônio Pires, integrante do PRP; Mário Lourenço Prunes, desembargador e grande proprietário de terras⁴³⁴; padre Affonso

⁴²⁹ Destaco que a criação do Igra suscitou uma série de críticas da oposição. Luciano Machado, deputado do PSD bastante próximo a Farsul, utilizou a tribuna da Assembleia acusando o instituto de ser um órgão sem independência, diretamente subordinado ao governador e, especialmente, por ter sido excluído “das Comissões o representante da classe rural, precisamente aquele que vive o problema, que o sente na própria carne e que seria o elemento de equilíbrio e tranquilizador numa pesquisa de tal natureza. Não dá a classe rural a faculdade de ter um representante seu nas Comissões que irão devassar as terras, os bens, os produtos, as atividades dos homens do campo e da lavoura. Comete o senhor Governador gravíssima falha e como governante esquece que a classe rural organizada no Estado em Federação e nos municípios em associações, foi instituída oficialmente pelo próprio governo [...] Tenho, pois, como viciado, faccioso e parcial o ato do senhor governador, enquanto cercar a liberdade dos membros das Comissões e não incluir entre eles representantes da livre escolha e indicação da classe rural.” *Correio do Povo*, 23 de novembro de 1961. p. 7.

⁴³⁰ A Campanha da Legalidade foi um movimento liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul para garantir a posse do vice-presidente João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961. A investidura de Jango na presidência estava ameaçada por um veto imposto pelos ministros militares. Brizola então “ocupou a Rádio Guaíba e a Rádio Farroupilha, formando a chamada ‘cadeia da legalidade’, cujo objetivo era organizar a população em defesa da posse de Jango. As mobilizações populares e as divisões nas forças armadas levaram a um impasse que só foi superado com a aprovação, pelo Congresso, de emenda constitucional que implantou o parlamentarismo no país.” ABREU, op. cit., 2001. Verbete: Leonel Brizola. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/leonel_brizola Acesso em: 21 de julho de 2016.

⁴³¹ *Correio do Povo*, 2 de agosto de 1961. p. 16.

⁴³² *Correio do Povo*, 22 de agosto de 1961. p. 10.

⁴³³ Disponível em: <http://www.coreconrs.org.br/corecon-rs/ex-presidentes.html> Acesso em: 13 de junho de 2016.

⁴³⁴ De acordo com o mapeamento da CETH, ele era proprietário de uma área de 2.511 hectares no município de Alegrete. COMISSÃO ESTADUAL E TERRAS E HABITAÇÃO, op. cit., p. 1.

Gregory, indicado pela Arquidiocese Metropolitana. Dentre os citados, os três últimos não tinham vinculação direta ou ocupavam cargos na Federação. Chama a atenção o perfil do grupo, que é marcado por uma incidência de estudiosos e professores universitários, como Martins, Prunes, Manoel Luzardo de Almeida, Gorga e o próprio Saint Pastous, o que aponta para a intenção de compor um coletivo que se apresentasse com um viés técnico. Esta aproximação com os círculos universitários era facilitada pela atuação de muitos dos membros da Federação como docentes, conforme apontei no capítulo anterior. Além disso, a participação de um representante da Igreja indica a intenção da Farsul em expandir suas alianças e dialogar com outros setores.

As atividades do Grupo de Trabalho estariam divididas em duas fases, conforme afirmou Saint Pastous: a primeira consistia em promover, em caráter público, uma ampla discussão sobre o tema e a segunda se destinaria à realização de um estudo aprofundado acerca do mesmo.⁴³⁵ As atividades tiveram início a partir de um ciclo de debates sobre a reforma agrária. O primeiro encontro, realizado no dia 1º de agosto, foi conduzido por Prunes e teve “como ponto de partida um estudo realizado por grupo de trabalho especialmente designado.”⁴³⁶ Dia 7, nova reunião foi realizada, na qual palestrou o secretário Hoffmann. Em reportagem intitulada “Ponto de vista da FARSUL: Reforma Agrária dentro dos postulados do regime normal, natural e sensato”, o *Correio* apresentou os principais pontos da fala do secretário, que sustentou a ideia de uma tributação mais justa sobre a terra, “tecendo comentários sobre o imposto territorial e suas implicações com a reforma agrária.”⁴³⁷ Dia 16, um debate foi marcado para tratar da questão do crédito agrícola, que, de acordo com Pastous, constituía “um dos ângulos da reforma agrária”.⁴³⁸

Nas listas de presença das reuniões abertas, chama a atenção o número de presentes: no dia 1º, assinaram a lista em torno de oitenta pessoas, entre representantes de entidades federadas, cooperativas e associações rurais, membros de agências governamentais como o Serviço Social Rural e a Superintendência do Plano de Valorização da Fronteira Sudoeste do País, deputados estaduais - Mário Mondini (PDC) e Romeu Scheibe (PSD), um representante

⁴³⁵ Ressalto que em muitas associações rurais do interior do estado o tema também vinha sendo intensamente debatido. A Associação Rural de Bagé, por exemplo, designou uma comissão que elaborou “um trabalho de sugestões para a reforma agrária brasileira, de que foi relator o Sr. Jayme da Silva Tavares”. *Correio do Povo*, 5 de agosto de 1961, p. 7. Em Pinheiro Machado, a associação local convocou uma mesa redonda para se pronunciar sobre a reforma agrária, apresentando algumas sugestões sobre a matéria. *Correio do Povo*, 1º de agosto de 1961, p. 15.

⁴³⁶ *Correio do Povo*, 3 de agosto de 1961, p. 18.

⁴³⁷ *Correio do Povo*, 8 de agosto de 1961, p. 24.

⁴³⁸ *Correio do Povo*, 9 de agosto de 1961, p. 6.

da Faculdade de Agronomia da UFRGS e Dom Vicente Scherer, arcebispo metropolitano, entre outros.⁴³⁹ Na atividade do dia 7 de agosto, constam mais de cem assinaturas, entre as quais de Leocádio Antunes, Secretário da Fazenda e Paulo Schmidt, diretor da CETH.⁴⁴⁰ Na reunião relativa ao crédito rural, realizada dia 16, havia aproximadamente quarenta assinaturas.⁴⁴¹

Para além das reuniões abertas, acompanhando o livro de atas da entidade entre agosto de 1961 e janeiro de 1962 foi possível verificar um número expressivo de reuniões cuja descrição indicava o “Assunto: Reforma agrária”: 13 de outubro, 23 de novembro, 4 e 20 de dezembro de 1961 e 31 de janeiro de 1962. No período, há registro também de outras reuniões, com outros temas, mas em menor quantidade: em 4 de outubro de 1961 houve um encontro cujo assunto era “Imposto Territorial”; o do dia 28 de novembro não indicava qual o tema a ser tratado; 13 de dezembro houve uma reunião do Conselho Técnico sobre a compra de sementes de milho híbrido para a próxima safra e 11 de dezembro uma da Comissão da Aftosa. Em 1962, foi realizada uma reunião em 12 de janeiro voltada à discussão do “Crédito Agrícola e Pastoril” e 15 de janeiro sobre “crédito agrícola e pecuária.”⁴⁴²

Estes dados indicam que a reforma agrária se constituía enquanto um tema aglutinador, que era ao mesmo tempo fonte de preocupação e elemento propulsor da ação dos ruralistas. Neste sentido, o debate em torno de tal tema se desdobrou em uma das principais frentes de ação da entidade, como aponta o próprio Relatório da Diretoria referente ao período: “Assumindo a presidência da Farsul, a 18 de julho de 1961, foi precisamente a questão agrária o assunto que se converteria no tema mais assíduo dos trabalhos.”⁴⁴³

Em relação ao Gtra, são importantes algumas considerações. De acordo com o referido relatório, este realizou vários encontros entre os meses de outubro e dezembro de 1961, com o objetivo de discutir sobre o tema e conhecer estudos e experiências de reforma agrária realizadas em outros países. Em outubro, no entanto, o coordenador do Grupo se afastou dos trabalhos; em uma entrevista concedida ao *Correio do Povo*, Prunes afirmou ter solicitado

dispensa do grupo de trabalho [...] levado pelo desejo de apressar uma

⁴³⁹ FARSUL. Livro de Presenças. Presentes à reunião realizada no dia 1º de agosto de 1961. Assunto: Reforma Agrária. p. 66-68. Acervo da Farsul.

⁴⁴⁰ FARSUL. Livro de Presenças. Presentes à reunião realizada no dia 7 de agosto de 1961. Assunto: Reforma Agrária. p. 69-70. Acervo da Farsul.

⁴⁴¹ FARSUL. Livro de Presenças. Presentes à reunião do dia 16/08/1961. Assunto: Crédito Agrícola. p. 70 verso. Acervo da Farsul.

⁴⁴² FARSUL. Livro de Presenças. p. 71-79. Acervo da Farsul.

⁴⁴³ FARSUL. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962*. Folheto 43. p. 19. Acervo da Farsul.

sugestão concreta a respeito do momentoso problema. Senti que, trabalhando dentro da Federação das Associações Rural, minha orientação poderia ser mal compreendida ou contrariada por alguns setores ruralistas e que isso poderia criar algumas dificuldades para a direção daquela entidade, que congrega todos os homens do campo. Isto não quer dizer que eu tenha sentido por parte da direção da FARSUL, qualquer resistência à uma solução racional do problema da terra, mas, de qualquer forma, minha orientação adotando soluções que representarão um ônus relativamente pesado para todos os proprietários de mais de duzentos hectares e que são em número pouco superior a dezesseis mil, poderia gerar conflitos de opinião entre os ruralistas, lançando a luta dentro da própria classe.⁴⁴⁴

Na tentativa de apresentar uma “sugestão concreta” para “solucionar o problema agrário”, Prunes informava que havia elaborado um anteprojeto que forçaria “uma reativação econômica de todas as propriedades e, ao mesmo tempo, a gradativa redução ou extinção dos grandes domínios mal explorados ou mal aproveitados.” Na carta enviada à Farsul, o desembargador disse:

Tenho a honra de passar às mãos de V.S. o anteprojeto de lei que elaborei, relativo ao problema agrário no Estado, rogando ao mesmo tempo que o submeta à apreciação das entidades ligadas a essa Federação. Trata-se de trabalho que apresentarei segunda-feira próxima, em conferência que realizarei na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: encaminhá-lo-ei aos egrégios Poderes Executivo e Legislativo do Estado como subsídio à solução do álgido problema que a todos preocupa. Agora uma explicação e um pedido. Honrado com convite que me formulara o ilustre professor Saint Pastous vinha eu dirigindo um grupo de trabalho que estudava a reforma agrária; assumi ao mesmo tempo o compromisso de seguir para o Rio de Janeiro e Brasília, a fim de acompanhar os trabalhos relativos à elaboração da lei agrária. Não mais poderei desempenhar esses honrosos encargos. Quero readquirir independência, como simples professor universitário, para advogar uma solução urgente, que ponha fim a essa situação de indefinição e insegurança, dentro da qual todos falam, todos reivindicam, mas sem que ninguém faça nada. Peço assim dispensa dos encargos que me foram confiados. Não vai nessa minha atitude menosprezo à esclarecida atuação dessa benemérita Federação. Trata-se apenas de uma imposição de ordem pessoal; quero retomar minha independência, para agir de conformidade com os ditames da minha consciência. [...] Defrontam-se neste instante duas correntes antípodas: de um lado os que advogam o intervencionismo estatal, para que se altere totalmente o panorama fundiário da Nação; do outro os que entendem que tudo deve continuar como está.⁴⁴⁵

Seu anteprojeto, intitulado “Taxa de Fomento Rural e Reestruturação Agrária” foi apresentado ao plenário da Assembleia Legislativa no mês seguinte pelo líder situacionista, deputado Sereno Chaise (PTB), para que pudesse ter tramitação normal. O deputado justificou

⁴⁴⁴ *Correio do Povo*, 25 de outubro de 1961. p. 18.

⁴⁴⁵ *Idem*.

dizendo que

[...] este projeto, brando, no meu modo de entender, constitui apenas um primeiro passo na reformulação da estrutura agrária do nosso Estado e vai provocar aqui na própria Assembleia Legislativa desde logo sérias controvérsias. Tenho para mim, entretanto, que realmente é chegado o momento que este país precisa rever a sua estrutura agrária. Não há mais possibilidade de desenvolvimento nacional sem a reformulação das relações entre os proprietários e os que trabalham a terra. [...] Caso isso não ocorra é bem possível que tenhamos no Brasil uma reforma agrária outorgada pela violência, através da revolta popular, como tem ocorrido noutros países. Eu prefiro o primeiro caminho, caminho democrático, no qual inclusive fica assegurada tanto a propriedade como o bem fundamental do homem, que é a liberdade.⁴⁴⁶

De acordo com o discurso do deputado, o projeto de Prunes instituiu uma “Taxa de Fomento Rural” cujo valor base era de Cr\$ 100, 000 por hectare, “incidindo a taxa apenas nas áreas e propriedades superiores a 200 hectares.” Os recursos obtidos por tal taxa seria destinado à formação de técnicos na área de Agronomia e à Veterinária.⁴⁴⁷

Ao mesmo tempo em que Chaise submetia ao plenário a proposta de Prunes, outra iniciativa foi apresentada, elaborada por Nestor de Moura Jardim, liderança expressiva da Farsul e membro de seu Conselho Deliberativo. Seu projeto previa a criação de uma *Fundação da Paz Rural*, que se vislumbrava como “um dos grandes instrumentos da realização de uma política assistencial rural sem precedentes na vida brasileira.” Ele também propunha “que as empresas agropastoris, a partir de certa extensão, assegurem aos seus trabalhadores uma efetiva participação nos lucros, sob três modalidades, isto é, participação direta, contribuição a uma fundação para assistência às populações do campo e gratificação.”⁴⁴⁸

Tanto a saída de Prunes do Gtra e elaboração de seu anteprojeto quanto a iniciativa de Jardim são indícios importantes de que havia, por parte de alguns ruralistas, uma disposição em buscar alternativas para a questão agrária e para os problemas que atingiam as populações mais pobres do meio rural. Embora seus projetos não propusessem a democratização da propriedade da terra, preconizavam medidas que reduziriam os impactos da intensa concentração fundiária e da desigualdade nas condições e relações de trabalho no campo. Evidentemente, tal posição não era uma unanimidade, nem no interior da Federação nem fora

⁴⁴⁶ *Correio do Povo*, 11 de novembro de 1961. p. 18.

⁴⁴⁷ *Idem*.

⁴⁴⁸ *Correio do Povo*, 25 de outubro de 1961. p. 7.

dela. Prunes, ao anunciar sua saída, indica estas divergências entre os membros da Farsul, ao afirmar que a sua proposta “poderia ser mal compreendida ou contrariada por alguns setores ruralistas”, o que colocaria a sua direção em uma posição delicada. Em sua carta, ele igualmente critica aqueles que “entendem que tudo deve continuar como está”⁴⁴⁹, provavelmente em alusão a setores patronais que não estavam dispostos a fazer concessões.

Ao mesmo tempo, a apresentação de seu anteprojeto por Sereno Chaise, que ao anunciá-lo na tribuna deixara claro que o considerava *brando*, evidencia a tentativa de setores do PTB em buscar uma saída de conciliação para o problema agrário e romper com algumas resistências enraizadas junto aos ruralistas e à opinião pública. Prunes era um magistrado conceituado, estudioso do mundo rural e um grande proprietário de terras. Ele gozava, portanto, de um capital simbólico significativo e sobre ele não recaíam acusações de comunismo, o que poderia sensibilizar alguns setores.

Com a saída de Prunes, assumiu a coordenação do Gtra da Farsul o professor e economista Manoel Luzardo de Almeida. O Grupo manteve sua rotina de reuniões e estudos, bem como buscou interlocução com outras instituições, conforme revela uma visita realizada ao Palácio Piratini, na qual “dirigentes da FARSUL ofereceram a colaboração da classe rural ao governador interino, sr. Helio Carlomagno, para o estudo da legislação que sobre a matéria venha a ser apresentada” bem como estenderam “aos representantes de todas as bancadas da Assembléia um convite para que os mesmos participem dos trabalhos que a entidade vem desenvolvendo.”⁴⁵⁰

Na reunião realizada no dia 23 de novembro de 1961, “considerada a iniciativa do Executivo Federal” em encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de Reforma Agrária, decidiu-se:

- 1º) Manter o G.T.R.A em reunião permanente;
- 2º) Tomar providências junto à Assembléia Legislativa do Estado para que a Farsul pudesse receber, para exames, os projetos sobre Reforma Agrária, em andamento na esfera estadual;
- 3º) Manter entendimentos da Presidências da Farsul com a Confederação Rural Brasileira para convocação de uma assembleia de todas as Federações Rurais do País, visando uma tomada de posição relativamente ao problema da reforma agrária;
- 4º) Convenção de representantes das Secretarias de Agricultura, Economia e Fazenda no G.T.R.A;
- 5º) Noticiário à imprensa de todas as providências e do andamento dos

⁴⁴⁹ *Correio do Povo*, 25 de outubro de 1961. p. 18

⁴⁵⁰ *Correio do Povo*, 29 de novembro de 1961. p. 6. Ressalto que Carlomagno também era um grande proprietário de terras, dono de mais de três mil hectares em São Gabriel. COMISSÃO ESTADUAL DE TERRAS E HABITAÇÃO, op. cit., p. 13.

O relato da reunião evidencia que o Gtra assumiria uma série de tarefas. Para dar conta do terceiro item da resolução, foi enviado um representante da Farsul a fim de estabelecer contatos com a CRB para a convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária. Definida a data, a entidade enviou ao Rio de Janeiro uma delegação para participar do encontro, que objetivou: “a) Promover amplo entendimento entre as Federações Rurais do País; b) Fixar os rumos certos na campanha de esclarecimento da opinião pública sobre a posição do ruralismo quanto à Reforma Agrária.”⁴⁵² A pauta do encontro revela uma tentativa de articular e dar coesão às Federações de todo o país, bem como indica que havia a necessidade de centralizar e homogeneizar os posicionamentos públicos emitidos por tais entidades, ou seja *fixar os rumos certos* das mensagens dos ruralistas sobre a reforma agrária.

Após a reunião, a delegação partiu a Brasília, “onde manteve contatos, com diversos Deputados, manifestando o propósito de conhecer os principais projetos em tramitação naquela casa”, foi recebida pelo “Presidente do Conselho de Ministros Deputado Tancredo Neves, e pelo Ministro da Agricultura, Deputado Armando Monteiro Filho, fazendo-lhes entrega do programa mínimo de reivindicações da Farsul”, manteve “importantes contatos com os Senadores Daniel Enger, Mem de Sá e Milton Campos, este na condição de Presidente da Comissão Especial de Reforma Agrária, constituída pelo ex- Presidente Jânio Quadros” e por fim foi recebida em audiência especial pelo presidente João Goulart.⁴⁵³

Os movimentos da delegação da Farsul demonstram que seus representantes operavam no sentido de estar a par de todas as propostas referentes à política agrária dos governos estadual e federal. O itinerário seguido pelos seus membros, bem como os contatos estabelecidos, evidencia sua lógica de atuação, já antecipada no primeiro capítulo, de agir muito próxima da política formal, influenciando parlamentares e integrantes do poder executivo e ocupando espaços nos órgãos estatais, bem como intervindo na elaboração e condução de tais políticas.

Após o retorno, a Gtra continuou se reunindo e, em dezembro, foram formadas três comissões de estudos: Aspectos Jurídicos, Aspectos Sócio-Econômicos e Aspectos Financeiros; nesta última comissão foram incorporados representantes do Sindicato dos

⁴⁵¹ FARSUL. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962*. Folheto 43. p. 22-23. Acervo da Farsul.

⁴⁵² Idem, p. 25.

⁴⁵³ Ibidem, p. 26-28.

Bancos e do Centro das Indústrias.⁴⁵⁴ Vale ressaltar que a manutenção da estrutura fundiária era central para diferentes grupos dominantes, cujos negócios se vinculavam, em alguma medida, à terra. Além disso, alguns integrantes do Sindicato dos Bancos, por exemplo, eram também ligados à Farsul, como Weissheimer e Francisco Garcia de Garcia, ambos banqueiros e fazendeiros. Um das lideranças mais expressivas da Fiergs no período, Plínio Kroeff, presidente da entidade entre 1962 e 1971, além de diretor de empresas, era fazendeiro, foi secretário da Farsul e um dos fundadores da Associação dos Criadores de Gado Holandês do Rio Grande do Sul.⁴⁵⁵ Neste sentido, a participação de representantes destas entidades nas discussões em torno da reforma agrária era legítima do ponto de vista dos seus interesses e de como eles se relacionavam com a manutenção da propriedade da terra.

Assim, o Gtra foi ampliado e as conclusões de seus estudos foram apresentadas na Concentração Rural de Santa Maria, ocorrida no início de janeiro de 1962.

2.2 – “O despertar da posição contemplativa”: a mobilização do patronato rural e a proposta da Farsul em relação à reforma agrária

A Concentração Rural de Santa Maria se configurou como um dos principais momentos de mobilização dos ruralistas gaúchos. No encontro, reuniram-se centenas de integrantes das associações rurais gaúchas e representantes de diversas entidades e instituições, que discutiram temas relativos ao homem do campo. A instalação dos trabalhos, no dia 6 de janeiro, contava com 1.300 convencionais inscritos.

Acompanhando as manchetes do *Correio do Povo* naqueles dias, pode-se ter uma ideia da amplitude de tal encontro e sua repercussão: “Instala-se hoje em Santa Maria concentração dos ruralistas”⁴⁵⁶; “Concentração Rural de Santa Maria: Os pobres devem ficar mais ricos, mas os ricos não devem ficar mais pobres”⁴⁵⁷; “Concentração de Santa Maria: Recomendação aprovada como subsídio deverá alcançar repercussão nos meios políticos”⁴⁵⁸; “Encerrou-se domingo a concentração do ruralismo gaúcho em Santa Maria”⁴⁵⁹; “Congratulações na

⁴⁵⁴ FARSUL. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962*. Folheto 43. p. 28-29. Acervo da Farsul.

⁴⁵⁵ WHO IS WHO IN BRAZIL? São Paulo: [s.n.], 1971. Volume II. Verbete: Plínio Gilberto Kroeff. p. 907. Encontrei uma referência de que ele era primo do parente do vice-presidente da Farsul, Clóvis Kroeff.

⁴⁵⁶ *Correio do Povo*, 6 de janeiro de 1962. Capa.

⁴⁵⁷ *Correio do Povo*, 5 de janeiro de 1962. Contracapa.

⁴⁵⁸ *Correio do Povo*, 10 de janeiro de 1962.

⁴⁵⁹ *Correio do Povo*, 9 de janeiro de 1962. p. 16-17.

Assembléia com o êxito da reunião dos ruralistas”.⁴⁶⁰

A Federação investiu significativamente na organização e difusão do evento, que inauguraria uma série de outras atividades e campanhas por ela organizadas enquanto parte de suas estratégias de mobilização diante da conjuntura que se apresentava.⁴⁶¹

Para compreender estas estratégias de mobilização, são importantes as reflexões de Thompson. O autor, ao analisar o conflito entre a nobreza agrária (*gentry*) e os trabalhadores pobres na Inglaterra do século XVIII, observa que o controle da classe dominante “se localizava primordialmente numa hegemonia cultural e só secundariamente numa expressão de poder econômico ou físico (militar)”. Ele acrescenta afirmando que: “definir o controle em termos de hegemonia cultural não é desistir das tentativas de análise, mas se preparar para a análise nos pontos em que deveria ser feita: nas imagens de poder e autoridade, nas mentalidades populares da subordinação”.⁴⁶²

Para Thompson, este domínio se manifestava especialmente no estilo teatral das aparições desta classe – suas perucas, suas roupas, suas bengalas, “a arrogância da postura e da expressão, tudo se destinava a exibir a autoridade aos plebeus e a extrair deles a deferência”.⁴⁶³ No caso da Farsul, tais mobilizações podem ser interpretadas como exibições de poder frente ao governo do estado, à sociedade e aos próprios membros da entidade. Naquele momento, os ruralistas desejavam (e precisavam) ser vistos, aspiravam demonstrar sua habilidade de arregimentação, seu alcance, sua unidade. A Concentração de Santa Maria, pelo número e representatividade das pessoas que reuniu e pelo eco expressivo propagado junto à *grande* imprensa, produzia essas imagens de poder e autoridade às quais o autor se refere.

Conforme relatou a Diretoria da Farsul, a Concentração, “proporcionou uma demonstração de solidariedade da classe e defesa de seus interesses”, ao mesmo tempo em que “evidenciou o modo como os ruralistas vêm acompanhando a marcha dos problemas sócios- econômicos deste Estado, que sofre, como os demais, os efeitos conjunturais com que se debate a Nação Brasileira.”⁴⁶⁴

Como se sucedeu tal evento? De acordo com o seu Regimento Interno, poderiam

⁴⁶⁰ *Correio do Povo*, 9 de janeiro de 1962. p. 7.

⁴⁶¹ Acompanhando os jornais dos anos anteriores – 1958, 1959, 1960 e 1961 - não há menção a um evento desta magnitude organizado pela Federação.

⁴⁶² THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 46.

⁴⁶³ *Idem*, p. 48.

⁴⁶⁴ FARSUL. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962*. Folheto 43. p. 35. Acervo da Farsul.

participar os representantes das associações rurais e das cooperativas filiadas à Farsul, “bem como os membros ou representantes das entidades estatais ou paraestatais vinculadas às atividades rurais, as entidades sócio-econômicas e os trabalhadores rurais.”⁴⁶⁵ No entanto, apenas teriam direito a voto, os delegados e associados das entidades filiadas à Federação. Logo após a instalação da Concentração, foram criadas três comissões: Reforma Agrária, Crédito Rural e Associativismo Rural. As Comissões acolhiam os trabalhos “constantes de teses, recomendações e moções” dos participantes. A Comissão de Reforma Agrária, por exemplo, recebeu 20 trabalhos, não apenas oriundos de Associações Rurais, mas também de ruralistas que se manifestavam individualmente, de cooperativas, da Frente Agrária Gaúcha (Seção de Erechim) e da Arquidiocese Metropolitana. À Comissão de Crédito Rural foram repassadas oito contribuições e a de Associativismo não indica o número de trabalhos recebidos.⁴⁶⁶

Da Concentração emergiu uma carta de princípios do ruralismo rio-grandense, que ficou conhecida como “Carta de Santa Maria”, na qual os participantes se pronunciavam oficialmente em relação ao tema.⁴⁶⁷ Esta resultou das discussões do Grupo de Trabalho sobre a Reforma Agrária da Farsul, que foram apresentadas e aprovadas em plenário durante a Concentração.⁴⁶⁸

Publicada em forma de um livreto, a Carta de Santa Maria é prefaciada por uma mensagem do presidente da entidade: a “Proclamação da FARSUL ao Ruralismo do Estado e da Nação”. Na carta, busca-se enfatizar a “bravura” do homem gaúcho, seu papel “na luta de vida ou morte pela soberania nacional” ao longo da história do Brasil e sua ligação com a terra: homens “que prezam, acima da própria vida, o amorável apego ao solo da querência, berço da origem e destino do seu último repouso”. O documento é dividido em diferentes sessões: na primeira, chamada “Exposição de motivos”, o presidente proclama aos brasileiros

Brasileiros, do Norte ao sul da Pátria comum, sem restrições de qualquer natureza, saibam todos que os rio-grandenses, de nossos dias, se acham convocados na Concentração Rural de Santa Maria para proclamar à opinião pública nacional que não estão apagados os braseiros no fogão dos galpões; que não ruíram os esteios dos acampamentos; que não se extinguiu na

⁴⁶⁵ *Correio do Povo*, 4 de janeiro de 1962. p. 16.

⁴⁶⁶ FARSUL. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962*. Folheto 43. p. 37-43. Acervo da Farsul.

⁴⁶⁷ *Idem*, p. 21.

⁴⁶⁸ A Carta foi redigida por uma comissão formada por Kurt Weissheimer, Walter Jobim, Batista Luzardo, Hélio Beck (pecuarista e grande proprietário), Lauro Macedo (grande proprietário de terras em Livramento), Nicanor Luz (pecuarista e ex-prefeito de Vacaria pelo PSD), Adail Moraes (jornalista e dirigente do PSD), Gregório Beheregaray (dirigente da Associação Rural de Uruguaiana), Ruy Simões Lopes (presidente da Sociedade Agrícola de Pelotas), Paixão Cortes (Associação Rural de Bagé), Glicério Alves e Flodoardo Silva.

virilidade dos gaúchos contemporâneos a flama tradicional de bravura e estoicismo, legado incorruptível de antepassados varões; que subsistem no campo e na colônia, gerações remanescentes, ciosas das virtudes de caráter, dos valores morais, da solidariedade humana e do culto intransigente e inconspicível ao sentimento de independência, que foram sempre o apanágio da gente e da terra do Rio Grande do Sul. [...] Saibam todos, [...] que as motivações de inspiração e de objetivos da Concentração Rural de Santa Maria são de concórdia e de ordem, de confraternidade e patriotismo, com margens abertas a todos que se disponham a comungar com nossos ideais e propósitos de colaboração com os poderes constituídos na batalha pacífica de restaurar o equilíbrio social, político e econômico do país; de pugnar pela intangibilidade e soberania do regime democrático; de preservar os postulados cristãos da pessoa humana, e de oferecer soluções legais às reivindicações das classes trabalhadoras, dentro dos preceitos espirituais de justiça social.⁴⁶⁹

O discurso do presidente invocava a bravura e virilidade dos gaúchos – o que indica a disposição para a briga, ao mesmo tempo em que falava em paz e concórdia. Reforçava também a ideia do amor a terra, o que explicaria a defesa intransigente da propriedade, que estaria ameaçada.

No “Brado de Alerta”, a Farsul, “em conclave com a Confederação Rural Brasileira”, concitava “o ruralismo nacional para imediata tomada de posição em face ao desenrolar dos acontecimentos.” A seguir, tratava do “Mérito defraudado”:

A reforma agrária atingiu o climax na pauta e nas legendas de inquietação da opinião pública nacional, na hora presente. Entretanto, Reforma agrária como processo normal, em base de preceitos constitucionais, não oferece razões para que dela surjam atos e reações de intranqüilidade, e, muito menos, que justifiquem motivos e pretextos de agitações tendenciosas ou de conspirações subversivas. [...] ⁴⁷⁰

E alertava que “em certos setores há, com efeito, manifesto propósito” de desvirtuar a questão, o que abre margem “à exploração de perigosas lutas de classe”.

O presidente, em seu discurso, defende os ruralistas, perguntando se é lícito que seja a eles atribuída “a exclusiva responsabilidade no desajustamento social dos trabalhadores rurais e no baixo índice de rendimento do setor de produção agrícola”⁴⁷¹, mas ao mesmo tempo cobra um posicionamento dos mesmos. Nesta mesma sessão, por exemplo, Saint Pastous indagava: “Nesse sentido, o que terá feito o Rio Grande do Sul, pela iniciativa privada das classes econômicas e pelos órgãos governamentais? Como justificaremos o tempo perdido,

⁴⁶⁹ FARSUL. Concentração Rural de Santa Maria. Discurso pelo Presidente da FARSUL. Janeiro – 1962. p. 4-5.

⁴⁷⁰ Idem, p. 6.

⁴⁷¹ Ibidem.

por omissão de uns e contemporização de outros?”⁴⁷²

Saint Pastous também indicava a necessidade de planejamento e tratou da importância dos projetos desenvolvidos pelo programa da *Aliança para o Progresso* (Alpro). Ele defendia de forma veemente a concepção e a utilização de recursos da Alpro para resolver o problema agrário. As aproximações das propostas da Farsul com as premissas do programa constituem-se em um elemento importante para esta investigação.⁴⁷³ Segundo Padrós, a Alpro tratava-se de uma

Articulação político-institucional que condicionava, em troca de ajuda financeira norte-americana, a subordinação dos governos latino-americanos aos interesses da potência. O intuito era oferecer recursos para viabilizar projetos de combate e erradicação das mazelas sociais nas esferas da saúde, educação, habitação e trabalho. Visava-se, com isso, esvaziar os focos de tensão e de degradação social existentes, estabilizando os domínios das elites locais e protegendo os interesses dos EUA.⁴⁷⁴

Assim, a Alpro teria forçado “uma mudança na postura dos setores dirigentes das classes dominantes que agora têm que admitir, mesmo contrariados, que há um problema social grave que põe em risco a existência destes enquanto classe.”⁴⁷⁵ Nardy cita alguns discursos proferidos por lideranças do programa, nos quais

O tom de alerta é usado para chamar a atenção dos setores que ainda não estão certos do papel que estas mudanças têm em barrar o avanço das lutas sociais, é preciso dar respostas concretas as populações para diminuir os conflitos entre as classes. Em discurso no dia 15 de fevereiro de 1962, em Washington, no Clube Nacional de Imprensa, o diretor do programa da ALPRO, Teodoro Moscoso, declarou ‘que as classes privilegiadas na América Latina têm diante de si um dilema: ou apoiam as reformas que propõe o programa da Aliança ou se arriscam a uma revolução destruidora como a de [Fidel] Castro’.⁴⁷⁶

Ficava visível, a partir destes discursos, que seria mais sensato fazer algumas concessões – como no Chile, sob o governo de Eduardo Frei - ou corria-se o risco de abrir espaço para processos revolucionários, a exemplo do que ocorrera em Cuba. Assim, tais concessões serviriam como uma estratégia de contensão do comunismo e da “subversão”.

⁴⁷² Idem Ibidem, p. 7.

⁴⁷³ Sobre a influência norte-americana na agricultura brasileira, ver: MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado, Educação Rural e influência norte-americana no Brasil* (1930-1961). Niterói: Editora EDUFF, 2010.

⁴⁷⁴ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...* Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): Do *Pachecato* à ditadura civil-militar. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. p. 117.

⁴⁷⁵ NARDY, op. cit, p. 53.

⁴⁷⁶ Idem.

Em relação à necessidade de transformações na estrutura agrária, Bruno aponta que

[...] no decorrer dos anos 1960, começa a tomar fôlego a ideia de que a “persuasão” e o “convencimento” são meios poderosos para fazer com que latifundiários se conscientizem da necessidade de uma modernização gradual de suas propriedades, via implementação da grande empresa rural e democratização da propriedade.”⁴⁷⁷

Esta crença, segundo a autora, tinha como um dos principais defensores os ideólogos da Aliança para o Progresso. As ideias disseminadas pelo programa foram recorrentes nos discursos do então presidente da Farsul, Saint Pastous. Em uma palestra realizada a convite do Centro Acadêmico Mauá da PUCRS no dia 25 de abril de 1962, por exemplo, ele definiu a Alpro enquanto um “pacto de amizade para promover o progresso dos povos americanos.”⁴⁷⁸ Suas premissas estavam descritas na *Carta de Punta del Este* (1961), que recomendava as ações a serem tomadas pelos países signatários, entre as quais a promoção de “programas de reforma agrária, substituindo o regime de latifúndio por um sistema justo de propriedade.”⁴⁷⁹ De acordo com o presidente, a Aliança “admite e acredita poder realizar as reformas de base por meios pacíficos e com recursos legais, sem subversão da paz social e com preservação das instituições democráticas, da liberdade da pessoa humana e da independência das nações civilizadas.”⁴⁸⁰

No discurso de Saint Pastous, ele cita a suspeita que pairava em relação à Alpro, criticando “certas campanhas de hostilidade, de resistência e de controvérsias suscitadas, em alguns setores do país, contra a aceitação de auxílios oferecidos pelo programa da Aliança para o Progresso,”⁴⁸¹ provavelmente se referindo a críticas feitas por Brizola, que havia questionado o poder de ingerência norte-americana a partir destes programas e como interferiam na soberania nacional dos países latino-americanos.

O discurso do presidente da Federação é revelador na medida em que indica a disposição do programa (e dos grupos que o defendiam) em efetivar algumas reformas, admitindo a existência de problemas sociais nestes países. Em sua gestão, as referências e as propostas que previam a obtenção de recursos junto a Alpro foram bastante recorrentes. Em março de 1962, por exemplo, a Farsul anunciou, através da imprensa, que enviaria um “plano

⁴⁷⁷ BRUNO, Regina. O ethos da propriedade... IN: BRUNO, op. cit, 2009. p. 211.

⁴⁷⁸ FREITAS, Antônio Saint Pastous de. Aliança para o Progresso. Porto Alegre, *Veritas*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, ano VII, julho de 1962, n. 2. p. 119-127.

⁴⁷⁹ Idem, p. 123.

⁴⁸⁰ Ibidem, p. 124.

⁴⁸¹ Idem Ibidem, p. 127.

agropecuário” para o Programa, salientando que o Rio Grande do Sul tinha a “necessidade urgente” de se credenciar aos requisitos impostos pela Aliança para fornecer subsídios técnicos e financeiros.⁴⁸² Segundo Relatório da diretoria da entidade, em visita ao Rio de Janeiro, no segundo semestre do mesmo ano, a presidência já havia iniciado contatos com autoridades brasileiras e norte-americanas responsáveis pela Alpro, entre as quais o Embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon.⁴⁸³ Registre-se o fato de que Luiz Simões Lopes, ruralista gaúcho próximo a Farsul e primo do vice-presidente da entidade João Simões Lopes, era “membro da Comissão Coordenadora e Presidente da Comissão Brasileira da Aliança para o Progresso.”⁴⁸⁴

Ainda em relação ao Programa, evidencia-se que a adesão da Farsul às suas premissas e propostas é mais recorrente durante a gestão de Pastous. A partir do ano de 1963, durante o qual assumiu a presidência da entidade Oscar Carneiro da Fontoura, a menção ao programa nos discursos da Federação ou de seus dirigentes é reduzida. Um das hipóteses para essa redução diz respeito à posição do novo presidente, mais resistente à realização de reformas e concessões do que seu antecessor, conforme se depreende de seus discursos. Tal resistência nos remete a uma outra questão, que diz respeito aos limites que as premissas da Alpro encontraram entre os grandes proprietários e produtores rurais.

Padrós, ao analisar os fatores que levaram ao fracasso da Aliança para o Progresso, indica que um dos entraves foi a “oposição de certas frações oligárquicas que discordavam de qualquer proposta de reformas”, seja por atingir “diretamente suas bases de poder”, como foi o caso da reforma agrária, seja “porque entendiam que eram concessões excessivas” ou “por miopia em relação às mudanças estruturais das últimas décadas, o fato é que usaram seu prestígio e influência para boicotar ou desvirtuar o espírito das reformas.”⁴⁸⁵ Bruno, ao analisar o impacto do programa em relação à questão agrária, aponta que

Se, de um lado, a Aliança para o Progresso conseguiu conter as tensões e limitar significativamente a influência de Cuba, foi derrotada em sua ideia “reformista”, cuja matriz consistia no fortalecimento de um mercado interno

⁴⁸² *Correio do Povo*, 3 de março de 1962, p. 16.

⁴⁸³ FARSUL. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962*. Folheto 43. p. 89. Acervo da Farsul. Saliento que Gordon é apontado como um dos principais articuladores do apoio norte-americano ao Golpe de 1964. Segundo Carlos Fico, o embaixador norte-americano revelou, anos depois, que o governo norte-americano passou a fornecer recursos aos governadores que faziam oposição a Goulart, facilitando empréstimos aos mesmos, enquanto em relação a governadores como Brizola e Arraes, “era preciso evitar qualquer ação que pudesse fortalecer seu prestígio.” FICO, Carlos. *O Golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 32.

⁴⁸⁴ WHO IS WHO IN BRAZIL? São Paulo: [s.n.], 1971. Volume II. Verbete: Luiz Simões Lopes. p. 1742.

⁴⁸⁵ PADRÓS, op. cit., p. 249.

e na criação de uma classe média rural que, por suas características – naturalmente ambígua e insegura –, funcionaria como neutralizadora dos conflitos sociais. Isso porque, fundamentalmente, subestimou o poder, a força política e a presença dos latifundiários nas instâncias públicas e estatais – lugares de controle dos governantes, de elaboração de políticas públicas e de contensão dos movimentos sociais. Ou seja, equivocou-se a APP, em seu projeto de reforma agrária para a América Latina, ao menosprezar o poder dos grandes proprietários fundiários e o forte vínculo existente entre classes e grupos dominantes quando estava em questão a propriedade da terra.⁴⁸⁶

Neste sentido, pode-se supor que a aderência às ideias reformistas propostas pela Alpro não foi homogênea no interior da Farsul. No momento da Concentração Rural de Santa Maria, no entanto, a presidência da entidade era ocupada por Saint Pastous, que estava imbuído dessas ideias, o que explica a sua centralidade nos discursos e propostas de sua gestão.

Após estas reflexões sobre o prefácio da Carta de Santa Maria, passo a discutir o seu conteúdo, a partir da íntegra do texto aprovado em plenário na Concentração. Neste texto, admitia-se a necessidade de uma reforma agrária, a qual, segundo os autores, seria mais adequado chamar de “Organização Agrária”, “Humanização Agrária” ou “Valorização da Vida Agrária”, o que já evidencia a sua perspectiva.

É interessante mapear as disputas em torno do significado da reforma agrária que estavam em curso. A Farsul, de diferentes formas e em diferentes espaços, buscou disseminar suas ideias acerca do que seria uma reforma agrária desejável, que deveria estar mais voltada à resolução dos problemas do homem do campo do que a uma reestruturação fundiária.

O texto aprovado na Concentração de Santa Maria explicitava que a reforma agrária só poderia se dar se fosse respeitada a propriedade privada, ressaltando que a distribuição de terra somente poderia abranger as áreas inaproveitadas e que a prioridade de colonização de terras deveria recair sobre àquelas em domínio do Estado e da União. Propunha-se também uma série de medidas, descritas como “Definição dos princípios básicos”, que deveriam levar em conta os problemas que se referem “ao homem, à exploração econômica da terra e à comunidade rural, todos colimando a elevação do nível de vida das populações do campo.”⁴⁸⁷

Quanto ao homem, indicavam a necessidade de educação e saúde, através da construção de hospitais e ambulatórios na zona rural, bem como escolas de ensino primário e técnico profissionalizante e instalação de cursos de economia e administração agrária.

⁴⁸⁶ BRUNO, Regina. O ethos da propriedade... IN: BRUNO, op. cit, 2009. p. 212.

⁴⁸⁷ FARSUL. *Concentração Rural de Santa Maria*. Discurso pelo Presidente da Farsul. Carta de Santa Maria. Janeiro - 1962. Acervo da Farsul. Janeiro de 1962. p. 15.

Reivindicava-se também a instalação de postos zootécnicos e campos de experimentação agrícola, que oportunizassem cursos rápidos e intensivos ao trabalhador rural; a criação de estações de máquinas agrícolas para empréstimo aos pequenos e médios agricultores e ampla assistência técnica, de modo a estimular o aumento e aprimoramento da produção na área rural, a diminuição dos impostos sobre a terra, assistência técnica e o aumento do crédito ao produtor.

Em relação à exploração da terra, defendia-se a modernização dos métodos de cultura e a promoção de uma agricultura e pecuária em harmonia com as condições ecológicas e de acordo com as características do ambiente telúrico. Este item é interessante, porque ao mencionar as contingências do ambiente, formula-se uma crítica às propostas que pretendem fixar um critério dimensional para as unidades agrárias – “o êxito da empresa agrícola e pecuária está sempre condicionado aos limites de possibilidade impostos pela terra e não à sua área.”⁴⁸⁸

Também se reivindicava a “organização e disseminação do crédito agrícola em bases inteiramente novas, perfeitamente adaptado às condições específicas da atividade agrária, facilitando-se por todos os modos os créditos para os pequenos e médios produtores, independente de garantias reais”; a diminuição dos impostos sobre a terra, a criação de postos de armazenagem e silos e o melhoramento das estradas para escoar a produção.⁴⁸⁹

Quanto à comunidade rural, a proposta defendia a promoção da “estabilidade social e econômica da família rural”, com a garantia de renda digna; a disseminação do cooperativismo, do associativismo e o “senso de poupança” e a extensão da eletrificação ao meio rural. A última demanda é a “formação em plena zona rural de pequenas comunidades de trabalhadores, mediante a construção de moradias higiênicas com os requisitos de bem-estar familiar e social, escola, entidades associativas, e situadas próximas às zonas de produção agro-pastoril”, a exemplo do que estaria “se realizando, sob os auspícios da Aliança para o Progresso em vários países sul-americanos.”⁴⁹⁰ Nesta parte do texto, a Carta afirma:

O exemplo da Bolívia está presente em nosso espírito. Em 1955 aquele nobre país realizou também a sua reforma agrária e visou principalmente a desapropriação das terras e a sua redistribuição entre a população nativa do interior. O que ali se assistiu, no testemunho de observadores insuspeitos, foi a completa desorganização da produção agrícola, degradando-se as

⁴⁸⁸ Idem, p. 16.

⁴⁸⁹ Ibidem, p. 17.

⁴⁹⁰ Idem Ibidem, p. 17-18.

condições de vida dos próprios indivíduos aos quais se distribuiu terra.⁴⁹¹

Este fragmento é significativo porque contrapõe a proposta da entidade, que enfatiza a “dignificação da vida e do trabalho rural”, o cuidado com o “homem”, a outra proposta que previu a distribuição da terra, e que, conforme o “testemunho de observadores insuspeitos” teria fracassado. A entidade reforçava, assim, seus argumentos contrários às políticas de desapropriação e redistribuição fundiária.

A Carta termina enaltecendo o “alto e generoso espírito com que sempre os homens do campo serviram à causa do bem público” e afirmando que “a reação aos ideais de justiça social nunca se escondeu no coração gaúcho”. Em sua frase final, sentencia: “Mas, justiça social é segurança, equilíbrio e reconhecimento de direitos e deveres de cada um e de todos e jamais espoliação de uns em benefício de outros, e, o que é pior, a degradação de todos sob o jugo coletivista do Estado.”⁴⁹²

A partir da forma com que a Carta é finalizada, chamam atenção alguns aspectos: a ênfase na segurança e equilíbrio, em contraposição à insegurança gerada pela “agitação” no meio rural, que poderia abrir espaço para as “perigosas lutas de classe”; a afirmação de que era necessário dividir as responsabilidades - os “direitos e deveres de cada um e de todos”, e não esperar sacrifícios apenas por parte dos ruralistas; a ideia de espoliação, cujo significado remete ao ato de privar alguém de algo por fraude ou violência; e a crítica às ações “coletivistas” do Estado, que se aproximariam da perspectiva do comunismo e do socialismo.

A Carta de Santa Maria serviu de base para mensagens e discursos oficiais da Federação sobre a reforma agrária e foi retomada em inúmeros contextos, de forma a reivindicar o protagonismo do ruralismo gaúcho em direção à solução dos problemas que afligiam o homem do campo.⁴⁹³

O documento foi referenciado na sessão de encerramento da Concentração, quando o representante das delegações do interior, Gregório Beheregaray, em saudação ao governador Brizola, declarou:

⁴⁹¹ Idem Ibidem.

⁴⁹² Id. Ibid. p. 19.

⁴⁹³ Dias após a Concentração, a Frente de Libertação Nacional, Seção de Santa Maria, lançou uma réplica à Carta, na qual afirmava que “Os latifundiários e seus agentes [...] deixaram bem claro que são e continuarão a ser não só os donos da terra, como do poder político também. Queremos, pois, repudiar os seus documentos e apelar para a unidade do povo, alertando a todos, notadamente os estudantes, os operários e camponeses sem terra ou com pouca terra e os intelectuais progressistas e nacionalistas, para que leiam a “Declaração de Princípios” e a “Carta de Santa Maria”, onde encontrarão a reafirmação de tudo o que dizem os nacionalistas e progressistas e que se resume nisto: os maiores inimigos do povo são o latifúndio e os grupos espoliativos”. *Última Hora*, 18 de janeiro de 1962. p. 10.

Essa assembléia não é um acampamento de reacionários, mas de homens curtidos pelo trabalho fecundo e que desejam uma reforma agrária sem emoções, paixões subalternas ou interesses escusos, mas que atenda as esperanças da nação brasileira; uma reforma que brotasse por tais sentimentos encontraria na Carta de Santa Maria a afirmação de nossos propósitos e de nossas intenções.⁴⁹⁴

Em seu discurso, o líder ruralista, que era também um membro destacado da UDN no estado, se dirigiu a Brizola:

Quero sr. governador, em nome das classes rurais, afirmar perante V. Exa., a nossa decisão de defender os princípios que hoje aqui proclamamos. E eu tenho a certeza que o governador dos rio-grandenses, ao contemplar essa assembléia, há de encontrar a fisionomia viril do Rio Grande, sempre pronto na defesa das grandes causas patrióticas. Esses homens são os mesmos que há uma dezena de meses, quando se pretendeu procrastinar a democracia, desejavam defender a liberdade.⁴⁹⁵

Beheregaray alertava o governador sobre a disposição dos ruralistas em defender os seus interesses, da mesma forma como teriam, meses antes, lutado para resguardar a democracia e a liberdade. Ele se referia ao episódio da Legalidade, iniciado em 26 de agosto de 1961. A posição da Farsul durante tal movimento merece algumas considerações. Lameira afirma que a maior parte das manifestações públicas no estado foi em defesa da posse de Goulart, em contraposição ao golpe. Assim, “aqueles que apoiaram o Golpe, ou ao menos não se opuseram a ele, ficaram em silêncio ou optaram por declarações dúbias, vacilantes e evasivas, como Vicente Scherer e a Farsul.”⁴⁹⁶

As conclusões do autor, no entanto, precisam ser problematizadas. Dias após a deflagração do movimento da Legalidade, em 31 de agosto, a Farsul mandou publicar a seguinte nota oficial:

O ruralismo gaúcho, consternado com os acontecimentos presentes, que se constituíram em situação de extrema gravidade para o Estado do Rio Grande do Sul, e apreensivo ainda com a perspectiva sombria de uma deflagração de luta armada, entende ser oportuno proclamar que hoje, como sempre nas crises cruentas a que foi arrastado o Rio Grande, os homens do campo saberão cumprir seu dever, na defesa do Estado e do País, sem considerar as

⁴⁹⁴ *Correio do Povo*, 9 de janeiro de 1962. p. 16.

⁴⁹⁵ *Idem*.

⁴⁹⁶ LAMEIRA, Rafael Fantinel Lameira. *O Golpe de 1964 no Rio Grande do Sul: A ação política liberal-conservadora na construção do golpe civil-militar*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. p. 95.

causas nem as consequências do fato consumado. Prof. Antonio Saint Pastous de Freitas - Presidente.⁴⁹⁷

Embora não declare abertamente o apoio à posse de Goulart, a nota deixa antever sua posição em relação à questão, especialmente ao se referir às crises “a que foi arrastado o Rio Grande”. Como naquele momento a maior parte do estado se colocava ao lado da Legalidade e da posse de Goulart, pode-se supor que a entidade também se situava próxima a essas forças, junto às quais cumpriria o seu “dever”. Além disso, é preciso considerar a adesão de alguns integrantes destacados da Farsul ao movimento, como é o caso de Batista Luzardo, que se incorporou às forças civis que guarneciam o Palácio Piratini.⁴⁹⁸

No dia 2 de setembro, quando já havia sido negociada uma saída para a crise, através da aprovação de uma emenda constitucional que alterava o regime de governo e instituía o parlamentarismo, a presidência da Farsul dirigiu uma carta a Jango nos seguintes termos:

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, João Belchior Goulart.
A classe rural, representada por sua entidade máxima, a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, traz a Vossa Excelência as suas cordiais congratulações de boas-vindas, e manifesta a sua esperança e a sua confiança em que se cumpra o direito constitucional de seu investimento no Governo da Nação, para cuja efetivação o ruralismo gaúcho empenhará a segurança do seu integral dever cívico. Respeitosas saudações. (a) Professor Antonio Saint Pastous de Freitas - Presidente.⁴⁹⁹

Nesta segunda nota, a posição da entidade é explícita, defendendo a legalidade e a posse de Jango. Ainda que naquele momento a crise já se encaminhasse para uma solução conciliadora, o que deixava a entidade em uma posição mais confortável para se manifestar neste sentido, a situação ainda não estava definida.

Neste sentido, o discurso de Beheregaray no encerramento da Concentração de Santa Maria, ao se remeter ao episódio da Legalidade e arrogar o apoio dado pelos ruralistas à democracia e à posse de Goulart, buscava alertar Brizola para a sua decisão de defender os seus princípios e interesses com o mesmo empenho e “fisionomia viril” manifestadas na

⁴⁹⁷ *Correio do Povo*, 31 de agosto de 1961. p. 7.

⁴⁹⁸ De acordo com o depoimento de seu filho, Luiz Alberto Luzardo: “Pessoalmente meu pai e eu detestávamos o Brizola e o Jango, mas ali comparecemos porque se entendia que era uma reivindicação do brio gaúcho. Tomamos o avião, os dois, e nos entrosamos naquilo. Como eu digo a você, fomos sem pensar em outras razões, sei lá: parecia a defesa do Rio Grande, e aquilo nos empolgou, a nós e a todo o estado.” Conforme indica sua biografia: “Pouco importava que fosse Jango o beneficiário e que o animador do movimento fosse seu cunhado Brizola – o que estava em jogo era o direito constitucional de um vice-presidente suceder ao titular que se afastara: e esse vice-presidente era gaúcho, detinha de alguma forma a herança de 1930 e de Vargas”. CARNEIRO, Glauco. *Luzardo, o último caudilho*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977. v. 1. p. 510.

⁴⁹⁹ *Correio do Povo*, 3 de setembro de 1961. p. 10.

salvaguarda de outras “grandes causas patrióticas.” Tal disposição se efetivaria em breve, como veremos nas próximas páginas.

2.3 - “Agitação e subversão” no meio rural: ocupações, acampamentos e desapropriações de terra

Dias após a Concentração, o tema da reforma agrária provocaria novas tensões, em função da desapropriação de uma área de terras da fazenda Sarandi, localizada no município de mesmo nome, anunciada pelo governo do estado em meados de janeiro de 1962. Segundo Alves, tal fazenda pertencia a Agropecuária Júlio de Maíhos, um grupo de nacionalidade uruguaia que comprava “terras em diferentes países esperando que estas valorizassem para revendê-las com grande margem de lucro.” Enquanto aguardava essa valorização, a área permanecia improdutiva.⁵⁰⁰

A propriedade havia sido ocupada no dia 11 de janeiro, quando um grupo de famílias sem terra deslocou-se de Nonoai até uma das estradas que cortavam a fazenda, sob a liderança do prefeito da cidade, Jair de Moura Calixto. Este era petebista e primo do governador, o que contribuiu para associarem a ação dos sem-terra a Brizola. Os acampados exigiram que o governo desapropriasse a fazenda e distribuisse os lotes para as famílias lá reunidas. Dois dias depois, em 13 de janeiro, a área foi desapropriada.

É preciso considerar que a mobilização em Sarandi estava associada a um processo mais amplo de luta pela terra, que se intensificou a partir do início do ano de 1962, quando se iniciam as experiências de acampamentos organizados pelo Master. Eckert destaca que a atuação do movimento se modificou ao longo do tempo, de forma que este foi assumindo uma postura mais radical. Ela estabelece uma periodização que auxilia a compreensão sobre a sua trajetória: a primeira fase abrange os meses de junho de 1960 - momento de sua criação – até janeiro de 1962, data em que iniciam os acampamentos; a segunda fase se estende até janeiro de 1963, quando finda o governo Brizola e, com a posse de Meneghetti, “intensifica-se a repressão sobre o movimento camponês”; e o terceiro período se prolonga até março de 1964, pois “com o Golpe, esse movimento tem suas atividades encerradas.”⁵⁰¹

Em relação à primeira fase, a autora indica que desde sua criação até fins de 1961, “sua organização e penetração junto aos sem terra era ainda incipiente. É a partir de janeiro de

⁵⁰⁰ Conforme o mapeamento da CETH, a área possuía 24.304,01 hectares. COMISSÃO ESTADUAL DE TERRAS E HABITAÇÃO, op. cit., p. 16.

⁵⁰¹ ECKERT, op. cit., p. 74.

1962 que o Movimento vai adquirir grande impulso, resultado do apoio que o Governo Brizola passou a emprestar ao movimento camponês, especialmente após agosto de 1961 [...]”⁵⁰²

Há outro elemento importante nas transformações experimentadas pelo movimento, que diz respeito à sua articulação tanto em nível estadual quanto nacional. Em junho de 1961 ocorreu o primeiro encontro de agricultores sem-terra do Rio Grande do Sul, reunindo representantes das diversas associações existentes. Uma das pautas deste evento era a organização de um congresso estadual, impulsionado pelo anúncio da realização do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, que ocorreu meses depois em Belo Horizonte. Neste contexto, ingressaram no movimento membros do Partido Comunista, o que também gerou algumas disputas internas e mudanças nas suas orientações.

O Congresso de Belo Horizonte, organizado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab),⁵⁰³ foi realizado em novembro de 1961, reunindo 1.600 delegados oriundos de diferentes regiões do país. Do encontro, resultou a “*Primeira Proposta de Reforma Agrária Unitária dos Movimentos Camponeses do Brasil*”, que propunha

- a) Radical transformação da atual estrutura agrária do país, com a liquidação do monopólio da terra exercido pelos latifundiários, principalmente com a desapropriação, pelo governo federal, dos latifúndios, substituindo-se a propriedade monopolista da terra pela propriedade camponesa, em forma individual ou associada, e a propriedade estatal.
- b) Máximo acesso à posse e ao uso da terra pelos que nela desejam trabalhar, à base da venda, usufruto ou aluguel, a preços módicos, das terras desapropriadas aos latifundiários e da distribuição gratuitas das terras devolutas.⁵⁰⁴

O documento também sugeria a execução de “medidas parciais” através das quais

⁵⁰² Idem, p. 77. Nesta data, Brizola reconheceu as associações vinculadas ao Master como de utilidade pública e, como vimos anteriormente, a política agrária de seu governo sofreu uma inflexão, passando a priorizar a questão da reforma agrária.

⁵⁰³ A Ultab “foi fundada em São Paulo, em 1954, tendo à frente Lindolfo Silva, militante do PCB. Ela foi responsável pela criação de associações de lavradores que buscavam organizar os camponeses em suas lutas. A partir do início dos anos 1960, as associações foram sendo transformadas em sindicatos. A Ultab não só desempenhou papel fundamental nesse processo de sindicalização que culminou na criação, em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), como também se constituiu na principal força em ação no interior da nova entidade.” Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/glossario/ultab> Acesso em: 21 de janeiro de 2016.

⁵⁰⁴ A íntegra do documento aprovado no Congresso está em: STEDILE, João Pedro [org.]. *A questão agrária no Brasil 3: Programas de reforma agrária: 1946-2003*. p. 73-79. Neste encontro, as propostas das Ligas Camponesas prevaleceram sobre outras mais moderadas, como aquelas defendidas pelo Partido Comunista. As Ligas defendiam uma reforma agrária radical, que seria feita, como declarou Francisco Julião, “na lei ou na marra.”

seria possível “ir dando solução às questões indispensáveis à plena realização da reforma agrária”. Entre essas medidas, destaco: a modificação do artigo 141 da Constituição, que seria reformulado no sentido de permitir que as indenizações fossem feitas mediante títulos da dívida pública, resgatáveis em prazo longo e a juros baixos; a avaliação das terras desapropriadas com base no valor registrado para fins fiscais⁵⁰⁵; o levantamento cadastral “de todas as propriedades com áreas superiores a 500 hectares e de seu aproveitamento”; imposto territorial progressivo, recaindo sua incidência sobre a grande propriedade agrícola.⁵⁰⁶

Conforme Rosa, Brizola havia financiado a participação de lideranças do Master no evento, como representantes do Rio Grande do Sul, “que acabaram por se aliar às Ligas Camponesas na defesa da realização de uma “reforma agrária na lei ou na marra” — tese que se consagrou vitoriosa no encontro.”⁵⁰⁷ Neste sentido, ele aponta que “a história do Master sofreu uma inflexão importante depois do Congresso de Belo Horizonte. Pelos poucos indícios que temos, acreditamos que o convívio com os membros das Ligas e as possibilidades de ‘radicalização’ animaram o movimento.”⁵⁰⁸

Uma das marcas de tal inflexão foi a formação de diversos acampamentos junto às áreas que reivindicavam fossem desapropriadas pelo governo, iniciando o que Eckert aponta como o “segundo período” na trajetória do Master.⁵⁰⁹ O movimento se amparava na Constituição Estadual e adotava estratégias que buscavam evitar confrontos com a lei. Os acampamentos ocorriam nas estradas que serviam de limite às propriedades reivindicadas, que geralmente eram eleitas em função de seus baixos índices de aproveitamento e do elevado número de camponeses sem terra na área.⁵¹⁰ Conforme a autora,

⁵⁰⁵ Em relação à proposição de que as indenizações aos proprietários fossem pagas com base no valor declarado pelos mesmos para o pagamento de impostos, estava contemplada no projeto do deputado José Jofily, da ala progressista do PSD, relator da Comissão criada pelo Poder Legislativo em 1961, durante o governo Jânio Quadros. A proposta, apoiada pelo então presidente, foi rejeitada pelo PSD, pois os valores declarados pelos proprietários para fins de pagamento de imposto eram comumente subestimadas; neste sentido, a proposta de Jofily feria os interesses dos ruralistas, que se constituíam em base significativa do partido. FIGUEIREDO, op. cit., p. 70.

⁵⁰⁶ Idem.

⁵⁰⁷ ROSA, Marcelo C. Encruzilhadas: acampamentos e ocupações na Fazenda Sarandi, Rio Grande do Sul (1962–1980). IN: SIGAUD, Lygia; ERNANDEZ, Marcelo; ROSA, Marcelo C. *Ocupações e acampamentos: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco) 1960–2000*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 41.

⁵⁰⁸ Idem, p. 48.

⁵⁰⁹ Saliento que Rosa discorda da versão de que o primeiro acampamento de Sarandi tenha sido obra do Master. Sobre tal discussão, ver o texto citado na nota anterior.

⁵¹⁰ Conforme Eckert, a escolha das propriedades com menos índice de aproveitamento justificava-se tendo em vista o parágrafo 1º da Constituição do Estado que determinava: “O Estado combaterá a propriedade improdutiva, por meio de tributação especial ou mediante desapropriação.” Idem, p. 104.

essa tática de não invadir diretamente a propriedade almejada, mas acampar na estrada, em terras do patrimônio público, foi utilizada muitas vezes e era uma forma legal de pressão, que impedia que a repressão utilizasse a argumentação de “invasão à propriedade privada” para tirá-los de lá.⁵¹¹

No caso da mobilização em Sarandi, a autora destaca o “apoio integral do governador à Concentração, assumindo-a como meio justo empregado para se chegar à reforma agrária”, bem como a posição assumida pela Brigada Militar, que assegurou a segurança dos acampados e a agilidade com que se deu o processo de desapropriação dos 25 mil hectares de terras, comunicado por Brizola perante cerca de cinco mil agricultores no dia 15 de janeiro de 1962.⁵¹²

Alves chama a atenção para o fato de que desde 1960 o governo esboçava propostas para alterar a estrutura fundiária do estado, mas somente a mobilização em Sarandi permitiu que “todo o aparato burocrático criado ao longo dos três primeiros anos de governo passasse a funcionar”, uma vez que a demanda apresentada por aqueles colonos “se encaixava perfeitamente com a disposta no texto constitucional do estado [...]”.⁵¹³

A partir desta experiência bem-sucedida, uma série de acampamentos irrompeu no Rio Grande do Sul. Acompanhando o quadro elaborado pela autora pode-se ter uma ideia da dimensão das mobilizações no período⁵¹⁴:

QUADRO I – Mobilizações por terra no Rio Grande do Sul (1962-1964)

| Período | Local | Tipo de Conflito | Área Reivindicada |
|-----------------|------------------------------|-------------------------|--|
| Janeiro de 1962 | Sarandi | Acampamento | Privada |
| Janeiro de 1962 | Banhado do Colégio (Camaquã) | Acampamento | Confusa; ⁵¹⁵ apropriada do Estado |
| Janeiro de 1962 | Taquari (Porto Grande) | Manifestação | Estado |

⁵¹¹ Ibidem, p. 106. Paulo Schmidt, dirigente do Igra na época, afirma: “O Brizola nunca incentivou invasão, isso é importante para ti. O Brizola, dizia sempre ‘- acampem à margem da propriedade que vocês pretendem e nós vamos examinar o que é. Se vocês têm alguma pretensão. Não ponham a mão no alambrado...’ Aquelas expressões características dele. Isso está aqui também. Sarandi não entrou ninguém na propriedade, foi tudo na margem da estrada. Aquele acampamento enorme na margem da estrada.” Entrevista com Paulo Schmidt realizada por Alessandra Gasparotto no dia 03 de outubro de 2014, na cidade de Porto Alegre.

⁵¹² Idem Ibidem, p. 107-108. Dias antes, Brizola havia desapropriado uma área de 596 hectares em Canguçu e outra de 211 hectares em São Jerônimo. Idem, p. 111.

⁵¹³ ALVES, op. cit., p. 33.

⁵¹⁴ ECKERT, op. cit., p. 233-234.

⁵¹⁵ Segundo a autora, tal denominação foi aplicada para as ocasiões em que a situação jurídica estava indefinida.

| | | | |
|-------------------|---------------------------------------|---------------------------|-----------------------------------|
| Janeiro de 1962 | Santa Maria | Acampamento | Indefinida ⁵¹⁶ |
| Janeiro de 1962 | Caçapava | Acampamento | Indefinida |
| Janeiro de 1962 | Pelotas | Concentração | Município |
| Fevereiro de 1962 | Alegrete | Acampamento | União |
| Fevereiro de 1962 | Sapucaia (Fazenda Itapui) | Ameaça acampamento | Privada |
| Fevereiro de 1962 | São Leopoldo (Horto Florestal) | Pressão | Estado |
| Fevereiro de 1962 | Vacaria (Fazenda Gregório) | Pressão | Privada |
| Fevereiro de 1962 | São Jerônimo (Quitéria) | Pressão para distribuição | Estado |
| Fevereiro de 1962 | Itapoá | Acampamento | Estado |
| Fevereiro de 1962 | S. Francisco de Paula (Fazenda Velha) | Ameaça de acampamento | Reserva Florestal do Estado |
| Fevereiro de 1962 | Taquari | Acampamento | Privada e do Estado |
| Fevereiro de 1962 | S. Francisco de Assis | Acampamento | Privada |
| Março de 1962 | Tenente Portela | Solicitação | Área indígena e reserva florestal |
| Março de 1962 | Cachoeira do Sul | Acampamento | Privada/Confusa |
| Março de 1962 | São Luiz Gonzaga | Acampamento | Privada |
| Abril de 1962 | Sapucaia | Ameaça de acampamento | Privada/ Confusa |
| Abril de 1962 | Itaqui (Faz. Mata Fome) | Ameaça de acampamento | Privada |
| Abril de 1962 | Giruá (Rincão dos Vieira) | Acampamento | Privada/Confusa |
| Mai de 1962 | Cruz Alta | Acampamento | Improdutiva ⁵¹⁷ |
| Fevereiro de 1963 | Passo Feio (Nonoai) | Acampamento | Reserva Florestal e área Indígena |
| Agosto de 1963 | Santa Bárbara | Expulsão | Privada |
| Agosto de 1963 | Nonoai (Reserva Florestal) | Acampamento | Estado |
| Setembro de 1963 | Torres | Acampamento | Estado |
| Setembro de 1963 | Osório | Acampamento | União |
| Outubro de 1963 | Bagé (Quebracho) | Acampamento | União |

⁵¹⁶ Tal denominação foi aplicada quando não há informação precisa a respeito da área pretendida.

⁵¹⁷ Segundo Eckert, a denominação foi aplicada quando a propriedade era considerada improdutiva pelos demandantes.

| | | | |
|-------------------|-----------------------|-------------|----------------------|
| | Grande) | | |
| Dezembro de 1963 | Guaíba | Acampamento | Privada, improdutiva |
| Janeiro de 1964 | Bagé (Cinco Cruzes) | Acampamento | União |
| Fevereiro de 1964 | Tapes (Santo Antônio) | Acampamento | Privada, improdutiva |
| Março de 1964 | Canoas | Acampamento | Privada |

A Farsul se opôs sistematicamente a tais acampamentos e manifestações, bem como se pronunciou contrariamente a atuação de Brizola, acusando-o de patrocinar os movimentos dos trabalhadores sem terra com fins eleitoreiros e demagógicos. A ação de desapropriação em Sarandi acirrou as divergências entre o governo e os ruralistas, que ampliaram sua mobilização e diversificaram suas estratégias de atuação.

Algumas manchetes do jornal *Correio do Povo* da época revelam a repercussão da medida do governo: “Novas manifestações a respeito da desapropriação de terras em Nonoai” (11 de janeiro de 1962. p. 7); “Desapropriação de terras em Nonoai: Foram renovadas críticas ao ato do Governador do estado” (18 de janeiro de 1962); “O caso de Sarandi e Nonoai: Severamente criticado o Governo pelo seu ato de desapropriação de terras” (16 de janeiro de 1962. Contracapa e p. 19).⁵¹⁸

A Federação, através de nota assinada pelo seu presidente no dia 17 de janeiro de 1962, sob o título “NOTA OFICIAL DA FARSUL AO RIO GRANDE E À NAÇÃO”, se colocou contra a medida. O manifesto afirmava que:

[...] Entre os dois extremos na ordenação das modalidades de Reforma Agrária – a reforma conservadora ou pseudo-reforma, e a reforma de tipo totalitário, está situada a reforma democrática. [...] A expropriação dos proprietários ou a apropriação de terras pelo estado são medidas que a reforma agrária democrática justificadamente repele, pois equivaleria, num e noutro caso, em colocar a pessoa sob o arbítrio do estado, despojando-a de direitos primordiais, inalienáveis e anteriores à própria organização jurídica do Estado. [...] Não se justifica, pois, a adoção de métodos que destoem desses princípios democráticos e coloquem o patrimônio, que representa a terra, à mercê de agitações comprometedoras da paz social. Recomendando a elaboração de planos regionais de parcelamento de áreas públicas ou inaproveitadas para fins de colonização e incremento da produção agrária, a Federação das Associações Rurais condena, porém, o processo adotado na

⁵¹⁸ As manchetes tratavam da repercussão na Assembleia Legislativa, e apresentavam os pontos de vista dos deputados opositoristas. Destaca-se que dias após a desapropriação, foi requerida pelo deputado Luciano Machado (PTB) a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o caso. *Correio do Povo*, 19 de janeiro de 1962. p. 7. Conforme Nardy, esta “foi aceita pela presidência do legislativo, sendo presidida pelo deputado Milton Dutra (PTB), na vice-presidência José Zachia (PDC) e Luciano Machado como relator. Contudo, a CPI não teve prosseguimento, pois as férias parlamentares teriam impedido o avanço dos trabalhos”. NARDY, op. cit., p. 109.

condução do recente caso de Nonoai. Com este espírito e com este propósito, os ruralistas do Rio Grande do Sul comparecerão à IV CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA, no Rio de Janeiro, desfaldando a bandeira da Reforma Agrária de inspiração democrática.⁵¹⁹

No dia seguinte, foi publicada uma “Proclamação às classes da Produção e à Opinião Pública”, assinada pela Farsul, Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul), Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) e Sindicato dos Bancos no Rio Grande do Sul, na qual “cumprem o dever de se manifestarem publicamente a fim de precisar sua posição no que respeita ao que se convencionou chamar ‘Reforma Agrária’[...]” Na mensagem, as entidades supracitadas reafirmavam ser “favoráveis a uma reforma agrária adaptada à realidade brasileira, condizente com o regime democrático e o respeito ao direito de propriedade, porém não admitem que ela sirva de instrumento de manobras demagógicas ou de pretexto para a implantação de sistemas coletivistas.”⁵²⁰

Nas duas notas oficiais, enfatiza-se a defesa de uma reforma *democrática*, em contraposição a uma suposta reforma *totalitária*, materializada na expropriação das terras, no arbítrio do estado e na implantação de um sistema coletivista. Tais imagens se relacionam com a construção e as manifestações do imaginário anticomunista no quadro da Guerra Fria. Rodeghero afirma que: “As características atribuídas ao comunismo russo – ateu, despótico e coletivista – foram contrapostas aos valores americanos da religião, da democracia e da livre empresa.”⁵²¹ Assim, a crença em tais valores imputados ao *mundo ocidental*, que incluíam também a defesa da família, orientava as formas de compreender e materializar o mundo.⁵²²

A reivindicação em torno de uma reforma agrária *democrática e cristã*, que garantisse o direito de propriedade, foi recorrente nos discursos da Farsul durante o período, bem como o alerta de que qualquer proposta que não levasse em conta tais premissas seria responsável por trazer agitação e perturbação à “paz social.” É importante pensar sobre a funcionalidade deste discurso em relação ao comunismo, uma vez que este interpelava não apenas os grandes

⁵¹⁹ *Correio do Povo*, 18 de janeiro de 1962. Contracapa.

⁵²⁰ *Correio do Povo*, 19 de janeiro de 1962. p. 16.

⁵²¹ RODEGHERO, Carla. *O diabo é vermelho*. Imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: UPF Editora, 2003.

⁵²² No dia 21 de janeiro, foi publicado um “Manifesto pelo Brasil, pelo seu progresso e pela felicidade do seu povo: contra a desordem, a irresponsabilidade e a demagogia.” O manifesto, assinado por centenas de entidades de todo o país, afirmava que o Brasil estava sendo corroído pelos que “tem interesse em desmoralizar a democracia e impedir o progresso nacional.” E indicava: “Há uma importante reforma de base a ser feita no Brasil: consiste em desmascarar a desfaçatez demagógica que se infiltra na vida nacional.” O texto do documento revela uma oposição às reformas de base defendidas pelas forças progressistas. A Fiergs, a Federasul, diversas associações comerciais e três associações rurais gaúchas subscreveram a nota. A Farsul, no entanto, não assinou o manifesto, o que talvez possa indicar uma discordância em relação aos termos propostos no texto. *Correio do Povo*, 21 de janeiro de 1962. p. 8.

proprietários/produtores, mas também se configurava ameaçador aos pequenos e médios agricultores e outros grupos sociais.

Ainda no dia 19 de janeiro, o *Correio* publicou uma entrevista com Nestor de Moura Jardim, membro do Conselho Deliberativo da Farsul e representante da entidade “que a convite do governo do estado, acompanhou a comitiva oficial” em visita a área de Sarandi. Ao manifestar “uma opinião pessoal sobre o momentoso assunto”, Jardim disse “[...] voltei preocupado, havendo mesmo, em palestra com o governador e outras personalidades da comitiva, manifestado o receio de que movimentos como aquele pudessem proliferar em outros pontos do estado.”⁵²³ As declarações na imprensa evidenciam que o que mais assustava a Federação era a possibilidade de novos acampamentos e o fato de que a medida tomada por Brizola abria precedentes para outras desapropriações.

Nos dias que se seguiram, notícias sobre a mobilização de agricultores sem terra na área conhecida como *Banhado do Colégio*, no município de Camaquã, no sul do estado, aumentaram ainda mais as tensões. De acordo com uma reportagem publicada no *Correio do Povo*, mais de 1.500 lavradores reivindicavam o loteamento da área de 49 mil hectares, que já havia sido decretada como de utilidade pública pelo Governo do Estado para fins de desapropriação em 1960.⁵²⁴

A Associação Rural de Camaquã, através de seu vice-presidente Renato Centeno Crespo, manifestou a apreensão dos ruralistas, mencionando que havia enviado correspondência ao General Penha Brasil, Comandante do Terceiro Exército, solicitando apoio para assegurar a “manutenção da ordem”, dirigiu ao presidente João Goulart manifestando repulsa pelas atitudes de Brizola e “acusou o Governo do Estado de dar curso livre a um movimento demagógico.”⁵²⁵ Crespo, acompanhado de outros ruralistas de Camaquã, participaram das atividades da IV Confederação Rural Brasileira, reunida no Rio de Janeiro, onde relataram aos demais participantes – cerca de quatro mil pessoas – o que estava ocorrendo no Rio Grande do Sul: “Camaquã fora invadida por dois mil homens.”⁵²⁶

A IV Conferência Rural Brasileira, realizada nos dias 24 e 25 de janeiro de 1962, foi organizada pela Confederação Rural Brasileira e reuniu representantes de 22 federações e milhares de ruralistas de todo o país, que debateram “a tese do que se poderia chamar de reforma agrária brasileira”. Na ocasião, a Farsul – que vislumbrava a Conferência enquanto

⁵²³ *Correio do Povo*, 19 de janeiro de 1962. p. 7.

⁵²⁴ *Correio do Povo*, 24 de janeiro de 1962, p. 7.

⁵²⁵ *Correio do Povo*, 25 de janeiro de 1962.

⁵²⁶ *Correio do Povo*, 26 de janeiro de 1962. p. 11.

“um acontecimento inédito na história do ruralismo nacional”⁵²⁷ - destacou-se, tendo em vista que, entre as entidades federadas, era uma das poucas que havia elaborado propostas mais concretas em relação a reforma agrária, sintetizadas a partir da Carta de Santa Maria. O discurso de encerramento, por exemplo, coube a Saint Pastous, em nome das delegações dos estados.⁵²⁸

Ainda durante a Conferência, as ocupações de terras e as desapropriações no Rio Grande do Sul foram objeto de discussão. Membros da delegação gaúcha manifestaram-se contra as ações do governo. Batista Luzardo denunciou: “Todo mundo sabe perfeitamente que a ocupação da Fazenda Sarandi foi cuidadosa e previamente combinada entre o prefeito de Sarandi e o Governador Leonel Brizola.”⁵²⁹ Glicério Alves, após o encerramento da sessão solene, fez um pronunciamento “que teve o apoio antecipado de todos os seus companheiros da Farsul”, relatando as mobilizações em Sarandi e Camaquã e o incentivo de Brizola para que os agricultores sem terra se organizassem. De acordo com Alves,

A recomendação [para] que os chamados agricultores sem terra se organizem em grupos, outra coisa não traduz senão um incitamento à desordem, à quebra da paz social, de vez que desses agrupamentos acoroçados pela cobertura oficial, outra coisa não se pode esperar se não a confusão, o desrespeito à propriedade privada e conseqüentemente, à Constituição [...]⁵³⁰

E alertava: “Senhores: o Rio Grande do Sul é um Estado inicialmente habitado por pastores e guerreiros, que nos transmitiram o gosto da terra e o culto da honra e da liberdade. Ninguém deve brincar com as tradições de um povo, como o está fazendo levemente o Sr. Governador.”⁵³¹

Nas páginas dos jornais, outras manifestações foram publicadas⁵³²: um apedido do ruralista Flodoardo Silva endereçado a Brizola acusava-o por ter proferido ataques aos ruralistas em um programa de rádio no dia 19 de janeiro, após ter recebido, no mesmo dia,

⁵²⁷ FARSUL. Concentração Rural de Santa Maria. Discurso pelo presidente da FARSUL. Carta de Santa Maria. 1962. p. 5. Acervo da Farsul.

⁵²⁸ *Correio do Povo*, 24 de janeiro de 1962. p. 14. Neste mesmo ano, ele recebeu da CRB a Medalha do Mérito Agrícola na categoria Criação, honraria concedida anualmente pela entidade a cinco personalidades que se destacaram em cada uma das áreas contempladas pelo prêmio. Conforme HEINZ, op. cit., p. 372.

⁵²⁹ *Correio do Povo*, 26 de janeiro de 1962. p. 11.

⁵³⁰ *Correio do Povo*, 27 de janeiro de 1962. p. 6.

⁵³¹ Idem. Também o ruralista gaúcho Gregório Beheregaray fez uso da palavra na ocasião.

⁵³² Ressalta-se que, de acordo com as reportagens acerca do discurso de Saint Pastous no encerramento da Conferência, este não tratou do que estava ocorrendo no Rio Grande do Sul, tampouco fez críticas diretas a Brizola, diferente de outros ruralistas que compuseram a comitiva da Farsul à Conferência Rural.

uma Comissão da Farsul e, em clima de cordialidade, haverem estabelecido “que se evitaria qualquer agitação até que fossem conhecidos os resultados da grande Congresso Rural”, organizado pela CRB.⁵³³

O posicionamento dos ruralistas, enunciado tanto através de cartas abertas ou entrevistas individuais quanto nos pronunciamentos oficiais da Farsul, evidenciam algumas questões relevantes. Nas críticas que figuram em seus discursos, é enfatizado o incentivo de Brizola à organização dos agricultores sem terra, compreendido enquanto “um incitamento à desordem, à quebra da paz social.” Ainda que a condução da política agrária e as ações de desapropriação sejam reprovadas, é o apoio do governador à união e organização dos sem terra que ganhavam centralidade nas suas declarações. Era o vigor do Master que os alarmava, e tal temor não era sem razão: enquanto eles trocavam acusações com Brizola pelas páginas dos jornais, novas mobilizações surgiram em Caçapava, Itapuã e Alegrete.

Este é um elemento importante porque permite descortinar as expectativas e lógicas de dominação que estavam em jogo naquele momento. A bandeira da reforma agrária assustava os ruralistas porque era empunhada por um movimento social organizado, que reivindicava terra e direitos. Era a ação deste movimento que dava sentido à luta pela reforma agrária e que a tornava tão potencialmente “subversiva”.

Neste processo, os ruralistas identificavam nitidamente seus antagonistas, contra os quais se posicionavam. É nesta perspectiva que é válido pensar que eles se *comportavam* enquanto classe. Thompson, ao enfatizar a classe enquanto categoria histórica, indica que esta

deriva de processos sociais através do tempo. Conhecemos as classes porque, repetidamente, as pessoas se comportam de modo classista. Este andamento histórico gera regularidade de resposta em situações análogas e, em certo nível (o da formação “madura” das classes), permite-nos observar o nascer de instituições e de uma cultura com traços de classe passíveis de uma comparação internacional.⁵³⁴

Da mesma forma, o conceito de luta de classes é, para Thompson, anterior e mais universal que o de classe:

As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração

⁵³³ *Correio do Povo*, 23 de janeiro de 1962. p. 6.

⁵³⁴ THOMPSON, Edward Palmer. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: NEGRO, Antonio Luigi & SILVA, Sergio, op. cit., p. 269-281. p. 270.

(ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses membros nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real.⁵³⁵

Assim, é a partir da experiência de conflito e no processo de lutas que os indivíduos “se descobrem como classe”. Ellen Wood, ao discorrer sobre a perspectiva de Thompson, indica que este autor

pressupõe que relações de produção distribuam as pessoas em situação de classe, que essas situações geram antagonismos essenciais e conflitos de interesses, e que elas criam assim condições de luta. As *formações* de classe e a descoberta da consciência de classe se desenvolvem a partir do processo de luta, à medida que as pessoas “vivem” e “trabalham” suas situações de classe. É nesse sentido que a luta de classes precede a classe.⁵³⁶

Em suas reflexões, a autora enfatiza que as

relações objetivas com os meios de produção são significativas porque estabelecem antagonismos e geram conflitos e lutas; que esses conflitos e lutas formam a experiência social em ‘formas de classe’, mesmo quando não se expressam como consciência de classe ou em formações claramente visíveis; e que ao longo do tempo discernimos como essas relações impõem sua lógica e seu padrão sobre os processos sociais.⁵³⁷

As discussões propostas pelos autores são importantes para pensar o objeto específico desta pesquisa. Partindo da perspectiva de Thompson, acredito que são as lutas dos ruralistas, materializadas nas ações, nos discursos e mobilizações de seus líderes e entidades contra aqueles que identificavam como seus antagonistas – os agricultores sem terra organizados em torno do Master – que os construiu enquanto classe, e não sua eventual posição estrutural na sociedade. Embora os antagonismos já estivessem presentes por tal posição, ou nas *formações* de classe, como propõe Wood, é a experiência do conflito que motiva o fenômeno da classe. Tal conflito decorreu da necessidade de manter o seu poder de dominação e em nome de uma série de valores e interesses que julgavam ameaçados. Isso explica porque seus porta-vozes e sua principal entidade de representação se manifestaram com tanta veemência naqueles primeiros meses do ano de 1962.

⁵³⁵ Idem, p. 274.

⁵³⁶ WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 76.

⁵³⁷ Idem, p. 78.

A tais manifestações, Brizola respondeu com uma “Carta Aberta aos Srs. Flodoardo Silva, Batista Luzardo, Glicério Alves e Serafim Vargas”⁵³⁸, na qual apresentava trechos da Constituição estadual que tratavam dos deveres do estado frente aos pequenos agricultores, do direito à propriedade, do combate à propriedade improdutiva, da possibilidade do estado realizar desapropriações e da garantia a liberdade de associação. O governador então questionava:

Que me dizem os senhores destes mandamentos de nossa Constituição? Somos todos iguais perante a lei e perante Deus, também. Se os grandes proprietários têm suas Associações Rurais por que “os sem terra” não podem formar as suas entidades e serem igualmente assistidos pelo Governo? Os senhores não recomendaram o associativismo no Congresso de Santa Maria? Pois, eu também sou associativista. E a Constituição que permite a todos se reunirem pacificamente, sem armas. Com eles não podem fazer congressos, se reúnem numa estrada ou num banhado, perto donde moram e derramam seu suor. Como não tem como deixar a família, levam junto a carrocinha, o pingo, a patroa e a filharada, em muitos casos. Em Camaquã, apresentou-se um com vinte filhos. Por que tanto alarme? Nenhuma propriedade foi ou será invadida. O governo está em condições de assegurar a ordem. E o fará irrepreensivelmente. Por que tantas reservas com a Reforma Agrária? [...] Ocorre que “os sem terra” ouvem no rádio essas coisas e se impacientam. A miséria é opressora, má companhia, intolerante. Não deixa suas vítimas esperarem pelo amanhã da reforma que nunca vem. Creiam-me: o povo gaúcho está esperando um gesto, uma atitude positiva e concreta de VV. SS., em nome da tranquilidade de todos e da fraternidade cristã. Um passo apenas. Por que não enfrentamos a tal reforma agrária com aquele destemor que sempre caracterizou a gente do Rio Grande? Daremos um exemplo ao Brasil inteiro.⁵³⁹

Dias depois, uma “Segunda Carta Aberta aos Srs. Flodoardo Silva, Batista Luzardo, Glicério Alves e Serafim Vargas” foi publicada. Nela o governador pedia “mais alguns momentos de reflexão” e apresentava um texto de um senador norte-americano em que este defendia a reforma agrária e tratava da Aliança para o Progresso e suas propostas para a América Latina. Brizola procurava evidenciar que a reforma agrária que ele propunha não estava vinculada a ideias “de comunismo, de estatismo, de coletivismo” e que se todos se unissem “afastaremos a luta de classes.” Sua carta se encerra anunciando: “Nenhum obstáculo legal nos impede de enfrentarmos a questão agrária no Rio Grande, através de um acordo que,

⁵³⁸ Na mesma semana, Vargas foi denunciado pelo presidente do Master ao Comandante do III Exército, Penha Brasil, “por estar ameaçando, ostensivamente, à mão armada, à sua organização.” *Última Hora*, 31 de janeiro de 1962. p. 12. No dia 30, o *Correio* publicava que “mais de cem ruralistas” de Uruguaiana dirigiram “ao general Serafim Dornelles Vargas” a seguinte mensagem: “Ruralistas uruguaianenses que subscrevem este telegrama enviam integral e irrestrita solidariedade ao oportuno, justo e inadiável pronunciamento do corajoso companheiro.” *Correio do Povo*, 30 de janeiro de 1962. p. 14.

⁵³⁹ *Correio do Povo*, 28 de fevereiro de 1962. Contracapa.

no fundo, é o desejo de todo o povo gaúcho. Continuo o mesmo companheiro para decisões concretas e imediatas.”⁵⁴⁰

Em suas manifestações, ao mesmo tempo em que defendia a legitimidade da organização dos agricultores sem terra e buscava afastar possíveis vinculações com o comunismo, Brizola sinalizava para a necessidade de colaboração por parte dos grandes proprietários.

Neste contexto, foi oficializado pelo governo no dia 29 de janeiro o Prade - “Projetos de reforma agrária e desenvolvimento econômico-social”, que visava implantar núcleos de colonização em diversas regiões do estado. Segundo Harres, “O IGRA e o PRADE formavam a base institucional que deveria viabilizar a reforma agrária idealizada no governo Leonel Brizola, constituindo a máquina burocrática que deveria projetar a transformação da estrutura agrária e implementar a criação de núcleos coloniais”.⁵⁴¹ O Igra tentou obter terras para o programa, através do apelo aos grandes proprietários e da compra e desapropriação de terras. Harres aponta que em caso de contribuição, os proprietários poderiam participar da seleção dos agricultores a ser assentados na área doada. De acordo com a autora

Isso significava colocar nas mãos dos proprietários mecanismos de atrelamento e reprodução de dependência, em relação aos possíveis assentados. Não podemos deixar de conjecturar sobre as possibilidades abertas por esse dispositivo, o qual deveria servir como atrativo, pois o proprietário poderia estabelecer seus agregados, posteiros ou outro tipo de empregado nas proximidades das suas terras, servindo inclusive para a instalação da mão-de-obra temporária, cujo emprego é bastante comum em alguns setores agrícolas do estado. Sem dúvida essa possibilidade aberta pelo programa de reforma agrária do governo é reveladora do traço de ambiguidade presente na gestão da questão agrária.⁵⁴²

Destaca-se que, naquele momento, alguns proprietários se manifestaram publicamente oferecendo terras ao governo do estado: o fazendeiro José Pinto de Medeiros, vereador e presidente da Câmara de Vereadores de Alegrete (PTB) colocou à disposição do estado uma área de 1.002 hectares, para ser vendida pelo prazo de 10 anos sem juros.⁵⁴³ Outro proprietário de uma gleba de mais de 12 mil hectares em Santa Rosa, Olinto Gotardi, também se dispôs a ceder, gratuitamente, mais de 1.200 hectares de suas terras “para o estabelecimento de um plano piloto de colonização”. O fazendeiro afirmava ainda querer “entregar, gratuitamente, 10 por cento do total de sua propriedade, comprometendo-se, ainda,

⁵⁴⁰ *Correio do Povo*, 4 de fevereiro de 1962. p. 5.

⁵⁴¹ HARRES, op. cit., 2007, p. 247.

⁵⁴² HARRES, op. cit., 2002, p. 118.

⁵⁴³ ECKERT, op. cit., p. 138.

a vender aos agricultores sem terra, em condições acessíveis e com financiamento a longo prazo, a metade de sua propriedade total.”⁵⁴⁴

Em relação à área do Banhado do Colégio, no entanto, permanecia um impasse. Em reportagem publicada no jornal *Correio do Povo* no dia 30 de janeiro, intitulada “Sugere a Associação Rural de Camaquã uma fórmula para o problema agrário”, anunciava-se que naquele dia o governador deveria expedir instruções para que fossem tomadas providências urgentes “visando a desapropriação da área do banhado do Colégio e consequente imissão de posse do Governo naquelas terras.”⁵⁴⁵ De acordo com a notícia, em suas palestras com o Secretário de Agricultura, a Associação Rural de Camaquã propôs uma fórmula que visava regulamentar a desapropriação de terras pelo Estado, para fim de loteamento entre os agricultores sem terra, sugerindo que fosse estabelecido um teto de 10% das terras de proprietários de mais de 500 hectares. Os representantes da Associação

Fazem eles questão, entretanto, de fixar que não querem fazer nenhum acordo isolado com o Governo do Estado, e tal plano só teria validade se fosse admitida pela classe em todo o Estado, através de seu legítimo representante, a FARSUL. Isto é, a desapropriação por interesse social não poderia atingir mais de 10% de uma propriedade e só se ela ultrapassasse 500 hectares, todo o território do Estado, estabelecendo-se o preço dentro dos ritos da lei.⁵⁴⁶

Evidenciava-se, a partir da manifestação daqueles ruralistas, que havia uma disposição em costurar um acordo com o governo do estado, embora reiterassem que a palavra final seria da Farsul.

No dia 31 de janeiro de 1962, a Federação organizou uma reunião para tratar do “Assunto: ‘Reforma Agrária (Desapropriações)’”, na qual os representantes da Associação Rural de Camaquã também fizeram “um relato dramático da situação dos agricultores e pecuaristas, proprietários no local denominado ‘Banhado do Colégio.’” Na ata da reunião afirma-se que, por unanimidade, foram tomadas as seguintes resoluções:

- 1) Que a Farsul, na qualidade de entidade máxima da classe, quem deva ter o direito de tomar resoluções e assumir atitudes de caráter público face à conjuntura atual, e não só de aspecto geral mas também de caráter local ou

⁵⁴⁴ *Última Hora*, 31 de janeiro de 1962. p. 12.

⁵⁴⁵ *Correio do Povo*, 30 de janeiro de 1962. p. 18.

⁵⁴⁶ Idem. A reportagem afirma que: “Esta informação foi dada ontem à imprensa pelos representantes do ruralismo de Camaquã, drs. Cândido Godoy Bezerra, João S. Jardim, José Candido Godoy Neto, Gil Silva Azambuja, major Mário Crespo e Sr. Ivo Lessa Silveira, no aeroporto Salgado Filho, quando aguardavam a chegada dos dirigentes da classe rural riograndense que foram ao Rio.”

regional. Para isso, de agora em diante, recomenda-se a todas as filiadas que sejam canalizadas todas as questões, todos os problemas que surjam, para a Farsul estudar e tomar as providências cabíveis; 2) Que o caminho a seguir seja o de arregimentação, de entrosamento com as demais classes econômicas, a exemplo do que realizou o Dr. Antônio de Saint Pastous, no sentido da organização de uma Frente Democrática, para o combate no terreno ideológico e mesmo político, à onda de agitação e subversão [organizada?] especialmente em nosso estado.⁵⁴⁷

A partir da primeira resolução pode-se supor que a diretoria da entidade buscava centralizar os ruralistas, no sentido de legitimar sua autoridade para tratar das questões que ocorriam em todo o estado. Acompanhando as notícias veiculadas durante o processo que envolveu a desapropriação da área do Banhado do Colégio, é possível perceber que a Associação Rural local tomou várias medidas, tanto ao se pronunciar publicamente quanto no sentido de se articular com parlamentares e esboçar uma proposta para resolver a situação. A divulgação de tal proposta pela associação de Camaquã revelava certa autonomia daquela entidade – ou de alguns de seus membros, o que pode ter incomodado a diretoria da Farsul, provocando tal determinação. O segundo item da resolução também é interessante, pois evidencia a preocupação dos presentes em estabelecer contatos e articulações com outras entidades e “demais classes econômicas” para combater o que entendiam como “subversão”.

Na mesma reunião, Saint Pastous se pronunciou dizendo que

[...] a solução proposta por alguns pecuaristas daquela zona, de concederem 10% de sua propriedade para o Estado realizar sua pretendida “Reforma Agrária” se constituiria em abrir precedente de consequências imprevisíveis, e vai fazer um apelo à todos os companheiros para aqui emprestarem sua cooperação [pois?] formar uma Comissão das classes econômicas para equacionar e fornecer sugestões diante da atual conjuntura.⁵⁴⁸

O presidente, que dias antes havia declarado que "aos ruralistas não faltam reservas humanas para aceitar renúncias"⁵⁴⁹, se colocava contrário à proposta apresentada pelos ruralistas de Camaquã. Ao falar da oferta das terras para o “estado realizar sua pretendida ‘reforma agrária’”, revelava sua desconfiança em relação aos projetos de Brizola e alertava para a possibilidade de que tal proposta pudesse trazer desdobramentos indesejáveis.

Tendo em vista a complexidade do contexto que se apresentava, “a classe rural foi

⁵⁴⁷ FARSUL. *Livro de Presenças*. Presentes à reunião do dia 31 de janeiro de 1962. Assunto: Reforma Agrária (desapropriações). Anotação manuscrita após a assinatura dos presentes. p. 78 verso.

⁵⁴⁸ Idem.

⁵⁴⁹ *Correio do Povo*, 26 de janeiro de 1962. p. 4.

convocada” para “tomar posição face aos acontecimentos perturbadores”⁵⁵⁰, em uma assembleia geral marcada para o início de fevereiro.

Naquele momento, Brizola buscou uma aproximação com a Federação, a partir de um convite à entidade para elaborar uma proposta conjunta para a solução do problema agrário. Ao tratar desta iniciativa, Harres afirma que “chama a atenção e instiga o esforço empreendido por esse governo de buscar o apoio da FARSUL, mediado pela tentativa de construir uma proposta conjunta de reforma agrária a ser apresentada ao governo federal.”⁵⁵¹

Pode-se supor que o governador se convencera de que precisava negociar com os grandes proprietários para obter recursos para seus projetos de reforma agrária e colonização. Por outro lado, também é evidente que as pressões sobre Brizola eram intensas. As denúncias dos ruralistas em relação a uma suposta agitação no campo se alastravam, potencializadas pela ênfase das reportagens da *grande imprensa*, gerando desgastes para o governo junto a setores da opinião pública. As políticas desenvolvidas por sua gestão em relação à questão agrária encontravam resistências inclusive entre parte de seus correligionários:

[...] os petebistas ligados ao movimento dos sem-terra pressionavam por ações efetivas que demonstrassem o comprometimento do governo com o movimento; parlamentares do PTB, com vínculos estreitos com o ruralismo gaúcho, faziam restrições à orientação assumida pelo governo, dividindo-se em sua lealdade política.⁵⁵²

O jornal *Novos Rumos*, ao tratar dos acampamentos surgidos no Rio Grande do Sul e o apoio recebido por estes do executivo estadual, afirmava que

Brizola havia sofrido a mais brutal pressão que se possa imaginar: o presidente da República mandara chamá-lo a Brasília. Fôra, depois, êle próprio à sua procura no Rio Grande. Apelara-se para o III Exército, e alguns comandantes reacionários faziam declarações dúbias sobre a “ordem” e a “lei”. Certo dia, correu a notícia em Pôrto Alegre de que o Conselho de Segurança Nacional sugerira a intervenção federal no Estado.⁵⁵³

Em relação à atuação de Jango naquele contexto, são importantes algumas considerações. Atendendo ao seu chamado, Brizola embarcou a Brasília no dia 6 de fevereiro, para encontrá-lo. De acordo com o *Correio*, foi possível apurar que “[...] o Sr. João Goulart

⁵⁵⁰ FARSUL. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962*. Folheto 43. p. 69. Acervo da Farsul.

⁵⁵¹ HARRES, op. cit., 2002, p. 65.

⁵⁵² Idem, p. 143.

⁵⁵³ *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 16 a 22 de março de 1962. p. 7.

convocou o governador Leonel Brizola em face do encontro que manteve há alguns dias com os representantes da classe rural gaúcha, que se declararam desfavoravelmente impressionados com o rumo que o governo do estado está imprimindo a questão.”⁵⁵⁴

Tal encontro ocorreu após a IV Conferência Rural, quando uma comitiva da Farsul dirigiu-se a Brasília para reunir-se com João Goulart. Ao retornarem ao estado, a *Última Hora* anunciava a seguinte manchete: “Saint Pastous: Confio em Jango”, na qual ele garantia que retornava “tranquilo, já que o presidente João Goulart assegurou-me que será feita uma reforma agrária democrática no Brasil.”⁵⁵⁵ Destaco que no ano anterior, Pastous foi convidado pelo presidente a compor a delegação brasileira que representaria o Brasil junto à Organização das Nações Unidas, nas reuniões correspondentes ao ano de 1961. Tratava-se, sem dúvida, de uma distinção importante. Outro ruralista que acompanhou a visita, Nestor de Moura Jardim, também se manifestou “cheio de otimismo”, confiante nas palavras e atitudes do presidente: “[...] ouvimos de S. Exa., a cabal reafirmação dos princípios que expôs na sessão de encerramento da VI Conferência Rural, e que constituem uma garantia da defesa da propriedade, de modo a cessar movimentos ameaçadores da ordem pública.”⁵⁵⁶

Além desta reunião, em inúmeras ocasiões os dirigentes da entidade e líderes ruralistas dirigiam-se ao presidente em busca de apoio ou fazendo denúncias. No início de janeiro, por exemplo, Flodoardo Silva enviou-lhe uma carta, denunciando as manobras comunistas e suas influências nas discussões sobre a reforma agrária.⁵⁵⁷ Renato Centeno Crespo, da Associação Rural de Camaquã, também se remeteu ao presidente em função das mobilizações dos sem terra no Banhado do Colégio, como vimos anteriormente. Durante a visita do Ministro da Agricultura à cidade, foi entregue ao mesmo um “manifesto dos fazendeiros de Camaquã”, “sintetizando assim a posição da classe: 1) o direito de propriedade deve ser respeitado; 2) confiança da classe dos fazendeiros nos atos do Presidente da República que, como ruralista também, saberá encontrar soluções harmônicas sem ferir nem os pobres nem os ricos do campo.”⁵⁵⁸

⁵⁵⁴ *Correio do Povo*, 6 de fevereiro de 1962. p. 20. Participaram da comitiva liderada por Saint Pastous os ruralistas Gregório Beheregaray, Nestor Jardim, José Salgado Martins e Batista Luzardo.

⁵⁵⁵ *Última Hora*, 31 de janeiro de 1962. p. 12. O *Correio* apresentou manchete bastante diferente: “Prof. Saint Pastous: reforma agrária não é senão cortina de fumaça”. Embora a matéria afirmasse que o presidente da Farsul trouxe “uma impressão favorável” dos entendimentos com Jango, indicava que em suas palavras ele declarou estar bastante apreensivo com a situação nacional e que a reforma agrária servia como uma cortina de fumaça que quer “ocultar um movimento destinado a incentivar o desencadeamento de uma perigosa agitação subversiva no país.” *Correio do Povo*, 31 de janeiro de 1962. p. 16.

⁵⁵⁶ *Correio do Povo*, 30 de janeiro de 1962. p. 14.

⁵⁵⁷ *Correio do Povo*, 11 de janeiro de 1962. p. 13.

⁵⁵⁸ *Última Hora*, 30 de janeiro de 1962. p. 14.

Chama atenção a tentativa da Federação em estabelecer canais de comunicação diretos com Jango, em detrimento do diálogo e da negociação com Brizola. Desta forma, buscavam isolar o governador politicamente. A posição do presidente da república enquanto grande proprietário de terras e “homem da produção” era reiterada como um atributo que garantiria ao presidente discernimento para tratar da questão. Tal posição também pode ter assegurado ao presidente uma margem de confiança entre parte dos ruralistas, pelo menos até aquele momento.

Nesse sentido, vários indícios apontam que durante os acontecimentos que sucederam a desapropriação da Fazenda Sarandi, Jango buscou desempenhar um papel conciliador entre Brizola e os ruralistas gaúchos. É provável que ele tenha pressionado o governador a recuar em alguma medida. Ao mesmo tempo, frente à Farsul, parece ter se portado como uma espécie de fiador de que as ações de Brizola não extrapolariam certos limites. Tais conjecturas, no entanto, ainda precisam ser melhor investigadas.

Assim, no momento em que a Farsul se reunia em assembleia geral, no dia 8 de fevereiro, foi oficializado um convite de Brizola à sua presidência. Antes de tratar deste convite, cabem algumas considerações sobre os trabalhos desenvolvidos no primeiro dia da assembleia, no qual foi esboçado um manifesto de 11 itens, “o qual incluía, também, uma denúncia à Nação, ao Presidente da República e às Forças Armadas, da política de reforma agrária do Eng^o Leonel Brizola, Governador do Estado.”⁵⁵⁹ Na ocasião, foi rejeitada a proposta apresentada pelos proprietários de Camaquã, mencionada anteriormente. Representantes da Associação Rural daquele município ressaltaram que tal oferta fora uma iniciativa de particulares e não da entidade, e que a proposta “não encontrou maior ressonância entre os proprietários rurais.”⁵⁶⁰ Além disso, uma proposição de autoria de Oscar Carneiro da Fontoura, que propunha a doação ao governo, em um prazo de cinco anos, de dez por cento do valor fiscal das propriedades com área superior a mil hectares foi refutada, mesmo tendo Fontoura sugerido que o governo federal criasse um órgão responsável por arrecadar estes montantes e revertê-los em benefício do setor agropecuário.⁵⁶¹

⁵⁵⁹ FARSUL. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962*. Folheto 43, p. 69. Acervo da Farsul.

⁵⁶⁰ *Correio do Povo*, 9 de fevereiro de 1962. p. 16. Destaca-se que alguns dos proprietários que haviam ventilado tal proposta na imprensa, posteriormente participaram de negociações e firmaram um acordo com o Governo do estado que reduziu a área desapropriada de 19 para 10 mil hectares, em junho de 1962. É o caso das famílias Jardim (acionistas da Sularroz), Godoy Netto, Bezerra e Silva Azambuja. A família Centeno, da qual era membro o vice-presidente da Associação Rural de Camaquã, Renato Centeno Crespo, não assinou o acordo. Sobre tal acordo, ver: HARRES, op. cit., 2002, p. 252-253.

⁵⁶¹ *Correio do Povo*, 9 de fevereiro de 1962. p. 16.

Os rumos do debate da assembleia, no entanto, se modificaram a medida que Brizola se dirigiu à Federação nos seguintes termos:

Ilmo. Sr. Professor Antônio Saint Pastous – Digníssimo presidente da FARSUL. – N/Capital.

Reportando-me aos termos dos entendimentos mantidos com Vossa Senhoria em presença dos Exmos. Srs. dr. Valter Jobim, deputado Mariano Beck, presidente em exercício da Assembleia Legislativa, sr. Kurt Weisheimer, vice-presidente da FARSUL, e do secretário do Interior e Justiça, professor Francisco Brochado da Rocha, venho apresentar a essa Federação o seguinte plano de trabalho e de cooperação com o objetivo de estruturar uma proposição concreta a ser oferecida ao governo da República, que venha estabelecer, em nosso interior, um clima de justiça social, de paz e de prosperidade: 1º - O governo do Estado e a FARSUL, através de uma comissão especial e no decurso de uma semana, trabalhariam intensamente, visando a formulação de um programa de medidas concretas que venham a equacionar e encaminhar a questão agrária, no Estado e no país; 2º - Ao término dessa semana de estudos e entendimentos, realizar-se-ia nova reunião da FARSUL para apreciar as conclusões e os resultados dos trabalhos da comissão aludida; 3º - Se o governo do Estado e a FARSUL, alcançarem ponto-de-vista comum em torno do conjunto de problemas ligados à questão agrária ou relativamente a um ou mais aspectos determinados e, se assim for decidido, uma delegação mista apresentaria tal conclusão ou conclusões ao governo federal, como proposição concreta para encaminhar a nova política agrária no Estado e no país.

Este governo quer significar a Vossa senhoria que tem a convicção de que, se levado a efeito este programa de trabalho e de cooperação, com propósito sincero de encontrar soluções concretas, desenvolver-se-á em todo o Estado, nos campos e nas cidades, especialmente entre as populações reivindicantes e os proprietários, um clima de tranquilidade e de confiante expectativa, com a certeza de que uma solução justa e conveniente venha a ser encontrada. Pela importância que o governo do Estado atribui ao problema da reforma agrária, o próprio governador manifesta aqui sua intenção de participar ativamente dos trabalhos em referência.

Sirvo-me da oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria e a todos os dirigentes da FARSUL os meus protestos de alto apreço e consideração.

Atenciosamente. – (a.) Eng. Leonel Brizola, governador do Estado.

O convite do governo previa a realização de uma série de conversações e estudos, realizados em uma semana de trabalhos, durante a qual seria elaborada uma proposta conjunta e, caso houvesse convergência em relação às propostas, uma comissão mista apresentaria as conclusões ao governo federal. De acordo com o *Correio*, no momento em que o emissário do governador, o deputado Mariano Beck (PTB), presidente em exercício da Assembleia Legislativa, dirigia-se ao plenário para “dizer que o governo do Estado estava sinceramente inclinado a cooperar com a classe rural, preservando os seus interesses”,

Algumas vozes levantaram-se, então, no plenário, perguntando ao emissário do governador se o Estado garantiria a inviolabilidade das terras e se, durante a atividade da comissão mista incumbida de examinar a questão

agrária, impediria o aparecimento de novos movimentos reivindicatórios. O sr. Mariano Beck, respondendo, assegurou mais uma vez que o governo não permitiria qualquer manifestação capaz de perturbar, por qualquer forma, a paz social no território rio-grandense.⁵⁶²

A proposta foi aceita pela Farsul e aprovada por unanimidade pela assembleia geral que estava em curso, desde que aceitas duas condições: “a) providências para cessar a mobilização e a arregimentação de camponeses, assegurando ambiente de tranquilidade”; “b) reexame e medidas para solução equânime de casos de desapropriações.”⁵⁶³ Evidenciava-se, a partir da primeira condição imposta pelos ruralistas, a centralidade da mobilização camponesa entre as suas preocupações.⁵⁶⁴ Em relação ao segundo item, a Federação solicitava o reexame do caso de Camaquã, “com o fim de verificar, com os títulos de domínio, a área que verdadeiramente corresponde aos particulares e ao Estado, e, a seguir, adotar medidas de entendimento com os proprietários [...]”⁵⁶⁵

Foi constituída então uma Comissão Mista, formada por representantes da entidade e do governo, que deveria, no decorrer de uma semana, elaborar uma proposição para o encaminhamento da questão agrária.⁵⁶⁶ A representação do governo do estado era formada pelos seguintes membros: governador Leonel Brizola, Secretário de Agricultura João Caruso, Procurador Geral do Estado Floriano Maya D’Avila, integrante do Gabinete de Administração e Planejamento Manoel Marques Leite, Diretor de Terras e Colonização Castelano Rodrigues, Diretor técnico do Irga Luiz Albano Coelho de Souza, Diretor de produção Animal Hélio Boeckel, Chefe do Grupo Executivo de Terras Áureo Elias, Diretor da Comissão Estadual de Terras e Habitação Paulo Schmidt, presidente da Fecotriga Edgar Perez, representantes da Federação das Associações de Orizicultores do Estado Olmiro Simões Pires e Eliseu Torres e

⁵⁶² *Correio do Povo*, 9 de fevereiro de 1962. p. 12.

⁵⁶³ FARSUL. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962*. Folheto 43. p. 70. Acervo da Farsul. Na ocasião, foi deliberado que, em função da “trégua proposta pelo sr. Leonel Brizola, não deveria ser distribuída a proposição votada pela assembleia, que o criticava de forma candente.” *Correio do Povo*, 9 de fevereiro de 1962. p. 14.

⁵⁶⁴ Na carta de resposta enviada pela Federação à Brizola, tal condição era reforçada. Na missiva, a entidade vinha “Manifestar a V. Exa. a confiança do ruralismo rio-grandense de que, como condição preliminar deliberada pela Assembléia, sejam adotadas providências capazes de fazer cessar a mobilização e a arregimentação de camponeses e assegurar ambiente de tranquilidade, tanto para os trabalhadores rurais, quanto para os proprietários e empresários agropastoris, de modo que os estudos e a elaboração do programa atinente à reforma agrária se realizem sob clima de leal entendimento, visando tão só os interesses impessoais da economia rural, da paz e da justiça social, no Rio Grande e no País.” *Correio do Povo*, 10 de fevereiro de 1962. p. 16.

⁵⁶⁵ *Idem*.

⁵⁶⁶ Segundo reportagem do *Correio do Povo*, ao ser comunicado pelo governador sobre a formação de tal Comissão, o presidente João Goulart “decidira sustar a remessa do projeto de reforma agrária ao Congresso, à espera do trabalho da Comissão gaúcha que examinaria a questão em nosso Estado”. *Correio do Povo*, 9 de fevereiro de 1962, p. 14.

o dirigente das Associações dos Agricultores Sem Terra, Milton Serres Rodrigues.

A representação da Farsul era dividida em dois grupos: o Grupo A era presidido por Saint Pastous, coordenado pelo professor Salgado Martins e contava com Amarildo Vieira de Macedo, Gregório Beheregaray, João Alves Osório, Manoel Luzardo de Almeida, Mariano Joaquim Mariano da Rocha, Oscar Carneiro de Fontoura, Renato Centeno Crespo e Walter Jobim. Neste grupo, destaca-se a presença de nomes representativos tanto do ruralismo quanto da cena política gaúcha, como Fontoura e Jobim, bem como uma incidência majoritária de grandes proprietários de terra – todos estavam citados no mapeamento da CETH, com exceção de Manoel Luzardo e Martins (professores universitários), Renato Centeno Crespo e Amarildo Vieira de Macedo, embora os dois últimos também o fossem. Centeno, dirigente da Associação Rural de Camaquã, estava diretamente envolvido com o episódio do Banhado do Colégio, pois terras de sua família constavam entre as áreas em litígio.

O Grupo B também era presidido por Pastous, coordenado por Dácio de Assis Brasil e integrado por vários membros do Gtra, como o padre Afonso Gregory, Alberto Severo, Bento Pires Dias, o desembargador Mário Lourenço Prunes e o professor Remy Menezes Gorga, além do jurista Ruy Cirne Lima, do produtor de Dom Pedrito Armando Azambuja de Almeida e de membros que ocupavam cargos na diretoria ou conselhos da Farsul, como Geraldo Veloso Nunes Vieira, Irineu Riet Corrêa, Jayme da Silva Tavares e Kurt Weissheimer.⁵⁶⁷

Os trabalhos da Comissão iniciaram no dia 13 de fevereiro e já nesta “primeira reunião, o Governo do Estado apresentou uma ‘Proposição Preliminar’, que foi apreciada pela Farsul na reunião seguinte [...]”⁵⁶⁸ Conforme o Relatório da Diretoria da Farsul, o conteúdo de tal “Proposição Preliminar” previa:

- 1) Criação de um sistema de “obrigações sociais”, através de empréstimos internos e compulsórios (Lei Federal), com o objetivo de enfrentar a questão agrária do país.
- 2) Fundamentalmente para realização de um programa de intensidade progressiva, em matéria de reforma agrária, necessitaria o Governo ou as entidades por ele credenciadas, dispor de amplas áreas, localizadas

⁵⁶⁷ Não há, nos documentos da Federação, justificativa para a formação de dois grupos. Em uma das notícias publicadas sobre a segunda reunião da Comissão Mista, realizada no dia 15 de fevereiro, consta que compareceram, como representantes da Farsul, Saint Pastous, Jobim, Salgado Martins, Amarildo Vieira de Macedo, Joaquim Mariano da Rocha, Manoel Luzardo de Almeida e João Rocha, todos do Grupo A (com exceção do último, que não aparece citado na documentação). *Correio do Povo*, 16 de fevereiro de 1962. p. 7. No entanto, tanto os componentes do segundo Grupo, que, por congregar vários membros do Gtra, tinha um acúmulo de discussão sobre o tema, quanto outros ruralistas que não constavam na nominata dos dois grupos, participaram da elaboração da proposta final apresentada pela Farsul, da qual trato adiante.

⁵⁶⁸ FARSUL. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962*. Folheto 43. p. 72. Acervo da Farsul.

adequadamente (algumas centenas de milhões de hectares) e de grandes recursos financeiros para atender as inversões correspondentes aos projetos da reforma agrária a serem executados.

3) O problema TERRA seria resolvido pelo lançamento de um empréstimo (OBRIGAÇÕES SOCIAIS) interno e compulsório (15 anos) sobre os proprietários rurais de áreas ou loteamentos urbanos, acima de determinado mínimo e correspondente a 10% do valor real da propriedade. Esse empréstimo compulsório poderia também ser pago em terras.

4) O problema RECURSOS FINANCEIROS seria resolvido através de um outro empréstimo interno e compulsório sobre a grande indústria, o alto comércio e bancos (OBRIGAÇÕES SOCIAIS), de tal modo que possa render 50 bilhões de cruzeiros por ano durante 5 anos. E, mais ainda, o Governo Brasileiro deveria solicitar ao programa “Aliança para o Progresso” uma contribuição mínima de 300 milhões de dólares.

5) Sugestão sobre o problema de arrendamento: fixação de uma percentagem- teto para a incidência do arrendamento no valor da colheita ou seu equivalente em moeda e prorrogação automática por 8 anos da vigência dos atuais contratos.⁵⁶⁹

A proposta preliminar do governo previa um Plano de Obrigações Sociais, que incidiria sobre os dois principais problemas identificados como um óbice para resolver a questão agrária: em relação à terra, seriam lançados empréstimos internos e compulsórios “sobre os proprietários rurais e de áreas ou loteamentos urbanos, acima de determinado mínimo, e correspondente a 10% do valor real da propriedade”. Tais empréstimos também poderiam ser quitados em terras. No que diz respeito ao problema de recursos financeiros, seria estabelecido outro empréstimo compulsório “sobre a grande indústria, o alto comércio e bancos”, com o fim de gerar o capital necessário para a aplicação dos projetos de reforma agrária. Chama atenção que os empréstimos recairiam não apenas sobre os proprietários rurais, mas também os urbanos e o “alto” setor bancário, industrial e do comércio. Neste sentido, não surpreende que suas entidades de representação também se debruçaram sobre a proposta; de acordo com o *Correio* a “Associação Comercial, o Centro de Indústrias e o Sindicato dos Bancos” também vinham manifestando interesse pelos trabalhos da Comissão, e os presidentes destas entidades se reuniram naquele dia com Pastous na sede da Farsul para tratar do tema.⁵⁷⁰

Algumas reportagens da imprensa nos dias que se seguiram sugeriam que os ruralistas estavam divididos em relação à proposta do governo do estado. O jornal *Última Hora* afirmou que

⁵⁶⁹ Idem, p. 72-73.

⁵⁷⁰ *Correio do Povo*, 15 de fevereiro de 1962. p. 16.

Por estarem divididos em vários grupos, os ruralistas ainda não se pronunciaram sobre a proposta apresentada pelo governador para solucionar a questão agrária. No seio da FARSUL, há os que concordam integralmente com Brizola, mas enfrentam a resistência dos que embora concordando também, desejam protelar a aplicação prática da reforma agrária para o próximo ano, e, finalmente, os mais radicais, que não aceitam em absoluto qualquer compromisso com o Estado. Acredita-se entretanto, que hoje surja uma contra-proposta refletindo as três tendências.⁵⁷¹

O Relatório da Diretoria apresenta indícios de como a proposta foi recebida pela Federação. O documento, bastante longo, iniciava concordando com os entraves para a realização de uma reforma agrária – terra e recursos – mas enfatizava que a questão agrária era “apenas um sintoma da grave realidade nacional” e que o país necessitava de uma série de outras medidas, como de planos de emergência contra a inflação, para a redução do preço de custo da produção, para elevar o índice de produtividade e contra a carestia da vida, de reformas estruturais na política econômica e financeira e “de uma campanha cívica [...] com o objetivo de assegurar sólida base de sustentação do regime democrático e dos poderes constituídos, com garantia da ordem econômica e da paz social.”⁵⁷²

Após esta introdução, o Relatório afirma que “o ruralismo gaúcho fez uma solene declaração, assumindo compromissos perante a opinião pública, os Governos do Estado e da República” e declara “o seu formal compromisso de contribuir, materialmente, para a solução da questão agrária no Rio Grande do Sul” desde que atendidas algumas condições, que tratavam da realização de estudos prévios sobre a disponibilidade de terras públicas e particulares, para definir áreas adequadas para a colonização “dentro dos critérios da Lei Federal”; que tais estudos fossem apreciados por um “Conselho Estadual”, a ser criado por tal Lei, na qual a classe rural deveria estar representada, “ao lado de representantes do poder público”; da prioridade, “no planejamento agrário, para os pequenos proprietários “cujas “propriedades, pela exaustão das terras ou pela área diminuta, já não alcançam a rentabilidade suficiente ao sustento do agricultor e da família” e “quanto à distribuição de lotes agrícolas, em favor dos trabalhadores com antecedentes na atividade rural ou com conhecimentos técnicos ou práticos relativos àquela atividade”; da adoção de critérios técnicos para a escolha da terra e da “organização social e econômica a adotar, sistema de direção autônoma,

⁵⁷¹ *Última Hora*, 15 de fevereiro de 1962. p. 6. Dias antes, outra matéria do *Correio da Manhã* indicava que havia se estabelecido duas correntes: “um setor da Farsul é francamente favorável às medidas do governo gaúcho em relação à desapropriação de terras para distribuição aos camponeses sem terra.” *Correio da Manhã*, 8 de fevereiro de 1962. p. 8. No *Correio do Povo* não encontrei menção à possíveis divergências entre os ruralistas.

⁵⁷² FARSUL. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962*. Folheto 43. p.73-74. Acervo da Farsul

afastados inteiramente quaisquer projetos de estatização ou coletivização dos núcleos coloniais.”⁵⁷³ E conclui:

A contribuição da classe rural, após a aprovação do planejamento agrário, na vigência da lei federal, será efetivada:

1) ou através de empréstimo interno e compulsório, em dinheiro, até 10% sobre o valor das propriedades rurais acima de 1000 hectares, pagável em 10 anos e restituível ao termo de 15 anos;

2) ou em terras, na seguinte progressão:

3% - de 1.000 a 2.000 hectares.

5% - de 2.001 a 3.000 hectares.

10% - acima de 3.000 hectares.

desde que assim prefira o proprietário; o valor da terra cedida será pago no prazo de 10 anos, em prestações anuais.

A contribuição em terras importaria na prioridade, a favor do proprietário, quanto à obtenção de financiamentos, assistência técnica e todos os demais meios conducentes à elevação da produtividade.⁵⁷⁴

Em reunião realizada no dia 15, os representantes da Farsul apresentaram seu ponto de vista sobre a proposta do governo para a solução do problema agrário, consubstanciado na “Mensagem da FARSUL ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul”:

1º) Esta proposição será submetida amanhã, ao juízo soberano da classe rural, em assembleia de seus órgãos representativos, que se pronunciará em última instância.

2º) O ruralismo do Rio Grande do Sul, por suas Entidades dirigentes, dispõe-se a passar da fase das conjecturas ao terreno da ação, cumprindo suas disposições de tomar a iniciativa, por livre determinação, de promover a execução de um plano de Reforma Agrária, contando para isso com a cooperação oficial dos órgãos administrativos dos governos do Estado e da União e das classes econômicas do Rio Grande do Sul.

3º) Esse plano terá a designação de “PLANO DE REFORMA AGRÁRIA DA FARSUL”.

4º) Como medida preliminar, fica estabelecida a constituição de um Conselho Diretor planejamento, orientação, supervisão e execução dos problemas relacionados com o estudo e a solução da questão agrária, em seu duplo aspecto de ordem social e de fundo econômico.

5º) O Conselho Diretor será integrado, em paridade de condições, por componentes das classes econômicas e dos órgãos específicos da administração pública, do Estado e da União.

6º) O conselho diretor será um órgão essencialmente técnico-administrativo, com plena autonomia funcional, isento de influências de objetivos públicos comuns.

7º) O Plano de Reforma Agrária da FARSUL será apresentado aos poderes

⁵⁷³ Idem, p. 73-75.

⁵⁷⁴ Ibidem, p. 76.

constituídos da Nação, em comum pronunciamento da FARSUL e do Governo do Estado, ou, em caso contrário, em manifesto de exclusiva iniciativa e responsabilidade da FARSUL.

8º) No espaço de tempo de trinta dias, a FARSUL e o Governo do Estado regulamentarão em forma de ante-projeto as bases e condições do convênio oficial.

9º) No espaço de tempo de trinta dias, o Conselho Diretor, em colaboração com técnicos especializados e da maior competência e idoneidade, estabelecerá as normas e diretrizes de um Plano de Base de recuperação econômica e de justiça social para o Estado do Rio Grande do Sul.

10º) Entre as providências preliminares e essenciais, a FARSUL estabelece a condição primordial de um clima de confiança e de recíproco respeito na convivência privada e pública, entre o poder público do Estado e a FARSUL e, como corolário imanente, propõe a FARSUL ao Governo do Estado que sejam postas em prática medidas concretas e decisivas para a cessação imediata e radical do movimento de concentração de “agricultores sem terra”, com propósito de forçar, intempestivamente, a desapropriação de terras.

11º) Com relação ao item 3 da “Proposição preliminar do Governo do Estado”, que se relaciona com o problema da terra, o ruralismo do Rio Grande do Sul, por seu órgão máximo, a FARSUL, assume livremente o solene e público compromisso moral e material de solucionar integralmente a questão social de proporcionar acesso à posse da terra aos legítimos agricultores sem terra, em base de um plano federal de colonização.

A FARSUL condiciona a proposição de solucionar, por sua livre iniciativa e responsabilidade, o problema da terra, à garantia de que o plano de Reforma Agrária da FARSUL seja integrado no programa Kennedy da “Aliança para o Progresso”, em sua colaboração de assistência técnica e de recursos financeiros.

12º) Esta proposição concreta, apresentada pela representação da FARSUL na Comissão Mista, está esquematizada em linhas gerais, a serem complementadas pormenorizadamente em tempo oportuno, caso venha a merecer a aprovação do Governo do Estado e após ser mencionada pela Assembleia da Classe Rural, na convocação de amanhã.⁵⁷⁵

Há alguns elementos expressos nas proposições da entidade que merecem considerações. As condições impostas pela Federação revelam a preocupação em garantir a presença da “classe rural” nos órgãos responsáveis pela condução das políticas relativas à questão agrária – o “Conselho Estadual”, a ser criado por uma lei federal, ou “Conselho Diretor”. No caso deste último, reivindica que seria “integrado, em paridade de condições, por componentes das classes econômicas e dos órgãos específicos da administração pública, do Estado e da União”, o que garantiria uma representatividade significativa aos ruralistas em seu interior.

Em relação ao 11º item, no qual a Federação “assume livremente o solene e público compromisso moral e material de solucionar integralmente a questão social de proporcionar

⁵⁷⁵ Idem Ibidem, p. 77-78.

acesso à posse da terra aos legítimos agricultores sem terra, em base de um plano federal de colonização”, fica explícito que a proposta da Farsul condiciona o seu apoio material ao encaminhamento de um “plano federal de colonização”. A entidade reafirmava que a contribuição material seria destinada apenas “após a aprovação do planejamento agrário, na vigência da lei federal.”

A contribuição material se daria através de empréstimo em dinheiro de até 10% sobre o valor das propriedades cuja área ultrapassasse mil hectares – na proposta do governo a área mínima sobre a qual incidiria o empréstimo não estava estipulada – ou em dinheiro, com taxa progressiva de acordo com o tamanho da propriedade. Destaca-se que os proprietários que contribuíssem com terras teriam prioridade “quanto à obtenção de financiamentos, assistência técnica e todos os demais meios conducentes à elevação da produtividade”, o que se constituiria em uma contrapartida significativa do estado a estes proprietários.

Ainda em relação à questão dos recursos financeiros, não há menção à proposição do governo do estado referente ao Plano de Obrigações Sociais que recairia sobre o setor bancário, industrial e de comércio, mas a Federação afirmava contar com a cooperação “das classes econômicas do Rio Grande do Sul.”

Há outro elemento que chama atenção, que remete à disposição em dar à posse da terra “aos legítimos agricultores sem terra”, que seriam aqueles “trabalhadores com antecedentes na atividade rural ou com conhecimentos técnicos ou práticos relativos àquela atividade.” Tal afirmação reflete a frequente acusação de que as associações de agricultores sem terra agremiavam indivíduos alheios ao mundo rural. E, mais uma vez, a Federação enfatizava a necessidade de medidas “para a cessação imediata e radical do movimento de concentração de ‘agricultores sem terra.’”

Por fim, a mensagem enfatizava que a validade da proposta dependia da aprovação da Assembleia Geral da Federação, que ocorreria no dia seguinte. A Assembleia reuniu os membros do Conselho Deliberativo, presidentes de associações rurais, cooperativas e entidades especializadas e os membros da Comissão Mista. Foram enviados convites para a direção das Federações das Associações Rurais de São Paulo (Faresp) e de Minas Gerais (Farem), bem como à Confederação Rural Brasileira, cujo presidente, Iris Meinberg, compareceu ao encontro, o que evidencia um esforço da Farsul em articular-se nacionalmente.

A proposta elaborada pela Comissão foi aprovada por unanimidade pelo plenário da

assembleia e encaminhada ao presidente da República.⁵⁷⁶ Segundo o Relatório da Diretoria, após três reuniões da Comissão Mista, “propôs o Governador que as conclusões de cada grupo fossem elaboradas em separado e, também em separado, encaminhadas ao Chefe da Nação.”⁵⁷⁷ Saliento que na mensagem enviada pela Farsul ao governo, no entanto, a entidade anunciara que o “Plano de Reforma Agrária da FARSUL será apresentado aos poderes constituídos da Nação, em comum pronunciamento da FARSUL e do Governo do Estado, ou, em caso contrário, em manifesto de exclusiva iniciativa e responsabilidade da FARSUL.” Além do Plano intitular-se como produto “da Farsul”, já indicava a possibilidade de não ser apresentado em comum pronunciamento com o governo do estado.

Ainda que ao final das discussões da Comissão Mista tenham emergido dois documentos, publicamente, transparecia haver um ambiente de entendimento entre o governo e a Farsul. No dia da última reunião da Comissão, Brizola declarou que “embora sendo dois os trabalhos que serão remetidos para a apreciação das autoridades federais, verificar-se-á que ambos apresentam, em muitos pontos-de-vista, perfeita identidade.”⁵⁷⁸ Logo após a aprovação dos ruralistas da proposta elaborada pelo Grupo da Farsul, Saint Pastous declarou aos jornalistas “que uma nova etapa se abre ao programa da FARSUL, que é a da integração da entidade ao órgão estadual que deverá elaborar projetos de planejamento para a imediata solução do problema social e econômico, tendente a encontrar os meios ou recursos para a execução do plano agrário estadual.”⁵⁷⁹ Assim, sua fala indicava que os trabalhos de cooperação teriam prosseguimento.

Um elemento que pode ter contribuído para tal entendimento diz respeito ao cumprimento das condições feitas pela Farsul quando aceitou compor a Comissão Mista. No Relatório da entidade, ao citar esse episódio, consta a seguinte informação: “Cumpre

⁵⁷⁶ O documento foi publicado posteriormente sob o título “Reforma Agrária – Contribuição da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul para o estudo da Reforma Agrária” e encaminhado ao Presidente da República, ao Conselho de Ministros, ao Parlamento Nacional, à Confederação Rural Brasileira e à “opinião pública, esclarecida e honesta, do Estado e do País, a confiança de que saiba fazer justiça aos homens do campo, obreiros anônimos da grandeza da Pátria.” No texto, a entidade reafirma as proposições expressas na Carta de Santa Maria, faz críticas ao anteprojeto de criação da Supra, que, segundo a entidade, esvaziaria ainda mais as atribuições do Ministério da Agricultura, e se propõe a dar uma “contribuição concreta” para a solução do problema agrário. Ao final do texto, indica-se: “Seria de alto alcance patriótico o possível entendimento entre o Governo do Estado, chefiado por Vossa Excelência, e a classe rural, representada por sua entidade-mater [...]” Fonte: Reforma Agrária – Contribuição da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul para o estudo da Reforma Agrária. 1962. Snp. Acervo – Acervo do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (CPDA/ UFRRJ). p. 24.

⁵⁷⁷ FARSUL. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962*. Folheto 43. p. 79. Acervo da Farsul.

⁵⁷⁸ *Correio do Povo*, 20 de fevereiro de 1962. p. 17.

⁵⁷⁹ *Correio do Povo*, 21 de fevereiro de 1962. p. 16.

relembrar que essas condições foram atendidas pelo Governo enquanto durou a semana de trabalhos [...]”⁵⁸⁰ A primeira exigência dizia respeito às providências para cessar a arregimentação dos sem terra. De fato, alguns acampamentos não se efetivaram ou foram suspensos atendendo ao pedido do governador. Em São Francisco de Assis, por exemplo, houve um princípio de mobilização. Ao tomar conhecimento do caso, Saint Pastous contatou Brizola, que se comprometeu a tomar medidas para garantir a segurança da propriedade e “evitar qualquer movimento de concentração.”⁵⁸¹

Eckert afirma, no entanto, que apesar da promessa de Brizola de suspender os acampamentos e do fato de que algumas mobilizações foram suspensas, os agricultores continuaram pressionando por terra e surgiram descontentamentos quanto à realização desse acordo entre eles:

Em Itapoã e em Taquari, os agricultores mostraram-se inconformados com o acordo entre o governo e a Farsul e não acataram o pedido de suspensão dos acampamentos. Em Itapoã, o acampamento somente foi dissolvido depois que o governo aceitou as reivindicações dos agricultores. Isso mostra que o governo estadual não tinha força nem controle sobre o movimento, que esse se alastrava à sua revelia. Em março, os acampamentos e as manifestações de inconformidade com a trégua tiveram continuidade no Banhado do Colégio, Tenente Portela, Cachoeira do Sul, São Luiz Gonzaga, Itaqui e Giruá.⁵⁸²

Assim, conforme a autora, comprova-se que o atrelamento que alguns atribuem entre o Master e Brizola precisa ser matizado. Em relação à segunda exigência, que dizia respeito ao reexame das ações de desapropriação, especialmente do caso de Camaquã, também há indícios de que o governo buscou dialogar com os ruralistas.⁵⁸³

⁵⁸⁰ FARSUL. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962*. Folheto 43. p. 70. Acervo da Farsul.

⁵⁸¹ *Correio do Povo*, 17 de fevereiro de 1962. p. 16.

⁵⁸² ECKERT, op. cit., p. 80-81.

⁵⁸³ Alves apresenta fragmentos de uma entrevista de Paulo Schmidt, diretor do Igra, na qual ele relata uma reunião realizada com os proprietários do Banhado do Colégio, na qual ele lhes apresentou um mapa com o levantamento aéreo-fotobiométrico da área e disse: “- Bem, agora gente, eu quero dizer pra vocês que a historia do Banhado do Colégio é mais conhecida de vocês do que de mim. Então a nós não adianta nós virmos aqui trocar acusações disso ou daquilo. Nem é essa minha intenção. O Senhor Quexé, era o apelido do Nestor Jardim, do líder, uma grande fortuna, bota fortuna nisso. Bom, Seu Quexé, ele me pediu uma reunião, estou aqui pra isso, para nós encontramos um denominador comum. Antes eu quero dizer o que nós fizemos. Dos 50 mil hectares do Banhado, que é isso aí, nós desapropriamos 19 mil. E vamos utilizar num primeiro momento cinco mil hectares. Essa é a área onde nós vamos proceder o primeiro núcleo e essa é o segundo núcleo de assentamentos. E a desapropriação é muito maior do que isso, é duas vezes isso. Mas o Banhado é 50 mil! Quer dizer, nos estamos tendo o cuidado de não querer, nós não queremos um metro de vocês! Do que é legítimo de vocês, nem um metro! Nós só queremos o que é do governo. Vocês me passem as escrituras de vocês, se vocês tem levantamento topográfico, nós vamos verificar no mapa a propriedade de vocês e vocês vão ver se são

No entanto, nos dias que se seguiram à apresentação oficial das propostas do governo⁵⁸⁴ do estado e da Farsul, as divergências entre ambas as partes se acentuaram novamente, conforme indicam algumas reportagens publicadas na imprensa. No início de março, ao retornar de uma viagem ao Rio e à Brasília, quando apresentou, junto com uma Comissão da Farsul, a proposta da entidade a Jango, Pastous deu uma entrevista na qual afirmou

[...] que não houvera nenhum contato preparatório entre a Comissão da FARSUL e o governador do Estado, no decurso da viagem ao Rio e Brasília, “pela simples razão de que não existe motivo para esse reencontro.” [...] Respondeu o presidente da FARSUL à uma pergunta se as conclusões dos trabalhos da Comissão mista foram de pleno entendimento entre a entidade e o governo estadual. “Não - disse - como também não tem procedência a versão tendenciosa de que o ruralismo haja cometido qualquer transigência de seus pontos de vista radicais que foram reiteradamente estabelecidos como condições preliminares para trégua proposta pelo governador. Outra questão que precisa ser esclarecida, por não corresponder à realidade, diz respeito a versão de que a FARSUL aceitou, como ponto pacífico, a proposta sugerida pelo Governador do Estado, da concessão de 10% de terras ou seu equivalente em dinheiro. Cumpre notificar, inicialmente, que essa proposição não partiu do governo, mas teve origem em nobre iniciativa dos ruralistas, só ulteriormente patrocinada pela fonte oficial. Portanto, a proposição da classe rural não foi a de quem aceita, mas a de quem ofereceu.”⁵⁸⁵

Ele prosseguia afirmando que no documento da Federação constava que a contribuição “da classe rural” se daria “após a aprovação do planejamento agrário na evidência da lei federal.” Note-se que no mesmo momento, o Igra publicou na imprensa um “Apelo aos grandes proprietários de terra”, para que colaborassem na execução de um programa de

atingidas por essas áreas onde eu vou fazer esse apoio aí. Se tiver eu mudo! Eu caio fora! Vocês me passem as escrituras, meu pessoal vai examinar. (...) Até hoje não apresentaram as escrituras! Até hoje não apresentaram as escrituras e parou a briga!” ALVES, op. cit., p. 76.

⁵⁸⁴ A proposta oficial do governo foi divulgada na imprensa no dia 25 de janeiro, assinada por alguns de seus representantes na Comissão Mista - Brizola, Olmiro Simões Pires, presidente da Federação das Associações Orizícolas; Edgar de Almeida Perez, presidente da Fecotrigo e Milton Serres Rodrigues, presidente do Master – e por João Giuliani Filho, diretor da Associação dos Vinicultores do estado. Seu texto era idêntico à proposta preliminar apresentada à Farsul, embora alguns itens estivessem mais detalhados e outros pontos foram incluídos. Em relação ao Plano de Obrigações Sociais que recairia sobre os proprietários rurais e urbanos, que se daria na “forma de um empréstimo à base de 10% (dez por cento) sobre o valor real do imóvel”, por exemplo, a proposta final detalhava seus limites e condições: “a) Proprietários rurais de extensões superiores a 1.000 há ou aquelas abaixo deste limite cujo valor, considerada a sua localização, for acima de 500 vezes o salário mínimo mensal da região. b) Proprietários de áreas suburbanas cuja extensão, no mínimo, for igual a 3 há., ficando isenta aquela cuja exploração, feita em toda a sua plenitude, concorra diretamente para o abastecimento dos centros populacionais e onde seu proprietário trabalhe diretamente a terra. c) Áreas urbanas loteadas ou não, cuja extensão total seja igual ou superior a 10 vezes um lote urbano, considerado como tal o adotado pelas municipalidades.” Além dos problemas dos arrendamentos, já contemplados na proposta preliminar, o documento final previa medidas para a parceria agrícola. *Correio do Povo*, 25 de fevereiro de 1962. p. 44.

⁵⁸⁵ *Correio do Povo*, 3 de março de 1962. p. 16.

reforma agrária. A nota prosseguia: “Nos termos sugeridos pela FARSUL (Cap. 9, letra f, item 2), pedimos ofertas de glebas próprias para a cultura do arroz, para pagamento pelos agricultores, num prazo mínimo de 10 anos, juros módicos e que comportem, em área contínua, a organização de uma comunidade de 25 ou mais pequenos proprietários.”⁵⁸⁶

No dia seguinte à publicação do referido apelo, 5 de março, a Farsul divulgou uma nota oficial convocando, em caráter de urgência, todos os ruralistas para importante reunião a ser realizada no dia 15 de março. Assinada por Pastous, a nota assim se encerrava: “Por se tratar de assunto da maior relevância, faço veemente apelo ao imprescindível comparecimento de todos.”⁵⁸⁷ O Livro de Presenças da entidade registra uma reunião ocorrida nesta data da seguinte forma: “Conselho deliberativo. Diretoria, Presidentes das Associações Rurais, de Cooperativas e Entidades especialistas e ruralistas. Assunto: Reforma agraria e obtenção de recursos através da ‘Aliança para o Progresso.’”⁵⁸⁸ Dias antes a entidade já havia anunciado na imprensa que enviaria um plano agropecuário ao programa, indicando que mobilizaria recursos, através de terras e empréstimos, para a implementação de projetos de colonização e produtividade agrícola.⁵⁸⁹ Note-se que a entidade buscava evidenciar que daria seguimento ao seu projeto de reforma agrária, embora não se referisse a entendimentos com o governo do estado.⁵⁹⁰ Da entrevista que Pastous concedeu ao retornar de Brasília, sobressai sua afirmação de que não existiria “motivo para esse reencontro”, uma vez que a proposta apresentada pela entidade previa que no espaço de trinta dias, ambos regulamentariam “em forma de anteprojecto as bases e condições do convênio oficial.”

Acompanhando as reportagens divulgadas diariamente no *Correio do Povo*, pode-se perceber que acusações trocadas entre membros do governo e líderes da Farsul tornaram-se frequentes. Por um lado, acusava-se a Farsul de se eximir da aplicação da proposta construída e de se remeter apenas ao executivo federal para tratar da questão agrária; por outro lado, a Federação respondia às críticas, reafirmando seu compromisso de contribuir para a solução dos problemas no meio rural. A entidade reivindicava seu protagonismo na questão da

⁵⁸⁶ O “Apelo” foi publicado no *Correio do Povo* nos dias 4 e 11 de março de 1962. Dias depois, Brizola anunciou a oferta de mil hectares de sua Fazenda Pangaré (Osório) para loteamento, e João Goulart disponibilizou mil hectares de sua fazenda em São Borja.

⁵⁸⁷ *Correio do Povo*, 6 de março de 1962. p. 18.

⁵⁸⁸ FARSUL. *Livro de Presenças*. p. 90. Acervo da Farsul.

⁵⁸⁹ *Correio do Povo*, 3 de março de 1962. p. 16.

⁵⁹⁰ No Relatório da Diretoria, consta que a Farsul elaborou o “Plano de Desenvolvimento Rural”, que foi apresentado em abril na XII Reunião da Comissão Executiva do Conselho Interamericano de Comércio e Produção. Na reunião, A Comissão Executiva examinou e aprovou “para a apresentação e defesa ante as diferentes agências encarregadas da aplicação do plano da ‘Aliança para o Progresso.’” FARSUL. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962*. Folheto 43. p. 91. Acervo da Farsul.

contribuição material, ao afirmar que “a proposição da classe rural não foi a de quem aceita, mas a de quem ofereceu” e acusava o governo de deturpar os fatos e a posição da entidade.

Saint Pastous, em entrevista à jornalistas na capital, afirmou que a Farsul assumiria “posição firme e decidida de protestar com energia contra a campanha de mistificação da verdade e contra os propósitos tendenciosos de agitação da ordem social e econômica do Estado, sob o pretexto de conceder terras aos que não são ou que querem ser proprietários.”⁵⁹¹ No encontro com os jornalistas foi mencionada uma suposta entrevista de João Caruso, Secretário da Agricultura, no qual este teria indicado que a Farsul rompeu com a trégua construída junto ao governo estadual e recuou na proposta dos “10%”.

No dia 16 de abril, foi publicado o “A pedido: Nota oficial do Conselho deliberativo da FARSUL”, em resposta a tais declarações, afirmava que

A FARSUL, em momento algum, prometeu dar terras ao governo do Estado. Comprometeu-se, sim, a colaborar financeiramente e até com terras para um plano de promoção social a ser organizado após a promulgação da Lei Agrária Federal. Isso foi dito por escrito em repetidas vezes e continua de pé. Quem não cumpriu seus compromissos foi o governo do estado que, apesar da nobre atitude da classe rural, continua aliciando pseudo-agricultores, ameaçando desapropriar terras em plena produção e agitando o Estado em todos os recantos. Portanto, quem não tem autoridade para agredir a FARSUL, que congrega o ruralismo gaúcho, é o senhor João Caruso Scuderi. Porto Alegre, 14 de abril de 1962.⁵⁹²

Caruso, por sua vez, respondeu ao Conselho através de uma nota:

[...] a FARSUL, para mim, não é um supergoverno, posição em que por vezes se coloca, a quem os secretários de Estado devem obediência. Minha alusão à FARSUL, apontando sua ausência e omissão ao problema da terra, visou despertá-la para a realidade que aí está para exigir providências. Entendendo que a FARSUL, inclusive, está desperdiçando uma grande oportunidade de conduzir os acontecimentos pelo oferecimento de condições favoráveis para o processamento da questão agrária. Bastaria um pouco de boa vontade de alguns e uma contribuição que não se limitasse a palavras. Enquanto somos acusados de aliciar falsos agricultores, na realidade estamos contendo com a autoridade legal e moral do governo, a impaciência dos injustiçados, que entendem deva ter aplicação imediata o texto da Constituição Estadual que lhes assegura o advento de melhores dias. Quanto aos insultos que me foram dirigidos, recebo-os de bom grado, como uma parcela da colaboração que me cabe dar à solução do problema da terra no Rio Grande do Sul. Posso assegurar mesmo que eles não deixaram em mim as marcas do ressentimento. O secretário da agricultura ainda confia em que seja possível encontrar meios

⁵⁹¹ *Correio do Povo*, 14 de abril de 1962. p. 18.

⁵⁹² *Correio do Povo*, 14 de abril de 1962. p. 5.

de desfazer a situação, dando às classes possuidoras de terras uma contribuição real que decorre da iniciativa sua e não de uma imposição legal. João Caruso.⁵⁹³

A controvérsia em relação à proposta e à contribuição material da Farsul enseja algumas reflexões. De fato, o relatório da entidade relata que, ao apreciar a proposta do governo do estado, a entidade afirmava que a “contribuição da classe rural” em dinheiro ou terras seria efetivada “após a aprovação do planejamento agrário, na vigência da lei federal”. Na mensagem pública endereçada ao governo do estado, a entidade assumia o “compromisso moral e material” de contribuir para “proporcionar acesso à posse da terra aos legítimos agricultores sem terra, em base de um plano federal de colonização.” Ao vincular sua contribuição à aprovação da Lei Agrária Federal ou de um plano nacional de colonização, a entidade reduzia o papel do governo do estado na condução do processo, ao mesmo tempo em que retardava sua efetivação. Naquele momento, esboçava-se um anteprojeto governamental de Lei de Reforma Agrária, submetido ao Conselho de Ministros em fevereiro de 1962.⁵⁹⁴ Não passava despercebido às lideranças da Farsul que a aprovação de uma lei sobre tema tão polêmico demandaria tempo e geraria debates e resistências em todo o país. Mesmo que tal lei fosse aprovada, sua regulamentação e implementação não se dariam de forma imediata. Destaca-se que em poucos meses findaria o mandato de Brizola, o que significava a possibilidade de mudanças importantes na condução da política agrária estadual, especialmente em caso de vitória de um candidato da oposição.

Neste sentido, as condições prescritas pela Federação sinalizam que esta buscava ganhar tempo. Sua decisão de participar da Comissão foi estratégica para barrar, temporariamente, os processos de desapropriação, bem como tentar desmobilizar os sem terra. Isso não significa que não houvesse, por parte da Federação ou de seus representados, uma disposição em contribuir materialmente para projetos que visassem à aquisição de áreas para colonização e o aumento da produtividade agropecuária, como atesta seu empenho para captar recursos da Aliança Para o Progresso. É possível também que havia expectativas em negociar propostas diretamente com o governo federal. As mensagens da Federação e de muitas de suas lideranças sinalizavam a necessidade de dar uma resposta aos problemas do homem do

⁵⁹³ *Correio do Povo*, 14 de abril de 1962. p. 16.

⁵⁹⁴ Em matéria publicada no dia 17 de fevereiro, o *Correio* anunciava que o Conselho de Ministros havia retardado o envio do anteprojeto de reforma agrária ao Congresso Nacional “a fim de aguardarem as contribuições que serão formuladas pela Comissão Mista Governo-Farsul”. Tal informação teria sido repassada a Saint Pastous por Brizola. *Correio do Povo*, 17 de fevereiro de 1962. p. 16.

campo, o que enfraqueceria os movimentos contestatórios que então se desenvolviam. Além disso, é preciso levar em consideração outros elementos que podem ter desgastado a relação entre a Federação e o governo Brizola, e que não foram apreendidos nesta investigação.

Nos meses que se seguiram, as acusações de parte a parte prosseguiram, centradas, especialmente, nas divergências em relação à colaboração concreta dos ruralistas. Além disso, o governo incumbiu a Secretaria da Fazenda, através das Exatorias Estaduais, de fazer um levantamento dos agricultores sem terra no estado. A proposta gerou reações de desagrado entre os ruralistas. Em uma reunião da Farsul realizada em fins de abril, o tema foi debatido:

Pede a palavra o Dr. Oscar Carneiro da Fontoura, opinando no sentido de que a Assembleia Geral convocada para o dia de amanhã deveria tomar medidas de protesto perante a opinião pública e Governo da República a respeito do que está ocorrendo, não só com relação às tentativas de desapropriações encaminhadas e esboçadas, como também quanto ao levantamento cadastral promovido através das exatorias estaduais de agricultores sem terra, que, em sua opinião, não merecerá fé, servindo apenas, para realização de manobras demagógicas.⁵⁹⁵

Os presentes sugeriram então que fosse redigida uma moção, a ser submetida à assembleia geral. Na proposta de moção apresentada por Fontoura aos demais membros, indicava-se que “essas repartições fiscais não possuem nenhuma condição para identificar como agricultores as pessoas que se apresentarem como tais e que para ali serão levadas pelos agentes esquerdistas, mobilizados em toda parte” e que, por tal razão, este levantamento dos agricultores sem terra “será falho, irreal e servirá apenas para justificar novas tentativas de desapropriações, aumentando as áreas de intranquilidade e fomentando até lutas sangrentas que ainda não se efetivaram graças à intervenção benéfica do glorioso Exército Nacional [...]”⁵⁹⁶

A moção identificava na proposta do governo uma estratégia para superdimensionar os dados sobre o montante de agricultores sem terra existentes no estado, forjando assim, novas desapropriações. Também questionava a competência das Exatorias para identificar os “verdadeiros” agricultores entre os que se apresentassem. Além disso, menciona e elogia a intervenção do “glorioso” Exército, que teria impedido que os conflitos se desdobrassem em “lutas sangrentas”.

Em meio aos atritos que se seguiram entre a entidade e o governo do estado, cabe mencionar outro episódio ocorrido no início de maio: uma bomba de festim explodiu na sede

⁵⁹⁵ FARSUL. Ata da reunião do Conselho Deliberativo. 24 de abril de 1962. p. 4. Acervo da Farsul.

⁵⁹⁶ Idem, p. 7.

da Federação. A princípio, os policiais declararam tratar-se de uma “brincadeira de mau-gosto”, mas a presidência da Farsul solicitou providências para “evitar tais abusos”, e foi instaurado um processo de investigação junto ao Dops.⁵⁹⁷ Na semana anterior, a placa com o nome da entidade foi arrancada do prédio da Federação, no centro da capital gaúcha. Essas ações repercutiam entre os ruralistas, potencializando as sensações de ameaça e os discursos que denunciavam a “intranquilidade” e a “agitação” na qual o estado estava imerso.

Há indícios que as relações com Jango também tenham se desgastado, conforme se depreende da ata de uma reunião do Conselho Deliberativo realizada em setembro. O documento registra que

Após declarar aberto os trabalhos da reunião, o Sr. Presidente lamenta ter de informar aos presentes mais um ato de arbitrariedade do Governo Estadual, que está promovendo a desapropriação da Fazenda pertencente ao Sr. Renato Centeno Crespo, sabendo-se que a situação continua de inquietação e de perspectivas sombrias e encarece a necessidade de que a classe permaneça unida e alerta. Continuando, S. S^a. dá conhecimento ao Conselho de uma série de iniciativas que estão sendo tomadas pela direção da FARSUL em torno dos problemas de maior interesse da classe, alguns dos quais em fase de compasso de espera por julgar inconveniente enfrentá-los nesta fase de incompreensões e ter recebido ontem uma solicitação para um contato direto com o presidente da República a respeito de vários problemas, mas havia ponderado a S. Excia. que o momento era inoportuno pelo menos até que se possa verificar o que vai resultar da atual conjuntura.⁵⁹⁸

Na reunião, Saint Pastous relata aos demais uma solicitação “para um contato direto” com Jango para conversar “a respeito de vários problemas”, mas teria ponderado ao presidente “que o momento era inoportuno.” A Farsul e sua diretoria em diferentes momentos se remeteram diretamente a ele, buscando apoio em diferentes situações, conforme evidenciamos anteriormente. Por que neste momento se negavam a fazê-lo? Não encontrei elementos suficientes para responder a tal questão, mas é possível supor que os desgastes da Federação com o governo do estado tenha respingado no presidente, ou que se tratava de descontentamentos com a sua gestão.

A partir dos exemplos acima expostos, evidencia-se que o entendimento entre governo do estado e “classe rural” não foi possível. A partir daquele momento, os tensionamentos da entidade com Brizola prosseguiram até o fim do seu mandato. Conforme a mensagem do Prof. Dr. Saint Pastous aos ruralistas que constava no relatório da diretoria referente ao período de

⁵⁹⁷ *Correio do Povo*, 06 de maio de 1962, p. 5.

⁵⁹⁸ FARSUL. Ata da reunião extraordinária do Conselho Deliberativo. 3 de setembro de 1962. snp. Acervo da Farsul.

julho de 1961 a junho de 1962: “Entre o Governo do Estado estabeleceu-se uma luta a que não podíamos fugir. As intervenções da Farsul nos acontecimentos são decisivas. A confiança no órgão máximo do ruralismo catalizou os ruralistas numa frente de defesa e poder não antes havida.”⁵⁹⁹

2.4 – “Os ruralistas numa frente de defesa e poder”: aproximações, alianças e redes

Diante da conjuntura nacional e estadual que ora se apresentava, a atuação da Farsul também se tornou mais incisiva: segundo Scherer, o período anterior a 1964 foi marcado por um intenso desenvolvimento do associativismo rural em torno da Farsul, “não só no que diz respeito ao aumento das associações rurais, mas sobretudo em relação à atividade desempenhada pela Federação frente às ameaças que as reformas propostas representavam para a manutenção da estrutura vigente”.⁶⁰⁰

A documentação produzida pela entidade revela uma atuação significativa no período, seja a partir de ações que objetivavam tornar públicos os seus posicionamentos, como o envio de telegramas às autoridades e publicação de manifestos na grande imprensa, seja através de iniciativas voltadas à organização dos próprios ruralistas, como a realização de encontros, reuniões e campanhas. Além disso, nesta “frente de defesa e poder” a entidade e algumas de suas lideranças buscavam se articular com outros grupos, instituições e associações de classe, de forma a estabelecer ações conjuntas e fortalecer suas posições.

Um dos eixos centrais da atuação da Farsul no período foi a promoção do associativismo. Para potencializá-lo, a Federação criou um projeto de “Desenvolvimento do associativismo rural e Campanha de Exortação e Advertência”, bem como estabeleceu um convênio com o Serviço Social Rural-Conselho Regional (SSR-CR). O SSR foi criado pela Lei 2613, de 23 de setembro de 1955, a partir de uma iniciativa da Confederação Rural Brasileira, e tinha como finalidades:

- I - A prestação de serviços sociais no meio rural, visando a melhoria das condições de vida da sua população, especialmente no que concerne:
 - a) à alimentação, ao vestuário e à habitação;
 - b) à saúde, à educação e à assistência sanitária;
 - c) ao incentivo à atividade produtora e a quaisquer empreendimentos de molde a valorizar o ruralista e a fixá-lo à terra.

⁵⁹⁹ FARSUL. *Mensagem do Prof. Dr. Saint Pastous aos Ruralistas e Relatório da Diretoria à Assembleia Geral*. 1º/julho/1961 – 30/junho/1962. [snp]

⁶⁰⁰ SCHERER, op. cit., p. 93.

- II - Promover a aprendizagem e o aperfeiçoamento das técnicas de trabalho adequadas ao meio rural;
- III - Fomentar no meio rural a economia das pequenas propriedades e as atividades domésticas;
- IV - Incentivar a criação de comunidades, cooperativas ou associações rurais;
- V - Realizar inquéritos e estudos para conhecimento e divulgação das necessidades sociais e econômicas do homem do campo;
- VI - Fornecer semestralmente ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho relações estatísticas sobre a remuneração paga aos trabalhadores do campo.⁶⁰¹

De acordo com Palmeira, o SSR era administrado por um Conselho Nacional e seu presidente era “nomeado pelo Presidente da República a partir de uma lista tríplice apresentada pela Confederação Rural Brasileira (que, aliás, possuía a maioria dos membros dos conselhos daquela entidade autárquica).”⁶⁰² A CRB se utilizava do SSR com o objetivo de controlar a sindicalização dos trabalhadores rurais. Através deste órgão, a entidade e suas federadas estimulavam o associativismo e realizavam atividades visando à formação de “líderes rurais”, que posteriormente seriam encarregados de promover a sindicalização de trabalhadores rurais.⁶⁰³

Em 1958, foi instituído o Conselho Regional do SSR no Rio Grande do Sul (SSR-CR), que passou a ser presidido por Alberto Severo⁶⁰⁴, integrante da Farsul.⁶⁰⁵ A entidade firmou uma série de convênios com o referido órgão, visando à promoção do associativismo rural e

⁶⁰¹ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2613-23-setembro-1955-361237-norma-pl.html> Acesso em: 12 de setembro de 2015.

⁶⁰² PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. IN: *Estudos Avançados*, vol. 3, n.7, São Paulo, Set./Dec. 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141989000300006&script=sci_arttext Acessado em: 12 de setembro de 2015.

⁶⁰³ RAMOS, op. cit., p. 63. Além disso, o SSR estava integrado a uma série de acordos firmados entre o Ministério da Agricultura e agências norte-americanas destinados a fornecer auxílio “técnico e educativo” às populações rurais.

⁶⁰⁴ Severo foi o presidente da Comissão responsável por tratar do tema do associativismo na Concentração Rural de Santa Maria, que teve como relator Bento Pires Dias. Ambos produziram um estudo sobre o tema, sistematizando as contribuições oriundas dos debates da Concentração, no qual faziam uma série de recomendações às Associações Rurais, às quais atribuíam um “papel proeminente de centro ativo, de alto sentido econômico e cívico, no setor da produção e na solução dos complexos problemas do homem rural” (p. 5) No documento, afirma-se que a “Associação Rural não pode, de forma alguma, permanecer alheia a questão social do homem rural, especialmente da classe assalariada, que constitui a grande maioria do povo brasileiro.” Além disso, alertavam: “O ruralista precisa compreender e cooperar no sentido de que o homem que está ao seu lado, trabalhando e produzindo com ele, tem os mesmos direitos de aspirar por um melhor nível social de vida e de usufruir dos benefícios proporcionados pela evolução da ciência e da técnica.” FARSUL. *Associativismo Rural*. Contribuição de: Alberto Severo - Bento Pires Dias. Porto Alegre, janeiro de 1962. p. 8.

⁶⁰⁵ O Conselho Regional do SSR foi criado em 15 de julho de 1958, com sede provisória no edifício da Casa Rural. O representante da “classe rural, indicado pela sua entidade mater” no referido órgão era o Sr. Balbino de Souza Mascarenhas. *Informativo Farsul*, n. 60, 31 de julho de 1958. Capa.

fornecimento de assistência técnica.⁶⁰⁶

O convênio firmado em 1962 entre a Farsul e o SSR-CR previa a realização de uma série de atividades em todo o estado, que incluíam conferências, concentrações regionais, cursos de associativismo, “fundação e reerguimento de associações rurais”, treinamentos, entre outras ações que visavam o “fortalecimento da classe.”⁶⁰⁷

Para esta campanha do associativismo, o SSR-CR elaborou um projeto de “divisão regional do Estado”, dividindo-o em dez “regiões homogêneas”. Para isso, a entidade ampliou para dez o número de seus vice-presidentes – até então, a direção era composta pelo presidente e por dois diretores – “a fim de que esses promovessem e dirigissem o movimento associativista rural”. A missão destes seria “orientar e entrosar as entidades municipais, fortalecendo-as, para que se tornem realmente o centro de interesse da comunidade.”⁶⁰⁸

No relatório “Convênio Farsul – SSR – Desenvolvimento do Associativismo Rural”, datado do segundo semestre de 1962, estão listadas as atividades desenvolvidas, de acordo com o Plano de Trabalho elaborado para o período. No que diz respeito ao item “Motivação ao desenvolvimento do Associativismo Rural”, o relatório afirma que foram realizadas diversas conferências com os presidentes da Farsul, Saint Pastous, e do SSR, Alberto Severo, através do que chamavam de “Roteiros de Exortação e Esclarecimento à classe rural”. Entre

⁶⁰⁶ Destaco que estes convênios geravam um aporte de recursos significativo para a Federação. Pesquisando sobre convênios firmados entre o Conselho Regional do SSR e a Farsul no *Diário Oficial da União*, foi possível identificar dados sobre os recursos recebidos pela Federação entre os anos de 1958 e 1962. Um acordo firmado em julho de 1958 entre o CR-SSR e a Farsul com fins de “colaboração para execução de determinados serviços”, previa que a última colocaria à disposição do órgão “técnicos e auxiliares necessários à elaboração e execução dos programas compreendidos no plano da 'atividades da autarquia'”. De acordo com a resolução, em função deste convênio, com duração até 21 de dezembro de 1958, o “CR/RS pagará à Farsul pela colaboração ora convencionada, a importância de Cr\$ 691.500,00 (seiscentos e noventa e um mil e quinhentos cruzeiros) de acordo com o orçamento rubricado pelos contratantes.” RESOLUÇÃO N.º CN-50, DE 6 DE AGOSTO DE 1958. *Diário Oficial da União*, 18 de agosto de 1958, p. 11. Em janeiro de 1960, novo convênio para a prestação de serviços até 31 de dezembro do corrente ano previa o pagamento de CR\$ 1.973.430,01 (um milhão, novecentos e setenta e três mil e quatrocentos cruzeiros) para a Farsul. RESOLUÇÃO DE 31 DE AGOSTO DE 1960. *Diário Oficial da União*, 14 de maio de 1962, seção 2, p. 7. Em 1962, foi firmado o convênio entre a Farsul e o SSR “objetivando um trabalho de incentivo ao associativismo rural, em todas as suas formas”. Para a execução do convênio, cuja duração se estendia até 31 de dezembro de 1962, foi instituído um Fundo Especial para o qual o SSR contribuiu com a quantia de CR\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) - além dos vencimentos dos servidores da autarquia que atuariam junto ao convênio e a disponibilização de veículos e materiais audiovisuais) - e a Farsul concorreu com CR\$ 500.000,00 (Quinhentos mil cruzeiros). RESOLUÇÃO Nº 803-CN, DE 16 DE JULHO DE 1962. *Diário Oficial da União*, 30 de julho de 1962, Seção 2, p. 19. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/> Acesso em: 25 de fevereiro de 2016. Para efeitos de comparação, em uma reunião da Federação foram apresentados dados sobre a execução orçamentária da Farsul para o período 1962/1963, na qual se indicava que havia “sido estimada para todo o exercício uma Receita de Cr\$ 8.622.440,00”. Portanto, pode-se supor que os valores executados via convênio com o SSR configuravam-se como uma fonte de receitas significativa.

⁶⁰⁷FARSUL. *Convênio Farsul – SSR – Desenvolvimento do Associativismo Rural*. Relatório 2º semestre de 1962. Folheto 4, p. 1.

⁶⁰⁸ Idem, p. 4.

maio e agosto, tais roteiros foram realizados em 15 municípios⁶⁰⁹, mas atingindo um número bem maior: a “quase totalidade” dos municípios do estado, segundo o relatório.

É interessante perceber que nestes roteiros, além das reuniões com as Associações Rurais locais, eram realizados contatos com prefeitos, vereadores, lideranças regionais e membros de outras entidades (Rotary, Lions Club, associações de criadores, cabanheiros, associações educacionais ou religiosas, entre outros), entrevistas às emissoras de rádio e visitas às cooperativas e escolas rurais. Em Vacaria, por exemplo, foi realizada uma conferência na Câmara Municipal, “com a presença de representantes da edilidade, Forças Armadas, Clero e ruralismo local e de cinco localidades vizinhas.”⁶¹⁰ Neste processo, era possível à Farsul estabelecer contatos e conexões com diferentes entidades e grupos organizados, especialmente em função da inserção de seus dirigentes nestes espaços, conforme evidenciamos no primeiro capítulo. Gesta forma a entidade ampliava os canais por onde disseminavam as suas ideias e fortalecia sua capacidade de penetração.

Outra ação desenvolvida a partir do convênio eram as Semanas Ruralistas, que se constituíam em encontros organizados em inúmeras cidades do estado cujo foco era a discussão de temas direcionados à vida rural, com ênfase para o associativismo, especialmente o “representativo e econômico (cooperativismo).”⁶¹¹ De acordo com uma reportagem do *Correio do Povo*: “A semana agrícola é oriunda do Serviço de Informação Agrícola, do Ministério da Agricultura, que as realiza em convênio com o Episcopado Católico do Brasil. No entanto, adaptam-se às peculiaridades características de cada região do Brasil.” No caso do Rio Grande do Sul, a sua realização ficou a cargo de tal convênio, que criou um Bureau do Associativismo Rural, e juntamente com as Dioceses de cada paróquia, organizava tais eventos. Nesse sentido, “a Semana Ruralista, no sul do Brasil, apresenta-se como um movimento da própria classe rural, sem ter praticamente nenhum vínculo oficial” e se traduzia em um “trabalho de liderança e autoconscientização do ruralismo.”⁶¹²

As ações realizadas em torno do associativismo revelam que a Federação desejava

⁶⁰⁹ São eles: Uruguaiana, Bagé, Santana do Livramento, Erechim, Passo Fundo, Carazinho, Palmeira das Missões, Três Passos, Santa Rosa, Estrela, Garibaldi, Caxias do Sul, Vacaria, Taquara e Cruz Alta.

⁶¹⁰ FARSUL. *Convênio Farsul – SSR – Desenvolvimento do Associativismo Rural*. Relatório 2º semestre de 1962. Folheto 4. p. 3. Acervo da Farsul.

⁶¹¹ Os temas tratados ao longo destes encontros dividiam-se, geralmente, em quatro eixos: tecnologia agropastoril; educação familiar e economia doméstica; higiene e Saúde; promoção social, que tratava da “pregação do Associativismo em todos os seus níveis e formas. É o associativismo representativo, social, cultural, econômico e recreativo. Neste item, o associativismo representativo e econômico (cooperativismo) destaca-se dos demais, recebendo cuidados especiais dos oradores, devido a sua importância e necessidade na atualidade brasileira.” *Correio do Povo*, 24 de janeiro de 1963. p. 9

⁶¹² Idem.

ampliar as suas bases, aumentando o número de associações rurais e de filiados, ao mesmo tempo em que se lançava em direção a uma aproximação maior com os pequenos e médios produtores. Neste processo, buscava construir e consolidar sua condição de força hegemônica junto a todas as demais agremiações patronais do estado, mantendo sob o seu controle e direção o conjunto de entidades existentes.

Simultaneamente, também se verifica que a Farsul articulou-se de forma orgânica com outras entidades representativas do patronato rural no Brasil, especialmente em função das discussões sobre a reforma agrária. Para isso, estabeleceu diálogos constantes com a CRB e com outras federações estaduais, especialmente com a Faresp. Assim, além de empreender esforços para visitar e realizar atividades em um grande número de municípios do estado, a Federação manteve uma dinâmica de viagens frequentes ao centro do país, onde participavam de debates organizados por suas congêneres, realizavam reuniões junto a parlamentares e lideranças partidárias, solicitavam audiências com ministros ou dirigentes de autarquias e órgãos federais, bem como reuniam-se com outras lideranças ruralistas.⁶¹³

O volume de atividades desenvolvidas pela entidade pode ser dimensionado a partir do aumento de suas despesas: segundo um relatório da diretoria sobre o período que compreende julho de 1961 a junho de 1962, foi criado um “fundo especial”, pois naquele período “a Farsul teve que enfrentar despesas de vulto, frente aos planos e responsabilidades desenvolvidos e assumidos”. Para tanto, constituiu-se uma “comissão de ruralistas”, que obtiveram as seguintes contribuições: “De Associações Rurais – 10.979.973,00 / De Pessoas Físicas – 2.510.986,80 / De Firmas – 420.000,00 / De Cooperativas 2.800.000,00”, totalizando Cr\$ 16.710.959,80.⁶¹⁴

Em relação a este “fundo especial”, há alguns elementos que chamam atenção. Entre as associações rurais, a maior contribuinte é, de longe, a de Alegrete, com Cr\$ 1.790.000,00, seguida por suas congêneres de Bagé (Cr\$ 800.000,00), Livramento (Cr\$ 699.272,00), Santa Vitória do Palmar (Cr\$ 600.000,00) e Herval do Sul (Cr\$ 400.000,00).⁶¹⁵ Os dados indicam a

⁶¹³ Ver, por exemplo, as reportagens: “Os planos de ação da Farsul estão sendo expostos na capital do país”. *Correio do Povo*, 10 de março de 1962. p. 16. “Importantes contatos manteve no Rio presidente da Farsul”. *Correio do Povo*, 13 de março de 1962. p. 24.

⁶¹⁴ Atualizando estes valores de 1962 através da Calculadora do Cidadão do Banco Central de acordo com o IGPDI (FGV), chega-se às seguintes cifras: das Associações Rurais – R\$ 901.709,67; de Pessoas Físicas – R\$ 206.210,08; de Firmas – R\$ 34.491,71; de Cooperativas – R\$ 229.944,74, totalizando R\$ 1.372.356,20. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/>

⁶¹⁵ Busquei cotejar os locais onde ocorreram acampamentos no período compreendido pelo Relatório para verificar o volume de contribuições das associações rurais destes municípios para a Farsul, mas os dados não foram significativos. A Associação Rural de Camaquã, por exemplo, onde ocorreu o episódio do Banhado do Colégio, fez uma doação singela, no valor de Cr\$ 99.847,00.

primazia das associações da Campanha. Destaca-se a grande soma doada pela União dos Cabanheiros do Rio Grande do Sul – Cr\$ 3.609.975,00. Uma das lideranças da entidade – e seu vice-presidente em exercício em 1961⁶¹⁶ – era Flodoardo Silva, que protagonizou uma série de discussões com Brizola e se destacou nas mobilizações da Farsul diante dos acampamentos.

Além das associações rurais, também foi significativo o aporte de recursos oriundos de cooperativas. Chama atenção a presença majoritária do segmento de carnes: das nove doadoras, seis delas eram deste ramo, entre elas a Cooperativa Industrial de Carnes e Derivados de Bagé, que contribuiu com Cr\$ 1.000.000,00.⁶¹⁷

Em relação às doações de “Pessoas Físicas”, estas foram bastante inferiores do que os repasses das associações rurais e entidades federadas. Tal discrepância pode ser tomada como algo natural, tendo em vista o poder de arregimentação das entidades, mas também pode indicar que alguns ruralistas preferissem doar via suas entidades, ao invés de fazer doações particulares, de forma a se preservar. Entre os valores doados por pessoas físicas, a maior quantia foi ofertada por João Vieira de Macedo, no montante de Cr\$ 1.450.000,00. Vieira era proprietário de duas áreas de terra em Uruguaiana e Livramento, que totalizavam quase 12 mil hectares. Otaviano e Theófilo Pereira dos Santos doaram Cr\$ 200.000,00: o primeiro era dono de fazendas em São Borja, Itaqui, Tupanciretã e Santo Ângelo, que somavam 20.097,04 hectares; o segundo possuía glebas em Santiago, São Borja, Itaqui e Santo Ângelo, totalizando 17.791,29 hectares. Rodolfo Moglia I.C.P. Ltda, dono de 8.652,00 hectares em Rosário do Sul e Livramento, doou Cr\$ 200.000,00.⁶¹⁸ Ramiro Silveira Rama contribuiu com Cr\$ 120.000,00. Doaram a quantia de Cr\$ 100.000,00 os indivíduos José Gomes Filho, dono de 49.261,02 hectares⁶¹⁹ espalhados em fazendas localizadas em Lavras do Sul, Livramento e Dom Pedrito; Manoel Macedo Paes⁶²⁰; Sérgio Dornelles, proprietário de uma área de 5.863

⁶¹⁶ *Correio do Povo*, 15 de julho de 1961. p. 16.

⁶¹⁷ As outras doadoras foram a Cooperativa Sudeste de Carnes, de Pelotas (Cr\$ 50.000,00), a Cooperativa Pedritense de Carnes, de Dom Pedrito (Cr\$ 400.000,00), a Cooperativa Castilhense de Carnes, de Júlio de Castilhos (Cr\$ 50.000,00) e a Cooperativa Bageense de Carnes, de Bagé (Cr\$ 500.000,00). Também foram doadoras a Cooperativa Arrozeira Batoví Ltda, de São Gabriel (Cr\$ 50.000,00), a Cooperativa Rural Serrana, de Tupanciretã (Cr\$ 100.000,00), a Cooperativa Sudeste de Lãs, localizada em Pelotas (Cr\$ 50.000,00) e a Federação das Cooperativas de Lãs do Rio Grande do Sul (Cr\$100.000,00). Idem, p. XXI.

⁶¹⁸ COMISSÃO ESTADUAL DE TERRAS E HABITAÇÃO. *Relação dos proprietários de mais de uma gleba com área superior a 2.500 HA nos diversos municípios do estado*. 1961. snp.

⁶¹⁹ Ele aparecia listado no mapeamento da CETH como o segundo maior proprietário, atrás de Hermenegildo Picolli, dono de uma área de mais de 90 mil hectares em Arvorezinha. Saliento que este dado sobre a extensão de terras de Picolli entra em contradição com os dados do Censo Agrícola de 1960, que não aponta nenhum estabelecimento desta dimensão relativo ao município de Arvorezinha. Idem, snp.

⁶²⁰ Não encontrei referências a este ruralista. É possível que a grafia esteja incorreta e se trate do fazendeiro de Uruguaiana Manoel de Macedo Pons, proprietário de uma área de mais de oito mil hectares.

hectares em Alegrete; Antônio Ramos Chaves. Uma das doações foi coletiva, registrada como “Diversos - Rosário do Sul (sôbre vendas de gado)”, cuja quantia foi de Cr\$ 83.495,00. As demais quantias foram menores: doaram Cr\$ 10.000,00 Francisco Garcia de Garcia, dono de duas áreas de terra em Guaíba e Barra do Ribeiro que totalizavam 8.775,28 hectares⁶²¹; Pedro Olympio Pires, ex-presidente da entidade e pecuarista em Alegrete; Irio Prado Lisboa, presidente da Farsul no ano de 1939; Clarindo Veríssimo, proprietário de uma área de 3.344,00 em Santa Bárbara do Sul⁶²²; Nicolau Kroeff, pai do vice-presidente da Farsul Clóvis Kroeff e dono da Fazenda Pacote em São Sebastião do Caí. João Osório, também vice-presidente da entidade, doou Cr\$ 7.491,80.⁶²³

Observando os registros referentes às “Pessoas Físicas”, revela-se que dos quinze doadores - excetuando os “Diversos” de Rosário do Sul, por não ser possível identificá-los - dez estavam listados no mapeamento da CETH sobre o latifúndio no estado. Provavelmente, estes indivíduos se sentiam em risco, uma vez que a sua condição de grandes proprietários e a dimensão de suas terras havia sido exposta. Neste sentido, o estudo de Alves apresenta uma questão importante, ao apontar que se forem cruzados os locais das diferentes mobilizações dos sem terra apontadas por Eckert com aqueles municípios contemplados pelo levantamento da CETH, “o resultado é revelador”:

Conforme pôde ser visto na tabela, Eckert enumera 33 diferentes mobilizações que se relacionam com a pressão por desapropriação de determinadas propriedades até a organização de acampamentos de sem terra. Outro importante componente destacado pela autora é a natureza das áreas disputadas, caracterizando-as como de pertencimento do estado ou como propriedade privada. Isto posto, pode-se destacar a partir da tabela, que os 33 eventos apontados pela autora ocorreram em 30 diferentes cidades do estado, que representavam aproximadamente 20% do total de municípios gaúchos. Entretanto, se comparamos essas mesmas 30 cidades com aquelas que foram alvo do levantamento da situação fundiária por parte do governo conclui-se que 23 delas, ou seja, quase 75% dos municípios onde emergiram os diferentes tipos de mobilização por reforma agrária haviam tido todas as suas propriedades com mais de 2,5 mil hectares de terra identificadas previamente por parte do governo em 1961. A análise torna-se ainda mais interessante caso sejam observados com mais cuidado as únicas sete cidades que não são

⁶²¹ Garcia foi presidente do Sindicato dos Bancos no Rio Grande do Sul em 1959. *Correio da Manhã*, 20 de janeiro de 1959. p. 4. Em 1963, ele assina novamente uma nota como presidente em exercício do referido Sindicato. Além de diretor do Banco Porto-Alegrense e das Casas Victor (casa de material fonográfico), ele era também um dos sócios da Sularroz S.A., juntamente com Nestor de Moura Jardim e Antônio Chaves Barcellos, conforme apontamos anteriormente. *Ibidem*.

⁶²² COMISSÃO ESTADUAL DE TERRAS E HABITAÇÃO *a*, op. cit., p. 27.

⁶²³ Todos os dados referentes às doações ao Fundo Especial constam no seguinte documento: FARSUL. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962*. Folheto 43. p. XVIII, XIX, XX e XXI. Acervo da Farsul.

encontradas no levantamento feito pela CETH: Taquari, Sapucaia, São Leopoldo, Itapuã, Tenente Portela, Torres e Canoas. Em somente duas destas as áreas em disputa não eram devolutas; isto é, em Taquari, São Leopoldo, Itapuã, Tenente Portela e Torres, as áreas demandadas solicitadas já pertenciam ao Estado. [...] as informações apresentadas acima sugerem uma forte correlação entre as primeiras iniciativas do governo, como demonstrado por meio do levantamento realizado pela CETH, com as diferentes formas de mobilização realizadas a partir de janeiro de 1962, uma vez que se concentraram majoritariamente nas áreas reconhecidas e previamente mapeadas pelo governo do estado.⁶²⁴

Também fizeram doações quatro empresas: José Gomes Filho S.A. (Cr\$ 200.000,00), de propriedade de José Gomes Filho, que já havia doado enquanto pessoa física; Frigorífico Anselmi, de Rio Grande (Cr\$ 100.000,00); Mecantilarroz S.A. (Cr\$ 100.000,00) e Sularroz S.A., proprietária de glebas na região do Banhado do Colégio, que contribuiu com Cr\$ 20.000,00.

Em relação à “Discriminação das Despesas” referente a este fundo especial, chama a atenção os gastos da entidade com “Rádio, Televisão e Jornais” – um total de Cr\$ 4.201.604,00, valor bastante elevado em comparação às demais despesas: Viagens – Cr\$ 1.372.759,60; Concentração de Santa Maria - Cr\$ 500.000,00; Material e impressos - Cr\$ 348.718,30; Pessoal - Cr\$ 969.897,20 e Diversas – 626.932,40.⁶²⁵

Os gastos com a imprensa podem ser justificados pela promoção da “Campanha de Esclarecimento à Opinião Pública e de Defesa do Ruralismo Gaúcho”, deliberada pela diretoria da entidade em outubro de 1961. Segundo relatório do período, tal campanha teve de ser deflagrada especialmente em virtude das “reformas pretendidas em nossa estrutura agrária”:

Ocorre que o trato intempestivo e temerário que o Poder Executivo Estadual emprestou ao assunto, terminou por desvirtuar o seu sentido altamente técnico e científico para transformá-lo em causa política de agitação social. Autênticos e supostos agricultores sem terra passaram a ser mobilizados e concentrados nas imediações de determinados estabelecimentos rurais, embriagados com mal esclarecidos propósitos reivindicatórios. Essas concentrações, como era de se esperar, passaram a constituir núcleos de intranquilidade social e ameaças ao direito de propriedade. Já em outubro de 1961, pressentindo as lutas que seriam travadas contra essa dilapidação do complexo da segurança sócio-econômica do Estado, as entidades filiadas da

⁶²⁴ ALVES, op. cit., p. 48. Um exemplo é a Fazenda Florida, localizada em São Luiz Gonzaga. A área, com extensão de 9127 hectares, estava listada no mapeamento CETH e pertencia a Jaime Tarrago [Tarragot]. Ela foi reivindicada pelos sem terra em abril de 1962. ECKERT, op. cit., p. 130.

⁶²⁵ FARSUL. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962*. Folheto 43. p. XVIII. Acervo da Farsul. A partir da conversão destes valores, tem-se: Rádio, Televisão e Jornais – R\$ 345.048,84; Viagens – R\$ 112.735,30; Concentração de Santa Maria – R\$ 41.061,56; Material e impressos – R\$ 28.637,84; Pessoal – R\$ 79.650,99 e Diversas – R\$ 51.485,65.

FARSUL foram advertidas em circular que considerava a situação resultante da exploração política sobre os problemas que agitavam e agitam a vida nacional. Ponderou-se, na ocasião, que tal exploração dava fundadas razões para que se encarasse a organização, no meio rural, das “Ligas Operárias e Camponesas” e “Associações de Agricultores Sem Terra” como fatores substancialmente capazes de desencadear um movimento de intranquilidade e apreensões. E, de fato, sucederam-se desapropriações, que foram incidir, não sobre as terras que ainda hoje constituem um vazio demográfico e econômico em nosso Estado, mas, sobre estabelecimentos rurais com razoáveis índices de produtividade. Em vista disso, ao lado dos estudos que vinha procedendo a propósito da Reforma Agrária e seriamente preocupada com os coloridos que estavam sendo dados aos acontecimentos, a FARSUL, por sua Diretoria, deliberou promover uma Campanha de Esclarecimento à Opinião Pública e de Defesa do Ruralismo Gaúcho.⁶²⁶

Conforme aponta a narrativa do relatório, um dos principais fatores mobilizadores de tal Campanha foi a intranquilidade gerada pela ação do governo do estado e a organização dos movimentos de luta pela terra. A indicação de que a entidade estava preocupada com os “coloridos” dados aos acontecimentos revela sua percepção sobre a necessidade de intervir na repercussão de tais ações, disseminando mensagens capazes de sensibilizar a opinião pública e promover a “defesa do ruralismo”. Para dar conta destas demandas, “recursos e líderes da classe foram mobilizados em Comissão presidida pelo Dr. Amarílio Vieira de Macedo e Coronel Dário Azambuja”.⁶²⁷

A Campanha buscava tornar públicas as atividades e posições da Federação, através da publicação de notas oficiais, divulgação de manifestos, entrevistas e relatos de visitas de seus líderes a jornais da capital. Em relação aos demais municípios, o relatório indicava que “buscando assegurar a penetração das mensagens da FARSUL até nas mais retiradas localidades, promoveu-se a distribuição dos assuntos relacionados com as atividades rurais pelos jornais e rádio-emissoras do interior do Estado.”⁶²⁸

Além disso, também foi estimulada a participação de dirigentes da Farsul em programas de rádio e televisão⁶²⁹; conforme o relatório, José Salgado Martins, Alberto

⁶²⁶ Idem, p. 97-98.

⁶²⁷ Ibidem, p.98. Conforme apontado anteriormente, Azambuja era criador de gado, arroteiro e vice-presidente da Associação Rural de Camaquã (1960). Em relação à Macedo, Piccin aponta: “Proprietário de estâncias no município de São Gabriel, Bagé e Lavras do Sul, Amarílio fora professor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Em São Gabriel, torna-se Presidente da CRG [Cooperativa Rural Gabrielense] em 1944, em 1948 a 1957 compôs diversas diretorias e torna-se novamente presidente da cooperativa em 1958, 1961 e entre 1963 e 1964, além de compor diversas outras diretorias da mesma cooperativa até 1967 [...]” PICCIN, op. cit., p. 155.

⁶²⁸ Idem Ibidem, p. 102.

⁶²⁹ Em uma reunião realizada em de abril, o presidente da entidade trata das palestras radiofônicas programadas pela Farsul, convidando Fontoura a participar, e afirmando que “os outros companheiros serão, também convidados a participar dos referidos programas, sob a forma de mesa redonda. Os presentes testemunham a excelente receptividade que vem encontrando, no seio do ruralismo, tais palestras, sugerindo os Srs. Dr. Flor Amaral e João Theobaldo Moesch fossem distribuídos as federadas os textos das mesmas, para uma divulgação

Severo, Fernando Machado Vieira, Oscar Carneiro da Fontoura e Saint Pastous de Freitas “a miúde ocuparam os microfones de nossas principais emissoras para promover uma justa e esclarecida definição pelo atendimento dos problemas humanos e econômicos da terra.”⁶³⁰

Em um desses programas radiofônicos, Saint Pastous defendeu que

As reações manifestadas são, em geral, decorrências do grau de maior ou menor receptividade ao influxo de agentes ou fatores de sensibilização do estado emocional, acessível ou vulnerável ao poder persuasivo de influências, que nem sempre condizem com a realidade. [...] Se muitas vezes, assim acontece, deve-se, em grande parte, a não estar a opinião pública bem informada e devidamente esclarecida. [...] Carecemos de judiciosa campanha de esclarecimento da consciência individual e da opinião pública, no sentido de plena compreensão da gravíssima realidade nacional, em seus aspectos de ordem social, política e econômica.⁶³¹

O presidente revela, em sua fala, o desejo de incidir sobre a opinião pública, atribuindo a esta a condição de ser “vulnerável” e não estar “bem informada e devidamente esclarecida”, o que se constituía em um entrave para a “plena compreensão” da realidade. Neste sentido, justificava a necessidade de uma campanha capaz de modificar tal situação. O relatório cita alguns episódios no qual a intervenção da entidade junto à opinião pública foi decisiva. Um deles se deu por ocasião dos atritos com o Secretário João Caruso, durante o qual “as providências tomadas para instrução de um depoimento da FARSUL sobre essa importante matéria em litígio, puseram fim ao controverso acontecimento. Pelo rádio e pela imprensa a verdade foi reestabelecida perante o julgamento da opinião pública, com isenção de ânimo e plena exação.”

Outrossim, na oportunidade em que a Diretoria de Terras e Colonização da Secretaria da Agricultura realizou pela imprensa um “Apelo aos grandes proprietários de Terra”, de forma que possibilitava a distorção de conteúdo do item “f” do capítulo 9 da proposição da FARSUL, contida na “Contribuição Concreta da Classe Rural”, a opinião pública e os reais interessados por uma oportunidade de acesso à terra foram devidamente situados nas bases em que o ruralismo gaúcho se propunha e se propõe a contribuir na solução do momentoso problema agrário.⁶³²

complementar através dos órgãos de imprensa dos respectivos municípios.” FARSUL. Ata da reunião do Conselho Deliberativo. 24 de abril de 1962. p. 5. Acervo da Farsul.

⁶³⁰ FARSUL. *Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962*. Folheto 43. p. 101. Acervo da Farsul.

⁶³¹ Idem, p. 95. Trechos de uma palestra proferida pelo presidente da Farsul Saint Pastous na Rádio Guaíba, no dia 17 de fevereiro de 1962.

⁶³² Ibidem, p. 100.

Tais relatos sobre as atividades desenvolvidas no âmbito da Campanha são indicativos da centralidade que as disputas em torno de uma suposta verdade sobre os acontecimentos adquiriram naquele momento para a entidade. Além disso, tal visibilidade junto aos meios de comunicação também servia para socializar as informações e orientações da Federação junto a seus associados, constituindo-se em um instrumento de mobilização e de produção de imagens e símbolos dos ruralistas.

Durante a Campanha também foram realizadas palestras do presidente da entidade “em centros os mais representativos da vida rio-grandense”: na Câmara de Comércio Brasil – Estados Unidos e na PUCRS, sobre a Aliança para o Progresso (Alpro); na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a convite do Comandante do III Exército, General Penha Brasil; no Pavilhão da Associação Rural de Bagé, para um “grupo de estagiários da Escola Superior de Guerra.”⁶³³

Estes movimentos da Federação em direção à ampliação de seu espectro de influência, consubstanciados em sua visibilidade na imprensa e na participação de suas lideranças em atividades promovidas por diferentes entidades, universidades, clubes e associações, foram centrais no processo de mobilização do patronato rural gaúcho naquele contexto de embates que marcou o início da década de 1960. A Farsul buscou compor novas alianças e redefinir outras, articulando-se com diferentes segmentos sociais cujos interesses, em alguma medida aproximavam-se dos seus. Neste processo, foi beneficiada pela inserção de seus membros e dirigentes em uma imensa rede de relações, agências e instituições, conforme evidenciamos ao longo do primeiro capítulo.

Um exemplo significativo desta articulação foi a aproximação da Farsul com setores conservadores da Igreja Católica, com os quais compartilhava algumas posições relativas à questão agrária e ao processo de sindicalização rural.

Segundo Fröhlich, “o episcopado e o clero sul-riograndense, em boa parte, sempre favoreceu e chamou a atenção sobre mudanças necessárias na posse da terra para melhorar as condições precárias de vida das populações rurais. Porém, a intervenção estatal na propriedade privada era vista com reservas por parte da hierarquia eclesiástica.”⁶³⁴

Um dos artífices da aproximação da Federação com a Igreja Católica era o arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer. Este enxergava o Master com desconfiança, atribuindo sua condução ao controle de elementos comunistas. Rodeghero transcreve uma

⁶³³ Idem Ibidem, p. 102.

⁶³⁴ FRÖHLICH, op. cit., p. 63.

entrevista concedida em outubro de 1961, na qual ele denunciava a existência de atividades comunistas no estado e atribuía ao movimento dos agricultores sem-terra “a sublevação dos trabalhadores rurais segundo os conhecidos métodos comunistas.”⁶³⁵

Neste sentido, o arcebispo empenhou-se na criação da Frente Agrária Gaúcha (FAG). Fundada em outubro de 1961 por clérigos e leigos católicos, tal entidade concorria com o Master na organização dos trabalhadores do campo e “ganhou rápida expansão mediante o apelo para o engajamento de fiéis na paróquia.”⁶³⁶

O significado atribuído a esta entidade por representantes de setores conservadores pode ser visualizado no discurso do deputado estadual Euclides Kliemann (PSD) na tribuna da Assembleia Legislativa, em junho de 1962. Ao tratar da cerimônia de criação de uma seção da FAG em sua cidade natal, Santa Cruz do Sul, ele afirma ter verificado “que a finalidade principal da Frente Agrária Gaúcha é unir os agricultores a fim de defender, através da sua associação, o sistema de vida que adotamos, que é o sistema democrático, a liberdade de culto religioso e a garantia aos direitos individuais [...]”⁶³⁷ Ele complementa:

Verificando essa situação e verificando também a demagogia que se está fazendo por este Estado e pelo País afora, no sentido de uma pregação que nada tem de objetivo, ao contrário, parece querer unicamente o acirramento entre as classes de proprietários e não proprietários, sem distinção qualquer quanto à capacidade efetiva daqueles a serem contemplados, achamos de alto interesse, achamos de alta benemerência a iniciativa tomada pelo Sr. Arcebispo de Porto Alegre e demais bispos rio-grandenses, com a colaboração intensa de pastores evangélicos, para a criação da Frente Agrária Gaúcha e a posterior fundação do Sindicato dos Pequenos Proprietários Rurais e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.⁶³⁸

Neste sentido, a FAG é apresentada enquanto uma entidade que reforçava os valores da *união*, da democracia e dos direitos individuais – entendidos, sobretudo, enquanto direito de propriedade - em contraposição a outros movimentos considerados como instrumentos para o *acirramento entre as classes de proprietários e não proprietários*, que estaria inserido em uma campanha maior que se espalhava pelo país, marcada pela *demagogia* e pela *agitação*. Em seu discurso também se reforça outro elemento recorrente nas acusações direcionadas ao Master: de que este reunia pessoas que não seriam afeitas às lides da terra, que não contavam

⁶³⁵ SCHERER, Vicente, 1961h, p. 201 APUD RODEGHERO, op. cit., p. 91-92.

⁶³⁶ HARRES, op. cit., 200, p. 250-251.

⁶³⁷ ANAIS da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 07 de junho de 1962. 32ª Sessão Ordinária. Volume 157. p. 29.

⁶³⁸ Idem, p. 30.

com os atributos necessários para o trabalho no campo. Assim, o deputado criticava as propostas de reforma agrária que pretendiam, segundo ele, distribuir terras sem levar em consideração a “capacidade efetiva daqueles a serem contemplados.”

As proposições da FAG sobre a reforma agrária, que seguia a orientação da cúpula da Igreja Católica nacional, se aproximavam do discurso produzido pelas entidades patronais.⁶³⁹ De acordo com Picolotto, “a concepção da FAG acaba se aproximando mais das concepções que propunham a ‘modernização técnica da agricultura sem reforma agrária’ (defendidas por organizações patronais, como a Farsul) como forma de superar a baixa produtividade e as imperfeições da estrutura agrária.”⁶⁴⁰

Scherer salienta que a Frente recebeu apoio de alguns grandes proprietários, inclusive da própria Farsul: “o segmento social patronal, frente a um movimento mais radical e outro mais moderado, prefere fortalecer seu poder através do apoio ao último.”⁶⁴¹

Esta aproximação entre a FAG e a Farsul parece ser mais orgânica, se cotejarmos os nomes de alguns dos membros das referidas entidades. Nos estatutos da FAG, constam os seus dezessete fundadores, entre os quais figuravam o Arcebispo Scherer, Dom Edmundo Luiz Kunz, pequenos agricultores do interior do estado, fazendeiros, integrantes do PTB - Egydio Michaelsen⁶⁴² e José Mariano Beck⁶⁴³ -, Ruy Cirne Lima – jurista, representante da Farsul na Comissão Mista⁶⁴⁴ e pai do secretário da Farsul na gestão 1959-1961, Luiz Fernando Cirne Lima -, Werter Faria, que era assessor jurídico da Farsul⁶⁴⁵ e compôs a Comissão criada pela entidade para elaborar um estudo sobre reforma agrária, e Ary Burger. Este último era professor da Faculdade de Economia da UFRGS e encontrei indícios de sua vinculação com a Farsul através de uma ata datada de abril de 1962, na qual o presidente

⁶³⁹ No período, a Igreja Católica estimulou uma série de movimentos análogos em todo o país, entre os quais se destacaram o Serviço de Assistência Rural, criado em 1949 sob a liderança de Dom Eugênio Salles no Rio Grande do Norte e o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, “agremiação vinculada aos Círculos Operários Cristãos e que dispunha de recursos fornecidos pelo IBAD.” RAMOS, op. cit., p. 80.

⁶⁴⁰ PICOLOTTO, op. cit., p. 86.

⁶⁴¹ SCHERER, op. cit., p. 89.

⁶⁴² Michaelsen era advogado e candidatou-se ao cargo de governador representando o PTB no pleito de 1962, no qual foi derrotado por Ildo Meneghetti (PSD). Ele também atuava como diretor do “Banco Agrícola Mercantil S.A.”, juntamente com Kurt Weissheimer e Emílio Kaminski.

⁶⁴³ Beck foi eleito suplente de deputado em 1958 e atuou como Secretário da Educação na gestão de Brizola. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/> Acesso em 20 de julho de 2015.

⁶⁴⁴ O jurista publicou um livreto fruto de suas reflexões e contribuições para os trabalhos da referida Comissão. LIMA, Ruy Cirne. *A propriedade e sua distribuição*. Contribuição ao relatório da Comissão designada pela Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, acerca da reforma agrária. Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo S.A., 1962. Folheto 224. Acervo Farsul. Conforme apontamos anteriormente, ele era apontado como integrante do “grupo dos católicos”, ou “geração dos católicos” que atuavam na Faculdade de Direito da UFRGS. Em 1966, concorreu ao governo do estado do RS em uma eleição indireta, mas uma manobra da ditadura, que cassou o mandato de oito deputados, garantiu a vitória do candidato da Arena, Peracchi Barcellos.

⁶⁴⁵ FARSUL. Ata da reunião do Conselho Deliberativo. 24 de abril de 1962. p. 6. Acervo da Farsul.

Saint Pastous justifica sua impossibilidade de comparecer a 41ª Reunião do Conselho Internacional de Comércio e Produção, que seria realizada em Santiago do Chile, “delegando, por isso, poderes oficiais do Dr. Ary Burger para representar a FARSUL, a fim de que o mesmo apresentasse perante aquele plenário os assuntos e problemas relacionados com a realização do plano de base.”⁶⁴⁶

Destaco que entre os sete membros que compuseram o Conselho Deliberativo da FAG, estavam Werter e Ary Burger.⁶⁴⁷ Além destes indivíduos, o então presidente da Frente na região de Santa Cruz do Sul, Leopoldo Morsch, foi eleito membro do Conselho Deliberativo da Farsul em julho de 1962.⁶⁴⁸ Neste sentido, evidencia-se que havia canais de articulação diretos entre as duas entidades, o que ampliou suas possibilidades de ação conjunta.

Entre essas ações, notabilizava-se a participação de membros da FAG em atividades promovidas pela Farsul. A sessão da FAG de Erechim, através de seu representante Sr. Romeu Madalozzo, apresentou contribuição para a Comissão de Reforma Agrária criada durante a Concentração Rural de Santa Maria para dar andamento à discussão sobre este item. Em outra reunião com os vice-presidentes da Farsul vinculada a “Campanha do Associativismo”, realizada em forma de um “seminário de estudos” nos dias 16 e 17 de outubro de 1962, um dos expositores foi o Padre Afonso Gregory, que discorreu sobre “Associativismo como Ciência Social”, no dia 16, e “Sindicalização”, no dia 17. Gregory era o representante da Arquidiocese Metropolitana no GTRA criado pela Farsul em 1961 e, além de professor da Pontifícia Universidade Católica do RS, era vinculado ao Seminário de Viamão, onde havia sido fundada a FAG, meses antes. Na segunda exposição, o padre explicou a “ação da Frente Agrária Gaúcha no momento atual e a aplicação da encíclica papal *Mater et Magistra*”.

No relato da entidade sobre este encontro, indica-se que após sua fala: “Seguiu-se o

⁶⁴⁶ Idem, p. 5. Sobre Burger: “Em 1942 iniciou como funcionário do Banco do Brasil. Foi diretor-presidente do BRDE (1963 – 1967), secretário da fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, no segundo governo de Ildo Meneghetti (1962-1966), diretor do Banco Central do Brasil, presidente do Banco Central do Brasil, diretor-presidente do Badesul, de cuja criação participou diretamente, diretor financeiro do Grupo Gerdau, entre tantas outras importantes atuações na economia gaúcha e nacional e executivo do Grupo Financeiro Ipiranga.” Disponível em:

http://200.169.19.94/documentos/draco/processos/119105/018432013PLL_PROJETO_729738000_1300.pdf

Acesso em: 12 de setembro de 2015. Ele também é citado por Dreifuss como integrante do Ipesul.

⁶⁴⁷ PEARSON, Neale John. *Small farmer and rural worker pressure groups in Brazil*. Dissertation. Degree of Doctor of Philosophy. University of Florida, 1967. p. 225-226. Além deles, compunham o Conselho José Ari Grebler, Ioni Seibel, Fernando Costa Gama, José Mariano Beck e o bispo Kunz.

⁶⁴⁸ TELÓ, op. cit., p. 80-81. Morsh também era dirigente da *Caixa Rural União Popular* em Santa Cruz do Sul, conforme apontei anteriormente.

Dr. Alberto Severo que deu cunho prático à exposição teórica do Pe. Afonso Gregory, dizendo que devem ser reconhecidas certas verdades, como a existência de um proletariado rural, que deve ser encarado como um fato social”. Severo mencionou também o “fenômeno universal da arregimentação sindical e da necessidade de disciplinar a sindicalização como fato psicológico individual e social”. Ao final, “sugeri que a classe rural promovesse a sindicalização porque ‘o problema existe, está em evolução e, naturalmente, entrará em ebulição.’”⁶⁴⁹

A fala de Severo, assim como a de Saint Pastous em outros momentos, revela a percepção, por parte de muitas lideranças da entidade, de que o momento era crítico e exigia uma atuação firme por parte dos ruralistas. Neste sentido, a ação da FAG, promovendo a sindicalização no campo em bases “cristãs”, era reconhecida pela entidade como legítima e merecedora de seu apoio.

Outra questão importante diz respeito à participação de membros da Farsul na formação do Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais do Rio Grande do Sul (Ipesul), um núcleo do IPES no estado.⁶⁵⁰ Em seu estudo sobre o instituto, Thiago Moraes identificou, entre os 29 sócio-fundadores da entidade, cinco membros da Farsul: Saint Pastous, Kurt Weissheimer e Antônio Chaves Barcelos (vice-presidentes da entidade entre 1961 e 1963), Paulo Simões Lopes e João Alves Osório (vices nas gestões 1961-1963 e 1963-1965).⁶⁵¹

O Ipesul foi criado em março de 1962 e se dedicava, segundo seus membros, a “formação de uma opinião pública esclarecida e justa”. O instituto defendia uma reorganização do capitalismo e era fortemente anticomunista. De acordo Moraes, sua fundação se deveu aos esforços de uma “parcela específica do empresariado gaúcho”, que ele chama de “empresariado vanguardista”:

⁶⁴⁹ FARSUL. Convênio Farsul – SSR – Desenvolvimento do Associativismo Rural. Relatório 2º semestre de 1962. Folheto 4, p. 6. Acervo da Farsul.

⁶⁵⁰ Segundo Dreifuss, o IPES foi fundado em 1961 e atuava junto ao Ibad, formando um complexo que atuava “como um Estado-Maior da burguesia multinacional-associada que desenvolveu uma ação medida, planejada e controlada que a levou ao poder.” Em seu estudo, o autor buscou evidenciar como estes institutos – que reuniam a “elite orgânica” (formada principalmente por empresários, alguns profissionais liberais, militares, e intelectuais) passaram a patrocinar uma ampla campanha de desestabilização do governo Goulart, além de difundir uma mensagem anticomunista através de palestras, simpósios, debates, propagandas no rádio e TV, filmes e jornais. Núcleos do IPES rapidamente se espalharam pelo país; no Rio Grande do Sul foi criado o Ipesul, em março de 1962.

⁶⁵¹ MORAES, Thiago de Aguiar. *“Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado”*: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

Em primeiro lugar, consideramos empresariado os dirigentes e acionistas de empresas, de modo genérico, sejam industriais, comerciantes, banqueiros, ou ligados ao campo. Neste universo, analisaremos a fração vanguardista. Esta denominação não se deve a juízos de valor ou positividade de um suposto pioneirismo destes empresários. A nossa proposta é identificar como os agentes se viam e compreendiam suas ações e a necessidade de transformar suas atitudes e empresas em algo diferente do que haviam feito até então. Nesse sentido, entendiam-se como uma parcela modernizadora do empresariado que se preocupava em levar as ideias de “humanização do trabalho” e “democratização” do capital para seus pares, dentro da perspectiva de uma reformulação da “mentalidade” empresarial que seria vital para a defesa da “democracia” no embate que ocorria contra o “comunismo”. Portanto, tratava-se de uma ação política consciente para a defesa dos interesses de sua classe.⁶⁵²

Assim, a fundação do Ipesul traduziria uma tentativa de construir um “consenso por parte da fração vanguardista do empresariado dos rumos que toda a classe deveria tomar”⁶⁵³, que se direcionariam para uma “democratização do capital” e para uma mentalidade empresarial que não visasse apenas o lucro. Em uma palestra realizada na PUCRS, Saint Pastous definiu para os estudantes tais institutos: “São organizações apartidárias, com objetivos essencialmente educacionais e cívicos, orientados por dirigentes de empresas e de profissões liberais, que deles participam por sua convicção e não como representantes de interesses privados.”⁶⁵⁴ Assim, Pastous buscava demonstrar que aqueles que se dedicavam ao Ipesul o faziam por convicção, por civismo, não por interesses particulares.

Um dos temas debatidos no interior do instituto era a reforma agrária. Conforme Dreifuss, o complexo Ipes/Ibad criou grupos de estudos específicos sobre o tema, buscando debater com as entidades patronais rurais e sensibilizar alguns ruralistas sobre a sua importância.⁶⁵⁵ No caso do Ipesul, a revista *Democracia e Empresa*, por ele editada, difundiu uma série de artigos acerca desta questão, nos quais a principal argumentação “sobre esta temática era a de que se houvesse uma reforma agrária, o mais importante não era a questão da redistribuição das terras, com ou sem indenização prévia, mas a assistência técnica, o crédito agrícola e a educação para os trabalhadores rurais.”⁶⁵⁶ Estas ideias divulgadas na revista se aproximavam das premissas adotadas pela Farsul no debate sobre a reforma agrária.

Ainda em relação ao Ipesul, é importante destacar que entre os seus sócios e dirigentes

⁶⁵² Idem, p. 29.

⁶⁵³ Ibidem.

⁶⁵⁴ SAINT PASTOUS, op. cit., p. 125.

⁶⁵⁵ As discussões promovidas por este Grupo de Trabalho acabaram sendo compiladas em um livro publicado pelo Ibad, intitulado “Recomendações sobre Reforma Agrária”. (Rio de Janeiro: Soc. Gráfica Vida Doméstica, 1961) Segundo Dreifuss, o rumo das políticas agrárias dos sucessivos governos militares seguiram muitas das diretrizes delineadas no programa defendido pelo Ibad.

⁶⁵⁶ MORAES, op. cit., p. 166.

havia representantes de outras entidades de classe, como a Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul) e a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), bem como integrantes de uma série de associações, partidos e instituições, o que configurava o instituto enquanto um espaço privilegiado para a articulação de interesses e a promoção de ações conjuntas.⁶⁵⁷

Em relação a tais ações e articulações, há um elemento importante apontado por Dreifuss, que diz respeito ao financiamento do complexo Ipes/Ibad para candidatos que comungassem de seus ideais. Nas eleições de 1962, por exemplo, vários candidatos a deputado receberam financiamento no Rio Grande do Sul: Clóvis Pestana (PSD), Peracchi Barcellos (PSD), Daniel Faraco (PSD), Raul Pilla (PL), Euclides Triches (PDC), Cid Furtado (PDC), Luciano Machado (PSD) e Rubem Bento Alves (PTB).⁶⁵⁸

A questão eleitoral também se revela importante para pensar a atuação da Farsul naquele momento. A entidade já contava com uma rede de representantes significativa na esfera político-partidária, especialmente na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional, onde vários deputados atuavam na defesa dos seus interesses. No entanto, a partir de 1962 o envolvimento dos ruralistas nos pleitos eleitorais passa a ser defendido como uma estratégia para a defesa dos “interesses da classe.” Na Concentração Rural de Santa Maria, surgiu a proposta de constituir um “Movimento Ruralista”, “com poderes para influir decisivamente nos resultados das eleições de âmbito municipal, estadual e federal, quer diretas ou indiretas.”⁶⁵⁹

A proposição foi apresentada ao plenário da Concentração por Aristides Milano, membro do Conselho Deliberativo da Farsul e integrante do PRP, e aceita como subsídio pela Comissão responsável pela discussão sobre a Reforma Agrária. Milano defendia a tese de que “o ruralismo do país, organizado como força política de grande poderio e exercida em padrões de elevada ética, abandonaria a posição de defesa em que se encontra e lançar-se-ia a uma ofensiva enérgica, orientada no sentido da salvaguarda de seus interesses.” Em sua justificativa, Milano citava a “clara e iniludível necessidade que tem e terá a classe de eleger no próximo pleito eleitoral um grande número de prefeitos, vereadores, deputados estaduais, federais, senadores e mesmo influir decisivamente na escolha do futuro governador do Estado” e que “por um princípio de auto-defesa, os altos interesses dos lavoureiros e dos pecuaristas tem de ser defendidos nos legislativos federais, estaduais e municipais, tanto

⁶⁵⁷ Uma análise mais detalhada sobre a atuação do Ipesul no imediato pré-golpe consta no próximo capítulo.

⁶⁵⁸ DREIFUSS, op. cit., p. 334.

⁶⁵⁹ *Correio do Povo*, 10 de janeiro de 1962. p. 18.

quanto nos Executivos”. Além disso, segundo ele, “os socialistas de todos os matizes e os adversários dos proprietários rurais estão unidos num front comum, com interesses econômicos, sociais e políticos, e nitidamente definidos” e que “no plano político a sua ação tem sido a mais eficiente possível, através da formação de frentes parlamentares e ao mesmo tempo, usam de métodos de pressão aos candidatos aos postos eletivos [...]”⁶⁶⁰

Note-se que os dados apontados no primeiro capítulo acerca da inserção político-partidária de inúmeros integrantes da Farsul indicam que tanto entre os presidentes e vice-presidentes, quanto no interior do Conselho Deliberativo, vários integrantes da entidade se candidataram ou ocuparam postos no executivo ou legislativo. O próprio Milano elegeu-se suplente de deputado por seu partido, o PRP, em 1958 e 1962. Ele defendia, no entanto, uma ação mais orgânica e ostensiva nas campanhas eleitorais, capazes de incidir sobre seus desfechos. Em seus argumentos, Milano afirmava que “a Classe Rural uma vez unida, constituir-se-á na mais poderosa classe deste Estado, uma vez que sua população numa proporção de 75% reside no campo e trabalha na agricultura.”⁶⁶¹ Neste sentido, acreditava que era necessário mobilizar os homens do campo, que se configuravam no maior contingente populacional do estado, a votar em seus pares, nos “autênticos” líderes “da classe”.

No ano de 1962, novas eleições para o executivo estadual seriam realizadas. Inúmeros integrantes da Federação eram vinculados a partidos políticos de oposição a Brizola no Rio Grande do Sul, conforme apontei anteriormente. No processo eleitoral que escolheu o seu sucessor, foi expressivo o apoio dos ruralistas a Ildo Meneghetti, do PSD. Um dos principais articuladores deste apoio foi Oscar Carneiro da Fontoura, líder do partido e amigo pessoal do candidato ao governo do estado.

Meneghetti se elegeu a partir de uma coligação de cinco partidos, que constituíram uma expressiva frente de oposição aos petebistas. Alguns trabalhos abordam o suporte financeiro recebido pelo então candidato por parte dos grandes proprietários rurais gaúchos. Alves, por exemplo, reproduz fragmentos de uma entrevista com Paulo Schmidt, ex-dirigente do Igra, em que este afirma:

Era uma riqueza maravilhosa, um investimento terrível. A campanha do Meneghetti, foi quem ganhou essa eleição do Brizola, foi a coisa mais rica que já houve. Com a história do perder a terra. Do Brizola tomar a terra deles, isso provocou um investimento dos fazendeiros todos, das grandes fortunas. Por incrível que pareça o nosso candidato era banqueiro, era Michaelson, banqueiro! E foi derrotado! O Brizola tentou equilibrar

⁶⁶⁰ Idem.

⁶⁶¹ Ibidem.

politicamente com uma pessoa com uma formação social, socialista dentro dos limites, mas um homem de bom senso, um homem sério, mas mesmo assim nos perdemos a eleição. Pela riqueza! Você não imagina o que foi essa campanha!⁶⁶²

Segundo o autor, a reação à política de Brizola pode ser dimensionada por este apoio direcionado à campanha de um candidato de oposição, no sentido de evitar a continuidade das políticas agrárias por ele implementadas.

Por fim, cito também a tentativa da Farsul em estabelecer uma interlocução com os militares. Tal interlocução era facilitada pela presença de ex-integrantes das Forças Armadas no interior da Federação e pela relação de parentesco de alguns de seus membros com expoentes do meio castrense, demonstrada anteriormente. Em diferentes momentos, remetia-se aos mesmos em situações de “ameaça”, enviando telegramas e chamando as autoridades militares a atuarem ou mediarem os conflitos em curso.⁶⁶³ Em maio de 1962, por exemplo, quando cerca de 500 agricultores acamparam às margens de uma propriedade considerada improdutiva em Cruz Alta, a Farsul denunciou o movimento ao comandante do III Exército, afirmando que este era “orientado pelo Governo do Estado e agitadores comunistas.”⁶⁶⁴ Conforme Eckert, “havia a ameaça do regimento militar atacar o acampamento e metralhar os camponeses.”⁶⁶⁵ Além disso, é preciso considerar as relações entre membros das Associações Rurais com oficiais e chefes militares das guarnições no interior do estado. Há várias evidências de que tais relações se desdobraram em ações repressivas por parte destes militares em direção aos movimentos de luta pela terra. Em janeiro de 1962, o Master denunciou “pressões (inclusive, armada) de um general e de ruralistas” contra os sem terra em Encruzilhada do Sul. O jornal *Novos Rumos*, editado pelo PCB, em sua edição de 18 a 24 de maio de 1962, denunciou que os “coronéis latifundiários” de Bagé estavam hostilizando os movimentos populares. A reportagem afirmava que “coronéis comandantes dos regimentos aqui sediados estão tomando atitudes impopulares, que não condizem com a imparcialidade que o Exército mantém frente aos momentosos assuntos político-econômicos do Brasil de

⁶⁶² ALVES, op. cit., p. 75. Recordo que Michaelsen foi um dos membros fundadores da FAG e era sócio de Kurt Weissheimer, da Farsul.

⁶⁶³ Ressalto que os movimentos de luta pela terra também se remetiam aos militares, como exemplifica o caso anteriormente citado, no qual a direção do Master denuncia Serafim Vargas ao Comandante do III Exército, Penha Brasil, por estar ameaçando os camponeses. Eckert relata uma reunião solicitada pelo movimento ao referido comandante, com o objetivo relatar a “difícil situação em que se encontravam os camponeses sem terra” no segundo semestre de 1962. ECKERT, op. cit., p. 147.

⁶⁶⁴ ECKERT, op. cit., p. 132.

⁶⁶⁵ Idem.

hoje.”⁶⁶⁶ Na mesma cidade, o presidente da Farsul palestrou para alunos da Escola Superior de Guerra, conforme mencionamos anteriormente. Cabe destacar que tal instituição era uma das principais difusoras do anticomunismo e da Doutrina de Segurança Nacional (DSN).⁶⁶⁷

Ressalto que estas ações repressivas envolvendo os destacamentos militares do interior do estado se acentuaram a partir da posse de Meneghetti, conforme será apresentado nas próximas páginas. Tais ações evidenciam as conexões e o poder político dos ruralistas em seus municípios, que serão utilizadas para garantir a defesa de suas propriedades contra os movimentos de luta pela terra.

* * *

Ao longo deste capítulo, examinei a atuação da Farsul nos início dos anos 1960, buscando evidenciar como a Federação e os ruralistas a ela vinculados buscaram imprimir força à defesa de seus interesses – anunciando-os como sendo os interesses de toda a nação - e barrar as iniciativas de reforma agrária defendidas pelas associações de agricultores sem terra e pelo governo do estado.

Neste processo, alternaram estratégias de enfrentamento aberto com tentativas de negociação e conciliação, de acordo com as contingências de cada momento e da correlação de forças no interior da Federação.

As práticas de enfrentamento se desdobraram em diferentes iniciativas que incluíram a organização de reuniões e concentrações, uma ampla campanha de denúncia nos meios de comunicação, a articulação junto a parlamentares e líderes partidários e a realização de ações em conjunto com as demais entidades patronais rurais do estado e do país. Neste sentido, se evidencia a feição do ruralismo enquanto um movimento político organizado, na acepção de Mendonça, discutida na Introdução.

Em relação às tentativas de negociação, destaca-se a decisão da entidade em compor com o governo do estado uma comissão mista para tratar da questão agrária. Tal decisão pode ser entendida como uma estratégia para arrefecer as mobilizações dos sem terra e as medidas

⁶⁶⁶ Novos Rumos, 14 a 24 de maio de 1962, snp.

⁶⁶⁷ A DSN surgiu inserida no contexto da Guerra Fria e foi concebida nos Estados Unidos, espalhando-se posteriormente para os outros países. Segundo Padrós, em 1947 foi criado o Conselho de Segurança Nacional, um órgão do governo dos Estados Unidos responsável por planificar todas as atividades de inteligência e contrainteligência nacionais e estrangeiras, que se tornou peça chave na condução da política externa dos Estados Unidos, inclusive em relação à América Latina. PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...* Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): Do *Pachecato* à ditadura civil-militar. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p. 8.

de desapropriação efetivadas pelo governo. A forma como foi construída a proposta da Federação, vinculando a sua contribuição concreta, em dinheiro ou terras, à aprovação de uma lei de âmbito federal, é um indício importante de que a Federação buscava ganhar tempo e que, efetivamente, pouco estava disposta a contribuir para os projetos de Brizola.

É preciso destacar, ainda, as diferenças e divergências existentes no interior da entidade. Os posicionamentos adotados pela Federação foram frutos de uma série de embates e concepções sobre a conjuntura que se desenhava. Internamente, não havia consenso sobre a necessidade de promover algumas reformas, tampouco sobre sua extensão. Ressalto que embora alguns ruralistas destacados manifestassem suas convicções de que era necessário melhorar as condições de vida no campo e estivessem dispostos a fazer concessões, o limite destas concessões era evidente: estavam excluídas medidas que concretamente alterassem a estrutura agrária.

A partir das análises desenvolvidas, compreendo que os elementos que constituíram aquele momento histórico incidiram de forma significativa na construção da identidade patronal destes ruralistas e delinearão a sua formação enquanto classe, partindo do pressuposto que esta se transforma, refazendo-se continuamente. As experiências compartilhadas por aqueles agentes naquele contexto marcado por tantos embates e conflitos fizeram com que a classe *acontecesse*.

Nas próximas páginas, este processo do *fazer-se* da classe patronal rural continuará sendo evidenciado, à medida que trataremos da questão agrária durante a gestão de João Goulart, examinando as mobilizações e posicionamentos da Farsul frente às ações implementadas por seu governo e ao movimento de radicalização que marcou a vida nacional no período que antecedeu o golpe de 1964.

**CAPÍTULO III – “Chegado é o tempo de guerra”: a Farsul, os “barões da terra”
gaúchos e as práticas de mobilização patronal no pré-golpe de 1964**

*Senhores Barões da terra
Preparai vossa mortalha
Porque desfrutais da terra
E a terra é de quem trabalha
Bem como os frutos que encerra*

*Senhores Barões da terra
Preparai vossa mortalha
Chegado é o tempo de guerra
Não há santo que vos valha:
Não a foice contra a espada
Não o fogo contra a pedra
Não o fuzil contra a enxada:
- União contra granada!
- Reforma contra metralha!*

*Senhor Grileiro de terra
É chegada a vossa vez
A voz que ouvis e que berra
É o brado do camponês
Clamando do seu calvário
Contra a vossa mesquinhez.*

*Queremos paz, não a guerra
Senhores Donos de Terra ...
Mas se ouvidos não prestais
Às grandes vozes gerais
Que ecoam de serra em serra
Então vos daremos guerra
Não há santo que vos valha:
Não a foice contra a espada
Não o fogo contra a pedra
Não o fuzil contra a enxada:
- Granada contra granada!
- Metralha contra metralha!
E a nossa guerra é sagrada
A nossa guerra não falha!*

Os homens da terra. Vinicius de Moraes

Vinicius de Moraes escreveu os versos de *Os homens da terra* em 1962, “em homenagem aos trabalhadores da terra do Brasil, que enfim despertaram e cuja luta ora inicia.”⁶⁶⁸ Embora as lutas e as resistências dos ‘trabalhadores da terra’ permeiem parte

⁶⁶⁸ MORAES, Vinicius de. *Poemas para a Liberdade*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1962.

significativa de nossa história, na representação do poeta, havia chegado, naquele momento, “o tempo de guerra”; aqueles homens, enfim, teriam despertado. Há muitas interpretações e indagações possíveis a partir de sua poesia e de como ela traduz determinada leitura sobre os conflitos agrários no início da década de 1960. Que tipos de situações, práticas, crenças e valores os versos de Vinícius procuravam retratar? Qual era a *guerra* a ser pelejada? E por que era possível acreditar que o *brado*, a *enxada*, a *foice*, e principalmente, a *união* destes trabalhadores, não falharia?

Talvez o poeta, como tantos homens e tantas mulheres que viveram aquele momento histórico, tenha acreditado que se estava diante de uma encruzilhada que poderia levar a uma transformação profunda na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo brasileiro. No início da década de 1960, assistia-se a uma efervescência dos movimentos de luta pela terra; os trabalhadores e trabalhadoras rurais mobilizaram-se e inseriram suas demandas em diferentes espaços, conquistando direitos, visibilidade e solidariedade.

Tais conquistas não se deram sem embates e contraposições - especialmente por parte dos *barões da terra* - e é neste sentido que se pode ler aquele contexto como um *tempo de guerra*: um momento em que as lutas em torno da chamada “questão agrária” ganharam novas dinâmicas e significados e no qual atuaram sujeitos e grupos sociais com interesses, valores e posições divergentes.

Nestes embates e disputas engendrados no início dos anos 1960, a reforma agrária alcançara importância central. Esta “se tornou uma demanda ampla, proposta disputada por diferentes forças sociais, tornando-se a tradução política das lutas por terra que se desenvolviam em diversos pontos do país.”⁶⁶⁹ De acordo com Medeiros, o que se verificou naquele momento

[...] foi, pois, o encontro de perspectivas distintas e projetos diferenciados apontando para a necessidade de reformas estruturais e convergindo para uma posição crítica em relação à concentração da propriedade fundiária. Essa crítica, potencializada pela enorme quantidade de lutas por terra, levadas à frente por “posseiros” (Goiás, Paraná, Rio de Janeiro), “moradores”/“foreiros” (Pernambuco, Paraíba), “arrendatários” (São Paulo, Goiás, Minas Gerais), trabalhadores “sem terra” que acampavam nos limites das propriedades, demandando terra (Rio Grande do Sul), transformou a reforma agrária, no início dos anos 60, em carro-chefe das “reformas de base” e eixo de um projeto nacional-desenvolvimentista.⁶⁷⁰

⁶⁶⁹ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões*. Rio de Janeiro, 1993. p. 7.

⁶⁷⁰ Idem.

As disputas em relação aos projetos de reforma agrária - e aos interesses e compromissos que eles encobriam - envolveram diferentes setores sociais e tornaram-se um tema central na agenda política nacional, especialmente a partir do momento em que o governo João Goulart sinalizou sua disposição em efetivá-la. Inserida num contexto de crescente radicalização política, especialmente a partir de 1963, a bandeira da reforma agrária ativava medos e resistências por parte dos ruralistas e de suas entidades representativas.

O presente capítulo trata da atuação da Farsul neste contexto, objetivando analisar como esta se articulou, quais foram seus posicionamentos, como a Federação e seus agentes, inseridos em diferentes redes de relações e espaços de poder, intervíram nesta “agenda” e quais as ideias e valores por eles disseminados.

Inicialmente, serão abordadas as primeiras medidas do governo João Goulart em torno da questão agrária e sua repercussão junto às entidades representativas do patronato rural, destacando-se a Farsul. Também será tratada a postura da entidade a partir da posse de Meneghetti, buscando problematizar suas formas de interlocução com um governo aliado e analisar a política agrícola e agrária do novo governador, na perspectiva de identificar em que medida e de que forma esta política estava em convergência com os interesses dos ruralistas gaúchos.

Em um segundo momento, serão discutidas as principais linhas de ação da Federação na medida em que a entidade e os grandes proprietários/produtores se vêem diante de uma conjuntura pautada pelas disputas em torno das propostas para a reforma agrária discutidas no Congresso Nacional.

Por fim, busca-se analisar o contexto do imediato pré-golpe, na perspectiva de compreender como a Farsul e/ou os ruralistas a ela vinculados se articularam com diferentes entidades, associações de classe, grupos e partidos políticos na tentativa de contrapor-se ao decreto de reforma agrária elaborado pelo governo federal e à expansão dos movimentos sociais no campo e, especialmente, de que forma e a partir de quais ações e discursos ajudaram a construir/fortalecer a base social que garantiu e legitimou o golpe de 1964.

3.1 A Farsul e as transformações na política agrária no início dos anos 1960

João Goulart tornou-se Presidente da República em setembro de 1961, após uma grave crise política e militar que quase impediu a sua posse. Assumiu a presidência com poderes limitados pela imposição do sistema parlamentarista, solução pactuada que garantiu sua

investidura. Herdou de Jânio Quadros um país mergulhado em aguda crise econômica, caracterizada por altos índices de inflação, endividamento da máquina pública e baixo nível de crescimento. De acordo com Ferreira, após assumir o governo

Goulart se viu frente às demandas históricas das esquerdas e, na verdade, pregadas ao longo dos anos por ele mesmo: as reformas de base. Para os grupos nacionalistas e de esquerda, tratava-se de um conjunto de medidas que visava alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo um desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social.⁶⁷¹

Entre essas medidas destacavam-se as reformas agrária, bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa e universitária.⁶⁷² Em relação à reforma agrária, esta já havia sido objeto de discussão ainda durante o governo de Jânio Quadros, que criou uma comissão responsável por desenvolver uma proposta em torno do tema, presidida pelo senador Milton Campos (UDN); no mesmo período o Poder Legislativo também instituiu uma comissão incumbida de analisar os diferentes projetos então em tramitação no Congresso.⁶⁷³

Um dos principais entraves para a aprovação de um projeto de reforma agrária dizia respeito às controvérsias sobre as indenizações em caso de desapropriação de terra. De acordo com o artigo 141 da Constituição de 1946, era assegurada “aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, a segurança individual e à propriedade”. O parágrafo 16 deste artigo estabelecia que “É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro.”⁶⁷⁴

Supostamente, a indenização prévia e em dinheiro tornaria as desapropriações inviáveis financeiramente e, por essa razão, alguns setores defendiam que as indenizações deveriam ser pagas em títulos da dívida pública, resgatáveis em longo prazo. Para isso, era

⁶⁷¹ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves [org.]. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. (O Brasil Republicano; v. 3). p. 351.

⁶⁷² De acordo com Figueiredo, as chamadas reformas de base também incluíam alterações como a extensão do voto aos analfabetos e a oficiais não graduados das Forças Armadas, a legalização do Partido Comunista e o desenvolvimento de “políticas nacionalistas que iam desde o controle sobre o capital estrangeiro até a nacionalização e o monopólio estatal de setores específicos da economia.” A autora salienta que os grupos nacionalistas e de esquerda que as defendiam eram muito heterogêneos, divergindo sobre os objetivos e as formas de garanti-las. FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas?: alternativas democráticas à crise política: 1964-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p. 66.

⁶⁷³ Idem, p. 70.

⁶⁷⁴ Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/> Acessado em 12 de dezembro de 2015. A Constituição também previa, em seu artigo 147 que “O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos.”

necessário alterar tal dispositivo constitucional; proposição que gerava resistências por parte de grupos conservadores que julgavam estar sendo ameaçado o direito de propriedade.

Quando Jango assumiu, não havia convergência nem mesmo entre os partidos políticos que davam sustentação ao seu governo – PTB e PSD – em relação ao alcance das desapropriações e às indenizações, o que obstaculizava a elaboração de um projeto de reforma agrária com chances de ser aprovado no Congresso Nacional.⁶⁷⁵

Ao mesmo tempo em que o presidente via-se limitado por essas divergências – inclusive entre as alas de seu próprio partido - e pelos entraves representados pelo parlamentarismo, as pressões sobre o governo avolumavam-se. Os conflitos no campo aumentaram sensivelmente, bem como a organização dos trabalhadores rurais e a capacidade de articulação dos movimentos de luta pela terra em nível nacional.

Nesse contexto, o executivo empreendeu algumas ações no sentido de estruturar uma política nacional de reforma agrária. Em fevereiro de 1962 foi constituído o Conselho Nacional de Reforma Agrária (Cnra). Vinculado ao Ministério da Agricultura⁶⁷⁶, o Conselho era composto por quatro membros: Dom Helder Câmara, representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (Cnbb), Edgar Teixeira Leite, da CRB; Paulo Shilling, assessor do governo do Rio Grande do Sul para assuntos agrários e Thomas Pompeu Acioly Borges, assessor do Senado.⁶⁷⁷

Mas foi em outubro de 1962, com a criação da Superintendência de Política Agrária (Supra), que se evidenciou uma inflexão na política do governo federal em relação à reforma agrária. A Supra objetivava “ativar medidas preparatórias de reforma antes mesmo de sua aprovação pelo Congresso, e, mais do que isso, criar condições políticas e institucionais favoráveis à sua imediata aplicação.”⁶⁷⁸ Esta incorporou outros órgãos como o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), o Serviço Social Rural (SSR) e o Conselho Nacional de Reforma Agrária, passando os mesmos a responder diretamente à Presidência da República, conforme mencionei anteriormente. A independência da autarquia em relação ao Ministério da Agricultura, “espaço onde era tradicionalmente exercido o controle dos proprietários fundiários”, constituía-se em uma reivindicação recorrente das organizações de

⁶⁷⁵ Sobre essas divergências ver: CAMARGO, op. cit.; FERREIRA, op. cit.

⁶⁷⁶ O Ministro da Agricultura, Armando Monteiro Filho, era um conhecido usineiro do PSD, o que reafirmava, de acordo com Natividade, “a tentativa do governo de dialogar com os partidos de oposição em busca de credibilidade para seu projeto para o campo, frente aos proprietários rurais.” NATIVIDADE, op. cit., p. 37.

⁶⁷⁷ Note-se que não havia representação dos trabalhadores rurais no Conselho. O Cnra foi instalado em maio de 1962 pelo primeiro-ministro Tancredo Neves e sua presidência coube a Teixeira Leite, representante da CRB.

⁶⁷⁸ CAMARGO, op. cit., p. 204.

trabalhadores do campo.⁶⁷⁹

A criação da Supra provocou uma série de críticas por parte das entidades patronais rurais.⁶⁸⁰ De acordo com Ramos, a CRB, por exemplo, posicionou-se contrária a esta iniciativa e o tom conciliatório entre suas campanhas e as medidas implementadas durante o governo João Goulart se desgastou significativamente:

Além de proferir críticas mais contundentes ao governo João Goulart, a CRB intensificou sua campanha de união da *Classe Rural*, sob o tema *Unir ou Perecer*. Apregoava-se que, frente ao contexto adverso de então, os produtores rurais deveriam se organizar nas associações visando defender seus interesses, procurando, assim, angariar novos sócios e fortalecer uma modalidade de representação – o associativismo – controlada por ela.⁶⁸¹

Um dos motivos do descontentamento estava vinculado às alterações na estrutura de órgãos como o SSR e o Cnra, nos quais a entidade contava com importante participação, conforme evidenciamos anteriormente. Com a incorporação do SSR pela Supra, por exemplo, muitas linhas de atuação dos ruralistas no interior do aparelho de estado se fragilizavam, especialmente no que dizia respeito à questão da sindicalização rural, o que explica sua reação. No Rio Grande do Sul, a Farsul articulava-se de forma intensa com o SSR, especialmente em função dos convênios firmados para promoção do associativismo rural, que também significavam um aporte de recursos expressivo para a entidade, conforme apontei anteriormente. Além disso, o Presidente do Conselho Regional do referido órgão era Alberto Severo, membro do Conselho Deliberativo da Federação.⁶⁸²

Na reunião do Conselho Deliberativo realizada no dia 14 de dezembro de 1962, logo após a fundação da Superintendência, o presidente da Farsul anunciou a intenção de Alberto Severo em renunciar ao cargo. Saint Pastous afirmava que: “Sem entrar no mérito da questão, e muito menos pretender trazer a discussão os respeitáveis e ponderáveis motivos que teriam levado o Dr. Alberto Severo a adotar tal atitude”, estava inconformado, tendo em vista o trabalho realizado à frente da autarquia, especialmente em relação ao associativismo. Ao abrir

⁶⁷⁹ MEDEIROS, op. cit., p. 8.

⁶⁸⁰ Com exceção da SRB, que saudou a criação da Supra; na ocasião o Ministro da Agricultura era o presidente da entidade, Renato da Costa Lima. NATIVIDADE, op. cit., p. 108.

⁶⁸¹ RAMOS, op. cit., p. 69. A autora salienta ainda que “a agremiação procurou veicular, em sua revista, propostas de reforma agrária oriundas de outras organizações da sociedade civil que coadunavam com seus interesses, como a do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática).” Idem.

⁶⁸² Severo foi nomeado em 1961, para exercer um mandato de três anos. No momento de assinatura do convênio de 1958, o presidente em exercício do Conselho Regional do SSR era Balbino de Souza Mascarenhas, outro membro da Farsul.

a discussão, os conselheiros manifestaram-se “apelando ao mesmo para que não concretize aquela atitude.”⁶⁸³ A ata prossegue:

Com a palavra, o Dr. Alberto Severo agradece a manifestação dos presentes, mas diz que sua decisão é definitiva e irreversível, ressaltando que não é a primeira vez que se vê compelido a tal atitude, face aos crescentes obstáculos antepostos pelos poderes públicos à organização e desenvolvimento do Serviço Social Rural. Faz um histórico das atividades da autarquia, desde sua fundação, em 1956, para concluir que até hoje a mesma não conseguiu realizar, a contento, seus objetivos, pelas razões apontadas. Aduz ainda que o SSR não mais pertence a classe rural, por ter o Governo Federal intervindo no mesmo.⁶⁸⁴

De acordo com a ata da reunião, houve manifestações de outros conselheiros: Nestor Jardim sugeriu que o Conselho traçasse “uma campanha de resistência as investidas que se fazem contra os direitos da classe, e ressalta o interêsse de que o Dr. Alberto Severo continue em seu pôsto, fixando-se um prazo para a concretização de sua renúncia”; Thomaz Vares Albornoz apelou “ao Dr. Severo para que reconsidere sua decisão, sendo apoiado em suas palavras pelo Dr. Moacyr Dias e pelos demais conselheiros.”⁶⁸⁵

Fazendo uso da palavra novamente, Severo abordou “outros aspectos dos problemas que seriam criados pela sua permanência no SSR, não só no âmbito pessoal como também para a classe” – aspectos que não são descritos na ata – mas concordou em adiar a resolução até o próximo mês de janeiro.⁶⁸⁶

Em nova reunião em fevereiro de 1963, o assunto relativo ao SSR foi recolocado em pauta; Dácio Assis Brasil pediu a palavra “para solicitar esclarecimentos sôbre a situação em que se encontra o Serviço Social Rural, face à projetada incorporação daquela entidade à Superintendência da Política Agrária.”⁶⁸⁷ Antônio Saint Pastous esclareceu “que as modificações estruturais a serem procedidas na autarquia em referência dependem de providências do Ministério da Agricultura” e informou que “o convênio mantido pela FARSUL com o Conselho Regional do S. S. R. findou em 31 de dezembro de 1962, não sendo possível sua continuidade.”⁶⁸⁸ Assis Brasil solicitou esclarecimentos, e Pastous informou “ser impraticável a continuidade do convênio em referência, face a nova

⁶⁸³ FARSUL. Ata da reunião do Conselho Deliberativo. 14 de dezembro de 1962. Folha 1. Acervo da Farsul.

⁶⁸⁴ Idem.

⁶⁸⁵ Ibidem, folhas 1-2.

⁶⁸⁶ Idem Ibidem, folha 2.

⁶⁸⁷ FARSUL. Ata da reunião extraordinária do Conselho Deliberativo e da Diretoria da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul. 1º de fevereiro de 1963. p. 2. Acervo da Farsul.

⁶⁸⁸ Idem.

estruturação do Serviço Social Rural, que passará a integrar a Superintendência de Políticas de Reforma Agrária, cuja orientação ainda não é conhecida.”⁶⁸⁹

Nas falas dos ruralistas, transparece a indignação frente ao que consideravam uma investida “contra os direitos da classe”, uma “intervenção” descabida do governo em um órgão que “pertence a classe rural”; evidencia-se também que estavam apreensivos pois não sabiam os rumos do SSR – e da própria Supra - a partir daquele momento. Sentiam que seus interesses estavam sob ataque por parte do governo, através da intervenção direta em espaços (o SSR) que controlavam, a serviço de suas estratégias. Ressalto que não há informações de que o SSR tenha sinalizado para o fim do convênio, mas provavelmente a presidência da entidade não vislumbrasse a possibilidade de continuidade tendo em vista às prováveis mudanças de orientação do referido órgão.

Outro elemento importante está relacionado à nomeação de João Caruso Scuderi para assumir a presidência da autarquia, em fevereiro de 1963. Caruso, geralmente apontado como um membro da chamada “ala radical” do PTB, fora Secretário da Agricultura do governo Brizola e teve uma série de desentendimentos com a Farsul, conforme apontamos no segundo capítulo.⁶⁹⁰ Ao fim de sua gestão na Secretaria da Agricultura, se envolveu em uma nova polêmica com a entidade ao responder a uma declaração de Plínio Cabral, chefe da Casa Civil do recém empossado governador Ildo Meneghetti, em que este fazia uma série de críticas à gestão anterior em relação à condução da política agrária. Caruso mandou publicar um “apedido” no jornal *Correio do Povo*, defendendo a administração de Brizola; nesta nota, afirmava: “Para vencer as barreiras que se antepõem a reforma agrária, o Senhor Plínio Cabral terá, antes de mais nada, de superar os conluios dos Partidos conservadores com a Farsul, o poder econômico, os setores mais reacionários do clero, os latifundiários, enfim, a composição de forças que elegeu o senhor Ildo Meneghetti.”⁶⁹¹

Em seu texto, Caruso posicionava-se de forma clara contra a entidade. No dia seguinte, segundo o mesmo jornal, “diretores da Farsul estiveram apreciando a nota”⁶⁹², mas acompanhando as notícias publicadas, não foram encontradas declarações públicas da Federação a respeito. No entanto, na mesma semana a CRB enviou telegrama ao presidente

⁶⁸⁹ Idem, p. 5.

⁶⁹⁰ De acordo com Aspásia Camargo, em uma conversa informal realizada entre João Goulart e o embaixador norte-americano Lincoln Gordon em fevereiro de 1963, este teria cobrado “de Jango uma definição quanto ao papel dos radicais, no governo, especialmente de Brizola e dos ‘assessores gaúchos’ Cibilis Viana, Paulo Schilling e João Caruso.” Na ocasião, Goulart teria tranquilizado o embaixador, “minimizando a importância funcional dos *brizolistas*, e refutando a sua tão temida influência comunista.” CAMARGO, op. cit, p. 207.

⁶⁹¹ *Correio do Povo*, 5 de fevereiro de 1963. p. 22.

⁶⁹² *Correio do Povo*, 6 de fevereiro de 1963. p. 6.

afirmando que “o preenchimento dos postos da SUPRA reveste-se de magnitude”; a entidade declarava “não pleitear ou reivindicar qualquer cargo no referido órgão”, mas esperava que o presidente o mantivesse “fora de influências capazes de desviar os rumos ou interesses da sofrida classe rural.”⁶⁹³ Em outras palavras, os ruralistas queriam a Supra livre dos “comunistas”.

Caruso permaneceu poucos meses no cargo, demitindo-se em junho de 1963, após alguns desentendimentos internos, especialmente após Jango nomear, à sua revelia, diretores que não teriam “nenhuma vinculação com o problema dos trabalhadores do campo” para atuar na autarquia.⁶⁹⁴ De acordo com Aspásia Camargo, o governo vinha recebendo pressões por conta da sua atuação e a de outros membros do PTB que antes integraram a gestão de Brizola e que passaram a exercer funções no governo federal. Em uma conversa informal realizada entre João Goulart e o embaixador norte-americano Lincoln Gordon em fevereiro de 1963, este teria cobrado “de Jango uma definição quanto ao papel dos radicais, no governo, especialmente de Brizola e dos ‘assessores gaúchos’ Cibilis Viana, Paulo Schilling e João Caruso.” Na ocasião, Goulart teria tranquilizado o embaixador, “minimizando a importância funcional dos *brizolistas*, e refutando a sua tão temida influência comunista.”⁶⁹⁵

Sua demissão provocou uma série de manifestos de apoio por parte de entidades e associações de agricultores sem-terra do estado do Rio Grande do Sul, que se dirigiram ao presidente reivindicando a sua manutenção no cargo.⁶⁹⁶ É notável que isto manifesta a posição de entidades representativas de uma outra classe do campo, antagonista dos ruralistas. Ao reivindicarem a permanência de Caruso, disputavam não apenas nomes que comporiam a Supra, mas o caráter da atuação desta entidade.

Desde sua criação, pairou sobre a Supra a acusação de ser um local de “agitadores” e “comunistas”; tal suspeição estava relacionada à própria especificidade da autarquia e de suas atribuições. Além de dedicar-se à política de reforma agrária, a Supra atuou de forma significativa no processo de sindicalização rural, fornecendo apoio institucional para a formação de sindicatos e para o seu reconhecimento, a partir de um convênio estabelecido com o Ministério do Trabalho e da criação da Comissão Nacional de Sindicalização Rural.

A partir de 1962, o Executivo investiu no sentido de “via sindicalização, consolidar

⁶⁹³ *Correio do Povo*, 7 de fevereiro de 1963. p. 7. O telegrama era assinado por Teixeira Leite, vice-presidente da CRB, representante da entidade no extinto Cnra.

⁶⁹⁴ “Fazendo graves ameaças, Caruso deixou a Supra”. *Correio do Povo*, 20 de junho de 1963. p. 20.

⁶⁹⁵ CAMARGO, op. cit, p. 207.

⁶⁹⁶ “A pedido: trabalhadores gaúchos pedem a Caruso que fique”. *Correio do Povo*, 16 de junho de 1963. p. 20.

bases de apoio e institucionalizar o crescente e cada vez mais organizado movimento dos trabalhadores do campo”.⁶⁹⁷ Para isso, foi emitida, em junho daquele ano, a Portaria nº 209 A, que dispunha sobre a organização e o reconhecimento de entidades sindicais rurais, tanto de empregadores quanto de trabalhadores, tendo por base o Decreto-Lei nº 7.038, de 1944. A portaria estabelecia um “quadro de atividades e profissões rurais que devia nortear a formação de sindicatos, bem como a de associações de grau superior – federações e confederações. Essas organizações deveriam reunir aqueles que exerciam atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas.”⁶⁹⁸

Caruso foi substituído por João Pinheiro Neto, um político que tinha boas relações com o PSD e permaneceu no cargo até o golpe de 1964. Sua nomeação indica a opção de Jango em escolher um sucessor que afastasse da Supra a pecha de “radicalismo” ou “comunismo”. Em uma entrevista concedida em 1977, Neto afirmou:

Pois é; mas o que se tentou, o que se tentava fazer com a sindicalização rural nossa, da SUPRA, era conter o domínio da sindicalização por parte destes grupos mais extremistas. Daí, a preocupação do presidente em dizer sempre: “Cuidado, eu sei o que eles estão fazendo.” Ele não queria entregar o controle da sindicalização rural aos grupos mais extremistas.⁶⁹⁹

Assim, de acordo com sua leitura, o presidente, ao atribuir à autarquia tais funções, buscava neutralizar a ação dos grupos comunistas com vistas à organização dos trabalhadores do campo.

De qualquer forma, a intervenção do governo, via Supra, no processo de sindicalização rural vinha de encontro com os interesses da Farsul e dos ruralistas, pois tirava deles o protagonismo no associativismo, que era garantido, em grande medida, pelo controle dentro do SSR. Na medida em que este foi absorvido pela nova autarquia, as entidades patronais rurais perderam esse canal de atuação. Por essa razão manifestou-se no seio da Farsul uma reação tão veemente em relação às transformações na estrutura do SSR. Desse modo, vemos que a atuação no interior dos órgãos do estado não era secundária, e a Farsul compreendia isso muito bem, o que justifica seu descontentamento com qualquer ação do governo que lhe retirasse tal poder.

Na esteira deste processo, surgiram centenas de sindicatos de trabalhadores rurais no

⁶⁹⁷ NATIVIDADE, op. cit., p. 106.

⁶⁹⁸ Idem.

⁶⁹⁹ NETO, João Pinheiro. *Depoimento*. 1977. Rio de Janeiro, CPDOC. p. 61. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista136.pdf> Acesso em 12 de dezembro de 2015.

período: em número ínfimo em 1962, em 1963 já somavam 270 e mais de 500 estavam em fase de organização em todo o país. Em março de 1963 foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo aos trabalhadores rurais direitos trabalhistas e regulamentando a sua organização sindical. De acordo com Natividade, o Estatuto começara a ser discutido no Congresso ainda em meados da década de 1950, onde sofreu resistência por parte “de setores identificados com os grandes proprietários fundiários”. A autora afirma que sua aprovação somente tornou-se possível em função da nova conjuntura política marcada pelo fim do parlamentarismo e pela pressão em torno da reforma agrária.⁷⁰⁰ Além disso, a composição do Congresso havia se modificado sensivelmente nas eleições de 1962, com um expressivo avanço do PTB, cujo número de parlamentares praticamente dobrou, passando de 66 para 116.⁷⁰¹

Entre as determinações da Lei nº 4.214/1963, que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, constavam: a instituição da Carteira Profissional de Trabalhador Rural, obrigatória para o exercício do trabalho rural; salário mínimo; férias remuneradas; jornada de trabalho que não deveria exceder oito horas diárias; aviso prévio; entre outras.⁷⁰² Além de estabelecer normas para as relações de trabalho no campo, o Estatuto tratava da organização sindical e previa a criação de entidades de representação oficial para proprietários e trabalhadores agrícolas de âmbito nacional: a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), respectivamente.

Embora o Estatuto tenha sido criticado - especialmente em função da definição de “trabalhador rural”, considerada “insuficiente para compreender as diversas formas de relação de trabalho presentes no campo brasileiro”⁷⁰³ – sua aprovação representou uma conquista significativa para os trabalhadores do campo.

* * *

No dia 6 de janeiro de 1963, foi realizado o plebiscito que garantiu o retorno ao regime presidencialista, com uma proporção de votos de 5 contra 1.⁷⁰⁴ Dias antes do plebiscito, Jango apresentara publicamente o Plano Trienal, que se constituía na plataforma de

⁷⁰⁰ NATIVIDADE, op. cit., p. 45.

⁷⁰¹ GRYNSZPAN, 2006, p. 67 APUD NATIVIDADE, op. cit., p. 45.

⁷⁰² A íntegra do Estatuto pode ser acessada em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm>

⁷⁰³ NATIVIDADE, op. cit, p. 45. Para uma análise detalhada sobre o Estatuto e suas limitações ver: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. O estatuto do trabalhador rural e o Funrural: ideologia e realidade. *Perspectivas - Revista de Ciências Sociais*, UNESP, v. 1, 0. 189-202, 1976.

⁷⁰⁴ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: Brasil: de Getúlio a Castelo Branco: 1930-1964*. RJ: Paz e Terra, 1979. p. 268.

seu governo. Elaborado nos últimos meses de 1962 por Celso Furtado, este Plano propunha um programa simultâneo para combater a inflação – que atingiu 52% em 1962 – e recuperar o índice de crescimento. De acordo com Skidmore, o Plano preconizava reduzir o índice de inflação, durante um período de três anos, a um nível de 10 % em 1965, mantendo uma taxa de crescimento real de 7%, e introduzir “reformas que eliminariam barreiras institucionais (educacionais, agrárias e administrativas) – com o fito de favorecer um maior crescimento e também aliviar notórias desigualdades de renda entre as classes e as regiões.”⁷⁰⁵ A reforma agrária tornara-se um elemento importante do Plano Trienal, tanto por representar uma medida de justiça social, quanto por facilitar o incremento da produtividade e do poder aquisitivo no setor rural.⁷⁰⁶

Ao mesmo tempo em que Jango resgatou suas prerrogativas presidenciais e anunciou sua determinação em realizar a reforma agrária, findava a gestão Brizola no Rio Grande do Sul. O candidato do PTB à sua sucessão foi derrotado pelo ex-governador Ildo Meneghetti, do PSD, alterando de forma significativa o campo de possibilidades da Farsul e dos ruralistas em relação às questões locais, conforme busco evidenciar nas próximas páginas.

3.1.2 - “Nova fase de trabalhos e realizações”: a posse de Meneghetti no governo do estado e as perspectivas da Farsul

Com a posse de Ildo Meneghetti, os rumos da política agrária e agrícola do governo abriam novas expectativas aos ruralistas. Segundo notícia publicada no *Correio do Povo*, em reunião realizada no início de fevereiro de 1963, Pastous “congratulou-se com a classe pela nova fase de trabalho e realizações que se anunciam com o advento desse novo período administrativo no estado do Rio Grande do Sul.”⁷⁰⁷

Na reunião, o presidente da entidade relatou contatos mantidos pela presidência da Farsul “com o Governador eleito, Dr. Ildo Meneghetti, com os Secretários da Fazenda, Dr. Emilio Kaminski, da Agricultura, Dr. Adolfo Antônio Fetter, e Economia, Dep, Daniel Faraco” e afirmou que se abria “nova era para as relações sociais da classe com o Govêrno do Estado, devendo a FARSUL adotar, agora, a posição que lhe cabe, no estudo e encaminhamento dos problemas da classe.”⁷⁰⁸ A entidade deixava claro suas desavenças com

⁷⁰⁵ SKIDMORE, op. cit., p. 288.

⁷⁰⁶ Idem, p. 300.

⁷⁰⁷ *Correio do Povo*, 2 de fevereiro de 1963. p. 5.

⁷⁰⁸ FARSUL. Ata da reunião extraordinária do Conselho Deliberativo e da Diretoria da Federação das

a gestão de Brizola, dando a entender que foi alijada pelo mesmo do encaminhamento das questões relativas ao campo. Naquela ocasião, foi definido que a diretoria e os membros do Conselho Deliberativo compareceriam à cerimônia de posse do novo secretário de Agricultura, Adolfo Antônio Fetter, “numa demonstração de prestígio e consideração especial da classe ao novo Governo.”⁷⁰⁹

Fetter era líder político do PSD e fora prefeito da cidade de Pelotas entre 1956 e 1959. Formado em Agronomia, era sócio da empresa Fetter & Cia, na qual dedicava-se à direção de quatro granjas de arroz, soja e criação de gado.⁷¹⁰ No mapeamento dos proprietários rurais com áreas superiores a 2.500 hectares realizado pela Comissão Estadual de Terras e Habitação da gestão de Brizola, a Fetter & Cia. aparece como proprietária de uma área de 9.692,82 hectares em Pelotas e uma área de 3.594 hectares em São Lourenço do Sul.⁷¹¹ Além disso, era também sócio-proprietário da Gráfica Diário Popular, que editava o jornal de mesmo nome, periódico de grande circulação na zona sul do estado.

Na reunião do Conselho, acima citada, Geraldo Veloso Nunes Vieira citou uma palestra perante a Sociedade de Agronomia, na qual o novo secretário

frizara ser sua intenção imprimir um caráter eminentemente técnico às atividades da Secretaria de Agricultura, com a colaboração das entidades representativas das diferentes classes econômicas, que tanto no âmbito estadual como municipal, poderiam constituir conselhos para o debate dos problemas de interesse comum.⁷¹²

A fala do Secretário, ao apontar o desejo de imprimir “um caráter eminentemente técnico”, revela sua intenção de demarcar a atuação da Secretaria como isenta, não ideológica. Em diferentes momentos, o novo governo se serviu dos discursos em torno da “técnica” como forma de validar suas ações, que seriam definidas a partir de critérios objetivos e “científicos”. Desta forma, buscavam estabelecer um contraponto à gestão anterior, acusada de se utilizar da questão agrária com objetivos políticos, muitas vezes “escusos”. Medeiros,

Associações Rurais do Rio Grande do Sul. 1º de fevereiro de 1963. p. 2. Acervo da Farsul. Na reunião, Dácio Assis Brasil indagou “quais as impressões obtidas em seus entendimentos com os novos integrantes do Poder Executivo Estadual, com vistas ao estabelecimento dos assuntos de interesse da classe”. Pastous, “após referir-se aos contatos protocolares mantidos com aquelas personalidades, destaca que o novo secretário da Agricultura, em visita à FARSUL, demonstrou abertamente o seu interesse em contar com o concurso desta entidade no estudo dos problemas afetos à sua Pasta.” Idem, p. 3.

⁷⁰⁹ Ibidem, p. 4.

⁷¹⁰ Disponível em: http://srv-net.diariopopular.com.br/03_07_02/ls020701.html Acessado em: 13 de janeiro de 2015.

⁷¹¹ COMISSÃO ESTADUAL DE TERRAS E HABITAÇÃO, op. cit. p. 18 e 15.

⁷¹² FARSUL. Ata da reunião conjunta do Conselho Deliberativo e da Diretoria da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul. 1º de fevereiro de 1963. p. 3-4. Acervo da Farsul.

aos se referir aos debates em torno da questão agrária na década de 1960, chama a atenção para este uso do argumento da “técnica” e sua relação com a dimensão política destes debates: “as soluções técnicas apenas encobriam a polarização dos interesses no seio da sociedade civil.”⁷¹³

Conforme mencionamos anteriormente, Meneghetti havia sido apoiado por grande número de ruralistas nas eleições de 1962, que aderiram à sua campanha e respaldaram candidatos ao parlamento comprometidos com os seus interesses. A partir da posse do novo governo - com o qual, em grande medida, se alinhava - a Farsul participou ativamente dos debates sobre os “problemas de interesse comum”, através do engajamento em reuniões, da constituição de comissões para elaborar pareceres e estudos e da presença de quadros da entidade em ações e cargos da gestão.⁷¹⁴

Em abril, por exemplo, o *Correio do Povo* noticiou que uma comissão da Farsul estava se reunindo com representantes do IGRA e de outros órgãos/entidades como a ASCAR (Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural), FAG e ASCOOPER “desde o dia 1º do corrente na sede daquela entidade para estudar as melhores formas de entrosamento entre o Planejamento Global Agropecuário da Secretaria de Agricultura e o Plano Trienal do Estado, que deverá ser dinamizado com recursos da Aliança para o Progresso.”⁷¹⁵ Este Planejamento tinha, entre outros objetivos, “promover socialmente o homem rural e, ainda, fazer com que as próprias entidades classistas sejam os órgãos motivadores das populações rurais, com vistas ao sucesso do empreendimento.” De acordo com a reportagem

Um dos pontos especialmente considerados foi o da efetivação de convênios entre as entidades do ruralismo e o governo do Estado, para a promoção social do homem agrícola. Convênios dessa natureza, no entanto, não representariam apenas uma fonte de auxílio, mas antes contratos de participação em programas cooperativos, sem sentido paternalista.⁷¹⁶

Os trabalhos estavam sendo orientados por Alberto Severo, da FARSUL, e Newton Coelho de Souza, do IGRA. Souza era vinculado à Farsul em meados de 1955⁷¹⁷ e dirigia o “Bureau do Associativismo Rural”⁷¹⁸, criado em julho de 1962, e havia sido o executor do

⁷¹³ MEDEIROS, op. cit, p. 14.

⁷¹⁴ Durante sua gestão, por exemplo, Meneghetti nomeou para a presidência do Instituto Sul-rio-grandense de Carnes dois integrantes da Farsul: Alberto Severo e Eduardo Silveira Martins.

⁷¹⁵ *Correio do Povo*, 5 de abril de 1963. p. 5.

⁷¹⁶ Idem.

⁷¹⁷ Ver: referência à Coelho enquanto representante da Farsul na reportagem do *Correio da Manhã*, 17 de fevereiro de 1955. p. 11.

⁷¹⁸ Este Bureau, de acordo com a reportagem, coordenava “todo o trabalho de opinião pública no ‘hinterland’

convênio Farsul–SSR; após a posse de Meneghetti tornou-se encarregado do setor de Associativismo Rural do IGRA.

A ênfase no associativismo era constantemente evidenciada nos pronunciamentos da Farsul nos primeiros meses do ano de 1963; nas notícias sobre a entidade publicadas no *Correio do Povo* nos meses de janeiro e fevereiro, por exemplo, o tema era recorrente e foram apresentados dados referentes às ações realizadas e ao público atingido desde o ano anterior.⁷¹⁹ De acordo com Newton Coelho de Souza, através do Convênio FARSUL–SSR, havia sido realizada “uma mobilização de opinião pública sem precedentes na história do ruralismo rio-riograndense”:

É um trabalho intensivo êste que está sendo feito em nosso meio rural, no sentido de que seja dinamizado o associativismo, dentro das mais modernas práticas de trabalho de massa. Desta tarefa estão desincumbindo-se os próprios vice-presidentes da FARSUL, notando-se, desde agosto, um aumento da ordem de 50,4% nos quadros sociais das Associações.⁷²⁰

O aumento no número dos quadros das associações é bastante representativo do trabalho de base que a Federação havia desenvolvido através do convênio com o SSR e de parcerias com outras entidades, como a FAG, conforme evidenciamos no segundo capítulo. Chama a atenção o desejo da entidade em publicizar o “sucesso” de suas ações, num momento marcado pelo encerramento do convênio e pelas modificações na estrutura do SSR. Provavelmente a entidade buscava, além de demonstrar sua força e vitalidade política, garantir recursos e estrutura do governo estadual para dar continuidade às atividades de desenvolvimento do associativismo. Há evidências de que o governo estadual aportou fundos para essas ações: Rebello identificou, no Relatório de Atividades do IGRA referente ao ano de 1964, a promoção de Semanas Ruralistas pela “Divisão de Promoção” do referido instituto.⁷²¹ A ênfase na “efetivação de convênios entre as entidades do ruralismo e o governo do Estado”, mencionada nas reuniões realizadas para discutir a articulação entre o Planejamento Global

gaúcho, promovendo o entrosamento e servindo como elo de ligação entre o meio rural e a FARSUL”. Entre as atividades desenvolvidas por este órgão, estavam a “Campanha do Associativismo Rural” e as “Semanas Ruralistas”, já detalhadas no segundo capítulo. *Correio do Povo*, 1 de fevereiro de 1963. p. 4.

⁷¹⁹ Ver, por exemplo: “FARSUL: Vice-presidentes pregam o associativismo” - *Correio do Povo*, 25 de janeiro de 1963. p. 12; “ASSOCIATIVISMO: Uma cruzada democrática pela autenticidade da liderança rural” - *Correio do Povo*, 22 de janeiro de 1963, p. 22 e 18; “FARSUL solidifica a sua liderança no meio rural” - *Correio do Povo*, 1º de fevereiro de 1963. p. 4.

⁷²⁰ *Correio do Povo*, 22 de janeiro de 1963, p. 22 e 18.

⁷²¹ REBELLO, Tiego Rocha. *Governo Ildo Meneghetti: análise do discurso de governo em torno da Reforma Agrária e a descaracterização do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (1963-1964)*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Departamento de História. 2011. p. 49.

Agropecuário da Secretaria de Agricultura e o Plano Trienal do Estado, demonstra as expectativas – e a dependência - que os ruralistas tinham em relação à obtenção de recursos estatais.

Um elemento importante para compreender a convergência da Federação com o novo governo estadual diz respeito a política adotada em relação à reforma agrária. Meneghetti fora eleito com um discurso que referenciava a necessidade das reformas de base e prometeu efetivar um programa de reforma agrária⁷²². Uma das primeiras ações do governo, no entanto, foi desarticular e descaracterizar o IGRA de suas funções originais. De acordo com Rebello, inicialmente, o instituto passou por um processo de desintegração de seu quadro de funcionários; em seguida, foi reestruturado para desenvolver novas funções.⁷²³ Em janeiro de 1963, logo após sua posse, Meneghetti exonerou de suas funções 29 dos 32 servidores do IGRA, entre eles Euzébio França, secretário-geral do Master.⁷²⁴

Em março, o governo estadual anunciou a criação de uma Comissão Especial de Reforma Agrária. Esta Comissão, vinculada à Secretária de Agricultura e presidida pelo seu secretário geral, Ezelino Arteché⁷²⁵, deveria elaborar um projeto de reforma agrária para o estado dentro de um prazo de 90 dias.⁷²⁶ Conforme Rebello, esta era uma das funções originais do IGRA, e a criação de tal Comissão esvaziava o órgão de uma de suas principais atribuições.⁷²⁷

⁷²² Mercedes Canepa afirma que a defesa das reformas foi um traço comum em todos os candidatos ao governo do estado, embora fosse possível diferenciar o direcionamento de cada um deles em função dos setores sociais (classes, segmentos, grupos) que os apoiavam. CANEPA APUD REBELLO, Tiego Rocha. *Governo Ildo Meneghetti e a Reforma Agrária* (1963-1964): discurso de governo e manutenção da ordem conservadora. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. p. 11.

⁷²³ Idem, p. 92.

⁷²⁴ As demissões foram justificadas pelo Secretário de Agricultura, que afirmou tratar-se de servidores que ocupavam cargos de confiança e que, em alguns casos, desempenhavam funções supérfluas, portanto teriam sido demitidos por razões de economia. Ibidem, p. 94.

⁷²⁵ Quando ele assumiu o posto, João Alves Osório, membro do Conselho Deliberativo da Farsul, pediu “a palavra para informar que comparecerá à cerimônia de posse do Dr. Ezelino Arteché no cargo de Diretor Geral da Secretaria da Agricultura, tendo este, em discurso, manifestado propósito de colaboração com a FARSUL.” Ata da reunião extraordinária do Conselho Deliberativo e da Diretoria da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul. 1º de fevereiro de 1963. p. 5. Acervo da Farsul.

⁷²⁶ Um dos membros da Comissão era o Engenheiro Agrônomo Paulo Brandão Rebello, ex-Diretor da Divisão Técnico Administrativa do SSR e coordenador das Semanas Ruralistas, desenvolvidas em parceria com a Farsul. Rebello também participou de discussões da entidade sobre a reforma agrária; sua assinatura consta na lista de presenças de uma reunião da Federação sobre o tema realizada em 21 de agosto de 1961. Tornou-se diretor da Divisão de Colonização e Recolonização do IGRA durante o governo Meneghetti.

⁷²⁷ Idem Ibidem, p. 95. Tal Comissão apresentou os resultados de seu trabalho a partir de dezembro de 1963. De acordo com Rebello, o relatório da Comissão destacava que o principal problema da estrutura fundiária gaúcha eram os minifúndios - que seriam incapazes de produzir renda suficiente para garantir sua autosuficiência - e em menor medida o latifúndio e “sugeriu ao governo um programa de colonização e recolonização, aglutinando os minifúndios e loteando as grandes propriedades”. Idem Ibidem, p. 99. O autor salienta que o relatório

Além disso, Rebello aponta que, ao “analisar as atividades do IGRA e os casos das Inspetorias de Terra de Nonoai e Erechim, a fim de visualizar o direcionamento delas, a quem e a que elas estavam atendendo”, percebeu que os serviços do IGRA, em grande medida, estavam atendendo demandas de outros setores sociais, especialmente os ruralistas, em detrimento do auxílio aos assentados, característica presente na gestão de Brizola. O autor conclui que

Por meio dessas diretrizes, o IGRA passaria por uma reestruturação administrativa, deixando de ser direcionado aos agricultores sem terra ou com pouca terra, o que abriu espaço ao atendimento de outros setores do meio rural, seguindo a lógica de investir nas camadas com maior “dinamismo econômico” e não nas camadas de menor poder aquisitivo. Diferente da época de Brizola, o IGRA também deixa de se preocupar com as populações urbanas marginalizadas, que podemos pensar que eram oriundas do êxodo rural, já que, pela lógica do discurso, elas seriam absorvidas pelo processo de industrialização. Além disso, essa nova configuração do IGRA indicava que, se houvesse algum projeto de colonização ou recolonização, estes seriam direcionados às terras devolutas, já que nada assinalava algum tipo de avaliação que pudesse redundar em desapropriação, enquanto era dada grande ênfase ao cadastramento daquelas terras. Dessa forma, não só se evitava o conflito com os interesses ruralistas, como também se alinhava ainda mais a eles, já que esse setor almejava essas terras públicas para expansão da fronteira agrícola. Ou seja, a reforma agrária ganha um novo sentido e direcionamento aos grupos sociais do campo com maior poder de barganha, constituindo-se em um projeto alternativo às reivindicações das massas rurais.⁷²⁸

É importante salientar, como pontuou o autor, que novas desapropriações e distribuições de lotes de terras para famílias já assentadas não avançaram durante o governo Meneghetti, apesar das pressões e mobilizações do Master. Há também denúncias de que o governo estaria entregando lotes de terras em áreas desapropriadas durante a gestão de Leonel Brizola para os seus antigos proprietários, como foi o caso do Banhado do Colégio.⁷²⁹ Em

apresentado não esboçou um planejamento efetivo para executar a reforma agrária, apenas apontou sugestões para planos futuros. Para mais informações sobre a proposta da Comissão, ver REBELLO, op. cit, 2014, pp. 88-100.

⁷²⁸ Idem Ibidem, p. 150.

⁷²⁹ Idem Ibidem, p. 78-79. Além do caso do Banhado, o autor aponta que um estudo de Ivaldo Gehlen constatou que “teriam ocorridos negociatas na Fazenda Sarandi que permitem a reconcentração destas terras desapropriadas na gestão de Brizola. De acordo com este autor, não houve mais assentamentos na região de Sarandi depois de 1964, só voltando a acontecer em 1979. Ainda segundo Gehlen, em setembro de 1964, Meneghetti teria transformado “a desapropriação judicial em amigável”, indenizando os proprietários “com um valor vinte vezes superior ao que havia sido depositado” (Cr\$ 100 mil). Além disso, o governador teria diminuído “de 10 para 5 anos o prazo para tornar intransferível o título de posse das terras, provocando negociatas e reconcentração de propriedade, beneficiando os que detinham poder de compra”. GEHLEN APUD REBELLO, Idem Ibidem, p. 116.

dezembro de 1963, por exemplo, o jornal *Última Hora* publicou um levantamento realizado por uma comissão de agricultores do *Banhado*, no qual denunciavam que o IGRA teria entregue lotes de terras a “fazendeiros da região”, em detrimento dos camponeses.⁷³⁰

Além de frear as desapropriações, o governo estadual atuou no sentido de conter as mobilizações dos sem-terra, especialmente do Master, ao mesmo tempo em que se omitia diante de situações de violência no campo protagonizadas por grandes proprietários.

Durante a gestão de Meneghetti “a repressão foi uma constante: agricultores ameaçados, espancados, presos; ranchos queimados; ferramentas apreendidas e, inclusive, assassinato de agricultor ocorreu.”⁷³¹ Trata-se do assassinato do líder camponês Lucídio Antunes ocorrido em Santa Bárbara em 1963. De acordo com o relato da autora, o proprietário de uma fazenda pediu a diversas famílias que trabalhavam para ele em regime de “meia” que deixassem a área:

Como os agricultores não concordaram, o proprietário moveu uma ação de despejo, esperando que a Justiça os expulsasse. Desesperados, os camponeses em assembléia na Associação dos Agricultores Sem Terra decidiram enviar para Porto Alegre o secretário da entidade, o agricultor Lucídio Antunes que, acompanhado da diretoria do MASTER, foi pedir providências à SUPRA, que designou um advogado para acompanhá-lo para Santa Bárbara. Lá o advogado contestou a ação – invocando a Lei do Inquilinato no item que prorroga automaticamente os contratos de arrendamento – e obteve ganho de causa para os camponeses. Então, por decisão da Justiça foi sustado o despejo. O proprietário não se conformou e ameaçou os agricultores: ‘ganharam na Justiça, mas vão ter que sair de qualquer maneira, nem que eu tenha que matar um.’ Cumprindo a ameaça, no dia 22 assassinou Antunes.⁷³²

Na ocasião, a delegacia da Supra no Rio Grande do Sul enviou um advogado para auxiliar a Associação e emitiu uma nota, afirmando que o assassinato “teve a finalidade de intimidar os demais agregados para afastá-los da referida área.”⁷³³ Na reportagem publicada pelo *Correio do Povo* sobre o caso não há menção a qualquer ação ou tentativa de investigar o crime por parte dos órgãos estaduais, tanto da polícia quanto das agências vinculadas à

⁷³⁰ *Última Hora*, 28 de dezembro de 1963. p. 5. De acordo com o levantamento, “a seguinte área desapropriada foi apresentada aos latifundiários, por ordem do IGRA: lotes 36 a 40 do núcleo, ao fazendeiro José Olavo Fay; lotes 28 a 31 do núcleo 4 ao fazendeiro Dorval Ribeiro.” Além disso, no Núcleo 1, “os lotes 1 a 7 ainda por autorização do IGRA, estão em poder dos irmãos Andreotti, também latifundiários.” O levantamento afirmava também que o Instituto teria permitido a construção de uma represa “destinada a favorecer o fazendeiro José Cândido de Godoy Bezerra”, obra que prejudicaria vários lotes de terras.

⁷³¹ ECKERT, op. cit. p. 294-295.

⁷³² ECKERT, op. cit., p. 194-195. A autora baseou o relato em reportagens publicadas no jornal *Última Hora*, de 23 de agosto de 1963.

⁷³³ *Correio do Povo*, 23 de agosto de 1963. p. 5.

questão agrária.

O livro *Retrato da Repressão política no campo – Brasil 1962 – 1985* também apresenta dados e entrevistas que abordam a repressão ao Master e a seus membros. Um dos casos mais marcantes diz respeito a João Machado dos Santos, conhecido como “João Sem Terra”. O pequeno agricultor, uma das lideranças do movimento no estado, “foi seqüestrado e torturado várias vezes por agentes do extinto Departamento de Ordem Política e Social (Dops), preso por policiais civis e da Brigada Militar. Um das acusações contra ele era por suposto tráfico de armas para os acampamentos de sem-terra, o que nunca se revelou verdadeiro.”⁷³⁴ Após sua libertação, o líder camponês viveu 25 anos na clandestinidade, “para fugir da repressão intensificada com o golpe de 1964.”⁷³⁵

A mesma obra, no capítulo “Revoltas e ocupações: a ordem desafiada no sul”, trata de uma operação policial chefiada pelo coronel reformado da Brigada Militar (BM) Gonçalves Cúrio de Carvalho em 1963 para “acabar com os seis acampamentos de agricultores que existiam no Rio Grande do Sul”. No âmbito desta operação, segundo o depoimento do dirigente comunista Ari Saldanha, foi formado um cerco pela BM no acampamento *Passo do Feio*, em Nonoai, onde se encontravam cerca de 60 famílias; lá os agricultores foram cercados pelas tropas e foi cortado o fornecimento de água⁷³⁶, tornando a situação ainda mais crítica.

O referido acampamento havia sido formado um dia antes da posse do novo governador, que prometeu resolver a situação dos sem-terra lá acampados. No entanto, a localidade foi sitiada e um dos líderes do movimento, João Ramão, preso. Uma caravana de sindicalistas e apoiadores dirigiu-se à localidade, mas não pode prosseguir. Por fim, o acampamento foi sufocado e as cabanas dos agricultores foram incendiadas.⁷³⁷

A autoria da ordem para tais ações foi do Chefe de Política do Estado, Armando Prates. Dias depois, em reunião com dirigentes sindicais, Meneghetti declarou que não

⁷³⁴ CAMARANO, Marcia. *João Sem Terra: Veredas de uma luta*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012. Coleção Camponeses e o Regime Militar, v. 1. p. 57. Em outubro de 1963, o *Última Hora* informava que “João Sem Terra continua sumido”, afirmando que seu seqüestro havia se dado na ocasião em que fora descoberto “o plano de formação de um arsenal pelo latifundiário João Kiffer, de São Francisco de Paula”. De acordo com a reportagem, “tudo leva a crer que o seqüestro do João-Sem-Terra, ocorrido no município de Nonoai, tenha sido praticado pela Dops para amenizar a descoberta do arsenal que estava sendo montado por Kiffer no Mato das Flores, onde reinava o jagunço conhecido como Negré.” *Última Hora*, 28 de outubro de 1963, p. 5. Este episódio é peculiar pois o jagunço Negré, segundo a reportagem, teria se arrependido “de cometer tropelias contra infelizes como ele” e voltou-se contra seu patrão, entregando suas armas (entre elas algumas consideradas armas de guerra), que acabaram nas mãos da polícia. O jagunço arrependido teria fugido para o interior do município, por medo de represálias do ex-patrão.

⁷³⁵ CIOCCARI, Marta; CARNEIRO, Ana. *Retrato da repressão política no campo: Brasil (1962-1985)*. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. MDA: Brasília, 2011. p. 320.

⁷³⁶ Idem, p. 305.

⁷³⁷ ECKERT, op. cit., p. 170-171.

autorizou a prisão de dirigentes sindicais e os espancamentos, e que não tinha conhecimento prévio sobre os incêndios. Segundo Rebello, o Coronel Carvalho era observador da Brigada Militar e diretamente vinculado a Meneghetti, o que coloca em cheque tal declaração. Para o autor, é possível que “essas declarações de Armando Prates e do governador faziam parte de uma estratégia para desviar as atenções sobre as possíveis responsabilidades de Meneghetti no episódio, tentando criar, em torno do seu governo, um cenário ameno e livre de conflitos.”⁷³⁸

As ações de repressão se repetiram nos acampamentos e mobilizações que se seguiram; dias após o episódio de Passo Feio, a sede da Associação dos Trabalhadores Sem-Terra de Sapucaia do Sul foi cercada pela Brigada Militar. Segundo Eckert, esta ação tentava impedir a ocupação das fazendas Pachete e Itapuí, localizadas na cidade. A última fazenda era de propriedade de Meneghetti e outras duas pessoas; o Master apontava irregularidades em relação à propriedade da terra, uma vez que um dos agricultores sem-terra afirmava que era o dono efetivo da gleba.⁷³⁹ Outro exemplo foram as violências registradas no episódio de ocupação de uma fazenda em Morro Alto (Osório)⁷⁴⁰, ocorrida em setembro de 1963, quando mais de cem soldados da Brigada Militar, sob as ordens de Carvalho, investiram contra os agricultores sem-terra, deixando um saldo de mais de dez feridos.⁷⁴¹

Rebello também destaca que, com base em documentos do governo, “pode-se observar sua preocupação em entrosar a ação do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) com a polícia, que auxiliava inclusive em transporte de tropas ou de comissões de agricultores sem terra a encontros com o governador ou com seus representantes.”⁷⁴² Haveria, segundo o autor, uma estreita cooperação entre as forças policiais e a Divisão de Terras e Colonização para vigiar os sem-terra⁷⁴³; em alguns episódios, há suspeitas que, sob o argumento de fazer o cadastramento dos agricultores acampados, funcionários do IGRA repassavam as informações para a polícia e para arrendatários ou fazendeiros.

Em agosto de 1963, por exemplo, um novo acampamento na mesma região de Nonoai

⁷³⁸ REBELLO, op.cit., 2014, p. 50.

⁷³⁹ ECKERT, p. 116.

⁷⁴⁰ Sobre o episódio, ver: WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Do “tempo da Reforma Agrária” ao quilombo: Morro Alto no diálogo dos tempos*. In: III Jornada de Estudos sobre Ditaduras e Direitos Humanos. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2015. Comunicação oral. Neste episódio, houve tentativas de interferência da Supra; técnicos da superintendência foram impedidos de ingressar no acampamento, o que evidencia as tensões entre os órgãos do governo estadual e federal, que ocorreram em muitos momentos ao longo de 1963 e 1964. De acordo com Rebello, Eliseu Torres, diretor regional da Supra, solicitou o auxílio do Exército para garantir o trabalho da agência, “que vinha tendo seus funcionários barrados pela ação da Brigada Militar no Estado em vários acampamentos.” REBELLO, op. cit., 2014, p. 74.

⁷⁴¹ ECKERT, op. cit., p. 179.

⁷⁴² REBELLO, op. cit., 2014, p. 47.

⁷⁴³ Idem, p. 55.

foi rapidamente cercado pela Brigada Militar, em uma ação comandada por Carvalho. De acordo com Rebello, um radiograma da Inspetoria de Terras de Erechim e Nonoai evidencia que soldados da Brigada Militar foram transportados por viaturas daquela inspetoria. O IGRA, criado para ser um meio de promoção da reforma agrária, tornava-se, sob a gestão Meneghetti, um instrumento de apoio à repressão contra os movimentos sociais do campo.

Há casos em que os próprios fazendeiros conduziam os soldados, como ocorreu em um acampamento iniciado em Tapes no mês de fevereiro de 1964. Neste incidente, os agricultores sem-terra foram reprimidos em uma ação articulada com a participação de agentes do Dops, que ficharam os mesmos como “comunistas”.⁷⁴⁴ Em outro episódio ocorrido em um núcleo de colonização criado por Brizola, em Itapoã, há denúncias que um fazendeiro da região e o administrador do núcleo, nomeado pelo IGRA, teriam ameaçado de morte e tentado despejar o presidente da Associação dos Sem-Terra daquela localidade, o que evidencia uma ação articulada entre funcionários do governo e os latifundiários.⁷⁴⁵

Este tipo de ação articulada era bastante comum; de acordo com o relatório da Comissão Camponesa da Verdade, “no período de ascenso da organização camponesa (pré-64), as reações patronais, apoiadas seja por entes do estado ou por suas milícias privadas quase sempre se deram no sentido de coibir a organização e as manifestações das populações rurais” [...] e como se vê nos casos relatados ao longo do relatório “foram constantes os episódios envolvendo a participação de delegados, policiais (civis e militares) e forças armadas nas violações contra camponeses.”⁷⁴⁶

As denúncias dessas violações no Rio Grande do Sul eram geralmente recebidas por parte do governo com certa incredulidade. Eckert afirma que: “Invariavelmente, a posição do Governador era de desconhecimento de tais fatos, alegando que não havia dado ordens para tais atitudes. E, também, invariavelmente, prometia averiguar os acontecimentos e punir os culpados.”⁷⁴⁷ De acordo com a autora, o fato do governador não assumir a responsabilidade pela repressão – e, oficialmente, repudiá-la - criava ainda mais dificuldades ao Master a às

⁷⁴⁴ Idem Ibidem, p. 87. Neste episódio, a Associação Rural de Tapes telegrafou ao governador, para tratar das providências que estavam sendo tomadas pelo governo em relação à ação dos sem-terra.

⁷⁴⁵ *Última Hora*, 27 de julho de 1963, p. 5 APUD REBELLO, op. cit., p. 24.

⁷⁴⁶ COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. Relatório Final da Comissão Camponesa da Verdade: Violações de direitos no campo – 1946 – 1988. 2014. p. 54. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/blog/2015/01/22/relatorio-da-comissao-camponesa-da-verdade-esta-disponivel-para-download-4/> Acesso em: 1º de junho de 2016. O Relatório foi produzido por uma rede de pesquisadores vinculados à Comissão Camponesa da Verdade, criada por iniciativa de diversos movimentos sociais e entidades, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e a Comissão Pastoral da Terra.

⁷⁴⁷ ECKERT, op. cit., p. 295.

entidades populares para combater tais práticas.⁷⁴⁸ Ao não apurar as arbitrariedades praticadas por agentes públicos ou por agentes privados - que muitas vezes contavam com a contribuição ou com a omissão do estado - o governo sinalizava para a continuidade destas ações de repressão contra os sem-terra.

Tal política repressiva constituía-se enquanto um elemento central nas relações entre a Farsul e Meneghetti; a entidade reivindicava a intervenção do governo do estado e apoiou publicamente sua atuação em relação às mobilizações e ocupações do movimento dos sem terra. Além disso, é importante ressaltar que este movimento constituía uma base de apoio importante à Brizola e ao PTB, partido cuja incidência eleitoral vinha crescendo significativamente nas áreas rurais em todo o país, que antes se configuravam predominantemente como um reduto das elites agrárias. Portanto, enfraquecer as associações de sem-terra e reprimir as mobilizações camponesas colocava-se como algo estratégico no campo de disputas políticas então em curso no estado.

Há ainda, um aspecto importante a destacar; embora houvesse convergência entre a Farsul e o governo do estado em vários aspectos, a entidade não se furtou em fazer enfrentamentos nos momentos em que o executivo não atendia seus interesses. Em fins de 1963 a entidade se manifestou de forma veemente contra a proposta de reforma tributária do estado, que previa uma elevação das taxas cobradas sobre a produção pecuária.⁷⁴⁹ De acordo com o *Informativo Farsul*, “o aumento que se pretende fazer dessas Taxas é muito elevado, atingindo percentagens jamais verificadas no orçamento estadual.”⁷⁵⁰

O Conselho Deliberativo deliberou concordar, inicialmente, com a aumento das taxas “não nos altos níveis propostos mas em bases razoáveis e suportáveis, principalmente pelos pequenos produtores que, de nenhum modo, devem ser onerados por imposições fiscais que os desestimulem em seu trabalho tão árduo e tão mal remunerado.” O Conselho também se manifestou no sentido de “reiterar seus propósitos de colaborar com os poderes públicos, dentro de uma orientação de trabalho

⁷⁴⁸ Idem.

⁷⁴⁹ Conforme o *Informativo Farsul*: “Por êsse Plano, a antiga Taxa de Cooperação que, atualmente, é de Cr\$ 2,00 por bovino, Cr\$ 1,00 por ovino e Cr\$ 1,00 por suíno, passaria a ser cobrada, percentualmente, sôbre o valor do gado e em uma base que alcançaria Cr\$ 40,00 por cabeça de bovinos e Cr\$. 12,00 para os ovinos. A produção suína ficaria isenta dessa contribuição. As demais taxas, atualmente cobradas por ocasião do abate dos gados e que, no seu conjunto, somam aproximadamente Cr\$ 50,00 per capita, seriam extintas, criando-se, em lugar delas, uma nova Taxa de Cr\$ 400,00 sôbre bovinos abatidos, Cr\$ 40,00 sôbre ovinos e Cr\$ 120,00 sôbre suínos.” *Informativo Farsul*, Porto Alegre, nº 62, 10 de novembro de 1963. Capa.

⁷⁵⁰ Idem.

e de tranquilidade social, indispensável ao desenvolvimento do Estado e do País, profligando as agitações estéreis e impatrióticas que perturbam o esforço dos que querem produzir.”⁷⁵¹ Chama a atenção que a assim como a maior parte das ações do governo Brizola, a proposta de Meneghetti também era acusada de gerar intranquilidade e trazer “agitações.”

Outro exemplo destes enfrentamentos diz respeito a uma reivindicação de isenção de impostos, pauta bastante frequente da agenda patronal rural. A Lei Estadual 4.705, de 31 de dezembro de 1963, havia cancelado a isenção de impostos nas operações de fornecimento de materiais feitas pelas associações rurais aos seus associados. De acordo com o *Informativo Farsul*, este fato teve ampla repercussão: “Algumas associações decidiram, mesmo, fechar sumariamente os seus serviços de fornecimentos, numa demonstração de protesto e de revolta contra os dispositivos da Lei nº 4.705.”⁷⁵² O *Informativo* afirmava que:

A ira dos ruralistas é tanto mais justa pelo fato de estarem sendo vítimas de um tratamento iníquo, pois a Lei nº 4.705, votada ao apagar das luzes da última legislatura, introduziu uma atitude discriminatória contra as Associações Rurais, ao mesmo tempo em que isenta de imposto outras entidades, tais como as fundações assistenciais e os sindicatos.⁷⁵³

A Farsul “transmitiu ao Govêrno do Estado as expressões de desapontamento” destas agremiações e programou um debate sobre o tema para o dia 1º de março, durante uma reunião das Associações Rurais da Região Colonial a ser realizada em Caxias do Sul. Na agenda desta reunião, estava prevista a “Coordenação de um movimento no sentido de obter do Govêrno Estadual o restabelecimento da isenção que vigorou até 1º de janeiro do corrente ano.” Enquanto a situação não fosse resolvida, a Federação reiniciou os seus serviços de fornecimento de materiais, dirigindo uma circular às entidades filiadas “notificando-as sôbre a incidência do impôsto e o conseqüente encarecimento dos diversos materiais disponíveis”.⁷⁵⁴ O “desapontamento” das associações rurais com Meneghetti evidencia que tal medida não era esperada pelos ruralistas, que se consideravam aliados do governo do estado. Ao denunciarem o que compreendiam como uma “atitude discriminatória contra as Associações Rurais”, uma vez que a lei isentava de impostos outras entidades, como fundações assistenciais e sindicatos,

⁷⁵¹ Ibidem, p. 2.

⁷⁵² *Informativo Farsul*, n. 65, 25 de fevereiro de 1964. Capa.

⁷⁵³ Idem.

⁷⁵⁴ Ibidem.

expressavam sua “ira” diante da nova legislação, contra a qual se articulariam.

Neste encontro em Caxias, os representantes das agremiações reivindicavam a revisão da lei, pois esta, “assim como foi promulgada, não adota o princípio de equidade, subtraindo o direito de todos serem iguais perante a lei.” Afirmavam que “se determinadas entidades ou organizações têm o direito de ser isentas de impôsto, entendemos que também as Associações Rurais merecem igual, para não dizer melhor, tratamento.” Ao encerrar o documento, indicavam confiar “no alto espírito democrático e compreensivo de vossa excelência, que, sem dúvida, saberá encontrar uma fórmula capaz de anular a desconsideração feita às Associações Rurais pela lei em tela.”⁷⁵⁵

Na ocasião, “ficou convencionada a nomeação de uma Comissão para avistar-se com o Govêrno e a Assembléia Legislativa do Estado, para juntos tratarmos, em nome das Associações Rurais presentes, do assunto, com a prudência que o caso exige.” No dia 7 de março, a comitiva, em companhia do presidente da FARSUL, visitou a Assembléia Legislativa, a fim de estabelecerem contato com os “líderes das diversas bancadas.”⁷⁵⁶

O tema também foi objeto de uma reunião da Federação realizada em março de 1964, quando foram relatadas “as providencias adotadas pela diretoria com relação a alguns assuntos que preocupam a classe”, referindo-se ao projeto de Reforma Tributária do Estado, cujos dispositivos instituíram “uma série de novos [ilegível] sôbre as atividades agro-pastorís, e, de outra parte, cancelaram isenções anteriormente vigorantes nos fornecimentos de materiais feitos pelas associações rurais e cooperativas de produtores dos respectivos associados, assim como nas vendas de reprodutores realizadas nos recintos das exposições-feiras de animais.”⁷⁵⁷

Tal episódio demonstra as disputas travadas pela Federação para garantir seus interesses, mesmo diante de um governo considerado aliado e no qual tinha significativa inserção. Na ocasião, o ruralismo, compreendido enquanto um movimento político organizado, buscou garantir as suas demandas no interior do aparelho de estado. Por vezes, os interesses e o poder destes grupos nos espaços estatais são confrontados e requerem, para sua manutenção, movimentos de reorganização e pressão. Assim, se revela que este pano de fundo em que se constituem as ações e as estratégias de mobilização da entidade e de seus agentes é repleto de nuances, contradições e incertezas.

⁷⁵⁵ *Correio do Povo*, 7 de março de 1964, p. 3.

⁷⁵⁶ *Idem*.

⁷⁵⁷ FARSUL. Ata da reunião do Conselho Deliberativo. 10 de março de 1964. p. 2. Acervo da Farsul. Documento manuscrito.

3.2 A “classe ruralista” em disputa: a Farsul “*em face da momentosa e controvertida questão da Emenda constitucional*”

A partir de janeiro de 1963 - após a realização do plebiscito que derrotou o sistema parlamentarista implementado em 1961 como forma de viabilizar a posse de João Goulart - a reforma agrária tornou-se o primeiro item da agenda presidencial.

O governo elaborou então um anteprojeto de reforma agrária, inicialmente apresentado aos líderes partidários.⁷⁵⁸ Em razão do item relativo às indenizações, que previa a alteração dos artigos 141 e 147 da Constituição, o projeto tinha que ser precedido por uma emenda constitucional para ser apreciado no Congresso. Os termos que deveriam orientar tal emenda foram encaminhados pelo governo em anexo a uma mensagem presidencial. De acordo com Cunha Filho, as questões que suscitaram mais polêmicas foram:

- 1) A possibilidade de arrendamento compulsório das áreas sujeitas à desapropriação para serem distribuídas aos agricultores, com posterior desapropriação definitiva; 2) indenização do imóvel desapropriado em Títulos Especiais da Dívida Pública que venceriam juros anuais de 6% ao ano e correção monetária de 10% ao ano, podendo estes ser aceitos pelo seu valor nominal com pagamento de tributos federais e resgatados no prazo máximo de 20 anos; 3) o valor da indenização corresponderia, a critério do expropriante, ao valor declarado pelo proprietário para efeito do imposto de renda, ao valor declarado pelo proprietário para efeito de ITR ou ao valor estabelecido em avaliação judicial.⁷⁵⁹

A Emenda Constitucional nº 1 foi apresentada em abril de 1963 pelo líder do PTB na Câmara, o deputado Bocaiúva Cunha, para ser avaliada por uma Comissão Parlamentar, que acabou rejeitando a proposta por sete votos a quatro.⁷⁶⁰ Apesar da derrota, esta ainda seria apreciada em plenário.

A partir de sua apresentação, a proposta do governo, as críticas que ela suscitou e os pontos passíveis (ou não) de negociação dominaram o debate parlamentar. As entidades representativas do patronato rural buscaram intervir de forma significativa neste debate, promovendo reuniões, posicionando-se publicamente, lançando manifestos e apresentando

⁷⁵⁸ Entre os membros da equipe que elaborou o projeto estavam João Caruso Scuderi, presidente da Supra, e Paulo Schilling, ambos muito próximos a Brizola.

⁷⁵⁹ CUNHA FILHO, Sergio de Brito. *A Constituição de 1988 e a diminuição do poder estatal de desapropriar os imóveis rurais para fins de reforma agrária*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direito. PUCRJ. Rio de Janeiro, 2007. p. 31. Cabe ressaltar que a proposta permitia a desapropriação de qualquer tipo de imóvel, seja ele rural ou urbano, e previa a possibilidade de arrendamento compulsório, mecanismo criado para inibir certas formas de parceria e arrendamento que eram responsáveis pela exploração dos trabalhadores rurais.

⁷⁶⁰ FIGUEIREDO, op. cit., p. 118-119.

estudos sobre o tema, mobilizando os parlamentares e aliados para se contrapor ao projeto e buscando pressionar o presidente. De acordo com Sônia Regina de Mendonça, “a desigual estrutura fundiária brasileira fora desnudada, e os grandes proprietários a isso reagiram duramente, por meio de suas entidades de classe, sobretudo a SNA e a SRB”.⁷⁶¹ Estas, embora disputassem a liderança entre os ruralistas, aproximaram-se momentaneamente em virtude dos tensionamentos do contexto.

A autora revela que o posicionamento das lideranças da SRB “contrárias à reforma agrária, foi dos mais radicais, e elas lançaram mão de sua capacidade de mobilização para atuar em inúmeras frentes e divulgar suas ideias.”⁷⁶² Entre as ações destacam-se a realização de eventos, a participação em reuniões acadêmicas e a realização de palestras na Escola Superior de Guerra. Mendonça afirma que

A postura de recusa radical a qualquer tipo de alteração fundiária integrava, há muito, a plataforma política da SRB, e todos os editoriais de *A Rural* entre 1963 e 1964 por mim consultados tiveram como tema ora a “ameaça” representada pela reforma, ora a construção de uma imagem do grande proprietário de terras como “desprotegido” e “abandonado” pelo Estado.⁷⁶³

A SNA assumiu posição semelhante, “embora seus dirigentes utilizarem um tom mais moderado em sua crítica, admitindo a necessidade de “alguma reforma”.⁷⁶⁴

A CRB posicionou-se contrária à proposta do governo federal. No início de abril, o Conselho Superior da entidade realizou uma reunião na qual “firmou seu ponto de vista favorável à manutenção dos dispositivos constitucionais, referentes ao direito de propriedade e à desapropriação, asseverando que o governo tem todos os meios para realizar a Reforma Agrária, sem necessidade de alterar a Carta Magna.”⁷⁶⁵ De acordo com matéria divulgada no *Correio do Povo*, o Conselho afirmou defender a “reforma agrária democrática”, mas “Repele os projetos que apenas cuidem dos aspectos da distribuição da terra, de importância secundária para a solução dos problemas agrários do país.” Desta reunião participaram os representantes da Farsul Paulo Simões Pires e Manoel Luzardo de Almeida, que proferiu uma fala.

Luzardo de Almeida tornou-se o porta-voz das críticas da CRB e da Farsul à proposta

⁷⁶¹ MENDONÇA, op. cit., 2012. p. 38.

⁷⁶² Idem.

⁷⁶³ Ibidem.

⁷⁶⁴ Idem. A SNA chegou a elaborar um projeto de reforma agrária, enviado ao governo federal em 1963.

⁷⁶⁵ *Correio do Povo*, 7 de abril de 1963. p. 17.

do governo, concedendo uma série de entrevistas à imprensa gaúcha. No dia 12 de abril, o *Correio* publicou uma matéria intitulada “Opina a FARSUL sobre o projeto enviado à Câmara pelo Governo”, que estampava sua declaração sobre o encontro da Federação. Este afirmou que causou estranhamento “as profundas limitações do citado documento que, como seria de esperar, deveria ter uma feição mais progressista.”⁷⁶⁶ De acordo com a reportagem, dos 54 artigos, 19 “cuidam especialmente da desapropriação por interesse social; 14 estabelecem normas sobre alienação, transferência e doação de imóveis, e 11 artigos prescrevem matéria relativa à distribuição de terras. Conclui-se, daí, que 44 artigos, ou seja, 80% da matéria contida no anteprojeto governamental, cuidam exclusivamente de uma pequena área de implicações no momentoso assunto reforma agrária.” Na opinião de Luzardo de Almeida,

A simples divisão da propriedade não teria mesmo sentido algum, se a terra fosse entregue a elementos sem as condições exigidas para o sucesso no trabalho agrícola, isto é, o preparo que resulta de conhecimentos obtidos ou da experiência direta ou adquirida; sem os meios materiais indispensáveis; sem assistência, a começar pelo campo da saúde pública até as áreas do crédito orientado e devidamente fiscalizado para os seres que devam merecer, num planejamento regional ou global, os maiores contingentes de financiamento dos órgãos oficiais.⁷⁶⁷

Sua fala reforça os argumentos comumente utilizados pelos ruralistas, quais sejam, a ideia de que a distribuição ou desapropriação de terras não deveria ser o eixo central de uma reforma agrária; a ênfase deveria ser “a valorização do homem rural”, seu acesso à políticas públicas de saúde, educação, crédito, assistência técnica. Nesta declaração, se manifesta o *ethos* da classe produtora rural, que se identifica enquanto uma autoridade para o manejo das lides do campo, se enxerga enquanto responsável pelo “sucesso” no trabalho agrícola, em oposição àqueles que, segundo eles, não dispunham das “condições exigidas”, dos “meios materiais” e da “assistência” para laborar a terra.

Em outra entrevista, publicada no mesmo periódico dias depois, ele repetiu seus pontos de vista, afirmando que a “verdadeira Reforma Agrária” deveria “começar preocupando-se com o elemento humano, para quem se deveria, isto sim, legislar, dando-lhes segurança concreta dos meios, visando seu bem estar social, numa futura estrutura econômica, jurídica, administrativa, fiscal e social, capazes de mudanças substanciais no comportamento,

⁷⁶⁶ *Correio do Povo*, 12 de abril de 1963. p. 16.

⁷⁶⁷ *Idem*.

inclusive de ordem cultural.”⁷⁶⁸ Luzardo de Almeida concluiu observando que “é preciso criar condições de estabilidade econômica, tanto para o empresário como para o trabalhador rural, e que ninguém pode produzir no ambiente de agitação em que se vem mantendo a opinião pública brasileira [...]”⁷⁶⁹

Após a reunião realizada no Rio de Janeiro, foi divulgado um estudo “elaborado como colaboração da Confederação Rural brasileira” ao projeto do governo. A entidade criticava a falta de definição de alguns termos, “bastante controversos, como latifúndio, minifúndio e a empresa agrícola ou agroindustrial.” De acordo com este estudo:

A omissão quanto ao latifúndio é particularmente estranhável, já que o projeto governamental se anuncia, ruidosamente, como destinado a reformar, de modo corajoso, a arcaica estrutura agrária do país. A “Reforma agrária” que, por este ou aquele motivo, fuja do problema traz a marca de suspeição. Seria de suma importância conceituar o termo, indicar, precisamente, o que caracteriza o latifúndio - utilização para fins meramente especulativos as dimensões que excedem o limite máximo indicado pelas condições e sistemas agrícolas regionais, uso deficiente, etc.- de modo que a Reforma, sem bazófilas radicalistas ou demagógicas, pudesse equacionar adequadamente um dos fatores econômicos e sociais que mais conturbam o quadro agrário da vida brasileira.”⁷⁷⁰

O estudo também criticava o artigo 8º do projeto, que se refere às razões que justificariam a desapropriação em caso de interesse social (estabelecimento de núcleos de colonização e povoamento; instalação de unidades agrícolas da produção de alimentos, destinados ao abastecimento de centros de consumo, florestamento ou reflorestamento, etc). Na opinião da CRB, tal critério associado “à inexistência ou insuficiência de conceitos, observada no projeto”, resultaria “simplesmente numa quase abolição ao direito de propriedade rural, dando poder ao executivo de enorme arbítrio para desapropriar.” Além disso, a entidade rejeitou o sistema de indenização estabelecido no artigo 12º, considerando-o “duplamente prejudicial: primeiro porque os títulos emitidos pela União para o devido pagamento renderão juros de apenas 6% ao ano e conterão justamente clausura destinada a assegurar seu valor nominal em face da inflação e desvalorização da moeda, mas limitada de correção de 10%.”⁷⁷¹

Em maio, o presidente da CRB, Iris Meimberg participou de uma reunião organizada

⁷⁶⁸ *Correio do Povo*, 23 de abril de 1963, p. 4.

⁷⁶⁹ *Idem*.

⁷⁷⁰ *Correio do Povo*, 10 de abril de 1963, p. 16.

⁷⁷¹ *Idem*.

pela SRB em São Paulo, convocada como parte de uma campanha contra a tentativa de reforma constitucional proposta pelo governo. Na ocasião, o presidente da SRB, Sálvio Pacheco, fez um relato de uma recente viagem ao Rio Grande do Sul, “onde manteve contato com a Farsul, que está inteiramente a favor da SRB, articulando o esquema de defesa da classe contra a emenda constitucional que derroga o direito de propriedade.”⁷⁷²

Nas semanas que se seguiram à apresentação do projeto do governo, foram divulgadas pelo jornal *Correio do Povo* inúmeras reportagens com manifestações de entidades contrárias à proposta (como a CONCLAP, a Federação das Associações Comerciais e a FIESP, por exemplo), além das opiniões das entidades representativas dos ruralistas.⁷⁷³ Também chama atenção a publicação de entrevistas e manifestações de uma série de intelectuais, personalidades e políticos contrários à proposta, em número superior àquelas favoráveis ao projeto.⁷⁷⁴

Além das entrevistas concedidas por Manoel Luzardo, a Farsul não havia divulgado uma declaração oficial explicitando sua posição sobre o tema. A Federação realizou uma reunião da Diretoria e do Conselho Deliberativo nos dias 27 e 28 de maio, da qual se originou o posicionamento público da entidade em relação à discussão em curso no Congresso Nacional:

FARSUL NOTA OFICIAL

Em reunião da Diretoria e do Conselho Deliberativo da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, nos dias 27 e 28 de maio de 1963, foram firmadas as seguintes resoluções:

1.º - O ruralismo gaúcho considera as reformas sociais necessárias e impostergáveis, com execução em bases democráticas e mediante processos de justiça social por meios pacíficos e legais.

2.º - Com respeito à debatida questão pertinente à Emenda constitucional que visa à alteração do parágrafo 16 do Art. 141, o ruralismo rio-grandense, manifestando suas apreensões, confia, entretanto, no patriotismo, independência e senso de responsabilidade do Parlamento

⁷⁷² *Correio do Povo*, 4 de maio de 1963, p. 9.

⁷⁷³ Exemplos: “Classes comerciais contra o projeto de reforma agrária” – *Correio do Povo*, 24 de abril de 1963, p. 16; “CONCLAP critica projeto de reforma agrária” – *Correio do Povo*, 26 de abril de 1963, p. 4; “Opina a FIESP: dar terra não resolve problema agrário” – *Correio do Povo*, 29 de maio de 1963, p. 16. “Proprietários de Imóveis do Rio: reformas dentro da Constituição”, *Correio do Povo*, 11 de maio de 1963, p. 16.

⁷⁷⁴ Alguns exemplos: “Crítica ao projeto enviado ao congresso: reforma agrária centraliza nas mãos do governo a estrutura rural” (entrevista do Professor Afrânio Carvalho, catedrático em Ciências Econômicas da Universidade do Brasil) - *Correio do Povo*, 2 de abril de 1963, p. 4; “Opinião do sociólogo Artur Rios: projeto do governo sobre a reforma agrária não elimina os erros básicos” - *Correio do Povo*, 20 de abril de 1963, p. 18; “D. Jaime Câmara: Reforma Agrária sem tocar na constituição” - *Correio do Povo*, 7 de maio de 1963, p. 13; “Líderes da UDN contra o projeto do governo sobre reforma agrária” - *Correio do Povo*, 8 de maio de 1963, p. 16.

Nacional, certo de que a resolução final deverá ser a mais consentânea com a extrema gravidade da atual conjuntura político-social do país.

3.º - Empenhadas na preservação do regime democrático vigente, assiste às lideranças das entidades de classes e dos partidos políticos o dever de fortalecer a soberania do Poder Legislativo, acatando e cumprindo as decisões d'ele emanadas, com o objetivo de salvaguardar a paz social e as normas básicas da Carta Magna brasileira,

4.º - Assim considerando, a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul resolveu transmitir, de viva voz, o seu pensamento e as suas disposições ao Senhor Presidente da República e aos líderes políticos do Congresso Nacional.

5.º - Com relação à política agrária estadual, o ruralismo gaúcho reafirma, neste momento, o seu propósito de contribuir materialmente para a solução da questão agrária, à luz de normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Agrário Nacional.

6.º - Admitida a discriminação regional da Reforma Agrária, caberá aos Estados não só a faculdade de suplementar a legislação federal específica, como também de planejar e executar, obedecendo as normas gerais.

7.º - A classe rural assume firme e decidida atitude contra a campanha extremista que tenta conturbar a ordem social e o regime democrático.⁷⁷⁵

O que chama a atenção da nota é que ela não é precisa em relação à emenda que visava alterar o parágrafo 16 do Art. 141 da Constituição, como se pode ver no segundo item: apesar de enfatizar suas “apreensões”, a entidade afirma confiar no “patriotismo, independência e senso de responsabilidade do Parlamento Nacional.” Em seguida, no terceiro item, afirma que cabe a este deliberar sobre o tema, e que a todos compete acatar e cumprir. Ou seja, era possível interpretar esta nota como uma indicação de que, independente do que fosse definido, cabia às “lideranças das entidades de classes e dos partidos políticos” aceitar.

Tal posição não correspondia àquela defendida pela CRB, que rejeitava explicitamente qualquer mudança constitucional. A reportagem do *Correio do Povo* que tratava sobre o manifesto, sugeria que “[...] a classe rural gaúcha vem de adotar uma atitude que foge, de certa forma, ao espírito de outras manifestações já conhecidas, irredutíveis quanto às emendas à Constituição.”⁷⁷⁶

A ênfase do documento em relação à suposta “confiança” dos ruralistas no Congresso e seu sentimento de dever “fortalecer a soberania do Poder Legislativo” pode ser compreendida em função de uma série de ações dos partidos e organizações de esquerda para

⁷⁷⁵ *Correio do Povo*, 30 de maio de 1963. p. 18.

⁷⁷⁶ *Correio do Povo*, 30 de maio de 1963, p. 18. Na reportagem, a posição da Farsul também foi interpretada de forma similar; ou seja, de que a “classe rural acatará a decisão do Congresso [...] não importando qual a natureza desta decisão.”

pressionar o parlamento pela aprovação do projeto do Executivo⁷⁷⁷. De acordo com Ferreira, a partir do momento em que o projeto foi apresentado,

Nas ruas, uma intensa campanha foi deflagrada, com comícios, passeatas e ameaças de greve geral. Liderados por Brizola, o CGT, a UNE, a FPN, entre outros grupos de esquerda, tentavam pressionar o Congresso. Em um desses comícios, ainda em março, Brizola deu um ultimato: os parlamentares teriam que aprovar a emenda em um prazo de 40 dias, senão outros meios seriam encontrados para implementá-la.⁷⁷⁸

Estas manifestações eram recebidas pelos setores conservadores como uma ameaça e contribuíam para acirrar as disputas tanto dentro quanto fora do Congresso. Neste sentido, é provável que a possibilidade de que a força das ruas pressionasse os deputados a aprovar o projeto do executivo preocupava as lideranças da Farsul. Além disso, a ideia de uma “reforma agrária na lei ou na marra”, preconizada inicialmente pelas Ligas Camponesas e posteriormente adotada por outros grupos e líderes de esquerda, soava ameaçadora.

A nota da Farsul, assim, se contrapõe a estas manifestações, reafirmando a legitimidade do parlamento para deliberar sobre a reforma agrária – deliberação que caberia a todos acatar e cumprir. Ao reforçar tal legitimidade do Congresso, enfraquecia o executivo – incluindo a própria Supra. Ao mesmo tempo, combate a ideia de que a reforma poderia ser efetivada de outra maneira, que não dentro dos limites institucionais do Congresso; ideia que estaria no centro da suposta “campanha extremista que tenta conturbar a ordem social e o regime democrático”, contra a qual a entidade se colocava.

Ainda na nota, é importante destacar o 5º item, no qual o “ruralismo gaúcho reafirma, neste momento, o seu propósito de contribuir materialmente para a solução da questão agrária” no estado do Rio Grande do Sul. Tal item sinaliza que havia certa disposição da

⁷⁷⁷ No dia 2 de junho, por exemplo, uma “Publicação de responsabilidade do PTB” no *Correio*, intitulada “Brizola sobre as reformas de base: ‘Pressão democrática é legítima’”, reproduziu um trecho do discurso de Leonel Brizola no Rio Grande do Norte, na qual o líder petebista afirmava: “PRESSÃO sobre o Congresso. Dizem que isso é ilegítimo. É a coisa mais legítima numa democracia autêntica. Não se admite que representantes do povo tenham medo do povo. Nós queremos as reformas. Eles nos respondem com o veto e com a antirreforma.” No discurso, também tratava das indenizações: “Eu estou de acordo que se dê alguma indenização. Mas não venham querer transformar a Reforma Agrária numa espécie de negócio agrário. Quase todos eles receberam a terra do Governo e viveram tão bem usufruindo desse patrimônio, por que agora não devolver para a coletividade? Estou de acordo que se dê uma indenização. Mas dentro das possibilidades.” Ao mesmo tempo, defendeu uma “Reforma cristã, porque nós somos cristãos. O nosso cristianismo graças a Deus, não é o deles. O nosso Cristo é o verdadeiro Cristo e não esse que eles andam até transformando em cabo eleitoral. O nosso Cristo foi aquele que lançou a doutrina cristã, que foi a bandeira de um povo humilde, maltrapilho, espoliado. Foi aquele que levantou uma doutrina que nada mais foi do que uma bandeira libertária contra a espoliação do império romano.” *Correio do Povo*, 2 de junho de 1963. p. 20.

⁷⁷⁸ FERREIRA, op. cit., 2011b. p. 367. As siglas referem-se à União Nacional dos Estudantes (UNE), ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e à Frente Parlamentar Nacionalista (FPN).

entidade e dos ruralistas em fazer algumas concessões, inclusive contribuindo “materialmente”, ao mesmo tempo em que reafirma a necessidade de que o projeto de reforma agrária a ser implementado respeitasse as especificidades regionais, garantindo aos estados a possibilidade de planejá-la e executá-la, aspecto enfatizado pelas demais organizações patronais, como a CRB.

Tal posição foi levada ao governo e ao Congresso através de uma comissão da Farsul; segundo o *Correio do Povo* anunciou no dia 31 de maio, estava praticamente constituída tal comissão, que seria liderada pelo presidente da entidade, Saint Pastous, e contaria ainda com o 2º vice-presidente Clóvis Kroeff, os ruralistas Dácio de Assis Brasil, Balbino de Souza Mascarenhas e Oscar Carneiro da Fontoura, e o deputado Marcírio Goulart Loureiro.⁷⁷⁹

Na semana seguinte, foram noticiadas informações sobre a agenda da caravana da Farsul em Brasília, que incluíram audiências com o presidente João Goulart, com o senador Daniel Krieger (UDN)⁷⁸⁰, com o presidente do Senado, senador Auro de Moura Andrade, com o presidente da Câmara, deputado Ranieri Mazilli, bem como encontros com líderes partidários e representantes das bancadas do Rio Grande do Sul. O presidente da Farsul também esteve na sede da CRB, para entregar uma cópia da nota oficial; na ocasião, o presidente da entidade solicitou que fosse informado sobre as atividades realizadas pela entidade em Brasília.⁷⁸¹

A nota oficial da federação, no entanto, causou fissuras no seio da entidade. Em junho de 1963 o jornal *Última Hora* publicou reportagem com a seguinte manchete “Crise na Farsul: lançado manifesto contra a reforma”; ao lado da manchete, estava a foto do presidente da entidade com a legenda: “Prof. Antônio Saint Pastous: latifúndio retrógrado não está contente com seus pronunciamentos pró-reforma.”⁷⁸² A notícia afirmava que as associações rurais de Livramento, Quaraí, São Borja, Bagé, Uruguaiana, São Francisco de Assis, Caçapava e Dom Pedrito firmaram um manifesto contrário à nota oficial da Federação. O documento, composto de nove itens, inicia com uma declaração favorável à reforma agrária e já no segundo item, repudia qualquer proposta de alteração da Constituição. Os signatários reafirmam “intransigente fidelidade a Carta de Princípios de Santa Maria” e, no sexto item,

⁷⁷⁹ *Correio do Povo*, 31 de maio de 1963. p. 6.

⁷⁸⁰ Segundo a reportagem, participaram desta audiência Pastous, Kurt Weissheimer (presidente da ASCAR), Dácio de Assis Brasil, Nestor Jardim e Manuel Luzardo de Almeida. *Correio do Povo*, 06 de junho de 1963, p. 16. No gabinete de Krieger, líder da UDN, estavam também os senadores Men de Sá (PL) e Guido Mondin (PRP), ambos opositores do governo Goulart.

⁷⁸¹ *Correio do Povo*, 9 de junho de 1963. p. 52, continuação na página 29.

⁷⁸² *Última Hora*, 18 de junho de 1963. p. 5.

“discordam da posição indefinida da Farsul frente à pretendida alteração do §16, artigo 141 da Constituição federal, que fere profundamente a orientação tomada pela Confederação Rural Brasileira.” O manifesto apela, em seguida, para que a entidade abandone sua posição indefinida, “relembra a F.A.R.S.U.L que as decisões contidas na Carta de Princípios de Santa Maria foram emanadas de uma assembléia geral da classe rural do Rio Grande do Sul, órgão soberano” e se encerra reassegurando “integral apoio à Confederação Rural Brasileira.”⁷⁸³

O manifesto foi assinado por Thomaz Vares Albornoz (presidente da Associação Rural de Livramento), Ângelo Antônio Minotto (membro da Associação Rural de Bagé), Favorino Mércio (presidente da Associação Rural de Bagé), João Carlos Giudice (presidente da Associação Rural de Quaraí), Bráulio Vianna, Gregório Beheregaray (2º tesoureiro da Associação Rural de Uruguaiana⁷⁸⁴), João Martines Padilha, Francisco da Silva Farinha (presidente da Associação Rural de Dom Pedrito) e Clélio Cidade, e posteriormente encaminhado para a apreciação das outras associações do estado.

Note-se que as entidades signatárias do documento localizavam-se em regiões onde predominavam a grande propriedade e a pecuária. As associações da Campanha eram bastante influentes no interior da Federação. Conforme apontei no primeiro capítulo, parte significativa dos indivíduos que ocuparam cargos na presidência, vice-presidência e no Conselho Deliberativo da Farsul eram oriundos desta região.

Entre os ruralistas que assinaram o manifesto, dois eram membros do Conselho Deliberativo da entidade - Albornoz e Beheregaray⁷⁸⁵ – e um era integrante do Conselho Consultivo, Minotto. Além disso, três dos signatários haviam sido citados no mapeamento da CETH. Além de Albornoz, cujas propriedades totalizavam 35.923,92 hectares, eram grandes proprietários Minotto e Mércio, que possuíam, respectivamente 2.931,00 e 6.367,00 hectares de terra em Bagé.⁷⁸⁶

O eixo central de seu manifesto é a rejeição a qualquer possibilidade de alteração da Constituição, que para eles representava um ataque ao *sagrado direito de propriedade*. As associações signatárias interpretavam a nota da Farsul como “indefinida” pois aquela não expressava, de forma contundente, a objeção da entidade quanto à tal emenda constitucional.

⁷⁸³ *Última Hora*, 18 de junho de 1963, p. 5. As partes que estão entre aspas são originais do manifesto e foram reproduzidas entre aspas na reportagem publicada pelo periódico.

⁷⁸⁴ No site da Associação Rural de Uruguaiana, consta que em fins de 1964 ele assumiu a presidência, em função do falecimento do então presidente, José Câmara Guimarães. Disponível em: <http://www.sindicatroruraldeuruguaiana.com.br/#!/diretorias-antteriores/cein> Acessada em: 21 de janeiro de 2016.

⁷⁸⁵ Ele havia concorrido à uma vaga na Comissão Fiscal na chapa de Fontoura, derrotado por Pastous na eleição de 1961. *Correio do Povo*, 18 de julho de 1963, p. 3.

⁷⁸⁶ COMISSÃO ESTADUAL DE TERRAS E HABITAÇÃO, op. cit., p. 20.

Em diferentes momentos do texto reivindica-se a legitimidade da Carta de Santa Maria; ao “lembrar” a Farsul que as decisões previstas na Carta foram definidas em assembleia, e reforçar o caráter desta como soberana, aqueles ruralistas explicitam uma crítica à direção da federação, que não estaria respeitando as deliberações daquela assembleia. Cabe ressaltar que no contexto em que foi realizada a Concentração de Santa Maria, a possibilidade de uma alteração constitucional pra fins de reforma agrária não estava prevista.

O manifesto teria se originado a partir de um encontro convocado pela Associação Rural de Livramento, ocorrido naquela cidade. Na ata de uma reunião da Associação Rural de Bagé realizada no dia 10 de junho de 1963 há um relato de Ângelo Minotto, que participou do referido encontro representando a sua associação, juntamente com Favorino Thomas de Bretas Mércio e Canuto Jorge Martins Filho. De acordo com Minotto, na ocasião se evidenciou o descontentamento dos ruralistas presentes em relação à nota da Farsul e foi redigido um manifesto aprovado em plenário. A ata prossegue:

Continuando, o Sr. Minotto, disse da resolução da Diretoria da Associação Rural de Livramento em publicar pela imprensa o Manifesto e a repercussão que adviria desse facto, tendo nossa representação desaconselhado tal publicação que traria resultados constrangedores para a classe. Com a palavra o Sr. Presidente concordou plenamente com o ponto de vista do Sr. Ângelo Minotto, propondo que se entrasse em entendimento, por meio telefônico, com o Sr. Presidente da Rural de Livramento, o que foi aprovado. Tendo sido determinado que fosse feita a ligação telefônica imediata tendo o Sr. Presidente desta Entidade falado pessoalmente com o Sr. Thomaz V. Albornoz, Presidente da Rural de Livramento, expondo as razões invocadas para a não publicação do Manifesto, tendo S. senhoria concordado. Voltando aos trabalhos o Sr. Presidente recordou e leu o apelo então formulado pela FARSUL a esta Associação, para que se dirigisse por meio telegráfico as autoridades constituídas externando a mesma orientação e posição intransigente da Confederação Rural contra a Reforma da Constituição e, que para surpresa da classe, a FARSUL tinha publicado Nota Oficial, conforme Ata anterior, assumindo posição antagônica a preconizada pela Confederação, órgão máximo do ruralismo brasileiro, e, que se tinha confirmado através de uma entrevista concedida pelo Professor Saint Pastous ao Correio do Povo do dia 9 do corrente, solicitando ao Sr. Secretário sua leitura. A seguir foi aprovado que esta Diretoria entrasse em entendimentos com as Associações Rurais de Caçapava, Pinheiro Machado, Herval, Arroio Grande, Pelotas, Jaguarão e Rio Grande, afim das mesmas tornarem conhecimento e aprovarem o Manifesto da reunião de Livramento.⁷⁸⁷

De acordo com a fala do presidente, inicialmente, a Farsul teria apelado à associação

⁷⁸⁷ ASSOCIAÇÃO Rural de Bagé. *Ata nº 263*. Ata da Reunião Ordinária da Diretoria. 10 de junho de 1963. Acervo da Associação Rural de Bagé.

para que se dirigisse às autoridades manifestando “a mesma orientação e posição intransigente” da CRB contra a alteração da Constituição.⁷⁸⁸ Por essa razão, a publicação da nota oficial teria gerado tanta “surpresa” para os ruralistas. Quanto ao manifesto redigido na reunião de Livramento, é visível a preocupação dos membros da Associação Rural de Bagé com a possível publicização do mesmo, que “traria resultados constrangedores para a classe”, o que gerou um telefonema para a Associação Rural de Livramento solicitando sua não divulgação. Tal fato indica que havia um receio de demonstrar publicamente as divergências no interior da Federação e assim enfraquecer os próprios ruralistas. Ao mesmo tempo, a indicação de que a Associação Rural de Bagé fizesse contatos com outras associações da região - Caçapava, Pinheiro Machado, Herval, Arroio Grande, Pelotas, Jaguarão e Rio Grande – revela que os ruralistas reunidos em Livramento estavam dispostos a seguir se articulando para pressionar a diretoria da Farsul.⁷⁸⁹

Apesar dos apelos dos ruralistas bageenses, o conteúdo do manifesto foi divulgado pela imprensa. No dia seguinte à publicação de uma notícia sobre o mesmo, o jornal *Última Hora* exibiu nova reportagem intitulada “Reforma Agrária: Saint Pastous mantém decisão”, na qual afirmava:

Embora mantendo sua posição de esquivar-se de qualquer comentário sobre a reação de associações rurais contra a posição que a FARSUL assumiu, a propósito da Reforma Agrária, o sr. Antônio Saint Pastous autorizou um seu auxiliar a dizer à imprensa, ontem, que “buscará, na assembléia geral de sábado próximo, convencer os participantes do acerto da nota oficial que provocou a discordância”. O porta-voz de Saint Pastous confirmou a existência de memorial de ruralistas de oito Municípios contra a FARSUL, mas discordou da afirmativa de que tal fato constitui indício de crise na entidade. Reconheceu, entretanto, o informante, que se a assembléia geral da

⁷⁸⁸ Sobre esta orientação, uma notícia publicada em meados de maio afirma que a Farsul teria solicitado “que todas as entidades da classe rural se dirigissem aos três poderes da União, protestando contra qualquer alteração dos princípios constitucionais que asseguram, em sua plenitude, os direitos de propriedade.” A matéria apresenta cópia dos telegramas enviados pela Associação Rural de Livramento, assinados por seu presidente, Thomaz Varez Alborno, à presidência da República, ministros de Estado, senadores e deputados federais de todos os partidos que integravam a bancada do Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, 16 de maio de 1963, p. 18. Há evidências que a orientação da entidade tenha sido seguida por outras associações, como pode se apreender da ata de uma reunião realizada na Associação Rural de Bagé no dia 13 de maio de 1963. Na ocasião, foi anunciado o recebimento de um telegrama da Associação Rural de Livramento comunicando “ter recebido cópia telegráfica de nosso protesto junto às autoridades constituídas referente a não alteração do texto constitucional, solidarizando-se a essa entidade e a [seguindo?] no gesto.” Também foi citado um telegrama emitido pelo presidente da Associação Rural de Santa Maria comunicando a “remessa de despachos telegráficos de protesto contra a reforma da Constituição.” Em seguida, o presidente da Associação Rural de Bagé “leu diversos telegramas e fonogramas de protestos contra a reforma da Constituição endereçados a vários parlamentares e Ministros de Estado.” ASSOCIAÇÃO Rural de Bagé. *Ata n° 260*. Ata da Reunião Ordinária da Diretoria. 10 de junho de 1963. Acervo da Associação Rural de Bagé.

⁷⁸⁹ Nas atas das reuniões seguintes da Associação Rural de Bagé, não há notícias de que estes contatos tenham sido feitos; das associações indicadas, apenas a de Caçapava assinou a declaração.

classe decidir que a posição da FARSUL está errada, ela será alterada.⁷⁹⁰

O *Correio do Povo* também noticiou que a nota oficial “foi recebida com restrições na zona da fronteira”, afirmando que, de acordo com o que foi possível apurar, a direção da Farsul aguardava o recebimento oficial do manifesto, que seria submetido à assembléia geral da entidade e que antes disso não se pronunciaria. Um dos membros da diretoria teria declarado: “discordância não quer dizer crise e que as divergências são naturais quando os problemas são encaminhados em bases democráticas como no caso presente.”⁷⁹¹

Evidencia-se, por parte da diretoria da entidade, um esforço para minimizar as diferenças e negar que havia uma crise na Farsul; era essencial, especialmente naquele momento, que a entidade se mostrasse coesa, tanto diante de seus membros quanto para a sociedade.

Dias depois, conforme noticiado pelo *Correio do Povo*, foi convocada uma assembleia geral extraordinária, na qual compareceram “grande número de presidentes de Associações Rurais do Rio Grande do Sul, bem como os demais líderes da classe rural interessados no assunto debatido.”⁷⁹² A reportagem também atribuía as divergências entre os ruralistas como “um mal entendido, imediatamente desfeito com as minuciosas explicações e considerações feitas pelo presidente da FARSUL”. A assembleia geral teria então aprovado, “por aclamação, aplaudindo de pé, uma moção de confiança e solidariedade à diretoria da FARSUL”, assim redigida:

A Assembléia Geral Extraordinária da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, em face da exposição que acaba de ser lida pelo ilustre presidente, professor Saint Pastous, esclarecendo o espírito e os objetivos da nota de 28 de maio, e considerando as deliberações já tomadas pela Classe Rural, na concentração de Santa Maria e na 6ª Conferência do Rio de Janeiro, resolve:

- 1) Aprovar a nota publicada pela Diretoria e pelo Conselho Deliberativo da entidade, de 28 de maio último;
- 2) Reiterar seu ponto-de-vista contrário a qualquer reforma do art. 141 parágrafo 16 da Constituição Federal, por entender desnecessária para a promulgação de uma Lei Agrária, dentro dos princípios cristãos e democráticos, aspiração generalizada da maioria do povo brasileiro;
- 3) Expressar sua solidariedade ao preclaro presidente professor Antônio Saint Pastous de Freitas e aos dignos ruralistas, integrantes da Diretoria e do Conselho Deliberativo da FARSUL.

⁷⁹⁰ *Última Hora*, 19 de junho de 1963. p. 5.

⁷⁹¹ *Correio do Povo*, 19 de junho de 1963. p. 7.

⁷⁹² *Correio do Povo*, 23 de junho de 1963. p. 48.

Sala das sessões, 22 de junho de 1963.⁷⁹³

Embora o tom da reportagem do *Correio do Povo* tenha buscado demonstrar que ocorrera apenas “um mal entendido, imediatamente desfeito”, a publicação, na íntegra, do discurso de Saint Pastous demonstra o seu constrangimento frente aos desdobramentos da Nota Oficial.⁷⁹⁴ O presidente iniciou sua fala tratando de um telegrama enviado pela CRB à diretoria da Farsul⁷⁹⁵ solicitando esclarecimentos em relação ao segundo item de sua nota oficial, que havia gerado dúvidas em sua interpretação. Pastous passou então a relatar as ações tomadas pela Diretoria em torno do projeto do governo, afirmando ter seguido a recomendação da CRB, como comprova o ofício emitido no dia 26 de abril pelo então presidente em exercício da entidade, Kurt Weissheimer, aos presidentes das Associações Rurais do Estado, no qual constava um parecer que refletia “o pensamento da Confederação Rural Brasileira e da FARSUL” contrário à alteração do parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição. A missiva solicitava a divulgação do mesmo entre os ruralistas do município e solicitava que a Associação examinasse a conveniência “de dirigir telegramas aos parlamentares gaúchos na Câmara Federal, manifestando o seu ponto-de-vista a respeito de tão importante matéria.”⁷⁹⁶

De acordo com Pastous, foi então agendada uma reunião da Diretoria e do Conselho Deliberativo da entidade nos dias 27 e 28 de maio para tratar do tema, durante a qual os “membros presentes, fixaram e aprovaram os termos e o sentido de um pronunciamento

⁷⁹³ Idem.

⁷⁹⁴ Chama atenção as diferenças entre a abordagem dos jornais *Última Hora* e *Correio do Povo* em relação às polêmicas geradas pela nota oficial da Farsul: enquanto o primeiro explicitava que Saint Pastous encontrava resistência por parte do “latifúndio retrógrado”, que não estaria “contente com seus pronunciamentos pró-reforma”, evidenciando que havia divergências entre os ruralistas, o segundo periódico afirmava “que tudo não passou de um mal entendido”, reforçando que a classe rural gaúcha permanecia unida e com posição uniforme sobre o tema.

⁷⁹⁵ O telegrama enviado no dia 12 de junho por Iris Meinberg, presidente da CRB, dizia: “O item dois resoluções Diretoria e Conselho Deliberativo está sendo interpretado como tomada decisão favorável emenda constitucional para reforma agrária, em dissonância ponto-de-vista desta Confederação ratificado recente concentração Brasília. Encarecemos nos facultar elementos para defesa dessa Federação”. Pastous defendeu-se inicialmente questionando a afirmação de que o item dois “está sendo interpretado”, indicando que havia “uma omissão quanto à fonte de origem, pois não diz quem está “interpretando”. E para ser atribuída a devida importância ‘ao fato de estar sendo interpretado’, muito importaria saber a sua procedência.” Em relação à parte final, em que a CRB indica a necessidade de que a Farsul apresentasse “elementos para a defesa dessa Federação”, Pastous disse “[...] devo informar que esta solicitação não foi atendida. Se a Diretoria e o Conselho Deliberativo cometeram um erro, ou praticaram um crime de lesa-interesse do ruralismo gaúcho, o que lhes cumpre é submeter seus atos, como agora estão fazendo, ao veredito da instância soberana desta Assembléia Geral.”, manifestando descontentamento em relação ao tom do telegrama enviado pela Confederação, que poderia ser classificado como uma interferência da mesma nas atividades de sua afiliada gaúcha. *Correio do Povo*, 23 de junho de 1963. p. 48; p. 21.

⁷⁹⁶ *Correio do Povo*, 23 de junho de 1963. p. 21.

daqueles dois órgãos da Farsul em face da momentosa e controvertida questão da Emenda constitucional.”⁷⁹⁷

Ao tratar do pedido de esclarecimento da CRB em relação à Nota Oficial, o presidente da Federação afirmou que não há espaço para interpretações dúbias do item 2:

Se o ruralismo rio-grandense manifesta suas apreensões [...] surge de transparente evidência à única dedução consequente, e que consiste em não estarem a Diretoria e o Conselho Deliberativo favoráveis à Emenda constitucional inclusa no anteprojeto da Reforma Agrária, encaminhado pela Presidência da República. [...] Quem se manifesta apreensivo contra alguma coisa, é óbvio que dela recebe as consequências, e contra ela se há de opor. Fora disso, apenas a mistificação de distorções interpretativas. Portanto, nada justifica, à luz do bom-senso, a pressuposição de que o item dois da Nota Oficial possa ser interpretado como tomada-de-posição a favor da Emenda constitucional.⁷⁹⁸

Pastous prossegue afirmando que a Diretoria e o Conselho Deliberativo não enviaram telegramas ao Congresso - como preconizava a CRB - “por entender que êsse não era o critério exato, e nem o caminho certo”, em virtude das pressões que o parlamento vem recebendo, tanto daqueles que exigem a aprovação da Emenda Constitucional como de uma corrente “radicalmente contrária a qualquer alteração constitucional, como premissa para a reforma agrária.” Ele prossegue assegurando que “o espírito da Nota Oficial da FARSUL foi precisamente de guardar a medida do bom-senso e o respeito ao limite de tolerância no direito de interferir, direta ou indiretamente, no domínio das prerrogativas e responsabilidades de um órgão em plena consciência da sua soberania.” Em seguida, relata diversos contatos feitos com parlamentares gaúchos de vários partidos, dos quais ouviram manifestações contrárias e favoráveis à emenda:

De um eminente Senador, que honra e orgulha as nobres tradições do Rio Grande do Sul, ouvimos que, em seu modo de pensar, uma judiciosa emenda do Art. 141, o contrário de aluir a base do direito de propriedade, passaria a reforçar a sua mais ampla garantia. De um brilhante Deputado Federal - alto expoente da cultura universitária cristã, ouvimos vibrante oração, defendendo a necessidade da reforma constitucional em bases de equilíbrio e

⁷⁹⁷ “Como consta em ata, participaram dessas reuniões, pela Diretoria, o presidente da Farsul, o 1.o vice-presidente, Kurt Weissheimer; o 2.o vice-presidente, Clóvis Kroeff; o 3.o vice-presidente, Paulo Simões Lopes; o 1.o secretário, dr. Paulo Luiz de Oliveira de Boer; o 2.o secretário, dr. Décio Henrique Zago; o 2.o tesoureiro, Fernando Py Sarmiento; e pelo Conselho Deliberativo os senhores: Davenir Peixoto Gomes, Thomaz Vares Albornoz, Vítório Dinardo, dr. Augusto Costa Lopes, dr. Flor Amaral, Edgar Rodrigues Barbosa, João Theobaldo Moesch, dr. Nelson de Souza Piegas, Antônio Fredo Leal de Macedo, dr. Dácio Assis Brasil, Samuel Guazzelli Filho, João Antônio Tessari, Sydnei de Almeida Santos, Nestor de Moura Jardim e Balbino de Souza Mascarenhas.” Idem.

⁷⁹⁸ Idem.

de justiça. Outros representantes gaúchos manifestaram-se radicalmente contrários à Emenda constitucional.⁷⁹⁹

Pastous afirma entender que “a FARSUL, como Entidade de Classe, liderando correntes de opinião as mais diversas, não podia tomar partido, ostensivo e radical, em um ou em outro sentido, e que devia se limitar a exprimir as suas apreensões, e a conceder um voto de confiança ao Congresso Nacional.” A fala do presidente conclui com as seguintes

CONCLUSÕES

1° - A FARSUL, cumprindo o dispositivo da Confederação Rural Brasileira, encaminhou e recomendou às Associações Rurais o apêlo da Entidade-Mater no sentido de um pronunciamento contra a alteração do parágrafo 16 do art. 141.

2° - Nada justifica, à luz do bom-senso, a afirmação de que o item dois da Nota Oficial da FARSUL possa ser interpretado como tomada-de-posição a favor da Emenda constitucional.

3° - Por conseguinte, é clamorosa inverdade que a FARSUL se tenha manifestado a favor da Emenda constitucional.

4° - Não há procedência na acusação de estar a FARSUL em linha de contravenção aos princípios da Carta de Santa Maria, e à hegemonia da Confederação Rural Brasileira.

5° - Entende a FARSUL, em sua condição de Entidade de Classe, que não lhe assiste a liberdade e nem o direito de interferir, direta ou indiretamente, no domínio das prerrogativas e responsabilidades do Congresso Nacional, como órgão em plena consciência da sua soberania.

6° - Entende a FARSUL, em sua condição de Entidade de Classe, que, liderando correntes de opinião as mais diversas, não podia tomar partido, e que devia se limitar a exprimir as suas apreensões, e a confiar no patriotismo, independência e responsabilidade do Congresso Nacional.

7° - Nada é tão insubsistente quanto se pretender atribuir à atitude da FARSUL o falso caráter de posição “indefinida”.

8° - A atitude da FARSUL é clara, é insofismável e é definitiva.

9° - Se está certa ou errada a orientação da Presidência da FARSUL, compete ao soberano plenário desta Assembléia julgar e decidir. Que se faça justiça, e nada mais”.⁸⁰⁰

Há muitos elementos significativos na fala de Pastous, mas chama a atenção sua afirmação de que a Farsul “como Entidade de Classe, liderando correntes de opinião as mais diversas, não podia tomar partido, ostensivo e radical, em um ou em outro sentido”. A existência de “correntes de opinião as mais diversas” no interior da Federação indica que a tomada de uma posição oficial por parte da entidade não prescindia de cuidados e negociações. É visível sua tentativa de mediar posições divergentes e de reafirmar a

⁷⁹⁹ Ibidem.

⁸⁰⁰ Idem Ibidem.

disposição ao diálogo. Ao relatar que a direção da entidade contatou diversos parlamentares, tanto contrários quanto favoráveis à proposta governamental, Pastous busca demonstrar que estavam abertos para ouvir todos os pontos de vista. Chama a atenção que, ao citar parlamentares favoráveis à emenda, Pastous apresenta os argumentos por eles utilizados e trata de apresentar as suas credenciais – um senador “que honra e orgulha as nobres tradições do Rio Grande do Sul”; um “brilhante Deputado Federal – alto expoente da cultura universitária cristã”, provavelmente buscando afastar a ideia de que se tratava de políticos considerados por parte dos ruralistas como “comunistas” ou “agitadores”.

Assim, ao mesmo tempo em que afirma que a Federação não é favorável à emenda da Constituição (não utiliza o termo “contrária”), se esquivava de uma posição “radical” e critica as pressões sofridas pelo Parlamento. O fato da Farsul optar por não enviar telegramas aos parlamentares – ainda que tenha divulgado à suas afiliadas a orientação da CRB – indica que a sua diretoria questionava os métodos defendidos pela Confederação.

Sua opção por citar todos os ruralistas presentes na reunião da qual se originou a Nota Oficial, além de buscar evidenciar a legitimidade da mesma, anuncia a presença de Thomaz Vares Albornoz, um dos signatários do manifesto contrário à posição da direção da Federação. Se Albornoz participou da reunião de maio e acompanhou as discussões que culminaram com a elaboração da Nota, provavelmente tenha sido minoria nos debates internos que permearam a sua redação.

As polêmicas em relação à Nota Oficial da Farsul revelam que entre os ruralistas não havia uma posição uniforme sobre o tema e sobre quais deveriam ser as estratégias da entidade neste processo de discussão sobre o projeto; embora na assembleia geral a diretoria tenha afirmado que a Nota não dava espaço para interpretações dúbias, esta, de forma geral, acenava com um discurso mais conciliador, de negociação, enquanto aquelas associações signatárias do manifesto reivindicavam, por parte da diretoria, uma posição de rejeição total ao projeto, sem mediações ou afirmações que poderiam parecer “indefinidas” ou dar margem a mal-entendidos.

Esta divergência é interessante porque chama a atenção para os riscos de se homogeneizar a atuação destes agentes, ignorando as nuances e embates no seio da própria entidade. Neste episódio, outras agremiações e lideranças disputavam com a diretoria da Farsul o reconhecimento como representantes legítimos dos interesses dos ruralistas gaúchos, ameaçando a hegemonia da Federação sobre esses interesses. Cabe ressaltar que, ainda que houvesse divergências e fissuras entre esses agentes, uma série de interesses e valores os

unificava, como a defesa da propriedade privada. Revela-se assim um dos traços característicos da organização e da representação política do patronato rural no Brasil, a “união acima das divergências de cada fração, grupo ou setor”:

[...] quando se sentem ameaçados em seus privilégios e interesses comuns, como é o caso da defesa da concentração de terras, todos se unem, pois sabem que a união é a condição primeira da reprodução social e do exercício da dominação e da exploração. Por essa razão, na disputa política e nas divergências econômicas estão contidos os acordos e as alianças. E em nenhum momento da história brasileira ouvimos falar de interesses conflitantes e divergências sobrepondo-se à união de todos.⁸⁰¹

As polêmicas em torno da nota oficial evidentemente desgastaram Saint Pastous; dias após a realização da Assembleia Geral, o *Correio do Povo* publicou matéria afirmando que Pastous não seria candidato à reeleição: “De maneira incisiva [...] o professor Antônio Saint Pastou de Freitas declarou “que em nenhuma hipótese admitiria que seu nome fosse cogitado para concorrer às próximas eleições da FARSUL”. Pastous teria sido questionado pois alguns membros da Federação “já haviam iniciado as consultas para a formação da lista a ser apresentada à consideração da assembléia geral ordinária do ruralismo, já convocada para a primeira terça-feira da segunda quinzena de julho”. Explicando as razões pelas quais declinaria de qualquer convite, afirmou que um período de dois anos “de administração de uma entidade, hoje tão complexa e de tanta responsabilidade como a Farsul, representa um ônus demasiadamente penoso, sobretudo quando já se tem ultrapassado aquele meridiano da vida onde não é mais lícito por à prova as reservas de energias, quer físicas ou de ordem intelectual.”⁸⁰²

Em julho, a federação elegeu a nova diretoria da entidade no biênio 1963-1964, “com a presença de apenas 38, das 114 associações rurais filiadas”: Oscar Carneiro da Fontoura (presidente), Balbino de Souza Mascarenhas (1º vice-presidente), Sinval Saldanha Filho (1º secretário) e Paulo de Souza Jardim (1º tesoureiro).⁸⁰³ O baixo número de votantes indica um esvaziamento do processo eleitoral, provavelmente fruto dos desgastes gerados em função da nota oficial e do manifesto contrário a ela. Não obtive dados mais detalhados sobre quais as associações cujos representantes votaram nas eleições, tampouco foi possível, a partir dos indícios existentes nas fontes consultadas, traçar outras considerações acerca do pleito e das disputas que estavam colocadas.

⁸⁰¹ BRUNO, Regina et al., op. cit., 2012. p. 520.

⁸⁰² *Correio do Povo*, 25 de junho de 1963. p. 24.

⁸⁰³ *Última Hora*, 17 de julho de 1963. p. 5.

* * *

A proposta de emenda constitucional apresentada pelo líder do governo, mesmo derrotada na Comissão Especial, foi colocada em votação e acabou rejeitada pelo parlamento em outubro de 1963, por 121 votos contra 176.⁸⁰⁴

De acordo com Camargo, entre a derrota na Comissão Especial “e a rejeição em plenário, a reação das associações rurais chega ao seu ápice, estendendo-se por municípios do interior, e culminando com uma concentração de 1.500 entidades em Brasília, apoiadas por políticos hostis ao Governo, e pela Confederação Rural Brasileira.”⁸⁰⁵

Neste intervalo de tempo, outras propostas relativas à reforma agrária foram apresentadas – e derrotadas – no Congresso Nacional, como a de autoria de Milton Campos (UDN), rejeitada na Câmara em agosto de 1963 e o projeto do deputado Oliveira Brito (PSD), cujo teor se aproximava, em alguns aspectos, da proposição do executivo. O projeto do PSD “limitava a 50% a correção monetária dos títulos do governo, mas impunha limites para as terras a serem desapropriadas, como latifúndios improdutivos ou com menos de 55% de área economicamente explorada.”⁸⁰⁶ Estava previsto também que nas desapropriações, o proprietário asseguraria metade da terra expropriada até o limite de 500 hectares. Segundo Ferreira, o projeto, que era bastante limitado, foi rejeitado em agosto, especialmente em função da pressão das alas mais “radicais” do PTB.⁸⁰⁷

Vale destacar que a derrota da proposta de emenda constitucional do governo se deu em meio a uma “grave crise militar que se inicia com a Revolta dos Sargentos, em setembro, prossegue com uma onda de greves deflagradas pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em outubro e culmina com uma tentativa governista de superar a crise político-militar com o apoio das Forças Armadas ao estado de sítio [...]”⁸⁰⁸ De acordo com Camargo, a derrota parlamentar se converteu “em grave revés político”, que marcou, tanto para a oposição de direita quanto para a esquerda, “o esgotamento de um projeto de *reformismo*

⁸⁰⁴ Para uma análise detalhada sobre a tramitação do projeto no Congresso Nacional e a derrota sofrida pelo governo ver: NATIVIDADE, op. cit.

⁸⁰⁵ CAMARGO, op. cit., p. 218.

⁸⁰⁶ FERREIRA, op. cit., 2011b, p. 369.

⁸⁰⁷ FIGUEIREDO APUD FERREIRA, op. cit., 2011b, p. 369. A interpretação de Ferreira, inspirada em Argelina Figueiredo, é criticada por inúmeros autores, que afirmam que ambos responsabilizam as esquerdas pelo processo de radicalização política do período e pelo isolamento do governo João Goulart, acusando-as de ser tão antidemocráticas quanto os golpistas que tomaram o poder em 1964. Ver, por exemplo: TOLEDO, Caio Navarro. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, n. 19, 2004, p. 27-48.

⁸⁰⁸ CAMARGO, op. cit., p. 217.

constitucional.”⁸⁰⁹

Nesta perspectiva, Ferreira afirma que, a partir das evidências sobre as dificuldades da aprovação de um projeto de reforma agrária via Congresso, Jango vislumbrou a possibilidade de um decreto presidencial, para efeito de desapropriação, imobilizando a terra.⁸¹⁰ Mesmo consciente dos riscos de tensões que tal proposta poderia suscitar, o governo federal, através da Supra, passou então a desenvolver uma proposta cuja essência era considerar “de interesse social e, portanto, desapropriáveis, os imóveis de mais de 500 ha situados nos 10 km à margem das rodovias, açudes e ferrovias.”⁸¹¹

Os desdobramentos em relação a tal decreto se constituem em objeto privilegiado para compreender as disputas que marcaram os últimos meses do governo Goulart e a mobilização que garantiu o apoio ao golpe de 1964. Nas próximas páginas, buscaremos analisar a ação dos ruralistas – e especialmente da Farsul - neste processo.

3.3 - A reforma agrária: “tema da agitação que ia levando o país ao caos”

No dia 17 de abril de 1964, o jornal *Diário de Notícias* apresentou um editorial intitulado “Reforma Agrária”, que assim se iniciava:

O tema da agitação que ia levando o país ao caos e que exigiu, afinal, a intervenção decisiva das Fôrças Armadas, foi a reforma agrária. Grande tema, tema de alta oportunidade, os que se votaram à tarefa da subversão e da desordem o tomaram para bandeira e, em vez de servi-lo, o transformaram em instrumento de sobressaltos, de ódios e de perturbação da vida nacional.⁸¹²

O editorial aventa que teria sido a reforma agrária o estopim que exigiu, enfim, a “intervenção decisiva das Fôrças Armadas”. Tomada por “elementos subversivos”, esta fora transformada em instrumento de sobressaltos, ódios e perturbação da vida nacional.

Embora reconhecendo a existência de diferentes atores e interesses em jogo, os fatores internos e externos e a complexidade do processo que culminou com o golpe de 1964⁸¹³, é

⁸⁰⁹ Idem.

⁸¹⁰ FERREIRA, op. cit., 2011a, p. 385.

⁸¹¹ CAMARGO, op. cit. p. 221.

⁸¹² *Diário de Notícias*, 17 de abril de 1964.

⁸¹³ Conforme afirmam Padrós e Lameira, o golpe “foi a culminância e a parte mais visível de um amplo movimento civil-militar que não pode ser considerado de forma simplista ou com base em binômios explicativos. Em termos conjunturais, pode ser pensado como um golpe preventivo, deflagrado contra a ascensão das lutas dos movimentos sociopolíticos, baseados, majoritariamente, em um programa nacionalista e reformista. [...] Entretanto, esta visão não pode limitar a percepção de que se tratou também de um movimento sociopolítico

perceptível o potencial de conflito e mobilização envolvido nas discussões acerca do tema da reforma agrária. Neste sentido, Regina Bruno afirma que

Evidentemente, o golpe não foi uma reação aos projetos de reforma agrária existentes no papel, nos programas e pronunciamentos oficiais ou oficiais que, apesar do radicalismo verbal, eram tímidos e moderados em suas propostas de encaminhamento (não iam além da desapropriação, de medidas de ordem fiscal e da mudança na Constituição). Muito menos uma reação ao programa fundiário de Goulart, que não se propunha explicitamente a acabar com o latifúndio nem se lançou “radicalmente” pelas reformas de base. [...] Na realidade, a reação foi, sobretudo, às possíveis alternativas contidas no movimento camponês e no conjunto do movimento social pelas reformas de base, à possibilidade de uma reforma agrária ‘na marra’, ao medo da força potencial do movimento popular que já havia ultrapassado, na prática os limites do projeto nacional desenvolvimentista e colocado em xeque as alianças tradicionais que garantiam a sustentação das formas de dominação no campo.⁸¹⁴

De acordo com a autora, o golpe refletiu “o medo da força potencial do movimento popular pelas reformas de base; o medo de que o questionamento da propriedade da terra conduzisse ao questionamento da propriedade em geral; o medo da implantação de uma ‘república sindicalista’ e do “comunismo””.⁸¹⁵

Este medo pode ser compreendido em função do vigor dos movimentos a favor das *reformas de base*, a agrária em particular, que passaram a ser defendidas por importantes parcelas da população. Pesquisas de opinião realizadas pelo IBOPE no período revelam um significativo apoio à reforma agrária, como mostra a consulta realizada entre junho e julho de 1963, na qual foram ouvidas 6.400 pessoas.⁸¹⁶ Em relação à questão “Em princípio o Sr.(a) é contra ou a favor de uma reforma agrária”, em todas as cidades a maioria dos entrevistados

que aglutinou amplos setores liberais e conservadores em nome de um projeto político baseado nas formulações da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Outra dimensão fundamental do Golpe de 1964 está vinculada à relação com as estruturas que lhe dão significado; nesse sentido, ele também faz parte do contexto de radicalização política da Guerra Fria, agravada, ainda, nas Américas, pela Revolução Cubana.” PADRÓS, Enrique Serra; LAMEIRA, Rafael Fantinel. 1964: O Rio Grande do Sul no olho do furacão. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPESZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (orgs.) *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009. Vol. 1. p. 33-50. p. 34.

⁸¹⁴ A autora chama a atenção para o fato de que “a luta por reforma agrária, em certo sentido, enquanto luta democrática, era uma luta assimilável do capitalismo, pois assegurava o direito de propriedade”, especialmente num período em que a necessidade de modernização no campo era reconhecida por todos e “dada pela exigência do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.” BRUNO, op. cit., 1997, p. 97.

⁸¹⁵ Idem, p. 96.

⁸¹⁶ Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/politica/luiz-antonio-lima-reforma-agraria-tinha-grande-apoio-popular-as-vesperas-do-golpe-jango-seria-forte-candidato-em-caso-de-se-candidatar.html> Acesso em: 1º de junho de 2016. Segundo a reportagem, as pesquisas do IBOPE, muitas delas nunca divulgadas, foram resgatadas pelo historiador Luiz Antonio Dias (PUC-SP).

apoiava a reforma: em São Paulo, por exemplo, 61% eram favoráveis, 12% desfavoráveis e 27% indicaram “Não sabem”; na Guanabara, 66% mostraram-se favoráveis, em oposição à 12% desfavoráveis e 21% que não souberam opinar; em Porto Alegre, 76% dos entrevistados eram a favor, 7% contra e 17% não sabiam responder.⁸¹⁷ Em outra pesquisa, realizada em março de 1964 tal tendência persistia: diante da questão “Consideram que a realização da reforma agrária é” a maioria dos entrevistados respondeu “Necessária”⁸¹⁸:

| | Necessária | Desnecessária | Não sabem |
|-----------------------|-------------------|----------------------|------------------|
| Fortaleza | 68% | 13% | 19% |
| Recife | 70% | 7% | 23% |
| Salvador | 74% | 9% | 17% |
| Belo Horizonte | 67% | 16% | 17% |
| Rio de Janeiro | 82% | 9% | 9% |
| São Paulo | 66% | 13% | 21% |
| Curitiba | 61% | 11% | 28% |
| Porto Alegre | 70% | 17% | 13% |

Na mesma pesquisa, solicitava-se a opinião dos entrevistados em “relação à desapropriação de terras que margeiam açudes, ferrovias e rodovias federais”. Em todas as cidades, a maioria das pessoas mostrava-se favoráveis à medida. Em Porto Alegre, por exemplo, 63% se declarava favorável, 22% contrários e 15% não souberam opinar. Ainda que a utilização de tais pesquisas careça de certos cuidados⁸¹⁹, estas indicam a visibilidade que o tema alcançou na agenda política daquele momento e revelam não apenas o apoio a uma reforma agrária, mas a algumas premissas do projeto que estava sendo elaborado pela Supra.

Ao mesmo tempo em que parcela significativa da população manifestava seu apoio à

⁸¹⁷ “IBOPE – Pesquisas Especiais. Notação PE053 MR275. Realizada em diversas cidades do país, 16 no total. 500 entrevistas nas capitais e 300 nas demais cidades (total de entrevistados: 6.400). Entre junho e julho de 1963. Sem indicação de contratante.”

⁸¹⁸ “IBOPE – Pesquisas Especiais. Notação PE 060 MR0277. Pesquisa de Opinião Pública Realizada em Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, entre 9 a 26 de março de 1964. Sem identificação de contratante. 500 entrevistados em SP e Rio e 400 nas demais.” Ressalto que tal pesquisa não chegou a ser divulgada na época.

⁸¹⁹ Rodrigo Patto Sá Motta ressalta a necessidade de cuidados críticos na utilização de tais pesquisas: “De um lado, porque podem revelar apenas opiniões momentâneas dos entrevistados, cujas respostas, ademais, podem ser induzidas a depender do modo como são elaborados os questionários. Além disso, em certas circunstâncias, o interesse de fazer uso político dos resultados gera manipulações e falsificações. Por outro lado, no caso brasileiro, há que estudar melhor os fenômenos de opinião, pois há indícios de que a opinião política dos cidadãos nem sempre primava pela solidez. O contraste entre algumas enquetes mostra resultados conflitantes que, em certos casos, sugerem a ocorrência de mudanças bruscas de opinião. Ademais, é sempre elevada a proporção de abstenções, ou seja, das pessoas que preferem não responder, ou que optam por “não sei” ou “não opina”. Trata-se de indício da existência de muitos cidadãos com opinião política superficial, desinformados ou desinteressados.” MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. *Revista Tempo*, v. 20, 2014, pp. 1-21. p. 4.

reforma agrária, a violência no campo crescia consideravelmente. Um dos episódios mais marcantes ocorreu em Governador Valadares (MG), quando fazendeiros reagiram violentamente a uma ocupação de camponeses sem terra em fevereiro de 1964. O fato repercutiu nacionalmente e foi cogitada a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a suposta “agitação no meio rural”. Conforme o jornal *Diário de Notícias*, entidades filiadas à Confederação Rural Brasileira solicitavam a esta entidade que pedisse ao governo providências naquele município mineiro, onde os ruralistas teriam passado o carnaval “em reunião contínua, armados”.⁸²⁰

Alguns estudos apontam para o recrudescimento da violência no campo naquele período e para a aquisição de armamentos por parte dos ruralistas. Um exemplo revelador é o caso de Minas Gerais; de acordo com Starling, os grandes proprietários de terra mineiros, especialmente nas áreas de maior tensão, “não esperaram por Magalhães Pinto [governador do estado] para sair em defesa de seus privilégios, organizando seu próprio sistema de ação militar defensivo-ofensivo, baseado, via de regra, na criação de milícias particulares que funcionavam como a espinha dorsal de um organismo paramilitar.”⁸²¹

De acordo com a autora, havia indícios de que “a própria FAREM, na figura de seu presidente, vinha promovendo a distribuição de armas aos proprietários de terra no estado.”⁸²² Starling afirma ainda que

Embora esse seja certamente um tema delicado, indícios há de que realmente teria sido Macedo [presidente da Federação das Associações Rurais de Minas Gerais] o principal responsável pelo fornecimento ao setor latifundista mineiro de armamentos provenientes, ao menos em parte, dos governadores dos estados da Guanabara e São Paulo, além de material importado – incluindo metralhadoras. Essas armas chegavam às mãos dos fazendeiros cuidadosamente embaladas sob o irônico rótulo de ‘implementos agrícolas’.⁸²³

Surgiram denúncias de que em Minas, autoridades policiais e/ou militares estariam fornecendo armas aos fazendeiros. O *Jornal do Brasil* de 05 de março de 1964 tratou de uma denúncia publicada no *Diário da Tarde* do dia anterior. Nesta reportagem, afirmava-se que a grande procura de armas por parte de fazendeiros mineiros “estaria fazendo com que a indústria nacional de armas – INA – aumentasse seu capital de CR\$ 45 milhões para Cr\$ 75

⁸²⁰ *Diário de Notícias*, 13 de fevereiro de 1964. p. 3.

⁸²¹ STARLING, op. cit., p. 260.

⁸²² Idem.

⁸²³ Ibidem.

milhões, a fim de readaptar suas instalações para abastecer o mercado”. Os principais compradores seriam fazendeiros do interior do estado, “que através de suas associações rurais têm comprado os mais diversos tipos de armas, principalmente metralhadoras. Os ruralistas alegam que os postos policiais de suas regiões não têm condições de reprimir a invasão de suas terras.”⁸²⁴

O Coronel Discoro de Sousa Vale, Comandante do 12º Regimento de Infantaria, ouvido pelo jornal, “considerou mentirosas as notícias sobre vendas de armas militares, dizendo que se elas tem aparecido em mãos de fazendeiros, como eles próprios afirmaram, só pode ser devido à corrupção de algum militar ou são provenientes do exterior.”⁸²⁵ A denúncia reforçava a ideia de que havia um circuito de vendas e fornecimento de armas que passava pelas Forças Armadas ou por agentes vinculados forças de segurança estaduais ou federal.

Na imprensa da época, muitas reportagens indicavam que havia, por parte dos grandes proprietários rurais, iniciativas no sentido de armarem-se conta a ação dos camponeses. Em outubro de 1963 foi anunciado pelo Comando da Polícia do Exército a apreensão de material bélico na Guanabara e no Estado do Rio, pertencentes, segundo a notícia, a uma organização denominada “Ação Vigilante do Brasil.”⁸²⁶ Esta, segundo a reportagem, congregava “estudantes, fazendeiros e até moças empregadas no comércio, no Estado do Rio” e vendia armas a fazendeiros para que estes pudessem se defender “contra a ação dos comunistas” e organizava-se “em regimentos, como no Exército”.⁸²⁷

Chama a atenção uma reportagem sobre uma apreensão de armas realizada também em outubro de 1963, em uma fazenda no interior do estado do Rio, de propriedade de Alberto Pereira da Silva. Estas armas seriam de propriedade da Secretaria de Segurança Pública da Guanabara e, segundo o então Secretário Gustavo Borges, “destinavam-se a apoiar a prisão, em flagrante, de grupos das Ligas Camponesas” que faziam treinamento na região de Jacarepaguá. O arsenal teria sido apreendido em uma ação da Polícia do Exército, que negou-se a devolver o armamento requisitado por Borges, pois o material estaria sendo objeto de

⁸²⁴ *Jornal do Brasil*, 5 de março de 1964. p. 4.

⁸²⁵ *Idem*.

⁸²⁶ A “Ação Vigilante do Brasil” era um grupo de extrema-direita que se constituía enquanto uma ramificação do Ibad, juntamente com outros agrupamentos como a União Operária Camponesa do Brasil, o Grupo de Ação Patriótica, a Frente Nacional Estudantil, os Centros Culturais da Juventude, o Estudantes Marianos, a Campanha da Mulher pela Democracia. Fonte: RELATÓRIO Final do Projeto de Pesquisa *Justiça Autoritária? O Judiciário no Rio de Janeiro e a ditadura militar (1964-1985)*, que subsidiou o relatório final da Comissão Estadual da Verdade do Estado do Rio de Janeiro. UFRJ, Faculdade Nacional de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito/FAPERJ/CEV-RIO. 2015. p. 89. Disponível em: <http://www.cev-rio.org.br/site/arq/FND-UFRJ-Justica-autoritaria.pdf> Acessado em: 11 de janeiro de 2016.

⁸²⁷ *Correio do Povo*, 23 de outubro de 1963. p. 4.

investigação militar através de um IPM, evidenciando um tensionamento entre as autoridades estaduais e o governo central.⁸²⁸

De acordo com Moniz Bandeira, as investigações indicaram que Silva, o proprietário do sítio, era um cidadão português, amigo de Carlos Lacerda. As armas apreendidas “eram tão modernas que os oficiais do Exército brasileiro não as conhecendo, estranharam.” Além das armas, foi encontrado no local, próximo a uma fazenda de Jango, “um rádio transmissor-receptor portátil Motorola, marcado com o símbolo do Ponto IV (mãos apertadas), da Embaixada dos Estados Unidos.” Baseando-se no relatório do General da Brigada Paulo Francisco Torres, encarregado do inquérito que investigou o caso, Bandeira afirma que “as investigações evidenciaram que se tramava o assassinato de Goulart e de seus filhos, bem como o de muitos políticos e generais favoráveis ao governo.”⁸²⁹

Segundo o autor, agentes da CIA, “com a colaboração de militares, latifundiários, comerciantes e industriais”, patrocinavam grupos de extrema-direita naquele período: “Os depósitos de material bélico, bem como os campos de treinamento militar, espalhavam-se por todo o país, escondidos em igrejas e fazendas.”⁸³⁰ Organizações como a Ação de Vigilantes do Brasil “apareceram em todos os estados, como forças policiais paralelas, espécie de milícias fascistas, num processo de crescente irradiação.”⁸³¹ Bandeira afirma que o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (Sfici) ligado ao Conselho de Segurança Nacional investigou a ação destes grupos e a aquisição de armamentos, muitos dos quais contrabandeados, apurando a ligação dos responsáveis com militares como o Almirante Heck e políticos como Adhemar de Barros. Conforme o autor, o Sfici “Constatou o desvio de material bélico de arsenais das Forças Armadas, tomou conhecimento de que aviões da FAB transportavam armas para os conspiradores e descobriu uma rede de transmissão no Rio Grande do Sul, montada pelo então Major Alcio da Costa e Silva.”⁸³²

⁸²⁸ *Correio do Povo*, 17 de outubro de 1963, p. 18.

⁸²⁹ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 133-134. Parte significativa das informações de Moniz Bandeira foi obtida a partir de entrevistas com membros das Forças Armadas, conforme revelam as notas de rodapé em seu livro. Vale ressaltar que sua obra foi escrita em meados da década de 1970, num momento em que, por um lado, não havia constrangimento por parte dos militares golpistas em expor sua participação no processo de deposição de Goulart e, por outro lado, eram limitadas as possibilidades de acesso a fontes documentais que poderiam matizar ou ratificar tais informações. Para uma leitura crítica do livro, em sua edição revista e ampliada lançada em 2001, ver: REZK, Antonio. Moniz Bandeira e o governo João Goulart. *Revista Espaço Acadêmico*, ano II, número 21, fevereiro de 2003. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/021/21res_rezk.htm Acessado em: 15 de dezembro de 2015.

⁸³⁰ *Idem*. p. 126.

⁸³¹ *Ibidem*.

⁸³² *Idem*, p. 128. Alcio da Costa e Silva era filho único do General Arthur da Costa e Silva; em uma breve pesquisa sobre o então major através da internet, não encontrei outras evidências de sua participação no processo

Em relação ao Rio Grande do Sul, Dreifuss também aponta que os grandes proprietários de terra nas zonas rurais estavam sendo organizados em unidades paramilitares pelo General da Reserva Armando Cattani.⁸³³

Algumas notícias publicadas na imprensa gaúcha revelam a existência de indícios quanto ao tráfico de armamentos em áreas rurais. No dia 6 de março de 1964, o *Correio do Povo* publicou uma reportagem sobre um suposto carregamento de armas que estava em um caminhão apreendido em Santo Ângelo. Dizia a reportagem que, “segundo jornais cariocas e paulistas”, o Conselho de Segurança Nacional teria recebido um comunicado do III Exército sobre a carga, de procedência argentina, que seria remetida “a diversas associações de proprietários de terra, em todo o país”. Procurado pelo periódico, o III Exército, no entanto, afirmou que “o Comando do III Exército não fez nenhuma comunicação a esse respeito.”⁸³⁴ Dias depois, o general Benjamin Galhardo, se comandante, reafirmou desconhecer tal apreensão, ao ser questionado por jornalistas. Além disso, disse: “não me consta que as autoridades estaduais tenham feito alguma apreensão deste gênero”⁸³⁵. No mesmo período, outra denúncia que um caminhão carregado de armas dirigia-se a Bagé fez com que a polícia interceptasse as estradas que davam acesso à cidade.⁸³⁶ De acordo com as evidências disponíveis, é provável que parte considerável dos fazendeiros gaúchos estivesse adquirindo armas e muitos deles eram diretamente vinculados às associações rurais de seus municípios, conforme veremos adiante.

Os dados relativos à repressão aos camponeses no período pré-1964 são reveladores do incremento da violência patronal.⁸³⁷ Nesse sentido, são importantes as reflexões de Bruno,

que culminou com o golpe de 1964. Bandeira afirma também que elementos vinculados ao Marechal Odílio Denis armavam os fazendeiros no sul do país. Não há menção a quem seriam esses elementos. MONIZ BANDEIRA, op. cit, p. 124.

⁸³³ Segundo Cunha, o general Armando Cattani, que comandou a 6ª Divisão de Exército em Porto Alegre entre os anos de 1958 e 1959, “exatamente quando Brizola deixava a prefeitura da capital gaúcha para assumir o governo do estado – organizava grandes fazendeiros no interior do Rio Grande do Sul em unidades paramilitares que seriam acionadas na hora precisa do golpe. O general Cattani era tão amigo do general Golbery que foi selecionado por ele para assumir como interventor a prefeitura de sua terra natal, Rio Grande. O posto ficou vago de repente graças à quartelada de março de 1964, que transformou a cidade portuária em “área de segurança nacional” e cassou o mandato do prefeito do PTB, Farydo Salomão, no cargo havia apenas três meses.” CUNHA, Luiz Claudio. Histórias de tirar o fôlego. *Observatório da Imprensa*, edição 661, 27 de setembro de 2011. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/historias-de-tirar-o-sono/> Acesso em: 11 de janeiro de 2015.

⁸³⁴ *Correio do Povo*, 6 de março de 1964, p. 18.

⁸³⁵ *Correio do Povo*, 10 de março de 1964, p. 24.

⁸³⁶ *Correio do Povo*, 11 de março de 1964, p. 20.

⁸³⁷ Tais dados podem ser consultados no Relatório da Comissão Camponesa da Verdade, especialmente nos anexos I – “Lista de camponeses atingidos por IPMs e processos na Justiça Militar” - e II – “Lista de camponeses e apoiadores mortos ou desaparecidos de 1961 a 1988”. IN: RELATÓRIO DA COMISSÃO CAMPONESA... op. cit.

que enfatiza que a violência como prática de classe é um dos principais traços que marcam o perfil das classes e grupos dominantes no campo, juntamente com a defesa da propriedade como direito absoluto.⁸³⁸ Segundo a autora, em seu estudo sobre tais grupos e classes dominantes no período da redemocratização, ainda permanece uma

determinada concepção de propriedade que permeia, de forma marcante, as argumentações e ações dos grandes proprietários de terras e empresários rurais – a noção de propriedade como direito natural, absoluto -, considerada pelas elites agrárias como sendo a forma antiga e segura de se criar riqueza e se obter reconhecimento político, status e prestígio estável.⁸³⁹

Assim, a propriedade era vista como algo incontestável, uma vez que “da grande propriedade fundiária teria partido a determinação dos valores sociais da sociedade brasileira, em especial a respeitabilidade, a audácia, a honradez, a bravura, a moral e o destemor para enfrentar a adversidade.” Bruno complementa: “A defesa e o exercício do direito de propriedade como se não houvesse limites instituem uma determinada leitura sobre a função social da terra, fundam uma visão elitista e excludente dos trabalhadores rurais e priorizam o papel do Estado como o guardião dos interesses patronais rurais.”⁸⁴⁰ Isso dificultaria qualquer perspectiva de reconhecimento da sua dimensão social e levaria estes proprietários a considerarem qualquer medida que alterasse a estrutura agrária como uma injustiça. A autora complementa: “Despido de sua dimensão social, o direito à propriedade da terra associa-se à violência e os trabalhadores rurais sem terra são vistos como ‘meros’ assaltantes de banco.”⁸⁴¹

Essa concepção “latifundista” da propriedade “congrega, política, social e simbolicamente, o conjunto de classes e grupos dominantes no campo”,⁸⁴² associada a ela, a autora chama a atenção para as práticas de defesa explícita da violência por parte dos ruralistas:

Pegar em armas para defender o monopólio fundiário não é uma novidade e sempre fez parte da prática da grande propriedade fundiária no Brasil. No imaginário social, o grande proprietário de terras é historicamente representado com uma arma na cintura, milícias e capangas, e as mortes e os assassinatos no campo amiúde funcionaram como uma das marcas da luta pela terra.⁸⁴³

⁸³⁸ BRUNO, Regina. A violência patronal rural como prática de classe. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n. 10, jul./dez. 2003. p. 285. Disponível em: www.scielo.br/pdf/soc/n10/18722.pdf

⁸³⁹ BRUNO, op. cit., 2002, p. 18-19.

⁸⁴⁰ Idem.

⁸⁴¹ Ibidem, p. 19.

⁸⁴² Idem Ibidem.

⁸⁴³ Idem Ibidem, p. 20.

O discurso da violência estaria, assim, legitimado, uma vez que os proprietários estariam defendendo um direito incontestável, o direito à propriedade.

Criada em um contexto marcado pela violência patronal rural e de crescente radicalização política, a proposta de reforma agrária materializada no decreto da Supra tornou-se alvo de severas críticas e questionamentos e sua elaboração envolveu enfrentamentos e negociações que se converteram em um dos fatores determinantes para a crise do governo João Goulart.

A decisão de efetivar o decreto afastou o presidente de alguns aliados importantes, especialmente no PSD. Embora este fosse um partido bastante heterogêneo, havia em seu interior uma base bastante significativa de grandes proprietários de terra, que pressionavam o partido a romper com o governo se o projeto fosse mantido. Vale ressaltar que este afastamento entre as duas legendas já vinha se manifestando, especialmente na medida em que o PSD barrou no legislativo a aprovação de uma série de medidas propostas pelo executivo voltadas ao meio rural.⁸⁴⁴ Conforme aponta Harres,

As bandeiras reformistas do PTB, mesmo com as limitações, levaram ao enfraquecimento das relações entre os dois partidos, tradicionalmente aliados nas disputas pela presidência. As tentativas dos trabalhistas de conciliação em torno das propostas reformistas, mesmo extremamente limitadas, não conseguiram se efetivar, agudizando-se a crise e o isolamento do PTB.⁸⁴⁵

O governo seguiu tentando negociar. As críticas dos aliados fizeram a Supra anunciar, no final de dezembro de 1963, algumas alterações no decreto. Em notícia publicada no *Correio* no dia 31, relatava-se um suposto recuo do governo: “não insistirá nos termos radicais da primeira minuta do decreto.”⁸⁴⁶

Por outro lado, partidos e organizações de esquerda e movimentos sociais como a UNE, o CGT e a FPN cobravam uma ação mais efetiva de Jango, a quem acusavam de buscar uma política conciliadora. Além disso, os movimentos de luta pela terra mantiveram sua mobilização, organizando-se em suas associações e promovendo a formação de acampamentos e a ocupação de propriedades.

As entidades patronais manifestaram-se, desde o primeiro momento, apreensivas em relação à proposta de desapropriação e ao protagonismo da Supra neste processo - órgão que era acusado por eles de promover “agitação” no meio rural e ser reduto de comunistas. A

⁸⁴⁴ HARRES, op. cit., 2002, p. 176.

⁸⁴⁵ Idem.

⁸⁴⁶ *Correio do Povo*, 31 de dezembro de 1963. p. 4.

Confederação Rural Brasileira, por exemplo, “reagiu enfaticamente contra o decreto da Supra que tornava prioritárias a desapropriação de terras próximas à rodovias, chamando a superintendência de desagregadora e acusando-a de incitar invasões de terra.”⁸⁴⁷ Alegava-se que os produtores estavam temerosos em investir em suas propriedades, o que trazia prejuízos a toda economia nacional, conferindo assim “um caráter ‘patriótico’ às ações e afirmações da CRB, inclusive aquelas em prol de um golpe para depor o governo vigente.”⁸⁴⁸

No final de janeiro de 1964, a CRB encaminhou a Jango uma série de sugestões ao projeto; na ocasião, seu presidente, Íris Meinberg, aconselhou “às autoridades a lerem e meditem sobre o valioso estudo que o IPES acaba de editar sobre ‘A reforma agrária, problemas, bases, solução’”. A proposta dos ruralistas procurava “disciplinar o aproveitamento das terras agricultáveis, não só de domínio da União, dos Estados e dos Municípios, mas também de propriedade particular, estas em situações excepcionais e em convênio com os governos estaduais, através da desapropriação por interesse social comprovado.”⁸⁴⁹

O governo buscava responder às críticas ao projeto; neste período, encontramos nos jornais uma série de entrevistas, esclarecimentos prestados por membros da gestão Goulart⁸⁵⁰, atividades organizadas pela Supra de forma a dirimir possíveis resistências à proposta e agilizar os trabalhos, o que sinaliza a disposição em negociar e buscar apoio ao decreto. A Supra no Rio Grande do Sul, por exemplo, criou um Grupo de Trabalho – o GT 10 - para proceder “levantamentos geo-sócio-econômicos no interior do estado, em estreita colaboração com as administrações municipais, que assim desejarem.” O GT, após este levantamento,

⁸⁴⁷ RAMOS, op. cit., p. 70.

⁸⁴⁸ Idem.

⁸⁴⁹ *Correio do Povo*, 1 de fevereiro de 1964, p. 7. Continua a matéria: “A declaração de interesse social seria precedida de processo administrativo. Se o caso caminhar para a área judicial, a inicial de desapropriação será instruída obrigatoriamente com o processo administrativo. Recomenda o levantamento urgente das áreas beneficiadas com obras públicas para destiná-las à execução de programas globais de colonização. Por outro lado, as propriedades são agrupadas, de acordo com o grau de seu aproveitamento em 4 categorias: primeira, com mais de 50% de área já em aproveitamento; segunda, com mais de 20% até 50%; terceira, com menos de 20%; e, quarta, quando inexploradas. Nessas porcentagens poderão ser incluídas até 10% de áreas cobertas de florestas e destinadas a reservas. Em cada Estado, atingindo o índice de 50% de aproveitamento de áreas públicas, a SUPRA poderia promover a desapropriação e o decorrente parcelamento das terras de domínio privado na seguinte ordem de prioridade: a) de quarta categoria; b) de terceira, e c) de segunda. O Ministério da Agricultura, em três meses, submeteria ao Poder Executivo um plano integrado das atividades dos órgãos incumbidos da política agrária, fixação de preços mínimos, fornecimento de sementes, mudas e reprodutores, patrulhas mecanizadas, armazenamento e outras medidas de auxílio aos produtores. E o da Fazenda, o plano de financiamento oficial aos proprietários, segundo as três principais categorias, com condições especiais para os que desejassem promover o parcelamento das suas terras. O Ministério da Justiça elaboraria projeto de regulamentação de contribuição de melhoria. Quanto à SUPRA, reformularia o seu plano de aplicação de recursos em face do novo decreto.”

⁸⁵⁰ Ver, por exemplo: “Delegado da SUPRA, Eliseu Torres, respondeu ao presidente da Farsul”. *Correio do Povo*, 5 de março de 1964, p. 4.

elaboraria um “Plano de Administração Rural Municipal”, responsável por contribuir para a execução da reforma agrária, para a melhoria de vida no campo e para o desenvolvimento econômico da região.

As atividades foram iniciadas em Santa Maria⁸⁵¹, no início de fevereiro de 1964; segundo reportagem do *Correio do Povo*, foi marcada uma reunião para o dia 04 de fevereiro, promovida pelo prefeito Paulo Landa (PTB), com o objetivo de tratar das diretrizes do trabalho, durante a qual “os técnicos da SUPRA manterão contato com líderes sindicais, estudantis, vereadores e ferroviários.”⁸⁵² Durante a IV Conferência Estadual do Arroz, foi aprovada uma moção de apoio ao decreto da Supra, proposta pelo Sr. Eliseu Torres, titular da superintendência no estado.⁸⁵³

As ações do governo e sua disposição em negociar itens da minuta do decreto, no entanto, não surtiram o efeito esperado. As críticas das entidades patronais, as ameaças de ruralistas em todo o país e as pressões dos movimentos de luta pela terra deixaram o executivo em uma situação ainda mais delicada.

No dia 07, o *Correio* publicou reportagem afirmando que o presidente Goulart só decidiria se assinaria ou não o decreto da Supra no dia 13, pois

em nenhuma hipótese Jango arriscará ver-se como responsável pela irrupção de movimentos armados, quer de camponeses, quer de proprietários de terra. O decreto da Supra só será assinado no dia 13 caso o presidente Goulart, com base em relatórios do Conselho de Segurança Nacional e de outros órgãos, se convença de que, realmente, o governo federal estará capacitado para controlar a situação em todo o território nacional.⁸⁵⁴

Goulart seguiu negociando; segundo o jornal *Correio do Povo*, a pedido de fazendeiros gaúchos e do Espírito Santo, o presidente teria considerado diminuir para 6 quilômetros as áreas passíveis de desapropriação.⁸⁵⁵

Apesar das reações contrárias e das pressões sofridas pelo governo Goulart desde o seu anúncio, o decreto da Supra foi assinado no comício da *Central do Brasil*, em 13 de março de 1964. Na ocasião, Jango afirmou:

⁸⁵¹ Além de Santa Maria, outros 15 municípios estavam inscritos no projeto: Alegrete, Rio Grande, São Francisco de Assis, Paim Filho, Cachoeira do Sul, General Vargas, Bagé, Camaquã, Itaqui, Cacequi, Osório, Santa Vitória do Palmar, Uruguaiana e São Sepé. Destes municípios, foi possível apurar que cinco deles eram governados por prefeitos do PTB: Rio Grande, São Francisco de Assis, Bagé, Camaquã e Itaqui.

⁸⁵² *Correio do Povo*, 2 de fevereiro de 1964. p. 7. Chama a atenção que não há menção à presença de representantes da Associação Rural neste encontro.

⁸⁵³ *Correio do Povo*, 3 de março de 1964, p. 17.

⁸⁵⁴ *Correio do Povo*, 7 de março de 1964. p. 18.

⁸⁵⁵ *Correio do Povo*, 7 de março de 1964. p. 18.

Trabalhadores, acabei de assinar o decreto da SUPRA com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa Pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos. Ainda não é a reformulação de nosso panorama rural empobrecido. Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado. Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro. O que se pretende com o decreto que considera de interesse social para efeito de desapropriação as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União, é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável. [...] Não o podemos fazer, por enquanto, trabalhadores, como é de prática corrente em todos os países do mundo civilizado: pagar a desapropriação de terras abandonadas em títulos de dívida pública e a longo prazo. Reforma agrária com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro, não é reforma agrária. É negócio agrário, que interessa apenas ao latifundiário, radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro. Por isso o decreto da SUPRA não é a reforma agrária. Sem reforma constitucional, trabalhadores, não há reforma agrária. Sem emendar a Constituição, que tem acima dela o povo e os interesses da Nação, que a ela cabe assegurar, poderemos ter leis agrárias honestas e bem-intencionadas, mas nenhuma delas capaz de modificações estruturais profundas. [...] Esta manifestação deslumbrante que presenciamos é um testemunho vivo de que a reforma agrária será conquistada para o povo brasileiro.⁸⁵⁶

Nas próximas páginas, será discutida a atuação da Farsul e dos ruralistas gaúchos diante da iminência da assinatura de tal decreto, bem como seus desdobramentos.

3.3.1 - A “Farsul toma posição”: o “decreto desapropriador” e a mobilização dos ruralistas gaúchos

A Federação envolveu-se de forma efetiva no processo que se delineou entre o anúncio e a assinatura do decreto da Supra. Para compreendermos o posicionamento da entidade, é importante identificar seus argumentos em relação à minuta do referido decreto. Em janeiro de 1964, o *Informativo Farsul* deu amplo destaque ao tema. Em texto intitulado “FARSUL TOMA POSIÇÃO”, é reproduzido um telegrama enviado ao presidente João Goulart em 6 de janeiro de 1964, assinado por Paulo Simões Lopes, vice-presidente em exercício da entidade, questionando o projeto:

O ruralismo rio-grandense, reunido em memorável congresso na cidade de

⁸⁵⁶ Discurso de João Goulart no comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.institutojoaogoulart.org.br/> Acesso em: 12 de novembro de 2015.

Santa Maria, em janeiro de 1962, fixou, por unanimidade, ponto de vista favorável a uma reforma agrária nacional e justa, em que fôsse assegurado direito a propriedade, conforme, aliás, assegura a Constituição Federal. Nessas condições, o anunciado decreto que seria assinado por Vossa Excelência não somente viria contrariar êsse princípio, como o atingiria fundamentalmente, uma vez que colocaria ao alcance de desapropriação indiscriminadamente, imensas áreas de terras, com e sem valor para agricultura ou pecuária, embora tôdas beneficiadas pela proximidade de rodovias, ferrovias e açudes. Para o objetivo de uma reforma agrária nacional e justa, a medida não atingiria seus fins, antes os dificultaria, pelo natural tumulto provocado em todos os recantos do País. Esta Federação sente-se, pois, no dever de manifestar a Vossa Excelência a sua desconformidade ao mencionado decreto, uma vez que êle encerra flagrante e ostensivo desrespeito ao direito de propriedade.⁸⁵⁷

Em seguida, o *Informativo* apresenta o texto “À MARGEM DAS RODOVIAS”, no qual a entidade tece críticas à Supra - que pretenderia, através do projeto “justificar a sua existência, ao término de um ano de atividades nem sempre voltadas para os legítimos interesses do homem do campo”; avalia que o projeto “teve, ao que parece, o duplo sentido de dar uma satisfação às chamadas ‘áreas nacionalistas’ e, ao mesmo tempo, lançar um balão de ensaio”; e firma posição em relação à proposta. A Federação, nesse sentido, indica que o decreto tornaria 150 milhões de hectares de terras passíveis de serem declarados de interesse social, “sofrendo os seus proprietários os percalços decorrentes dessa condição”. As terras teriam de ser esquadrihadas, analisadas e ter sua produtividade avaliada, para então proceder-se a desapropriação e posterior colonização, em um prazo de dois anos, tarefa que, segundo a entidade, não teria como ser cumprida. Ainda segundo a Farsul:

O que impressiona, no novo projeto de desapropriação de terras, é o carinho, e, principalmente, a velocidade com que êle vem sendo impulsionado. Não houve preocupação em executar a Lei nº. 2.975, de 27 de novembro de 1956, que isentou de impostos os combustíveis líquidos empregados na lavoura. Não houve preocupação em publicar o regulamento do Estatuto do Trabalhador Rural dentro dos prazos estabelecidos na Lei nº 4.214, de 2 março de 1963. Aliás, êste fato tem explicação: a Lei nº. 4.214 continha todos os dispositivos necessários para a organização de sindicatos rurais. O resto (direitos do trabalhador, assistência médica, aposentadoria, etc.) é de somenos importância... **O que interessa no momento, é agitar.**⁸⁵⁸

A partir deste texto, percebe-se uma crítica contundente à própria Supra – cuja criação a Farsul havia desaprovado – frequentemente acusada de ter outros interesses. Nos discursos dos ruralistas, partia-se do pressuposto que o órgão era lugar de “agitadores” e comunistas, e

⁸⁵⁷ *Informativo Farsul*, n. 64, 10 de janeiro de 1964. Capa. Acervo da Farsul.

⁸⁵⁸ *Idem*.

que nem sempre este seria voltado aos “legítimos interesses do homem do campo”, entendido aqui enquanto uma coletividade homogênea, sem fissuras ou hierarquias. Ao questionar a “velocidade” com que o projeto tinha se desenvolvido, acusa o governo de não ter encaminhado a regulamentação do Estatuto do Trabalhador Rural dentro dos prazos estabelecidos pela lei⁸⁵⁹ que o criou, atrasando, assim, a efetivação dos direitos dos trabalhadores rurais. E explica esse atraso indicando que tal lei previu “todos os dispositivos necessários para a organização de sindicatos rurais”, que seria o “verdadeiro” objetivo de sua implementação, uma vez que o governo estaria mais interessado em “agitar.” Mais uma vez, as mensagens da Federação denunciavam que as ações governamentais buscavam tumultuar e gerar uma atmosfera negativa contra os proprietários de terra, radicalizando as tensões sociais existentes.

Chama atenção à menção aos “direitos do trabalhador, assistência médica, aposentadoria, etc”, que estavam contemplados no Estatuto. Tais direitos eram assimiláveis dentro de uma lógica de “humanização do trabalho”, defendida por setores significativos da Federação. Neste sentido, esta não se manifestava contrária ao Estatuto, embora por vezes indicasse que seriam necessárias algumas adaptações.⁸⁶⁰

A publicação revela também que, ao mesmo tempo em que a entidade se posiciona em relação ao projeto, não deixa de pautar suas demandas, como exemplifica a questão citada sobre a isenção de impostos para combustíveis líquidos utilizados na lavoura.

Em seguida, o *Informativo Farsul* traz um texto intitulado “A PROPRIEDADE RURAL E SUA DISTRIBUIÇÃO”, no qual são questionados os dados do governo sobre as terras em mãos da União, estados e municípios:

Os resultados preliminares do Censo Agrícola realizado pelo IBGE indicam que o número de estabelecimentos agrícolas existentes no País em 1º de setembro de 1960 atingia a 3.349.484 unidades, com uma área ocupada de 264.450.800 hectares. Tendo o Brasil uma área total de 851.196.500 hectares, verifica-se que a área computada como pertencente aos estabelecimentos rurais particulares representa cerca de 31% desse total. E o restante 69%? À quem pertencem os restantes 595.735.300 ha? Segundo o Ministro da Agricultura, essas terras são, na maioria, dos governos federal, estaduais e municipais. Mas o Sr. João Pinheiro Neto, Presidente da SUPRA,

⁸⁵⁹ A Lei nº 4.214, que dispunha sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural”, foi sancionada em 2 de março de 1963 e estabelecia, em seu artigo 182, que “Dentro de cento e vinte dias da publicação desta lei” o Poder Executivo baixaria os regulamentos necessários à sua execução. O Estatuto entrou em vigor no dia 18 de junho de 1963, mas algumas de suas disposições dependiam de regulamentação. A regulamentação da “Previdência Social Rural”, por exemplo, só foi definida pelo decreto 53.154, de 10 de Dezembro de 1963.

⁸⁶⁰ Saliento que as posições da Federação frente à elaboração e à aplicação dos dispositivos do Estatuto do Trabalhador Rural mereceriam um estudo aprofundado.

afirmou textualmente perante a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, em reunião realizada no último sábado. “O Governo Federal não possui terras. Apenas 1.700 mil hectares, todos ocupados, compõem o quadro melancólico dos famosos latifúndios governamentais não existentes.” O titular da SUPRA deve possuir elementos concretos para tal afirmação. Vamos, pois, deduzir dos já citados 595.735.300 há êsses 1.700.000. Restam, então, 594.035.300 hectares. A quem pertencem? Foi muito feliz o Sr. Magalhães Pinto, Governador de Minas Gerais, ao sugerir que o Governo Federal promova uma reunião com os Secretários de Agricultura de tôdas as unidades da Federação, a fim de debater a questão agrária. Tal reunião permitiria, decerto, o esclarecimento do mistério que envolve a propriedade daqueles 594 milhões de hectares.⁸⁶¹

Assim, de acordo com o *Informativo*, um dos principais problemas do projeto do executivo centrava-se na suposta concentração de terras na mão do estado; reivindicava-se que a reforma agrária fosse realizada primordialmente em terras públicas, pertencentes à União, aos estados e municípios, posição que estava em consonância com as orientações da CRB.⁸⁶²

Com o objetivo de se contrapor ao decreto, a Farsul acionou diferentes mecanismos: manifestações e pronunciamentos na imprensa, envio de telegramas a autoridades, realização de grandes concentrações e manifestações públicas. Naquele momento, a entidade investiu em mobilizar a sociedade e formar opinião contrária à proposta do governo. Publicamente, não apenas indicava que o direito de propriedade estava ameaçado, mas estavam ameaçados também os valores da família, do cristianismo, da própria pátria. A Federação também buscou reforçar os laços de solidariedade intraclasse, coordenando ações entre suas filiadas, ao mesmo tempo em que se articulou com outras entidades, associações de classe, partidos políticos e parlamentares. Com a iminência da assinatura do decreto, as ações da Federação e os discursos que reivindicavam a necessidade de “defender” a propriedade rural, se preciso com o uso da violência, se multiplicaram, como buscaremos demonstrar nas próximas páginas.

⁸⁶¹ *Informativo Farsul*, n. 64, 10 de janeiro de 1964. p. 2. Acervo da Farsul.

⁸⁶² Consultando os dados do Censo Agrícola cujos resultados preliminares foram citados pelo *Informativo*, não encontrei nenhuma informação a respeito da compreensão da área recenseada em relação ao total da superfície territorial, de forma a analisar a validade da alegação da Farsul. No Censo, são listado 3.337.769 estabelecimentos, ocupando uma área total de 249.862.142 hectares. Em relação ao critério de propriedade, são 2.888.968 estabelecimentos "individuais" (área de 213.353.177 ha), 162.161 estabelecimentos de "outra propriedade particular" (área de 27.965.073 ha), 283.159 estabelecimentos pertencentes a "entidades públicas" (área de 8.463.562) e 3.481 estabelecimentos "sem declaração" (área de 80.330 ha). Portanto, os dados expostos pela Farsul sobre a área total do território brasileiro - 851.196.500 hectares - não constam no referido Censo. Além disso, o total de terras agricultáveis no país não corresponde a toda sua superfície territorial. BRASIL. *Censo agrícola de 1960*. VII Recenseamento geral do Brasil. Série nacional. Volume II, 1ª parte. IBGE, Serviço Nacional de Recenseamento, s.d., p. 1.

No início do mês de março de 1964, anunciava-se: “Farsul dirigirá campanha contra agitação no meio rural”. Em uma reunião convocada com urgência pelo presidente Oscar Carneiro da Fontoura no dia 2, os ruralistas deliberaram: solicitar uma audiência com o governador, para manifestar-lhe apoio por sua disposição de lutar “contra a campanha de agitação no meio rural e, também, de sugerir novas medidas no mesmo sentido”; telegrafar aos ruralistas de Governador Valadares manifestando-lhes apoio⁸⁶³; e convocar uma reunião do Conselho Deliberativo no dia 10, “para justificar a adoção das medidas de defesa à propriedade rural, contra as invasões e contra a campanha de agitação que vem tumultuando a vida do Estado e do país.”⁸⁶⁴

Na ocasião, também foi determinado o envio de telegramas ao Presidente da República e aos presidentes da Câmara e do Senado, que tiveram o seguinte teor:

A Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, sentindo a gravidade da situação nacional, vem trazer a V. Exa. seu veemente apêlo no sentido de que não seja promulgado o decreto elaborado pela SUPRA nos termos publicados. Êste Estado teria quase todo o seu território praticamente atingido, trazendo profundas perturbações à vida rural, já frequentemente agitada por elementos irresponsáveis que estão promovendo invasões às propriedades privadas. O projeto da SUPRA estimulará, sem dúvida, êsses atentados, além de trazer sérios entraves às transações de imóveis rurais atingidos, cujos proprietários não poderão sequer realizar melhorias temerosos de futuras desapropriações. A maioria dos elementos utilizados para essas invasões de terras é composta de pseudo-agricultores, comandados por conhecidos agitadores comunistas, lamentavelmente estimulados e estipendiados por órgãos oficiais ou oficiosos do govêrno Federal, que estão aguardando a promulgação do decreto referido para a promoção de invasões generalizadas nas faixas declaradas de utilidade social. Isto dará margem a justas reações por parte dos proprietários, que estão dispostos a defender de qualquer maneira seus legítimos direitos. Reiteramos nossas constantes manifestações em favor de uma Reforma Agrária dentro dos postulados da democracia cristã e que venha preferentemente atender os milhares de pequenos proprietários rurais, que não podem aproveitar suas terras por falta de recursos e de qualquer assistência. Os ruralistas gaúchos, desejam tranquilidade para poder produzir cada vez mais e melhor mas sentem-se no dever de advertir que defenderão intransigentemente os direitos que lhe são assegurados pela Constituição do País. Por isso esperam que o eminente chefe da Nação não promulgue o insidioso decreto que, sem dúvida, abrirá caminho para agitações preconizadas por um grupo de maus brasileiros – Respeitosas saudações”.

⁸⁶³ Em Governador Valadares ocorreu um dos mais duros enfrentamentos entre ruralistas e camponeses no período, conforme descrevemos anteriormente. O telegrama hipotecava a solidariedade dos gaúchos “aos denodados companheiros dessa região, na luta que estão sustentando em prol dos seus sagrados direitos e contra anarquia comandada por agitadores impatriotas”. *Correio do Povo*, 3 de março de 1964. p. 20.

⁸⁶⁴ *Correio do Povo*, 3 de março de 1964. p. 3.

(a) – Oscar Carneiro da Fontoura, presidente FARSUL.⁸⁶⁵

No dia 3, foi realizada a referida reunião com o governador, na qual estava presente a “Diretoria da FARSUL, membros do Conselho Deliberativo e um grupo de ruralistas especialmente convidados.”⁸⁶⁶ O *Correio do Povo* divulgou uma ampla matéria sobre a reunião; sob o título “Meneghetti aos ruralistas: Governo garantirá a ordem e o direito à propriedade privada”, o periódico citava suas declarações: “Vai ser doloroso, mas o Governo do Rio Grande do Sul garantirá a ordem, a tranquilidade e os direitos à propriedade privada”. O governador afirmava ainda que

O decreto é um pouco vago – prosseguiu o governador – pois não se sabe bem quais serão as terras desapropriadas. Declaração de utilidade pública não significa imissão de posse, e as terras não passam ao domínio do Estado senão com a desapropriação, que deve ser feita em juízo e com o pagamento das terras em dinheiro. O Govêrno, aliás, para evitar mal-entendidos, vai publicar, nos próximos dias, uma nota esclarecendo o assunto e fixando a sua posição. Nos termos do decreto; muito pouca terra, no Estado, escapará á declaração de utilidade pública que se pretende, o que, sem dúvida, dará margens a explorações e, inclusive, vinganças pessoais.⁸⁶⁷

A reportagem também colheu informações de Carneiro da Fontoura, que afirmou que “as classes rurais estão se organizando para auxiliar o governo do Estado na defesa das instituições. Não agredirão a ninguém, mas deixam claro que defender-se-ão, de qualquer investida sobre a propriedade e de qualquer maneira.”⁸⁶⁸

No dia seguinte, foi publicada a posição oficial do Governo do Estado sobre o tema:

Ante os rumores de que elementos irresponsáveis, com propósitos demagógicos, pretendem desvirtuar o objetivo do Decreto de desapropriação elaborado pela SUPRA, cuja promulgação se anuncia para o dia 13 do corrente, o Gôverno do Estado sente-se no dever de tranquilizar a população ordeira do Rio Grande do Sul, informando:

1º) – que a simples promulgação do Decreto declarando de utilidade pública ou de interêsse social, as terras à margem das rodovias, ferrovias e açudes federais, não autoriza a invasão ou ocupação dessas terras, por elementos estranhos, de vez que as mesmas continuam pertencendo ao domínio privado;

2º) – que a desapropriação só se torna efetiva mediante acôrdo ou decisão judicial;

⁸⁶⁵ *Correio do Povo*, 3 de março de 1964. p. 20.

⁸⁶⁶ *Correio do Povo*, 3 de março de 1964. p. 20.

⁸⁶⁷ *Correio do Povo*, 5 de março de 1964, p. 20.

⁸⁶⁸ *Idem*.

3º) – que, nessas condições, fiel aos dispositivos das Constituições Federal e Estadual, não permitirá qualquer perturbação da ordem que vise alterar a tranquilidade do Estado, advertindo que empregará, se necessário fôr, todos os meios a seu alcance, para conter qualquer violência ou tentativa de invasão de terras do domínio privado.⁸⁶⁹

Na nota, indica-se que havia um temor de que ocorressem ocupações de terra; o temor não era sem fundamento, bem como a promessa de que o governo estadual empregaria “todos os meios a seu alcance” para evitar “qualquer perturbação da ordem”. No mesmo dia em que tal nota foi divulgada, a polícia reprimiu violentamente um acampamento surgido algumas semanas antes, em Canoas.

Evidencia-se que a Farsul investiu, naquele momento, em ampliar os canais de interlocução com a sociedade e as tentativas de convencimento acerca de suas posições, através da imprensa. Acompanhando os jornais da época, constata-se que quase diariamente eram publicadas reportagens sobre a situação nacional, geralmente com declarações da entidade. Tornaram-se cotidianas as suas manifestações, especialmente por meio de entrevistas e declarações de seu presidente.⁸⁷⁰ Ao mesmo tempo, a entidade também publicava sua posição através da divulgação de notas e de telegramas enviados a autoridades.

O Conselho Deliberativo, reunido no dia 10 de março, “ratificou a posição do presidente da entidade, sr. Carneiro da Fontoura, contra o decreto de desapropriação da SUPRA, terminando por expedir telegrama ao presidente João Goulart e uma nota oficial.”⁸⁷¹ A nota conclamava “os ruralistas a estarem alertas e prevenidos, embora moderados e prudentes, mas resolutamente decididos” para a “defesa das nossas liberdades e da paz das famílias”. E afirmava: “Não se pode recomendar a violência como não se pode aconselhar se tolere ou aceite a agressão ao patrimônio privado.”⁸⁷²

Na mensagem a Jango, reiterava o apelo para que não fosse promulgado o decreto: “Esse documento, nos termos publicados trará profundas perturbações aos proprietários atingidos, cujos imóveis não poderão ser transacionados nem dados como garantia para operações financeiras em benefício da lavoura e da pecuária.” A missiva apontava também ser “[...] flagrante a inoportunidade dessa promulgação em face da agitação reinante no meio

⁸⁶⁹ *Correio do Povo*, 6 de março de 1964. p. 18.

⁸⁷⁰ Alguns exemplos: exemplos: “Presidente da Farsul: processos demagógicos não resolvem problemas” - *Correio do Povo*, 07 de março. p. 4; Aplausos do ruralismo ao Governador: reação à desordem - *Correio do Povo*, 7 de março de 1964. p. 16.

⁸⁷¹ *Última Hora*, 11 de março de 1964. p. 3.

⁸⁷² *Idem*.

rural de todo o país promovida por agitadores esquerdistas que anunciam invasões às propriedades privadas, logo que seja promulgado o referido decreto” e afirmava que “os proprietários rurais desse estado [...] estão nesta hora, decididos a reagir de qualquer maneira contra esses atentados”.⁸⁷³

A redação da nota e do telegrama foi deliberada em uma reunião do Conselho Deliberativo da Entidade ocorrida no dia 10 de março.⁸⁷⁴ A ata deste encontro é bastante importante para compreender a percepção dos ruralistas presentes sobre a situação nacional e os rumos que a entidade seguiria naquele momento. Na ocasião, Oscar Carneiro da Fontoura afirmou que, segundo fora informado, o decreto seria o “ponto de partida para o recrudescimento da campanha de agitação desencadeada no meio rural.”⁸⁷⁵ Com a palavra, o presidente da entidade:

Esclarece aos presentes que, tomando conhecimento das denúncias feitas, neste sentido, procurara o Sr. Governador do Estado, em companhia de dirigentes da FARSUL, tendo comparecido ao encontro um grupo de ruralistas que aqui se encontravam, acidentalmente. Naquela oportunidade, S. Excia também se mostrava grandemente preocupado com o desenrolar dos acontecimentos, ~~sobre os quais possuía elementos mais~~ pois possuía elementos seguros de informações a respeito dos planos de agitação que, segundo consta, fariam seu ponto mais agudo no próximo dia 13. E, a pedido do ruralismo, externara uma declaração muito peremptória, no sentido de ~~que~~ não permitiu [sic] a invasão de terras, mediante o emprego de todos os recursos disponíveis. O Sr. Presidente comenta, a propósito, providências já adotadas pelo Governo do Estado, em diversos municípios, notadamente Tapes e Canoas, visando estabelecer a ordem, durante os quais a Polícia havia agido de maneira muito correta, mostrando aos invasores o absurdo da situação êstes predendia [sic] criar. Contudo, diz o S. Sa., o anunciado decreto da SUPRA virá ~~criar dificuldades para o Governo Estadual, apesar das advertências~~ proporcionar uma agitação muito grande, apesar das advertências do Governo Estadual e dos produtores, dispostos a reagir contra novas invasões. Por isso, o Sr. Governador havia solicitado a colaboração das Associações Rurais, alegando, com razão, que se os ~~volum~~ movimentos a serem desencadeados assumirem proporções generalizadas, não disporia de ~~elementos~~ meios para reprimi-los. Neste sentido, sugerira a arregimentação de elementos de confiança para colaborar com a ação policial, o que originou um telegrama reservado da FARSUL às suas filiadas, ao mesmo tempo em que esta entidade recomenda [ou recomendava] aos ruralistas a defesa de suas propriedades nos termos da Constituição. Dizendo esperar que o Conselho aprove ~~esta~~ aquelas atitudes adotadas pela Casa, o Sr. Presidente coloca o assunto em discussão. Pede a

⁸⁷³ *Diário de Notícias*, 11 de março de 1964. Contracapa.

⁸⁷⁴ Na reunião, além dos membros da diretoria, estavam presentes Dorval Ribeiro, Presidente da Associação Rural de Camaquã, bem como uma delegação de representantes das Associações Rurais de São Lourenço do Sul e Tapes (onde, naquele momento, estava ocorrendo uma ocupação do Master, mencionada anteriormente).

⁸⁷⁵ FARSUL. Ata da reunião do Conselho Deliberativo. 10 de março de 1964. p. 9-10. Acervo da Farsul.

palavra o ~~Major~~ Sr. Pedro Olympio Pires, que propõe um voto de inteira solidariedade e uma salva de palmas pela atitude legítima e desassombrada do Presidente da FARSUL. Esta proposição é recebida com prolongados aplausos.⁸⁷⁶

O conteúdo desta ata é bastante significativo: de acordo com o documento, Meneghetti havia solicitado a colaboração das Associações Rurais, alegando que dependendo da força dos “movimentos”, “não disporia de elementos meios para reprimi-los”. A “arregimentação de elementos de confiança” indica a formação de milícias privadas; tratava-se, portanto, do planejamento de uma ação ilegal, sugerida pelo governador do estado. Quando afirma-se que estes “jagunços” colaborariam com a “ação policial”, pode-se supor que a polícia estadual já teria recebido orientação para reagir às supostas “invasões” e que atuaria lado a lado com os ruralistas na defesa das propriedades. Este é um fator importante, especialmente levando-se em consideração os dados apresentados anteriormente, que tratavam do tráfico de armamentos e da sua aquisição por proprietários rurais ao redor do país, muitas vezes com o auxílio ou a omissão dos órgãos de segurança. Por fim, ao “recomendar” a ação de defesa “nos termos da Constituição”, percebe-se que a entidade reivindica a Carta Magna, que dispõe sobre o direito à propriedade, como forma de legitimar a ação – e a violência - dos ruralistas enquanto “legítima defesa.”

A emissão de tal telegrama orientando os proprietários rurais a se armarem foi confirmada por Poty Medeiros, Secretário de Segurança Pública do estado em 1964, conforme relato concedido ao jornal *Diário de Notícias* no décimo aniversário do golpe. Segundo o então secretário, a agitação no meio rural em função da perspectiva de assinatura do decreto “assumiu proporções de um alarme coletivo. Os familiares de muitos fazendeiros transferiram residência para as cidades. Algumas estâncias ficaram sob a guarda da Brigada Militar.”⁸⁷⁷

Ele relembra ter sido procurado pelo então presidente da entidade, Oscar Carneiro da Fontoura, que teria lhe mostrado um telegrama com este teor. O secretário incentivara Fontoura a enviá-lo, inclusive tachando o mesmo como “confidencial”. Ele complementa: “Aconselhei também os ruralistas a se armarem. Dizem que não ficou um só revólver nas casas comerciais para ser vendido: foram adquiridos pelos fazendeiros...”⁸⁷⁸ Segundo seu

⁸⁷⁶ Idem, p. 10-11. A palavra “sugerira” está sublinhada no documento original, com caneta de cor diferente àquela utilizada para redação da ata.

⁸⁷⁷ MEDEIROS, Poty. *O governo Meneghetti e a revolução de 31 de março*. Porto Alegre, Julho, 1974. “Entrevista do Conselheiro Poty Medeiros ao *Diário de Notícias* (14 de abril de 1974) acrescida de algumas anotações”. Fonte: Fundo Luiz Viana Filho. Referência: BR_RJANRIO_RH_0_0_046_d.0001de0001.pdf p. 18. 46 páginas. Acervo: Arquivo Nacional.

⁸⁷⁸ Idem, p. 19.

relato, tal foi a íntegra do telegrama enviado:

Face crescentes ameaças invasões de terras particulares comandadas por comunistas dentro plano agitação nacional, julgamos absoluta conveniência essa Associação advirta proprietários rurais sentido defenderem qualquer maneira suas terras contra essas invasões que atentam diretamente direito propriedade garantido Constituição. Lembrando ainda essa Associação organize grupos de defesa bem ordenados para colaborar Governo do Estado manutenção ordem qualquer ponto município. Salientamos urgência essas providências face disposição agitadores aproveitarem promulgação Decreto Supra anunciado dia 13 corrente para promoverem invasões terras todas zonas declaradas utilidade social.⁸⁷⁹

A sugestão de que o telegrama fosse confidencial não foi seguida pela Farsul ou, pelo menos, por uma de suas Associações Rurais. O *Correio do Povo* divulgou, no dia 11 de março, reportagem afirmando que a Associação Rural de Uruguaiana havia recebido o referido telegrama, que consta na íntegra no jornal, e que estava tomando providências. A Associação realizou uma reunião e formou uma comissão, presidida por Gregório Beheregaray, dirigente da entidade, “para promover com urgência o aliciamento de criadores, para a defesa de qualquer ponto do município”; e uma comissão para informar ao General Comandante da Divisão de Cavalaria e à Delegacia de Polícia sobre a “resolução da classe”.⁸⁸⁰ Note-se que nem no relato de Poty Medeiros, nem no telegrama, há menção de que a sugestão de aliciamento havia sido dada por Meneghetti, apenas sugere que os supostos “grupos de defesa” iriam colaborar com o governo do estado.

Há um elemento importante a destacar: naquele momento, o posicionamento da Farsul alimentava-se da radicalização que emanava de suas filiadas, ao mesmo tempo em que seu posicionamento estimulava tal radicalização. Os discursos ameaçadores que a entidade divulgava não partiam apenas de sua diretoria, mas refletiam e encontravam eco nas posições oriundas das associações rurais a ela vinculadas ou em suas lideranças. A partir das análises das fontes disponíveis, é possível aferir os conflitos que afloravam em todo o estado, bem como a mobilização dos ruralistas e de suas agremiações.

Em Bagé, por exemplo, o ambiente encontrava-se bastante tenso, em função das pressões de um grupo de agricultores sem terra acampados junto ao Arroio das Mortes, próximo da Fazenda Cinco Cruzes, de propriedade do Ministério da Agricultura, onde esperavam estabelecer-se. A ocupação, realizada dias antes, havia mobilizado a cidade;

⁸⁷⁹ Ibidem, p. 18.

⁸⁸⁰ *Correio do Povo*, 11 de março de 1964. p. 20.

segundo o *Correio do Povo*, o Comandante da III Divisão de Cavalaria, General Hugo Garrastazú, fez um apelo aos agricultores para que retornassem às suas casas:

O general deu cinco mil cruzeiros a um agricultor que não possuía recursos para alimentar a seus numerosos filhos e prometeu aos camponeses viaturas do Exército para levá-los de volta aos seus locais de origem. O deputado Justino Quintana (PTB) protestou contra a medida e denunciou “que o Cel. Oscar Mendes Paixão [sic] está tentando desalojar os agricultores e frisou que outro poderia fazê-lo, mas não ele, que é presidente da Associação Rural e, portanto ‘um representante dos latifundiários’”.⁸⁸¹

O jornal *Última Hora* do dia 2 de março, porém, noticiou que

“à frente de um pelotão do Exército armado de mosquetões com baioneta calada, o próprio general Hugo Garrastazú, comandante da 3.^a Divisão de Cavalaria, expulsou sexta-feira as 30 famílias de camponeses sem terra que estavam acampadas no Passo da Morte, a 15 metros da Fazenda Experimental 5 Cruzes, neste Município. O comandante da 3.^a DC estava acompanhado, ainda, do coronel Osmar Mendes Paixão Côrtes, comandante do 3.^o RA Cav-75, e do major Fleury.”⁸⁸²

O coronel ao qual as reportagens se referiam, Paixão Cortes, era Comandante do 3.^o Regimento de Cavalaria. Ele havia sido presidente da Associação Rural de Bagé até o dia 13 de janeiro de 1964 e era membro do Conselho Deliberativo da Farsul. Naquele episódio, evidencia-se, mais uma vez, as conexões entre os grandes proprietários de terra e oficiais das Forças Armadas do interior e sua atuação diante das mobilizações que ocorriam no estado.

Note-se que dias depois, o deputado Quintana e a Profa. Elida Costa, que era vinculada ao movimento sem terra, apresentaram queixa por terem sido ameaçados de morte.⁸⁸³ O clima de tensão em Bagé levou as autoridades a proibir, no dia 11, a venda de armamentos e munição na cidade; essa somente seria permitida a cidadãos que apresentassem “autorizações especiais fornecidas pela polícia.”⁸⁸⁴

Em matéria publicada no dia 6, o *Correio* falava da situação em Bagé, trazendo depoimento do então prefeito Luiz Maria Ferraz, do PTB. Este afirmava que há muito tempo reivindicava-se a criação de uma colônia modelo na cidade e que a área pertencente ao

⁸⁸¹ *Correio do Povo*, 1 de março de 1964, p. 48.

⁸⁸² *Última Hora*, 2 de março de 1964, p. 3

⁸⁸³ *Correio do Povo*, 11 de março de 1964, p. 20. Meses antes, em outubro de 1963, houve outro acampamento em Bagé; algumas famílias acamparam em terras que pertenciam à União na localidade de Quebracho e foram expulsas pela Brigada Militar. A partir da intervenção da Supra, que solicitou ao governo do estado a retirada do policiamento da área e a transferência da mesma para aquela superintendência, as famílias começaram a ser assentadas no local, em janeiro de 1964.

⁸⁸⁴ *Correio do Povo*, 12 de março de 1964, p. 3.

Ministério da Agricultura era maior do que o necessário para as atividades de experimentação que ali se realizavam. Ele argumentava não ver motivos para intranquilidade “em razão do acampamento dos sem-terra, já que a própria constituição prevê e assegura esses movimentos, desde que, como no caso, se processem dentro da ordem e do respeito”, e fez um apelo para “que todos mantenham a devida prudência e sensatez, não tumultuando o processo normal de evolução social.”⁸⁸⁵ Além disso, o prefeito defendeu o projeto da Supra.⁸⁸⁶

Os ruralistas, por outro lado, buscavam alertar “para o clima de perigosa tensão em Bagé”; o presidente da Associação Rural, Favorino Thomaz Mercio – que meses antes havia sido signatário do manifesto contrário à direção da Farsul - afirmou que a entidade dava “amplo apoio ao governador do estado e ao presidente da Farsul” e que havia sido realizada uma reunião no sábado, dia 07, com “a finalidade de reafirmar a unidade da classe rural da região, frente aos contínuos ataques de conhecidos agitadores.”⁸⁸⁷

Na ocasião, foi firmado um documento, intitulado “Declaração de princípios do ruralismo Bageense”, no qual afirmavam ser a favor de uma “reforma agrária cristã e democrática, que elimine as áreas improdutivas da Nação, a começar pelas terras públicas devolutas”, do Estatuto do Trabalhador Rural, da sindicalização do trabalhador rural em “sindicatos livres e democráticos, isentos dos males do peleguismo e da infiltração nefasta do comunismo” e da manutenção “do preceito universal do Direito de Propriedade”. Os ruralistas bageenses também responsabilizavam “desde logo, os conhecidos agitadores comunistas locais, pelas consequências trágicas que possam advir de qualquer invasão de propriedades privadas, que por ventura possam ser tentadas no futuro”. É importante destacar o VII ponto da Declaração: “Distinguimos, perfeitamente, a grande distância que separa a ideologia do Deputado Justino da Costa Quintana, da ideologia do digno Partido Trabalhista Brasileiro.”⁸⁸⁸

No documento, eles afirmam:

Reiteramos nossa irrestrita solidariedade à Diretora da Associação Rural, e muito em especial ao seu Presidente, cujo inexcedível espírito de tolerância tem contido, até aqui, o crescente e manifesto desejo dos ruralistas, de revidar os insólitos e injustos ataques de que têm sido alvo. Ataques êstes,

⁸⁸⁵ *Correio do Povo*, 6 de março de 1964, p. 16.

⁸⁸⁶ O prefeito e seu vice foram cassados logo após o golpe de 1964.

⁸⁸⁷ *Correio do Povo*, 10 de março de 1964, p. 24.

⁸⁸⁸ Quintana foi Secretário da Educação do Governo Leonel Brizola em 1962. Pode-se questionar as razões que levaram os ruralistas a estabelecer essa distinção entre o deputado e o “digno Partido Trabalhista Brasileiro.” Talvez pela existência de relações mais próximas, por conveniência ou pelo fato do município ser administrado pelo PTB. Ressalta-se que, tanto Quintana quanto o prefeito e o vice-prefeito de Bagé foram cassados após o Golpe de 1964.

que têm sido extensivos a tôda a laboriosa classe dos ruralistas, numa provocação grosseira e odiosa.

Na declaração, os ruralistas buscavam se mostrar como “pacíficos” e “ordeiros”, inimigos da violência, tentando evitá-la a qualquer custo. O documento também parece isentar o presidente da entidade de qualquer ação que buscasse “revidar” os ataques dos quais se sentiam vítimas. Talvez estivessem tentando proteger a entidade, que, por ser oficial e declarada de utilidade pública - o que lhe garantia uma série de benefícios -, não deveria ser implicada diretamente em uma ação de violência.

Em uma reunião realizada pela Associação Rural de Bagé no dia 09 de março de 1964, foram lidos vários “telegramas de solidariedade a esta Diretoria, pela Declaração de Princípios do Ruralismo Bagéense, recebido das Associações Rurais de S. Gabriel, Jaguarão, Livramento e Passo Fundo; da Federação das Associações Comerciais do R. G. do Sul, dos senhores Dirceu Sune, S. Gabriel, e Vitório Dinardo, Dr. Mario Hoeppe, Hudson Abreu, Antonio Figueiredo e Olímpio Silva, da cidade de Passo Fundo [...]”,⁸⁸⁹ o que indica que o posicionamento daquela agremiação encontrou eco em entidades congêneres.

Acompanhando as notícias divulgadas na imprensa, evidencia-se que outras associações rurais do interior do estado também fizeram publicar manifestos ou “declarações de princípios” neste período, ou buscaram canais de comunicação diretos com o governo federal, através da emissão de telegramas. Provavelmente, estas ações podem ser interpretadas como uma estratégia para “reforçar o coro” de outras entidades representativas dos ruralistas com o objetivo de pressionar o governo. Também é possível que fossem utilizadas como ferramenta para a arregimentação e criação de laços de união entre os membros da própria agremiação; que havia um desejo de protagonismo por parte destas associações e de seus membros, ou mesmo que se utilizavam destas formas de interlocução para expressar posições mais ou menos contundentes do que a Farsul.

No dia 09 de março, por exemplo, a Associação Rural de Cachoeira do Sul endereçou um telegrama ao presidente da República com a seguinte mensagem:

Presidente João Goulart – Palácio das Laranjeiras – Rio – A classe ruralista da Cachoeira do Sul, sem distinção de côres partidárias, reunida em assembléia geral, deliberou externar a V. Excia sua plena concordância quanto a uma reforma agrária democrática e cristã, mas jamais nos moldes arbitrários e subversivos como os falsos nacionalistas da Supra o vêm

⁸⁸⁹ASSOCIAÇÃO Rural de Bagé. *Ata n° 287*. Ata da Reunião Ordinária da Diretoria. 9 de março de 1964. Acervo da Associação Rural de Bagé.

fazendo, pondo em sobressalto a tranquilidade da vida rural brasileira, com ameaças de invasões de propriedades privadas, criando um clima de insegurança, com graves prejuízos para o trabalho metódico e fecundo das fazendas. Podem os “Valdelírios” do Governo, amparados no direito da força, autorizar e permitir que novos Andonaeguis desrespeitem a Constituição, armando o braço homicida de apátridas para o assalto à propriedade particular, num primeiro passo para a cubanização do país. Porém fiquem certos de que os ruralistas de Cachoeira do Sul, organizados e dispostos à luta, como agora sabem estar, saberão ser dignos dos velhos tapes do Rio Grande, não permitindo que tal aconteça, sem uma nova batalha de Caibaté. Respeitosas Saudações. Cachoeira do Sul, 9 Março de 1964.⁸⁹⁰

O documento é bastante explícito em relação à disposição dos ruralistas para reagir a qualquer ameaça à propriedade. Na nota, a Associação fazia menção a Batalha de Caibaté, um episódio da chamada “Guerra Guaranítica” ocorrido próximo a São Gabriel, na qual aproximadamente mil e quinhentos indígenas foram mortos pelos exércitos da Espanha e de Portugal, entre eles Sepé Tiaraju, que antes de morrer havia pronunciado a famosa frase “Essa terra tem dono”. A nota se remete a duas figuras do conflito: o Marquês de Valdelírios, principal demarcador do Tratado de Madrid (1750), e José de Andonaegui, governador de Buenos Aires na época do conflito e o mais importante comandante das forças espanholas. Em sua mensagem, os ruralistas glorificam a resistência aos espanhóis verificada na Batalha de Caibaté, entendida como uma defesa da nacionalidade (portuguesa). Da mesma forma, eles, ao se contraporem aos novos “Valdelírios do governo”, estariam agindo em defesa da pátria. Isto fica explícito na referência à cubanização, que sugere uma ameaça estrangeira, materializada no comunismo. Assim, eles reivindicavam um passado de luta, atualizando-o de acordo com as disputas daquele presente.⁸⁹¹

Dias depois, a Associação Rural de Passo Fundo lançou uma “Proclamação ao povo ordeiro e trabalhador”, na qual anunciava as medidas adotadas pela Farsul em relação “à assinatura do decreto da Supra e às ameaças de invasões de terras”. Ao conclamar o povo “para repelir a agressão premeditada por elementos perturbadores da ordem”, afirmava: “Devemos ter em vista que a perturbação a ordem não se limitará apenas à terras em geral. Uma vez iniciada atingirá todos os lares, dos mais simples aos mais luxuosos.” A nota encerrava solicitando a todos que se mantivessem em alerta, denunciando qualquer movimento e mantendo sob vigilância pessoas suspeitas.⁸⁹² Destaco que, de acordo com

⁸⁹⁰ *Diário de Notícias*, 12 de março de 1964, p. 18.

⁸⁹¹ Segundo Eckert, há evidências que no pré-1964 a “organização armada dos ruralistas chegou a ocorrer, pelo menos, em Cachoeira do Sul, de acordo com reportagens do jornal da época.”

⁸⁹² *Diário de Notícias*, 14 de março de 1964, p. 14.

Benvegnú, “a exemplo do que ocorria em nível nacional, quando os proprietários rurais se armaram, uma vez que viam na reforma agrária uma catástrofe, também em Passo Fundo os ruralistas empenhados na causa formaram grupos em defesa de suas propriedades, no sentido de repelir qualquer tentativa de invasão [...]”⁸⁹³ De acordo com a autora, João Jacques, presidente da Associação Rural de Passo Fundo na década de 1950, participou desta ação.

Em Dom Pedrito, uma assembleia geral extraordinária da Associação Rural ocorrida no dia 24 de março ratificou a “Declaração de princípios do ruralismo Pedritense”, na qual se pronunciavam “diante da instabilidade social pela qual passa a pátria”. No documento, manifestavam “apoio irrestrito à Reforma Agrária, em termos que realmente beneficia, antes de todos à Pátria, a cada um em particular e sem usurpar o direito universal da propriedade, um dos paradigmas da democracia.” Colocavam-se contrários à proposta da Supra, “por julgá-la injusta e sofisticada.”⁸⁹⁴ Por essa razão, afirmavam ser “contrários às invasões de terras por caudatários desta política caótica.” O documento finaliza com os seguintes itens:

IV- Somos e queremos continuar sendo fiéis à Constituição.

V- A classe, confiante em Deus, deposita sua esperança de ordem e continuidade do regime nas Forças Armadas e na legislatura desta fase pela qual atravessa o nosso país, no fiel cumprimento do mandato dos nossos deputados.

VI-E, para que continuemos fiéis às nossas tradições, concitamos a classe para que se mantenha unida preparada para dar apoio integral do desenvolvimento democrático desta crise, ou mesmo para reagir positivamente na conquista dos direitos que a cada um é dado pelo Direito Internacional dos Homens livres.

Pela democracia, pela regulamentação dos direitos do homem, pela ordem para que haja progresso, pelo desenvolvimento para que não haja fome, pelo respeito mútuo para que haja segurança. Pela ação positiva e não parlatória, nos firmamos na vanguarda da luta pelo homem do campo, de quem somos ele próprio.⁸⁹⁵

É interessante notar que, mesmo em regiões onde predominava a pequena propriedade, a percepção de que havia um ambiente de “intranquilidade” também se materializava; em uma assembleia geral ordinária da Associação Rural de Lajeado realizada no dia 15 de março de

⁸⁹³ BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder: o PTB e a ação política de César Santos na metrópole da Serra 1945-1967*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006. p. 208.

⁸⁹⁴ Segue o documento: “INJUSTA, pois num país onde mais da metade de seu território é terra de ninguém, se queira arrebatar terras daqueles que a conquistaram com seu suor e com seu sacrifício. SOFISTICADA, porque não tem bases para sobreviver às crises que hão de vir. Reforma Agrária, sem povo educado, sem instrução, sem nível técnico mínimo, sem assistência social, sem amparo à produção, é uma farsa.” *Diário de Notícias*, 5 de abril de 1964. p. 1

⁸⁹⁵ *Diário de Notícias*, 5 de abril de 1964. p. 1. Na Assembleia, estava presente o presidente da Farsul, Oscar Carneiro da Fontoura.

1964, por exemplo, o senhor Alípio Hüffner

propôs à assembleia que fosse dirigido telegrama de solidariedade ao presidente da Farsul em face da firme posição assumida ante à onda de intranquilidade posta em prática por elementos interessados em agitar a vida nacional, o que foi aceito com aplausos pela assembleia que representava 3000 mil associados.⁸⁹⁶

Tal percepção pode ser entendida se pensarmos a funcionalidade do discurso anticomunista, na medida em que ele interpela amplos setores da população, não apenas os grandes proprietários ou os grupos dominantes. Lajeado, por exemplo, se localiza em uma área com forte tradição cristã. Na medida em que a suposta “agitação” provocada pelo governo era atrelada ao comunismo, e este era apresentado enquanto uma ameaça aos valores da religião, da família, da pátria e da democracia, os perigos que tal agitação poderia representar também se difundia entre os pequenos e médios proprietários ou produtores.

Nota-se que nas manifestações das diferentes associações rurais apresentadas, vários elementos são comuns: a denúncia em relação à “intranquilidade” criada pelo decreto da Supra e por elementos “perturbadores da ordem”, a necessidade de defender a propriedade, a democracia e a Constituição, a disposição dos ruralistas para esta luta. Evidencia-se que estas ideias e percepções eram compartilhadas por centenas de ruralistas espalhados pelo interior do estado, e por eles foram mobilizadas.

Um dos marcos dessa mobilização foi a organização de grandes caravanas e concentrações públicas. No dia 17, um encontro ocorrido em Camaquã congregou presidentes e membros de 21 associações rurais, reunidos para “o debate sobre os problemas da classe, em especial o momento nacional, em face dos atos do presidente da República, anunciados por ocasião do comício do dia 13”.⁸⁹⁷

Na semana anterior ao evento em Camaquã, outro encontro havia reunido cerca de mil

⁸⁹⁶ ASSOCIAÇÃO Rural de Lajeado. *Livro de atas das Assembleias Gerais e outras reuniões da diretoria*. Ata da Assembleia Geral Ordinária. 15 de março de 1964. p. 125. Na referida assembleia estava presente o Sr. Helio de Rose, um dos vice-presidentes da Farsul. Na ocasião, os ruralistas também se manifestaram contrários à cobranças de impostos sobre vendas e consignações realizadas pelas associações rurais, reivindicando que fossem emitidos telegramas ao governo do estado e à Assembleia “em nome de 3000 associados em sinal de protesto.”

⁸⁹⁷ Em relação a essa concentração, é interessante notar que nos chamamentos anunciados pela imprensa, o convite era assinado apenas pela Associação Rural de Camaquã, e não pela Farsul, o que evidencia a autonomia das associações rurais. Na notícia publicada pelo *Correio*, afirma-se que o presidente da Associação Rural de Camaquã, Dorval Ribeiro, “solicitou ao presidente da Farsul que assumisse a direção dos trabalhos, pedindo ao mesmo tempo, que desde logo fosse concedida a palavra ao orador oficial da Associação, sr. Alimir Vieira Gonçalves [...]”. *Correio do Povo*, 18 de março de 1964. p. 20.

e quinhentos ruralistas em Caçapava do Sul.⁸⁹⁸ Neste conclave, que contou com caravanas de Rosário, São Gabriel, São Sepé, Lavras do Sul, Cachoeira, Rio Pardo, Dom Pedrito e Pinheiro Machado, os ruralistas, “embora contra o decreto da Supra, passaram a encará-lo como um fato consumado. Estão, no entanto, contra qualquer espécie de agitação.”⁸⁹⁹ Na ocasião, a Farsul “contratou uma cadeia de 24 emissoras para retransmitir [...] a gravação dos principais discursos e debates do encontro” e agendou uma nova reunião em Tapes para os próximos dias.

Tais caravanas e manifestações provavelmente geraram um forte impacto naquelas localidades do interior, de pequeno e médio porte. Possivelmente, tenham produzido um efeito espiral, atraindo apoios e simpatias de outros setores, como aqueles ligados ao comércio e ao empresariado, a entidades locais e ao clero, por exemplo. Isso implica pensar que o impacto social e político destas manifestações ultrapassava os limites dos círculos ruralistas.

Estas concentrações e caravanas organizadas pelas entidades representativas dos ruralistas colocam algumas questões em relação às formas de mobilização adotadas pela entidade naquele contexto. Os ruralistas também tomaram as ruas, assim como os camponeses e trabalhadores sem terra. Por que o fizeram? De acordo com Bruno, Lacerda e Carneiro, são características da ação coletiva do patronato rural a organização de leilões, feiras, exposições agropecuárias e mobilizações de rua, “as quais se configuram como lugar social de afirmação e ampliação de poder e momento de uma sociabilidade que gera, reproduz e reafirma símbolos e identidades de classe.” De acordo com os autores,

As mobilizações de rua ocorrem, geralmente, em torno de uma *agenda fundiária*, ou *agenda de políticas setoriais*. Essas mobilizações [...] possuem um papel particular para visibilidade de um grupo social e de seus interesses e demandas; na construção de uma imagem para a população, para a mídia, para os agentes do Estado e para “dentro”; na pressão por reivindicações junto ao poder público; no fortalecimento ou enfraquecimento político de entidades de representação [...]. (Carneiro, 2009, p. 1)⁹⁰⁰

Assim, é possível aferir que a Federação deliberou por realizar estes atos ampliados, tanto no sentido de garantir uma maior visibilidade para suas pautas, quanto no sentido de reforçar os laços que uniam aqueles ruralistas, oportunizando momentos de sociabilidade que, como referem os autores, geram e reafirmam símbolos e identidades de classe. O encontro

⁸⁹⁸ *Diário de Notícias*, 17 de março de 1964. p. 6.

⁸⁹⁹ *Correio do Povo*, 13 de março de 1964. p. 18.

⁹⁰⁰ BRUNO et al., op. cit., 2012, p. 527-528.

realizado em Caçapava, por exemplo, inicialmente tinha um caráter local. De acordo com a ata da reunião realizada no dia 10 de março pelo Conselho Deliberativo da Farsul, a diretoria da entidade agiu “tensionando” a Associação Rural de Caçapava do Sul para que “fôsse êsse conclave ampliado, com a participação dos ruralistas de toda a região, um total de 15 municípios”.⁹⁰¹ Tal relato evidencia que a organização coletiva e a arregimentação de um número expressivo de ruralistas eram consideradas, pela diretoria da entidade, como uma tática central para a “defesa da classe”.

Na concentração do dia 17, em Camaquã, além de tratar do decreto da Supra, os ruralistas examinaram os “atos do Executivo da Nação, pois que a conhecida disposição do presidente Goulart, com relação à iniciativa privada, preocupa seriamente a classe.” Na ocasião, foram definidas as estratégias de atuação da entidade. Entre as proposições aprovadas, estava o lançamento de um apelo “aos partidos políticos da oposição, no sentido de que encontrem uma fórmula para o lançamento de um candidato único à presidência da República”, pois “assim se estará procurando garantir a vitória da causa democrática por ocasião do próximo pleito presidencial.”⁹⁰² Foi aprovada também a proposta da Associação Rural local, apresentada por seu presidente, Dorval Ribeiro: “Que se procure agrupar as Associações Rurais em núcleos regionais para apoio mútuo, dando assim mais eficiência ao combate aos agitadores, diante das ameaças constantes de invasões das fazendas que vêm intranquilizando a classe rural.”⁹⁰³

Quando foram apresentadas as proposições, a maioria se referia a estratégias de defesa dos ruralistas contra as possíveis invasões de terra e a necessidade de se manterem unidos e articulados. Propunha-se também que “o Departamento Jurídico da FARSUL transmita às Associações Rurais do Estado a sua interpretação com relação ao Decreto de desapropriação da SUPRA e orientação quanto aos direitos que cabem aos desapropriados.”

Outra moção apresentada por Alcides Machado, grande proprietário de terras em Alegrete, previa a

⁹⁰¹ FARSUL. Ata da reunião do Conselho Deliberativo. 10 de março de 1964. p. 12. Acervo da Farsul. Documento manuscrito.

⁹⁰² *Diário de Notícias*, 18 de março de 1964. p. 7. Note-se que tal proposição fora elaborada por Carlos Lacerda, conforme mencionou Fontoura em telegrama enviado a diversas lideranças de partidos políticos da oposição, como Bilac Pinto (UDN), Amaral Peixoto (PSD), Adhemar de Barros (PSP), Ney Braga (PDC), Raul Pila (PL), Plínio Salgado (PRP) e Arão Steimberg (MTR). Neste telegrama, o presidente da Farsul apresentava “o nosso veemente apelo” para que os partidos se unissem em torno de um candidato nas eleições de 1965, “a fim de enfrentar o esquerdismo comunizante que ameaça destruir as instituições e liquidar a democracia brasileira”. *Diário de Notícias*, 19 de março de 1964. p. 7.

⁹⁰³ Idem.

assistência aos empregados, dando-lhes todos os meios de conforto e remunerações de salários adequados, não esperando que os aumentos sejam decretados pelo govêrno; [...] baixar o valor do arrendamento de terras para agricultura, tanto para culturas do sêco como das irrigadas, para que o parceiro possa ter estímulo e boa margem de lucro; face o item anterior, deverá o arrendatário dispor de tôdas as ferramentas necessárias ao preparo das terras e a melhoria da produção. [...] Com as medidas acima citadas, estará sendo criada uma união entre proprietários, arrendatários e empregados, que se constitui numa fôrça capaz de resistir a implantação do comunismo.⁹⁰⁴

Chama atenção, na fala de Machado, à referência ao salário e às condições de vida dos “empregados”, bem como a disposição em rebaixar os valores referentes ao arrendamento e facultar ao arrendatário as ferramentas necessárias para o trato da terra. Desta forma, acreditava ele, poderia ser criada uma união entre todos, que seria capaz de evitar a implantação do comunismo.

Há um episódio significativo em relação às deliberações dos ruralistas neste encontro: a única proposição derrotada foi a de Nestor de Moura Jardim. Conforme a reportagem do *Diário*, ele sugeria que fosse

[...] dada ampla divulgação à deliberação da FARSUL, adotada há dois anos atrás, e, segundo a qual a classe ruralista estava decidida a contribuir para a reforma agrária com 10 por cento de seus campos ou com importância equivalente. Tal divulgação – segundo argumentou o sr. Nestor Jardim, teria por objetivo mostrar às autoridades em geral e ao povo que “não somos reacionários como querem alguns”. Admitiu que a percentagem referida não fôsse posta à disposição do govêrno, mas de outras autoridades responsáveis, autoridades espirituais. Frisou que para quem tem grandes extensões de terra não faz pêso algum dar oportunidade a autênticos “sem-terra”, principalmente aqueles proprietários que têm poucos filhos como é o caso de muitos. Referiu o fato de ter destinado 25 por cento de sua fazenda “Coxilha Negra”, em Bagé, para cêrca de 30 famílias, atitude tornada por um dever de consciência, conforme frisou reiteradas vêzes.

Em sua fala, o ruralista reforça a proposta em torno da doação de 10% das terras (ou o equivalente em dinheiro) para a reforma agrária. Ele argumentava que já havia doado parte de seus campos em Bagé, por um dever de consciência. De acordo com a reportagem, Jardim “admitiu que a percentagem referida não fôsse posta à disposição do govêrno, mas de outras autoridades responsáveis.” Ao defender seu ponto de vista, ele teria dito que “Jango e Brizola já se decidiram, estão do lado de lá, estão com Moscou.” A matéria registra ainda que “diversos foram os oradores que se seguiram, para derrubar a proposição”, alegando que “a

⁹⁰⁴ Ibidem.

esta altura dos acontecimentos” a situação já estava “muito mais grave do que se poderia imaginar.”⁹⁰⁵

A proposição de Jardim e sua derrota por ampla maioria se traduz em um elemento importante para acessar o quadro de tensão e de enfrentamento daquele momento histórico. Os termos de sua sugestão eram similares àqueles apresentados em 1962 e aprovados pelos ruralistas. Com a diferença que, desta vez, as terras ou doações seriam geridas por outras “autoridades responsáveis”, exemplificadas como “autoridades espirituais”, provavelmente em referência à Igreja. Ainda assim, sua proposição foi rejeitada. O que se evidencia é que naquele momento não havia a mesma disposição para negociações com o governo, tampouco para uma conciliação em relação à questão da reforma agrária. As concessões poderiam ser feitas, como apontava uma das proposições, rebaixando os valores dos arrendamentos, aumentando salários e melhorando as condições de trabalho no campo, mas sem possibilidade de uma redistribuição de terras, ainda que tímida e controlada pelos próprios proprietários. Os oradores que se contrapuseram à proposta afirmavam que aquela “altura dos acontecimentos”, já não havia margens para entendimento. Esta posição pode significar um alerta ao governo, no sentido de pressioná-lo em relação à implementação do decreto da Supra, mas também sugere que muitos dos ruralistas presentes acreditavam ter forças para barrar as políticas do governo, com o qual não aceitavam mais negociar. Esta percepção pode ter sido construída em função do grau de instabilidade e do vigor do movimento de oposição, que colocava em risco o mandato de Jango.

Ressalto que, no encontro, o presidente da Farsul fez uma fala na qual “enalteceu o Movimento de Resistência Democrática que se propaga pelo Brasil, partindo de Minas, vindo por São Paulo e Pernambuco e já ganhando corpo em nosso Estado, numa corajosa tomada de posição da mulher brasileira” e finalizou com um alerta: “Estamos dentro da ordem e do respeito. Mas se o atropelo vier nos atacaremos contra quem quer que seja, com as armas que dispusermos, a porrete, a dentes, de qualquer forma. E saibam todos que o Rio Grande está de pé pelo Brasil.”⁹⁰⁶ Fontoura reforçava a disposição dos ruralistas para o combate, que se daria, no entanto, “se o atropelo vier”: ou seja, eles agiam dentro da lei e da ordem, e o enfrentamento se materializaria apenas como uma reação a um ataque direcionado contra eles.

Ao mesmo tempo em que a Farsul promovia suas mobilizações e combatia o decreto da Supra – e o próprio governo Jango, a pressão sobre a entidade também se materializava

⁹⁰⁵ Idem Ibidem.

⁹⁰⁶ Idem Ibidem.

através das ações de aliados do presidente, lideranças políticas do PTB e dos movimentos sociais, como pode se depreender da análise dos debates em curso na Assembleia Legislativa.

Dias após a concentração em Camaquã, o deputado Pedro Simon, uma das mais importantes lideranças gaúchas do PTB, fez duras críticas aos pronunciamentos feitos pela entidade, em seu discurso na tribuna da Assembleia. Ele acusava a Farsul de ter conclamado “a que os proprietários de terra se armem” e a dirigir-se aos partidos e candidatos da oposição, “no sentido de que se reúnam contra o Govêrno”. Simon questionava:

Mas, o que é a FARSUL, em última análise, senão um órgão que congrega os proprietários de terra para defenderem os seus interesses? Uma entidade, inclusive, que reconhecemos como de utilidade pública é aquela entidade que está realmente trazendo uma colaboração para o bem público. [...] E a terra? E esses homens que escreveram esse manifesto da FARSUL, que durante duzentos anos são donos do Rio Grande do Sul, que dominam o crédito e o Poder Público, o que fizeram eles?⁹⁰⁷

O telegrama enviado pela Farsul às suas filiadas orientando-as a formar “grupos de defesa” também foi objeto de discussão na sessão da Assembleia Legislativa do dia 18 de março. O deputado Marino Rodrigues dos Santos⁹⁰⁸ fez um pronunciamento denunciando que o estado e o país viviam “constantemente sob ameaça dos latifundiários que as derramam, através de todos os meios de divulgação, intranquilizando o nosso povo” e ameaçavam “com banho de sangue” os camponeses, os operários e “a todos aqueles que se insurgem contra êste estado de miséria a que está condenado o nosso povo”.⁹⁰⁹ Na tribuna, o parlamentar apresentou um documento subscrito por entidades rurais, cujo teor será reproduzido na íntegra:

Uruguaiana, 10 de Março de 1964,
Ilmo. Sr. Deputado Marino Rodrigues dos Santos.
Câmara Estadual dos Deputados - Pôrto Alegre.

Nós, abaixo assinados, dirigentes do Master e dos Sindicatos Camponeses do Município de Uruguaiana, vimos a presença de V. S. solicitar que leve ao conhecimento da Assembléia Legislativa do Rio Grande

⁹⁰⁷ ANAIS da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Dez./63-Mar./64, vol. CLXXIII. 1ª Sessão Preparatória da 2ª Sessão Legislativa. p. 83. Na sessão, os deputados Álvaro Petracco (PTB) e Antônio Mesquita (PRP) se solidarizaram com a fala do colega. Por outro lado, as críticas de Simon foram rebatidas pelo Deputado Porcínio Pinto (PSD), que se declarou “entristecido” com a manifestação: “Com referência à minha classe, quer queiram ou não os demagogos, constitue o maior esteio da grandeza e da riqueza do Rio Grande do Sul.” Idem.

⁹⁰⁸ Marino dos Santos era médico e foi eleito em outubro de 1962, pela Aliança Renovadora Socialista. Foi o primeiro deputado estadual gaúcho cassado após o Golpe, em 14 de abril de 1964.

⁹⁰⁹ ANAIS da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. 18 de março de 1964. 3ª sessão. p. 67.

do Sul o que abaixo denunciaremos solicitando a esse Poder as medidas que sugerimos abaixo. – Informamos a V. S. que a Rádio Charrua de Uruguaiana divulgou, em seu noticiário das 12 horas de hoje, um telegrama dirigido pelo Sr. Oscar Fontoura aos dirigentes da Associação Rural ou Agrícola Pastoral de Uruguaiana. Nesse telegrama o Sr. Oscar Fontoura concitou a classe dos fazendeiros de Uruguaiana para se mobilizarem com a máxima urgência a fim de lutarem contra uma SUPOSTA INVASÃO DE TERRAS E PROPRIEDADES PRIVADAS deste Município por grupos de agitadores conhecidos (como denominam os funcionários da Supra) e de comunistas, que seria levada a efeito no mesmo dia da assinatura pelo Presidente da República do Decreto da Supra de desapropriação das terras dos latifundiários ao longo das estradas e vias de comunicações.

No citado telegrama o agitador Oscar Fontoura não se referiu a armas mas deixou claro e subtendido quando falou em organizar a “auto-defesa para defender a propriedade por todos os meios”. A direção local da Sociedade Agrícola Pastoral – que hoje foi transformada em centro de agitação da candidatura do Sr. Carlos Lacerda, pois em sua Sede estão estampadas as fotografias tiradas de ângulos favoráveis do célebre comício lacerdista – essa direção ao invés de acalmar os nervos do Sr. Fontoura informando que em nosso Município não há clima para agitações nem concentrações de camponeses ameaçando tomar terras, estradulou a agitação do Sr. Fontoura e convocou toda a classe dos fazendeiros e agricultores para se reunirem na Sede da Cooperativa de Lãs da Fronteira Oeste a fim de deliberarem sobre as medidas indispensáveis para as mobilização contra as fantasmas [sic] denunciadas pelo D. Quixote de Dom Pedrito.

Sr. Deputado. Embora ridícula essa investida do Sr. Fontoura contra os “Moinhos dos Ventos das Reformas de Bagé” esse fato por certo se reveste de certa gravidade porque se enquadra com rara coincidência na preparação golpista que visa impedir pela violência as medidas de reforma agrária que se propõe decretar o Presidente da República. Tal acontecimento que ameaça as liberdades públicas e o regime não pode passar despercebido dos representantes do povo do Rio Grande do Sul.

Isto se torna mais necessário porque o teor do telegrama do Sr. Oscar Fontoura dá entender que essa mobilização convocada foi feita com aprovação do Governador Ildo Meneghetti – que assim solicitava o apoio do exército dos fazendeiros contra as desapropriações de terras sob o pretexto de defesa da propriedade privada contra agitadores e comunistas.

Em nosso município reina a mais perfeita calma e ordem. Aqui as entidades que representamos são as que lideram a luta pela Reforma Agrária, luta que sempre teve um caráter cívico, reivindicatória, democrática e pacífica. Apoiamos a direção da SUPRA e a orientação do Exmo. Sr. Presidente da República embora não seja esta a Reforma Agrária Radical pela qual acreditamos se poderá dar solução ao problema de terra. Não somos nós que temos semeado boatos alarmantes, trazido a intranquilidade e criado clima de ódio propício a lutas pessoais e a desordens. Atualmente até as nossas rotineiras atividades sociais tem estado paralisadas pelo afastamento de nossos associados para lides da lavoura. O telegrama do Sr. Oscar Fontoura causou estranheza porque todos estavam voltados para o trabalho. Aqui temos lutado e vamos continuar lutando por nossas reivindicações pacificamente, democraticamente, enquanto houver clima para isto, enquanto não for instalado um regime fascista ou o terrorismo dos latifundiários, depois se isto contra nosso desejo acontecer saberemos encontrar outras formas para defender nossos lares da fome e da miséria e então que não nos apontem como bandidos, como cangaceiros ou terroristas.

Não desejamos esse caminho, a convocação para a violência partiu já do latifundiário de D. Pedrito – Sr. Oscar Fontoura – que sobre seus ombros caia a responsabilidade dessa insensatez.

Atualmente solicitamos medidas dos poderes competentes para enquanto é tempo chamarmos à razão os desesperados, os que preferem ver correr sangue do povo brasileiro a ceder um pouco de seus privilégios caducos.

Sr. Deputado Marino Rodrigues dos Santos. Pergunte ao Legislativo em nome de nossas entidades – para os representantes do povo do Rio Grande do Sul – quais são as forças a quem a Constituição outorga poderes para defesa da integridade interna e externa da nossa Pátria? Pergunte se foi aprovada uma Lei que determina que também os Fazendeiros formem uma tropa auxiliar da Brigada Militar ou do Exército Nacional. Perderam a confiança os Srs. fazendeiros nas Forças Armadas? Ou será que essa mobilização é contra o Presidente da República, contra a SUPRA, contra o Regime Democrático?

Sugerimos que o Ministro da Guerra tome conhecimento da Mobilização do Sr. Fontoura. Urge medidas para uma rigorosa busca de armas proibidas em todo o interior do Rio Grande do Sul. Aqui em Uruguaiana durante a chegada e estada do Sr. Carlos Lacerda atuou uma força extra-legal armada até os dentes desde armas automáticas até relhos feitos de arame. Tudo para garantir o Sr. Lacerda contra atentados, contra desacatos que nunca foram pensados. Os mesmos que hoje procuram intranquilizar a família de Uruguaiana com supostos atentados e demonstrações contra Lacerda lança a mesma confusão de assaltos a propriedade. Sr. Deputado, a situação é grave e exige medidas enérgicas enquanto não for tarde demais porque nossa paciência tem um limite, embora as perspectivas para nós se abram para conquista de grande vitórias no caminho do progresso e de dias mais felizes para o nosso povo livre da exploração do Latifúndio e do Imperialismo. É a certeza disso que tem nos dado paciência, sabemos que o tempo marcha a nosso favor. Mas um desatino de um Fontoura qualquer pode ser o estopim para sacrifícios desnecessários.

Pedimos que transmita da sua tribuna o nosso alerta o nosso chamamento aos Estudantes, aos Operários e todas as forças progressistas do Rio Grande do Sul. Sem mais subscrevemos.

Pela Direção do Master de Uruguaiana.

Pela Direção dos Sem Terra da Colônia Rizícola

Pela Direção dos Sindicatos Rurais

O teor do documento sinaliza que estas entidades enxergavam a ação da Farsul enquanto parte de um processo de “preparação golpista” que visava “impedir pela violência as medidas de reforma agrária que se propõe decretar o Presidente da República”; anunciavam também que o que revestia tal ação de maior gravidade era a perspectiva de que fora realizada com “a aprovação do governador Ildo Meneghetti”. A nota denunciava a ilegalidade das práticas dos fazendeiros locais, como a aquisição de armas e a formação de “tropas auxiliares”, se contrapondo aos mesmos ao afirmar que suas lutas teriam um caráter “pacífico” e “democrático”. Ao mesmo tempo, lançam sobre Fontoura a alcunha de “agitador,” adjetivo comumente utilizado pelos ruralistas ao se referir àqueles que lutavam

pela terra.

O documento também apresenta a posição destas entidades em relação ao decreto: declaravam apoio ao presidente e à Supra, embora ressaltassem que esta proposta não representava “a Reforma Agrária Radical pela qual acreditamos se poderá dar solução ao problema de terra.” Além disso, evidenciavam sua disposição de enfrentar os ruralistas, ao afirmar que continuariam lutando pacificamente e democraticamente “enquanto houver clima para isto” e advertir que sua paciência “tem um limite” e que “um desatino de um Fontoura qualquer pode ser o estopim para sacrifícios desnecessários.”

O manifesto das entidades de Uruguaina causou reações acaloradas no plenário da Assembleia Legislativa. O deputado Antônio Visitainer (PTB) declarou, em referência à Fontoura:

Não posso entender, mesmo, como possam dizer que estejamos nós a subverter a ordem política e a ordem pública neste País. Não posso entender como este mesmo homem que critica especialmente os líderes do PTB e as lideranças populares de efetuarem o que chamam comumente de agitação agrária, não posso compreender, repito, como venha ele a concitar os ruralistas a se armarem como de fato o estão fazendo, como de fato estão adquirindo metralhadoras na fronteira do Rio Grande. E, se for necessário, poderei, até, citar em quais propriedades se encontram; este mesmo homem que chama a nós, que pertencemos a esta área populista que defende a Reforma Agrária, em particular, de agitadores, consegue, impunemente fazer declarações desta natureza, concitando os ruralistas a se armarem. Contra quem?⁹¹⁰

No mesmo discurso, o deputado continuou se remetendo à Oscar Carneiro da Fontoura, questionando uma declaração em que

S. Exa. diz que os ruralistas, através de sua entidade de classe, as associações rurais, devem se reunir em torno de um candidato à Presidência da República, e naturalmente destes em que por aí se fala. Quem sabe lá S. Exa. quer transformar as associações rurais em novo Partido político, o Partido Ruralista Brasileiro. Talvez fosse este o nome. Mas o que quero dizer, hoje, nesta tarde aos meus nobres Pares é que se estes procedimentos, se estes pronunciamentos políticos começarem a ser feitos pelas associações rurais e pela própria FARSUL, em torno de um candidato que seja, - não importa qual seja, - de apoio ou de desapeço a Presidência da República, irei propor, nesta Casa, a retirada que o poder Legislativo conferiu e que o Executivo homologou, de caráter de utilidade pública às Associações Rurais e à Federação das Associações Rurais, porque se transforma, com esta manifestação do Sr. Presidente desta Federação em um órgão eminentemente político e que não pode mais ser reconhecido como de utilidade pública,

⁹¹⁰ ANAIS da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. 18 de março de 1964. 3ª sessão. p. 67.

usufruindo os direitos que a legislação estadual permite.⁹¹¹

Ainda em seu discurso na tribuna, o parlamentar fez referência à imprensa, acusando-a de confundir e agitar a população: “De fato, quem lança a confusão e a agitação neste País é esta imprensa, que denominamos de ‘imprensa marrom’, acobertada e a serviço desses grupos que tentam confundir a opinião pública [...]”⁹¹²

Acompanhando as notícias publicadas ao longo dos primeiros meses de 1964, é notável como dois dos principais jornais do Rio Grande do Sul – *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* – atuaram no processo de formação de opinião, enfatizando as ameaças de “agitação” e o “clima de intranqüilidade” do momento, dedicando espaço privilegiado para os porta-vozes dos ruralistas e reforçando seus argumentos através de editoriais e textos de colaboradores convidados. As manchetes publicadas pelo *Diário de Notícias* sobre a assinatura do decreto da Supra ao longo do mês de março de 1964, e o lugar por elas ocupados no periódico, demonstram esta estratégia: “FARSUL denuncia ao presidente da República: Comunistas chefiam invasões de terras com apoio federal” (4 de março de 1964. Capa); “Meneghetti adverte às vésperas do decreto da SUPRA: Reagirá o govêrno a qualquer tentativa de desordem no RGS” (6 de março de 1964); “Adiamento do decreto desapropriador pede ruralismo a Jango” (11 de março de 1964. Capa); “Erguem-se os ruralistas de Cachoeira do Sul contra a cubanização do Brasil” (12 de março de 1964. Contracapa); “Ruralismo (em paz, mas alerta) considera o fato já consumado” (13 de março de 1964. p. 7); “Ruralismo gaúcho pronto para reagir às invasões” (14 de março de 1964. Capa); “Presidente assinou decreto da SUPRA após ouvir Prestes” (17 de março de 1964. Contracapa).

A divulgação de tais notícias pelo *Diário* reforçava os argumentos dos ruralistas de que havia uma ameaça de “desordem”, que seria levada a cabo por elementos comunistas. Observando as manchetes, chama a atenção a tentativa de estabelecer uma relação direta entre estes e o decreto da Supra, o que se evidencia com as referências a Cuba e a Luis Carlos Prestes, o principal líder do Partido Comunista Brasileiro naquele momento.

⁹¹¹ Idem, p. 77. Dias depois, o deputado encaminhou um requerimento ao Procurador Geral do Estado solicitando a cassação do título de utilidade pública concedido a Farsul em 1929, denunciando que esta vinha “se desviando de sua finalidade, tratando inclusive de questões de natureza política, fato proibido nos estatutos.” *Correio do Povo*, 24 de março de 1964. p. 7.

⁹¹² Idem.

3.3.2 – “*Em defesa dos princípios democráticos e cristãos desbaratando a ofensiva comunista*”: a Farsul e o Golpe de 1964

A partir dos dados apresentados nas páginas anteriores, procuramos evidenciar que, especialmente entre os últimos meses de 1963 e março de 1964, as posições, ações e pronunciamentos da Farsul e dos ruralistas mobilizaram, de forma mais efetiva, argumentos, símbolos e imagens anticomunistas. De acordo com Motta,

Os grupos sociais atemorizados pela “ameaça” ou “perigo” comunista, por sinal expressões reveladoras de seu estado de espírito, trataram de organizar-se e articular uma contra-ofensiva visando combater o projeto revolucionário. Genericamente, pode-se dizer que o sentimento anticomunista nasceu espontaneamente, gerado pelo medo e pela insegurança. No entanto, transformou-se em movimento organizado a partir da necessidade percebida por algumas lideranças conservadoras de conter a escalada revolucionária.⁹¹³

Grande parte dos ruralistas e de suas entidades representativas temia o decreto da Supra, não apenas pelo seu conteúdo, mas pelos desdobramentos que poderiam advir dele e de seu potencial enquanto um elemento de questionamento ao direito de propriedade. Muitos deles provavelmente acreditavam na existência de uma ameaça comunista, que colocaria em jogo seus interesses e valores. Compartilhamos de Moraes a percepção desta “ameaça comunista” enquanto uma construção,

[...] visto que nosso foco não é a veracidade ou falsidade das formas simbólicas mobilizadas, mas o significado que elas podem ter em um contexto estruturado. É possível considerar que houve certo aproveitamento oportunista do temor do inimigo “comunista”, fantasiando em excesso a real capacidade de intervenção da União Soviética no Brasil, mas o fato é que tais pensamentos, em maior ou menor grau, mobilizaram ações efetivas contra este inimigo construído.⁹¹⁴

Lutar contra o comunismo surgia assim como uma palavra de ordem capaz de angariar parte significativa da sociedade. Foi no sentido de se contrapor a esta ameaça que os ruralistas se organizaram e buscaram marcar uma presença mais efetiva nos jornais, nas ruas, nos gabinetes, nas articulações políticas. Através de uma massiva campanha na imprensa e da organização de manifestações e reuniões entre seus filiados, a Farsul, as associações rurais e

⁹¹³ MOTTA, op. cit., p. 5.

⁹¹⁴ MORAES, op. cit., p. 113.

muitas de suas lideranças ajudaram a conduzir um apelo nesta direção.

No depoimento de Batista Luzardo a seu biógrafo, Glauco Carneiro, ele é questionado se haveria algum arrependimento em relação a 1964:

Eu? Nunca! Arrependo-me é daquelas bagunças em que me meti e que não resultaram em nada. Indiretamente, vão dizer assim: “Ajudaste a preparar o ambiente”, mas eu não me arrepenho, um décimo de milímetro sequer, não me arrepenho – leve isso e escreva como quiser, exatamente assim. Foi útil. Haverá falhas, aqui e ali – é obra humana, e como tal, passível de erro... Veja bem, se esses militares não se levantam e fazem isso. Que seria do Brasil nas mãos do Jango e do Brizola?⁹¹⁵

O depoimento de Luzardo foi concedido mais de dez anos após o golpe, quando a ditadura já dava sinais de enfraquecimento. Em suas memórias, o líder ruralista seguia afirmando que a conspiração militar foi necessária e admitia que havia, sim, ajudado a “preparar o ambiente.”

Nesse sentido, demonstra-se que aqueles ruralistas garantiram uma base social significativa de apoio à deposição de Goulart. Contudo, conforme indica Carlos Fico, “não é o apoio político que determina a natureza dos eventos da história, mas a efetiva participação dos agentes históricos em sua configuração.” A partir dessa premissa, o autor defende que é correto designar o golpe de 1964 como civil-militar⁹¹⁶: “além do apoio de boa parte da sociedade, ele foi efetivamente dado também por civis. Governadores, parlamentares, lideranças civis brasileiras – e até o governo dos Estados Unidos da América – foram conspiradores e deflagradores efetivos, tendo papel ativo como estrategistas.”⁹¹⁷

Na literatura acadêmica, as interpretações acerca dos fatores que explicam o golpe são variadas, mas é comum que se identifiquem, entre os agentes sociais que participaram das articulações e alianças que garantiram sua efetivação, os grandes proprietários de terra e as associações que os representavam.⁹¹⁸

⁹¹⁵ CARNEIRO, op. cit., p. 542-543.

⁹¹⁶ Destaco que, nos últimos anos, alguns autores marxistas tem defendido o uso da expressão ditadura empresarial-militar. De acordo com seus argumentos, o termo “civil”, por sua própria imprecisão, pode levar a uma interpretação que atribui a responsabilidade do golpe ao conjunto da sociedade, escondendo o seu caráter de classe. Conforme Melo: “Recolocar o capitalismo no centro da reflexão sobre a ditadura parece ser a tarefa premente do pensamento crítico nos embates que temos pela frente. Dito isto, melhor seria que em vez de “civil-militar” nos habituássemos a utilizar uma outra caracterização também feita por Dreifuss, e que talvez capture com mais precisão a natureza daquele regime: uma ditadura empresarial-militar implantada a partir de uma insurreição contra-revolucionária das classes dominantes.” MELO, Demian Bezerra. Ditadura “civil-militar”?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, ano XIII, n. 27, 2º Semestre 2012, p. 39-53. p. 53.

⁹¹⁷ FICO, op. cit., p. 9.

⁹¹⁸ Para um balanço acerca das principais interpretações sobre o Golpe de 1964, ver: FICO, Carlos. O Golpe. IN:

Mendonça afirma que o Golpe de 1964 não se deveu apenas aos projetos de reforma agrária de Jango, mas “como resultado da mobilização dos trabalhadores rurais, que poderiam, eventualmente, sinalizar para uma reforma agrária ‘na marra’, indicativa de potencial ruptura das alianças tradicionais que sustentavam as formas de dominação do campo.”⁹¹⁹ Tal temor, segundo a autora, explicaria o vulto da reação dos ruralistas. José de Souza Martins afirma que

O golpe não teria sido possível sem a intervenção e a ação, mais ideológica do que política, de uma classe social tão amplamente disseminada sobre o território como a classe dos proprietários de terra. Foram eles, apoiados em grupos conservadores do clero e na classe média, que conseguiram levar para as ruas a ideia da resistência às reformas sociais, invocando para isso a sacralidade dos valores da tradição.⁹²⁰

Como se deu essa intervenção? A partir de quais estratégias e alianças estas ações foram articuladas? Alguns trabalhos procuraram refletir sobre estas questões. Martins afirmou que “os grandes proprietários de terra, organizados sobretudo numa das mais tradicionais entidades de defesa de seus interesses, a Sociedade Rural Brasileira, de São Paulo”, deram “decisivo apoio à preparação do golpe.”⁹²¹, embora não tenha problematizado como se deu esse apoio.

Uma das chaves para essa perscrutação diz respeito à presença de membros das entidades representativas dos ruralistas no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e no Instituto Brasileiro de Ação Democrática e a atuação destes institutos no período imediatamente anterior ao golpe. De acordo com Dreiffuss, o complexo formado pelo IPES e pelo Ibad buscou construir redes de apoio entre os grandes proprietários de terra, uma vez que estes significavam “fonte de suporte financeiro, faziam-se também necessários na contenção dos camponeses e no apoio que davam às autoridades regionais, em particular aos governadores dos estados que, por sua vez, opunham-se ao governo central”.⁹²²

O autor revelou a participação de proeminentes figuras de entidades como a

Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004; MATTOS, Marcelo Badaró. Os trabalhadores e o golpe de 1964 um balanço da historiografia. *REVISTA História & Luta de Classes*, nº 1, abril de 2005. p. 7-18. REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar, 2014. MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. *História & Luta de Classes*, n. 17, março de 2014, p. 11-21.

⁹¹⁹ MENDONÇA, op.cit., 2012, p. 40.

⁹²⁰ MARTINS, José de Souza - *O Poder do Atraso: Ensaios de Sociologia da História Lenta.* São Paulo: Hucitec, 1999. p. 77.

⁹²¹ Idem, p. 69.

⁹²² DREIFFUSS, op. cit., p. 180-181. Dreiffuss afirma, porém, que as dificuldades neste setor eram imensas em função “da bizantina desavença que ocorria entre e dentro das associações de classes dominantes rurais.”

Confederação Rural Brasileira, a Sociedade Rural Brasileira, a Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, a Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais e associações do Paraná integrando o complexo Ipes/Ibad.⁹²³

Starling identificou a presença de grandes proprietários de terra na estrutura do IPES em Minas Gerais e revelou como este promoveu uma série de ações para “conscientizar” as classes produtoras e articulá-las politicamente. Ela cita a participação no instituto de Josaphat Machado, presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais (FAREM), e “figura de capital importância no quadro da conspiração de 1964”; de Evaristo de Paula, “grande fazendeiro e chefe político da região de Corvelo e Corinto”; e de Paulo Souza Lima, então presidente da União Nacional de Associações Cooperativas. De acordo com a autora,

O peso político e o papel que ainda desempenhavam os grandes proprietários no controle de determinadas regiões do estado podem ser aquilatadas pelo fato desse setor ser mantido sob controle direto do IPES, através de seu principal representante, Josaphat Macedo, cuja participação política ultrapassa os limites dos ‘Novos Inconfidentes’ para se encontrar na própria estrutura formal de decisão do IPES-MG, como membro de sua diretoria.⁹²⁴

Em São Paulo, os ruralistas também se organizaram em conjunto com o IPES e o IBAD, especialmente na arregimentação feminina e na organização de marchas e manifestações públicas anti-Goulart. De acordo com Gabriel Ribeiro, após o comício da Central do Brasil, a SRB disponibilizou sua sede para as “organizações civis que se dedicassem à promoção de atos civis contra o governo.” O autor afirma que uma das ações

foi o alistamento de esposas e irmãs de membros da SRB e o estímulo à formação de organizações críticas ao governo e ao ‘comunismo’. Sálvio Almeida Prado, presidente da SRB, foi um dos primeiros a lançar mão dessa estratégia, incentivando sua esposa, Sebastiana do Amaral Almeida Prado, a formar a FACUR – Fraternal Amizade Cristã e Rural, em dezembro de 1962.⁹²⁵

O autor cita estudos que apontam que grande parte dos atos realizados tanto na capital como nas cidades do interior – importantes para dar visibilidade e causar impacto mais amplo junto à população – “ficaram majoritariamente a cargo da ala feminina próxima à SRB”. A

⁹²³ Idem, p. 183. Além disso, o IPES desenvolvia atividades de doutrinação fazendo uso das sedes da Sociedade Rural Brasileira, por exemplo. p. 257.

⁹²⁴ STARLING, op. cit., p. 89.

⁹²⁵ TEIXEIRA, Gabriel da Silva. TEIXEIRA, Gabriel da Silva. *Sindicalismo Rural e Política em São Paulo: 1964-1990*. Qualificação do Projeto de Tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, junho de 2015.

entidade, em seu jornal, também reafirmou seu papel na articulação e mobilização das marchas da Família com Deus pela Liberdade, ocorridas entre março e junho de 1964.

Isso nos coloca outra questão: qual a participação dos ruralistas na conspiração golpista no Rio Grande do Sul? Havia uma ação efetiva da Farsul – ou de alguns de seus dirigentes e associados – nesse processo?

A resposta para estas questões exige conjecturas e esbarra em alguns limites impostos pelas fontes (in)disponíveis para a investigação. Há, no entanto, muitos indícios que permitem estimar a participação de ruralistas gaúchos na campanha de desestabilização e na conspiração para a derrubada do governo João Goulart.⁹²⁶

Em relação ao Rio Grande do Sul, conforme mencionamos anteriormente, cinco dirigentes da Farsul foram sócios-fundadores do Ipesul, em 1962: Antonio de Saint Pastous, Paulo Simões Lopes, João Alves Osório, Kurt Weissheimer⁹²⁷ e Antônio Chaves Barcelos. Outro quadro da entidade, o General Henrique Geisel (membro da diretoria entre 1959 e 1961 e irmão dos generais Ernesto e Orlando Geisel), é citado por Dreiffuss como “um dos oficiais influentes ligados ao IPES como ativistas anti-governo.” De acordo com o autor, as contas de telefone do IPES-Rio eram faturadas em nome do general, “que se dedicava, na época, a negócios privados.”⁹²⁸

Geisel também era membro do “Grupo dos Vinte”, conhecido como “Vigilantes da Liberdade”, um agrupamento criado em Passo Fundo para “neutralizar a ação do ‘grupo dos onze’, organização liderada por Brizola”. Este contava com a participação de autoridades civis, militares e religiosas e realizou “reuniões secretas em residências particulares e igrejas, mantendo um ‘policimento volante’, permanecendo em vigília dia e noite, onde observavam todos os movimentos na cidade.”⁹²⁹ Ao seu lado, fazia parte do agrupamento o coronel João Jacques, ex-presidente da Associação Rural de Passo Fundo.

Em seu estudo sobre o Ipesul, Moraes também cita o nome de Paulo de Souza Jardim, tesoureiro da Farsul e filho de Nestor de Moura Jardim, expressiva liderança ruralista. Ele foi

⁹²⁶ Fico afirma que é possível distinguir a campanha de desestabilização e a conspiração para a derrubada de Goulart: “De fato, existe farta comprovação documental sobre a campanha de desestabilização, que começou em 1961, mas se avolumou em 1962 e 1963. No entanto, não há evidências de que todos os envolvidos, desde o início, planejassem a derrubada de Goulart. Queriam enfraquecê-lo, tendo em vista as eleições gerais de 1962 e a campanha eleitoral que levaria à escolha do novo presidente em 1965. A conspiração pela sua derrubada, pode-se afirmar com segurança, começou em 1963.” Idem, p. 31.

⁹²⁷ No apêndice B da obra de Dreiffus, que trata das “Ligações econômicas da liderança e associados proeminentes do IPES”, é citado o nome de Emílio Kaminski, importante liderança da IPESUL e presidente da entidade após o golpe. Em relação à sua atividade econômica, é citado o “Banco Agrícola Mercantil S.A.”, que tinha como “Diretores e/ou Acionistas” Kurt Weissheimer e Eglydio Michaelsen.

⁹²⁸ DREIFUSS, op. cit., p. 365.

⁹²⁹ BENVIGNÚ, op. cit., p. 208.

um dos diretores do instituto entre 1965 e 1970 e seu 2º vice-presidente entre 1970 e 1972. O autor indica que ele realizou um curso promovido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra / RS em agosto de 1964, indicando que seu ingresso no Ipesul se deu após sua participação no referido curso.⁹³⁰

De acordo com Moraes, “o IPESUL formou a base de uma campanha ideológica de desestabilização do governo de João Goulart a partir do Rio Grande do Sul”, compreendendo civis e militares que atuaram na arena político-partidária e aglutinaram-se com outros grupos anticomunistas.⁹³¹

A inserção destes ruralistas no Ipesul indica que comungavam de seu ideário, especialmente em relação à defesa da “democracia” e da propriedade privada. Infelizmente, ainda há poucos indícios sobre a dimensão das articulações e ações desenvolvidas pelo Ipesul, bem como sobre o grau de envolvimento dos membros da Farsul nas mesmas. Saliento que a participação destes ruralistas na fundação do instituto não indica necessariamente que eles eram golpistas naquele momento. Conforme afirma Dreifuss, foi apenas a partir de 1963 que o complexo Ipes/Ibad passou a direcionar suas ações para a derrubada de Goulart.

Destaco que entre os sócio-fundadores do Ipesul que eram membros da Farsul, João Alves Osório assumiu posições de comando no interior do instituto. Ele foi diretor entre 1962 e 1964 e 1968-1970. Portanto, no momento do golpe, pode-se supor que Osório participasse ativamente das atividades desenvolvidas pelo Ipesul. Neste último período, Paulo Simões Lopes também foi diretor; os demais membros não compuseram as suas diretorias.⁹³²

É preciso considerar também que no interior do Ipesul se articulavam representantes de diferentes entidades, associações de classe, partidos políticos, empresas e organizações sociais, bem como membros das Forças Armadas, o que conferia a este instituto um lugar privilegiado para a ação em torno de objetivos comuns naquele período.

Em relação às Forças Armadas e a vinculação de alguns de seus membros com integrantes da Farsul, cabem algumas considerações. Dreifuss cita o envolvimento de lideranças da Federação com o General Olympio Mourão, um dos militares que deu início à marcha golpista, em Minas Gerais. Mourão servia como Comandante do 3º Regimento de Infantaria em Santa Maria (1961-1962) e realizou reuniões com Saint Pastous ainda em 1962,

⁹³⁰ MORAES, op. cit., p. 67. O Autor indica que o curso tinha por objetivo aproximar a Escola Superior de Guerra dos civis, indicando que o número de civis que participaram dos cursos aumentou gradativamente no período.

⁹³¹ Idem, p. 169.

⁹³² Ibidem, p. 215-218.

com o objetivo de tomar medidas para as eleições parlamentares de 1962, “que precisavam ser ganhas, assegurando a eleição do maior número possível de deputados [...]”⁹³³ Poty Medeiros também relatou a realização de reuniões entre Mourão e Meneghetti; uma delas teria sido realizada na casa de Saint Pastous.

No capítulo inicial de seu livro de memórias, intitulado “Início da conspiração em Santa Maria”, Mourão relata que

No dia 08 de janeiro de 1962, segunda-feira, às 13 horas, chamei ao meu Gabinete o Coronel Ramão Menna Barreto, chefe do meu Estado Maior, e resolvi fazer-lhe uma interpelação franca a respeito da situação política do país e saber sua opinião, a fim de poder articular a contra-revolução, a reação ao perigoso desígnio do governador Leonel Brizola, entrosado com o Dr. João Goulart, Presidente da República. No dia 15 de janeiro de 1962, segunda-feira, às 14 horas, a meu pedido o General Penha Brasil convocou ao QG do III Exército, o Dr. Saint Pastous, Presidente da FARSUL (Federação das Associações Rurais do Sul) para uma reunião. Fizemos um exame demorado da situação. Posso dizer, sem medo de errar, que esta foi a primeira reunião civil-militar, início da conspiração contra o Governo João Goulart.”⁹³⁴

Segundo Mourão, o que motivou a convocação desta reunião foi um encontro que tivera com Brizola dias antes, durante um jantar oferecido ao então governador pelo General Osvino, em Santa Maria:

No jantar que o Gen. Osvino ofereceu ao Governador, fui o único convidado. Durante as conversas que precederam o jantar naturalmente devido a minha posição em 1961, em defesa da constituição vigente – defesa confundida, porque a causa era a mesma, com apoio a Goulart – não mantiveram reservas. Do que ouvi, fiquei cientificado, sem sombra de dúvida, que estava diante de vasta e perigosa conspiração contra o regime. Poucos dias depois fui a Porto Alegre e pedi a Penha Brasil [Comandante do III Exército] que convocasse ao QG o presidente da Farsul, Dr. Saint Pastous e aos dois mostrei o perigo que o país corria. Penha Brasil, ao que me lembro, estava, na ocasião, mais ciente do que eu. Daí o apoio que vinha dando a Farsul.”⁹³⁵

Segundo os registros do diário de Mourão referentes ao dia 18 de janeiro de 1962, neste encontro ele havia mostrado

⁹³³ DREIFUSS, op.cit. p. 374.

⁹³⁴ MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1978. p. 47.

⁹³⁵ Idem, p. 31. Penha Brasil havia solicitado a Mourão alojar os sócios da Farsul, “os quais acorreriam a Santa Maria para uma convenção de protesto contra a ameaça de invasão de suas estâncias, comandada pelo próprio governador.” p. 30.

ao Saint Pastous que a luta deles tinha de ser feita noutros termos, diferentes. [...] Pedi-lhe que fizesse organizar um comitê de finanças para angariar dinheiro que seria empregado na campanha dos deputados, sem necessidade de se pôr dinheiro na mão dos candidatos. A campanha seria descentralizada por municípios e empregada em cada município a renda correspondente. Achei o Saint Pastous muito pouco revolucionário. Ele é do tipo pacífico.⁹³⁶

Em seu livro, Mourão relata que passou a ter alguns encontros com “numerosos personagens de importância no Rio Grande do Sul”, como Meneghetti, o presidente da Federação das Associações Comerciais, o Coronel Peracchi Barcelos⁹³⁷, entre outros. Em maio de 1962, seu diário registra um encontro com Saint Pastous, Coelho de Souza, Peracchi Barcelos, Tadeu Onar⁹³⁸ e outros, em Porto Alegre. Ele relata também que encontrou-se com o Arcebispo Dom. Vicente Scherer: “Infelizmente não consegui dele nenhum apoio.”⁹³⁹

O autor descreve a peregrinação que fez por diferentes regimentos do estado, buscando angariar outros militares para o movimento conspiratório: “Viajei muito nos meses de maio e no princípio deste, pregando democracia para a oficialidade e conspirando com os Comandantes de Corpos, subcomandantes e muitas vezes gente menos graduada.”⁹⁴⁰

É preciso matizar as declarações de Mourão; em seu livro de memórias, o militar reivindica o protagonismo da “revolução”, narrando como costurou o “movimento conspiratório” a partir de Santa Maria (RS), passando pelo Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Embora Mourão tenha dado início à marcha golpista em Minas, sua participação nas articulações do golpe deve ser relativizada. Segundo Starling, suas atividades foram “rigorosamente controladas pelo IPES, que o estimulava no sentido de insuflar sentimentos antigovernistas entre militares.”⁹⁴¹

Ainda assim, evidencia-se, pela sua narrativa, que alguns ruralistas vinculados a Farsul estavam participando de encontros e reuniões com lideranças civis e militares no período, e muitas destas lideranças provavelmente estivessem inseridas nas conspirações golpistas. Além disso, conforme mencionamos no primeiro capítulo, vários membros da Farsul tinham

⁹³⁶ Idem, p. 117-118.

⁹³⁷ Walter Peracchi Barcelos fez carreira na Brigada Militar. Foi eleito deputado estadual pelo PSD em 1950 e deputado federal pelo mesmo partido em 1962. De acordo com Dreifuss, era vinculado ao Ibad, que havia financiado sua campanha ao parlamento. DREIFUSS, op. cit., p. 378. Barcelos foi um dos articuladores do golpe no Rio Grande do Sul, tornando-se Ministro do Trabalho e Previdência Social no governo de Castelo Branco e governador-interventor do estado entre 1966 e 1971.

⁹³⁸ O jornalista Tadeu Onar é citado por Mourão em diversos momentos como pessoa bem relacionada e ativa na conspiração. De acordo com Dreifuss, Onar “desenvolveu um trabalho importante de articulação entre militares e civis durante dois anos”. Dreifuss, op. cit. p. 378.

⁹³⁹ Idem, p. 31.

⁹⁴⁰ Ibidem, p. 125.

⁹⁴¹ STARLING, op. cit, p. 117.

relações de parentesco com membros das Forças Armadas diretamente envolvidos com o desenrolar do golpe, como é o caso de Henrique Geisel. É importante também mencionar que, no caso das guarnições localizadas no interior do estado, eram comuns as relações de proximidade estabelecidas entre os oficiais e chefes militares locais e os ruralistas, conforme evidenciamos nos episódios narrados sobre a repressão aos movimentos de luta pela terra.

* * *

Para fins de analisar a questão do envolvimento da Farsul com as articulações golpistas, é imprescindível examinar a ação do seu presidente, Oscar Carneiro da Fontoura. É visível que sua posse imprimiu um perfil mais combativo à presidência da entidade. Fontoura era uma liderança do PSD, partido do governador Meneghetti e sigla que comportou a presença de muitas figuras vinculadas ao Golpe no estado. Padrós e Lameira afirmam que tanto o então governador “como os partidos e políticos que compunham o bloco da Ação Democrática Popular (ADP), que comandavam o governo do estado (PSD, UDN, PL, PRP, PDC)”, estavam participando da campanha de desestabilização do governo Goulart:

Meneghetti participava de articulações nacionais e locais. Foi assim que, no 22 de março de 1964, recebeu o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, para discutir a situação política nacional e os termos de um manifesto a ser redigido em conjunto pelos governadores da oposição. Nessa ocasião, em Porto Alegre, Adhemar de Barros afirmou que haveria eleições em 1965, mas tinha dúvidas se Goulart as presidiria, indicando uma clara posição desestabilizadora. Já em 24 de março, tornou-se público o manifesto dos generais, alertando para os perigos representados pelo presidente da República. Ainda antes, em 16 de março, o mesmo Meneghetti enviou um telegrama ao presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, com cópias ao presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, e a todos os governadores do país. O telegrama alcançou repercussão nacional e "definiu" sua posição em face à "situação nacional" e ao comício da Central do Brasil, marcando sua adesão pública à conspiração em andamento.⁹⁴²

Além da militância político-partidária, Fontoura mantinha uma relação pessoal com o então governador. Em diversas ocasiões, conforme mencionamos anteriormente, a Farsul chancelou as ações de Meneghetti, seja em relação à repressão aos camponeses seja em suas manifestações em relação a Goulart e ao decreto da Supra.

A atuação do governo estadual e de membros da sua gestão naquele contexto pode ser percebida neste relato de Poty Medeiros, então Secretário de Segurança do Estado. Ele conta que assim que assumiu a pasta tratou de estabelecer contatos e “acertar providências” com o

⁹⁴² PADRÓS, Enrique Serra; LAMEIRA, Rafael Fantinel; op. cit., p. 37.

comandante do III Exército e com o General Adalberto Pereira dos Santos, da 6ª Divisão de Infantaria, sediada em Santa Maria. Poty Medeiros alega que “de tudo” dava “ciência ao governador Meneghetti.” Estando a Brigada Militar e os órgãos da polícia civil “afinados com o pensamento governamental”, ele relata que “à medida que se agravavam os acontecimentos”, passou a realizar reuniões “com aqueles que se dispunham à lutar.” Uma dessas reuniões, segundo seu depoimento, ocorreu em uma chácara em Belém Velho, com representantes de vários municípios, que haviam sido “convocados pelo Palácio Piratini.” O próprio governador participou do encontro, e teria enfatizado “a necessidade de se resistir aos que desejavam comunizar a Nação.”⁹⁴³ Conforme o depoimento de Poty Medeiros, uma das deliberações da reunião foi a criação dos “Grupos dos Vinte”, dos quais, conforme aponte, Henrique Geisel participou em Passo Fundo.

De acordo com o neto do ex-governador Meneghetti, autor de um livro sobre a sua história,

Na reunião em Belém Vello foram acertadas medidas para armar a população civil, para organizar movimentos populares de resistência aos ataques dos chamados “sem terra”, para manter os adversários sob vigilância, para reunir fundos e contribuições, além de programar atividades para enfrentar os Grupos de Onze de Brizola.⁹⁴⁴

Embora o relato não cite o nome das pessoas que participaram desta reunião, é provável que estivessem presentes alguns ruralistas ou o próprio Fontoura, especialmente em função dos temas tratados, diretamente vinculados à questão da luta pela terra e a contenção dos camponeses.

O presidente da Farsul, na já citada reunião da Farsul realizada no dia 10 de março, mencionou contatos efetuados com Poty Medeiros e com o próprio Meneghetti. Na ata desta reunião, após o relato das discussões, há uma anotação que diz o seguinte:

OF comissão
(Visita ao secretário de segurança)
Proposta que FARSUL entrasse entendimentos direto com secr. Segurança para que a Polícia do Estado tivesse mais atuação, diante da lei. [...] ⁹⁴⁵

⁹⁴³ MEDEIROS, Poty. *O governo Meneghetti e a revolução de 31 de março*. Porto Alegre, Julho, 1974. “Entrevista do Conselheiro Poty Medeiros ao *Diário de Notícias* (14 de abril de 1974) acrescida de algumas anotações”. Fonte: Fundo Luiz Viana Filho. Referência: BR_RJANRIO_RH_0_0_046_d.0001de0001.pdf p. 11-14. 46 páginas. Acervo: Arquivo Nacional.

⁹⁴⁴ MENEGHETTI, Enio. *Baile de cobras: a verdadeira história de Ildo Meneghetti*. Porto Alegre: AGE, 2012. p. 159.

⁹⁴⁵ FARSUL. Ata da reunião do Conselho Deliberativo. 10 de março de 1964. snp. Acervo da Farsul. Documento manuscrito, com vários anotações e riscos.

Pelo que é possível perceber, tratava-se da intenção de formar uma comissão da Federação para visitar o Secretário, para entrar em “entendimentos diretos” em relação à atuação da polícia do estado.

A narrativa de Poty Medeiros, que evidencia a ocorrência de encontros entre lideranças civis e militares na capital do estado, também chama a atenção para o fato de que a Brigada e a Polícia Civil estariam “afinadas” com a mobilização anti-Goulart. Nesse sentido, são importantes os dados apresentados por Dreiffus; este, ao tratar da conspiração golpista, afirma que em meados de 1963, “no Rio Grande do Sul, podia-se contar com dois terços dos oficiais do III Exército, com a Polícia Civil e com a Força Pública. O Coronel [Peracchi] Barcellos agiu ativamente na subversão das forças policiais do Rio Grande do Sul.”⁹⁴⁶ Ao mesmo tempo, segundo o autor, o General da Reserva Armando Cattani promovia a organização de grandes proprietários de terra nas zonas rurais paramilitares, conforme mencionei anteriormente. Estes “agiriam como um grupo coordenado na época do golpe. O plano teve apoio total de Ildo Meneghetti, governador do Rio Grande do Sul, que era ligado à FARSUL e ao IPESUL.”⁹⁴⁷

Ainda em relação à Fontoura, cabe destacar que os discursos e as ações do presidente da Farsul ao longo dos últimos meses do governo João Goulart se tornaram mais extremados, focando-se especialmente na questão do combate ao comunismo. Seu empenho em relação à luta anticomunista pode ser percebido no depoimento de Antônio Pires (PRP), secretário de Administração da gestão Meneghetti. Este relata um encontro ocorrido no início de 1964:

Aqui chegando, fui logo convidado pelo Dr. Oscar Carneiro da Fontoura, então presidindo a FARSUL, para um almoço no reservado do restaurante do Palácio do Comércio, com a presença de Fábio de Araújo Santos, presidente da FEDERASUL; de Coelho Borges, representando a direção da FARSUL; e do presidente do Sindicato dos Bancos, cujo nome não lembro mas recordo que era Diretor do Banco da Província. Declinando a razão do encontro, Dr. Oscar disse que os presentes e suas entidades estavam preocupadíssimos com o panorama político e dispostos a fazer alguma coisa. Pensavam em criar uma entidade para se opor à onda esquerdo-comunista, e para tanto dispensariam o necessário apoio financeiro. A respeito dessa idéia, queriam ouvir-me, dada a minha conhecida atuação. (...). Ponderei que criar uma entidade não era o melhor caminho. Seria um ente suspeito, perante a sociedade, de estar laborando apenas em defesa de seus próprios interesses, nem sempre bem vistos por certos segmentos sociais. O ideal, segundo meu entendimento, seria que as entidades ali representadas apoiassem, de forma eficiente mas discreta, aquelas pessoas e aqueles organismos que já estavam

⁹⁴⁶ DREIFUSS, op. cit. p. 389.

⁹⁴⁷ Idem.

em ação. Como exemplo concreto e imediato citei as providências preliminares que estavam sendo articuladas para realizar aqui a “Marcha da Família” – à semelhança do que ocorria em São Paulo e outros lugares. Os representantes das Três Federações concordaram com minhas ponderações e prontificaram-se a recolher o numerário necessário. (...) Fui autorizado a transmitir às organizadoras da “Marcha da Família” o conveniente respaldo financeiro, ponto de partida para outros apoios. Só que a “Marcha” não chegou a realizar-se, porque antes as tropas de Olímpio Mourão Filho marcharam sobre o Rio de Janeiro e a Nação toda levantou-se em 31 de março para 1º de abril.⁹⁴⁸

De acordo com o relato de Pires, “que desempenhou funções tanto de articulação nacional das forças anti-Goulart, como na organização do movimento conspiratório no estado”⁹⁴⁹, havia a intenção dos dirigentes destas federações em “criar uma entidade para se opor à onda esquerdo-comunista”. Esta ideia, no entanto, teria sido desestimulada por Pires, que recomendou que “as entidades ali representadas apoiassem, de forma eficiente mas discreta, aquelas pessoas e aqueles organismos que já estavam em ação”, citando como exemplo as ações em torno da “Marcha da Família”, para a qual os dirigentes concordaram em contribuir financeiramente.⁹⁵⁰

Cabe destacar as figuras presentes a este encontro: além do presidente da Farsul e do presidente do Sindicato dos Bancos no Estado do Rio Grande do Sul, João da Costa Ribeiro, estavam Fábio de Araújo Santos e Álvaro Coelho Borges, ambos dirigentes do IPESUL, sendo que o último foi um dos idealizadores e seu primeiro presidente.⁹⁵¹

O fato de estarem reunidos e de terem procurado Pires com a proposição de criar uma entidade anticomunista indica que estes dirigentes estavam articulados e buscaram amparar-se em uma vasta rede de apoios. No início dos anos 1960, especialmente nos períodos de maior acirramento das disputas políticas no estado – durante a gestão Brizola e no fim do governo Goulart – identifiquei uma série de ações conjuntas da Farsul com outras entidades associativas de classe, como a Fiergs, a Federasul, o Sindicato dos Bancos e a Conclap, potencializadas pelos laços que uniam muitos de seus dirigentes. O presidente da Fiergs, Plínio Kroeff, era muito próximo à Farsul, tendo sido seu dirigente. De acordo com Bissón, Kroeff era vizinho de Fontoura no Moinhos de Vento: “A distância de menos de 300 metros que separava suas casas permitia que conversassem em âmbito privado, longe dos holofotes

⁹⁴⁸ PIRES, Antonio. *Pelo PRP na política gaúcha*: Depoimento para o CDAIBPRP. Porto Alegre: mimeo, 1997. APUD CALIL, Gilberto. Os integralistas e o golpe de 1964. *História & Luta de Classes*, n. 1, ano 1, p. 55-76.

⁹⁴⁹ CALIL, op. cit., p. 72.

⁹⁵⁰ Idem, p. 73-74.

⁹⁵¹ MORAES, op. cit., p. 53. Embora Fontoura não estivesse vinculado ao Ipesul, dois diretores da Farsul durante sua gestão eram membros do instituto: Paulo Simões Lopes e João Alves Osório.

da imprensa (normalmente, essas conversas eram na casa de Fontoura). Discutir sobre a situação política do país era imperativo naqueles dias de março de 1964.”⁹⁵²

Estas entidades interviram no debate público, especialmente através da imprensa e de seus interlocutores nos partidos políticos e no parlamento. No dia 17 de março, por exemplo, a Farsul assinou, juntamente com a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, a Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul e o Sindicato dos Bancos no Estado do Rio Grande do Sul, um manifesto no qual expressavam “seu veemente protesto contra o clima de agitação provocado em todos os setores da vida pública nacional” e sustentavam “sua atual posição de protesto à orientação governamental”, afirmando, todavia, que não

pretendem, com sua atitude, alimentar a ação daqueles que, pela subversão, procuram solapar o regime, através do descrédito e da destruição das instituições. Pelo contrário, sua palavra orientadora, nesta fase grave que atravessa o país, é a de que todos devemos dedicarmo-nos cada vez mais ao trabalho, que propicia o desenvolvimento, a prosperidade e o bem-estar social, e que, por isso, constitui o único e eficiente meio de nos contrapormos à ação dos agitadores [...].⁹⁵³

Neste manifesto, mais uma vez está presente a ênfase na “agitação” e “subversão” que estariam ameaçando o regime e as instituições, numa clara referência à suposta ameaça comunista, contra a qual se colocavam.

Em relação à atuação dos ruralistas na luta anticomunista, há uma anotação bastante instigante na ata da reunião do Conselho Deliberativo da Farsul realizada no dia 10 de março:

Roth – Assoc. Homens Livres –
Apoio e interesse em participar encontro
OF – À tardinha os que puderem 6 horas. Às 5 novo encontro na Farsul.⁹⁵⁴

A anotação inicia citando “Roth”: trata-se de João Luiz Roth, vice-presidente da Farsul. “Assoc. Homens Livres”, provavelmente remeta a “União dos Homens Livres do Brasil”, fundada em Cruz Alta, em agosto de 1963. De acordo com Flach, tratava-se de uma entidade de caráter apartidário; sua Carta de Princípios apresentava “conteúdo nitidamente anticomunista, alertando para o processo revolucionário supostamente em curso no Brasil, que

⁹⁵² BISSÓN, op. cit., p. 145.

⁹⁵³ *Diário de Notícias*, 17 de março de 1964. Capa.

⁹⁵⁴ A referida Ata é escrita originalmente a próprio punho, em letra cursiva. Há partes ilegíveis, muitas linhas e palavras riscadas e fragmentos de informações soltos. Anotações encontradas em uma folha entre as páginas 11 e 12.

levaria os comunistas à tomada do poder.”⁹⁵⁵ Roth era membro do Conselho Deliberativo desta associação, cuja presidência era ocupada por Lucídio Ramos, ex-deputado federal pelo PL e a vice-presidência por Aristides de Moraes Gomes, membro do Conselho Consultivo da Farsul e ex-prefeito do município.

Segundo pode-se depreender da anotação, provavelmente o dirigente solicitava apoio e indagava sobre o interesse dos demais em participar de um encontro do grupo. Abaixo, OF (Oscar Fontoura) indicava o horário do encontro que se realizaria à tardinha, informando que outra reunião seria realizada na Farsul. Se a interpretação da anotação estiver correta, encontros deste agrupamento anticomunista estariam ocorrendo na própria sede da Farsul e o presidente da entidade estava ciente – e envolvido – nestes encontros. Naquele momento, segundo outra anotação presente na ata, o presidente estaria em “tempo integral” na Farsul.

A participação de membros da Federação nestes agrupamentos anticomunistas ou na articulação de entidades ou frentes de “defesa” criadas no imediato pré-golpe ainda carecem de mais pesquisas. Há indícios de que muitos ruralistas colocaram-se em vigília nas sedes das associações rurais no interior do estado no momento de sua deflagração, conforme os exemplos que seguem.

Em uma reunião da Associação Rural de Bagé ocorrida no dia 09 de março de 1964, “dada a gravidade da situação, resolveu esta Diretoria, manter-se em sessão permanente.” Tal sessão permanente “teve a duração de oito dias, mantendo-se esta Diretoria em vigília durante este período, na defesa dos sagrados direitos do Ruralismo e da Democracia.” Na ata desta reunião consta que: “É fundada nesta Rural, o Centro de Resistência Democrática, afim de elucidar a opinião pública bageense.” Além disso, “por proposta do Dr. Flávio Pilla Ribeiro, foi aprovado endereçar ao Sr. Governador do Estado, telegrama de apoio ao seu pronunciamento de fé democrática e respeito a Constituição.”⁹⁵⁶ Em relação a este Centro de Resistência Democrática, o bageense Antônio Carlos Belló, em telegrama enviado ao líder integralista Plínio Salgado, relatou o que segue:

⁹⁵⁵ FLACH, Ângela. “Os vanguardeiros do anticomunismo”: o PRP e os perrepiistas no Rio Grande do Sul (1961-1966). Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003. p. 78. Não foram encontradas outras referências ou informações sobre este movimento. Os dados referentes à composição da diretoria encontram-se em uma carta endereçada ao líder da bancada do PRP, datada de 10 de setembro de 1963, enviada por Lucídio Ramos. A missiva encontra-se na documentação dos diretórios municipais do PRP, que estão sob a guarda do Espaço de Documentação e Memória Cultural da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Ação Integralista Brasileira/Partido de Representação Popular.

⁹⁵⁶ ASSOCIAÇÃO Rural de Bagé. *Ata nº 287*. Ata da Reunião Ordinária da Diretoria. 9 de março de 1964. Acervo da Associação Rural de Bagé. Ao fim da ata, consta a data de 16 de março, tendo em vista que a sessão permanente durou 8 dias.

Foi realizado em Bagé um Movimento de Resistência Democrática, em princípios de Março, para cujo Movimento fomos convidados. Este Movimento era dirigido por 18 membros, a fim de fazermos através da Imprensa escrita e falada o combate ao comunismo e ao passado desgoverno de João Goulart. [...] Durante os dias da Revolução, estive de arma na mão, aquartelamento feito na sede do Jóquei Club, pertencente à Associação Rural de Bagé. A coisa aqui esteve muito feia com o caso dos sargentos, e os quartéis não tendo segurança interna, nós que estávamos armados na Rural era quem fazíamos a revisão nas estradas das saídas e chegadas da cidade, revisando todos os veículos que por lá passavam. Foi um grande serviço prestado pela Associação Rural de Bagé à Revolução. [...] Éramos um total de apenas 80 homens, mas constava que éramos 500, 1000 ou mais. [...] Passamos 3 dias e 3 noites sem dormir, de vigília permanente, até que chegou a tão almejada vitória.⁹⁵⁷

Outra notícia publicada no *Correio do Povo* em abril de 1964, oriunda de um correspondente da cidade de São Gabriel e intitulada “Ruralismo em vigília democrática”, afirmava que

O ruralismo gabrielense, representado por todos os seus setores, desde as suas mais destacadas figuras até as mais humildes e modestas, que exercem as típicas e tradicionais atividades como “peões” de estâncias, arregimentou-se em vigília democrática, não só na cidade, como no interior do município, nos dias tormentosos que sacudiram a nacionalidade em todos os seus quadrantes. A Cooperativa Rural Gabrielense, que tem como presidente o dr. Alfredo Bento Pereira Filho e a Associação Rural de São Gabriel que tem a presidir seus destinos, o dr. Luiz Osório Dias Chiappetta, tornaram-se os centros dessa vigília em defesa da ordem e da liberdade democrática, permanecendo as suas sedes, dia e noite, sempre repletas de ruralistas e seus dedicados empregados, prontos e capacitados a enfrentar toda e qualquer ação que visasse dificultar as atividades, neste município, das forças que, num momento histórico, tomaram a iniciativa de preservar a democracia, há muito tempo ameaçada, perigo que se agravou nos últimos dias de março. A arregimentação do ruralismo gabrielense, chegou ao seu ponto culminante no dia em que chegou a Pôrto Alegre o governador Ildo Meneghetti, acompanhado de seus auxiliares mais diretos, coincidindo nesta cidade, com os boatos mais descontraídos que corriam pela cidade, com relação a atividades contrárias ao movimento democrático que estava empolgando a Nação. Nesses momentos culminantes em São Gabriel, quando o nervosismo e a preocupação imperavam em todas as camadas sociais e de atividades, destacou-se a figura do general da reserva Gastão Álvaro Pereira dos Santos, ex-prefeito deste município e elemento de destaque no seio do ruralismo local, que não descansou um só momento como coordenador das atividades em defesa da Liberdade e da Democracia, no meio civil e rural de São Gabriel. O prefeito municipal, dr. Inocêncio Cunha Gonçalves, vice-prefeito dr. Paulo Souto e os vereadores que compõem a bancada do PL e do PSD na Câmara de Vereadores, também no Paço Municipal, nos momentos

⁹⁵⁷ Correspondência de Antonio Carlos Belló a Plínio Salgado, 26.5.1964 (APHRC-Pprp 64.05.26/1) APUD CALIL, op. cit., p. 21.

históricos por que passou a Nação, estiveram em vigília na defesa da democracia e das liberdades públicas. [...] As unidades militares aqui sediadas, 9º Regimento de Cavalaria, 3º Regimento de Cav. Mot. e 3ª Cia. de Comunicações, tôdas sob o comando do cel. Henrique Borges do Canto Herzer, perfeitamente integradas no histórico movimento em defesa da Democracia, continuam em rigorosa prontidão. A Polícia local, sob o comando enérgico e eficiente do delegado Oriente Alves de Oliveira também tomou tôdas as medidas pela salvaguarda do sossego e da segurança da população e o Destacamento da Brigada Militar, aqui sediado, também no mesmo sentido prestou importante e decisiva colaboração não só às fôrças militares aqui aquarteladas como ao Delegado de Polícia. Assim que, em São Gabriel, povo e autoridades constituídas e todos os círculos de atividades da cidade, coesos e unidos, foram fôrças de real importância no movimento democrático que empolgou a Nação.⁹⁵⁸

Note-se que nos dois exemplos, as Associações Rurais apresentam-se enquanto o centro de aglutinação das forças anti-Goulart. Na sede destas agremiações, ruralistas “prontos e capacitados” permaneceram em vigília e se articularam com entidades e segmentos que se colocaram à favor da intervenção militar. Nos relatos, é possível perceber a articulação destes ruralistas tanto com outros civis, quanto com as forças policiais e militares locais. Em relação ao caso de São Gabriel, a nota afirma que o “Ruralismo” que se colocou “em defesa da Liberdade e da Democracia” era “representado por todos os seus setores, desde as suas mais destacadas figuras até as mais humildes e modestas, que exercem as típicas e tradicionais atividades como “peões” de estâncias”, o que indica uma intenção de demarcar aquela mobilização enquanto uma ação em defesa de toda a coletividade, não apenas dos interesses dos “patrões”. É provável que mobilizações como essas tenham se verificado em outros locais, especialmente em função dos conflitos que estavam ocorrendo em diferentes pontos do estado envolvendo fazendeiros e sem terras, conforme mencionamos anteriormente.

* * *

É importante destacar que não foi possível, no decorrer da pesquisa, identificar com precisão o grau de envolvimento da Farsul ou de seus membros na conspiração e nas articulações que culminaram com o Golpe de 1964. Muitos elementos que permitem contar sobre a ação da Federação neste processo são públicos – as declarações, as entrevistas, os manifestos, os telegramas enviados – mas é preciso considerar a probabilidade de que uma parcela significativa de articulações, reuniões, combinações e *lobbies* tenham ocorrido de

⁹⁵⁸ *Correio do Povo*, 9 de abril de 1964. p. 11. Note-se que esta notícia foi publicada em abril, quando a vitória do movimento golpista estava consolidada. Alfredo Bento, citado na matéria como presidente da Cooperativa Rural Gabrielense, era membro do Conselho Consultivo da Farsul.

forma privada e secreta, longe das páginas dos jornais. Nesse sentido, é difícil mensurar a participação da entidade no movimento golpista, qual o grau de informação que seus dirigentes tinham e quais deles efetivamente conspiraram contra Jango.

Busquei reunir as informações disponíveis e analisá-las, de forma a apresentar algumas hipóteses e lançar questões que ainda carecem de investigações mais aprofundadas. Se, por um lado, revela-se a participação significativa de membros da entidade nas mobilizações que marcaram o período e na própria configuração do golpe, por outro lado, não se pode homogeneizar a atuação dos ruralistas representados pela Farsul. É possível que muitos daqueles que se armaram e se articularam em suas associações estavam defendendo as suas propriedades e combatendo o decreto da Supra e o comunismo, mas não necessariamente tramavam contra o presidente. Talvez muitos tenham se tornado golpistas nos idos de março ou no momento em que a sedição eclodiu em Minas Gerais.

O que resta evidente é que, para aqueles ruralistas agremiados em torno da Farsul, a necessidade de manter o seu poder e o risco de perdê-lo era uma questão central. A intensificação das lutas no campo - aliada a tantos outros movimentos e reivindicações pautadas pelos mais diferentes setores - e a radicalização que se verificou no cenário político nacional, contribuiu para definir sua crescente oposição ao governo João Goulart e seu alinhamento cada vez mais efetivo junto às forças golpistas. Assim, disseminando o medo do comunismo, reforçando seus valores e articulando-se em suas entidades e associações, garantiram a mobilização necessária para a queda de Jango, que veio a ocorrer em 31 de março de 1964.

Após o Golpe, a deposição do presidente foi saudada pela Farsul, assim como por inúmeras entidades representativas do ruralismo em todo o país.⁹⁵⁹ No dia 3 de abril, Fontoura enviou um telegrama parabenizando [o General Amaury] Kruel pelo seu posicionamento nos acontecimentos que culminaram na queda de Goulart: “Como brasileiro e como gaúcho, congratulo-me com o ilustre conterrâneo pela sua decisiva e patriótica atitude reestabelecendo a ordem democrática e alijando o comunismo de nossa pátria.”⁹⁶⁰

⁹⁵⁹ A CRB, por exemplo, divulgou a seguinte nota; “A CRB se congratula com o povo, com as Forças Armadas e os agricultores contra o processo de comunização que se implantara no país, com a conveniência do governo deposto. *Jornal do Brasil*, 9 de abril de 1964. p. 9. APUD RAMOS, Carolina. Estado e patronato rural: a Confederação Rural de Agricultura (1961-1966). IN: MENDONÇA, Sônia Regina (org.). *O Estado brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói; EDUFF, Vício da Leitura, 2005. p. 120.

⁹⁶⁰ *Diário de Notícias*, 4 de abril de 1964. p. 3. De acordo com Padrós e Lameira, no dia 1º de abril de 1964, “em meio ao clima de apreensão e do desencontro, e até mesmo ausência de informações, noticiava-se a deflagração de um movimento sedicioso, partindo de Minas Gerais sob o comando militar do general Mourão Filho, e político, do governador Magalhães Pinto. De imediato, o comandante do II Exército, general Amauri Kruel,

No dia 8, a Farsul, juntamente com a Fiergs, Federasul, Sindicato dos Bancos, Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul e Associação Comercial de Porto Alegre divulgou uma nota pública intitulada “O momento atual e a posição dos homens ligados à produção”, na qual indicavam algumas “medidas prioritárias” para o novo governo, entre as quais elencavam uma “verdadeira reforma agrária”.⁹⁶¹

No dia 13, em reunião na Associação Rural de Bagé, seus membros discutiram sobre um telegrama enviado pela Farsul, “com apelo no sentido organizar caravana para a Marcha da Família.” Diante de tal solicitação: “Propôs o Sr. Presidente fosse organizada uma caravana dessa Rural para participar da grande passeata em Porto Alegre, organizada pelas forças democráticas, o que foi aprovado.”⁹⁶²

Naquele momento, era fundamental para as forças que davam sustentação ao golpe avivar a sua coesão e demonstrar a força das ruas em apoio à “*revolução gloriosa*”. A Farsul também organizou um ato em homenagem às Forças Armadas, pela maneira “pronta e eficaz” com que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica agiram “em defesa dos princípios democráticos e cristãos desbaratando a ofensiva comunista [...]”⁹⁶³

A partir da implantação da ditadura, iniciou-se um período caracterizado pela *modernização conservadora da agricultura*⁹⁶⁴ e pelo abandono de medidas que tocassem na propriedade.⁹⁶⁵ A ênfase da política agrária dos diferentes governos ditatoriais diferia significativamente daquela que caracterizou o pré-1964, passando

compadre e amigo do presidente, aderiu à revolta”. PADRÓS, Enrique Serra; LAMEIRA, Rafael, op. cit., p. 33.

⁹⁶¹ *Correio do Povo*, 8 de abril de 1964. p. 20.

⁹⁶² ASSOCIAÇÃO Rural de Bagé. *Ata nº 290*. Ata da Reunião Ordinária da Diretoria. 13 de abril de 1964. Acervo da Associação Rural de Bagé.

⁹⁶³ *Diário de Notícias*, 9 de julho de 1964. p. 3.

⁹⁶⁴ Segundo Sorj, nesse período a agricultura brasileira foi inserida dentro do modelo de desenvolvimento orientado pelo grande capital monopolista. “A ação do Estado neste contexto orienta-se para a modernização da agricultura, visando a integrá-la ao novo circuito produtivo liderado pela agroindústria de insumos e processamento de matéria-prima, ao mesmo tempo que mantém seu papel de estabilizador entre as necessidades do mercado interno e a pressão do mercado externo, e de gerador das condições infra-estruturais necessárias à expansão do conjunto do setor.” SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p. 69.

⁹⁶⁵ É interessante ressaltar que tal orientação governamental não se deu sem conflitos, como foi possível perceber no momento em que foi apresentada a primeira proposta de reforma agrária do Governo Castelo Branco – o Estatuto da Terra, ainda em 1964. Conforme Mendonça, o governo partilhava “do ponto de vista de que a estrutura fundiária consistia em obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo no país.” Embora não fosse uma legislação ameaçadora do latifúndio, o Estatuto propunha o cadastramento da propriedade de terra no Brasil, introduzindo a idéia de “propriedade improdutiva”, que seria expropriada. O termo expropriação provocou uma reação dura por parte de algumas entidades patronais, que acusavam que o Estatuto remetia às ideias de Celso Furtado, que havia assessorado Jango na elaboração de propostas de reforma. Estas entidades, sentindo-se “traídas” pelo governo, se mobilizaram, levando o governo a recuar em sua proposta inicial. MENDONÇA, Sônia Regina de. *A questão agrária no Brasil: A classe dominante agrária – natureza e comportamento – 1964-1990*. Stedile, João Pedro (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 40.

[...] da eliminação do latifúndio à delimitação de áreas prioritárias para a reforma agrária; deste confinamento, à eliminação das áreas de “tensão social”, pela repressão aos conflitos; das medidas de desapropriação, para os projetos de colonização em terras devolutas, do assentamento de parceiros, ao estímulo à grilagem; [...] enfim, da reforma agrária, à modernização do próprio latifúndio.⁹⁶⁶

Como a Farsul e os ruralistas do Rio Grande do Sul trilharam e interviram na conformação deste caminho, há muito ainda por descobrir.

⁹⁶⁶ SILVA, José Graziano da; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Apresentação. IN: *A questão agrária – Textos dos Anos Sessenta*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo central analisar a atuação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul no período que compreende os anos finais da década de 1950 e o início dos anos 1960.

Na primeira parte, apresentei alguns elementos que permitem conhecer a gênese da entidade, seu desenvolvimento e organização interna, bem como o perfil de sua diretoria - mais especificamente daqueles que assumiram cargos na presidência e vice-presidência - no período. A partir destes elementos, tratei, de forma mais específica, da atuação da Farsul diante de uma conjuntura marcada pela emergência dos movimentos de luta pela terra e pela elaboração e/ou implementação de políticas públicas que propunham a alteração da estrutura fundiária, tanto no estado quanto no país.

Antes de apresentar as considerações finais da tese, porém, gostaria de apontar algumas questões acerca dos caminhos da pesquisa e das escolhas e limites que marcaram tais caminhos.

Inicialmente, destaco a ausência de outros estudos acadêmicos que tenham se debruçado sobre a história da Farsul no período que é objeto de minha investigação. A impossibilidade de acessar outras análises acerca da entidade – sua composição, seus discursos, mobilizações e principais bandeiras – provocaram algumas mudanças nos rumos da pesquisa. No projeto original da tese, não estava previsto um estudo acerca da estrutura da Federação e sua dinâmica de organização interna, tampouco das trajetórias e do perfil de seus dirigentes. No entanto, no decorrer da investigação, estas questões se tornaram prementes e foram incorporadas. A necessidade de conhecer os seus dirigentes, por exemplo, ganhou centralidade. A Farsul era *feita* por sujeitos que tinham nomes, sobrenomes, interesses, ofícios e uma ampla gama de relações sociais; conhecê-los foi imprescindível para compreender as formas de atuação assumidas (ou não) pela entidade, a complexidade de sua rede de vínculos diretos e indiretos e, em decorrência, a dimensão de seu poder de articulação e mobilização.

A investigação acerca dos presidentes e vice-presidentes gerou informações e reflexões muito significativas, mas também revelou que, para conhecer a dinâmica interna da entidade de forma mais aprofundada, seria fundamental investigar os membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Técnico, da Comissão Fiscal e os indivíduos que assumiram cargos na diretoria, secretaria ou tesouraria. Além deles, há os ruralistas que, embora sem cargos, orbitavam nas reuniões, concentrações, encontros, grupos de estudos e comissões da entidade.

Novos estudos acerca das trajetórias destes indivíduos permitiriam traçar uma radiografia mais precisa da Federação, bem como delinear quais grupos eram hegemônicos no seu interior, quais interesses eles defendiam e que rumos imprimiram à sua atuação.

Outro elemento importante a ser destacado diz respeito às dificuldades em relação à inexistência e ao acesso a determinadas fontes. Os documentos produzidos pela Farsul se constituíram, sem dúvida, nas fontes mais valiosas para a investigação. Eles permitem que o/a pesquisador/a se aproxime das percepções dos sujeitos que formavam a entidade, bem como delinear os contornos do debate ruralista sobre as mais diferentes questões. No entanto, o acesso a tais documentos é bastante limitado, conforme evidenciei na Introdução. Além disso, a atuação das entidades patronais, por sua própria característica, estabelece-se tanto nos espaços institucionais, cujos registros são mais acessíveis, quanto a partir de interlocuções e canais extraoficiais, que se consubstanciam em jantares, reuniões a portas fechadas, viagens, festas, *lobbies*, ações (e pressões) nos chamados *bastidores da política*... Há práticas e espaços por onde seus integrantes circulam que não podem ser apreendidos pelas fontes da pesquisa. Tais questões se traduzem em grandes desafios aos que se dedicam ao estudo das entidades patronais e das classes e grupos dominantes.

Por fim, ressalto que, ao desenvolver a investigação, priorizei a atuação da Federação em torno da questão agrária, especialmente da reforma agrária. Este tema foi central para a sua mobilização, conforme indicou a própria diretoria na época. No entanto, o início da década de 1960 entrelaça uma série de transformações importantes no campo brasileiro, tais como o processo de sindicalização e a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural. Os posicionamentos e ações da Federação em relação a tais temas mereceriam uma análise aprofundada. Além disso, é preciso considerar a existência de uma série de demandas que são centrais para o patronato rural e que definem, em grande medida, as relações que suas entidades representativas estabelecem com os diferentes governos. Demandas em relação ao preço dos produtos agropecuários, à concessão de linhas de crédito, à garantia de mercado, à carga tributária, ao fornecimento de sementes e insumos, entre tantas outras, eram objeto de preocupação e ação dos ruralistas e da Farsul no período, mas não foram contempladas nesta tese. Isso evidencia que há um horizonte de possibilidades bastante significativas para o desenvolvimento de pesquisas científicas e trabalhos acadêmicos futuros.

Dito isso, passo a apresentar as considerações finais da tese.

A Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul foi fundada na década de 1920 e, com o passar dos anos, consolidou-se como a mais importante entidade representativa

do patronato rural gaúcho. Ao examinar a sua gênese e o seu desenvolvimento, chama atenção a centralidade que a defesa do associativismo assumiu ao longo de sua história. Desde seu surgimento, a entidade fomentou a criação de associações rurais, bem como empreendeu esforços para organizar e dar coesão às mesmas. No período, tais associações tinham como atribuição a defesa da “classe rural”, termo que compreendia qualquer pessoa vinculada ao exercício profissional de atividades rurais, conforme indicava a legislação da época.

Assim, a Farsul garantiu sua penetração em praticamente todo o estado. Em 1963, por exemplo, havia associações rurais em funcionamento em cento e dezenove municípios gaúchos. Tendo em vista que no período existiam cerca de cento e sessenta municípios, este dado é bastante revelador da dimensão de sua base social e de sua representatividade.

No início dos anos 1960, a Federação realizou uma reformulação importante em sua organização interna. Sua estrutura administrativa foi ampliada, com a criação de novos cargos e setores/departamentos, sendo que o número de vice-presidentes passou de dois para dez. Esta ampliação esteve vinculada diretamente à necessidade de atender às demandas que então se colocavam, especialmente em relação à promoção do associativismo rural e aos debates em torno da questão agrária.

A pesquisa permitiu mapear quem eram os ruralistas que ocuparam postos na presidência e vice-presidência da entidade no período, bem como obter informações acerca de suas origens, procedência regional, posição social e trajetórias. Embora seja necessário enfatizar a diversidade presente no perfil diretivo da entidade, é possível aferir uma série de características comuns entre os ocupantes destes cargos. Há uma predominância de indivíduos oriundos da chamada Campanha gaúcha e da região do Planalto. A grande maioria deles era pecuarista, mas também há incidência de arroseiros e tricultores. Além disso, evidenciou-se a vinculação de parte destes dirigentes com a grande propriedade de terra.

Em relação à sua representatividade, a investigação revelou que a maioria deles já havia presidido associações rurais em seus municípios ou era vinculada às cooperativas, associações e federações por produto, multiproduto ou tipo de criação. Chama atenção a sua atuação na arena político-partidária: muitos destes membros da Federação eram filiados a partidos políticos, especialmente do campo conservador, com predominância do PSD. Entre eles, vários se candidataram e/ou cumpriram mandatos eletivos, bem como ocuparam cargos em agências governamentais. A investigação também apurou a vinculação de muitos destes dirigentes com membros da elite política e militar do período.

Esta circulação nos espaços da política institucional garantia a estes indivíduos um

capital simbólico bastante significativo, que se traduzia em maior visibilidade para a própria Federação. Tal visibilidade e a inserção de seus membros em diferentes redes de relações sociais foram fundamentais para atuação da Farsul no início dos anos 1960.

Naquele momento, a economia gaúcha passava por um período de crise, consubstanciada nos baixos índices de crescimento da produção agropecuária. Além da crise - que atingia diretamente os setores representados pela Federação - a atuação do governo de Leonel Brizola e a emergência de um movimento organizado de agricultores sem terra no estado, tornavam a conjuntura bastante delicada para os ruralistas.

Entre os últimos meses de 1961 e o início de 1962, o governo de Brizola desenvolveu uma série de projetos direcionados à reforma agrária. Ao mesmo tempo, o Master sofreu uma inflexão e passou a organizar acampamentos às margens de grandes propriedades de terra, reivindicando a sua desapropriação. O movimento teve o apoio do governo do estado, que atendeu algumas de suas reivindicações. A radicalização do Master e as ações de desapropriação do governo Brizola representam um marco no processo de disputas em torno da propriedade da terra no estado.

Ao mesmo tempo, as propostas de reforma agrária que estavam sendo discutidas em âmbito nacional, aliadas ao processo de sindicalização rural e à ampliação dos direitos dos/as trabalhadores/as do campo, também se constituíram em elementos fundamentais para compreender o pano de fundo a partir do qual a Farsul delineou suas práticas de atuação e mobilização patronal.

Conforme evidenciei, entre os ruralistas gaúchos agremiados na Farsul havia uma série de divergências em relação à reforma agrária. Alguns defendiam a necessidade de uma reforma agrária *democrática* e *cristã*, direcionada a qualificar a vida do homem do campo, mas sem alterar a estrutura fundiária ou redistribuir terras. Havia ruralistas dispostos a fazer concessões, inclusive através da doação de terras, conforme foi possível apreender das mensagens e discursos que circularam na imprensa da época. Concordavam, assim, com “algum tipo de reforma”, enxergando em sua implementação uma estratégia para conter demandas mais radicais. E havia ainda aqueles para os quais qualquer proposta de reforma agrária significava uma grave ameaça ao direito de propriedade e que, portanto, seguiam intransigentes em sua posição contrária aos projetos em curso.

Essas divergências presentes no seio da Federação marcaram a sua atuação no período em tela e explicam as nuances e a complexidade das posições por ela assumidas. Em relação a Brizola, as desconfianças eram mais evidentes. Jango, pela postura mais cautelosa e pela sua

própria posição de grande proprietário, contava com certa margem de confiança entre setores ruralistas. Isso não impediu que, ao acenar com uma proposta mais efetiva em direção à redistribuição de terras, seu governo se tornasse alvo de uma intensa campanha de oposição por parte da Farsul.

A atuação da Federação se deu de formas variadas, de acordo com as vicissitudes e os espaços de manobra possíveis em cada conjuntura. Institucionalmente, ela se articulou com as demais entidades representativas do patronato rural em nível nacional e outras associações de classe, como federações da indústria, do comércio e do setor bancário, bem como mobilizou seus parlamentares e possíveis aliados. Por outro lado, tratou de marcar sua posição na esfera pública, amparando-se na *grande* imprensa, através da publicação de entrevistas, notas e manifestos, bem como organizando grandes caravanas e manifestações. Extraoficialmente, buscou garantir, junto ao governo do estado e às forças de segurança, o apoio para reprimir qualquer ação dos sem terra, especialmente a partir da assinatura do decreto da Supra. Parcela importante de seus representados manifestou-se publicamente afirmando sua disposição em recorrer ao uso da força. Os dados apresentados permitem afirmar que muitos deles, efetivamente, armaram-se e/ou se utilizaram da violência.

Há exemplos que evidenciam como as estratégias e as posições da entidade se alteraram diante das diferentes conjunturas. Em 1962, no momento em que a situação no estado estava mais acirrada, tanto pela atuação de Brizola quanto pela pressão dos movimentos de luta pela terra, verificou-se uma tendência por parte da Federação e de parcela de seus representados em buscar a negociação e fazer concessões, desde que o governo do estado acenasse com a contensão da mobilização dos camponeses e a interrupção das desapropriações. Em 1964, às vésperas do golpe, tal disposição não se manteve: tanto entre os dirigentes quanto nas associações rurais espalhadas pelo interior do estado, a palavra de ordem era reagir ao decreto da Supra, e, se preciso, com o uso da violência. Naquele momento, espaços de negociação e conciliação antes verificados já não se apresentavam da mesma forma.

Isso se explica por diversos fatores, mas é fundamental considerar o processo de radicalização política daquele momento histórico, no qual a bandeira do anticomunismo assumiu grandes proporções e os avanços dos movimentos populares colocavam (ou pareciam colocar) em risco a manutenção do *status quo*. É à luz deste contexto que a atuação da Farsul precisa ser compreendida.

O anúncio sobre a elaboração de um decreto presidencial para fins de desapropriação,

representou, para parcelas significativas do ruralismo, um rompimento definitivo com o governo João Goulart. No Rio Grande do Sul, a Farsul empreendeu uma campanha intensa contra a proposta e a Supra, responsável pela sua elaboração. A investigação comprovou que, entre fins de 1963 e março de 1964, data em que o decreto foi assinado no *Comício da Central do Brasil*, a entidade e as associações rurais a ela vinculadas desenvolveram uma intensa agenda de debates, reuniões e caravanas, difundindo a ideia de uma ameaça comunista, essencial para conformar o apoio civil à deposição de João Goulart.

O que se depreende, ao analisar o processo histórico que culminou com o Golpe de 1964, é que os *senhores da terra* gaúchos, mais especificamente aqueles representados pela Farsul, lutaram com todas as suas *armas* – poder econômico, inserção político-institucional, capacidade de articulação e mobilização – e todos os aliados possíveis - associações de classe, partidos políticos, militares, empresários, setores conservadores da Igreja Católica, grandes veículos de comunicação – para combater os movimentos de luta pela terra e defender seus interesses, que julgavam ameaçados. Os riscos que vislumbravam originaram sua união e o seu radicalismo, expressos em formas associativas e culturais específicas.

Neste sentido, pode-se aferir que os embates que marcaram o início dos anos 1960 incidiram de forma significativa na formação de sua identidade patronal, na medida em que criaram novos símbolos, laços de solidariedade e estratégias de atuação, fundamentais para garantir a manutenção de seu poder e domínio. Com a deflagração do Golpe – que contou com o apoio e a articulação de lideranças destacadas da Farsul – tal poder e domínio foram assegurados.

Naqueles *tempos de guerra*, os *senhores da terra* não podiam *falhar*.

LISTA DE FONTES

Documentos da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul)

Associativismo Rural. Contribuição de: Alberto Severo - Bento Pires Dias. Porto Alegre, janeiro de 1962. Folheto 3. 9 páginas. Acervo da Farsul.

Concentração Rural de Santa Maria. Discurso pelo Presidente da Farsul. Carta de Santa Maria. Janeiro - 1962. Acervo da Farsul.

Convênio Farsul – SSR – Desenvolvimento do Associativismo Rural. Relatório 2º semestre de 1962. Folheto 4. 13 páginas. Acervo da Farsul.

Mensagem do Prof. Dr. Saint Pastous aos Ruralistas e Relatório da Diretoria à Assembleia Geral. 1º/julho/1961 – 30/junho/1962. [snp] Acervo da Farsul.

Plano de Trabalho da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul para o biênio 1967/68, elaborado na Diretoria Geral. Agosto, 1967. 23 páginas. [sn] Acervo da Farsul.

Reforma Agrária – Contribuição da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul para o estudo da Reforma Agrária. 1962. snp. Acervo do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (CPDA/ UFRRJ).

Relatório da Diretoria e Mensagem ao Ruralismo – 1º de julho de 1961 a 30 de junho de 1962. Folheto 43. Acervo da Farsul.

Informativo Farsul / Acervo da Farsul.

Número 57 - 30 de abril de 1958.

Número 60 - 31 de julho de 1958.

Número 62 - 10 de novembro de 1963.

Número 64 - 10 de janeiro de 1964.

Número 65 - 25 de fevereiro de 1964.

Atas de reuniões do Conselho Deliberativo da Farsul / Acervo da Farsul.

Ata da reunião do Conselho Deliberativo. 24 de abril de 1962.

Ata da reunião do Conselho Deliberativo. 1º de junho de 1962.

Ata da reunião do Conselho Deliberativo. 3 de setembro de 1962.

Ata da reunião do Conselho Deliberativo. 14 de dezembro de 1962.

Ata da reunião extraordinária do Conselho Deliberativo e da Diretoria da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul. 1º de fevereiro de 1963.

Ata da reunião. 6 de dezembro de 1963. [fragmento]

Ata da reunião do Conselho Deliberativo. 10 de março de 1964. [documento manuscrito]

Livro de Presenças - Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul

Acervo da Farsul. No livro, constam as assinaturas dos presentes nas reuniões realizadas entre agosto de 1961 e julho de 1962 (p. 66-96), conforme as datas e assuntos abaixo listados:

- 1º de agosto de 1961 – “Assunto: Reforma Agrária”
- 7 de agosto de 1961 – “Assunto Reforma Agrária”
- 16 de agosto de 1961 – “Assunto: Crédito Agrícola”
- 4 de outubro de 1961 – “Assunto: Imposto Territorial”
- 6 de outubro de 1961 - “Presentes à reunião em que proferiu conferência o Dr. Colbert Soares Pinto”
- 13 de outubro de 1961 – “Assunto: Reforma Agrária”
- 23 de novembro de 1961 - “Assunto: Reforma Agrária”
- 28 de novembro de 1961 - (sem assunto)
- 4 de dezembro de 1961 – Tema: Reforma Agrária
- 7 de dezembro de 1961 – “Assunto Aftosa”
- 11 de dezembro de 1961 – “Reunião da Comissão da Aftosa”
- 20 de dezembro de 1961 - “Assunto: Reforma Agrária”
- 12 de janeiro de 1962 – “Assunto: Crédito agrícola e pastoril”
- 15 de janeiro de 1962 - “Assunto: Crédito agrícola e pastoril”
- 31 de janeiro de 1962 - “Assunto: Reforma Agrária (desapropriações)”
- 1º [ou 6] de fevereiro de 1962: “Assunto: Reforma Agrária”
- 1º de fevereiro de 1962 – “Presentes a reunião do Conselho”
- 7 de fevereiro de 1962 – “Reunião do Conselho e Assembleia”
- 12 de fevereiro de 1962 - “Assunto: Reforma Agrária – Constituição de Comissões”
- 13 de fevereiro de 1962 [sem assunto]
- 20 de fevereiro de 1962 - “Assembleia Geral - Assunto: Reforma Agrária”
- 15 de Março de 1962 – “Conselho deliberativo. Diretoria, Presidentes das Associações Rurais, de Cooperativas e Entidades especialistas e ruralistas. Assunto: Reforma agraria e obtenção de recursos através da ‘Aliança para o Progresso’”
- 15 de março de 1962 – “Presentes à reunião do Conselho Deliberativo. Assunto: Exposições rurais e leiloeiros rurais”
- 16 de março de 1962 – “Presentes à reunião do Conselho Deliberativo. Assunto: Exposições rurais”
- 16 de março de 1962 – “Informal”
- 1º de junho de 1962 – “Assunto – XXV Exposição Estadual de Animais e Produtos derivados”
- 1º de junho de 1962 - “Reunião do Conselho Deliberativo”
- 2 de junho de 1962 – “Continuação dos trabalhos sobre a XXV Exposição Estadual de 1962”

20 de junho de 1962 [sem assunto]

19 de junho de 1962 – “Associações Especializadas – Assunto: XXV Exposição de Animais e Produtos Derivados”

16 de julho de 1962 – “Comissão Organizadora da XXV Exposição”

Documentos da Associação Rural de Lajeado

Livro de atas das Assembleias Gerais e outras reuniões da diretoria. Acervo da Associação Rural de Lajeado.

Documentos da Associação Rural de Bagé

Livro de atas. Atas de reuniões realizadas nos meses de maio e junho de 1963 e janeiro a abril de 1964. Acervo da Associação Rural de Bagé.

Documentos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Estrela

Documentos do STR – 1963 a 1969. Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Estrela.

Documentos do acervo pessoal de Paulo Schilling

Paulo R. Schilling. Curriculum Vitae. Acervo do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Documentos do acervo pessoal de Paulo Schmidt

COMISSÃO ESTADUAL DE TERRAS E HABITAÇÃO. *Relação dos proprietários rurais com áreas superiores a 2.500 hectares.* Diretor Executivo: Arquiteto Paulo Alberto Schmidt. 1961.

COMISSÃO ESTADUAL DE TERRAS E HABITAÇÃO. *Relação dos proprietários de mais de uma gleba com área superior a 2.500 HA nos diversos municípios do estado.* 1961.

Documentos do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

Pastas “Organizações Patronais” e “Pré-1964”. Acervo do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo / Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Documentos do Arquivo Nacional - “Acervos dos Órgãos de Informação do Regime Militar”

Fundos/séries: Serviço Nacional de Informação/Agência Porto Alegre, Assessoria de Segurança e Informação (ASI) da Superintendência Federal da Agricultura do Rio Grande do Sul e Fundo Luiz Viana Filho. Acervo do Arquivo Nacional / Rio de Janeiro.

Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (1959-1964). Acervo do Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre / RS.

Fontes de Imprensa

Correio do Povo (janeiro de 1958 a março de 1964). Acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre, RS.

Diário de Notícias (janeiro e fevereiro de 1962; janeiro a dezembro de 1964). Acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre, RS.

Última Hora (janeiro e fevereiro de 1962; janeiro a março de 1964). Acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre, RS.

Novos Rumos (números 161, 162, 163, 164 e 165. Março e abril de 1962).

Fontes orais

Entrevista com PAULO SCHMIDT realizada por ALESSANDRA GASPAROTTO no dia 03 de outubro de 2014, na cidade de Porto Alegre.

Fontes Digitais

Acervo da Luta Contra a Ditadura. Disponível em: <http://www.acervoditadura.rs.gov.br/indenizacao.htm>. Acesso em: 1º de junho de 2016.

ANNES, A. *Genealogia Lucas Annes*. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/sebodigital/obras/GenealogiaLucasAnnes.pdf> Acesso em: 21 de janeiro de 2016.

Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/InformaesParlamentares/Legislaturas/> Acesso em: 13 de janeiro de 2016.

ACBRH - Associação de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa - Disponível em: <http://gadoholandes.com.br/os-80-anos-da-gadolando/> Acesso em: 10 de julho de 2010.

ABCS - Associação Brasileira dos Criadores de Suínos. Disponível em: <http://www.abcs.org.br/quem-somos/a-historia-da-abcs> Acesso em: 12 de janeiro de 2016.

ABCC - Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos. Disponível em: <http://www.cavalocrioulo.org.br/institucional/presidentes/3> Acesso em: 3 de julho de 2016.

CHAROLÊS - Associação Brasileira de Criadores de Charolês. Disponível em: <http://www.charoles.org.br/expresidentes/> Acesso em: 10 de julho de 2016.

Associação Brasileira de Criadores de Ideal. Disponível em: <http://www.abcideal.com.br/> Acesso em: 12 de setembro de 2015.

Associação Rural de Santa Maria. Disponível em: <http://aruralsm.com.br/> Acesso em: 4 de

julho de 2016.

Atlas Histórico do Brasil – Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://atlas.fgv.br/verbete/3588> Acesso em: 21 de janeiro de 2016.

Beefpoint - Disponível em: <http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/entrevistas/nunca-desista-faca-pecuaria-com-amor-e-paixao-raul-ritter-premio-beefpoint-sul/> Acesso em: 16 de julho de 2016.

Câmara Municipal de Caxias do Sul. Disponível em: <http://memoria.camaracaxias.rs.gov.br/> Acesso em: 12 de junho de 2016.

Câmara de Vereadores de Julio de Castilhos. Disponível em: <http://www.camarajc.rs.gov.br/camara/conteudo/183/Memorial/1> Acesso em: 25 de junho de 2016.

Cooperativa Tritícola Santa Rosa LTDA. Disponível em: <http://www.cotrirosa.com/diretores.php> Acesso em: 4 de julho de 2016.

Cooperativa Agropecuária de Júlio de Castilhos. Disponível em: <https://www.cotrijuc.com.br/site/cotrijuc.php?mod=historico> Acesso em: 25 de junho de 2016.

CORECON – Conselho Regional de Economia. Disponível em: <http://www.coreconrs.org.br/corecon-rs/ex-presidentes.html> Acesso em: 13 de junho de 2016.

CPDOC – Fundação Getúlio Vargas. Dossiês. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies> Acesso em: 12 de maio de 2016.

CPDOC – Fundação Getúlio Vargas. Dicionários. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios> Acesso em: 12 de junho de 2016.

EMATER/RS-ASCAR. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/ Acesso em: 12 de junho de 2016.

Família Assis Brasil, Genealogia. Disponível em: <http://assisbrasil.org/penta.html> Acesso em 20 de outubro de 2014.

Família Krueel. Disponível em: http://familia-krueel.blogspot.com.br/2010_09_01_archive.html Acesso em: 21 de janeiro de 2016.

FARSUL. Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.farsul.org.br/pg_presidentes.php Acesso em: junho de 2016.

Folha de Estrela. Disponível em: <http://aepan.blogspot.com.br/2015/07/bernardo-geisel-o-irmao-do-presidente.html> Acesso em 1º de junho de 2016.

IRGA - Instituto Rio-Grandense do Arroz. Disponível em: <http://www3.irga.rs.gov.br/index.php> Acesso em: 1º de junho de 2016.

Instituto João Goulart. Discurso de João Goulart no comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.institutojoaogoulart.org.br/> Acesso em: 12 de novembro de 2015.

Mitoblogos. Disponível em: <http://mitoblogos.blogspot.com.br/2009/08/genealogia.html> Acesso em 10 de janeiro de 2016.

Meus Parentes. Família Riet. Disponível em: <http://www.meusparentes.com.pt/> Acesso em: 4 de julho de 2016.

NETO, João Pinheiro. (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC. P. 61. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista136.pdf>. Acesso em: 12 de dezembro de 2015.

OCERG SESCOOP/ RS - Disponível em: <http://www.ocergs.coop.br/comunicacao/noticias/1356-fecola-presta-homenagem-a-ex-presidentes> Acesso em: 25 de junho de 2016.

Orkut. Família Riet. Disponível em: <http://orkut.google.com/c1423163-tdfbd9d77e520e055.html> Acesso em: 4 de julho de 2016.

Portal do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.rs.gov.br/conteudo/165561/secretaria-da-agricultura-completa-70-anos/> Acesso em 5 de julho de 2016.

Prefeitura Municipal de Cruzaltense. Disponível em: <http://www.cruzaltense.rs.gov.br/pagina/647/historia> Acesso em: 21 de junho de 2016.

Rural Livramento. Portal do Sindicato Rural de Livramento. Disponível em: <http://www.rurallivramento.com.br/historia.php> Acesso em: 4 de julho de 2016.

Rural Bagé. Associação e Sindicato Rural de Bagé. Disponível em: <http://www.ruralbage.com.br/institucional/historico/> Acesso em: 2 de julho de 2016.

SOVERGS – Sociedade de Veterinária do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.sovergs.com.br/site/presidentes.htm> Acesso em: 10 de julho de 2016.

SCHIERHOLT. J. *Estrela ontem e hoje*. Disponível em: [http://www.estrela.rs.gov.br/uploads/paginadinamica/12286/Dicionario de Estrela.pdf](http://www.estrela.rs.gov.br/uploads/paginadinamica/12286/Dicionario%20de%20Estrela.pdf) Acesso em: 12 de junho de 2016.

Sindicato Rural Carazinho. Disponível em: <http://www.sindicatroruralczo.org.br/?menu=historico> Acesso em: 24 de junho de 2016.

Sindicato Rural de Uruguaiana. Disponível em: <http://www.sindicatroruraldeuruguaiana.com.br/#!diretorias-antiores/cein> Acesso em: 21 de janeiro de 2016.

SEFAZ RS – Secretaria da fazenda. Disponível em: <https://www.sefaz.rs.gov.br/sat/EMP-SEL-NOM.aspx> Acesso em: 1º de junho de 2016.

Portal de Empreendedor. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/outras-naturezas-juridicas/sociedade-anonima> Acesso em: 07 de maio de 2016.

Sentando a Pua. *História da Aviação Militar Brasileira na Segunda Guerra Mundial 1943-1945*. Disponível em: <http://www.sentandoapua.com.br/portal/> Acesso em: 12 de novembro de 2015.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico> Acesso em: 19 de junho de 2016.

Jornais acessados via internet

Arco Jornal, ano I, n. 2, dez. 2007/jan.2008. p. 4. Disponível em: http://www.arcoovinos.com.br/sitenew/jornais/jornal_dez07.pdf Acesso em: 3 de julho de 2016.

Conversa Afiada. Disponível em: <http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2013/10/14/bomba-kruel-traiu-jango-por-6-malas-de-dolares> Acesso em: 2 de julho de 2016.

Correio da Manhã, 21 de fevereiro de 1963. p. 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> Acesso em: 10 de junho de 2016.

Correio da Manhã, 17 de maio de 1957. p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 6 de maio de 2016.

Correio da Manhã, 21 de outubro de 1945. p. 6. Disponível em: Disponível em: <http://memoria.bn.br/> Acesso em: 10 de junho de 2016.

Observatório da Imprensa, edição 661, 27 de setembro de 2011. CUNHA, Luiz Claudio. Histórias de tirar o fôlego. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/historias-de-tirar-o-sono/> Acesso em: 11 de janeiro de 2015.

Diário Popular via Internet, 8 de outubro de 2008. Disponível em: http://srv-net.diariopopular.com.br/08_10_08/p1604.html Acesso em: 10 de julho de 2016.

Diário Popular via Internet, 03 de julho de 2002. Disponível em: http://srv-net.diariopopular.com.br/03_07_02/ls020701.html Acesso em: 13 de janeiro de 2015.

Folha de São Paulo. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3108200808.htm> Acesso em: 3 de julho de 2016.

Gazeta de Caxias, 19 de julho de 2010. Disponível em: <http://archive.is/sqXXN#selection-187.0-187.34> Acesso em: 17 de junho de 2016.

Jornal de Santa Catarina, 14 de fevereiro de 2014. Obituário. Disponível em: <http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/obituario/paulo-de-souza-jardim-76902.html>. Acesso em: 19 de julho de 2016.

Jornal do Brasil, 18 de setembro de 1964. p. 13. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> Acesso em: 25 de junho de 2016.

Jornal do Brasil, 12 de abril de 1974. p. 16. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1974_00004.pdf Acesso em: 11 de maio de 2016.

Jornal do Brasil, 03 de julho de 1974. p. 7. Disponível em: memoria.bn.br/ Acesso em: 10 de junho de 2016.

Jornal do Brasil, 12 de fevereiro de 1976. p. 24. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/> Acesso em: 25 de junho de 2016.

O Observador, ano XIX, fevereiro de 1955, n. 228, p. 58. Disponível em: <http://memoria.bn.br/> Acesso em: 16 de maio de 2016.

Viomundo. Reforma agrária tinha grande apoio popular às vésperas do golpe. 19 de março de 2014. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/politica/luiz-antonio-lima-reforma-agraria-tinha-grande-apoio-popular-as-vesperas-do-golpe-jango-seria-forte-candidato-em-caso-de-se-candidatar.html> Acesso em: 1º de junho de 2016.

Sul Rural, n. 298, ano 22, julho de 2008. Disponível em: <http://www.sulrural.com.br/pdf/2008-07-11.pdf> Acesso em: 10 de julho de 2016.

Leis, Decretos e documentos institucionais

Decreto n. 8.127 - de 24 de outubro de 1945. Altera e dá nova redação ao Decreto-lei nº 7.449, de 9 de abril de 1945, que dispõe sobre a organização da vida rural. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De18127.htm Acesso em: 10 de

julho de 2015.

Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/> Acesso em 20 de julho de 2015.

Câmara dos Deputados. Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2613-23-setembro-1955-361237-norma-pl.html> Acesso em: 12 de setembro de 2015.

Diário Oficial da União – 17 de dezembro de 1962. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2984629/pg-266-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-17-12-1960> Acesso em: 20 de maio de 2016.

Diário Oficial da União – 16 de Janeiro de 1943. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2139558/pg-73-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-16-01-1943> Acesso em: 14 de novembro de 2015.

Diário Oficial da União - 05 de dezembro de 1953. p. 5. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2868974/pg-5-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-05-12-1953> Acesso em: 4 de julho de 2016.

Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria do Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. *Finanças do Estado Gestão do Secretário da Fazenda Dr. Sígfried Emanuel Heuser* 1950-1960. Porto Alegre: Gráfica Polaco, 1960. P. 295-296. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000512/relatfaz1959vol10rgsul/relatfaz1959vol10rgsul.pdf> Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.tre-rs.gov.br/upload/15/Municipais_Santa_Rosa1959.PDF Acesso em: 1º de junho de 2016.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.tre-rs.gov.br/upload/6/Municipais_Cruz_Alta1972.pdf Acesso em 12 de junho de 2016.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.tre-rs.gov.br/upload/18/Municipais_Campinas_do_Sul1959.PDF Acesso em 21 de junho de 2016.

Projeto de Lei. Disponível em: http://200.169.19.94/documentos/draco/processos/119105/018432013PLL_PROJETO_72973_8000_1300.pdf Acesso em: 19 de junho de 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves et.al. (coord.). *Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

ALVES, Bernard José Pereira. *A Política Agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo, Legislação e Mobilização*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ANNES, Alceu Oliveira. *Genealogia Lucas Annes*. Atualizado em 06/01/2012. p. 226. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/sebodigital/obras/GenealogiaLucasAnnes.pdf> Acesso em: 21 de janeiro de 2016.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder: o PTB e a ação política de César Santos na metrópole da Serra 1945-1967*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

BISSÓN, Carlos Augusto. *Moinhos de Vento: histórias de um bairro de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura: IEL, 2009.

BENETTI, Maria Domingues. *Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul: uma análise do desenvolvimento da Cotrijuí, Cotrisa e Fecotriço – 1957-1980*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1992. Disponível em: http://cdn.fee.tche.br/teses/digitalizacao/teses_5.pdf Acesso em: 23 de junho de 2016.

BOURDIEU, *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRUNO, Regina Ângela Landim. *O ovo da serpente*. Monopólio da Terra e Violência na Nova República. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

_____. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1997.

_____. A violência patronal rural como prática de classe. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n. 10, jul./dez. 2003. p. 284-310. Disponível em: www.scielo.br/pdf/soc/n10/18722.pdf

BRUNO, Regina. O ethos da propriedade da terra no Brasil. IN: BRUNO, Regina. *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 209-230.

BRUNO, Regina et al. Agronegócio e representação de interesses. IN: BRUNO, Regina. *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 131-158.

BRUNO, Regina; LACERDA, Elaine; CARNEIRO, Olavo. Organizações da classe dominante no campo. Verbete. IN: CALDART, Roseli Salette et al. [org.] *Dicionário da Educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim

Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDAS, Breno. *Meio século de Correio do Povo*. Glória e agonia de um grande jornal. Depoimento a José Antônio Pinheiro Machado. Porto Alegre: L&PM, 1987.

CALIL, Gilberto. Os integralistas e o golpe de 1964. *História & Luta de Classes*, n. 1, ano 1, p. 55-76.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise do poder e reformas de base (1930-1964) In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano, Tomo III. São Paulo: Difel, 1986.

CAMARANO, Marcia. *João Sem Terra: Veredas de uma luta*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012. Coleção Camponeses e o Regime Militar, v. 1.

CARNEIRO, Glauco. *Lusardo, o último caudilho*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977. v. 1.

CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CIOCCARI, Marta; CARNEIRO, Ana. *Retrato da repressão política no campo: Brasil (1962-1985)*. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. MDA: Brasília, 2011.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. Relatório Final da Comissão Camponesa da Verdade: Violações de direitos no campo – 1946 – 1988. 2014. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/blog/2015/01/22/relatorio-da-comissao-camponesa-da-verdade-esta-disponivel-para-download-4/> Acesso em: 1º de junho de 2016.

CORAZZA, Gentil. Sistema Financeiro (e desenvolvimento) do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://cdn.fee.tche.br/eeg/1/mesa_1_corazza.pdf Acesso em 12 de janeiro de 2016.

COSTA, Emilia Viotti da. Experiências versus estruturas: novas tendências na história do trabalho e da classe trabalhadora na América Latina. O que ganhamos? O que perdemos? In: *Revista de História da UNISINOS*. Número especial, 2001, p. 17-51.

COSTELLA, Maria. *Igreja e luta pela terra no Rio Grande do Sul: Organização e Poder*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

CUNHA, Luiz Claudio. Histórias de tirar o fôlego. *Observatório da Imprensa*, edição 661, 27 de setembro de 2011. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/historias-de-tirar-o-sono> Acesso em: 11 de janeiro de 2015.

CUNHA FILHO, Sergio de Brito. *A Constituição de 1988 e a diminuição do poder estatal de desapropriar os imóveis rurais para fins de reforma agrária*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

DA ROS, César Augusto. *As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates*

sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002). Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

ECKERT, Córdula. *Movimentos dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul – 1960-1964*. Dissertação (Mestrado), Curso de Pós-Graduação em Ciências de Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

ENCICLOPÉDIA *Políticos Sul Rio-Grandenses*. Volume III. Porto Alegre: Editora Clássica Jumal, 1977.

ENGELMANN, Fabiano. *Diversificação do espaço jurídico e lutas pela definição do Direito no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUCRS, v. 24, n. 2, p. 269-289, dezembro de 1998.

FALCÓN, Gustavo. *Um caminho brasileiro para o socialismo: a trajetória política de Mário Alves (1923 – 1970)*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

FARSUL. *70 anos: 1927-1997*. Porto Alegre: Gráfica Pallotti, 1997.

FEDERIZZI, Luiz Carlos. *A soja como fator de competitividade no Mercosul: histórico, produção e perspectivas futuras*. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/E13-10.pdf>
Acesso em: 19 de junho de 2016.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. *O estatuto do trabalhador rural e o Funrural: ideologia e realidade*. *Perspectivas - Revista de Ciências Sociais*, UNESP, v. 1, 0. 189-202, 1976.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011a.

_____. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves [org.]. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b. (O Brasil Republicano; v. 3).

FICO, Carlos. O Golpe. IN: *Além do Golpe*. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. O Golpe de 1964: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas?: alternativas democráticas à crise política: 1964-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FLACH, Ângela. “Os vanguardeiros do anticomunismo”: o PRP e os perrepistas no Rio Grande do Sul (1961-1966). Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. Agricultura: da associação à modernização. IN: *República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Coordenação Geral: Tau Golin, Nelson Boeira; Diretor do volume René Ernani Gertz. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). p. 117-136.

FREITAS, Antônio Saint Pastous de. Aliança para o Progresso. Porto Alegre, *Veritas*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, ano VII, julho de 1962, n. 2.

FRÖLICH, Egon Roque. O papel das organizações rurais e a reforma agrária no Rio Grande do Sul. *Revista Ciências Sociais*, Porto Alegre, 2(1), p. 59-72, 1988.

GALVANI, Walter. *Um século de poder – Os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

GEHLEN, Ivaldo. Estrutura, dinâmica social e concepção sobre terra no meio rural do sul. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 6, p. 154-176, 1994.

GIORDANI, Marco Pollo. *Brasil sempre*. Porto Alegre: Tchê, 1986.

GOMES, Fabricio Romani. *Sob a proteção da princesa e de São Benedito: Identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1988)*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1999.

GROS, Denise. Associações de classe patronais e ação política. IN: *República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Coordenação Geral: Tau Golin, Nelson Boeira; Diretor do volume René Ernani Gertz. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). p. 257-272.

HARRES, Marluza Marques. *Conflito e conciliação no processo de reforma agrária do banhado do colégio. Camaquã, RS*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

_____. Movimentos sociais rurais. IN: *República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Coordenação Geral: Tau Golin, Nelson Boeira. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

_____. Rio Grande do Sul: governo Leonel Brizola e a Questão Agrária no início da década de 1960. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 99-127, jul. 2011.

HEINZ, Flavio Madureira. *Les Fazendeiros à l'heure syndicale; representation professionnelle, interets agraires et politique au Bresil (1945-1967)*. Paris: Septentrion, 1996.

_____. *O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados – 1947 – 1982*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

_____. Elites rurais entre representação e política: exercício prosopográfico. IN: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

_____. *Representação Política e Formação de Classe: As organizações da Burguesia Agrária Gaúcha na Oposição à Reforma Agrária, 1985-1988*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991.

HOBBSAWM, Eric. Notas sobre consciência de classe. In: _____. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. pp. 33-53.

JOYCE, Patrick. The end of social history? *Social History*, v. 20, n. 1, Janeiro 1995.

KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

LAMEIRA, Rafael Fantinel. *O Golpe de 1964 no Rio Grande do Sul: A ação política liberal-conservadora na construção do golpe civil-militar*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LAYTANO, Dante de. *Guia Histórico de Rio Pardo: Cidade Tradicional do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1979.

LIMA, Ruy Cirne. *A propriedade e sua distribuição*. Contribuição ao relatório da Comissão designada pela Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, acerca da reforma agrária. Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo S.A., 1962.

MAGALHÃES, Mário Osório. *Pelotas Agrícola e Pastoril*. História da Associação Rural. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1998.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Editora da UFRGS, Instituto Estadual do Livro, 1978.

MARTINS, José de Souza - *O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: Hucitec, 1999.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Algumas considerações sobre o conceito de classe social*. Texto apresentado como requisito de exame de qualificação ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, novembro de 1992.

_____. *Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões*. Rio de Janeiro, 1993.

_____. Latifúndio. IN: CALDART, Roseli Salete et al. [org.] *Dicionário da Educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MENASCHE, Renata. Os grãos da discórdia e o trabalho da mídia. *Opinião Pública*, vol.11, n.1, Campinas, março de 2005.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Estado e Sociedade. IN: MATTOS, Marcelo Badaró. *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

_____. Ruralismo. IN: MOTTA, Márcia (organizadora). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 410 – 414.

_____. A nova hegemonia do patronato agrário brasileiro: da Organização das Cooperativas Brasileiras à Associação Brasileira do Agribusiness. *Antítese - Marxismo e Cultura Socialista*. nº. 02, maio de 2006.

_____. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento – 1964-1990*. Stedile, J.P. (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012.

_____. *Estado, Educação Rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*. Niterói: Editora EDUFF, 2010.

MENEGHETTI, Enio. *Baile de cobras: a verdadeira história de Ildo Meneghetti*. Porto Alegre: AGE, 2012.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MORAES, Thiago de Aguiar. “*Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado*”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MORAES, Vinicius de. *Os homens da terra*. Poemas para a Liberdade. Violão de rua. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. *Revista Tempo*, v. 20, 2014, pp. 1-21.

MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1978.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Assassinatos no campo: crime e impunidade*. 1964-1985. São Paulo: Global, 1987.

NARDY, Flavio Correia. A Farsul e a luta por reforma agrária: violência de classe e marginalização dos movimentos sociais do campo no Rio Grande do Sul (1962). Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. A Questão agrária no Brasil (1961-1964): uma arena da luta de classes e intraclasse. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

NOGUEIRA, Maristel Pereira. *O anticomunismo nos jornais: Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. *Extensão rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR (1948-1974)*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira de. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas “páginas” do Diário de Notícias*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

OTERO, Darcy Trilho. *Associação Rural de Pelotas: Memórias*. Pelotas: 2003.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): Do Pachecato à ditadura civil-militar*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. *Los Estados Unidos y la Pentagonización de América Latina. XI Jornadas Interescuelas*. Universidad Nacional de Tucumán. Tucumán, 2007.

PADRÓS, Enrique Serra; LAMEIRA, Rafael Fantinel. 1964: O Rio Grande do Sul no olho do furacão. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPESZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (orgs.) *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009. Vol. 1. p. 33-50.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. IN: *Estudos Avançados*, vol. 3, n.7, São Paulo, Set./Dec. 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php> Acesso em: 12 de setembro de 2015.

PALMEIRA, Moacir. Significado da reforma agrária. IN: CARVALHO, Abdias V. & D'INCÃO, Maria da Conceição. *Reforma agrária, significado e viabilidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

PEARSON, Neale John. *Small farmer and rural worker pressure groups in Brazil*. Dissertation. Degree of Doctor of Philosophy. University of Florida, 1967.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríferos, criadores*. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980.

PEIXOTO, Marcus. *Extensão Rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação*. Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008. Disponível em: http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm Acesso em 12 de setembro de 2015.

PEREIRA, Claudio Nunes [org.]. *Genealogia Tropeira: Rio Grande do Sul – séculos XIX e XX*. Volume II. Coletânea de Material Histórico e Genealógico. 2004. Disponível em: <http://www.genealogiacorrea.com.br/GENTROP7.pdf> Acesso em 20 de agosto de 2015.

PETRY, Leopoldo. *O município do Novo Hamburgo: monografia*. São Leopoldo: Casa Editora Rotermund & Co., 1959. Disponível em:

https://archive.org/stream/omunicipiodenovo00petr/omunicipiodenovo00petr_djvu.txt Acesso em: 20 de novembro de 2015.

PICCIN, Marcos Botton. Acesso a posições de poder pela elite estancieira gaúcha: Trajetórias Sociais e investimentos escolares. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 27, n. 2. p. 305-328.

_____. *Os Senhores da Terra e da Guerra no Rio Grande do Sul: um estudo sobre as práticas de reprodução social do patronato rural estancieiro*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. *Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil*. Brasília: BCB, 2008. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_cooperativas_credito.pdf Acesso em 14 de junho de 2016.

RAMOS, Carolina. *Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

_____. A construção do sindicalismo rural brasileiro. *Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura*. Universidade Federal de Sergipe, outubro 2010. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT1/GT1-CAROLINA.pdf> Acesso em 12 de maio de 2015.

_____. Estado e patronato rural: a Confederação Rural de Agricultura (1961-1966). IN: MENDONÇA, Sônia Regina (org.). *O Estado brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói; EDUFF, Vício da Leitura, 2005.

RAMOS, Marília Patta. *O "novo" e o "velho" ruralismo no Rio Grande do Sul: um estudo sobre os integrantes da UDR*. Santa Cruz do Sul: Ed. da UNISC, 1995.

REBELLO, Tiego Rocha. *Governo Ildo Meneghetti: análise do discurso de governo em torno da Reforma Agrária e a descaracterização do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (1963-1964)*. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

_____. *Governo Ildo Meneghetti e a Reforma Agrária (1963-1964): discurso de governo e manutenção da ordem conservadora*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

REZK, Antonio. Moniz Bandeira e o governo João Goulart. *Revista Espaço Acadêmico*, ano II, número 21, fevereiro de 2003. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/021/21res_rezk.htm Acessado em: 15 de dezembro de 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da*

ditadura no Brasil / Coordenação de Nôva Marques Brando... [et al.] – Porto Alegre: CORAG, 2014.

ROCHA, Prudêncio. *A história de Cruz Alta*. Cruz Alta: Empresa Gráfica Mercúrio, 1980.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho*. Imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: UPF Editora, 2003.

ROSA, Marcelo C. Encruzilhadas: acampamentos e ocupações na Fazenda Sarandi, Rio Grande do Sul (1962–1980). IN: SIGAUD, Lygia; ERNANDEZ, Marcelo; ROSA, Marcelo C. *Ocupações e acampamentos: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco) 1960–2000*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SCOTT, W. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, PUC-SP, n. 16, 1988. p. 297-326.

SCHERER, Ilse. *Associativismo e sindicalismo rural no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado), Cursos de Pós-Graduação em Economia Rural e Sociologia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1972.

SEVERO, Neimar Corrêa. História da inseminação artificial e das biotécnicas reprodutivas no Brasil. Disponível em: <http://revivah.com.br/site/wp-content/uploads/2016/04/.pdf> Acesso em 2 de julho de 2016.

SILVA, José Graziano da; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Apresentação. IN: *A questão agrária – Textos dos Anos Sessenta*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco: 1930-1964*. RJ: Paz e Terra, 1979.

_____. *Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

STARLING, Heloisa. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

STEDILE, João Pedro [org.]. *A questão agrária no Brasil 3: Programas de reforma agrária: 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, junho 2011.

TEIXEIRA, Gabriel da Silva. *Sindicalismo Rural e Política em São Paulo: 1964-1990*. Qualificação do Projeto de Tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, junho de 2015.

TELÓ, Fabrício. *Dimensões não-institucionais da ação política: a relação entre fomicultores e organizações em Santa Cruz do Sul/RS*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade

Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

TESSARI, João Antônio. *Memórias*. Caxias do Sul, 1994.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum* – Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 1. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A Miséria da Teoria, ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1984.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organizadores: NEGRO, Antonio Luigi & SILVA, Sergio. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Do “tempo da Reforma Agrária” ao quilombo: Morro Alto no diálogo dos tempos*. In: III Jornada de Estudos sobre Ditaduras e Direitos Humanos. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2015. Comunicação oral.

WERLE, André Carlos. Religião e Etnia na Formação da Colônia Porto Novo (Extremo Oeste Catarinense). *Esboços*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, v. 8, n. 8, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/viewFile/611/20095> Acesso em: 10 de junho de 2016.

WHO IS WHO IN BRAZIL? São Paulo: [s.n.], 1971.

WOOD, Ellen M. Classe como processo e como relação. In: *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003.

VALDUGA, Gustavo. *Coturnos da Ordem: o regime militar de 1964 na região colonial italiana do Rio Grande do Sul* (5): Dramas pessoais e familiares, contradições internas e outras questões. 27 de abril de 2014. Disponível em: <http://pesquisadoresib.blogspot.com.br/2014/04/coturnos-da-ordem-o-regime-militar-de-27.html> Acesso em 12 de junho de 2106.

ANEXO I

LISTA DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL (1960-1964)

Associação Rural de Agudo
Associação Rural de Alegrete
Associação Rural de Antônio Prado
Associação Rural de Arroio Grande
Associação Rural de Arroio do Meio
Associação Rural de Bagé
Associação Rural de Barra do Ribeiro
Associação Rural de Bom Jesus
Associação Rural de Bom Retiro
Associação Rural de Cacequi
Associação Rural de Cachoeira do Sul
Associação Rural do Caí
Associação Rural de Camaquã
Associação Rural de Cambará do Sul
Associação Rural de Campinas do Sul
Associação Rural de Campo Novo
Associação Rural de Candelária
Associação Rural de Canela
Associação Rural de Canguçu
Associação Rural de Canoas
Associação Rural de Caçapava do Sul
Associação Rural de Carazinho
Associação Rural de Caxias do Sul
Associação Rural de Cerro Largo
Associação Rural de Crissiumal
Associação Rural de Cruz Alta
Associação Rural de Dom Pedrito
Associação Rural de Encantado
Associação Rural de Encruzilhada do Sul
Associação Rural de Erechim
Associação Rural de Espumoso
Associação Rural de Estrela
Associação Rural de Farroupilha

Associação Rural de Flores da Cunha
Associação Rural de Frederico Westphalen
Associação Rural de Gaurama
Associação Rural de Garibaldi
Associação Rural de General Câmara
Associação Rural de Getúlio Vargas
Associação Rural de Gramado
Associação Rural de Gravataí
Associação Rural de Guaíba
Associação Rural de Guaporé
Associação Rural de Herval
Associação Rural de Horizontina
Associação Rural de Ibirubá
Associação Rural de Ijuí
Associação Rural de Iraí
Associação Rural de Itaqui
Associação Rural de Jaguarão
Associação Rural de Jaguarí
Associação Rural de Júlio de Castilhos
Associação Rural de Lajeado
Associação Rural de Lavras do Sul
Associação Rural de Lagoa Vermelha
Associação Rural de Marau
Associação Rural de Montenegro
Associação Rural de Não Me Toque
Associação Rural de Nova Prata
Associação Rural de Nova Petrópolis
Associação Rural de Novo Hamburgo
Associação Rural de Osório
Associação Rural de Palmeira das Missões
Associação Rural de Panambi
Associação Rural de Passo Fundo
Associação Rural de Pelotas
Associação Rural de Piratini
Associação Rural de Pinheiro Machado
Associação Rural de Quaraí
Associação Rural de Rio Grande

Associação Rural de Rio Pardo
Associação Rural de Rolante
Associação Rural de Rosário do Sul
Associação de Santa Bárbara do Sul
Associação Rural de Sananduva
Associação Rural de Santa Cruz do Sul
Associação Rural de Santa Maria
Associação Rural de Santa Rosa
Associação Rural de Santa Vitória do Palmar
Associação Rural de Santana do Livramento
Associação Rural de Santo Ângelo
Associação Rural de Santo Antônio
Associação Rural de Santiago
Associação Rural de São Borja
Associação Rural de São Francisco de Assis
Associação Rural de São Francisco de Paula
Associação Rural de São Gabriel
Associação Rural de São Jerônimo
Associação Rural de São Leopoldo
Associação Rural de São Lourenço do Sul
Associação Rural de São Luiz Gonzaga
Associação Rural de São Pedro do Sul
Associação Rural de São Sepé
Associação Rural de Sapiranga
Associação Rural de Sarandi
Associação Rural de Sobradinho
Associação Rural de Soledade
Associação Rural de Tapera
Associação Rural de Tapes
Associação Rural de Taquara
Associação Rural de Taquari
Associação Rural de Tenente Portela
Associação Rural de Torres
Associação Rural de Triunfo
Associação Rural de Três Passos
Associação Rural de Tupanciretã
Associação Rural de Uruguaiana

Associação Rural de Vacaria
Associação Rural de Venâncio Aires
Associação Rural de Veranópolis
Associação Rural de Viamão
Associação Rural de Viadutos

ANEXO II

CONCENTRAÇÃO RURAL DE SANTA MARIA

Discurso pelo Presidente da FARSUL

Janeiro – 1962

PROCLAMAÇÃO DA FARSUL

Ao Ruralismo do Estado e da Nação

Pelas quebradas e rincões distantes das sesmarias de campos nas estâncias da Província de São Pedro soaram, e estão ressoando neste momento, vozes de campeiros gaúchos, madrugando nas barras de uma alvorada nascente para o reponte de um rodeio grande das tradições farroupilhas do Rio Grande do Sul.

E o rodeio, que emergiu em magotes crescentes das coxilhas, dos vales escampos e do cimo das serranias, de todos os quadrantes, foi sendo repontado, ao canto épico de homens livres, para dentro do coração geográfico das invictas fronteiras meridionais da Terra de Santa Cruz. Santa Maria da Boca do Monte revive, nesta hora de predestinação, as evocações dos acampamentos cívicos, de campanhas pacíficas ou de cruentos entreveros, em que a gente do Rio Grande do Sul foi marcando, em fatos memoráveis, a história de um povo, que nasceu e há de morrer com a mística heróica do amor à liberdade.

Das brazas crepitantes de cernes seculares voluteia, em espirais labaredas, no chão do acampamento, a chama dos fogões, a cujo acalento o chimarrão, rodando de mão em mão, é o símbolo espiritual de uma raça de homens bravos, que prezam, acima da própria vida, o amorável apego ao solo da querência, berço da origem e destino do seu último repouso.

No transcurso histórico do Brasil colônia, cujas fronteiras do sul se degladiavam, em sangrentas contendadas; e mais tarde, nos embates internos, em defesa das instituições constitucionais, a Pátria, através [sic] seus governantes, voltava os olhos para os galpões gaúchos e batia às porteiras dos acampamentos, para formar as vanguardas na luta de vida e morte pela soberania nacional.

E nestes momentos de sombrias perspectivas e incertos destinos, o patrão entrava galpão a dentro, em cujo aconchego do fogo, charlava o capataz com a peonada, e a eles, surpresos mas serenos, dava a palavra de ordem de emalar o poncho, lenço branco ou encarnado no pescoço varonil, e ponteando a fila o patrão, com os companheiros no encalço, alçava a perna

no flete fioso para a galopada, de alma aberta, rumo ao fragor da peleja pela integridade do pátrio pendão.

Dos legendários campos das estâncias e do solo generoso da colônia – do lombo do cavalo e da rabiça do arado, surgiam grandes vultos de liderança nos destinos da política nacional, e figuras exponenciais e todos os setores de atividades da cultura e do progresso da Federação brasileira.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Brasileiros, do Norte ao sul da Pátria comum, sem restrições de qualquer natureza, saibam todos que os rio-grandenses, de nossos dias, se acham convocados na **Concentração Rural de Santa Maria** para proclamar à opinião pública nacional que não estão apagados os braseiros no fogão dos galpões; que não ruíram os esteios dos acampamentos; que não se extinguiu na virilidade dos gaúchos contemporâneos a flama tradicional de bravura e estoicismo, legado incorruptível de antepassados varões; que subsistem no campo e na colônia, gerações remanescentes, ciosas das virtudes de caráter, dos valores morais, da solidariedade humana e do culto intransigente e inconspicável ao sentimento de independência, que foram sempre o apanágio da gente e da terra do Rio Grande do Sul.

Saibam todos, brasileiros de tôdas as formações, de todas as procedências, de todas as categorias, que as motivações de inspiração e de objetivos da **Concentração Rural de Santa Maria** são de concórdia e de ordem, de confraternidade e patriotismo, com margens abertas a todos que se disponham a comungar com nossos ideais e propósitos de colaboração com os poderes constituídos na batalha pacífica de restaurar o equilíbrio social, político e econômico do país; de pugnar pela intangibilidade e soberania do regime democrático; de preservar os postulados cristãos da pessoa humana, e de oferecer soluções legais às reivindicações das classes trabalhadoras, dentro dos preceitos espirituais de justiça social.

DE SANTA MARIA AO RIO DE JANEIRO

A **Concentração Rural de Santa Maria** é o encontro marcado para o ponto de partida.

Encontro marcado é o compromisso contraído, de que estamos prestando contas neste memorável dia 6 de janeiro de 1962, que ficará assinalado como primeiro marco da campanha de redenção do ruralismo gaúcho.

Da Concentração de Santa Maria a palavra de ordem é a marcha para a VI Conferência Rural

Brasileira, no Rio de Janeiro. A concentração magna será um acontecimento inédito na história do ruralismo nacional, e tem por objetivo imediato a questão agrária, mas suas causas e finalidades envolvem problemas de complexa profundidade e de ampla projeção social, política e econômica nos destinos da nacionalidade.

O BRADO DE ALERTA

A Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, em conclave com a Confederação Rural Brasileira, deu o brado de alerta, concitando o ruralismo nacional para imediata tomada de posição em face ao desenrolar dos acontecimentos.

Com essa iniciativa, que desde logo, recolheu pleno assentimento da Entidade-Mater, o ruralismo gaúcho contraiu um compromisso e tomou sobre seus ombros pesada e grave responsabilidade.

Nas proporções desse compromisso e dessa responsabilidade deverá ser a participação do Rio Grande do Sul, não apenas em número e qualidade, mas nos subsídios à definição de princípios e fixação de rumos e diretrizes.

O MÉRITO DEFRAUDADO

A reforma agrária atingiu o clímax na pauta e nas legendas de inquietação da opinião pública nacional, na hora presente.

Entretanto, Reforma agrária como processo normal, em base de preceitos constitucionais, não oferece razões para que dela surjam atos e reações de intranqüilidade, e, muito menos, que justifiquem motivos e pretextos de agitações tendenciosas ou de conspirações subversivas. Se tais cousas ocorrem, é que estará sendo defraudado o mérito da questão, em sua essência e seus objetivos.

Em certos setores há, com efeito, manifesto propósito de situar o problema da Reforma Agrária em termos de intencional contrafação na autenticidade de seus fundamentos e na legitimação dos métodos atuantes, para, com essas distorções, pressionar a imposição de processos, que atentam contra preceitos constitucionais, e que abre margens à exploração de perigosas lutas de classe.

Será lícito condenar como fato irremissível, em sentido de generalização, o pressuposto espírito reacionário dos fazendeiros gaúchos? Será razoável atribuir aos proprietários de terras a exclusiva responsabilidade no desajustamento social dos trabalhadores rurais e, e no baixo índice de rendimento do setor de produção agrícola?

Será defensável estabelecer a relação de causa e efeito do dilema da produção e carestia da vida, excluindo estranhos fatores corresponsáveis? Será sensato ou conseqüente que se pretenda transplantar para o Rio Grande do Sul a agressividade do meio ecológico e o pauperismo do trabalhador rural do Nordeste brasileiro, para justificar, com isso, regime de paridade em bases e diretrizes de um plano nacional de Reforma Agrária?

Será prudente difundir, na opinião pública, a equívoca suposição de imediatos e surpreendentes efeitos de um simples ato de promulgação da lei agrária?

Não seria mais prudente preparar um estado de espírito compreensivo da realidade de um plano de Reforma Agrária em sua fase de execução, com escalonamento por etapas, com prioridades específicas, com planejamento adequado, com formação de técnicos especializados, e, sobretudo, com disponibilidade de recursos financeiros de grandes proporções, que transcendem das nossas próprias possibilidades, e que, portanto, deverão, com tempo oportuno, ser carreados de órgãos e instituições internacionais?

Estaremos nós, dirigentes e dirigidos, na órbita da administração pública e no setor das classes econômicas, seriamente compenetrados de nossos deveres de preparar o terreno para dar realidade, no campo da execução objetiva, a decretos e planos de Reforma Agrária?

O Nordeste brasileiro já tem em mãos o seu Plano Sudene, que o credenciou a vultuoso subsídio financeiro e técnico, concedido pela Aliança para o Progresso”?

A concessão de auxílios pela “Aliança para o Progresso” só será feita aos países, cujos governos e iniciativas privadas se dispuserem a cooperar ativamente com planejamentos e mobilização integral dos seus próprios recursos, humanos e materiais,

Nesse sentido, o que terá feito o Rio Grande do Sul, pela iniciativa privada das classes econômicas e pelos órgãos governamentais? Como justificaremos o tempo perdido, por omissão de uns e contemporização de outros?

Ignoramos, por ventura, que não se levanta monumental edifício sôbre falso terreno de arreias movediças?

O MOMENTO DECISIVO

Lançar sementes férteis, contra adversos ventos, em tempo impróprio, sobre sáfaro terreno, não será de promissoras searas. Assim sucede muitas vezes, com os precursoros de idéias, até o momento e que o tempo faz oportuno e a resistência do meio cede ao império de fatores decisivos.

Povos e civilizações tiveram, em certas épocas, seus destinos pendentes do momento decisivo na alternativa de uma encruzilhada sem remissão. Em reiteradas ocasiões, temos invocado e difundido o sentido de uma advertência, de insólita gravidade, expendida pelo parlamentar Nestor Duarte, e que mais uma vez repetiremos, neste momento ajustadamente oportuno:

“Corre-se, comumente, o perigo de subestimar o sentido histórico dos momentos decisivos; as revoluções não são sempre radicais pelos processos violentos, mas pelo que realizam e conquistam. A violência é apenas o acréscimo do desespero. Há regiões e países subdesenvolvidos, que o são, por não terem cumprido o dever de mudar e de se transformar.”

Dificilmente, famoso mestre de artes plásticas plasmaria, com maior perfeição, um painel tão vivo e tão exato do momento decisivo que cumpre o Brasil ao defrontar e superar.

Estamos, efetivamente, entre as duas pontas de um dilema, entre os dois extremos de uma encruzilhada, com só uma alternativa de salvação.

O DESPERTAR DA POSIÇÃO CONTEMPLATIVA

O ruralismo do Rio Grande do Sul despertou da posição contemplativa, não apenas por motivo de Reforma Agrária, e nem tão pouco com exclusiva preocupação de interesses próprios.

A história costuma, por vezes, renovar-se na seqüência de seus episódios marcantes. E agora, como sucedeu em outras épocas, o Gôverno da Nação volta seus olhos para o campo das estâncias e para o solo das colônias, convocando o ruralismo a tomar posição entre as fôrças vivas e sadias da Pátria comum.

EXORTAÇÃO À REALIDADE NO MOMENTO DECISIVO

Companheiros ruralistas!

Permiti, meus caros confrades de classe, que eu mereça de vossa indulgência e compreensão o direito, ou, quem sabe, o dever, de vos dirigir uma exortação à realidade do momento decisivo que estamos vivendo. Não basta despertar da atitude contemplativa como quem acorda de um sonho de ilusões para um mundo de irrealidades.

Não é mais lícito subestimar o sentido histórico dos momentos decisivos. O que nos cumpre, nesta emergência, é evitar que “o acréscimo do desespero se transforme em violência”.

Não se detém o caudal das correntes transbordantes, opondo-lhes barreiras de contenção, mas

desbravando estuários de margens abertas. Devemos admitir “o nosso dever de mudar e de transformar”, estados de espírito e sistemas de trabalho.

Não nos faltam compreensão e reservas humanas para superar dificuldades e vencer resistências. Em verdade, porém, esse dever de mudar e de transformar não compete apenas ao setor da economia rural, mas a quase todo o organismo nacional.

Despertar da atitude contemplativa, consistirá em contrair novos e maiores compromissos. O que nos impõe neste momento decisivo para os destinos da nacionalidade, é levantar a cabeça e dar um passo para a frente, empunhando nas mãos as armas pacíficas da renovação e do reajustamento de mentalidades superadas e de sistemas obsoletos de produção, em termos de extensão anti-econômica. O que nos compete realizar, neste momento decisivo, é assumir a iniciativa, por livre determinação, de empunhar em nossas mãos varonis e independentes a bandeira das justas e humanas reivindicações sociais de nossos companheiros de trabalho no campo da criação pecuária e na lavoura de cultivos.

O que de nós se espera, na opinião pública nacional, é uma definição de atitudes, franca e destemerosa, é uma proclamação de princípios pela ordem, pela paz social, pelo progresso econômico, pela defesa das instituições e pela independência de nossa Pátria.

O que nos cumpre, nessa encruzilhada de destinos, é admitir que “as revoluções não são sempre radicais pelos processos violentos, mas pelo que realizam e conquistam”.

Façamos a revolução da paz, antes que se desencadeie a revolução cruenta.

Começemos por nos antecipar na execução de uma reforma agrária de iniciativa própria e espontânea, com liberdade de agir sem imposições intempestivas e constrangedoras.

Despertar da atitude contemplativa é acordar da inércia e da omissão, é emancipar-se do espírito fechado do individualismo isolacionista de incompreensões e desconfiança; é criar novo clima de cooperação, com espírito de associativismo integral; é, em suma, crer nos valores próprios e reconquistar a consciência coletiva da força moral, cultural, econômica e política que está predestinada ao ruralismo rio-grandense, para assumir, por direito de conquista, o bastão da liderança nos destinos sociais da economia agrícola e pastoril do Estado.

Despertar da atitude contemplativa, é partir do princípio da força pela união; é mobilizar, para os postos de comando, os autênticos líderes da classe; é reestruturar, em bases de revitalização, as Associações Rurais e integrar a classe no próprio exercício e direção de sua

entidade máxima – A Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul.

Despertar da atitude contemplativa, é tomar a decisão, por livre empresa, de abrir as portas das Associações Rurais e das Cooperativas para a classe dos trabalhadores rurais; é elevar suas condições de vida e trabalho a um nível compatível com a dignidade de nossos semelhantes e de nossos colaboradores; é fazer poupança do supérfluo e praticar investimentos de excedentes de lucro na solução dos fatores limitantes e negativos da produtividade rural; substituir o expansionismo territorial pelo alto padrão de produção intensiva; é evoluir do mercado de matérias primas para a industrialização; é decidir-se à plena libertação do protecionismo estatal, reivindicando a supremacia da livre empresa; é cumprir o que nos compete para nos assistir o direito de exigir o que é dever dos poderes públicos.

Despertar da atitude contemplativa, é conceber ampla visão da complexidade e transcendência dos problemas econômicos e sociais, cujas soluções não poderão ser equacionadas em compartimentos estanques, mas através a conjugação de todos os setores de atividades do ruralismo, da indústria e do comércio e dos institutos de crédito, em ação independente e solidária, defendendo direitos e admitindo deveres, que são de responsabilidade comum em face às justas reivindicações da comunidade social e da estrutura federativa do organismo nacional.

Despertar da atitude contemplativa, nesta hora de incertezas e de inquietações, é compreender que as classes econômicas não se podem omitir da ação política, direta, atuante e decisiva, como poderosa corrente de opinião pública.

Despertar da atitude contemplativa, é, por excelência, humanizar o sentido e os objetivos da economia, integrando em seus destinos a influência soberana do pensamento, da cultura, da ciência, da técnica, das forças espirituais e do poder temporal, como garantia de estabilidade da paz social.

PEJORAÇÃO CÍVICA

Sobre os fundamentos institucionais da nação brasileira, sobre suas básicas estruturas econômicas, sociais e políticas, sobre templos sagrados e recintos universitários, sobre as próprias colunas de sustentação da ordem e defesa da nacionalidade, perpassam sombrias e pesadas nuvens, precursoras de incerto tempo e rumos desconhecidos.

Façamos, para terminar, uma invocação aos homens públicos, com exercício no Poder

executivo e nas Câmaras legislativas do Município, do Estado e da União; aos chefes e comandos de classes armadas; aos líderes dos partidos políticos; aos reitores universitários; ao magistério superior e ao professorado de tôdas as esferas educacionais; à juventude estudantil de todos os escalões; aos homens de ciência e de cultura; aos publicistas da palavra escrita e falada; aos homens do campo, do comércio, da indústria e dos órgãos creditícios; aos funcionários de todos os quadros dos Serviços públicos e privados; aos trabalhadores de todos os setores e de todas as categorias; aos homens e mulheres do lar doméstico, esteio da família e da comunidade social, e, por fim, a todos os cidadãos de boa vontade, sem restrições de qualquer natureza, para, com o pensamento na Pátria, com o coração aberto aos nossos semelhantes, com os espíritos desarmados e compreensivos, estendermos os braços, cerrarmos as mãos, em coletivo exame de consciência contrida perante Deus e a Humanidade.